



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TESE DE DOUTORADO:

“A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE”:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927)

DOUTORANDO: BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA

ORIENTADOR: Dr. TEMÍSTOCLES CEZAR

PORTO ALEGRE

2017

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA

TESE DE DOUTORADO:

“A CASA DA MEMÓRIANORTE-RIO-GRANDENSE”:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História, sob orientação do professor doutor Temístocles Cezar

PORTO ALEGRE

2017

BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA

“A CASA DA MEMÓRIANORTE-RIO-GRANDENSE”:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História, sob orientação do professor doutor Temístocles Cezar

Porto Alegre, ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Temístocles Cezar (UFRGS)

Orientador

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Examinador externo

Prof. Dr. Evandro dos Santos (CERES/UFRN)

Examinador externo

Prof.^a Dra. Luciana Fernandes Boeira (SEDUC-RS)

Examinadora externa

Prof.^a Dra. Mara Cristina de Mattos Rodrigues (UFRGS)

Examinadora interna

CIP - Catalogação na Publicação

Costa, Bruno Balbino Aires da
"A CASA DA MEMÓRIANORTE-RIO-GRANDENSE": O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927) / Bruno Balbino Aires da Costa.
-- 2017.
589 f.
Orientador: Temístocles Cezar.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Teoria da História. 2. História da Historiografia brasileira. 3. História da Historiografia norte-rio-grandense. 4. Rio Grande do Norte. 5. Memória histórica. I. Cezar, Temístocles, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O que me proponho contar parece fácil e à mão de todos. Mas a sua elaboração é muito difícil. Pois tenho que tornar nítido o que está quase apagado e que mal vejo. Com mãos de dedos duros enlameados apalpar o invisível na própria alma.

Clarice Lispector
“A hora da estrela”

AGRADECIMENTOS

Clarice Lispector tinha razão: “não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados.” Minha trajetória na escrita da tese foi difícil. Não é fácil lidar com leituras, pesquisas, questões teóricas e metodológicas e transformar tudo isso em um texto historiográfico. O labor é um verdadeiro processo de parto. Quando escrevi, ou metaforicamente “pari” o texto, estive sozinho. É preciso solitude, é claro. Todavia, tudo isso teve um custo. E o preço, muitas vezes, alto demais, é a ausência dos entes mais queridos. Ao longo da jornada de quatro anos, minha esposa teve que dividir o nosso tempo com a minha missão de produzir a tese. Além disso, nesse período, tive que ir menos a minha querida cidade, Mossoró, e, como consequência disso, não gozei de muito tempo com a minha mãe, o meu pai e o meu irmão, além dos meus estimados amigos. Contudo, para a minha grata felicidade essa missão acabou. Além de uma realização pessoal, profissional e intelectual, concretizei um sonho da minha família de ter um “doutor”. Depois de labor e suor, só tenho a agradecer a todos que fizeram parte dessa minha caminhada.

Agradeço, em especial, a minha família. Sou grato a minha companheira leal e carinhosa, Isa, a quem pacientemente ajudou-me nas horas mais difíceis, tornando a minha jornada mais doce. O seu amor e cuidado foram imprescindíveis para que eu pudesse ter forças para chegar a reta final da tese. Ao meu amor, muito obrigado. Agradeço, igualmente, a minha querida mãe, Edneuzza Aires, que, mesmo com muitas saudades e lamentando minha ausência, apoiou-me incondicionalmente. Meus esforços em ser um bom filho nunca pagarão a espetacular mãe que tenho. Finalizar a tese é o mínimo que eu poderia fazer por ela, depois de anos de sacrifícios em dar-me uma boa educação. A minha excelente mãe, meu afetuoso agradecimento. Agradeço o meu pai, Paulo Roberto da Costa e o meu irmão, Paulo Júnior que sempre cuidaram de mim e acreditaram na minha carreira. Sou muito grato ao meu irmão que sempre vibrou com as minhas vitórias. Ainda nos agradecimentos da família, gostaria de registrar minha gratidão aos meus sogros, Elizeu e Valéria, e os meus cunhados, Eli e Vinícius que também me apoiaram nesse momento da minha vida.

Um agradecimento mais do que especial os meus amigos que deram muita força, durante esses quatro anos. Aos amigos gaúchos: Guilherme Kudiess, Tiago Post, Brenda Tagagi, Tiago Rodrigues, Fernando Furlan (*In memoriam*), Renata Dal Sasso, Pedro Silveira, Juliano Antonioli, Gabriela Correa, Fábio Amorim e Rafael Dall’ Agnol e aos nordestinos: Nicholas, Nickson, Camila, Moraes, Saul Estevam, Hildebrando Maciel, Adônis, Mayara, Ranilson, Juliana, meu sincero obrigado.

Deixo aqui um agradecimento especial ao meu orientador, Temístocles Cezar, que acreditou nesse trabalho. Sem sombra de dúvida, suas considerações feitas ao texto foram de extrema importância para a tessitura da tese. Ademais, conhecê-lo e ter sido orientado por ele foi uma experiência significativa em minha vida pessoal e profissional. Agradecê-lo é uma fração pequena se comparado ao bem que ele me fez.

Sou muito grato ao meu amigo, Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Gostaria de ter, pelo menos, dez por cento de sua inteligência e criatividade. Com certeza, devo minha carreira como mestre e como doutor a sua vida e a sua obra. Deixo aqui um agradecimento especial a ele por ter sempre acreditado que eu poderia ir mais longe. Nunca me esquecerei do seu ato generoso para comigo.

Gostaria de agradecer aos professores Evandro Santos e Luciana Boeira por terem encarado o desafio de ler esse calhamaço e contribuir para o debate aqui levantado. Queria registrar meu agradecimento também a professora Mara Rodrigues que trouxe valiosas contribuições no momento da qualificação da tese, bem como na defesa final. A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

Expresso os meus agradecimentos ao corpo de docentes e técnicos administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), mais especificamente, dos *campi* São Paulo Potengi e de Canguaretama. Obrigado por terem dispensando-me das minhas atividades para que eu pudesse finalizar essa tese. Meu muitíssimo obrigado.

Por fim, sou grato ao autor e consumidor da minha fé, Cristo Jesus, e a todos que diretamente e indiretamente me ajudaram ao longo dessa tese. Agradeço eternamente a todos!

Soli Deo gloria!

RESUMO

Qual é o papel do Rio Grande do Norte na construção da memória histórica do Brasil? Esta pergunta foi fundamental para a elite política e intelectual norte-rio-grandense da virada do século XIX e início do XX. Diante de um cenário de redimensionamento da relação entre o todo (a união) e as partes (os estados), graças à recomposição do federalismo na República, as oligarquias estaduais elaboraram projetos identitários com o interesse de instituir um lugar, um papel, para os estados na construção da memória histórica do Brasil. No caso do Rio Grande do Norte, o referido projeto foi concretizado com a criação do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN), fundado em 29 de março de 1902. Partimos da tese de que a preocupação em construir a memória do estado e estabelecer a partir dela um lugar para o Rio Grande do Norte na elaboração da memória nacional tornou-se o elemento norteador das principais atividades intelectuais organizadas pelo IHGRN, pelo menos, ao longo dos seus primeiros 25 anos de existência. Para realizarem esse objetivo, verificamos que o IHGRN se utilizou, principalmente, de três estratégias: a escrita da história, a comemoração e a biografia. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é analisar de que forma essas três estratégias contribuíram para a formulação de uma memória norte-rio-grandense.

Palavras-chave: Rio Grande do Norte; Memória-histórica; República

ABSTRACT

What is the role of Rio Grande do Norte in the construction of the historical memory of Brazil? This question was fundamental for the potiguar intellectual and political elite of the turn of the nineteenth and early twentieth centuries. Faced with a scenario of resizing the relationship between the whole (the union) and the parts (the states), thanks to the recomposition of federalism in the Republic, the state oligarchies developed identity projects with the interest of establishing a place, a role, for the states in the construction of the historical memory of Brazil. In the case of Rio Grande do Norte, this project was accomplished with the creation of the Institute Historical and Geographical of Rio Grande do Norte (IHGRN), founded on March 29, 1902. We start from the thesis that the concern to build the memory of the state and establish a place for Rio Grande do Norte in the elaboration of the national memory became the guiding element of the main intellectual activities organized by the IHGRN, at least during its first 25 years of existence. In order to accomplish this goal, we verified that the IHGRN was mainly used of three strategies: the writing of the history, the celebration and the biography. In this sense, the main objective of this work is to analyze how these three strategies contributed to the formulation of a potiguar memory.

Keywords: Rio Grande do Norte; Historical Memory; Republic

ÍNDICE DE IMAGENS E TABELAS

Figura 1 – Trecho retirado do Catálogo dos capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande de Gonçalves Dias.....	56
Imagem 1 – Carro triunfal.....	372
Imagem 2 – Inauguração do obelisco na Praça André de Albuquerque em Natal.....	373
Imagem 3 – Monumento da Independência.....	418
Tabela 1 – Tipologia dos textos publicados pela <i>RIHGRN</i> no período entre 1903-1927.....	236
Tabela 2 – Tipologia de documentos publicados pela <i>RIHGRN</i> (1903-1927).....	238
Tabela 3 – Programação do centenário da Independência do Brasil (1922).....	409

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ANL – Academia Norte-rio-grandense de Letras

CCLJ – Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara

DHGEB – Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil

DHI – Departamento de História

FDR – Faculdade de Direito de Recife

IAGP – Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco

IHGACE – Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

PRF – Partido Republicano Federal

PRRN – Partido Republicano do Rio Grande do Norte

RAD – Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife

RB – Revista Brasileira

RIAGP – Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco

RIHGACE – Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGRN – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

RRN – Revista do Rio Grande do Norte

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

SLB – Sociedade Libertadora Mossoroense

STF – Supremo Tribunal Federal

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
-----------------	----

PARTE I

CAPÍTULO 1 – O Rio Grande do Norte nas páginas do IHGB oitocentista.....	36
1.1 – As histórias das províncias como um problema historiográfico	36
1.2 – “Nem era possível remediar no estado lastimavel em que se acham os arquivos da província do Rio Grande do Norte”: o relato de Gonçalves Dias	51
CAPÍTULO 2 – “Não escrevo a história preciosa e interessante do Rio Grande do Norte”: a <i>Breve Notícia</i> de Manoel Ferreira Nobre.....	68
2.1 – O IHGRN e a edição da obra.....	70
2.2 – Baseada nas leis e informações: os usos das fontes	82
2.3 – Abreviadas notícias.....	92
2.4 – Os espaços em quatro sentidos: um relato de viagem	100
2.5 – A Galeria dos mártires de 1817	102
2.6 – Traços biográficos dos distintos rio-grandenses do Norte	116
CAPÍTULO 3 – “Tratarei do papel do nosso Estado na história pátria”: o <i>Ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte</i> de Alberto Maranhão	131
3.1 –A formação bacharelesca de Alberto Maranhão	132
3.2 –“Afirmar a existência intelectual do Rio Grande do Norte no campo da litteratura nacional”: sobre a criação do <i>Grêmio Polymathico</i> e da <i>Revista do Rio Grande do Norte</i>	141
3.3 – Um ensaio histórico: o Rio Grande do Norte como objeto de reflexão.....	155
3.3.1 –A formação étnica do norte-rio-grandense.....	159
3.3.2 – A retórica da naturalidade: a <i>pátria</i> de Felipe Camarão como um problema historiográfico.....	171
3.3.3 – “O Rio Grande do Norte figura na Revolução de 1817 representado por dois patriotas immortaes”	199

PARTE II

CAPÍTULO 4 – A emergência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.....	216
4.1 – O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: como, para que e por quem foi criado	217
CAPÍTULO 5 – Escrever história, construir o passado: sobre o tempo da nação e o tempo do Rio Grande do Norte.....	274
5.1 – Fixar o tempo: capitães e fundadores do Rio Grande [do Norte]	275

5.2 – Articular o tempo da nação ao tempo do Rio Grande [do Norte] (1): narrativas sobre o domínio holandês	285
5.3 – Articular o tempo da nação ao tempo do Rio Grande [do Norte] (2): notas sobre a participação da capitania na independência do Brasil	319
CAPÍTULO 6 – “Porque tem solenizado as famosas datas da nossa historia”: comemoracionismo, dever de memória e usos políticos do passado.....	341
6.1 – Comemorar o passado: o IHGRN e o comemoracionismo.....	343
6.2 – Comemorar Duque de Caxias	352
6.3 – “Comemorar a glória de Miguelinho”	357
6.4 – Comemorar a Revolução de 1817	380
6.5 – Comemorar o centenário da Independência do Brasil	395
6.6 – Comemorar a posse de Thomaz de Araújo: a construção de um lugar para o <i>Seridó</i> na memória histórica do Rio Grande do Norte	424
6.7 – Comemorar o Império? a celebração do centenário de nascimento de Pedro II ...	434
CAPÍTULO 7 – Narrar vidas, homenageando a memória dos vultos beneméritos da nação e do Rio Grande do Norte: sobre a produção biográfica do IHGRN e a construção da memória norte-rio-grandense	452
7.1 – Necrologias: elogios fúnebres aos que prestaram relevantes serviços ao Rio Grande do Norte e ao Brasil	454
7.2 – Notas biográficas, traços biográficos, apontamentos biográficos, biografias: a formação de um <i>panteão</i> norte-rio-grandense?	467
7.2.1 – Pedro Velho: o apóstolo da República no Rio Grande do Norte.....	472
7.2.2 – Miguelinho: o <i>mártir</i> norte-rio-grandense de 1817	479
7.3 – A naturalidade de Felipe Camarão: um capítulo à parte	497
CONSIDERAÇÕES FINAIS	548
FONTES	554
REFERÊNCIAS	574
ANEXO	587

INTRODUÇÃO

Com o advento da República no Brasil, em 1889, a relação entre as partes (os estados) e o todo (a União) passou a ter uma outra significação. Com o rearranjo do federalismo na República, houve uma redefinição dos termos do pacto federalista em favor dos governos estaduais, redundando, ao mesmo tempo, num alargamento do grau de autonomia dos estados e nas tensões entre estes e o governo central.¹ Doravante, as elites estaduais passaram a disputar entre si, a cada nova sucessão presidencial, a hegemonia do cenário político do país.² Essas tensões nem sempre culminaram em situações conciliatórias, pelo contrário, se desdobraram, algumas vezes, em conflitos ao longo da Primeira República (1889-1930). Neste momento histórico, o que estava em jogo já não era a preservação da unidade territorial da nação, como nos tempos do Império, mas a estabilização política entre os entes da federação. Em grande medida, a estabilidade do regime republicano baseou-se na garantia de que seu *elemento motor* estivesse sob o controle das oligarquias regionais, “cujo peso político era diretamente proporcional ao tamanho de suas bancadas e das suas potencialidades econômicas.”³

Todavia, as disputas intraoligárquicas não se deram apenas no campo político. Era necessário também legitimar intelectualmente o posicionamento dos estados na construção da memória histórica da nação. A recomposição do federalismo na República estimulou o patriotismo das oligarquias estaduais,⁴ reforçando certas práticas políticas e culturais que caracterizariam o discurso regionalista no limiar do século XX. É válido mencionar, entretanto, que desde a segunda metade do século XIX, o regionalismo já havia emergido no país, caracterizando-se pelo apego às questões provinciais ou locais, muitas vezes associadas ao discurso separatista.⁵ Isso quer dizer que, antes mesmo da irrupção do regime republicano no Brasil, já havia expressões do regionalismo, inscrito tanto nos discursos políticos quanto na produção historiográfica das províncias. Os institutos históricos *regionais* criados, ainda no Império, como o *Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro* (IHGPSP),

¹ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005. p.299.

² CARONE, Edgard. **A República Velha II: evolução política (1889-1930)**. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1977. p.36.

³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.p.51.

⁴ ENDERS, Armelle. Como se poderia escrever a história do Brasil. Variações acerca do romance nacional do Império à República. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.) **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.76.

⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.60.

criado em 1860, o *Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco* (IAGP), fundado em 1862 e o *Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará* (IHGACE), surgido em 1887, são exemplos de como as elites intelectuais e políticas se interessavam em construir versões acerca dos acontecimentos históricos, tomando como ponto de partida suas províncias, enaltecendo o papel delas na memória nacional.⁶ Neste período, a ideia centralizadora e unificadora, construída pelo Império, prescindiu do espírito de região.⁷ O regionalismo não se diluiu totalmente, mas foi sistematicamente combatido por instituições vinculadas ao Império, como por exemplo, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB).⁸

Com a República criou-se um novo pacto político alicerçado no acordo entre poder local e o nacional, o que assegurou a unidade federativa, por meio de um jogo político, que garantiu a preponderância dos estados mais desenvolvidos.⁹ Embora fosse caracteristicamente política, esta configuração entre os estados e a união não se fez alheia às disputas pelo universo simbólico, mais especificamente, pelos usos políticos do passado nacional. Para as oligarquias estaduais, era imperioso instituir discursivamente um lugar, um papel, para os estados nesta construção da memória histórica do Brasil. Os paulistas postulavam para si a contribuição dos bandeirantes na construção das fronteiras da nação, os mineiros realçavam a sua relevância histórica, ocupando o papel central da Inconfidência na memória republicana do país, reivindicação semelhante à dos pernambucanos que salientavam a primazia dos eventos da restauração, do movimento dos mascates, da Revolução de 1817, da Confederação de 1824, na Independência do Brasil e na defesa da República.¹⁰ A lista não encerra aí, é verdade. Poderíamos citar os gaúchos, os cearenses, os paraibanos, os sergipanos etc. Políticos e homens de letras de diversas regiões do Brasil, ao seu modo, produziram narrativas historiográficas para os seus estados, a fim de que pudesse contribuir para o redimensionamento deste projeto memorialista, sobretudo, priorizando a escrita de textos que

⁶ BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial.** 2013.315f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.32 e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.121.

⁷ SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república.** Goiânia: Editora da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. 2000.p.93.

⁸ BOEIRA, Luciana Fernandes. **Op. cit.** p.37.

⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op. cit.** p. 52.

¹⁰ Conferir FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940).** São Paulo: Editora da Unesp. 2002; CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.21, nº40, p.59-83. 2001 e RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo história e memória: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento republicano de 1817.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RIO, 2011.

realçassem acontecimentos históricos atrelados à instituição de uma memória republicana, tais como: a Revolução de 1817, a Revolução Farroupilha, a Conjuração Mineira etc. No Rio Grande do Norte não foi diferente.

No limiar da República, letrados e políticos norte-rio-grandenses também se preocuparam em urdir narrativas que instituíssem um lugar para o Rio Grande do Norte na elaboração da memória nacional. O interesse por essa questão fez parte das estratégias políticas do grupo familiar que ascendeu ao governo do estado, no momento da proclamação da República: os Albuquerque Maranhão – liderados por Pedro Velho.¹¹No final do século XIX e início do XX, a família Albuquerque Maranhão concebeu e mobilizou estratégias discursivas para a produção da identidade histórica, territorial e étnica do Rio Grande do Norte.¹² Como corolário desse agenciamento prevaleceu no estado “um forte apelo nativista, o orgulho de ter nascido e ser rio-grandense-do-norte, sentimento que, para muitos, a Monarquia teimava em desconsiderar.”¹³ Nesse sentido, com a República e com ela a chegada dos Albuquerque Maranhão ao poder, o passado do Rio Grande do Norte tornou-se objeto de

¹¹Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Natal em **1856** e faleceu em Recife, em 1907. Filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, comerciante e senhor de engenho, e neto de Fabrício Gomes Pedrosa, proprietário da “Casa Guararapes”, empresa vinculada ao setor de exportação e importação de algodão e açúcar. Pedro Velho cursou medicina no Rio de Janeiro e clinicou em São José de Mipibu, no interior do estado, estabelecendo, posteriormente, em Natal, em 1882. Foi diretor do *Ginásio Rio-Grandense* e professor da cátedra de História do Atheneu Norte-Rio-Grandense. Em 1885, assumiu o cargo de Inspetor da Saúde Pública da província. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão foi um dos fundadores do *Partido Republicano do Rio Grande do Norte* (PRRN), ao lado de seu primo, João Avelino Pereira de Vasconcelos. Fundado em 27 de janeiro de 1889, o PRRN, em grande medida, era “uma extensão da família Maranhão.” Embora, não tenha sido a primeira monção republicana no estado, uma vez que o pioneirismo do republicanismo se deu no Seridó com a criação de um núcleo de propaganda, fundado a 25 de julho de 1886 por Janúncio Nóbrega (1869-1899), tendo que se reorganizar, posteriormente, a 7 de abril de 1889, no “Centro Republicano Seridoense” – o PRRN foi a representação do movimento republicano organizado na capital da província. Como veículo de difusão das ideias republicanas do partido na província, Pedro Velho criou, em 1º de julho de 1889, o jornal oficial da agremiação partidária, *A República*. Pedro Velho não era um teórico da República, pelo contrário, tornou-se republicano tardiamente, decidindo aderir ao movimento republicano por insistência de seu primo João Avelino, ao ser convencido da fatalidade da implantação da República no Brasil. Com a proclamação, Pedro Velho assumiu, interinamente, o governo do Estado com a proclamação da República, graças a nomeação instituída por Aristides Lobo. Contudo, seu mandato dura pouco, sendo substituído, no início de dezembro, por Adolfo Gordo que governa o Rio Grande do Norte até fevereiro de 1890. Em 1892, Pedro Velho é eleito governador do Rio Grande do Norte. Entre 1892 a 1914, todos os governadores do Rio Grande do Norte estavam diretamente ligados aos Albuquerque Maranhão sob o apoio direto de Pedro Velho. Conferir: BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002; CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador**. Rio de Janeiro: Edições da Val Ltda. 1965; CASCUDO, Luís da Câmara. **Vida de Pedro Velho**. Natal: EDUFRN, 2008; SOUZA, Itamar de. **A República velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRN, 2008 e SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e Oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos**. Natal: EDUFRN, 2010.

¹² Para compreender as estratégias espaciais das elites norte-rio-grandenses do início do século XX, conferir: PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: PEIXOTO, Renato Amado (org.). **Nas trilhas da representação: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços**. Natal: EDUFRN, 2012. p.13-36

¹³ BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002. p.93.

preocupação por parte do grupo dominante. É este grupo que se lança na construção das bases da identidade histórica do estado.

Em face da iminência de vários projetos de construção das identidades regionais, em grande medida, formulados pelos sócios dos institutos históricos estaduais e endossados pelas oligarquias locais, a elite política e intelectual norte-rio-grandense engajou-se em um esforço coletivo para produzir textos que assinalassem o lugar do Rio Grande do Norte na construção da memória nacional. Assim como nos demais estados brasileiros, no Rio Grande do Norte, esse esforço coletivo concretizou-se com a criação do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN), fundado em 29 de março de 1902. Nossa hipótese, nesta tese, é a seguinte: *a preocupação em construir a memória do estado e estabelecer a partir dela um lugar para o Rio Grande do Norte na elaboração da memória nacional tornou-se o elemento norteador das principais atividades intelectuais organizadas pelo IHGRN, pelo menos, ao longo dos seus primeiros 25 anos de existência.* Para realizarem esse intento, verificamos que os sócios do IHGRN se utilizaram, principalmente, de três estratégias: a escrita da história, a comemoração e a biografia. Nesse sentido, uma questão tornou-se central nesse trabalho: *de que maneira cada uma destas estratégias contribuiu para a construção da memória histórica norte-rio-grandense?* O principal objetivo desta tese é, portanto, analisar de que forma os textos historiográficos, as atividades comemorativas e as biografias, produzidos pelos sócios do IHGRN, contribuíram para a instituição de uma memória norte-rio-grandense.

Entre 1903 e 1927¹⁴, os sócios do IHGRN produziram história e memória. Por muito tempo, a história foi identificada à memória.¹⁵ Alguns textos, publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (RIHGRN), que versavam sobre um determinado tema histórico eram apresentados sob alcunha de *memórias*.¹⁶ No IHGB oitocentista, não foi diferente. Conforme Lúcia Maria Paschoal Guimarães, alguns artigos que tratavam de determinados acontecimentos históricos da nação foram publicados pela revista

¹⁴ Apesar do IHGRN ter sido criado, em 1902, a primeira publicação de sua revista só foi possível em 1903.

¹⁵ RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁶ Conferir, por exemplo, os dois artigos do sócio Luiz Fernandes Sobrinho, intitulados de *Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte* e *Índios Célebres do Rio Grande do Norte. D. Antonio Phililippe Camarão*, ambos publicados pela *RIHGRN* em 1904. Gostaríamos de esclarecer que em todo o trabalho mantivemos a grafia original dos textos-fontes com o intuito de preservar a *cor local* do período em que os documentos foram produzidos.

da agremiação, com o título de *memórias históricas*.¹⁷ No entanto, não eram apenas textos históricos que recebiam a alcunha de *memórias*.

Não são raros os casos de documentos, referentes ao passado remoto do Rio Grande do Norte, que tenham sido apresentados como *memórias*. De acordo com o dicionário de português de Antônio de Moraes Silva, o mais utilizado no século XIX,¹⁸ um dos significados da palavra *memória*, sobretudo, no plural, é: “escritos de narrações políticas.”¹⁹ Possivelmente, os membros do IHGRN teriam se valido desta definição. Com efeito, tanto os documentos quanto os textos historiográficos, publicados pela *RIHGRN*, entre 1903 e 1927, tinham como elemento comum o fato de tratarem de narrativas associadas ao universo político do Rio Grande do Norte. Por um lado, uma grande parte dos documentos publicados pela *RIHGRN*, dizia respeito às falas e aos relatos de agentes políticos que compunham os quadros burocráticos e administrativos da capitania/província e da Coroa/Corte. Por outro, os textos historiográficos eram relativos aos personagens e aos acontecimentos políticos do Rio Grande do Norte. Desse modo, documentos e textos historiográficos (muitas vezes, nomeados como *memória histórica*, *notas históricas*, *notícias históricas*, *memórias*) tratavam-se de narrações políticas, o que não significa dizer que eram pensados como sendo a mesma coisa. Em síntese, textos historiográficos e documentos nomeados como *memórias* eram, obviamente, gêneros totalmente distintos, mas tinham como ponto em comum a ideia de criarem uma representação para o passado do Rio Grande do Norte.

A despeito de estarem em uma instituição voltada para a história, a preocupação precípua dos sócios do IHGRN não era com a reflexão acerca da teoria ou da metodologia do conhecimento histórico ou da tarefa do historiador – discussão essa tão cara para alguns historiógrafos do final do século XIX e início do XX, tais como: Wilhelm von Humboldt, Leopold von Ranke, Thomas Carlyle, Johann Gustav Droysen, Ernst Bernheim, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos, dentre outros. Isso não significa dizer que as escolhas dos sócios do IHGRN fossem feitas à revelia das concepções de história até então vigentes na passagem do século XIX e início do XX. Em nossa pesquisa, percebemos que os sócios do IHGRN estavam interessados pelos tempos mais recuados do Rio Grande do Norte do que com o seu passado imediato. A maior parte das atividades intelectuais desenvolvidas pelo

¹⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1848-1889). 2ª edição. São Paulo: Annblume. 2011. p.68-70.

¹⁸ NUNES, José Horta; SELIGMAN, Kátia. Discurso lexicográfico: as reedições do Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes. *Alfa*, v. 47, 2003. p.37.

¹⁹ SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Tomo Segundo. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789. p.72.

IHGRN, em seus 25 anos de existência, fez referência aos acontecimentos históricos ocorridos entre a experiência da colônia à organização da província no início da década de 20 do século XIX. Nesse sentido, a temporalidade explorada pelos sócios do grêmio raramente ultrapassava a primeira metade do oitocentos. A escolha pelo passado mais distante do Rio Grande do Norte em detrimento da história contemporânea, expressa a própria concepção teórico-metodológica vigente no IHGRN, segundo a qual não é interessante se fazer história do imediato, “pois ela era perigosa para a objetividade do historiador, logo para a melhor maneira de se escrever a história.”²⁰ Portanto, se por um lado, os sócios do IHGRN não se preocuparam em escrever textos que refletissem a própria construção do conhecimento histórico ou da constituição de sua metodologia, por outro, a predileção por temas e por camadas temporais mais remotas evidencia um processo de seleção e de escolha costurada a partir de uma dada leitura da história, comprometida com a objetividade do historiador, algo tão caro a muitas correntes historiográficas oitocentistas.

Seria equivocado afirmar que os sócios do IHGRN estavam preocupados em definir as fronteiras entre história e memória ou apontar onde uma termina e começa a outra. Essa questão não estava na ordem do dia dos sócios do IHGRN tampouco dos historiadores da primeira metade do novecentos. A distinção entre história e memória não foi objeto de preocupação das chamadas ciências humanas, pelo menos até o início do século XX.

Maurice Halbwachs foi um dos primeiros estudiosos a dedicar-se ao estabelecimento das fronteiras entre história e memória. Seu livro *A memória coletiva* (1950)²¹ é um tratado sobre a problemática em torno da memória enquanto uma prática social, ao mesmo tempo, individual e coletiva.²² Nesse conjunto geral de análise, Maurice Halbwachs considera que a lembrança depende, concomitantemente, da capacidade do ato de rememoração do indivíduo e de sua relação com os elementos exteriores, ou seja, o coletivo, um processo que liga o *eu*

²⁰ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru: EDUSC, 2004. p.56.

²¹ A obra é um compilado de textos, escritos entre 1925 e 1941, que foram parcialmente lançados em algumas revistas acadêmicas nesse período, mas reunido e publicado postumamente em 1950. Conferir CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma sociologia da memória**: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015. p.13 e 57.

²² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003. p.30.

com o *nós*, o indivíduo e o grupo de referência, ao qual está inserido socialmente.²³ Em outras palavras, o indivíduo precisa dos outros para se lembrar. Nesse sentido, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, embora esta não se confunda com aquela.²⁴ Enquanto *memória individual* se refere ao estado de consciência puramente particular do indivíduo que difere da percepção do pensamento social, o que o sociólogo chamou de *intuição sensível*, a *memória coletiva* diz respeito às lembranças e às experiências compartilhadas pelos integrantes de um dado grupo.²⁵ Apesar das diferenças, o indivíduo participa dos dois tipos de memória, seja a partir de sua percepção particular que o possibilita ver a *memória coletiva* segundo o seu ponto de vista, isto é, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua vida pessoal, seja inserido dentro de um grupo do qual se apropria e partilha de séries de pensamentos coletivos, lembrando-se enquanto integrante de um ambiente que lhe é externo.²⁶ Nesse caso, apesar de distintas, *memória individual* e *memória coletiva*, se reforçam mutuamente, o vínculo entre elas é assaz íntimo.

Além de pontuar a relação entre *memória individual* e *memória coletiva*, Halbwachs estabelece outra análise, ou melhor, outra distinção, mais precisamente, entre a última e a *memória histórica*. Por definição, o estudioso entende *memória histórica* como “tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto”.²⁷ Dessa forma, a história ou *memória histórica* é considerada como a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens.²⁸ Enquanto a *memória coletiva* encontra-se ao lado do vivido, retendo do passado o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, a *memória histórica* é abstrata, impessoal, artificial, pois divide a sequência dos séculos em períodos, inscrita em um plano apenas factual, encontrando-se preliminarmente e independente do indivíduo, uma vez que já está construída, posta, antes mesmo de sua existência.²⁹ A *memória histórica* é ensinada na escola, uma narrativa cognoscível, apreendida, didatizada, cujos referentes são os acontecimentos e as datas nacionais.³⁰ A *memória coletiva* é limitada a um determinado grupo no tempo e no espaço, enquanto a história apresenta-se em um plano mais *universal*, afinal de contas, segundo Halbwachs, só

²³ Idem. p.51 e 64.

²⁴ Idem. p.72.

²⁵ Idem. p.39, 42 e 51.

²⁶ Idem. p.69-72.

²⁷ Idem. p.79.

²⁸ Idem. p.100.

²⁹ Idem. p.102.

³⁰ Idem. p.75.

existe uma história, ao passo que existem muitas memórias coletivas.³¹ A *memória histórica* examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo, diferentemente da *memória coletiva*, ao qual o grupo é visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana.³² A *memória coletiva* focaliza as semelhanças, fixando a atenção sobre um determinado grupo, construindo o passado a partir da continuidade com o presente, já a *memória histórica* se coloca como um painel de mudanças, fitando o seu olhar num conjunto da espécie humana ou de uma nação e não em um grupo específico.³³ Como afirmou Maurice Halbwachs, depois de pintar o seu quadro antitético, *memória coletiva* e *memória histórica* são inconfundíveis, haja vista que, “em geral a história só começa no ponto em que a termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social.”³⁴

Neste trabalho, mesmo reconhecendo certa limitação na análise apresentada por Halbwachs, consideramos que certas noções que envolvem a distinção entre *memória coletiva* e *memória histórica* sejam relevantes para o nosso propósito. Com efeito, a discussão levantada pelo estudioso francês foi importante para se pensar as diferenças entre estas duas formas de rememoração do passado. No entanto, entendemos que o quadro antitético formulado por Halbwachs não responde suficientemente à complexidade da questão envolvendo história e memória como gêneros presentes no IHGRN. Não estamos certos de que as fronteiras entre elas eram pensadas, pelo menos no interior do IHGRN, como intransponíveis, a ponto de afirmar que a história começa quando a memória se decompõe. Tentaremos discutir esta questão posteriormente. Por ora, passemos para um outro autor, dessa vez, um historiador: Pierre Nora.

Enquanto Maurice Halbwachs estava preocupado em traçar uma linha divisória entre memória e história, a partir de uma sociologia da memória, nos anos 80 e 90, Pierre Nora propôs em seu projeto historiográfico, denominado *Les lieux de mémoire*, uma história da memória.³⁵ Antes mesmo desse projeto, Nora já havia se dedicado ao tema. Em 1978, o historiador francês escreveu um verbete sobre *memória coletiva*, publicado pela *La nouvelle histoire*, dicionário dirigido por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, constatando a rápida proliferação dessa memória na França.³⁶ Todavia, sua história da memória ou da emergência do que ele chamou de *lugares de memória*, só ganhou

³¹ Idem. p.105.

³² Idem. p.109.

³³ Idem.

³⁴ Idem. p.100-101.

³⁵ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.157-170.

³⁶ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p.359

envergadura anos depois, com a publicação dos sete volumes dos *Lieux de mémoire*, entre 1984 e 1992. Sua reflexão sobre a relação entre história e memória se deu a partir do tema da *invasão* das práticas memoriais na sociedade francesa, em grande medida, proporcionada pelo processo de aceleração da história, sintoma daquilo que o historiador François Hartog chamou de *regime de historicidade presentista*,³⁷ e pela reconfiguração do sentido de nação, isto é, a passagem da *nação histórica* à *nação memorial/patrimonial*, materializada pela multiplicação de museus, arquivos, comemorações, festas, monumentos, patrimônios etc.³⁸ Esse fenômeno da proliferação da memória e sua inscrição topográfica nos espaços públicos e privados não foi exclusivo da França. Nos anos de 1980, a Alemanha passou também por uma *inflação da memória*, caracterizada, sobretudo, pela obsessão por monumentos e projetos memoriais referentes ao Holocausto.³⁹

Analisando, particularmente, o caso francês, Pierre Nora dedicou o primeiro artigo da obra *Les lieux de mémoire*, intitulado *Entre Memória e História. A problemática dos lugares* (1984) para tratar de maneira mais geral a temática. A memória foi considerada por ele como objeto de pesquisa privilegiado do historiador. Até então, o próprio Pierre Nora e Jacques Le Goff haviam deixado de fora dos três volumes de *Faire de l'histoire*, publicado em 1974, a memória e o patrimônio dos novos objetos da história.⁴⁰ O Nora dos *Lieux* reconsiderava a questão, fazendo, de modo pioneiro, uma história da memória.

Pierre Nora expõe o elemento que permeia o diagnóstico da emergência dos *lugares de memória* na França: a aceleração da história. O efeito direto dessa aceleração é a ruptura com o passado, uma oscilação cada vez mais rápida de um passado, para ele, definitivamente morto, o qual se confunde com o próprio movimento de uma memória esfacelada, proporcionada pelo fenômeno da mundialização, da democratização, da massificação e da mediatização.⁴¹ Como corolário desse efeito, evidencia-se o ocaso das chamadas *sociedades-memórias*, igreja, família, escola, estado, que asseguravam a transmissão e a conservação de

³⁷ O conceito de *regime de historicidade* é compreendido por François Hartog, ao mesmo tempo, como uma noção para perceber como uma determinada sociedade trata seu passado e trata do seu passado, servindo como instrumento de comparação entre tipos de história diferentes, além de “colocar em foco modos de relação com o tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo.” Quanto ao *regime de historicidade presentista*, François Hartog está referindo a crise do tempo, ou melhor, da emergência de uma outra ordem do tempo, irrompida, sobretudo, no mundo pós-Segunda Guerra, em que o presente torna-se onipresente, o centro da experiência do tempo, voltado para si mesmo, em oposição ao futurismo que reinara antes e que desapareceu do horizonte europeu. HARTOG, François. **Op. cit.** p.250

³⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto de História**, São Paulo. Volume 10. 1993. Utilizaremos a versão em português, publicado pela revista Projeto de História.

³⁹ Apesar de alistarmos apenas a França e a Alemanha, assinalamos que esse *boom* das práticas memórias e monumentais esteve presente em outros países do mundo. HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p.41-42

⁴⁰ HARTOG, François. **Op. cit.** p.157

⁴¹ NORA, Pierre. **Op. cit.** p.8.

determinados valores, garantindo a passagem do passado para o futuro.⁴² Dessa forma, a aceleração da história possibilitou um movimento brusco na contemporaneidade, levando ao desaparecimento da memória *verdadeira*, uma *memória sem passado* que reconduzia a herança e a eternidade, o qual regulava as sociedades primitivas ou arcaicas de ontem.⁴³ Em contraposição a essa *memória de ontem*, emerge um outro tipo de memória, a *nossa*, aquela conduzida pela história, que só é vestígio e trilha.⁴⁴ Segundo Nora, esse desaparecimento da memória *verdadeira* sob o impulso conquistador e erradicador da história, ou melhor, da historiografia, permitiu a ruptura entre elas, por esse motivo não poderiam ser tomadas como sinônimas, mas encaradas sob o signo do contraste e da oposição:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.⁴⁵

Na esteira de Maurice Halbwachs, Pierre Nora expõe apenas os aspectos diferenciadores que separam a história da memória. O historiador francês reforça as definições já construídas pelo seu conterrâneo, acrescentando-lhe novas, evidenciando o jogo de oposição entre a memória (coletiva) – um fenômeno vivido, atual, afetivo, mágico, sagrado, absoluto – e a história – uma operação intelectual, crítica, laica, libertadora, universal, contínua, relativa. Todavia, distintamente de Halbwachs, Nora analisa a ruptura entre ambas não pelas lentes de uma sociologia que privilegia a memória em detrimento da

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem. p.9.

história, mas sim aborda a questão do ponto de vista de um historiador, pensando a memória como um objeto de reflexão historiográfico. Pierre Nora problematiza a memória a partir da história, evidenciando a postura crítica que esta última deve ter em relação à primeira: “No coração da história trabalha um criticismo destrutor da memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir.”⁴⁶ Isso explica a sua preocupação em opô-las, justamente para identificar a emergência de uma história da história na França, isto é, o despertar de uma nova consciência historiográfica surgida nos anos trinta, com a crise do Estado-nação.⁴⁷ Conforme Pierre Nora, a irrupção dessa história da história ou historiografia implicou na passagem da história-memória para a história-crítica na França, possibilitando um processo de desidentificação da história em relação à memória.⁴⁸

A história-memória estava diretamente relacionada ao principal meio de memória na França no século XIX: a história nacional. Conforme Nora, a nação foi durante muito tempo, o elemento referencial da história-memória: “Houve um tempo em que, através da história e em torno da Nação, uma tradição de memória parecia ter achado sua cristalização na síntese da III República.”⁴⁹ O desenvolvimento de uma erudição documental, a transmissão escolar da memória, a publicação de textos históricos escritos por historiadores comprometidos com a nação, como Augustin Thierry, Charles Seignobos e os investigadores vinculados a *Revue historique* (1876), permitiram que, na França, o conhecimento científico e pedagógico estivessem a serviço da legitimidade da memória nacional. A derrota francesa na guerra franco-prussiana, em 1870, e o trauma revolucionário ocasionaram uma fragilidade ao presente do país. Nesse aspecto, nada mais interessante do que redefinir o presente da nação a partir da justificativa pela iluminação do passado.⁵⁰ A história estava ligada aos interesses do Estado-Nação, contribuindo com a produção de uma memória nacional. Nesse sentido, história, memória e nação mantiveram uma relação de complementaridade, “uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático.”⁵¹

O mundo pós-1914 entrava em crise, logo após aos abusos sangrentos dos países em guerra. Doravante, produziu-se uma fenda na ordem do tempo.⁵² Houve, paulatinamente, um recuo do nacional em direção ao social, a substituição do Estado-Nação pelo Estado-Sociedade. Essa passagem é concernente à desreferencialização da própria nação, considerada

⁴⁶ Idem. p.9.

⁴⁷ Idem. p.10.

⁴⁸ Idem. p. 11.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² HARTOG, François. **Op. cit.** p.177

não mais como o quadro unitário que encerrava a consciência da coletividade, mas como um dado, um objeto de reflexão. Já não estava mais em questão a sua definição, uma vez que a sociedade em si assumiu o seu lugar.⁵³ Com a emergência do Estado-Sociedade, a memória, a história e a nação passaram a ser pensadas de forma autônoma, não mais imbricadas: “A nação não é mais um combatente, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social; e a memória um fenômeno puramente privado.”⁵⁴ Em suma, “a nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória.”⁵⁵ É nesse contexto da dissolução do Estado-Nação que a história da França entra, segundo Nora, em sua idade historiográfica. A história da história passou a romper com a história-memória, denunciando as mitologias dos historiadores do passado.⁵⁶ A memória passou a ser objeto de desconfiança para essa nova consciência historiográfica que o tempo todo tentou desvencilhar-se dela. Os historiadores passaram a buscar novos objetos, novas abordagens, outras temporalidades. É nesse campo de possibilidade que o programa dos *Annales d'histoire économique et sociale* pôde se desenvolver a partir do final da década de 20.

Na encruzilhada de dois movimentos, quais sejam: a passagem da história-memória para a história-crítica e o retorno reflexivo da história sobre si mesma, representando a sua idade historiográfica, é que os estudos acerca dos *lugares de memória* encontravam-se, segundo Nora.⁵⁷ Isso significa dizer que a ruptura entre história e memória, ou a perda da história-memória, implicou em uma nova reconfiguração na relação entre ambas, a saber: a memória foi apreendida pela história. Essa nova conjuntura quanto à relação entre história e memória, a qual Pierre Nora debruçou-se no restante do seu artigo, diz respeito a um outro *regime de memória* sob o qual julgamos que não se enquadra nas reflexões que faremos nessa tese. Entendemos que a aplicação do conceito de *lugar de memória* para a reflexão sobre o IHGRN, no recorte temporal delimitado pela nossa pesquisa, pode trazer um uso equivocado e anacrônico do termo, tendo em vista que a emergência dos *lieux* na França, estava inserida em um momento histórico bem mais recente do que aquele que propomos na tese. Por essa razão em vez de usarmos o termo *lugar de memória*, tal como Nora utilizou-se para refletir sobre a problemática recente em torno da memória na França, preferimos pensar o IHGRN (1903-1927) como um *lugar de produção da memória histórica norte-rio-grandense*.

⁵³ NORA. *Op. cit.* p.12

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ *Idem.* p.10

⁵⁷ *Idem.*

Compreendemos que as atividades intelectuais desenvolvidas pelos sócios do IHGRN, nos seus primeiros 25 anos, estavam mais próximas do momento da história-memória na França do que da sua idade historiográfica. Os sócios do IHGRN não produziram uma história-crítica⁵⁸ ao revistar o passado do Rio Grande do Norte. Pelo contrário, como iremos mostrar na tese, os membros da agremiação produziram uma historiografia comprometida em fabricar e/ou reforçar o que entendiam ser a memória norte-rio-grandense. Quando falamos da historiografia produzida pelo IHGRN (1903-1927), estamos nos valendo de uma história-memória, isto é, uma escrita da história comprometida com a verdade, a qual utiliza os documentos como fonte de prova do que se diz, construindo uma representação do passado do Rio Grande do Norte, sem, contudo, estabelecer uma crítica à memória já posta, pelo contrário, uma historiografia que a produz e a legitima socialmente. Uma historiografia a serviço da memória e da tradição. Isso só é possível porque entre história e memória há também elementos de aproximação.

Apresentadas as diferenças entre história e memória, listadas por Maurice Halbwachs e Pierre Nora, compreendemos a relação entre ambas para além de suas fronteiras. Para nós, os pontos de convergência são tão relevantes quanto os elementos de divergência. Mas em que aspectos história e memória se aproximam?

Tanto a história quanto a memória têm como referente, em princípio, o passado. Como bem assinalou o historiador português, Fernando Catroga, ambas possuem uma função análoga – não idêntica – a de túmulo e a de rito de recordação.⁵⁹ A escrita da história e a memória põem em cena uma população dos mortos, simulando uma presença do ausente “a partir de traços que, em simultâneo, dissimulam o que se quer recursar: a putrefacção do referente.”⁶⁰ Nesse *gesto de sepultura*, a escrita da história e a memória falam do passado para anunciar a sua existência no mundo dos vivos. Mas não é só isso. Ambas tomam o passado como objeto de rememoração, evocando a imagem do passado no presente por meio de um exercício dialético do lembrar-se e do esquecer-se, afinal de contas, “o lembrar supõe

⁵⁸ Somos conscientes de que a noção *história-crítica*, utilizada por Pierre Nora, diz respeito a um complexo jogo de disputas políticas e historiográficas no interior da produção acadêmica francesa. Além disso, sabemos que em torno da noção de *história-crítica* há uma clara tentativa de construir um lugar de proeminência do movimento de *Annales* na história da historiografia francesa. Feito essas observações, entendemos que a história crítica não começa com os *Annales*, sendo o argumento de Nora muito localizado na França. Consideramos que alguns estudiosos da história, como Hegel e Nietzsche, por exemplo, fizeram, a sua maneira, história-crítica.

⁵⁹ CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p.61

⁶⁰ Idem.

necessariamente o esquecer.”⁶¹ A escrita da história e a memória, portanto, são constituídas do jogo complexo entre a rememoração, aquilo que torna evidente o passado no presente, e o esquecimento, o processo de silenciamento do próprio passado, já que este não pode ser reconstruído em sua totalidade. Contudo, ambas se constituem como veículos de luta contra o esquecimento, colocando-se como ritos de recordação, impedindo que o passado caia, definitivamente, no rio da anamnésia.⁶² Dessa maneira, a luta contra o esquecimento, evidencia o imperativo da dívida do presente para com o passado, o qual perpassa as atividades da memória e da história.

Como foi afirmado anteriormente, o que torna a escrita da história próxima da memória é o fato de ambas serem uma representação do passado, isto é, “a representação presente das coisas ausentes do passado.”⁶³ Nesse ponto, discordamos de Pierre Nora ao afirmar, em seu quadro antitético, que uma das diferenças entre história e memória é que a primeira era uma representação do passado, enquanto a última um elo vivido no eterno presente. Assim como Paul Ricœur e Fernando Catroga, consideramos história e memória como formas distintas de narrar o passado, isto é, de representá-lo/representificá-lo, de trazer a imagem presente de uma coisa ausente. Isso não quer dizer que a história e a memória são idênticas, mas reconhecer a existência de características comuns entre elas, não pretendendo, portanto, negar a especificidade de ambas nos relatos sobre o passado. Em que medida, história e memória narram de maneira distinta o passado? Como apontou o filósofo Paul Ricœur, em seu livro *A memória, a história, o esquecimento*, enquanto a memória ambiciona ser fiel ao passado, a pretensão da história é de construir uma narrativa veritativa, necessitando de comprovações para certificar as suas interpretações.⁶⁴ Isso não elimina a dimensão veritativa da memória e nem a pretensão do historiador de ser fiel ao passado. Contudo, o objetivo último, a finalidade precípua, da memória é construir uma narrativa que seja fidedigna ao passado, enquanto a da história é urdir um texto que represente veridicamente o passado. Nesse sentido, reconhecemos, por um lado, que história e memória constroem distintas retrospectivas, mas, por outro, possuem vínculos sólidos entre si.⁶⁵ É desta forma que pensamos a relação entre história e memória. É esse ponto de aproximação que permitiu aos sócios do IHGRN produzirem, ao mesmo tempo, história – não como um

⁶¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.10.

⁶² CATROGA, Fernando. **Op. cit.** p.70.

⁶³ RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.148

⁶⁴ Idem. p. 24 e 248.

⁶⁵ CATROGA, Fernando. **Op. cit.** p.69.

saber crítico, uma história-crítica, mas como uma operação intelectual, a qual ambiciona representar verdadeiramente o passado por meio de uma narrativa que articula o uso das fontes com o emprego de um método – e memória histórica – dimensão memorialística da operação historiográfica,⁶⁶ composta de fatos convencionados e tidos como históricos “que têm repercussões nas memórias pessoais e de grupos porque têm significado para eles”,⁶⁷ interessada em atestar com fidedignidade o passado narrado.⁶⁸

O IHGRN produziu uma história, ou melhor, uma historiografia submetida a uma memória, que lê o passado segundo as construções e demandas do presente.⁶⁹ A historiografia elaborada pelos sócios do IHGRN uniu-se às atividades comemorativas e à escrita biográfica, no processo de construção da memória norte-rio-grandense. Cada uma dessas estratégias constituiu uma forma diferenciada de *inventar* o passado. Assim, o que nos interessa nesse trabalho é fazer uma história da memória, isto é, estabelecer uma análise historiográfica que investigue as diferentes e diversas maneiras de elaboração do passado. É nesse aspecto que a nossa tese se distingue dos outros estudos que tomaram o IHGRN como objeto de reflexão. Mesmo possuindo diferenças em relação aos trabalhos anteriores, nossa meta é contribuir para os estudos sobre o IHGRN.

A historiografia norte-rio-grandense dedicou-se muito pouco às reflexões sobre o IHGRN. Até o momento, apenas dois trabalhos acadêmicos interessaram-se, especificamente, em estudar a agremiação. Não houve nenhuma dissertação ou tese que tomasse o Instituto como objeto. Os dois estudos historiográficos sobre o IHGRN são monografias, produzidas recentemente e datam do final da década dos anos de 1990.

O primeiro trabalho que destacamos tem por título o próprio objeto de estudo *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte entre 1902 e 1907*, de autoria de Karla Menezes, apresentada à disciplina *Pesquisa Histórica II* do *Departamento de História* (DHI) da *Universidade Federal do Rio Grande do Norte* (UFRN), em 1997. O objetivo do

⁶⁶ RODRIGUES, Mara Cristina de Mattos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. In: **Revista Tempo**. Volume. 19. n. 35. 2013. p.164.

⁶⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007. p.205

⁶⁸ RICCEUR, Paul. **Op. cit.** p.24

⁶⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.23

trabalho foi analisar a historiografia produzida pelos sócios do IHGRN, no período compreendido entre 1902 e 1907, percebendo como “esta instituição construiu e caracterizou seus estudos e pensamentos históricos.”⁷⁰ Para isso, Karla Menezes dividiu sua monografia em duas partes: na primeira, a historiadora situa, laconicamente, a emergência do IHGB e de outros institutos históricos dentro do processo de desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil, enquanto, na segunda, a análise se detém ao IHGRN em si, examinando as condições de possibilidade que levaram à criação da agremiação, o perfil social e a formação intelectual dos seus primeiros sócios, os temas gerais da revista, a constituição dos primeiros *heróis* norte-rio-grandenses e a relação entre o Instituto e o regime republicano. Esses pontos serão aqui retomados de modo conectado ao problema principal da pesquisa, ou seja, pensar a construção da memória histórica norte-rio-grandense como um agenciamento que norteou as atividades intelectuais do IHGRN, nos seus primeiros 25 anos de existência. Enquanto o trabalho de Karla Menezes esteve mais preocupado com a questão referente aos *pensamentos históricos* do Instituto, nossa inquietação enveredou-se pela problemática em torno da elaboração da memória norte-rio-grandense e de sua articulação com a memória nacional. Este é um primeiro elemento diferenciador.

Uma segunda diferença entre o trabalho de Karla Menezes e a presente tese diz respeito ao recorte temporal. Segundo a historiadora, os cinco primeiros anos do IHGRN representaram o período no qual foram definidas algumas características que marcaram a primeira etapa das atividades historiográfica do Instituto.⁷¹ Essas atividades seriam: a transcrição de discursos proferidos nas sessões do IHGRN; a cópia de documentos; o resumo das atas das sessões; a publicação de notas biográficas e necrologias e de textos relativos à história, geologia e geografia do estado.⁷² A historiadora não apresenta quais seriam as características comuns dessa primeira etapa da produção historiográfica do Instituto, preocupando-se apenas em descrevê-las brevemente. Não há qualquer justificativa que indique a especificidade do recorte temporal apontado por ela, para a compreensão da produção do conhecimento histórico no interior do IHGRN. Entendemos que os primeiros cinco anos de produção do IHGRN são importantes para a compreensão da tipologia de textos e das escolhas temáticas e temporais dos sócios do grêmio. Todavia, consideramos esse recorte muito insuficiente para analisar a produção intelectual do Instituto. Compreendemos que em se tratando de uma monografia foi recomendável estabelecer um recorte temporal

⁷⁰ MENEZES, Karla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte entre 1902 e 1907.** (Trabalho de conclusão do curso de História) – UFRN, Monografia, Natal, 1997. p.5

⁷¹ Idem.

⁷² Idem. p.32

mais curto, o que, possivelmente, explica o porquê do trabalho de Karla Menezes ter se dedicado apenas aos cinco primeiros anos de produção do IHGRN. Portanto, compreendendo a necessidade de ampliação da discussão, lançamos mão de uma delimitação temporal mais extensa.

A razão pela qual percorremos os 25 primeiros anos de produção do IHGRN, não se deu porque a data representava uma comemoração do seu jubileu de prata. Percebemos que, ao longo desse período, houve o processo de construção e maturação da memória histórica norte-rio-grandense, isto é, a instituição dos seus heróis, a articulação entre o tempo do Rio Grande do Norte e o tempo da nação, a elaboração das *verdades históricas* concernentes aos acontecimentos históricos fundadores, a formação do *panteon* dos patrícios ilustres, a sacralização das suas datas célebres etc. Até 1927, os *pilares* da memória norte-rio-grandense já estavam assentados, sendo reforçadas, inclusive, por outros historiadores *a posteriori*, como Luís da Câmara Cascudo.⁷³ Além disso, nas primeiras *Histórias do Rio Grande do Norte*, publicadas por Augusto Tavares de Lyra, sócio do IHGRN, em 1921, e por Rocha Pombo, em 1922, é perceptível constatar a referência desses autores à historiografia produzida pelo IHGRN, o que demonstra que o grêmio norteou muito dos escritos acerca da história do estado. Adstrito a isso, em 1927, a maior parte da primeira geração dos sócios fundadores já havia falecido e os ainda vivos já não participavam ativamente das atividades do Instituto. Com a morte do presidente Pedro Soares de Araújo, em 1927, a segunda geração de sócios dirigiu o IHGRN, reformulando, inclusive, alguns dos seus primeiros estatutos.⁷⁴ Por segunda geração de sócios, entendemos os membros que se integraram ao Instituto, posteriormente à sua fundação, mas que não pertenciam ao núcleo da primeira diretoria. Entre 1902 a 1926, o IHGRN teve três presidentes efetivos: Olympio Manoel dos Santos Vital, que presidiu a agremiação de 1902 a 1910, Vicente Simões Pereira de Lemos, segundo presidente, durante o período de 1910 a 1916, e Pedro Soares de Araújo, o último sócio fundador a presidir o Instituto, dirigindo-o entre 1916 a 1927. Por essas razões, nosso recorte temporal abarcou a direção desses três presidentes fundadores do IHGRN.

O segundo trabalho que destacamos tem por título *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: uma visão historiográfica entre 1941 e 1947*, monografia escrita por Wadna Lira de Azevedo, apresentada à disciplina *Pesquisa Histórica II* do DHI da UFRN, em 2005. O escopo do trabalho é analisar a produção historiográfica do IHGRN entre 1941 e

⁷³ Boa parte das discussões que Luís da Câmara Cascudo realizara em sua *História do Rio Grande do Norte* (1955), esteve em consonância com a memória histórica produzida *no e pelos* sócios do IHGRN.

⁷⁴ Estatutos do Instituto Histórico. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927. p.3-20

1947, momento em que a cidade de Natal vivia o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tornando-se um dos lugares em que os americanos instalaram uma base área para conter um possível avanço do exército alemão na África.⁷⁵ Wadna de Azevedo discute os escritos dos membros do IHGRN sobre o cotidiano de Natal no contexto da presença americana. Seu trabalho, diferentemente de Karla Menezes, propõe pensar a *visão* dos membros do IHGRN sobre o tempo presente. O recorte temporal trabalhado pela monografia de Wadna de Azevedo é totalmente diferente do nosso. Na década de 40, a questão do IHGRN já não é mais construir a memória histórica norte-rio-grandense, mas sim reforçá-la. Wadna de Azevedo está interessada em investigar como as transformações ocorridas em Natal, no decorrer da experiência da presença americana na cidade, são pensadas pelos sócios do IHGRN. Tal questão foge, temporal e tematicamente, à nossa proposta.

Como podemos perceber, poucos trabalhos acadêmicos dedicaram-se ao estudo sobre o IHGRN. Por se tratarem de monografias de final de curso, os trabalhos mencionados definiram recortes temáticos e temporais mais sucintos. Na presente tese analisamos um período mais longo de produção do IHGRN. Adstrito a isso, investigamos três estratégias diferentes utilizadas pelos sócios do Instituto no processo de construção da memória histórica norte-rio-grandense, o que redundou em uma discussão mais abrangente se comparado às duas monografias – obviamente, resguarda-se aí os limites inerentes ao próprio gênero destes trabalhos.

O *corpus documental* examinado nessa tese é constituído, principalmente, pelas revistas do IHGRN, publicadas entre 1903 a 1927. Nas revistas estão contidos os artigos dos seus sócios e dos seus correspondentes, além das seguintes seções: biografias, necrologias, documentos, atas do Instituto, notas, edições comemorativas etc. A análise das revistas do IHGRN foi fundamental para a investigação das atividades intelectuais do Instituto, pois a partir delas, conseguimos identificar os principais autores e os temas mais recorrentes, as biografias, as atas de reunião, as revistas especiais de comemoração, entre outros, o que nos forneceu referências relevantes para a compreensão do processo de construção de uma memória norte-rio-grandense. Através das revistas investigamos ainda a história do IHGRN, analisando as condições de possibilidade da sua emergência, seus objetivos, quem foram seus fundadores,

⁷⁵ AZEVEDO, Wadna Lira de. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: uma visão historiográfica entre 1914 e 1947.** (Trabalho de conclusão do curso de História) – UFRN, Natal, 2005.p.8

que grupos sociais e políticos estavam inseridos e os diálogos que os textos publicados pelo Instituto tinham com outros textos, sobretudo, da historiografia brasileira. No entanto, em nosso trabalho não nos interessamos apenas em narrar a história do IHGRN, mas também em refletir “sobre os modelos e as regras que norteiam a prática da pesquisa e da escritura da história”⁷⁶, isto é, suas concepções de história, suas formas de ler e operar as fontes, seus métodos de verificação historiográfica e as suas maneiras de representar o passado.

Além das revistas do IHGRN, utilizamos fontes variadas, de natureza textual, tais como: revistas de outros institutos históricos, jornais, documentos oficiais etc. Trabalhamos com textos de outros letrados que dialogavam com a produção do IHGRN, remetendo-os ao *com-o-texto*, ao jogo das relações dos enunciados, de como os textos se legitimam entre si e se comunicam, evitando, dessa forma, que as narrativas dos sócios do Instituto fossem pensadas isoladamente e fechadas em si mesmas.⁷⁷ Sendo assim, evitamos pautar nossa análise tomando como ponto de partida apenas a *abordagem contextual*.⁷⁸ Lançamos mão de uma observação que interrogue o texto a partir de suas dimensões específicas, reinscrevendo-o no cenário em que foi produzido, compreendendo as condições de sua produção e os diálogos estabelecidos com outros textos.⁷⁹

Isso não quer dizer que os contextos foram menosprezados em nossa análise, sabemos a importância que eles possuem, mas consideramos que remeter o texto apenas ao seu contexto político, social e econômico não é suficiente para a sua compreensão. Consideramos que *abordagem contextual* por si mesma não permite um acesso direto à intenção do autor em suas obras. Estamos cientes de que o nosso trabalho é feito no limite, denegando qualquer possibilidade de reconstruir o passado em sua totalidade, ressuscitando-o, revelando-o, restituindo integralmente o que os autores disseram ou o que queriam dizer. Assim, o

⁷⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 192

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.32

⁷⁸ Empregamos esse termo a partir das reflexões que o historiador Manoel Salgado Guimarães fez em seu artigo *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*, publicado pela Revista *Ágora*, em 2005. De acordo com Manoel Salgado, no Brasil, a partir da década de 70, emergiram importantes trabalhos de historiadores que tomaram a historiografia como objeto de investigação. A tônica desses trabalhos – como por exemplo, o livro de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)* (1977) – era a ênfase nos contextos subjacentes às produções como meio de dar inteligibilidade para os textos dos historiadores nos cenários sociais e políticos em que foram produzidos. Assim, conforme Manoel Salgado, a investigação historiográfica era pautada, nos anos 70, a partir de uma abordagem que tomava o contexto como “conjunto real efetivo de relações descritíveis e captáveis à percepção do analista”, uma vez que havia a perspectiva do desvendamento, isto é, da possibilidade de buscar o sentido último do texto através de um conhecimento mais seguro e mais objetivo, a qual poderia ser proporcionada pela busca da inteligibilidade do contexto do autor e da obra. Conferir GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1. p. 39, jan./jun.2005.

⁷⁹ Idem, p.42.

historiador se utiliza da linguagem para se referir ao passado e não para recriá-lo em sua totalidade. Ele o representa a partir de sua escrita.⁸⁰

Gostaríamos de destacar igualmente que as fontes utilizadas por nós, não são entendidas como um acesso direto ao passado. Antes, as compreendemos como monumentos pelos quais desconstruímos suas narrativas. Não estamos preocupados em desvendar os fundamentos ocultos, mas entender como foram construídos pela escrita da história, pelas práticas *comemoracionistas* e pelas biografias produzidas pelo IHGRN. Dessa maneira, organizamos a tese em duas partes: na primeira, analisamos as produções historiográficas anteriores à emergência do IHGRN e, na segunda, nos dedicamos inteiramente à investigação das condições de possibilidade da criação do Instituto, além de examinar o papel dos textos históricos, das atividades comemorativas e das biografias na construção da memória norte-riograndense.

A primeira parte compreende os três primeiros capítulos, cujo elo comum é o século XIX. Decidimos inclui-la por se tratar de um elemento importante para se pensar a constituição da própria história da historiografia norte-riograndense. É a partir da historiografia do século XIX que os primeiros textos e as primeiras representações sobre o passado do Rio Grande do Norte foram sendo urdidas.

No primeiro capítulo, tratamos de analisar o *Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte*, escrito por Gonçalves Dias e publicado pelo IHGB em 1854. Esse artigo foi um dos primeiros textos a organizar uma temporalidade para o Rio Grande do Norte. Nesse capítulo, investigamos como se deu o processo de construção do *Catálogo*, averiguando as relações entre as partes (províncias) e o todo (nação) a partir do projeto historiográfico do IHGB, mais especificamente, no que tange ao Rio Grande do Norte.

No capítulo 2, versamos sobre a obra de Manoel Ferreira Nobre, intitulada *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, publicada em 1877. Diferentemente do relato de Gonçalves Dias, a questão que circunda o livro de Manoel Ferreira Nobre, considerado o primeiro historiador do Rio Grande do Norte, não diz respeito à relação entre as partes e o todo, entre a província e a nação. Seu texto fecha-se no Rio Grande do Norte sem estabelecer qualquer relação com a construção da memória nacional. Nesse sentido, examinamos a recepção da obra por parte da historiografia norte-riograndense, mais especificamente entre os sócios do IHGRN, além de investigar as condições de emergência de sua produção e a própria constituição do texto de Manoel Ferreira Nobre.

⁸⁰ Conferir: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007; RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

No capítulo 3, tomamos como objeto de reflexão o *Ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte* (1898), escrito por Alberto Maranhão, publicado em vários artigos pela *Revista do Rio Grande do Norte* (RRN), órgão do *Grêmio Polymathico*. Escrito em um momento de irrupção da oligarquia Albuquerque Maranhão, da qual o autor faz parte, o texto de Alberto Maranhão, um dos sócios fundadores do IHGRN, evidencia a primeira tentativa entre os letrados potiguares de salientar o papel do Rio Grande do Norte na construção da memória nacional. Seu ensaio abre o projeto intelectual e político dos norte-rio-grandenses do final do século XIX, de constituir a identidade histórica para o estado. É nesse momento que uma memória histórica norte-rio-grandense começa a ser esboçada.

O ponto nevrálgico da tese encontra-se na segunda parte. Esta é constituída, exclusivamente, dos capítulos que versam sobre o IHGRN. Dessa forma, dividimos a segunda parte em quatro capítulos: no quarto, analisamos as condições de emergência que possibilitaram a criação do IHGRN, examinando também o perfil social e a formação intelectual dos primeiros sócios da agremiação; no quinto, tratamos, especificamente, dos textos historiográficos produzidos pelos sócios do IHGRN, verificando as concepções de história neles contidos, as representações sobre o passado construídas nesses escritos, as formas como os seus autores organizam o tempo do Rio Grande do Norte, articulando ao tempo da nação, e como contribuíram para a elaboração de uma memória norte-rio-grandense; no sexto capítulo, investigamos as comemorações organizadas pelo IHGRN e como, por meio destas, as autoridades políticas fizeram uso político do passado; e no sétimo e último capítulo, analisamos o papel das biografias na constituição do *panteão* dos ilustres patrícios norte-rio-grandenses, reforçando a construção da memória histórica do estado.

PARTE I

CAPÍTULO 1 – O Rio Grande do Norte nas páginas do IHGB oitocentista

18 de março de 1851.⁸¹ O imperador D. Pedro II incumbiu Gonçalves Dias de participar de duas comissões, organizadas pelo IHGB, que deveriam percorrer as províncias de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A primeira comissão deveria coligir todos os documentos concernentes à história do país, que porventura existissem nas bibliotecas, arquivos dos mosteiros e repartições públicas daquelas províncias; e a outra deveria examinar todos os liceus, colégios, escolas e quaisquer outros estabelecimentos destinados ao ensino da educação da mocidade.⁸² Em relação à primeira comissão – iremos nos deter apenas nesta – o intuito do empreendimento era coletar documentos inéditos, livros ou até mesmo manuscritos esquecidos que pudessem compor as principais bibliotecas da Corte para servirem na elaboração da história nacional.⁸³ Subjacentemente, a ida aos arquivos das províncias implicaria não só a coleta dos seus documentos, mas em uma estratégia política e discursiva, a saber: integrar as províncias à história geral do Brasil.

Uma questão emerge: como agregar a história da nação às províncias mais distantes da Corte, como o Rio Grande do Norte? Decorre dessa pergunta outras mais específicas: Como equacionar a relação entre o todo e as partes, isto é, a nação e as províncias? Qual o papel do IHGB nesse projeto intelectual e político? O escopo desse capítulo é responder essas indagações, analisando a relação entre o IHGB e a produção de um dos primeiros relatos sobre o Rio Grande do Norte.

1.1 – As histórias das províncias como um problema historiográfico

A expedição de Gonçalves Dias, em 1851, nas províncias não era novidade. Desde a sua criação, em 1838, o IHGB assumiu para si o compromisso de centralizar os documentos

⁸¹ “Sua Magestade Dignou-se comunicar ao Instituto o officio do Sr.Dr. Antonio Gonçalves Dias, datado do Maranhão, em o qual, em desempenho da commissão de que se acha encarregado, faz um relatorio do estado dos cartorios e bibliothecas d’aquella provincia.” 235º SESSÃO DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1851. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XIV. Volume 14. 1851. p.496. O relatório foi publicado pela RIHGB, em 1853, com o título *Exames nos archivos dos mosteiros e das repartições publicas para a collecção de documentos historicos relativos ao Maranhão*.

⁸² DIAS, Antonio Gonçalves. Exames nos archivos dos mosteiros e das repartições publicas para a collecção de documentos historicos relativos ao Maranhão. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVI. 1853. p.370

⁸³ Idem, p.372

espalhados pelas províncias que podiam servir à história e à geografia da nação.⁸⁴ No momento de sua criação, o Brasil passava por um período de instabilidades políticas, decorrente, em grande medida, das tensões vivenciadas entre a Corte e as províncias, implicando diretamente em dificuldades no processo da constituição do estado nacional. Diante desse cenário de volubilidades políticas, tendo como ponto nevrálgico a iminência da fragmentação do seu território, a neófita nação teve o árduo trabalho de se estabelecer como uma unidade espacial e política em face às lutas provinciais que afligiam o país, tais como: a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada e a Revolução Farroupilha etc. Em meio ao perigo da iminente fragmentação devido às querelas políticas com as províncias, para a elite política e intelectual da Corte, fazia-se necessário construir um discurso histórico unificado, centralizado.

Sediado no Rio de Janeiro, o IHGB se colocou como expressão do conceito do estado centralizado, o qual chamava a si o conhecimento advindo e a respeito das províncias.⁸⁵ Isso explica a preocupação por parte dos fundadores do IHGB em evidenciar, logo em seus primeiros documentos, a instituição como o lugar de concentração dos arquivos das províncias. Nesse sentido, havia uma correlação entre o projeto centralizador executado pelo estado imperial e a própria centralização da prática historiográfica.⁸⁶ Dessa maneira, o IHGB encarregou-se de produzir um discurso histórico próprio que apresentasse a nação como uma unidade política, de princípios centralizadores e unificadores.⁸⁷ Assim, predominou no IHGB a ideia mais voltada para a instituição de uma história geral em detrimento das histórias particulares.⁸⁸ É válido destacar que, nos primeiros anos do Instituto, a prioridade da história geral em relação às histórias particulares, não era aceita de modo consensual pelos seus membros. Em sua *Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil*, lida em 1839, e publicada, em 1863, pela *RIHGB*, Raimundo José da Cunha Mattos, um dos fundadores da agremiação, sustentava que por ora, não convinha e nem era possível escrever de uma só vez a história do Império do Brasil que fosse digna da

⁸⁴ MATTOS, Raymundo José da Cunha. Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo I. Número 1. 1838. p.5-6.

⁸⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. p.163-164.

⁸⁶ TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.86.

⁸⁷ BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial**. 2013.315f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.24.

⁸⁸ ARAÚJO, Valdeí Lopes de; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de minas como a história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Volume XLIII, 2007. p. 25.

nação e do Instituto.⁸⁹ Segundo Cunha Mattos, apropriando-se dos argumentos do Visconde de São Leopoldo, fazia-se necessário, primeiro, indagar as histórias particulares, retendo as informações contidas nas províncias, para que com os bons materiais advindos delas, se pudesse escrever a história geral do Império brasileiro.⁹⁰ Para Cunha Mattos, a história das províncias seria a condição para a escrita da história nacional.⁹¹ O próprio Cunha Mattos, além de outros sócios do IHGB, era autor de importantes histórias particulares, por isso não demonstrava disposição de abdicar os rumos de seu projeto de pesquisa “para entrar em uma nova e incerta empreitada”.⁹² Apesar das opiniões diversas, não era do interesse do Império e, por conseguinte, da elite política e intelectual da Corte que se fossem produzidas histórias provinciais à revelia do projeto de uma história geral da nação. Era preciso congregiar as particularidades das províncias em uma narrativa unificadora produzida em um *lugar social* centralizado e localizado na Corte: o IHGB.

Ao Instituto caberia possibilitar, aos futuros historiadores, elementos necessários para a produção de uma história geral da nação, comprometida com os interesses de um estado e de uma classe – empenhados em manter a ordem e difundir uma civilização – delineando um perfil para o país, capaz de garantir uma identidade própria em relação ao conjunto das *nações civilizadas*, ao mesmo tempo, distingui-lo das repúblicas surgidas na América espanhola, caracterizadas pelo caudilhismo.⁹³ Nesse sentido, manter a ordem significava salvaguardar a integridade territorial do Império, preservando as diversas regiões e a preponderância dos interesses da agricultura mercantil-escravista, notadamente localizada na região Sul, polarizada pela Corte, “depositária dos olhos vigilantes do Soberano”.⁹⁴ Por sua vez, propalar a civilização denotava afirmar o primado da razão, o triunfo do progresso, a propagação do espírito associativo, isto é, a formação do próprio povo.⁹⁵ Desse modo, escrever a história da nação estaria necessariamente atrelado à instituição de certo ordenamento do tempo, um tempo saquarema, como define Ilmar Rohloff de Mattos, que funcionaria como um agente organizador que elaboraria um sentido coletivo e identitário para a *Pátria*, unindo o passado

⁸⁹ MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil. In: **RIHGB**. Tomo XXVI. Rio de Janeiro. 1863. p.122

⁹⁰ Idem.

⁹¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p.72.

⁹² ARAÚJO, Valdei Lopes de; MEDEIROS, Bruno Franco. **Op. cit.** p. 26.

⁹³ Conferir: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988 e MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

⁹⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Op.cit.** p.282.

⁹⁵ Idem.

ao presente, possibilitando, ao mesmo tempo, “a passagem de um momento anterior sempre compreendido como desorganizado e bárbaro, não obstante os aspectos positivos que o passado colonial encerrava, a um outro momento, entendido como superior porque o *lugar* da Ordem e da Civilização.”⁹⁶ Era preciso ajustar o Brasil aos quadros das *nações civilizadas*, identificando sua particularidade histórica e geográfica, simultaneamente, era mister instituir um discurso histórico que pudesse congrega as diferenças regionais em torno de uma história geral do país, tecendo uma narrativa unificadora que realçasse a administração imperial e reservasse tudo à Coroa, “centro aglutinador para onde deveriam convergir todos os interesses do Império.”⁹⁷ Isso não quer dizer que os acontecimentos históricos ocorridos nas províncias, bem como suas características naturais, o seu possível potencial econômico e a presença dos índios em seu território, fossem dispensáveis.

As províncias teriam seu lugar na narrativa histórica da nação. Não é por acaso que no artigo 2º dos primeiros estatutos do IHGB, a instituição intencionava ramificar-se nas províncias do Império “para mais fácil desempenho dos fins que se propõe.”⁹⁸ A importância das províncias era evidente, contudo, suas histórias não deveriam ser pensadas de maneira isoladas, como um processo à parte da história geral da nação, pois: “tinha-se em mente um projeto de ‘História Geral do Brasil’ que se identificava com um grande levantamento descritivo dos fatos e documentos.”⁹⁹ Conforme o historiador Valdeci Lopes de Araújo, esse empenho de conhecer um território vasto e marcado pelo isolamento e pela fragmentação “é uma resposta à tomada de consciência dessa fragilidade do Império, que data do processo de independência, durante o qual a política das Cortes de Lisboa para o Brasil foi caracterizada como ‘dividir para dominar’.”¹⁰⁰ A história geral do Brasil, portanto, seria não só uma forma de organizar a própria narrativa da nação, mas também funcionaria como um dispositivo discursivo que resolveria o problema da iminência das narrativas particulares que assinalavam suas identidades regionais – sobretudo, as de cunho separatista e autônomas – frente a unidade e a centralidade do Império.¹⁰¹ Essa questão fica evidente no *Discurso inaugural* do

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ BOEIRA, Luciana Fernandes. **Op.cit.** p.25.

⁹⁸ Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1838. p.18.

⁹⁹ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p.144.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Citamos aqui a tese de doutorado, intitulado *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial* (2013), da historiadora Luciana Fernandes Boeira como um trabalho que analisa profundamente a problemática em torno das temáticas da historiografia regional, mais especificamente das narrativas sobre a Província de São Pedro, e o IHGB. A referida historiadora constatou que a Província de São Pedro foi uma das províncias do Império que

Instituto em 1838, pronunciado pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, o qual convocava os homens de letras espalhados pelas províncias para se encarregarem da tarefa de contribuir para a construção de uma história geral e filosófica do Brasil:

Esta tarefa, em nossas circunstancias, bem superior ás forças de um só homem ainda o mais emphendedor, torna-se-ha facil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das provincias do Imperio, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional, que é o nosso trimbe, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma historia geral e philosophica do Brazil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos.¹⁰²

Como podemos observar nesse fragmento, a tarefa era dirigida a um trabalho de equipe, não se restringindo somente aos habitantes da Corte, mas também à elite provincial, convocada a coletar fontes para o depósito comum, o qual deveria servir ao projeto de uma história geral.¹⁰³ Para o cônego, não faltava à nação, escritores que se dessem ao trabalho de recomendar à posteridade os fatos ocorridos em várias regiões do Império e que tenham dado informações valiosas acerca da natureza do seu vasto território.¹⁰⁴ Contudo, fazia-se necessário ao trabalho do historiador alojado no IHGB, ressuscitar os fatos notáveis da nação, implicando, dessa maneira, uma ideia de unificação do país, tendo em vista que “esses acontecimentos não ocorreram apenas em um determinado lugar, mas, ao contrário, se passaram em todas as províncias do país.”¹⁰⁵ Karl Friedrich Phillip von Martius em sua premiada dissertação, intitulada *Como se deve escrever a Historia do Brazil*, datada em 10 de janeiro de 1843, publicada pela *RIHGB*, em 1844, também chegara ao mesmo entendimento do 1º secretário, Cunha Barbosa:

mais recebeu atenção nas páginas da publicação nacional depois do Rio de Janeiro, seguida de perto, em número de artigos divulgados, pela Província do Mato Grosso, assim como ela, uma região fronteiriça estratégica do país, nos limites com o Paraguai. Conforme Luciana Boeira, no transcorrer do século XIX, a temática concernente ao estabelecimento dos limites territoriais e o controle das regiões fronteiriças “visando à manutenção da unidade nacional foram preocupações presentes por todo o período”. Ela acrescenta: “tanto o tipo de documentação quanto a regularidade com que matérias sobre as duas províncias estão colocadas na Revista do IHGB contribuem para reforçar tais impressões.” BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense:** a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial. 2013.315f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.36-37

¹⁰² BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1838. p.10

¹⁰³ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (orga.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.99

¹⁰⁴ BARBOZA, Januario da Cunha. **Op. cit.** p.11

¹⁰⁵ CEZAR, Temístocles. **Op. cit.** p.96

Só agora principia o Brazil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Provincias: estes devem ser aniquillados por meio de uma instrucção judiciousa; cada uma das partes do Imperio deve tornar-se cara ás outras; deve procurar-se provar que o Brazil, paiz tão vasto e rico em fontes variadissimas de ventura e de prosperidade civil, alcançará o seu mais favoravel desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarchia, a estabelecer, por uma sabia organização entre todas as Provincias, relações reciprocas. (...) deve o historiador patriotico aproveitar toda e qualquer occasião afim de mostrar que todas as Provincias do Imperio por lei organica se pertencem mutuamente, que seu propicio adiantamento só póde ser garantido pela mais intima união entre ellas. Justamente na vasta extensão do paiz, na variedade dos seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo historico, e as mesmas esperanças para o futuro lisongeiro, acha-se fundado o podêr e grandeza do paiz.¹⁰⁶

Esse trecho foi extraído da última parte da dissertação de Martius.¹⁰⁷ O estudioso alemão termina seu texto com algumas observações teórico-metodológicas concernentes à forma que deveria ter a história do Brasil.¹⁰⁸ De início, Martius reconhece o valor das obras até então publicadas sobre as províncias do país, apontando a relevância que elas tiveram em evidenciar fatos importantes, esclarecendo-os minuciosamente.¹⁰⁹ Todavia, as obras que versaram sobre as províncias não satisfaziam as exigências da *verdade historiográfica*, porque estavam ressentidas do *espírito das crônicas*.¹¹⁰ O problema do *espírito das crônicas*, na avaliação de Martius, residia na referência de um grande número de fatos insignificantes, monótonos, repetitivos, acontecimentos que não possuíam mais vestígios históricos e ao serem referenciados em uma obra histórica, prejudicava o interesse da narração e o juízo do leitor sobre o essencial.¹¹¹ O que cada governo fez ou deixou de fazer na sua província, a simples menção de fatos de nenhuma importância histórica, como aqueles que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados, ou o emprego exagerado de citações e autos que nada provam, deveriam ser excluídos, de acordo com o cientista alemão.

¹⁰⁶MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a historia do Brazil. In: **RIHGB**. Tomo 6, Rio de Janeiro, 1844. p.402

¹⁰⁷ O texto de Martius está dividido em quatro partes: as ideias gerais sobre a história do Brasil; os índios e sua história como parte da história do Brasil; os portugueses e a sua parte na história do Brasil; e, por fim, a raça africana em suas relações para com a história do Brasil. Para um estudo mais pormenorizado acerca da dissertação de Martius, sugerimos os seguintes textos: CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.173-208 e GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Volume VII (2), 389-410. 2000.

¹⁰⁸ CEZAR, Temístocles. **Op. cit.** p.203

¹⁰⁹MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. **Op. cit.** p.399

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

A crítica de von Martius às características das crônicas provinciais têm uma explicação: como lidar com a dificuldade de informações tão abrangentes, considerando a extensão do território da nação e a diversidade de sua natureza, dos seus costumes e da composição da sua população? Como tornar compatível a relação entre o geral e o específico? As crônicas não supririam as necessidades de se estabelecer uma narrativa geral da nação, uma vez que realçariam mais as disparidades do que os elementos unificadores. Como escreve Martius: “o author, que dirigisse com preferencia as suas visões sobre uma d’estas circunstancias, corria o perigo de não escrever uma historia do Brazil, mas sim uma serie de historias especiaes de cada uma das provincias.”¹¹² Nesse sentido, o historiador incumbido de escrever a história do Brasil, não deveria produzi-la a partir de uma descrição minuciosa das especificidades das regiões, tal qual as *crônicas provinciais*, mas construir uma narrativa que instituisse, em meio a heterogeneidade dos elementos, a unidade produzida por uma história.¹¹³

Assim, a relação entre o geral (a nação) e o particular (a província), o todo e a parte, se mostra no texto de Martius como um verdadeiro problema epistemológico.¹¹⁴ Para evitar o conflito entre os dois níveis, Martius sugere, em primeiro lugar, a instituição de uma temporalidade única que “seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do paiz em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a Mãe pátria, (...)”¹¹⁵ O tempo, no caso, as épocas, funcionaria como elemento de agregação e de ordenação entre os dois mundos, o geral e o específico. Por conseguinte, segundo von Martius, caberia ao historiador realçar as especificidades das regiões que essencialmente diferem, evidenciando as peculiaridades verdadeiramente importantes e significativas para a história.¹¹⁶ Era necessário omitir o que já havia se repetido em outras províncias, tratando-as conjuntamente a partir de uma natureza física comum. Por exemplo, a história de São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso comporiam naturalmente um grupo, assim como, as províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, formariam outro.¹¹⁷

Era imperativo ao historiador, segundo von Martius, viajar as províncias, pesquisar *in loco*, observar as particularidades da sua natureza e da sua população com os seus próprios olhos, ver por si mesmo, produzindo um saber histórico fundamentado na *autópsia*, tal como

¹¹² Idem, p.399-400.

¹¹³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Op. cit.** 410

¹¹⁴ CEZAR, Temístocles. **Op. cit.** p.205

¹¹⁵ MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. **Op. cit.** p.400

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

a concepção tucidideana de história.¹¹⁸ O olho está no centro dessa operação, o historiador vê em melhores condições porque *esteve lá* como um viajante, legitimando o seu próprio texto como verdade, fazendo ver e crer por meio da *autópsia*.¹¹⁹ É importante assinalar que a viagem era um recurso intelectual imprescindível, tanto para historiadores como para os românticos da virada do século XVIII e início do século XIX.¹²⁰ Letrados como: Chateaubriand, Goethe, Wordsworth, Byron, Shelley, Keats, Espronceda, Garret, Alexandro Herculano, Jules Michelet e Leopold von Ranke, e, no caso do Brasil, Varnhagen, foram marcados pelas viagens.¹²¹ Conforme Temístocles Cezar, “o deslocamento no espaço os auxilia a pensar sobre um conjunto de materiais novos e, principalmente, diferentes.”¹²² Para Chateaubriand, por exemplo, a viagem funcionaria como fonte histórica, uma vez que era considerada como um instrumento de saber legítimo que proporcionaria ao historiador-viajante uma visão *in loco*, um recurso cognitivo importante para a escrita da história em um momento marcada pela irrupção da história como ciência e sua ambição à verdade, à objetividade da narrativa e à imparcialidade.¹²³ Entre os historiógrafos brasileiros, o pensamento não era diferente. De Varnhagen a Gilberto Freyre, a viagem é apontada como elemento fundamental para o ofício do historiador, “sobretudo por através dela ser possível *ver a história*.”¹²⁴

Desse modo, para Martius, a viagem é aquilo que torna apta a tarefa do historiador que vai à província, pois somente dessa maneira, ele poderá avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer parte do Império, explicando-os a partir de suas particularidades espaciais, fazendo ver ao leitor as diferenças entre as regiões.¹²⁵ Caberia ao historiador fazer aparecer o diferente, a particularidade, a todos os habitantes do

¹¹⁸ HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.80

¹¹⁹ De acordo com o historiador Temístocles Cezar, a *autópsia* não é um método ausente da produção historiográfica brasileira do século XIX. Ela se torna um dispositivo extremamente importante para a escrita da História da nação, funcionando ao mesmo tempo como uma forma de assegurar a verdade de uma fonte importante, como os relatos de viagem, como um imperativo de pesquisa, “quando o próprio historiador assume a perspectiva de viajante apreendido como uma figura gêmea, ou seja, como aquele que viu as coisas que narra.” CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e presentismo. Noções de escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Escrita, linguagens, objetos**: leituras de história cultural. Bauru: EDUSC, 2004. p.49

¹²⁰ Idem. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. **Almanack Braziliense**, v. 11. 2010. p.29

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ Idem. p.30; Idem. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 159-207.

¹²⁴ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.225

¹²⁵ MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. **Op. cit.** p.401.

país para que, ao observarem as descrições locais de outras regiões pelo relato do historiador-viajante, possam reconhecer a sua própria habitação e encontrar consigo mesmos.¹²⁶

Conforme Martius, o historiador da nação deveria munir-se também do patriotismo, aproveitando o seu texto para demonstrar que todas as províncias do país se pertencem mutuamente, construindo uma leitura que unifique as partes apesar das diferenças, que leve ao leitor da obra a ser convencido de que partilha a mesma origem dos outros habitantes do Brasil.¹²⁷ Ao historiador competiria urdir a identidade entre os diferentes membros da nação. Em suma, uma das tarefas do historiador do Brasil, como vimos em Martius, era incluir as províncias num plano da história nacional.

Todavia, o trabalho não competiria a um só indivíduo. O esforço era árduo, dispendioso. Precisaria de um trabalho coletivo e de mão dupla: dos sócios em direção às províncias e das autoridades e escritores das províncias em direção ao IHGB. Como observamos no *discurso inaugural* de Cunha Barbosa, era relevante apelar aos intelectuais inscritos nas províncias para que pudessem coletar informações acerca de suas regiões, não para construir histórias particulares, mas para contribuírem para a produção de uma história geral, legitimando a centralização do Império enquanto sobreposto aos poderes locais.¹²⁸ Contudo, uma questão fazia-se necessária: que informações deveriam ser buscadas nas províncias?

Januário de Cunha Barbosa escreveu em dezembro de 1838, um pequeno texto intitulado *Lembrança*, cujo objetivo era apresentar uma lista, a ser pesquisado pelos sócios do IHGB, tratando do que deveriam procurar nas províncias. Cunha Barbosa dividiu a lista em três partes: uma histórica, uma geográfica e a outra que atendia aos interesses da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)*, instituição a qual o Instituto esteve inicialmente vinculado.¹²⁹

Cunha Barbosa destinou à parte histórica o maior número de atribuições a ser pesquisado pelos sócios do IHGB que, porventura, tivessem como destino as províncias. A seção foi dividida em seis partes. A primeira remetia à coleta de notícias biográficas impressas ou manuscritas de brasileiros “distintos por suas letras virtudes, armas, serviços relevantes, ou por qualquer qualidade notável, desde o descobrimento do Brazil até hoje.”¹³⁰ A pesquisa deveria explicar os nomes, a naturalidade, o tempo em que viveram e os motivos

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **Op. cit.** p.174.

¹²⁹ BARBOZA, Januario da Cunha. *Lembrança*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo I. 1839. p.109-110.

¹³⁰ Idem, p.109.

de sua celebridade. As narrativas de vidas possuíam o intuito de fornecer elementos subsidiários à construção de uma grande narrativa historiográfica para a nação, o que explica o interesse em reunir dados sobre as personalidades que apresentassem contribuições nesse sentido.¹³¹ Obviamente que não era qualquer brasileiro que deveria ser biografado. Somente homens cujas experiências de vida fossem distintas, virtuosas, e que tivessem prestado serviços relevantes ao país.¹³² Nesse sentido, as biografias dos homens virtuosos, espalhados pelas províncias, comporiam o projeto de uma história da nação, concretizando o interesse em tirar da obscuridade os feitos dos filhos do Brasil – incluindo os brasileiros fora da Corte – como apontava Cunha Barbosa, em seu *discurso inaugural* de 1838.

Além das biografias, os sócios do IHGB deveriam fazer cópias autênticas de documentos – extraídas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis como eclesiásticos – que interessassem à história pátria. Em grande medida, esta orientação foi levada a cabo por alguns presidentes de província.¹³³ Na 4ª sessão realizada em 4 de fevereiro de 1839, o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes propôs que se enviasse a todos os presidentes de província o título de sócio corresponde do IHGB, o que demonstra o interesse, por parte da referida instituição, em estabelecer uma aproximação mais efetiva com os líderes políticos das regiões, para que estes pudessem contribuir com o envio de documentos ao Instituto.¹³⁴ Outros elementos foram incluídos à lista de petições: notícias sobre os índios; descrições sobre a economia, a literatura, os aspectos naturais, urbanísticos e demográficos da província; notícias de fatos extraordinários, como por exemplo, a queda de meteoros na região; notícias sobre a medicina da região e o seu uso prático, além de aspectos da fauna e da flora.¹³⁵

¹³¹ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história:** a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.84.

¹³² De acordo com Maria da Glória de Oliveira, desde 1839, o IHGB destinava um espaço em sua revista um espaço para a publicação de biografias. A seção intitulava-se *Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas e virtudes* – mantida a fórmula até 1850, quando se transforma em *Biografias de brasileiros distintos ou de indivíduos ilustres que serviram no Brasil*. OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Op. cit.** p.100.

¹³³ Logo de início, o IHGB recebeu algumas doações dos presidentes de província. Por exemplo, o senhor Thomé Maria da Fonseca ofereceu um folheto à biblioteca do IHGB sobre a origem, progresso e decadência do quinto do ouro em Minas Gerais. O presidente de província Francisco do Rego Barros doou o “Inventário das armas e petrechos bellicos que os Holandezes deixaram em Pernambuco, quando forão obrigados a evacual-o em 1654”. O senhor João Antônio de Miranda escreveu uma carta, lida na 13ª sessão, dizendo que iria coligar alguns papeis históricos sobre a província do Ceará para remetê-los ao IHGB. 13ª SESSÃO EM 1º DE JUNHO DE 1839. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo I. 1839. p.115-116.

¹³⁴ 4ª SESSÃO EM 4 DE FEVEREIRO DE 1839. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo I. 1839. p.47.

¹³⁵ BARBOZA, Januario da Cunha. **Op. cit.** p.109-110.

¹³⁵ Idem, p.110.

No que tange à parte geográfica – apresentando bem menos pontos a serem explorados se comparados à história¹³⁶ – os sócios deveriam pesquisar sobre a extensão da província e de sua confrontação com outras, de sua divisão em comarcas, da direção dos seus rios, e montanhas, da qualidade dos seus terrenos, e de seus arvoredos, da sua mineração, agricultura, e pescarias, enfim, de tudo que poderia servir à geografia do país “e com a possível exactidão e clareza”.¹³⁷ Por parte do IHGB e do próprio Império, havia o interesse em reunir informações acerca das características naturais das províncias, atendendo tanto a interesses científicos como políticos. A geografia, assim como a história, se constituiu no século XIX como um instrumento intelectual da ação política dentro de um projeto de construção de um saber científico sobre a nação, mais precisamente, da constituição do seu conhecimento espacial, definindo sua extensão, ajudando a expandir e a delimitar suas fronteiras e estabelecendo as coordenadas necessárias à sua ocupação.¹³⁸ Nesse sentido, dentro do centro de interesse científico e político do IHGB oitocentista, o saber sobre o espaço nacional integrou-se ao projeto histórico que estabelecia uma identidade para a nação.¹³⁹ Assim como o projeto de uma história geral, era necessário integrar o saber espacial das províncias à ideia de um território comum, reconhecido e recortado por limites bem definidos, objetivando “conjugar a relação dos grupos dispersos no território com um espaço e um centro comum, buscando-se, assim constituir um sentido de afinidade mais amplo entre os grupos que se julgavam poder reunir num dado momento.”¹⁴⁰

O pequeno texto *Lembranças* de Cunha Barbosa, só reforçou o caminho que foi trilhado pelos sócios do IHGB ao longo do século XIX, no que diz respeito ao saber geográfico: pensar o espaço nacional como operação do centro em direção às partes, às províncias, a partir de um esforço em produzir uma visão homogeneizadora das elites acerca da nação e da identidade.¹⁴¹ Isso não quer dizer que o que era relevante às elites provinciais estivesse de fora. Pelo contrário, o debate em torno do *Programa Geográfico*, permitiu que os interesses das elites do Rio de Janeiro convergissem aos das elites provinciais por meio de um

¹³⁶ Talvez um dos motivos que explique essa questão é a própria dinâmica da relação entre a história, o saber geográfico e a ideia de nação no Brasil do século XIX, como aponta Temístocles Cezar, “no plano epistemológico, os primeiros tempos do IHGB, indicam que a geografia, a despeito de sua evidente importância, era apenas uma *ciência auxiliar* da história. Ela era uma contribuição, não um domínio autônomo.” CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*. Santa Cruz do Sul. Volume 11, n.1. jan/jun. 2005. p.82.

¹³⁷ BARBOZA, Januario da Cunha. *Op. cit.* 1p.109.

¹³⁸ CEZAR, Temístocles. *Op. cit.* p.82.

¹³⁹ PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço*. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011. p.13

¹⁴⁰ Idem, p.14.

¹⁴¹ Idem.

processo de identificação do território, como nos explica Renato Amado Peixoto: “ao lado das explorações arregimentadas e apoiadas pelo IHGB, os governos das Províncias e os particulares também passaram a organizar expedições cujas finalidades incorporavam-se aos anseios do Instituto.”¹⁴² Desse modo, a geografia servia não só como um saber capaz de fornecer com exatidão e clareza as informações sobre a natureza das províncias, mas também de oferecer possibilidades para a exploração das potencialidades econômicas dos seus recursos, o que convergiria amplos interesses, quais sejam: do estado Imperial, das elites do Rio de Janeiro e das províncias.

A última seção dedicava-se a atender aos interesses da SAIN. É importante frisar que a fundação do IHGB teve origem em uma sociedade voltada à promoção do desenvolvimento econômico do país.¹⁴³ Como mencionamos anteriormente, o IHGB surgiu pela iniciativa dos membros da própria SAIN. Não é por acaso que esta figurasse como uma beneficiária no processo de pesquisa de conhecimentos acerca da economia das províncias. As informações a serem coletadas pelos sócios deveriam conter dados, principalmente acerca da agricultura das províncias. Era interesse apreender o funcionamento do sistema agrícola, dos seus usos, dos seus processos, dos seus produtos, sobre o seu progresso ou decadência nas províncias. O saber que se queria colher acerca da agricultura não era desinteressado, senão vejamos: “A sociedade Auxiliadora da Industria deseja que se remetam das provincias caroços, raizes, sementes e pevides, de fructos, arvores magestosas, palmeiras, plantas medicinaes e de hortas.”¹⁴⁴ Em troca, a SAIN se comprometeria em oferecer aos fazendeiros das províncias as sementes que lhes pedissem, além de fornecer instruções para o desenvolvimento do cultivo.¹⁴⁵ O objetivo da SAIN era eminentemente econômico, preocupava-se com o desenvolvimento das atividades produtivas das províncias, principalmente da agricultura, a fim de integrá-las ao progresso da economia da nação.¹⁴⁶ Está aí atrelada, a crença no progresso tão difundido no século XIX, que tanto instigou as diversas ciências, inclusive a história. Se o IHGB deveria, de acordo com os seus fundadores, exercer a tarefa de representar o progresso linear e continuado em sua historiografia, apresentando o processo

¹⁴²Idem. **A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia do século XIX.** 2005.427f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p.128.

¹⁴³GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857.** Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. p.72.

¹⁴⁴BARBOZA, Januario da Cunha. **Op. cit.** p.110.

¹⁴⁵Idem.

¹⁴⁶GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. p.71.

civilizador que a nação atravessou, aproximando-se do almejado padrão europeu, a SAIN deveria promover o progresso econômico do país.¹⁴⁷

Através do seu artigo *Lembrança*, Cunha Barbosa sistematizou, como mencionado acima, o que se deveria buscar nas províncias. O conteúdo da pesquisa histórica e geográfica nas regiões estava bem delimitado em seu artigo. É verdade que, na década de 1840, o IHGB recebera dos presidentes de província vários documentos, publicados, inclusive, em sua revista. No entanto, o número de fontes que chegava não atendia às expectativas dos sócios do Instituto. Dessa forma, uma outra questão se colocava dentro do IHGB: *como* conseguir o maior número possível de documentos das províncias?

Era preciso ir além das fontes hospedadas nos arquivos da Corte e das áreas adjacentes. O raio de abrangência deveria ampliar-se, incluindo outras partes pertencentes ao corpo da nação. Em 1841, o desembargador e sócio efetivo do IHGB, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, membro da *Comissão de História*, lançava na sessão do dia 4 de fevereiro, o seguinte programa: *Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e a Geografia do Brasil?*¹⁴⁸ O programa continha as linhas mestras que deveriam nortear o trabalho da instituição na localização e na compilação de fontes.¹⁴⁹ Assim como algumas das primeiras palestras proferidas no IHGB oitocentista, o programa de Rodrigo de Souza Pontes era uma tentativa de normatizar e criar regras a serem desempenhadas na reunião e organização das fontes pelos sócios do Instituto.¹⁵⁰ De acordo com o sócio do IHGB, a mais urgente das incumbências da agremiação seria o cumprimento do artigo 1º dos seus estatutos: “colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a historia egeographia do Imperio do Brazil.”¹⁵¹ Para o referido sócio, caberia ao Instituto solicitar o consentimento de indivíduos e de instituições, governamentais ou não, para coligir os documentos pertencentes a eles, inclusive, se fosse necessário, utilizar recursos financeiros.¹⁵²

¹⁴⁷ Idem. p.72.

¹⁴⁸ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. *Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e a Geografia do Brasil?*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo III. 1841. p.149.

¹⁴⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988. p. 18.

¹⁵⁰ CEZAR, Temístocles. *Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos*. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.94.

¹⁵¹ Idem. p.150.

¹⁵² Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo I. 1838. p.18.

O Instituto deveria também nomear uma comissão para examinar os depósitos de documentos espalhados por diversas instituições do país. Para isso, segundo Rodrigo de Souza Pontes, era mister que a comissão apresentasse ao Instituto um relatório circunstanciado do arquivo que esmerilhou, “expondo o que entende acerca da autenticidade e da importancia dos documentos ahi depositados, e acerca da despeza necessaria para obtelos, ou tenha de se tirar copia delles, ou hajam adquirir-se por compra.”¹⁵³ Em outras palavras, a proposta de Rodrigo Pontes era de desnudar os arquivos, coligir e organizar as fontes. Não obstante a reunião de documentos fosse um imperativo para o Instituto, nem toda fonte deveria ser considerada como autêntica e importante. Os documentos deveriam passar por um exame de autenticidade (original ou falso) e ser classificado como relevante, ou não, para a história da nação. Sua proposta não era somente uma coleção de documentos espalhados pelos arquivos provinciais, mas estabelecer uma crítica documental. Esta forma de se pensar os usos dos documentos, a partir dos referidos critérios, demonstra a aproximação do IHGB com os métodos de pesquisa antiquária e erudita – centrada na coleta e no estudo crítico das fontes – utilizados pela historiografia moderna.¹⁵⁴ A autenticidade não dizia respeito apenas aos seus elementos exteriores, mas em relação ao seu próprio conteúdo, se o que diziam era verdadeiro, se eram sinceros ou falsificados, bem informados ou ignorantes.¹⁵⁵ Conforme o desembargador, o método proposto por ele deveria ser aplicado aos documentos inscritos nos arquivos da Corte, assim como nos das províncias do Brasil, respeitando os materiais e documentos já organizados, uniformizando o processo de coleta.¹⁵⁶

Rodrigo de Souza Pontes tinha consciência de que só a organização da documentação não preencheria todas as lacunas concernentes à história e à geografia do país. Quando fosse preciso elucidar algum ponto da história ou da geografia que ainda não tivesse sido suficientemente esclarecido, o desembargador estava persuadido de que a alternativa mais científica era o emprego das viagens. Desde a primeira metade do século XIX, a viagem, como demonstrado anteriormente, era concebida como um instrumento importante de se obter conhecimento sobre a nação.¹⁵⁷ Todavia, a viagem, como metodologia científica sugerida por Rodrigo de Souza Pontes, não deveria ser encarada apenas como recurso para coligir cópias, desenhos, ou descrições de monumentos, mas também para reparar erros e contradições de

¹⁵³ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. **Op. cit.** p.150.

¹⁵⁴ ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **Op. cit.** p.143; MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: Edusc, 2004. p.112-113.

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.7.

¹⁵⁶ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. **Op.cit.** p.150.

¹⁵⁷ Sobre a importância de viajar e do relato de viagem na formação intelectual brasileira, sobretudo, relacionada à constituição da prosa de ficção romântica, conferir SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

mapas ou relatos de viajantes sob suspeição¹⁵⁸, operando o que Temístocles Cezar chamou de “*autópsia da autópsia*, ou ver de novo o que já foi visto, significa a correção da visão *in loco* por uma outra visita ao local,”¹⁵⁹ como podemos observar na seguinte passagem: “Alguma vez sucede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exactidão, sem exame e conhecimento dos logares em que passaram scenas relatadas, ou sem determinar, segundo os principios da sciencia, a posição geographica desses mesmos lugares.”¹⁶⁰ Para Rodrigo de Souza Pontes, a viagem era um recurso importante, uma espécie de *certidão de verdade*¹⁶¹, sobretudo pelo seu carácter científico, para abalizar, esclarecer, corrigir as informações contidas em relatos e escritos históricos passados. Desse modo, as viagens científicas deveriam complementar, se necessário fosse, as informações presentes nos documentos.

Competiria, portanto, ao Instituto organizar a documentação a fim de servir à nação por meio do fazer historiográfico. Segundo Rodrigo Pontes, a tarefa não seria tão difícil se houvesse o empenho coletivo dos membros da agremiação na distribuição do serviço, como já tinha orientado Cunha Barbosa, em seu *discurso inaugural* de 1838.¹⁶² Era mister adotar um método pautado em questões, em perguntas, aplicadas a um dado fato histórico ou uma localidade colocada sob suspeição, de modo a serem investigadas, estudadas e resolvidas, tal como o exemplo das sociedades científicas da Europa.¹⁶³ Daí a necessidade de instituir comissões com o intuito de irem a cada província do Império, recolher diversas informações, que pudessem ser objeto de estudos, questões e indicações apropriadas a cada uma delas: “*accommodadas aos estudos especiaes, á posição social das pessoas incumbidas da solução das questões propostas, do exame dos assumptos designados.*”¹⁶⁴ Na última parte do seu programa, Rodrigo Pontes sugere ao IHGB a distribuição de prêmios para fomentar o interesse de estudiosos que desejassem percorrer as províncias e outros países com o intuito de coligir documentos para fornecer dados e bases para a história e a geografia do país.¹⁶⁵

Assim, na década de 40, o Instituto já contava com importantes textos que orientavam a pesquisa histórica nas províncias: a dissertação de von Martius, o texto *Lembranças* de Cunha Barbosa que norteava os sócios do IHGB sobre *o que deveria ser pesquisado* e o programa de Rodrigo da Silva Pontes que propunha *como deveria ser pesquisado*. A despeito

¹⁵⁸ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. **Op.cit.** p.151.

¹⁵⁹ CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**. Santa Cruz do Sul. Volume 11, n.1. jan/jun. 2005. p.91.

¹⁶⁰ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. **Op.cit.** p.151.

¹⁶¹ SÜSSEKIND, Flora. **Op. cit.** p.46-50.

¹⁶² PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. **Op.cit.** p.156.

¹⁶³ *Idem.*

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ *Idem.*

do esforço de orientação do IHGB, o envio de documentos provenientes das provinciais foi dificultado pelas constantes revoltas que ocorreram em diversas regiões do Império. Em relação às províncias do Norte, somente a partir da segunda metade do século XIX que os documentos começaram a chegar de forma mais frequente aos arquivos da Corte.¹⁶⁶

1.2 – “Nem era possível remediar no estado lastimável em que se acham os arquivos da província do Rio Grande do Norte”: o relato de Gonçalves Dias

Um dos grandes responsáveis pelo recolhimento da documentação advinda das províncias do Norte em direção à Corte foi o poeta maranhense e sócio do IHGRN, Gonçalves Dias. Conforme José Honório Rodrigues, o relatório do Ministro do Império de, 1851, informava que dos 275 documentos recolhidos ao Arquivo Público, 161 tinham sido enviados por Gonçalves Dias.¹⁶⁷ É aqui que voltamos à viagem de Gonçalves Dias ao Norte do país, anunciada no início desse capítulo.

A empreitada de Gonçalves Dias foi um desdobramento da nova postura política e científica que o IHGB passou a adotar a partir de 15 de dezembro de 1849, quando D. Pedro II colocou a instituição debaixo da sua imediata proteção¹⁶⁸, instalando suas novas dependências no terceiro andar do *Paço da Cidade*, sede de trabalho do Imperador no Rio de Janeiro.¹⁶⁹ A partir de então, D. Pedro II passou a ser um frequentador assíduo das sessões realizadas no IHGB, não se contentando apenas em ser um mero expectador ou mais um participante das longas sessões da agremiação, pelo contrário, esteve relacionado diretamente com as atividades científicas e políticas do Instituto, propondo temas, estabelecendo prêmios e subsidiando financeiramente as atividades empreendidas pela referida instituição.¹⁷⁰ Desse modo, com o mecenato do Imperador era inevitável que o IHGB ficasse incólume ao novo cenário político que se desenhava para ele.

Em junho de 1851, seus estatutos foram revisados, contendo duas grandes mudanças: os critérios de ingresso para a admissão de novos sócios e o aumento no número de

¹⁶⁶ HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da História do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 2012. 371f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.101.

¹⁶⁷ RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1982. p.54.

¹⁶⁸ Conferir: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2011.

¹⁶⁹ Conforme o historiador Manoel Salgado Guimarães, a data de 15 de dezembro de 1849 é extremamente simbólica para a mudança que se processava dentro do IHGB. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil**: 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. P. 78

¹⁷⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Op. cit.** p. 78

comissões. Em relação à primeira, foi exigida, aos candidatos aos quadros de sócio efetivo e correspondente da agremiação, a comprovação de produção intelectual, além da doação de uma *obra de valor* à biblioteca ou um *presente importante* para o museu do IHGB.¹⁷¹ O novo critério de admissão de sócios apontava para uma nova postura científica que deveria ser adotada em relação às atividades intelectuais, dentro dos quadros da instituição, privilegiando as virtudes do intelecto dos novos membros, porém tal estratégia não surtiu tanto efeito na prática.¹⁷² No que tange à transformação nas comissões do Instituto, aos novos estatutos foram acrescentadas mais oito seções, além das já tradicionais seções de História e de Geografia. Cada uma destas seções recebeu mais uma comissão subsidiária.¹⁷³ Além destas, criou-se a Comissão de *Archeologia, Ethnographia e Línguas indígenas* e as Comissões de *Revisão e correção de manuscriptos* e *pesquisas de manuscriptos*, estas últimas responsáveis pelas atividades de investigação das fontes.¹⁷⁴

As mudanças nos estatutos do IHGB, em 1851, sobretudo, as pertinentes à criação das Comissões de *Revisão e correção de manuscriptos* e a de *pesquisas de manuscriptos*, reforçaram o interesse, por parte da agremiação e do Imperador, em colecionar o máximo possível de fontes – sobretudo, de documentos oficiais, provenientes de repartições públicas, das bibliotecas e dos mosteiros – para a viabilização do projeto de uma história nacional. Foi a serviço do Imperador e dessas comissões que Gonçalves Dias viajou ao Norte do Brasil, em 1851. O intuito principal era averiguar e apropriar-se da riqueza documental presente nos arquivos das províncias do Norte, tarefa “imprescindível para a escrita futura da história do país.”¹⁷⁵

O primeiro destino de Gonçalves Dias foi o Maranhão. Explica-se: o sócio do IHGB tinha negócios a tratar em sua província.¹⁷⁶ Logo no desembarque na capital maranhense, Gonçalves Dias vê-se diante de um cenário inóspito: a propagação da febre amarela.¹⁷⁷ Embora embaraçado com o que vê em sua terra natal, Gonçalves Dias se dirigiu às autoridades locais – o presidente de província Azeredo Coutinho e o seu sucessor Eduardo Olympio Machado – com o intuito de buscar apoio para realizar sua tarefa junto aos arquivos

¹⁷¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.48

¹⁷² Idem, p.49.

¹⁷³ 227ª sessão da Assembleia Geral no dia 23 de maio de 1851. In: **RIHGB**. Tomo XIV. 1851. p.454-468

¹⁷⁴ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op.cit.** p.48

¹⁷⁵ HRUBY, Hugo. **Op. cit.** p.101

¹⁷⁶ DIAS, Antonio Gonçalves. Exames nos archivos dos mosteiros e das repartições publicas para a collecção de documentos historicos relativos ao Maranhão. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVI. 1853. p.370

¹⁷⁶ Idem, p.370

¹⁷⁷ Idem, p.371

das diferentes repartições públicas e eclesiásticas.¹⁷⁸ O estado dos arquivos nestas instituições foi descrito minuciosamente em seu relatório destinado ao Imperador. Porém, o resultado do exame da situação dos arquivos do Maranhão não foi tão animador: muitos documentos estavam deteriorados, outros perdidos, o que inviabilizava, segundo ele, até mesmo o preenchimento de algumas lacunas da história da província. Diante do quadro problemático dos arquivos da província, Gonçalves Dias faz um apelo ao Imperador: “é preciso que no arquivo da corte se encontrem todos os esclarecimentos precisos á nossa historia, não é justo que as municipalidades e archivos provinciaes sejam despojados de suas preciosidades.”¹⁷⁹ Há nesse discurso a mesma concepção dos textos fundadores do IHGB: a produção de uma história da nação deveria ter como ponto de partida o centro, a Corte, em direção às províncias. Seu apelo era para que o arquivo do Rio de Janeiro pudesse concentrar todas as informações necessárias à história do Brasil. Isso não quer dizer que todos os investimentos fossem direcionados exclusivamente à preservação dos arquivos presentes na Corte. Para Gonçalves Dias, os arquivos das províncias deveriam receber mais atenção do Império, pois não poderiam ser sobrepujados em face do engrandecimento do arquivo do centro.¹⁸⁰ Fazia-se necessário, portanto, não só avaliar a situação geral dos arquivos provinciais, era preciso ainda intervir, restaurar, dar-lhes maior atenção.

Contudo, o relatório de Gonçalves Dias ao Imperador não descreveu somente o estado precário dos arquivos do Maranhão, relatava que a situação em outras províncias, como o Rio Grande do Norte, não era diferente. Em 1854, um ano após a publicação do relatório acerca dos arquivos do Maranhão, Gonçalves Dias publicou, na *RIHGB*, um catálogo dos capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. Esse catálogo é fruto, assim como o relatório sobre os arquivos do Maranhão, da viagem que Gonçalves Dias fez ao Norte do país no início dos anos cinquenta do século XIX. Publicado sob o título *Catálogo dos capitães môres e governadores da capitania do Rio Grande do Norte* (1854), o texto de Gonçalves Dias foi o primeiro trabalho de sistematização cronológica da história política do Rio Grande do Norte.

O catálogo de Gonçalves Dias divide-se em três partes: a primeira consta de uma relação cronológica dos capitães e governadores que administraram a capitania, de 1663 a 1824; a segunda, intitulada *Anotações*, refere-se às observações e comentários em relação às informações históricas contidas no próprio catálogo; e a terceira, a publicação de alguns

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem, p.380

¹⁸⁰ Idem.

documentos referentes à história política do Rio Grande, os quais ele utilizou na seção *Anotações*.

A primeira parte do artigo apresenta uma das principais preocupações do poeta-historiador: estabelecer uma periodização. Tal interesse é uma orientação das primeiras discussões realizadas pelos sócios do IHGB em torno da instituição de uma divisão temporal para a história da nação. Isso fica evidente na primeira sessão do instituto, realizada em 1º de dezembro de 1838, quando o cônego Januário da Cunha Barbosa apresentou aos seus pares a proposta, além de outras, que: “Determina-se as verdadeiras épocas da história do Brasil e se esta se deve dividir em antiga ou moderna, ou quais devem ser suas divisões.”¹⁸¹ O problema da periodização ocupou várias ordens do dia, de várias sessões do IHGB.¹⁸² O próprio Cunha Mattos leu seu trabalho, sob o título de *Dissertações acerca do sistema de escrever história antiga e moderna do Brasil*, na terceira sessão, em 19 de janeiro de 1839. Definir um marco cronológico para a nação era uma das tarefas imprescindíveis para os sócios do IHGB oitocentista. Não é por acaso, o interesse de Gonçalves Dias em sistematizar cronologicamente a história do Rio Grande do Norte.

Na primeira parte do artigo, Gonçalves Dias inicia com o registro da patente do capitão-mor, Valentim Tavares Cabral, e termina com a administração de Thomaz de Araújo Pereira. Ambos representavam o marco que delimita o recorte temporal demarcado pelo sócio do IHGB: Valentim Tavares Cabral, o primeiro capitão-mor a governar o Rio Grande, em 1663, logo após a restauração portuguesa, quando a Coroa retoma o território da capitania¹⁸³ e Thomaz de Araújo Pereira, o primeiro presidente de província, que tomou posse no dia 5 de maio de 1824.¹⁸⁴ É interessante perceber que Gonçalves Dias começa seu *Catálogo* com o ano de 1663, mesmo sabendo que, desde o início da colonização portuguesa na América, o Rio Grande [do Norte]¹⁸⁵ já era considerado uma capitania. Qual a razão do salto para 1663, se houve um período anterior de administração colonial na capitania do Rio Grande? Talvez, a

¹⁸¹ 1ª SESSÃO EM 1 DE DEZEMBRO DE 1838. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 1. 1838. p.45.

¹⁸² RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987. p.125.

¹⁸³ Em seu livro *História do Rio Grande do Norte* (1921), Augusto Tavares de Lyra discorda de Gonçalves Dias em relação ao primeiro capitão-mor que governou o Rio Grande. Para o historiador norte-rio-grandense, os documentos por ele pesquisados mostram que o primeiro capitão-mor a administrar o Rio Grande, pós-domínio holandês, foi Antonio Vaz Gondim entre 1656 a 1663, e não Valentim Cabral. Este, segundo Tavares de Lyra, foi o segundo capitão-mor e não o primeiro. LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1921.p.214.

¹⁸⁴ DIAS, Antonio Gonçalves. *Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854.

¹⁸⁵ Colocamos [do Norte] entre colchetes para nos referirmos ao momento da capitania. Consideramos anacrônico tratar a capitania como *Rio Grande do Norte*, uma vez que esta menção se deu *a posteriori*. Doravante, iremos utilizar o termo Rio Grande [do Norte] com colchetes para identificar que estamos nos valendo de uma nomenclatura própria do período referente à capitania.

resposta estivesse na falta de documentos constatada por ele. De acordo com Gonçalves Dias, com a invasão holandesa no Norte da América portuguesa, a documentação existente na capitania foi extraviada: “no archivo do governo não ha documento antigo, nem mesmo registo d’elle, de que se possa tirar algum proveito.”¹⁸⁶ Os livros que ainda restaram, segundo ele, estavam em mau estado, o que dificultou seu trabalho de catalogação das administrações que ocorreram no período entre 1663 e 1824.¹⁸⁷ Em outras palavras, a catalogação ou a periodização da história política da província dependia, exclusivamente, do estado das fontes, o que demonstra que sem documentos seria impossível escrever a própria história do Rio Grande do Norte. Essa postura frente ao documento, como condição *sine qua non* para a escrita da história da província, assinala a própria concepção de história, a qual Gonçalves Dias partilhava: a crença de que o acesso direto ao passado só é possível a partir do contato do historiador com o documento.

Consoante Gonçalves Dias, as escassas informações sobre a província só foram possíveis por causa dos registros de patente que ainda restavam nos arquivos. É interessante destacar que esse tipo de documentação (patentes) era considerado por alguns sócios do IHGB, como Cunha Mattos, como um material indispensável para a escrita da história da nação.¹⁸⁸ O intuito de Gonçalves Dias era evidenciar algumas notícias até então pouco disseminadas sobre a história do Rio Grande do Norte.¹⁸⁹ Entretanto, o letrado maranhense mostrou que seu trabalho foi realizado no limite, possuindo, segundo ele, imperfeições e lacunas que o próprio autor não se furtou em esconder.¹⁹⁰ O fato de mencionar que seu trabalho fora feito no limite, com imperfeições e lacunas, não pode ser compreendido apenas com uma questão de honestidade intelectual. Para Gonçalves Dias, o que justificou o limite da precisão do seu *Catálogo* foi o estado lastimável dos arquivos da província do Rio Grande do Norte.¹⁹¹ Os historiadores que, porventura, se interessassem por um recorte temporal mais longínquo, não encontrariam tantas informações históricas sobre a província. Todavia, para Gonçalves Dias, os estudiosos que se debruçassem sobre os documentos referentes às épocas

¹⁸⁶ Idem, p.26.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Isso fica evidente no seguinte trecho da Dissertação de Cunha Mattos: Os melhores materiaes para escrever a historia do Brasil (e a de outros lugares), são os monumentos e as inscripções abertas em laminas de pedra e de metallica; os diplomas legislativos, as cartas imperiaes ou regias, os regulamentos ou regimentos, resoluções, avisos, provisões e patentes. Termos de posse de governadores, bispos, magistrados, officiaes municipaes, e das outras classes de empregados publicos, e as cartas de sesmarias das terras concedidas aos mais antigos povoadores. MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXVI. 1863, p.137-138.

¹⁸⁹ DIAS, Antonio Gonçalves. Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854. p.25.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

mais recentes da história do Rio Grande do Norte, encontrariam um cenário diferente, uma vez que as fontes estariam disponíveis, graças ao trabalho, mesmo que imperfeito, de classificação e organização que estava sendo realizado ultimamente na província, à época do seu relato.¹⁹²

Conforme o texto de Gonçalves Dias, além do extravio de documentação durante a presença holandesa na capitania, outro elemento que explicaria a falta de documentos mais antigos da província, era a dinâmica interna de conservação e reprodução das fontes. Segundo o sócio do IHGB, quando os capitães mores e os governadores remetiam papéis importantes aos governos, enviavam os originais sem providenciar as cópias. Além disso, os capitães mores não contavam com o serviço de secretários e tampouco de amanuenses, o que dificultava o trabalho de reproduzir os documentos, restando aos administradores escolher algumas pessoas para a tarefa: “e não podendo despender muito dos seus soldos ou ordenados, que eram pequenos, pagavam pouco, e dos seus escripturarios exigiam o serviço na proporção do que lhes pagavam.”¹⁹³ Diante de um cenário de precariedade dos arquivos e, conseqüentemente, falta de documentos que remetesse aos períodos mais distantes da história do Rio Grande do Norte, seu trabalho redundou, segundo o próprio autor, numa listagem imperfeita e lacunar acerca de informações concernentes à história da referida província.

Em relação à estrutura do *Catálogo* produzido por Gonçalves Dias, a cronologia é colocada como princípio organizador, ordenando, ao mesmo tempo, datas de registro e posse dos capitães e governadores da província, carecendo por completo de um componente narrativo.

¹⁹² Idem. p.26.

¹⁹³ Idem.

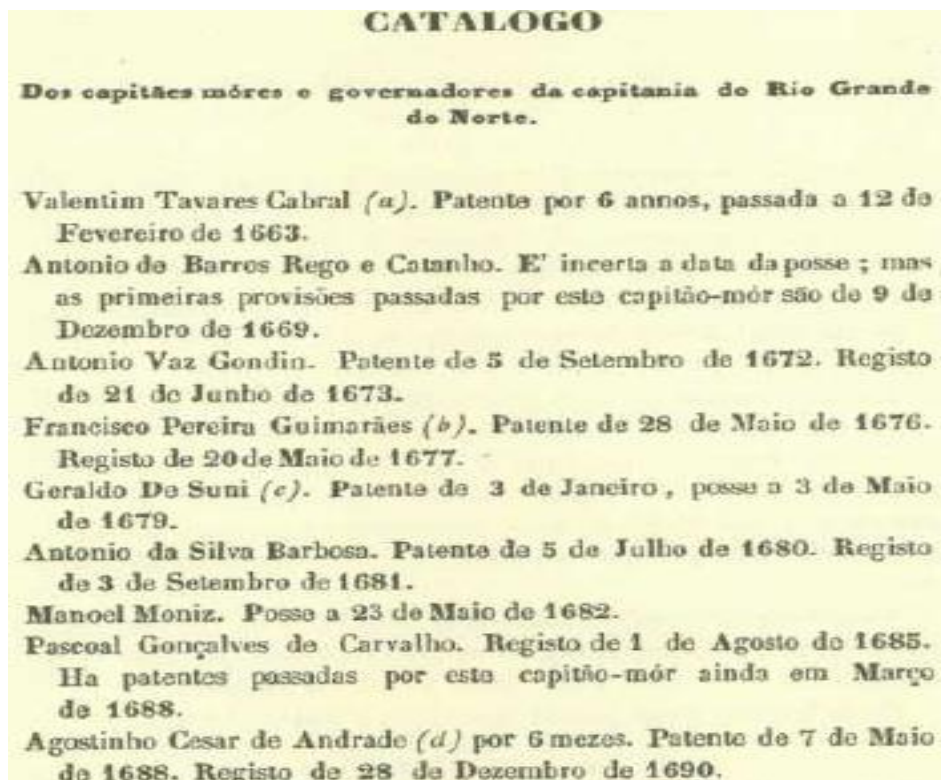


Figura 1 – Trecho retirado do Catálogo dos capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande de Gonçalves Dias. In: RIHGB. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854. p. 22

Essa configuração assemelha-se à estrutura do livro do general José Ignacio Abreu e Lima, intitulado *Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil*, publicado em 1845. A obra de Abreu e Lima abrange o que ele denominou de *Chronica politica, civil e religiosa* do país.¹⁹⁴ Isso quer dizer que além da coletânea dos fatos considerados notáveis pelo autor – que vai desde o descobrimento até 1845, data da publicação do livro – a obra contém a lei orgânica dos estabelecimentos públicos; uma retrospectiva sobre a história da América – discutida na introdução; as datas de todas as bulas e breves pontifícios; escritos acerca dos tratados do Brasil com outras nações; e a história *abreviada* dos estabelecimentos de todas as ordens honoríficas e religiosas.¹⁹⁵ A abrangência da obra de Abreu e Lima não para por aí. A *Crônica política, civil e religiosa do Brasil*, contém as datas em que foram repartidas as capitanias do Brasil, e as que voltaram à Coroa; os nomes de todos os governadores e capitães-gerais, e vice-reis, desde a conquista até a

¹⁹⁴ LIMA, José Ignacio de Abreu e. Prefácio. In: **Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil**. Pernambuco: Typografia de M. F. de Faria, 1845. p.VII

¹⁹⁵ Idem.

Independência, incluindo as datas de suas nomeações, de suas posses, dos seus governos, e das suas substituições, e os fatos considerados mais notáveis de suas administrações.¹⁹⁶

O trabalho de Abreu e Lima teve uma proposta muito mais abrangente do que o *Catálogo* de Gonçalves Dias. Conforme o historiador José Honório Rodrigues, Abreu e Lima foi quem primeiro pretendeu concretizar a ideia aventada pelo IHGB, de produzir uma história do Brasil a partir de uma periodização.¹⁹⁷ Não há nenhuma menção, por parte do referido autor, em disseminar esse modelo de periodização para as histórias das províncias. Todavia, podemos perceber que, de alguma forma, Gonçalves Dias deixou-se influenciar pela proposta de Abreu e Lima para organizar o *Catálogo*. O sócio do IHGB pretendia dar apenas uma organização cronológica às administrações dos capitães-mores e governadores do Rio Grande. Todavia, a forma de disposição da narrativa da obra de Abreu e Lima, isto é, a estruturação, data, posse, nome do capitão-mor ou governador, e fatos gerais de sua administração, decerto, serviram como modelo para o *Catálogo* de Gonçalves Dias – não é por acaso que o autor fez referência a Abreu e Lima em seu texto.

Os nomes dos capitães-mores e governadores são listados cronologicamente, por Gonçalves Dias, não designando explicitamente a duração de cada governo, nem a época da posse de cada governador.¹⁹⁸ O autor do *Catálogo* menciona apenas o dia do registro da posse e do ano em que o capitão-mor ou governador recebeu sua patente. Gonçalves Dias esclarece a razão da sua delimitação: “deve entender-se que o dia da posse pouco difere da data do registo (ou seja da secretaria do governo ou da thesouraria da provincia), e que um governo acaba com a posse de um novo governador.”¹⁹⁹ No *Catálogo* em si, o autor não se ocupou em desenvolver uma narrativa de causalidade ou uma discussão mais detalhada da trama historiográfica – como na obra do general Abreu e Lima. Quando se faz necessário algum esclarecimento ou quando se faz menção a qualquer acontecimento histórico, ocorrido durante a administração de algum capitão-mor ou governador, Gonçalves Dias adiciona uma nota, esclarecendo-a na seção *Anotações*. Esta se constitui como uma espécie de comentário, um discurso sobre a própria disposição das informações contidas no *Catálogo* de Gonçalves Dias. Por exemplo, no item relacionado a Agostinho Cesar de Andrade, as únicas informações mencionadas no catálogo são: a durabilidade do seu governo, o ano que o capitão-mor recebeu sua patente e o ano do registro. Inclusive, aparentemente, há uma pequena

¹⁹⁶ Idem. p. VII-VIII.

¹⁹⁷ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metológica. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987. p.126.

¹⁹⁸ DIAS, Antonio Gonçalves. *Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854. p. 27.

¹⁹⁹ Idem.

contradição: a durabilidade do governo de Agostinho Cesar de Andrade foi registrada como sendo de seis meses, mas se examinarmos a disposição das datas percebemos que há uma diferença entre o recebimento da patente, ocorrida em 1688, e o seu registro em 1690. A aparente contradição é desfeita nas *Anotações*: “O aperto em que se estava explica o motivo por que nem nos livros da camara, nem no archivo do governo se acha noticia da posse do capitão-mor, e porque so dous annos depois foi registada a sua patente.”²⁰⁰ De acordo com Gonçalves de Dias, o *aperto* que estava passando o capitão-mor interino, Agostinho Cesar de Andrade, era a resistência dos índios tapuias frente aos colonos da capitania. No *Catálogo* em si, não há nenhuma narrativa desenvolvida ou alguma informação a mais que traga ao leitor uma descrição sobre o que houve nesse governo. Contudo, Gonçalves Dias faz uso da nota que se torna a condição explicativa do *Catálogo*, permitindo-lhe dizer algo além deste.

Ao todo são 18 notas, dispostas em forma alfabética de (a) a (t), que correspondem aos comentários do autor sobre um determinado governo da capitania. As anotações são muito variadas. Na nota (a), por exemplo, referente a Valentim Tavares Cabral, Gonçalves Dias esclarece apenas uma questão relacionada à ortografia do nome do referido capitão-mor: “algumas vezes so lê Valentim Tavares, – outras Valentim Tavares da Costa, – sendo para concluir-se que talvez se chamasse – Valentim Tavares de Costa Cabral.”²⁰¹ Na nota (b), há somente a menção que o capitão-mor Francisco Pereira Guimarães morreu no governo, no dia 2 de novembro de 1678, e foi substituído pelo senado. Na nota (s), relacionada a Lopo Joaquim de Almeida Henriques, Gonçalves Dias descreve apenas a índole do governador da capitania, caracterizada pelo despotismo e pela violência, cometendo atrocidades na capitania: “o clamor de tantos absurdos chegou emfim a ocupar a atenção da corte; e por ordem d’ella, o governador de Pernambuco, Monte Negro, intimou a este capitão-mór (...) que se retirasse para Pernambuco no prazo de oito dias, se tantos fossem precisos.”²⁰² Como podemos perceber nas notas (a), (b) e (s), como em outras, as informações diziam respeito aos próprios capitães-mores sem, no entanto, tratar de algum acontecimento que diz respeito diretamente à história do Rio Grande do Norte. Isso não quer dizer que todas as notas tivessem esse perfil. Por exemplo, na nota (h) Gonçalves Dias discorre sobre o momento em que a capitania do Rio Grande ficou sujeita à de Pernambuco, pela carta régia de 11 de janeiro de 1701.²⁰³ Na referida nota, o autor retifica a informação dada por Abreu e Lima, em seu livro *Synopsis*, de que o Rio Grande do Norte teve o título de Condado, em 1689, e desde então ficou sendo

²⁰⁰ Idem, p. 32.

²⁰¹ DIAS, Antonio Gonçalves. **Op.cit.** p.27.

²⁰² Idem, p.43.

²⁰³ Idem. p.36

governo separado, mas subalterno ao de Pernambuco.²⁰⁴ Gonçalves Dias corrigiu Abreu e Lima, citando a carta régia de 11 de janeiro de 1701, concluindo que a submissão ocorrera não em 1689, como pensava o general pernambucano, mas em 1701. Manuseando outras fontes, Gonçalves Dias evidenciou ainda que a sujeição da capitania do Rio Grande a Pernambuco não tinha o agrado da população local, devido à desunião entre os dois governos, desde o início das guerras contra os índios tapuias.²⁰⁵

Diferentemente das notas (a), (b) e (s), que dizem respeito à dimensão mais pessoal dos administradores, no comentário (h) percebemos que Gonçalves Dias tratou de detalhar, a partir das fontes, o processo de submissão da capitania do Rio Grande a Pernambuco, corrigindo a informação dada por Abreu e Lima acerca do referido acontecimento. Ora, evidenciar este evento nada mais é do que considerá-lo como sendo o principal acontecimento da história política do Rio Grande do Norte: a conquista de sua autonomia frente a Pernambuco, obtida pós-revolução de 1817. É por essa razão que o *Catálogo* de Gonçalves Dias encerra no governo de Thomaz de Araújo Pereira, o primeiro presidente da província, que tomou posse em 5 de maio de 1824. É também por essa razão que a última nota do *Catálogo* é a (t), que se refere ao momento da eclosão do movimento de 1817, durante o governo de José Ignácio Borges, que culminou na independência do Rio Grande do Norte em relação a Pernambuco.²⁰⁶

É importante assinalar que os letrados norte-rio-grandenses do final do século XIX e da primeira metade do século XX, elegeram a intitulada *Revolução de 1817* como um dos principais acontecimentos de sua história. Como veremos posteriormente, é a partir da *Revolução de 1817* que os homens de letras do Rio Grande do Norte instituíram seus principais heróis, a saber: frei Miguelinho e André de Albuquerque. No entanto, na nota (t) não há qualquer menção ao primeiro e o segundo é tratado tangencialmente. Esses personagens só serão considerados heróis norte-rio-grandenses no final do século XIX e início do XX. A razão disso é clara: a historiografia desse período recupera os personagens para associá-los ao passado republicano da nação, algo totalmente censurado pela historiografia oitocentista produzida pelos sócios do IHGB.

O principal interesse de Gonçalves Dias é mostrar como ocorreu o evento da *Revolução de 1817*, no Rio Grande do Norte, daí a centralidade da narrativa em José Ignácio Borges. Entretanto, sua atuação esteve longe de ser descrita de maneira heroica, como os

²⁰⁴ LIMA, José Ignacio de Abreu e. **Op. cit.** p.149

²⁰⁵ DIAS, Antonio Gonçalves. **Op. cit.** p. 37

²⁰⁶ Idem, p.43

letrados norte-rio-grandenses farão, posteriormente, com André de Albuquerque Maranhão e frei Miguelinho. Gonçalves Dias narra apenas a trajetória de Borges na dinâmica do movimento de 1817: “preso no principio da revolução, que não soube ou não pôde evitar, José Ignacio Borges teve ordem para voltar, quando em Pernambuco se soube da contra-revolução.”²⁰⁷ Na narrativa de Gonçalves Dias, José Ignácio Borges representa apenas uma testemunha do acontecimento, informando as autoridades da Câmara quem são os envolvidos e a situação da capitania no decorrer do movimento. Sua narrativa é sucinta, não mereceu muitas páginas.

Recomposta a ordem contrarrevolucionária, José Ignácio Borges é descrito como o administrador da capitania que cumpriu as ordens da Coroa, sobretudo em relação à punição dos *rebeldes*. Nesse sentido, Gonçalves Dias oferece aos seus leitores documentos, contidos no final do seu *Catálogo*, que corroboram com o seu relato sobre a atuação de José Ignácio Borges. Sucintamente, o letrado maranhense encerra dessa forma a participação do governador da capitania: “A 12 de Dezembro de 1821 as côrtes mandaram retirar José Ignacio Borges, e creou-se a junta de sete membros, a exemplo do que em Pernambuco se havia feito por decreto de 1 de Setembro do mesmo anno.”²⁰⁸ Com essa narrativa, Gonçalves Dias finaliza suas *Anotações*.

O foco da narrativa do sócio do IHGB estava no relato do reestabelecimento da ordem contrarrevolucionária, o que era extremamente compreensível, uma vez que o sócio do IHGB havia sido enviado pelo próprio Imperador e pelo IHGB, representantes da Monarquia. Nesse sentido, sua narrativa estava comprometida em realçar o aspecto da manutenção da ordem política em contraposição ao caráter separatista que o relato da *Revolução de 1817* poderia engendrar. É mister assinalar que, nesse período, o IHGB evitou tratar do passado imediato da nação, especialmente dos acontecimentos históricos que acentuassem o caráter separatista das províncias e os embates destas com o governo central.²⁰⁹ A *Revolução de 1817* entraria nesse bojo de acontecimentos que deveriam ser evitados pelos sócios do IHGB, a não ser que a narrativa construída sobre o referido evento estivesse em acordo com a versão elaborada pela historiografia do Império. É por esse motivo que Gonçalves Dias focaliza sua narrativa na figura de José Ignacio Borges e não nos revolucionários norte-rio-grandenses: frei Miguelinho e André de Albuquerque. O primeiro representaria a ordem política estabelecida, o poder

²⁰⁷ DIAS, Antonio Gonçalves. *Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854. p. 44

²⁰⁸ *Idem*, p.45

²⁰⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.76-77.

contrarrevolucionário da Corte na província e os outros dois, a revolução, a República e o separatismo.

Além da *Revolução de 1817*, outro acontecimento histórico que recebeu a atenção de Gonçalves Dias foi a guerra entre os índios *tapuias*²¹⁰ e os colonos. O sócio do IHGB destinou as notas (d), (e), (f) e (g) para tratar sobre o conflito. De acordo com a narrativa da nota (d), Agostinho Cesar, comandante da Fortaleza das cinco pontas, foi nomeado capitão-mor por seis meses, de forma interina, para debelar o levante dos índios na capitania – depois das tentativas frustradas do seu antecessor Pascoal Gonçalves.²¹¹ Porém, antes de narrar o conflito entre colonos e indígenas no Rio Grande [do Norte], Gonçalves Dias reserva um espaço em sua nota para tratar, ainda que resumidamente, dos nativos que viviam na capitania antes das lutas. Não há em seu relato nenhuma descrição dos modos de vida dos índios da capitania, nem acerca da diversidade dos grupos indígenas que viviam no Rio Grande [do Norte]. Nesse sentido, Gonçalves Dias reforça apenas a divisão já assentada nos relatos de viajantes e cronistas do seiscentos e do setecentos, interlocução muito recorrente entre historiógrafos e literatos do Brasil oitocentista²¹², os quais identificavam a existência de dois grupos de índios no Rio Grande: os potiguares, aqueles que primeiramente tiveram contato com os colonos, e os *tapuias*, aqueles inscritos no sertão da capitania. Em relação aos primeiros, Gonçalves Dias tratou de forma muito lacônica, aludindo sobre a imprecisão do espaço geográfico habitado por eles e os conflitos que estes tiveram com o primeiro conquistador da capitania: Jerônimo de Albuquerque.²¹³ Ao tratar desse evento em especial, Gonçalves Dias realça a imagem da luta, da valentia e do aspecto guerreiro dos índios

²¹⁰ O historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo, mostra que durante muito tempo a historiografia norte-rio-grandense afirmou que os Cariri haviam sido os indígenas que entraram em contato com os colonizadores a partir da expansão do pastoreio no sertão. Os primeiros historiadores do Rio Grande do Norte trataram de dividir os índios do Rio Grande do Norte em duas divisões, obedecendo o critério geográfico: os que habitavam no litoral, os potiguares, e os que viviam no interior, os Cariri, representada pelos Janduí, Caicó, Curema, Panati, Paiacu, Paiin, Caboré, Icozinho, Monxoró, Ariú ou Ariá e Canindé. Já o historiador Olavo de Medeiros Filho, segundo Helder Macedo, propôs uma outra classificação para os povos indígenas do Norte: “duas grandes “nações” tapuia habitariam o sertão dessas capitanias [Rio Grande e Paraíba – acréscimo nosso], a Tarairiu e a Cariri (além dos Potiguara, no litoral).” Entretanto, o historiador Helder Macedo chama a atenção sobre o perigo de generalizar os índios que habitavam a capitania e agrupá-los em torno de determinados etnônimos: “Seria perigoso, no entanto, adotarmos uma distribuição tão absoluta para os povos indígenas que habitavam as capitanias do Rio Grande e Paraíba, tanto por termos lucidez da diversidade étnico-cultural dos índios como pelo perigo que repousa em se generalizar todos os grupos que viviam no sertão como sendo Tapuia apenas pelo fato de andarem pelo interior e falarem línguas distintas dos Tupi.” MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Histórias indígenas no sertão do Seridó (séculos XVI-XX)*. In: BUENO, Almir de Carvalho (org.) **Revisitando a história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFERN, 2009. p.18.

²¹¹ DIAS, Antonio Gonçalves. **Op.cit.** p.27.

²¹² Conferir: CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. **História em Revista**. Pelotas, v. 6, p. 37-58, 2000. SÜSSEKIND, Flora. **Op. cit.** p.54.

²¹³ Idem. p. 28.

potiguares, descrevendo-os da seguinte maneira: “sabe-se ao menos que eram inimigos fortes, pertinazes, denodados com os quaes por largo tempo combateu Jeronymo Albuquerque, (...)”²¹⁴ Essa forma de descrever os predicados indígenas, já havia sido ressaltada na obra poética de Gonçalves Dias, como podemos perceber em seu poema indianista, *I-Juca Pirama*, publicado em 1851: “Da tribo pujante / Que agora anda errante / Por fado inconstante / Guerreiros, nasci / Sou bravo, sou forte / Sou filho do Norte / Meu canto de morte/ Guerreiros, ouvi.”²¹⁵ Alguns romances românticos nacionais do século XIX, como *O Guarani* (1857) de José de Alencar, também evidenciaram o caráter heroico e aguerrido dos personagens indígenas, características estas que os assemelhavam à nobreza dos cavaleiros medievais.²¹⁶ É importante lembrar que a produção da literatura romântica indigenista, sobretudo de Gonçalves Dias, Gonçalves Magalhães e José de Alencar, fez parte do projeto de construção da identidade nacional, elegendo o índio como representante da nacionalidade brasileira.²¹⁷ Os letrados envolvidos na produção da literatura romântica do século XIX, alçaram a figura do índio à condição da verdadeira expressão do tipo nacional, buscando a partir dele as origens da formação social brasileira. Todavia, não foram apenas os partidários do romantismo literário que participaram dessa construção. Os sócios do IHGB também entraram na discussão em torno da questão indígena, embora de forma distinta do romantismo literário.²¹⁸ Os artigos sobre os indígenas ocuparam uma parte significativa da *RIHGB*, versando os distintos grupos, seus costumes e usos, sua língua, bem como as diferentes

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ DIAS, Antonio Gonçalves. **I-Juca Pirama**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/jucapirama.pdf>. Acesso em: 25 fev.2016

²¹⁶ “O cavaleiro depois deste exame cruzou os braços e contemplou o índio com admiração. – Peri – disse ele –, o que fizeste é digno de ti; o que fazer agora é de um fidalgo. Teu nobre coração pode bater sem envergonhar-se sobre o coração de um cavaleiro português. Tomo-vos a todos por testemunhas, que vistes um dia D. Antônio de Mariz apertar ao seu peito um inimigo de sua raça e de sua religião, como a seu igual em nobreza e sentimentos. O fidalgo abriu os braços e deu em Peri o abraço fraternal consagrado pelos estilos da antiga cavalaria, da qual já naquele tempo apenas restavam vagas tradições.” ALENCAR, José de. **O guarani**. 4ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2012 (Coleção a obra-prima de cada autor; 17). p.176 Conferir SANCHES, Rafaela Mendes Mano. **O indianismo sob a ótica de Gonçalves Dias e José de Alencar: tradição ou ruptura?** 2009. 191f. Dissertação (Mestrado em Literatura brasileira) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto.

²¹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.21.

²¹⁸ Conforme o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães: “as reflexões contidas no já citado trabalho de von Martius relativo à forma de tratar a questão indígena, assim como em um artigo de Varnhagen, que viria a se posicionar radicalmente contra o projeto do romantismo literário de transformar o indígena em representante da nacionalidade brasileira, lançam as bases metodológicas que encaminham a discussão deste tópico. A perspectiva predominante, apontando na direção de um possível projeto de política indigenista para o Estado, aparece já no segundo número da Revista em um artigo de Januário da Cunha Barbosa discorrendo sobre o melhor sistema de “colonizar os índios”. Idem.

experiências de catequese e o aproveitamento do índio como força de trabalho.²¹⁹ A menção feita aos índios não é, portanto, casual.

Gonçalves Dias esteve no centro da produção indigenista, seja como literato romancista, seja como membro do IHGB. Porém, seu objetivo no relato sobre os índios do Rio Grande [do Norte] não era descrever seus costumes, sua língua ou as experiências com a catequese, nem mesmo colocá-los como protagonistas da história da capitania. Os índios, mais especificamente, os *tapuias*, são trazidos ao relato de Gonçalves Dias, para explicar as implicações dos conflitos entre eles e os colonos no processo de estabelecimento do governo de vários capitães-mores do Rio Grande.

Conforme o autor, as lutas entre índios *tapuias* e os colonos eram motivadas pela espoliação das terras dos primeiros pelos segundos.²²⁰ De acordo com Gonçalves Dias, os colonos da capitania injuriavam os indígenas pessoalmente ou por meio da tomada de suas propriedades, estimulando a rivalidade entre as tribos e a hostilidade contra os próprios colonos, por meio da guerra, com o intuito de fazê-los escravos.²²¹ Para ele, essa tensão entre índios e colonos pela questão da terra, não era um acontecimento que havia terminado no passado, pelo contrário, ainda se mantinha no presente:

Durante minha estada na provincia aconteceu que um fazendeiro por querer esbulhar Indios mansos de terras que tinham, mas das quaes se perdeu o titulo, ficando apenas, além do facto, a tradição da longa e indisputada posse; nem só os ia perturbar nas suas plantações, como levou o arrojo a ponto de fazer espingardear a um delles mais renitente.²²²

Como podemos perceber nesse trecho, o presente surge como uma evidência do passado. Gonçalves Dias relata que *ainda hoje* a cobiça dos fazendeiros do presente os fazem despojar as terras dos índios, reproduzindo, com diferentes resultados, os mesmos fatos do passado.²²³ Não são apenas os raros documentos consultados por Gonçalves Dias que mostram essa evidência, mas o fato do sócio do IHGB ter *estado lá*, presenciando a experiência da disputa entre fazendeiros e indígenas no presente. Gonçalves Dias se coloca

²¹⁹ Idem. p.20

²²⁰ De acordo com o historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo, a emergência da atividade pastoril e a presença desta junto ao homem branco, em sesmarias, desencadeou “reações adversas nos nativos, de modo que a posse das terras do sertão seria o cerne da questão nas pelejas das Guerras dos Bárbaros.” MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Op.cit.** p.27

²²¹ DIAS, Antonio Gonçalves. Catálogo dos capitães mores e governadores do Rio Grande do Norte. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854. p. 29

²²² Idem.

²²³ Idem.

como testemunha, que vê por si mesmo, construindo seu relato através do seu olhar e da sua experiência vivida na província, atestando a realidade da coisa passada a partir da sua presença nos locais de ocorrência, legitimando, desse modo, a autoridade testemunhal de sua própria escrita.²²⁴ O artigo de Gonçalves Dias é, a rigor, um relato de viagem. Ao se referir aos embates entre índios e fazendeiros no presente, Gonçalves Dias descreve sua experiência de viagem, relata-a, evidencia sua sensação de *estar de todo*. Ao relatar que esteve lá, presenciando o conflito, Gonçalves Dias afirma que sua narrativa é verdadeira e confiável, elemento marcante não só nos textos de história, mas também da primeira geração da prosa de ficção brasileira do século XIX, como já enunciado anteriormente.²²⁵ É o presente que atesta a longa tradição da disputa pela posse, embora, no passado, segundo Gonçalves Dias, os conflitos fossem mais frequentes: “augmentando-se com o tempo e irritando-se com elle, a luta entre as raças e a malquerença da conquista.”²²⁶

A conquista da terra pelo colono não é narrada isoladamente. Não é uma via de mão única, pelo contrário, Gonçalves Dias põe como seu contraponto a resistência indígena: “Os Índios levantaram-se em massas poderosas, assaltaram os moradores, destruirão as plantações, assolaram as casas, (...)”²²⁷ O autor evidencia a problemática da reação dos *tapuias*, por meio dos seus levantes contra os colonos, o que possibilita as substituições dos capitães-mores por outros. Para Gonçalves Dias, foram as investidas dos índios que levou o governador da Bahia,²²⁸ Mathias da Cunha, a substituir Pascoal Gonçalves, por um novo capitão-mor “mais affeito ao traquejo das armas”: o pernambucano, Agostinho Cesar de Andrade.²²⁹ Se observarmos o *Catálogo*, podemos perceber que não há qualquer relato que explique as razões das substituições dos dois capitães-mores. Todavia, Gonçalves Dias usa do expediente da nota, para evidenciar ao leitor o que foi silenciado em seu catálogo: “O aperto em que estava explica o motivo por quem nos livros da camara, nem no archivo do governo se acha noticia da posse do novo capitão-mór, e porque só dous annos depois foi registada sua patente.”²³⁰ Nesse sentido, Gonçalves Dias conclui que diante do eminente levante indígena, não havia tempo do recém-nomeado capitão-mor Agostinho Cesar de Andrade registrar a sua

²²⁴ Conferir RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007; e HARTOG, François. **Evidência da história: os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Coleção História & Historiografia)

²²⁵ SÜSSEKIND, Flora. **Op. cit.** p. 120

²²⁶ DIAS, Antonio Gonçalves. **Op.cit.** p. 29e

²²⁷ Idem, p.30

²²⁸ A capitania do Rio Grande esteve sujeita a Bahia durante toda a segunda metade do século XVII, quando, em 1701, passou a ser submetida a Pernambuco.

²²⁹ DIAS, Antonio Gonçalves. **Op.cit.** p. 30

²³⁰ Idem.p. 31

posse, fazendo-a posteriormente. Contudo, como narra o poeta-agrimensor, a posse de Agostinho Cesar de Andrade não foi suficiente para conter o levante dos índios. O conflito extrapolou o referido governo, atravessando as várias administrações subsequentes: “qualquer que fosse, a duração do governo temporario da camara, foi todo o seu trabalho velar da segurança da capitania, ainda ameaçada pelos Índios.”²³¹ Gonçalves Dias registra que somente no governo de Bernardo Vieira de Mello é que o conflito entre colonos e os índios *tapuias* cessou. Sem dúvida, a guerra entre eles foi o acontecimento histórico mais discutido por Gonçalves Dias em suas *Anotações*.

Em resumo, em o *Catálogo dos capitães mores e governadores do Rio Grande do Norte* (1854), Gonçalves Dias cumpriu seu objetivo: informou ao Imperador e aos pares do Instituto, a situação dos arquivos visitados por ele em sua viagem ao Norte. Ao menos, no que diz respeito ao Maranhão e ao Rio Grande do Norte, o cenário de preservação dos documentos não era o dos melhores. Porém, coligiu o que pôde. Foi o principal coletor de documentos das províncias do Norte nos anos 50. Conseguiu colocar em prática um dos objetivos canônicos do IHGB: reunir e coligir uma documentação para a história do Império. Viajou para as províncias mais distantes do país, como foi sugerido por Martius e Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em suas orientações aos sócios do IHGB. Embora não descreva paisagens naturais e não estabeleça uma narrativa minuciosa dos costumes locais, seu artigo é um relato de viagem. Gonçalves Dias descreve, principalmente, a situação dos arquivos na província, mas não deixa de mencionar acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Norte durante a sua estadia, como no caso das disputas entre índios e fazendeiros. Ele relata o que viu. Sua visão e o fato de ter *estado lá* tornam seu relato verdadeiro e confiável.

Ao viajar ao Rio Grande do Norte, Gonçalves Dias representou os interesses centralizadores do IHGB, ao remeter a documentação da província à Corte. Todavia, não escreveu sobre a história das províncias que visitou. Não era o intuito da comissão e tampouco o seu. A província do Rio Grande do Norte não teve uma história produzida por Gonçalves Dias. Teve, no máximo, uma primeira sistematização cronológica de sua história política. Fruto de sua viagem, produto do interesse do IHGB em integrar as províncias ao seu projeto de história nacional. Gonçalves Dias não se preocupou em dar um relato

²³¹ Idem, p.35

historiográfico que pudesse evidenciar o lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional em gestação.

No século XIX, o Rio Grande do Norte não representava uma ameaça territorial e política como, por exemplo, a província de São Pedro. Não era uma província de fronteira ou com uma trajetória de movimentos separatistas. Não se fazia necessário demandar um espaço expressivo na *RIHGB* para tratar, especificamente, sobre a província norte-rio-grandense, pois não havia um confronto político e identitário com o Império. Era preciso apenas coletar seu acervo documental. Uma viagem, ou melhor, um relato de viagem, bastava para descrever a situação do arquivo da província e atender aos interesses historiográficos do IHGB e do Imperador. Essa tarefa foi consumada por Gonçalves Dias.

CAPÍTULO 2 – “Não escrevo a história preciosa e interessante do Rio Grande do Norte”: a *Breve Notícia* de Manoel Ferreira Nobre

Publicada pela *Tipographia do Espírito Santense*, em 1877, a obra *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte baseada nas leis, informações e fatos consignados na história antiga e moderna*, de Manoel Ferreira Nobre, é considerada, pela historiografia norte-rio-grandense, a primeira história da província.²³² Alçado à condição de primeiro historiador do Rio Grande do Norte, Manoel Ferreira Nobre nasceu em 1824, na cidade do Natal.²³³ Não se sabe muitas informações acerca da sua infância e mocidade, entretanto, as pesquisas realizadas pelo desembargador Antônio Soares e por Luís da Câmara Cascudo, no final dos anos quarenta e começo dos anos cinquenta, trazem à tona certos dados acerca da sua biografia.²³⁴

Manoel Ferreira Nobre descende de uma das famílias tradicionais do Rio Grande do Norte do século XIX: os Ferreira Nobre. Era filho do alferes Manoel Ferreira Nobre e Inácia Joaquina de Almeida.²³⁵ Não trilhou a carreira profissional do pai e tampouco enveredou-se

²³² PETROVICH, Enélio Lima. Apresentação. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971; CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV, 1962-1963, p.5-10; MELO, Manoel Rodrigues de. Prefácio. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971; MARIZ, Marlene da Silva. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN. 1., 2004. Natal. **Anais do I Encontro Regional da ANPUH-RN**. Natal: EDUFRN. 2006; CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **O ensaio de uma identidade: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898)**. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008; GOMES NETO, João Maurício. **Entre a ausência declarada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão**. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

²³³ Não há um consenso entre os historiadores potiguares em relação ao local e ao ano do nascimento de Manoel Ferreira Nobre. Conforme, o intelectual Raimundo Nonato, não se sabe precisamente onde Manoel Ferreira Nobre nasceu. Embora, Tavares de Lyra tenha afirmado que o lugar do seu nascimento tenha sido em Natal, Raimundo Nonato aponta uma outra possibilidade: a cidade de Ceará-Mirim. Conferir NONATO, Raimundo. [Orelha do livro]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. 1971. Em relação ao ano de nascimento, de acordo com Tavares de Lyra, o primeiro historiador do Rio Grande do Norte, nascera em 1833. Todavia, para Luís da Câmara Cascudo e Enélio Lima Petrovich, foi em 1824. Cf. LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 1ª ed. Rio de Janeiro: TypografiaLeuzinger, 1921. p.788; CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963, p.8 PETROVICH, Enélio Lima. Apresentação. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971. p.5

²³⁴ Uma das novidades apresentadas por Antônio Soares e Cascudo acerca da infância de Manoel Ferreira Nobre foi a data do seu batismo realizado em 21 de março de 1824. Conferir CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963 e SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

²³⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963, p.5 e NONATO, Raimundo. [Orelha do livro]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. 1971.

pelos *estudos maiores*.²³⁶ De acordo com Augusto Tavares de Lyra, Manoel Ferreira Nobre dedicou-se *com carinho* ao estudo da história e da geografia local, muito embora “não tivesse cultura sistematizada”.²³⁷

Assim como outros norte-rio-grandenses do final do século XIX e começo do XX, Manoel Ferreira Nobre exerceu conjuntamente o papel de político e de intelectual.²³⁸ Transitou entre os dois partidos do Império, tanto o liberal como o conservador²³⁹, atuando em cargos políticos importantes da província. Foi oficial-menor da Assembleia Legislativa, a 6 de fevereiro de 1852; ajudante d’Ordens dos presidentes de província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, em 1853, e Pedro Leão Veloso, em 1861; oficial-maior da Assembleia Legislativa, a 29 de julho de 1856; deputado provincial no biênio 1860-1861; segundo secretário da Assembleia Legislativa da província; e aposentou-se no posto de Bibliotecário Público Provincial.²⁴⁰ No período da Guerra do Paraguai (1864-1870), foi capitão da Guarda Nacional²⁴¹, mais especificamente, comandante da *Segunda Companhia do Primeiro Corpo de Voluntários da Pátria*, embora, segundo Cascudo, tenha sido julgado incapaz de prestar serviços militares pela junta de saúde, sendo dispensado a 4 de junho de 1866.²⁴² Na

²³⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Op. cit.** p.5.

²³⁷ LYRA, Augusto Tavares de. **Op.cit.** p.788.

²³⁸ Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu artigo *De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo* (2005), historiciza a irrupção da figura do intelectual e o desaparecimento do erudito no Ocidente. De acordo com ele, “entre fins do século XIX e meados do século XX um outro lugar de sujeito, um outro modelo de identidade surgiu no Ocidente para nomear aquele que se dedica ao trabalho de produção de sentidos, de produção de símbolos, às atividades do pensamento e das artes. Esta figura é a do intelectual, identidade que só está em circulação a partir das últimas décadas do século XIX, como pudemos constatar em nossa pesquisa.” Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo*. In: **Trajetos**, Fortaleza, v. 03, n.06, p. 43-66, 2005.

²³⁹ Há uma divergência entre Luís da Câmara Cascudo e Antônio Soares em relação ao partido político que Manoel Ferreira Nobre fazia parte. Enquanto, o primeiro afirmava que o primeiro historiador era membro do Partido Liberal, o segundo asseverava que era *correligionário do Partido Conservador*. Conferir CASCUDO, Luís da Câmara. *Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre*. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963, p.6 e SOARES, Antônio. *Ferreira Nobre*. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971. p.225. Em relação à polêmica em torno da filiação partidária de Manoel Ferreira Nobre, a historiadora Vitória Mônica de Andrade Carvalho, comenta: “a circulação entre os partidos não seria estranhada, já que as reviravoltas são situações comuns à prática política. Porém, ao que parece, vai além da noção percebida pela convivência trazida na Assembléia e na Presidência da Província, que Ferreira Nobre permanecia próximo aos partidários nortistas, informação confirmada na dedicatória de seu livro direcionada a um senador conservador.” CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **O ensaio de uma identidade: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898)**. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008, p.25-26.

²⁴⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Op.cit.** p.5-7.

²⁴¹ Sobre a relação entre a atuação política e a carreira militar na trajetória de vida de Manoel Ferreira Nobre, a historiadora Vitória Mônica de Andrade Carvalho, comenta: “revelava outra característica marcante do papel da província no Império: a ascendência alcançada pelos riograndenses devido à integração às filerías das tropas que participavam das contendas locais e também por conservarem a ordem nesse espaço de fronteira, é que permitiam a confirmação do vínculo estreito entre posição política e *status* militar.” CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **Op. cit.** p.24.

²⁴² CASCUDO, Luís da Câmara. **Op.cit.** p.6

aposentadoria, vivendo fora da capital da província, exerceu a função de advogado, mesmo não possuindo formação bacharelesca, como descreve Cascudo: “com os conhecimentos e prática que sua inteligência orientava agilmente dedicou-se à advocacia nos municípios próximos à Capital (...) defendendo os interesses de seus constituintes.”²⁴³

Como podemos perceber, a trajetória política de Manoel Ferreira foi atravessada pela inserção em vários cargos administrativos da província, muito embora transitasse também pelo mundo intelectual, colaborando com alguns jornais políticos e literários, segundo Augusto Tavares de Lyra.²⁴⁴ Esteve perto das figuras centrais do poder, especialmente dos presidentes de província. Para eles trabalhou, acompanhando-os em suas viagens pelo interior do Rio Grande do Norte. Todavia, Manoel Ferreira Nobre não foi reconhecido, sobretudo pelos seus futuros conterrâneos, pelos cargos políticos e administrativos que ocupou. Muito menos foi lembrado pelas suas práticas advocatícias em várias cidades da província. O aspecto biográfico mais destacado pela intelectualidade norte-rio-grandense da segunda metade do século XX, principalmente aquela vinculada ao IHGRN, foi o suposto pioneirismo em publicar a primeira história do Rio Grande do Norte.

O intuito desse capítulo é estabelecer uma análise historiográfica sobre a *Breve Notícia*, examinando as condições de possibilidade da obra, bem como os usos das fontes pelo autor e as narrativas que construiu para a província.

2.1 – O IHGRN e a edição da obra

A primeira edição da obra *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte* (1877) foi uma iniciativa pessoal. Diferentemente de Gonçalves Dias, o texto de Manoel Ferreira Nobre não foi fruto de uma encomenda do estado imperial ou de algum órgão da província – embora ambos participassem das estruturas do poder, mesmo atuando em esferas distintas da administração imperial. Manoel Ferreira Nobre teve que custear a sua obra ao preço de dois mil réis, conforme Luís da Câmara Cascudo.²⁴⁵ Todavia, não hesitou em pedir auxílio financeiro aos seus conterrâneos, como podemos perceber na notícia publicada pelo jornal *Brado Conservador* da cidade de Assú no dia 1º de junho de 1877:

²⁴³Idem. p.7.

²⁴⁴ LYRA, Augusto Tavares de. **Op.cit.** p.789. Infelizmente, desconhecemos os textos de Manoel Ferreira Nobre publicados em jornais.

²⁴⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Op.cit.** p.5.

Lê-se no *Espirito Santense*: – << Pelo illustrado Sr. Manoel Ferreira Nobre, acabamos e receber um volumoso manuscrito, contendo factos historicos e tradições da provincia do Rio Grande do Norte, o que muito agradecemos. Não se áchandoquasi nada escripto sobre aquellaprovincia, o illustrado o author presta a sua provincia (Rio Grande do Norte) um valioso serviço, e mais que tudo ao paiz em geral.

Breve daremos principio á publicação desse importante trabalho, com que nos honrou desse distincto cavalheiro.

Tambem nós labutamos em um igual trabalho, que já se acha bastante adiantado, sobre factos historicos desta provincia, e que são na maior parte ignorados.>>”

“Transcrevendo do *Espirito Santense* estas linhas, temos em vista colher informações acerca de factos historicos desta provincia, afim de auxiliarmos a importante empreza em que se acha empenhado aquelle nosso distincto comprovinciano.

Agradeceremos, pois, qualquer offerta que neste sentido nos for apresentado, incumbindo-nos de fazel-a chegar ao seu destino.²⁴⁶

Os editores do jornal *Brado Conservador* transcreveram a notícia veiculada em uma gazeta do Espírito Santo. O motivo da transcrição justifica-se: o manuscrito de um norte-riograndense dedicado a colher informações sobre os fatos históricos e as tradições da província. Era preciso sensibilizar os potiguares da cidade do Assú-RN para auxiliar financeiramente seu *distinto comprovinciano* no cumprimento de seu empenho. Para isso, os editores dispuseram o seu próprio jornal como veículo por meio do qual os leitores poderiam dispensar seus recursos em prol da causa. Não temos fontes que confirmem se a moção do *Brado Conservador* obteve sucesso. O que sabemos é que o empreendimento intelectual de Manoel Ferreira Nobre era custoso para alguém que decidiu arcar com as despesas sozinho. Em carta remetida ao padre João Alípio, no dia 29 de agosto de 1878, ele pedia auxílio financeiro ao seu amigo sacerdote: “A importância da assinatura ficará à sua vontade, pois que não quero negociar, e apenas recorro aos sentimentos generosos dos meus patrícios amigos, para poder satisfazer as despesas da impressão de minha obrinha.”²⁴⁷ Assim como os leitores do jornal *Brado Conservador*, não sabemos se o padre João Alípio correspondeu ao pedido do seu amigo, Manoel Ferreira Nobre. Talvez tenha conseguido receber recursos dos seus conterrâneos desconhecidos e amigos, dentre estes, o senador João José de Oliveira Junqueira, a quem dedica a sua obra “como testemunho de profunda gratidão e sincera amizade.”²⁴⁸ Não sabemos as razões que o levaram a dedicar a obra ao amigo senador. É possível que João José

²⁴⁶**Brado conservador**. Assú. 1 de junho de 1877.

²⁴⁷ [Carta ao padre João Alípio]. SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971. p. 225.

²⁴⁸ [Dedicatória] NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

de Oliveira Junqueira tenha patrocinado sua obra, no entanto, não encontramos nenhum documento que tratasse a respeito dessa questão.

Em relação à recepção da obra, não conseguimos identificar qualquer menção ao livro nos jornais ou nas revistas publicados pela intelectualidade norte-rio-grandense do final do século XIX e começo do XX. O comentário mais *antigo* que conseguimos encontrar veio do último capítulo do livro *História do Rio Grande do Norte* (1921) de Augusto Tavares de Lyra, intitulado *Ligeiros traços biographicos de cinquenta rio-grandenses illustres, fallecidos antes de 1910*. Como sugere o título do capítulo, Tavares de Lyra escreveu pequenas páginas de biografia sobre os que ele considerava serem os mais ilustres norte-rio-grandenses. Manoel Ferreira Nobre estava nesse *panteão*. Basicamente, as informações biográficas evidenciadas por Tavares de Lyra diziam respeito ao lugar e ao ano de nascimento e morte de Manoel Ferreira Nobre, sua trajetória política e a razão do seu *mérito excepcional*: “foi o primeiro e ainda é, no genero, um dos poucos que existem sobre o Rio Grande do Norte.”²⁴⁹ Decerto, este aspecto foi o que justificou a inserção de Manoel Ferreira Nobre no *panteão* de Tavares de Lyra.²⁵⁰ Apesar disso, a *Breve Notícia* não ficou imune ao juízo de Augusto Tavares de Lyra. Sua crítica foi lacônica: contém erros e defeitos.²⁵¹ Mas quais defeitos, que erros? Tavares de Lyra não fez menção a nenhum.

Do ano de sua publicação, em 1877, até a metade do século XX, a *Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, passou quase despercebida pelos intelectuais norte-rio-grandenses. Demorou quase cem anos para que a obra ganhasse uma segunda edição. Somente em 1971, no auge da ditadura civil-militar, é que o IHGRN, na gestão do presidente Enélio Lima Petrovich, conseguiu, com a colaboração do *Conselho Federal da Cultura*, publicar uma nova edição da obra de Manoel Ferreira Nobre.²⁵² Porém, o esforço em publicar uma nova edição do livro já existia desde os anos de 1950. O próprio Luís da Câmara Cascudo propôs, em fins de 1953, a Nestor Lima, até então presidente do IHGRN, que reeditasse a obra na ocasião do 130º aniversário do nascimento do autor.²⁵³

Por volta dos anos de 1940, Luís da Câmara Cascudo começou sua pesquisa “arrastada anos e anos”, pelos mais diversos arquivos das cidades do estado, procurando informações

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ LYRA, Augusto Tavares de. **Op.cit.** p.790.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Não tivemos acesso a primeira edição do livro. Desse modo, utilizaremos a reimpressão da segunda edição, publicada pela editora Sebo Vermelho em 2011.

²⁵³ CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV. 1962-1963, p.9

acerca da biografia de Manoel Ferreira Nobre.²⁵⁴ O resultado de sua pesquisa só foi publicado posteriormente, pela *RIHGRN*, no início da década de 60, com o título *Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre*. O artigo é dividido em três partes. Na primeira, Cascudo menciona informações gerais da obra de Manoel Ferreira Nobre, tais como: a editora, o ano de publicação e o custeio. Informa ainda o ano do batismo de Ferreira Nobre e sua trajetória política. Na segunda parte, Cascudo trata exclusivamente da problemática em torno do ano e do lugar onde falecera: “Manoel Ferreira Nobre faleceu em Papari, hoje Nisia Floresta, a 15 de agosto de 1897. Acabou-se o problema...”²⁵⁵ O *problema* mencionado por ele era uma referência à incerteza do ano e do lugar em que Manoel Ferreira Nobre havia falecido. Luís da Câmara Cascudo corrigiu a informação dada por Augusto Tavares de Lyra, em sua *História do Rio Grande do Norte* (1921), de que Manoel Ferreira Nobre teria falecido na cidade de São José de Mipibu, em 1889.²⁵⁶

Na última parte do artigo, Cascudo dedica-se a informar sobre o principal elemento da biografia de Ferreira Nobre: seu livro. Assim como Augusto Tavares de Lyra, Cascudo elege o pioneirismo da *Breve Notícia* como o acontecimento mais importante da biografia de Manoel Ferreira Nobre. Semelhantemente a Augusto Tavares de Lyra, uma das principais críticas feitas por Luís da Câmara Cascudo foi a quantidade de enganos e erros presentes no livro.²⁵⁷ Inclusive, para ele, era interessante que a *Breve Notícia* ganhasse uma nova edição anotada, não para atualizá-la, “porque perderia seu sabor arcaico, a graça de sua velhice conversadeira e saborosa”, mas para apontar as recorrentes informações errôneas.²⁵⁸ Não é por acaso que Luís da Câmara Cascudo foi um dos membros escolhidos pelo IHGRN para comentar a obra de Manoel Ferreira Nobre.

Luís da Câmara Cascudo acrescenta ainda outro elemento à sua crítica: o livro de Manoel Ferreira Nobre não era bem uma história, mas uma crônica breve e sucinta.²⁵⁹ Cascudo não nos diz por que classificou o referido livro como uma narrativa mais próxima da crônica do que da história. Talvez Cascudo seguiu o gesto de Varnhagen e de Capistrano de

²⁵⁴ Idem, p.7

²⁵⁵ Idem, p.8

²⁵⁶ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.790

²⁵⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV. 1962-1963. p.5

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem, p.9

Abreu que também classificavam parte da historiografia que lhes antecederiam de *crônica*.²⁶⁰ No entanto, o seu gesto classificatório não foi por acaso.

Um dos primeiros lugares em que Cascudo ocupou, enquanto homens de letras, foi o de cronista da cidade de Natal.²⁶¹ Entre o final dos anos de 1910 e em toda década de 1920, o jovem letrado passou a publicar várias crônicas, sobretudo no jornal do seu pai, *A Imprensa*, e no periódico oficial do estado, *A República*, “com temáticas voltadas para a observação da cidade e, vez por outra, algumas resenhas bibliográficas sobre escritores de todo país.”²⁶² Embora as crônicas tratassem de outras temáticas, como: resenhas de livros, fatos referentes à história do Rio Grande do Norte, aspectos do folclore brasileiro, elementos da formação cultural da nação, entre outros, o principal objeto descrito por Cascudo era a cidade de Natal.²⁶³

Em grande medida, suas crônicas eram produtos de sua ida *in loco* às ruas da cidade: “Ha dias passados, fiz um passeio scismarento (sic) e longo pelas velhas ruas de Natal. Tanta casa silenciosa rompendo a nudez para gritar-me nomes e erguer figuras do pretérito.”²⁶⁴ Essa experiência de deslocamento lançou-o até o passado da sua cidade²⁶⁵, mostrando aos seus leitores a continuidade do passado no presente. Em suas crônicas, Cascudo passa a informá-los acerca dos modos de viver na cidade, descrevendo os costumes e a mentalidade dos cidadãos, evidenciando o cotidiano da pequena capital e o seu passado. Seus relatos são concisos. Suas crônicas sobre a cidade são fragmentadas. Não buscam a construção de um sentido temporal que atravessasse toda a experiência da cidade no tempo. As crônicas mostram o passado no presente, mas não cosem uma narrativa de conjunto, um todo coerente, uma identidade temporal que organize e signifique as experiências dos cidadãos no tempo. Cascudo sabia disso. Não é por acaso que, em 1947, publica sua *História da cidade do Natal*, exatamente para dar unidade aos elementos que estavam dispersos em suas crônicas sobre Natal. Somente a história poderia dar a unidade temporal à cidade. Só a narrativa historiográfica poderia dar sentido temporal aos seus moradores frente às vicissitudes que

²⁶⁰ Conferir: OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. 183f. 2006. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

²⁶¹ Conferir: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. O nascimento do cronista e o nascimento da cidade de Natal. In: CASCUDO, Luís da Câmara; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). **Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20**. 2ª. ed. Natal: EDUFERN, 2011. p.11-58.

²⁶² SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria**. 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p.68.

²⁶³ Conferir: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Op. cit.** p.13.

²⁶⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. Doutor Antunes. In: **A República**. Natal, 6 de dezembro de 1928.

²⁶⁵ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Do alto da torre da matriz, acompanhando a procissão dos mortos: Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade do Natal. **Revista Espacialidades [online]**. 2011, v. 4, n. 3. p.6-7

ameaçavam ruir a ordem social e política de Natal, a partir dos anos 40: “A trajetória descrita pelo trabalho consagrado à busca da unidade entre os homens do presente e do passado, entre o indivíduo e sua comunidade ameaçada de esfacelar-se, correspondeu, sob o ponto de vista do gênero narrativo, à passagem da crônica (o fragmento) à história (a síntese).”²⁶⁶ Foi a história da cidade, e não as crônicas sobre ela, que produziu a identidade entre os natalenses do passado e do presente. Embora tomassem a cidade como objeto dos seus relatos, a crônica e a história eram concebidas por Cascudo de forma distinta. Talvez essa questão explique, ainda que parcialmente, a classificação instituída por ele, quando considerou a obra de Manoel Ferreira Nobre como crônica e não como história. É interessante mencionar que esse mesmo raciocínio esteve presente na crítica de Capistrano de Abreu à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, feita no final do século XIX. Para Capistrano de Abreu, a obra de Varnhagen possuía muitos traços de crônica.²⁶⁷ Uma destas marcas tinha a ver, segundo ele, com a falta de *intuição de conjunto*, isto é, a ausência de uma narrativa que conferisse coerência, unidade e inteligibilidade aos acontecimentos narrados.²⁶⁸ Na avaliação de Capistrano de Abreu, faltava ao texto de Varnhagen uma narratividade histórica plena, ou seja, o estabelecimento de um relato, um enredo que pudesse dar sentido às distintas periodizações da história do Brasil.²⁶⁹ Nesse ponto, não é absurdo considerar que a leitura crítica que Cascudo fez da obra de Manoel Ferreira Nobre tenha tido como elemento norteador o arrazoado de Capistrano de Abreu em relação ao texto de Varnhagen.

A obra de Manoel Ferreira Nobre, como iremos analisar, não trouxe uma síntese histórica para o Rio Grande do Norte. Os capítulos não correspondem a unidades de sentido, organizados a partir de um ordenamento temporal, mas são compostos de narrativas desconexas sobre as cidades e vilas da província. O Rio Grande do Norte não é tratado como um *ente* em si mesmo, como uma totalidade temporal. A narrativa de Manoel Ferreira Nobre é, na verdade, o somatório de informações sociais, econômicas, culturais, institucionais, políticas, entre outras, das cidades e vilas que compunham a província à época do autor. Se pensarmos a estrutura das crônicas de Cascudo sobre a cidade do Natal, a *Breve Notícia* de Manoel Ferreira Nobre seria uma soma das *crônicas* das cidades e vilas da província. São informações isoladas de cada uma das unidades que fazem parte do Rio Grande do Norte. Manoel Ferreira Nobre não construiu uma narrativa geral para a província, como Cascudo fez, em 1955, em sua *História do Rio Grande do Norte*. Na obra de Manoel Ferreira Nobre, o

²⁶⁶ Idem, p.32.

²⁶⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Op. cit.** p.77.

²⁶⁸ Idem. p.78.

²⁶⁹ Idem. p.82.

relato histórico não é caracterizado por uma construção de uma unidade narrativa que faça significar e organizar a experiência dos norte-rio-grandenses no tempo. Isso não quer dizer que Cascudo a tenha desmerecido ou tenha colocado sob suspeição a sua primazia. Pelo contrário, embora não tenha sido propriamente uma história, como ele considerava, a obra de Manoel Ferreira Nobre foi o primeiro volume publicado com intenção de história: “Antes dele, nada existe. Começou a série...”²⁷⁰ Para Cascudo, o valor da obra não residia somente pela sua intencionalidade historiográfica, mas nas informações nela contidas, daí o seu apelo para que o IHGRN a publicasse novamente. Luís da Câmara Cascudo não esteve só nessa empreitada.

Outro sócio do IHGRN que contribuiu para a republicação da *Breve Notícia* foi o desembargador Antônio Soares. Em seu discurso de posse na *Academia Norte-rio-grandense de Letras* (ANL), pronunciado no dia 1º de dezembro de 1949, o desembargador defendeu a criação de uma cadeira na agremiação que homenageasse o considerado primeiro historiador do Rio Grande do Norte:

Daí, o dever, que passei a considerar imperioso, de tornar imutável, pela perpetuidade, a denominação da cadeira que fizer apor, com a aquiescência da Academia, o nome do benemérito rio-grandense – Manoel Ferreira Nobre – nobre de nome e nobre nos seus demonstrados sentimentos patrióticos.²⁷¹

Conforme Antônio Soares, sua defesa refletia o seu comprometimento em tirar da “lamentável situação, de quase abandono, um valoroso rio-grandense do norte.”²⁷² Seu objetivo era claro: construir uma memória para o conterrâneo que primeiro escrevera a história do Rio Grande do Norte. Era necessário tirá-lo do esquecimento, não só sua biografia – tornando-o uma figura notável, imortal – mas também sua obra. Para Antônio Soares, a criação de uma cadeira com o nome do *notável patricio* era uma forma de fazer justiça à memória de Manoel Ferreira Nobre, uma maneira de arrancar do crime do esquecimento seu nome e exaltar “o seu mérito, real, indiscutível.”²⁷³ Não é por acaso que o próprio Antônio Soares assumiu, perante os seus pares da *Academia*, o compromisso de colher mais informações sobre a biografia de Manoel Ferreira Nobre, usando o expediente da viagem:

²⁷⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sôbre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Vol LV, 1962-1963, p.10.

²⁷¹ SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971. p.231.

²⁷² Idem, p.219.

²⁷³ Idem, p.220.

Excursão de turismo? Absolutamente, não. Forma poucas e curtas minhas viagens de recreio. Andei, sim, numa cívica peregrinação, em busca do lugar onde tivera sepultura um patrício ilustre, a quem cruéis privações lançaram numa vida errante, obrigado a tirar meios de subsistência, de uma profissão para o exercício da qual não possuía título.²⁷⁴

Assim como Cascudo, Antônio Soares percorreu os arquivos do estado a fim de buscar mais informações sobre a vida de Manoel Ferreira Nobre. A viagem é encarada não como uma atividade lúdica, mas como uma atividade intelectual, heurística, e um dever cívico que tem como intuito refazer os passos do primeiro historiador do Rio Grande do Norte, o *patrício ilustre*, que Antônio Soares queria honrar por meio não só da sua pesquisa, mas também da instituição do seu nome no *panteão* dos imortais da ANL. A viagem é pensada também como uma prática patriótica que vai ao encontro de um personagem que, por meio de sua escrita e dos seus outros serviços à província, demonstra também seus sentimentos patrióticos. Numa relação mimética com o seu próprio biografado, Antônio Soares homenageia não só Manoel Ferreira Nobre, mas a si mesmo, com a instituição da cadeira número 4, a qual ocupou na *Academia*.

O motivo central da homenagem a Manoel Ferreira Nobre era o principal fruto do seu patriotismo: “tornar conhecida a sua terra natal” por meio de sua obra.²⁷⁵ Assim como Tavares de Lyra e Cascudo, Antônio Soares reconhece as deficiências e imperfeições que se notam “aqui e ali, no correr do seu trabalho.”²⁷⁶ Todavia, para ele, as deficiências contidas no livro poderiam ser justificadas, considerando que este fora impresso longe de suas vistas.²⁷⁷ O elemento exterior a obra, isto é, a edição realizada pela editora do Espírito Santo, longe dos olhos do autor, justificaria também suas imperfeições. Manoel Rodrigues de Melo, o prefaciador da edição de 1971, chegou à mesma conclusão:

Não direi que Ferreira Nobre esteja isento de erros e de enganos. Mas é preciso levar em conta que o seu livro foi composto e impresso em Vitória do Espírito Santo, longe das vistas do autor, impossibilitando-o de fazer uma revisão bem cuidada, evitando assim troca de palavras e datas que só o autor seria capaz de corrigir em tempo.²⁷⁸

²⁷⁴ Idem, p.219.

²⁷⁵ Idem, p.220.

²⁷⁶ Idem, p.228.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Idem, p.10.

Para Manoel Rodrigues de Melo, em todo processo de edição de uma dada obra havia uma espécie de *guerra fria* entre os *inocentes autores* e os revisores. Essa metáfora da guerra, bastante em voga no contexto pós-Segunda Guerra, serviu de argumento para afirmar que a *Breve Notícia* passou por possíveis manipulações dos editores, prejudicando ou não o sentido primeiro do seu autor. Ora, a estratégia de Manoel Rodrigues de Melo e de Antônio Soares é clara: dirimir os possíveis erros de Manoel Ferreira Nobre, oferecendo a justificativa do distanciamento entre autor e revisor. Apesar das críticas à *Breve Notícia*, os historiadores do IHGRN estavam convencidos da necessidade de agenciar uma nova edição do livro. Para eles, era preciso tirar do eterno esquecimento o livro e a memória do seu autor.²⁷⁹

A publicação da segunda edição do livro de Manoel Ferreira Nobre teve um objetivo duplo: ao mesmo tempo em que tirava do esquecimento a obra e o seu autor, ia além do seu texto, atualizando-o e corrigindo-o. Se as possíveis modificações realizadas pelos revisores capixabas, na primeira edição do livro, foram duramente criticadas por Manoel Rodrigues de Melo no prefácio, as atualizações e correções feitas pelos historiadores do IHGRN à segunda edição, através das notas de rodapé, foram consideradas por ele, como um trabalho “necessário e proveitoso para as letras históricas do Rio Grande do Norte.”²⁸⁰ Textos dos sócios do IHGRN, como Luís da Câmara Cascudo e Nestor Lima, foram inseridos para *dialogarem* com Manoel Ferreira Nobre sobre os assuntos de história e de geografia do Rio Grande do Norte. Os textos dos referidos intelectuais e de outros, como Vicente Lemos, Tavares de Lyra e Rocha Pombo, serviram de baliza para acrescentar, afirmar ou corrigir as informações trazidas por Manoel Ferreira Nobre. Os *diálogos* com o texto do autor foram inscritos através da inserção de notas de rodapé. Estas não tinham como função comprovar documentalmente os fatos e as informações contidas na afirmação do seu próprio autor, indicando as fontes que ele usou para sustentar a sua verdade, tal como faziam os historiadores do século XIX, contemporâneos de Manoel Ferreira Nobre.²⁸¹

As notas da segunda edição não objetivavam dar autoridade ao seu autor, até mesmo porque a grande maioria delas não é de sua autoria. Isso não quer dizer que Manoel Ferreira Nobre não tenha se utilizado do expediente da nota de rodapé. Conforme Anthony Grafton, o uso das notas já se tornara parte do procedimento padrão dos historiadores, antes mesmo que

²⁷⁹Idem. p.11.

²⁸⁰MELO, Manoel Rodrigues de. Prefácio. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.11.

²⁸¹ Sobre erudição e a história dos usos das notas de rodapé nos séculos XVIII e XIX, conferir: GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**. Campinas: Papyrus, 1998.

os intelectuais do iluminismo o adotassem.²⁸² Manoel Ferreira Nobre, como um homem letrado do século XIX, não ficou alheio ao seu uso, embora não o fizesse em larga escala. A maior parte de suas notas de rodapé tinha como escopo detalhar as informações já trazidas no corpo do texto.²⁸³ Por exemplo, quando descreve os limites da cidade de Natal, “começando do Baldo até à Gamboa de João Costinha”, Manoel Ferreira Nobre insere uma nota, detalhando o que seria o *Baldo*:

Assim se chama o tanque que fica ao entrar da cidade, que dá fácil expedição às águas que nêle se aglomeram por ocasião das chuvas. Foi fundado no ano de 1810, pelo Governador Lôpo Joaquim de Almeida Henrique. O Capitão de Artilharia do Regimento de Olinda, José Xavier de Mendonça, Comandante da Companhia de linha, foi o administrador da obra, sendo os seus operários e serventes as praças da mesma Companhia.²⁸⁴

Nessa nota de rodapé, Manoel Ferreira Nobre visa apenas acrescentar novas informações do que já foi dito no corpo do texto, especificando *o que, como e por quem* foi fundado o *Baldo*. No entanto, as informações fornecidas pelo autor não são comprovadas pela citação das fontes. Nesse caso, não há qualquer menção sobre o suporte documental em que Manoel Ferreira Nobre se baseou para ratificar seus dados. Porém, é importante assinalar que, em algumas notas, o autor fez referência às fontes utilizadas. Por exemplo, quando relata sobre o porto de Areia Branca, pertencente, à época, à cidade de Mossoró, o autor cita o documento que o criou, a Lei Provincial nº 658, de 5 de dezembro de 1872, para provar a informação que havia escrito no corpo do texto.²⁸⁵ Em outras notas, as fontes foram citadas, mas não especificadas. Majoritariamente, suas *referências de pé de página* eram mais descritivas do que comprobatórias.

Diferentemente das notas de rodapé de Manoel Ferreira Nobre, as notas da segunda edição tinham como papel atualizar e corrigir as informações fornecidas pelo próprio autor, funcionando como comentários.²⁸⁶ Nesse sentido, os comentários de outros historiadores,

²⁸² Idem, p.91.

²⁸³ Na segunda edição, as notas de rodapé de Manoel Ferreira Nobre são identificadas entre parêntesis e com asterisco. Já as notas dos editores são numeradas.

²⁸⁴ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.37.

²⁸⁵ Idem, p.91.

²⁸⁶ Aqui nos utilizamos das discussões que o filósofo Michel Foucault fez em seu texto *A ordem do discurso*, fruto da sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1970. Particularmente, nos apropriamos de sua análise acerca de um dos procedimentos internos do discurso, especificamente, acerca do *comentário*, que opera a partir de um desnivelamento entre os discursos. Somos cômicos de que Foucault não tratou necessariamente de algum texto histórico propriamente dito, mas sua reflexão acerca desse mecanismo de funcionamento interno dos discursos na sociedade, nos permite pensar as notas de rodapé dos editores como dobras do discurso, uma forma

referenciados nas notas de rodapé, produziram discursos que iam além da obra, ora atualizando-a, ora corrigindo-a, operando um desnivelamento entre o texto primeiro (a narrativa de Manoel Ferreira Nobre) e o texto segundo (os discursos que se articulam ao texto primeiro).²⁸⁷ A função das notas destinadas à atualização da obra era fazer um balanço entre os dados fornecidos por Manoel Ferreira Nobre, em seu livro de 1877, e as novas informações fornecidas pela edição de 1970. Por exemplo, enquanto Manoel Ferreira Nobre informava sobre o porto de Guararapes, “um dos arrebaldes mais importantes do município da capital”, os editores da segunda edição atualizavam a informação por meio da nota 43: “O pôrto de Guararapes não existe mais. Ficava à margem esquerda do Rio Jundiaí, afluente do Rio Grande ou Potengi. Com a extinção do pôrto desapareceram também a casa e a capela.”²⁸⁸ Este exemplo demonstra como a atualização da segunda edição apresentou aos leitores uma descontinuidade entre passado e presente. O gesto de atualizar a obra demarca o seu próprio lugar no passado, evidenciando a historicidade do seu texto, encerrando-o como algo que já não existe mais, promovendo um desnivelamento entre o relato do passado e o presente. Através da atualização, os leitores novecentistas poderiam perceber as mudanças ocorridas na própria cidade em quase cem anos, desde a primeira edição da obra, em 1877, até a segunda, em 1971.

Além das atualizações da obra²⁸⁹, os editores corrigiram-na. Informações históricas e geográficas, bem como erros gramaticais, foram objetos de intervenção dos editores na obra *Breve Notícia*. Nem a numeração dos capítulos, em algarismo romano, da primeira edição, ficou incólume, como explica os editores na nota 56-A: “Na primeira edição do *Breve Notícia* escapou à revisão a numeração em romano do Capítulo IV sobre a *Cidade do Assu*, o que agora se corrige.”²⁹⁰ A mudança realizada na numeração é um exemplo da interferência direta dos editores da segunda edição no corpo do texto. Mas essa intervenção no texto foi uma exceção e não uma regra. As informações consideradas equivocadas pelos editores foram

de dizer algo além do texto primeiro, isto é, do texto de Manoel Ferreira Nobre. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

²⁸⁷ Idem, p.25-26.

²⁸⁸ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.40.

²⁸⁹ Podemos citar também um outro exemplo de atualização da obra realizada pelos editores. Ao mencionar a feira existente na cidade de Natal no período do Império, Manoel Ferreira Nobre mostra o caráter efêmero de sua durabilidade, segundo ele, “porque o povo a abandonou completamente”. Os editores inserem a nota 41, citando as feiras existentes na cidade, desde o início do século XIX. Vejamos: “As feiras-livres do município de Natal são de instituição relativamente recente. Não vão aquém dos princípios deste século. As mais importantes são Alecrim e Rocas. (...) Além dessas velhas feiras do Natal antigo, localizadas na Tatajubeira (Rua Frei Miguelinho) e Rua Nova (Rio Branco), recorda-se ainda a do *Passado da Pátria*, tão falada. As do Alecrim e Rocas são deste século, mobilizando ainda hoje milhares de pessoas da capital e do interior.” Idem, p.39. Este e outros exemplos podem ser encontrados na segunda edição do livro.

²⁹⁰ Idem, p.54.

apontadas em suas notas de rodapé, preservando, segundo eles, o texto original. Por exemplo, no capítulo destinado à cidade de Assú, Manoel Ferreira Nobre afirmara que o jornal *Brado Conservador* tinha sido publicado desde o ano de 1875. Os editores corrigiram essa afirmação: “Há equívoco de Ferreira Nobre. O primeiro número do *Brado Conservador* circulou no dia 28 de setembro de 1876.”²⁹¹ Para corrigir o erro da informação, os editores recuperaram textos de outros historiadores norte-rio-grandenses, colocando-os como elementos de autoridade e de referência para embasar suas retificações. No caso supracitado, o texto a ser considerado foi o artigo de Luís Fernandes, um dos sócios fundadores do IHGRN, intitulado *A imprensa periodica no Rio Grande do Norte do Norte*, publicado pela *RIHGRN*, entre 1913-1915.²⁹² Além de Luís Fernandes Sobrinho, os editores também citaram Luís da Câmara Cascudo, este o mais evocado por eles, devido à sua importância e centralidade no cenário intelectual do Rio Grande do Norte e do Brasil, para corrigir os possíveis equívocos históricos cometidos por Manoel Ferreira Nobre. No capítulo III, sobre a cidade de São José de Mipibu, mais precisamente quando Manoel Ferreira Nobre cita o alvará de criação da freguesia, instituído, de acordo com ele, no dia 3 de julho de 1788, os editores inseriram a nota 56, explicando o erro do autor a partir de uma informação trazida por Luís da Câmara Cascudo: “A criação da freguesia de São José de Mipibu, segundo Câmara Cascudo, é de 22 de fevereiro de 1762, (...)”.²⁹³

A prática de depuração dos erros históricos, utilizando afirmações de outros historiadores norte-rio-grandenses, repete-se em várias passagens do texto de Manoel Ferreira Nobre. Todavia, em outras, parece haver um processo de justificação dos erros do autor, novamente usando o argumento do possível engano cometido pela tipografia capixaba, na primeira edição. Essa questão fica notória, na ocasião do capítulo referente à *cidade do Príncipe*, hoje Caicó, quando Manoel Ferreira Nobre cita o alvará de 3 de julho de 1788, que confirmou o título de *Vila Nova do Príncipe*. Os editores mencionam, a partir das afirmações de Antônio Soares, José Augusto e Cascudo, que o alvará foi criado no dia 31 de julho de 1788, concluindo que: “Ferreira Nobre por um triz não acertou. Terá havido erro tipográfico?”²⁹⁴

²⁹¹ Idem, p.61.

²⁹² Os volumes XI, XII e XIII, correspondente aos anos de 1913 a 1915, foram reunidos em o único volume. Não sabemos precisamente em que ano, especificamente, foi publicado o artigo de Luís Fernandes Sobrinho. No entanto, o artigo *A imprensa periodica no Rio Grande do Norte do Norte*, referente à parte II, seção II, foi publicado nesse volume único.

²⁹³ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.54.

²⁹⁴ Idem, p.68.

Além dos supostos erros históricos, os editores corrigiriam ainda informações geográficas presentes no texto de Manoel Ferreira Nobre. Por exemplo, quando este menciona a localização do *Passo da Pátria*, na capital da província, os editores trataram de corrigi-lo: “O *Passo da Pátria* fica à margem direita do Rio Grande ou Potengi e não à margem esquerda, como diz o autor.”²⁹⁵ Isso também ocorre com a própria gramática do texto. Em vários trechos da segunda edição da *Breve Notícia*, foram indicados os *solecismos* do autor. Podemos perceber essa questão no seguinte exemplo: “A Igreja da Matriz, a Casa de Mercado Público, a casa assobradada, destinada para residência da freguesia, são obras que honram a cidade.”²⁹⁶ Para os editores, Manoel Ferreira Nobre empregou o verbo *destinar* inadequadamente na oração: “Neste caso, invés da preposição simples “para”, deveria o historiador ter empregado o “a” craseado, fusão da preposição simples “a” com o artigo feminino “a” (à) com o sentido de movimento e não “para” com o sentido de fixação, de permanência.”²⁹⁷ Nem os erros gramaticais ficaram livres das correções.

Segundo os editores, em respeito à memória biográfica de Manoel Ferreira Nobre e à fidelidade ao texto da primeira edição, não fizeram intervenções diretas no corpo do texto – a não ser na ordem de numeração dos seus capítulos, como citamos anteriormente.²⁹⁸ Os membros do IHGRN foram rigorosos com a *primeira história do Rio Grande do Norte*. Preocuparam-se em tirá-la do esquecimento, mas também foram além dela, atualizando-a e corrigindo-a. Eles fizeram, até então, a leitura mais cuidadosa da *Breve Notícia* – ao menos a que chegou até nós. Não sabemos, entretanto, como o livro de Manoel Ferreira Nobre foi recebido pelos seus primeiros leitores, muito menos quais foram suas críticas e/ou elogios à *Breve Notícia*.

2.2 - Baseada nas leis e informações: os usos das fontes

Como vimos no capítulo anterior, o primeiro relato sobre o Rio Grande do Norte, do ponto de vista de uma sistematização cronológica de sua história política, foi produzido por Gonçalves Dias nos anos cinquenta do século XIX. Curiosamente, o artigo do sócio do IHGB sequer foi citado por Manoel Ferreira Nobre. Provavelmente, a razão disso tenha sido o desconhecimento da existência do texto de Gonçalves Dias por parte de Manoel Ferreira

²⁹⁵ Idem, p.31.

²⁹⁶ Idem, p.73.

²⁹⁷ Idem, p.73.

²⁹⁸ Idem.

Nobre. Sem recorrer a nenhum estudo anterior que tratasse, especificamente, sobre a província, o norte-rio-grandense decidiu escrever sobre a sua *pátria* com as informações que colhera junto aos arquivos e à tradição oral.

No dia 15 de março de 1877, Manoel Ferreira Nobre terminava de escrever o prefácio de sua única obra. Dirige-se *ao público*, informando-lhe o que deveria se esperar de sua obra: não uma história “preciosa e interessante do Rio Grande do Norte”, mas um *ligeiro ensaio*.²⁹⁹ Um pouco mais de vinte anos antes do prefácio da *Breve Notícia*, Varnhagen, no primeiro volume da *História Geral do Brasil*, mais especificamente na dedicatória a D. Pedro II, definira sua obra como um ensaio.³⁰⁰ Tal declaração se tratava “menos de uma definição de gênero do que a demonstração de modéstia intelectual”, conforme Fernando Nicolazzi.³⁰¹ Manoel Ferreira Nobre repetiu o gesto de Varnhagen. O autor da *Breve notícia* não justificou a razão pela qual definiu seu livro como ensaio e não como história. Apenas expressou ao público que seu trabalho fora fruto do contraste entre a fragilidade de suas produções e sua força de vontade em superar os limites do seu empreendimento: “encontrei dificuldades quase insuperáveis, porém, foram destruídas pela força de vontade, e agora cabe-me o desvanecimento de apresentar à luz pública as minhas fracas produções.”³⁰² Em outras palavras, Manoel Ferreira Nobre estava comunicando aos seus leitores que seu trabalho fora feito no limite. Todavia, seu prefácio não foi um espaço apenas de evidenciação dos limites de sua obra. Por meio dele, Manoel Ferreira Nobre narra a história do seu próprio texto,³⁰³ como podemos perceber nos dois primeiros parágrafos do prefácio da *Breve Notícia*:

²⁹⁹ NOBRE, Manoel Ferreira. Ao público [prefácio]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

³⁰⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

³⁰¹ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.401.

³⁰² NOBRE, Manoel Ferreira. Ao público [prefácio]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

³⁰³ O historiador Fernando Nicolazzi apresenta as várias funções específicas de um prefácio em textos historiográficos: “recomendar uma leitura particular, definir as intenções do autor, comentar ou refutar possíveis críticas ou mesmo aquelas de fato realizadas (no caso de prefácios posteriores à publicação original), entre outras – pode-se, então, sugerir que os prefácios estabelecem uma espécie de *pacto autoral*, por meio do qual o autor dialoga com seus leitores, críticos ou apologeticos, mas também consigo próprio, na medida em que o tema basilar deste texto é a sua própria obra.” Desse modo, o prefácio diz o texto subsequente, isto é, a obra em si, “com outros termos e de forma diversa, narrando sua construção, definindo seus limites e estabelecendo suas condições de possibilidade. O prefácio permite, ao passo dessas considerações, escrever a história do texto.” NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.99-100.

Em meu trabalho de Oficial-Maior da Secretaria da Assembléa Provincial do Rio Grande do Norte, lugar que exerci por mais de dois anos, era adstrito fornecer às Comissões Permanentes da casa, todas as informações necessárias para acerto das deliberações.

Esta necessidade, continuamente repetida, induziu-me a tomar apontamentos; tive para logo a idéia de os dar a lume, visto não ter aparecido ainda descrição alguma especial da província, a que tenho a honra de pertencer.³⁰⁴

De acordo com Manoel Ferreira Nobre, o ofício na secretaria da Assembleia e a constatação de que a sua província ainda não tinha recebido alguma descrição especial, levaram-no a escrever sobre o Rio Grande do Norte. O seu texto foi possível a partir da inserção do autor em um lugar: a burocracia provincial.

Em fevereiro de 1852, Manoel Ferreira Nobre deu início à sua trajetória na administração da província, começando como Oficial-menor da Assembleia Legislativa.³⁰⁵ No ano seguinte, se tornara ajudante de ordens do presidente de província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, e oito anos depois, passou a exercer a mesma função na administração de Pedro Leão Veloso.³⁰⁶ Em 1856, tornou-se Oficial-maior da Assembleia, passando mais de dois anos no cargo, quando foi eleito como deputado provincial, posição que não o impediu de ausentar-se da secretária da Assembleia legislativa. Depois de sua carreira como militar, o capitão Manoel Ferreira Nobre aposentou-se como bibliotecário público provincial.³⁰⁷ Logo, do início de sua carreira até a aposentadoria, Manoel Ferreira Nobre esteve diretamente vinculado à burocracia provincial, sobretudo, assumindo a secretaria da Assembleia legislativa da província.

Manoel Ferreira Nobre era um burocrata que no dia a dia operava com documentos oficiais que passavam constantemente em suas mãos e não um antiquário. Era um Oficial-maior, lidava cotidianamente com informações que transitavam na Assembleia provincial. Para Luís da Câmara Cascudo, essa condição de Oficial-maior habilitou-lhe “a conhecer o Rio Grande do Norte em seu aspecto diário de funcionamento normal”, por isso, segundo ele, escreveu a *Breve Notícia*.³⁰⁸ Manoel Ferreira Nobre não foi um pesquisador que precisou

³⁰⁴ NOBRE, Manoel Ferreira. Ao público [prefácio]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971

³⁰⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV. 1962-1963. p.6.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Não sabemos ao certo, o ano da aposentadoria de Manoel Ferreira Nobre. Luís da Câmara Cascudo e Antônio Soares não mencionam a data da sua aposentadoria. O que sabemos, à luz das informações de Cascudo é que Ferreira Nobre, quando aposentado, foi residir em São José de Mipibu, onde foi interino do 1º tabelionato, de agosto a outubro de 1889. Idem.p.6-7.

³⁰⁸ Idem. p.9.

deslocar-se do seu espaço de origem em busca de arquivos, como foi Gonçalves Dias, a serviço do Império, em 1851. Foi à procura de fontes sem sair do Rio Grande do Norte. A partir dos arquivos da própria burocracia provincial, em que desempenhava sua repetitiva atividade de organizar documentos oficiais e remetê-los à Assembleia, que Manoel Ferreira Nobre foi, conforme ele mesmo, *induzido* a pesquisar as coisas de sua terra. Assim como Leopold von Ranke e muitos eruditos do século XIX, Manoel Ferreira Nobre deleitou-se com uma das grandes descobertas da história do início do oitocentos: o arquivo.³⁰⁹ Tendo acesso direto aos principais arquivos do Rio Grande do Norte, Manoel Ferreira Nobre decidiu escrever seu texto a partir deles, tendo em vista “não ter aparecido ainda descrição alguma especial da província.”

O título do seu livro já sugere que tipos de fontes foram utilizadas por ele: documentos oficiais e o que Manoel Ferreira Nobre intitulou de *informações* (tradições orais). O autor não estabelece uma crítica documental. Não há uma distinção e nem uma hierarquização das fontes. Os documentos oficiais e as tradições possuem o mesmo valor na *Breve Notícia*. Elas possuem a mesma função: provar o texto do autor. Começamos pelos documentos oficiais.

Como já mencionamos alhures, Manoel Ferreira Nobre era um burocrata com livre acesso à documentação oficial da província. Seu livro está apinhado desse tipo de fonte. Tudo que está presente nos arquivos provinciais e municipais é considerado por ele como documento oficial. Em geral, o autor se vale de leis provinciais e de decretos municipais. Em grande medida, essas fontes dizem respeito à elevação de uma determinada povoação à condição de vila ou de uma vila à categoria de cidade, bem como a criação de colégios eleitorais e de empreendimentos públicos e de instituições públicas, tais como: bibliotecas, escolas, portos etc., das vilas e das cidades que compõem a província. Como exemplo de uso dessas fontes, podemos citar a menção aos atos oficiais ocorridos no processo de elevação da povoação de Macau à categoria de cidade, relatado por Manoel Ferreira Nobre, no capítulo IX: “No ano de 1875 recebeu as honras de cidade, conservando a mesma denominação. (Lei Provincial nº 761, de 9 de setembro de 1875).”³¹⁰ Esse tipo de informação, isto é, a elevação de uma dada vila à categoria de cidade atravessa praticamente todo o livro de Manoel Ferreira Nobre. O autor cita a lei provincial ou o decreto que regulamenta o ato oficial. Essa espécie de fonte, citada pelo autor, é, antes de tudo, uma forma de provar a veracidade do que foi dito.

³⁰⁹ GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**. Campinas: Papyrus, 1998, p.43; Conferir: FARGE, Arlette. **O sabor de arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

³¹⁰ Idem, p.112.

Desde o século XIX, o uso do documento é concebido por uma parcela significativa dos historiadores, como parte constituinte da heurística, uma vez que, a partir dele, o historiógrafo teria acesso direto ao passado, fundamento do fato histórico, elemento de prova.³¹¹ É imperioso mencionar que no oitocentos, a história emerge como um saber que pretende ser científico e o interesse pelo documento constitui-se como um dos elementos principais na construção dessa cientificidade³¹² e da própria instituição do estatuto da verdade do texto histórico. Para Leopold von Ranke, uma referência incontornável para os estudiosos da história, a busca ou o amor à verdade é uma das exigências da pesquisa histórica no século XIX.³¹³ Não sabemos se Manoel Ferreira Nobre era um leitor de Ranke ou de outros historiadores ligados a ele, contudo, consideramos que o norte-rio-grandense dialogou, de alguma forma, com as regras historiográficas comuns à cultura histórica oitocentista.³¹⁴

Manoel Ferreira Nobre era cômico da imprescindibilidade do uso do documento. A alusão à fonte servia como elemento de baliza de sua própria narrativa. É o que o torna um historiador verdadeiro e é por essa razão que o autor se interessa em evidenciar que seu trabalho está comprometido com a verdade: “Na confecção do nosso imperfeito e tenebroso trabalho, temos muito em vista não apartamo-nos nunca da verdade, (...)”³¹⁵ Desse modo, Manoel Ferreira Nobre estabelece o que Paul Ricœur chamou de *pacto tácito de leitura* com o seu leitor. De acordo com o filósofo francês, o leitor do texto histórico tem a expectativa de que o historiador proponha uma narrativa verdadeira e não uma ficção.³¹⁶

Ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob a conduta do devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente. Além disso, ao ultrapassar o limiar da escrita, ele se mantém em guarda, abre um olho crítico e exige, se não um discurso verdadeiro comparável ao de um tratado de física, pelo menos um discurso plausível, admissível, provável e, em todo, caso honesto e verídico; educado para detectar falsificações, não quer lidar com um mentiroso.³¹⁷

³¹¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 526.

³¹² FOUCALT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.510.

³¹³ RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p.207.

³¹⁴ Não estamos dizendo com isso que Ranke era o único historiador que considerava o documento como elemento indispensável para construção do texto e o ofício do historiador. Outros historiadores contemporâneos de Manoel Ferreira Nobre, como Johann Gustav Droysen e Wilhelm von Humboldt, por exemplo, partilhavam, pelo menos nesse ponto, dessa mesma concepção encontrada em Ranke.

³¹⁵ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971, p.43.

³¹⁶ RICŒUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. **Annales HSS**, juillet-août, n° 4, p.731-748, 2000, p.731.

³¹⁷ Idem. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 274-275.

Manoel Ferreira Nobre constitui-se como um homem de arquivo. Cita os documentos oficiais que ele teve acesso, quando esteve vinculado à secretaria da Assembleia legislativa da província. Esse aspecto de sua biografia o faz credenciar o seu próprio texto. Diante disso, seu leitor pode esperar que sua narrativa historiográfica seja um produto de sua pesquisa nos arquivos e não uma ficção ou mentira. É aqui que o autor do texto histórico propõe um pacto com o seu leitor. Como nos esclarece o filósofo Paul Ricœur, o *pacto de leitura* é subjacente à expectativa que o leitor tem do texto e é a partir dela que o historiador declara sua ambição de representar *em verdade* o passado.³¹⁸ Ao produzir seu relato historiográfico, o historiador quer *fazer acreditar*, estabelecendo uma narrativa que convença o leitor da sua intencionalidade de reconstruir o curso passado dos acontecimentos.³¹⁹ A prova documental faz parte desse processo de credenciamento do historiador em sua pretensão veritativa do seu discurso histórico.³²⁰ Para Manoel Ferreira Nobre, a questão não era apenas evidenciar que o seu texto é o mais confiável possível, mas era também demonstrar que o que ele diz é verdadeiro, por isso era preciso prová-lo, mencionando os documentos oficiais que legitimavam sua escrita. Todavia, nesse processo de esclarecer ao leitor que construção do texto histórico, Manoel Ferreira Nobre não utilizou-se somente dos documentos oficiais, foi além deles, baseando sua narrativa também em tradições, *informações* fornecidas pelos habitantes das vilas e das cidades do Rio Grande do Norte.

Se a condição de burocrata permitiu o acesso direto aos arquivos da província, a viagem ao interior do Rio Grande do Norte possibilitou a Manoel Ferreira Nobre fazer uso das tradições populares. Na manhã do dia 9 de julho de 1861, o presidente de província do Rio Grande do Norte, Pedro Leão Veloso, partiu no vapor *Jaguaribe*, juntamente com o inspetor da tesouraria provincial, João Carlos Wanderley, o engenheiro Augusto Amorim do Valle, um escriturário de sua secretaria e o ajudante d'Ordens, Manoel Ferreira Nobre, com destino às vilas e às cidades do interior do Rio Grande do Norte, com o objetivo de estudar “as necessidades mais momentosas, para prove-las da maneira mais conscetanea com o estado financeiro da província.”³²¹

De acordo com o jornal *O Rio Grandense do Norte*, o interesse do presidente Pedro Leão Veloso não era o de se apresentar às populações das localidades para receber cortejos, mas conhecer os indivíduos do interior na prática, “ver com os seus próprios olhos”, *autópsia*,

³¹⁸ Idem, p. 240.

³¹⁹ Idem, p.289.

³²⁰ De acordo com Paul Ricœur, quando juntas, as três fases da operação historiográfica, isto é, a escrituralidade, a explicação compreensiva e a prova documental, o texto histórico fica credenciado a pretensão à verdade. Idem, p.292

³²¹ **O Rio Grandense do Norte**. Natal, 16 de julho de 1861.

“apalpar com sua mão as mais instantes necessidades, para curar dellas” e testemunhar o uso do dinheiro público em algumas obras do sertão.³²² Foram 44 dias de viagem, percorrendo as cidades de Assú, Príncipe (Caicó), Imperatriz (Martins), Mossoró, Jardim (Jardim do Seridó), Macau e as vilas de Apodi, Pau dos Ferros, Porto Alegre.³²³ A comitiva de Pedro Leão Veloso ouviu e viu as demandas dos moradores dessas localidades. Se para a administração da província a experiência da viagem possibilitou um maior contato com as realidades distantes da capital, para Manoel Ferreira Nobre, a viagem permitiu também o acesso ao que Varnhagen chamou de “um arquivo muito mais popular”: a tradição.³²⁴

Na *Breve Notícia*, a tradição aparece como sinônimo de oralidade, produto das falas e das crenças dos habitantes das vilas ou das cidades, como podemos perceber no capítulo XI, alusivo à vila do Apodi, mais especificamente quando o autor trata sobre uma de suas cavernas, chamada *Cova do Trapiá*: “A crença de alguns moradores, que conhecem aquela paragem, é que ali se encerram riquezas imensas dos holandeses. Dizem outros que, este vale subterrâneo, guarda os restos mortais do povo primitivo, que habitou as várzeas do Apodi.”³²⁵ Embora não traga explicitamente o *eu ouvi* (*akoé*) como marca de enunciação, tal como Heródoto fez em suas *Histórias*, o norte-rio-grandense diz o que se diz.³²⁶ O autor ouve e descreve. Manoel Ferreira Nobre reproduz a tradição, colocando-a como elemento de prova do seu relato. Todavia, o autor não apenas ouviu sobre a *Cova*, mas ele a viu: “Ao entrar da gruta, por uma abertura talhada, encontram-se assentos de pedras listradas de branco e preto, e ladrilho de engraçadas pedrinhas de diferentes cores.”³²⁷ Manoel Ferreira Nobre *esteve lá*, era uma testemunha, não de um acontecimento histórico, mas de um monumento da natureza, considerado, pela tradição, como portador do passado. Enquanto sua vista atesta a caverna, seu ouvido declara a tradição. À maneira de Heródoto, Manoel Ferreira Nobre conferiu autoridade às testemunhas não oculares.³²⁸ A oralidade teve seu espaço na narrativa de Manoel Ferreira Nobre. O ouvido é parte da sua operação de fazer crer. Em momento algum a

³²² Idem.

³²³ Idem.

³²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolpho. O Caramuru perante a história. In: **RIHGB**. Tomo X. Rio de Janeiro, 1848. p.130.

³²⁵ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.133.

³²⁶ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.300-303. Obviamente que, diferente da Grécia do século V, mundo em que Heródoto e suas *Histórias* estão imersos, a qual o discurso oral não era desvalorizado em relação ao discurso escrito, havendo uma “mestiçagem” entre o escrito e oral, no século XIX, a tradição oral não era considerada pelos historiadores como uma fonte com as marcas da cientificidade e, por conseguinte, da verdade.

³²⁷ Idem.

³²⁸ HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.124.

tradição oral é colocada sob o signo da dúvida. Os documentos oficiais e a tradição oral encontram-se, desse modo, no mesmo patamar.

No segundo parágrafo do capítulo VII, referente à cidade de Mossoró, Manoel Ferreira Nobre relata: “Afirma a tradição que a sua primeira exploração teve lugar no correr do ano de 1633.”³²⁹ Geralmente, com exceção do relato sobre a *Cova do Trapiá*, o autor faz menção à tradição quando relata o início da exploração e/ou o povoamento de alguma vila ou cidade. A tradição é o referente que Manoel Ferreira Nobre baseia-se para narrar o início da exploração do território que, mais tarde, tornaria-se a cidade de Mossoró. O uso desse expediente repete-se em outros capítulos do livro. No começo do capítulo X, que trata sobre *Descobrimento, situação e extensão* do município de Macau, o autor escreve: “Afirmara a tradição que no ano de 1715, a população da ilha de Manoel Gonçalves, obrigada pela inundaçã, deixou aquêlê lugar e encontrando terreno sólido e plano á margem esquerda do Rio de Macau, aí estabeleceu fazenda de gados, pescarias e salinas.”³³⁰ No caso do povoamento e exploração de Mossoró e de Macau, a tradição oral é precisa. Ela demarca uma temporalidade: ocorreu no ano de 1633 ou de 1715. A tradição parece fornecer, ao norte-rio-grandense, um dado seguro, preciso. Não é indeterminada, anacrônica, atemporal. Porém, em relação à povoação da vila de Ceará-Mirim, Manoel Ferreira Nobre, comenta: “Mais tarde, segundo afirma a tradição, três padres Jesuítas, por meio da catequese, organizaram uma aldeia e levantaram um Convento, (...)”³³¹ Diferentemente dos relatos sobre a fundação e povoamento em Mossoró e em Macau, no caso Ceará-Mirim, a tradição a qual Manoel Ferreira Nobre cita, não apresenta um dado cronológico preciso. O que é relatado é o evento em si, isto é, a participação dos jesuítas nesse processo. A precisão diz respeito ao evento, *quem* povoou, e não *quando* povoou. Apesar dessa diferença, a tradição oral, apresentada por Manoel Ferreira Nobre nos três exemplos citados, é considerada como uma fonte portadora da verdade.

Resumindo, assim como os documentos oficiais, as tradições foram utilizadas como elementos de prova em seu texto histórico. Nesse sentido, não há qualquer distinção valorativa entre os documentos oficiais e as tradições, pois ambas são citadas por Manoel Ferreira Nobre com o intuito de tornar crível o seu enunciado.

Manoel Ferreira Nobre não estava preocupado em ir além da tradição. O autor da *Breve notícia* não utiliza os documentos oficiais para averiguar a autenticidade dos conteúdos fornecidos pela tradição. Seu interesse é que a tradição preencha alguma lacuna em relação ao

³²⁹ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.89.

³³⁰ Idem. p.110-111.

³³¹ Idem, p.189.

início do povoamento de uma vila ou cidade que não foi fornecido pelos documentos oficiais. Logo, seu intuito não é estabelecer uma crítica sobre a tradição, antes é afirmar sua positividade e seu valor potencial para a construção do seu texto. É importante assinalar que essa forma de pensar a tradição não era tão usual entre os historiadores brasileiros do século XIX. Varnhagen, por exemplo, fazia certas ressalvas quanto ao uso da tradição no texto histórico.

Em sua premiada dissertação *O Caramuru perante a história*, publicada pela *RIHGB*, em 1848, Varnhagen prontificou-se de examinar o assunto sobre a existência do *Caramuru*, Diogo Álvares, e de sua viagem à França, onde supostamente teria esposado com uma índia sob as graças de Henrique II e de Catarina de Médicis.³³² Varnhagen propõe-se a examinar criticamente a *epopéia brasileira*, referenciada por cronistas e por Sebastião Rocha Pitta em *Historia da America Portuguesa* (1730).³³³ Ele põe à prova o referido episódio, *espalhado pela tradição*, a partir da exposição de documentos autênticos.³³⁴ São estes os elementos mais seguros na comprovação ou não de um determinado episódio, avalia o Visconde Porto Seguro.³³⁵ Isso não quer dizer que Varnhagen desacreditasse totalmente da tradição, destinando a ela somente o lugar de suspeição. Para ele, o episódio sobre a viagem de Caramuru à França tinha algum fundamento: “A tradição é vaga, compõe, associa, romancea, despreza a chronologia, reúne ás vezes dois entes em um só, mas nunca inventa.”³³⁶ A contragosto do historiador, os documentos utilizados por ele atestaram que o Caramuru existira e que a sua viagem à França era procedente.³³⁷ A despeito da comprovação de que a tradição tinha fundamento, Varnhagen mostra seus limites, seus erros: “A tradição com o tempo registrou só o facto; lembrou-se do que succêdera a uma lingua do gentio, mas esqueceu-se do nome do individuo e da data do successo, e confundiu. Eis o caso já corrente e intelligivel erro.”³³⁸ Diferentemente de Varnhagen, Manoel Ferreira Nobre não colocou a tradição sob o crivo da prova documental. Não testificou se o seu conteúdo era verídico ou inverídico. As leis provinciais ou os decretos municipais não eram mais ou menos verdadeiros em relação à tradição. Elas tinham o mesmo valor e o mesmo objetivo: provar a enunciação do seu texto.

³³² VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *O Caramuru perante a história*. In: **RIHGB**. Tomo X. Rio de Janeiro, 1848. p.129-152.

³³³ *Idem*, p.145.

³³⁴ *Idem*, p.131.

³³⁵ *Idem*.

³³⁶ *Idem*, p.144.

³³⁷ *Idem*.

³³⁸ *Idem*, p.145.

Além dos documentos oficiais e da tradição, Manoel Ferreira Nobre baseou seu texto a partir de sua autodesignação como testemunha. Isso fica claro quando o autor narra, no capítulo XXVIII, o momento em que a povoação de *Boca da Mata* (Ceará-Mirim) foi elevada à condição de vila: “mediante os esforços do então deputado provincial, Manoel Ferreira Nobre.”³³⁹ O autor não só é descrito como testemunha desse acontecimento histórico da vila, mas é colocado como protagonista da história. O relato da passagem da condição de povoação à vila não possui outro personagem a não ser o próprio autor. Atuando como protagonista e testemunha da história, Manoel Ferreira Nobre atesta a realidade da coisa passada mediante a sua presença no acontecimento.³⁴⁰ Ele *esteve lá*, garantindo a fundação da vila de Ceará-Mirim. Ele insere-se no texto como alguém que deve ser acreditado porque *esteve lá*, portanto seu testemunho é verdadeiro, o leitor pode confiar. As marcas da verdade não são obliteradas. Pelo contrário. Assim como a menção aos documentos oficiais e à tradição, a autodesignação do autor como testemunha da história é colocada também como elemento de prova. Outro exemplo pode ser encontrado na ocasião da fundação da *Biblioteca Pública Provincial*, instalada em Natal, nas salas do *Ateneu Rio-grandense*, em 8 de março de 1868.³⁴¹ Diferentemente do relato sobre a fundação da vila de Ceará-mirim, em que o autor é o protagonista do acontecimento, na instalação da *Biblioteca Pública Provincial*, Manoel Ferreira Nobre é descrito apenas como o bibliotecário, função à qual aposenta-se, destituído de qualquer liderança ou protagonismo no processo de estabelecimento da instituição. De acordo com ele, os idealizadores deste *grande pensamento* foram: Gustavo Adolfo de Sá e Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque, administrador da província e secretário do governo, respectivamente. Embora a criação da Biblioteca Pública não seja pensada como um acontecimento histórico, tal como a elevação da categoria da vila de Ceará-mirim, Manoel Ferreira Nobre evidencia sua importância, mostrando que a existência da referida instituição abrilhantou a instrução pública da capital da província. Tanto as bibliotecas, quando existentes, é claro, como a instrução pública, são aspectos do universo intelectual que aparecem regularmente nos relatos de Manoel Ferreira Nobre sobre as vilas e as cidades. Não é por acaso que o autor coloca-se no texto como participante dessa realidade: “era a biblioteca visitada mensalmente por 150 a 200 leitores, conforme consta das participações do respectivo

³³⁹ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.189.

³⁴⁰ RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 172.

³⁴¹ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.29.

bibliotecário.”³⁴² Estas informações são fornecidas pelo próprio autor. Ele é, ao mesmo tempo, a testemunha (secretário) e a própria fonte do seu texto.

Em síntese, a *Breve Notícia* foi baseada em diferentes registros: documentos oficiais, tradição oral e testemunho do autor. Embora distintos todos foram importantes na construção do texto de Manoel Ferreira Nobre. Foram usados como instrumentos de comprovação dos enunciados urdidos pelo autor. A partir deles, Manoel Ferreira Nobre evidencia, ao mesmo tempo, a validade do seu texto, escrito sob o signo da verdade, como também as narrativas que ele constrói sobre a sua província.

2.3 – Abreviadas notícias

Manoel Ferreira Nobre dividiu o livro *Breve Notícias* em 29 capítulos. Além destes, o autor acrescentou, ao final do livro, um quadro contendo a divisão judiciária da província e um tópico intitulado *Explicações*, o qual mencionaremos posteriormente.

O primeiro capítulo, intitulado *Situação e extensão da província*, é um relato breve dos aspectos gerais da geografia, da história, da sociedade e da economia do Rio Grande do Norte. Em linhas gerais, Manoel Ferreira Nobre trata dos seguintes temas: a definição dos limites fronteiriços do Rio Grande do Norte com a Paraíba, o Ceará e o Oceano Atlântico; o início da colonização da capitania; o desligamento de Pernambuco, em 1820; dados sobre a medição da superfície da província; números acerca do quantitativo populacional; a representação política no âmbito da Corte e na Assembleia provincial; a renda e a despesa anual da província; a distribuição das atividades econômicas; a caracterização da vegetação, das minas e hidrografia do Rio Grande do Norte; a lista de cidadãos que ocuparam as primeiras cadeiras da Câmara municipal da capital e o reconhecimento da independência do Brasil por ela; e, por fim, a divisão administrativa da província à época do autor: “a respeito das quais vamos dar abreviada notícia.”³⁴³

Enquanto o primeiro capítulo é uma descrição lacônica da província, os demais tratam das cidades e das vilas que compõem o Rio Grande do Norte. Como já tratamos anteriormente, o texto de Manoel Ferreira Nobre é o somatório das partes, no caso, das cidades e das vilas da província e não uma narrativa geral que constrói uma unidade temporal e um sentido teleológico para o Rio Grande do Norte: “um agregado de histórias locais (vilas e cidades) que não dialogavam entre si, mas que, reunidas, correspondiam ao Rio Grande do

³⁴² Idem, p.30.

³⁴³ Idem, p.21.

Norte. Da soma das partes, emergiria o todo.”³⁴⁴ Nesse sentido, a estrutura da narrativa de Manoel Ferreira Nobre é organizada espacialmente e não temporalmente.³⁴⁵ O tempo não é o elemento unificador dos espaços. As cidades e vilas não aparecem dispostas a partir de uma dimensão sincrônica de tempo. As partes do todo estão dispersas, não comungam um passado comum, são desconexas no tempo. Isso não quer dizer que a narrativa de Manoel Ferreira Nobre seja destituída de temporalidade.

Em geral, no livro *Breve Notícia*, o tempo aparece sob o signo do progresso. Em sua narrativa, Manoel Ferreira Nobre elege dois elementos que testemunhariam os sinais do progresso: os investimentos de capital e as estradas de ferro. No capítulo II, sobre a cidade de Natal, o estudioso destina uma seção especial para demonstrar sua expectativa em relação à lei provincial nº179, de 3 de setembro de 1874, que tratava da criação da *Sociedade de Crédito Real* na capital, cujo objetivo era conceder empréstimos aos proprietários vinculados à lavoura da província: “Com a execução desta lei, a capital e tôda a província irão direto a caminho do progresso, e, um dia, as bênçãos dos verdadeiros rio-grandenses do norte cairão profusas sobre os legisladores provinciais.”³⁴⁶ O progresso da província é uma expectativa do autor em relação à lei provincial nº179. Para Manoel Ferreira Nobre, o progresso é percebido no presente como uma expectativa, como uma marcha inexorável, do qual os norte-rio-grandenses do futuro irão experimentar e, por conseguinte, reconhecer os benefícios trazidos pelos legisladores do passado. O tempo aparece aí não como uma cronologia, mas como uma experiência antropológica temporal, mais precisamente, como *horizonte de expectativa*, isto é, como um futuro que se abre no presente, voltado para o ainda-não, para o que apenas pode ser previsto.³⁴⁷ Na narrativa de Manoel Ferreira Nobre, o progresso é um horizonte inexoravelmente a ser alcançado, mas que ainda não se realizou. O progresso é uma *expectativa sensível* ao presente, muito embora não seja uma *experiência concretizada* em absoluto no presente.

Outro exemplo dessa percepção temporal pode ser identificado no mesmo capítulo II, na seção *Fábrica de Tecidos de Algodão*. Com o advento da chamada *Segunda Revolução Científico-Tecnológica*, no último quartel do século XIX, a expansão da economia industrial-fábrica, a emergência das ferrovias e dos transportes de maneira geral e o avanço da tecnologia

³⁴⁴ GOMES NETO, João Maurício. **Entre a ausência declarada e a presença reclamada:** a identidade potiguar em questão. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p.117.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.33.

³⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006. p.310.

foram considerados, em vários países do mundo, como sinais de modernidade e de progresso.³⁴⁸ A narrativa de Manoel Ferreira Nobre sobre o estabelecimento da fábrica de tecidos de algodão em Natal, não é desinteressada. A fábrica é também uma marca do progresso. É por essa razão que Manoel Ferreira Nobre faz questão de destinar a ela um espaço em sua narrativa.

Pertencente a Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, a fábrica de tecidos foi instalada em 4 de janeiro de 1877, no mesmo ano da publicação do livro *Breve Notícia*: “A fundação da fábrica permitida pelas leis citadas, operará, por sem dúvida, maravilhas em auxílio do progresso da cultura e do comércio da província, alongando ao mesmo tempo os domínios da indústria e a introdução de novas tentativas.”³⁴⁹ Se a *Sociedade de Crédito Real* é a garantia do progresso da lavoura da província, então a fábrica de tecidos de algodão é considerada peça importante para atingir o progresso da cultura e do comércio do Rio Grande do Norte. Ambas são fundamentais para o sucesso econômico da província. Para Manoel Ferreira Nobre, a concretização de ambas no presente é seminal para a positividade do futuro.

Diferentemente da fábrica de tecidos e do crédito bancário, projetos já concretizados no presente, o estabelecimento de estradas de ferro era um desafio para o do Rio Grande do Norte no último quartel do XIX. Se nos países industrializados da Europa a ferrovia já era um dado, um desdobramento do desenvolvimento industrial, na província do Rio Grande do Norte a estrada de ferro era ainda um projeto. No afã da chegada dos sinais da modernidade e do progresso, a sociedade norte-rio-grandense ansiava a construção de linhas férreas na província. De acordo com Eric Hobsbawm, “nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia” em meados do século XIX.³⁵⁰ A ferrovia foi o único produto da industrialização do oitocentos a ser totalmente absorvido pela *imagística* da poesia erudita e popular, tanto na Europa como no Brasil.³⁵¹

Como um cidadão interessado pelo avanço do progresso e da modernidade na província, Manoel Ferreira Nobre transparecia certa ansiedade em relação à chegada dos trilhos férreos nas principais cidades do Rio Grande do Norte: “Temos boa razão para crer que a idéia irá avante. Talvez não esteja muito longe a ocasião de cruzarem as locomotivas

³⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 3); BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 28; KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p.211-212.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ HOBBSAWM, Eric J. **A Era das revoluções**: Europa 1789-1848. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.72.

³⁵¹ Idem.

por esta província, sibilando por entre as matas o grito da civilização.”³⁵² As estradas de ferro representam, ao mesmo tempo, o progresso e a civilização. A emergência da ferrovia é considerada como o momento da supressão do provincianismo das cidades, o avanço do seu estágio evolutivo, o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia e o domínio da natureza: “Quando tivermos estradas que comuniquem vida e progresso aos nossos centros, desenvolver-se-ão com rapidez os elementos com que a natureza enriqueceu esta cidade.”³⁵³ As estradas de ferro aparecem como elemento de aceleração do tempo, em que se caminha rapidamente em direção a um futuro inédito. Nesse sentido, o progresso parece naturalizar o tempo. A perspectiva temporal do autor atém-se ao futuro como *expectativa*. Um futuro cada vez mais próximo, devido à aceleração do tempo promovido pela ferrovia. A modernidade e o progresso, portanto, foram imaginados por Manoel Ferreira Nobre como um novo tempo que levaria, inexoravelmente, a um futuro cada vez melhor. As narrativas sobre o avanço do capital (como crédito e como indústria) e o transporte ferroviário na província serviam como fundamento de experiências que legitimavam uma visão otimista do futuro.³⁵⁴

Em suma, o progresso da província, desejado por Manoel Ferreira Nobre, é uma forma de percebermos como a experiência temporal manifesta-se em seu próprio texto. Uma experiência temporal diversa, na verdade. Na seção da *Sociedade de Crédito Real*, do capítulo II, o autor estabelece uma assimetria entre a sua expectativa em relação à execução da lei provincial nº 719 (que criou a *Sociedade de Crédito Real*) e a malograda experiência do projeto de lei nº 482, de 14 de abril de 1860, que autorizou o presidente de província a incorporar um Banco provincial com a denominação de *Banco Rural Hipotecário do Rio Grande do Norte*.³⁵⁵ No século XIX, sobretudo nos países industrializados da Europa, os bancos e as instituições similares tinham um papel assaz importante no desenvolvimento das indústrias nacionais.³⁵⁶ Nesse aspecto, a comparação entre as leis não era despropositada. Enquanto a lei provincial nº 719 evidencia uma expectativa, voltada para uma visão positiva do futuro, o projeto de lei nº 482 é a constatação dos erros do passado no presente: “A idéia não foi avante. Foi êsse um descuido, cujas consequências, a províncias está hoje passando.”³⁵⁷ O passado se constitui aí, na lei de 1860, como um *espaço de experiência*: uma

³⁵² NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.35

³⁵³ *Idem*, p.81

³⁵⁴ De acordo com o historiador alemão Reinhart Koselleck: “as numerosas descobertas e invenções, as realizações técnicas e seus processos industriais serviam com fundamento de experiências que pareciam justificar uma visão otimista do futuro.” KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p.270

³⁵⁵ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.33

³⁵⁶ HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.300-301.

³⁵⁷ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.33

presença dos acontecimentos passados, uma potência de torná-los presentes, o “estar saturado de realidade, o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas.”³⁵⁸ De acordo com Reinhart Koselleck, isto ocorre porque enquanto o *horizonte de expectativa* é a presença do futuro, o *espaço de experiência* é a presença do passado.³⁵⁹ Em uma mesma seção, Manoel Ferreira Nobre lida com o tempo de maneira distinta, experimentando passado e futuro no presente, organizando assim uma narrativa que põe em relevo à assimetria entre expectativa e experiência. Todavia, o tempo não aparece como unificador dos capítulos da *Breve Notícia*. O tempo não organiza a narrativa do livro. O único elemento que identifica as diferentes unidades administrativas da província é a inserção em um território comum.

Embora Manoel Ferreira Nobre tenha afirmado que seu relato se baseava em *factos consignados na História Antiga e Moderna*, nem de longe a lógica da periodização seguiu a orientação proposta por Cunha Barbosa em seu *Discurso inaugural* (1838) ou por Cunha Mattos em sua *Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil* (1863), até mesmo porque a divisão apresentada por eles referia-se à história geral do Brasil e não a um padrão a ser seguido pelos historiadores das províncias. Para o primeiro-secretário do IHGB, a história da nação se dividida em antiga e moderna, deveria ser subdividida ainda em vários ramos e épocas, “cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização.”³⁶⁰ A proposta de Cunha Barbosa não se resumia à simples instituição de uma cadeia cronológica.³⁶¹ O estabelecimento de uma dada temporalidade era condição para a escrita da história da própria do país.³⁶² Fazia-se necessário definir a gênese da nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e de progresso, ideias próprias do pensamento ilustrado.³⁶³ Segundo Cunha Barbosa, os sábios investigadores deveriam encontrar os traços originários e fundantes da nação, bem como os acontecimentos que identificariam a marcha da civilização nos trópicos:

Ou ella se considere pela conquista de intrepidomissionarios, que tantos novos attrahiram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, (...); ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus

³⁵⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006. p.312.

³⁵⁹ Idem, p. 311

³⁶⁰ BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1838. p.10

³⁶¹ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, Maringá - Paraná, v. 8, 2004. p.17

³⁶² Idem.

³⁶³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.8

emmaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas (...).³⁶⁴

De acordo com Cunha Barbosa, através dos fatos, mencionados no excerto acima, se acharia um tesouro inesgotável de honrosa recordação e interessantes ideias, as quais se deveriam mostrar ao mundo.³⁶⁵ O primeiro-secretário indicava somente modelos que marcaram o começo histórico da nação.³⁶⁶ A partir dos fatos mencionados por ele, se poderia fixar a origem do Brasil e seu lugar na história da civilização. Não é por acaso que o estudo acerca das experiências jesuíticas no trato com os indígenas tenha tido um espaço significativo na revista do Instituto, justamente por “valer-se dessa experiência histórica para a implementação de um “processo de civilização” capaz de englobar também as referidas populações.”³⁶⁷

Assim como o cônego Cunha Barbosa, Cunha Mattos, ao lado de Lino de Moura e Silvestre Rebelo, dentre outros, também se inseriu no debate acerca da periodização da história do Brasil.³⁶⁸ Sua dissertação foi a primeira exposição teórica de épocas ou dos diferentes períodos da história brasileira.³⁶⁹ Em sua *Dissertação*, o marechal oferece alguns argumentos que, segundo ele, corroborariam com as opiniões já emitidas sobre o assunto.³⁷⁰ Inclusive, concorda com a opinião do primeiro-secretário do Instituto em relação à proposta de divisão da história do Brasil em épocas, por “achal-o conforme ao de diversos escriptores antigos e modernos.”³⁷¹ Cunha Mattos propunha que a história da nação fosse dividida em três épocas: a primeira concernente aos aborígenes ou autóctones; a segunda, compreendendo as eras do descobrimento pelos portugueses e a administração colonial; e, por fim, a terceira, relativa a todos os acontecimentos nacionais “desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um systema de governo imperial, hereditario, constitucional e representativo.”³⁷² O próprio Cunha Mattos era cômico de que houvessem

³⁶⁴ BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1838. p.10-11

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ CEZAR, Temístocles. **Op. cit.** p.17

³⁶⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Op. cit.** p.20

³⁶⁸ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987. p.125

³⁶⁹ RODRIGUES, José Honório. **Op.cit.** p.126

³⁷⁰ MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil. In: **RIHGB**. Tomo XXVI. Rio de Janeiro. 1863, p.121

³⁷¹ Idem, p.129.

³⁷² Idem.

divergências em torno da sua proposta de divisão, sobretudo, aos princípios da 1ª e 3ª épocas.³⁷³

Na *Breve Notícia* de Manoel Ferreira Nobre, fatos antigos e modernos não são concebidos da mesma forma que os fundadores do IHGB os compreendiam. Primeiramente, não há uma preocupação por parte do letrado norte-rio-grandense em discernir os elementos formadores da província. Manoel Ferreira Nobre não traçou as origens do Rio Grande do Norte. Os fatos antigos e modernos, mencionados pelo autor, não contemplavam a temática da formação social, étnica e histórica da província. A denominação *antiga e moderna*, presente na *Breve Notícia*, não diz respeito à organização da história do Rio Grande do Norte em eras ou épocas, tal como propunha Cunha Barbosa e Cunha Mattos. Não há em sua narrativa a construção de um passado remoto da província. Quando o passado aparece em seu texto, é para evidenciar algum acontecimento histórico ocorrido em uma determinada vila ou cidade, ou para fixar o ano em que foram povoadas, fundadas e elevadas a outras categorias da administração urbana. Os acontecimentos ocorridos nelas não fixam nenhuma origem e nenhuma identidade histórica para a província. Sendo assim, quando o autor realça que sua narrativa é baseada nos fatos consignados na história antiga e moderna, está considerando os acontecimentos que ocorreram remotamente ou recentemente nas vilas e nas cidades, e não na província em si, como um todo.

No total são oito cidades e 20 vilas relatadas por Manoel Ferreira Nobre. Os capítulos são referentes a elas. Há elementos comuns em relação à estrutura das narrativas das cidades e das vilas: fundação, localização geográfica, característica climática, hidrografia, topografia, população, edificações, instituições culturais, instrução pública, tipos de economia, costumes, bibliotecas, fortificações, igrejas, freguesias etc. Essa forma de organizar a narrativa se assemelha aos relatórios dos presidentes de província apresentados às Assembleias legislativas e remetidos à Corte. O intuito desses relatórios era, primordialmente, informar ao Império dados sobre os mais variados aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais das

³⁷³Em relação ao primeiro período, ao qual, de fato, se debruçou, o marechal demonstra a dificuldade em se enveredar por ele, por estar debaixo de montanhas de fábulas, uma vez que cada tribo possui origens difíceis de precisar: “para cada uma d’ellas um século dos nossos, é a eternidade.” Cunha Mattos não apresentou as possíveis dificuldades em relação aos outros períodos, como fez no primeiro. No entanto, apontou as implicações em se escrever a história da nação a partir de uma proposição temporal, a qual largamente argumentou. Para ele, todo historiador comumente dividia seus trabalhos em épocas ou períodos, em especial, aqueles que tratam dos homens ou dos estados: “descrevem em primeiro lugar as notícias ou as tradições dos tempos fabulosos, depois d’estes os heroicos, e finalmente os verdadeiros antigos e modernos.” Talvez estes últimos se referissem aos 2º e 3º períodos, os quais ele mencionou. Os fatos antigos seriam relativos à conquista portuguesa e sua administração na colônia, e os modernos, ao momento de ruptura em que se evidencia a soberania da nação com o processo de independência. A escrita da História do Brasil deveria, consoante às orientações de Cunha Mattos e Cunha Barbosa, contemplar essa temporalidade com o intuito de instituir suas origens no tempo e seu lugar no processo civilizatório. Idem.

províncias no período da gestão do presidente. Em síntese, era uma prestação de contas da administração realizada pelos presidentes nas províncias.

Como já apresentamos, Manoel Ferreira Nobre estava diretamente vinculado à burocracia provincial. O autor tinha amplo acesso, como burocrata e também, pelo menos por um período, como deputado, aos documentos oficiais emitidos pela Assembleia legislativa provincial. Decerto, Manoel Ferreira Nobre conhecia muito bem a organização dos relatórios produzidos pelos presidentes provinciais. Foi a partir da estrutura destes que o autor organizou o seu texto. Isso fica bem claro, quando comparamos o relatório do presidente de província, Pedro Leão Velloso, e a organização das narrativas das vilas e das cidades presentes no livro *Breve Notícia*. No relatório de Pedro Leão Velloso são encontrados os mesmos tópicos que Manoel Ferreira Nobre se utilizou para construir seus textos sobre as vilas e as cidades do Rio Grande do Norte: limites, divisão administrativa, eclesiástica e judiciária da província; contingente populacional; aspectos econômicos: agricultura, indústria e comércio; navegação; administração pública; forças militares; instrução pública; negócios eclesiásticos; obras públicas; dentre outros.³⁷⁴ Na maioria dos relatos das vilas e das cidades esses elementos aparecem em sua totalidade.

Contudo, os capítulos referentes às vilas e às cidades do interior da província, possuem um maior número de tópicos, devido à descrição mais detalhadas das experiências do autor em sua viagem. Costumes, paisagens, curiosidades, gastronomia são aspectos que aparecem de forma mais acentuada nos relatos das vilas e das cidades do interior, justamente nos lugares em que Manoel Ferreira Nobre visitou *in loco*. Mas há também aspectos que são próprios das narrativas das vilas e das cidades próximas à capital. Por exemplo, o tópico *traços biográficos* só aparece nos relatos das vilas de Ceará-mirim, Canguaretama e Goianinha. Os biografados foram: Felipe Camarão, André de Albuquerque, Antônio de Albuquerque e Maranhão I. Com exceção do primeiro, todos os outros estiveram envolvidos no principal evento histórico da província, considerado por Manoel Ferreira Nobre: a *Revolução de 1817*. Além desses personagens, Manoel Ferreira Nobre destacou a repercussão da *Revolução de 1817*, nas vilas e nas cidades que tiveram participação direta no referido evento, como iremos analisar nos próximos tópicos desse subcapítulo.

³⁷⁴ Conferir: VELLOSO, Pedro Leão. Relatório apresentado á Assembléa legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do anno de 1862. In: **Falas e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte (1860 a 1873)**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque / Coleção Mossoroense. 2001. (Série G)

2.4 – Os espaços em quatro sentidos: um relato de viagem

“Todo relato é um relato de viagem – uma prática de espaço”, assevera Michel de Certeau.³⁷⁵ Em *Relatos de espaço*, capítulo IX do livro *A invenção do cotidiano*, o pensador francês toma o cotidiano do meio urbano como objeto de sua análise. Para Michel de Certeau, os usos mais variados dos transeuntes na cidade são repletos de linguagem, de relatos de espaço.³⁷⁶ São as práticas, ou seja, as artes de fazer e as narrativas do cotidiano que constituem os verdadeiros arquivos urbanos.³⁷⁷ Nesse sentido, o relato do transeunte configura uma dada maneira de praticar o espaço.³⁷⁸ O relato é uma forma de descrever a experiência do caminhante *no* e *com* o espaço.

Manoel Ferreira Nobre não é somente um homem de arquivo. É um viajante. A partir da viagem, Manoel Ferreira Nobre narrou sua experiência no interior norte-rio-grandense, descrevendo o que viu, o que ouviu, o que degustou, o que tocou. O autor da *Breve Notícia* relatou os diferentes espaços, vilas e cidades, também a partir dos seus sentidos: a visão, a audição, o paladar e o tato, com exceção do olfato. Sua narrativa sobre os espaços é também uma trama desses sentidos, de sua forma de experimentar o mundo exterior a partir da sensibilidade sensorial.³⁷⁹ Em relação ao relato sobre o que o autor ouviu, já discutimos anteriormente, quando tratamos das questões relativas à tradição. Nesse tópico, iremos tratar dos outros sentidos que aparecem em sua narrativa sobre as vilas e as cidades: a visão, o paladar e o tato. Começemos pelo o que o autor viu.

Ao visitar a cidade de Imperatriz, hoje denominada de Martins, Manoel Ferreira Nobre fez a seguinte descrição:

Ao subir e descer a Serra do Martins, depois de passar-se por altas montanhas e precipícios, o viajante observa variadas cenas da natureza. De um lado, vêem-se verdes pastagens, aonde medram suculentos rebanhos de vacas e ovelhas, que fornecem copiosíssimo leite. De outro lado, fixa-se o olhar, e prolongando-se até aos cumes longínquos de outras serras, a vista do viajante se extasia.

³⁷⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Ates de fazer. 14.ed. Petrópolis: Vozes,2008. p.200

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ COSTA, Bruno Balbino Aires da; BARRETO, Sonní Lemos. A história em cena: os espaços nas tramas dos historiadores. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino Varella. (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Eudufop, 2009. p.5

³⁷⁸ CERTEAU, Michel de. **Op.cit.** p.203

³⁷⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O espaço em cinco sentidos: sobre cultura, poder e representações espaciais. In: **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008. p.110-111

Os prados confundindo-se com os penedos representam o grande oceano: é uma perfeita ilusão.
 Não pode escolher-se melhor lugar para se tributarem homenagens ao Criador.³⁸⁰

Como podemos observar no trecho acima, Manoel Ferreira Nobre descreve sua experiência contemplativa diante das cenas da natureza. Do cume da serra de Martins, a visão é descrita como arrebatadora. A vista fascina, enleva, ilude: os prados confundindo-se com os penedos assemelhando-se ao oceano, relata o autor. Manoel Ferreira Nobre está diante da natureza e não de um acontecimento histórico. O que o autor-viajante norte-rio-grandense *faz ver* não é o passado ou o presente. Ele não presencia um ocorrido, um evento, mas *faz ver* uma paisagem. Sua visão não põe em evidência o tempo, mas o espaço. Diante da paisagem, Manoel Ferreira Nobre é uma testemunha ocular da invenção do *Criador*. Sua visão é relativa à descrição de um lugar, de uma paisagem da natureza. Manoel Ferreira Nobre diz o que vê, mas também diz o que degusta. Ao lado da visão, da audição e do tato, o paladar é um dos sentidos convocados por ele, em seu relato de viagem. Vejamos:

No quadro da cidade, não habitação notável, que não consagre um grande espaço de terreno à cultura de flores e frutas.
 O jardim do hábil e distinto Professor de Latim, Cosme Barbosa Tinôco é suntuoso pelo asseio, pelo gosto, pelas variedades e pelas belezas.
 As frutas são de um tamanho extraordinário e perfeitamente saborosas; a pinha, porém, que há em abundância, sobressai a tôdas as frutas da cidade de Imperatriz.³⁸¹

Em sua narrativa sobre a cidade de Imperatriz, Manoel Ferreira Nobre reserva um tópico sobre a floricultura local, especialmente, o jardim do professor Cosme Barbosa Tinôco, de quem o escritor-viajante guardou uma saudosa reminiscência: “Se estas singelas páginas passarem sob os seus olhos, saiba êle que, entre as variadas recordações de simpatia, a lembrança de sua estimável pessoa não é menos cara, nem menos saudosa para o autor.”³⁸² Manoel Ferreira Nobre convoca suas memórias, mais especificamente, a memória afetiva e gustativa. Ao relatar sobre a floricultura da cidade, lembra o amigo que o acolheu em seu jardim de variedade, de beleza e de frutas *perfeitamente saborosas*. A memória não trouxe só a reminiscência da *estimável pessoa*, mas também do sabor das frutas. Há, ao mesmo tempo, a evidenciação da memória afetiva, do autor para com o amigo Cosme Tinôco. A degustação da pinha e de outros frutos locais, pelo autor, afirma sua experiência com a cidade. O espaço é

³⁸⁰ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.79

³⁸¹ Idem, p.81

³⁸² Idem.

narrado não só pela visão do cume da Serra do Martins, mas pelo paladar que significa e qualifica o fruto da terra. Seu apetite pelas comidas do interior da província não parou na cidade da Imperatriz.

No relato sobre a cidade do Príncipe, Manoel Ferreira Nobre descreve outra experiência de degustação ao mencionar o principal produto da indústria do município: o queijo de manteiga. O autor da *Breve notícia* vai além da citação de um produto da economia local, ele, simplesmente, o consome. Ao saboreá-lo conclui: “a qualidade deles é muito boa, e o preço acessível a todas as classes.” Apesar de registrar que outras cidades também produziam queijo de manteiga, Manoel Ferreira Nobre qualificou apenas o que é feito na cidade do Príncipe. Enquanto o queijo de manteiga é saboroso, na avaliação da água do município, o autor não é tão condescendente: “Estas águas, que ainda se acham bem examinadas, são salobas (sic), sempre tépidas, e promovem copiosa transpiração nas pessoas que usam delas.”³⁸³ Aí, operam dois sentidos simultaneamente: paladar e tato. Se o paladar identifica a salubridade da água, o tato constata sua temperatura. O corpo do autor é afetado: ele sente a *copiosa transpiração*. Manoel Ferreira Nobre sente a cidade, sua pele experimenta a temperatura da água. Sua sensibilidade é diferente em relação à água da vila de Porta Alegre: “A água de que ora tratamos é de notável pureza e de agradável temperatura.”³⁸⁴ O relato do espaço de Manoel Ferreira Nobre é um produto também do seu contato com a água, da verificação de sua temperatura que o afeta ou não, que o faz avaliar como tépida ou agradável. Da Imperatriz ao Príncipe, Manoel Ferreira Nobre vê, degusta, tateia, relatando suas diferentes experiências *com* e *no* espaço.

O contato de Manoel Ferreira Nobre com as vilas e as cidades não é de um observador distanciado, fixo, mas de uma experiência itinerante, inquieta, que o tempo todo pratica estes espaços a partir dos relatos que constrói. Todavia, nem todo relato de Manoel Ferreira Nobre sobre as vilas ou cidades se deu a partir de suas experiências sensoriais nesses espaços. A participação dos moradores das urbes norte-rio-grandenses em eventos históricos, sobretudo, na *Revolução de 1817*, é também uma maneira de relatar as vilas e cidades.

2.5 – A Galeria dos mártires de 1817

A *Revolução de 1817* é o único acontecimento histórico relatado por Manoel Ferreira Nobre que atravessa as narrativas de algumas vilas e cidades da província. Outros

³⁸³ Idem. p.73.

³⁸⁴ Idem, p.119.

acontecimentos são registrados, mas só aparecem de maneira isolada em um relato breve de uma determinada vila ou cidade. Por exemplo, no capítulo dedicado ao município de Assú, Manoel Ferreira Nobre destaca a participação dos cidadãos em quatro acontecimentos: a *Revolução de 1817*, a *Revolta de Pinto Madeira*, a *Revolta dos Cabanos* e a *Guerra do Paraguai*.³⁸⁵ Não há uma descrição mais analítica sobre esses eventos, apenas são identificados os cidadãos envolvidos. Com exceção da *Revolução de 1817*, nenhum desses acontecimentos históricos é citado em outra parte do livro.

Manoel Ferreira Nobre não destinou um capítulo especial para tratar da participação da província na *Revolução de 1817*. O autor não se ocupou em assinalar a repercussão do movimento na província como um todo, nem em identificar as possíveis razões que levaram o Rio Grande do Norte a integrar-se ao acontecimento. Dessa maneira, a *Revolução de 1817* aparece dispersa na *Breve Notícia*. O que é relatado é uma lacônica trajetória de alguns personagens de determinadas cidades e vilas que se envolveram no acontecimento. O tópico a eles destinado é intitulado de *Galeria dos Mártires de 1817*. Em geral, a estrutura desta seção é a seguinte:

Antônio Ferreira Cavalcanti, Capitão-mor e Comandante Militar da Serra do Martins, onde residia. Prestou distintíssimos serviços à causa da Liberdade. Os tiranos vingaram-se covardemente incluindo o seu respeitável nome da lista dos proscritos.

José de Sá Cavalcanti, Alferes da Cavalaria Miliciana, natural de Pôrto-Alegre e residente na Serra do Martins, aonde exercia o seu posto.

Aderiu fogosamente à causa da liberdade de 1817, e na queda, foi prêso e remetido à Relação da Bahia, que o anistiou em 1821, voltando no mesmo ano à sua terra natal.

Gonçalo Borges de Andrade, ilustre sacerdote, natural da Serra do Martins, aonde exercia as suas sublimes atribuições. Sinceramente abraçou a bandeira da liberdade de 6 de março de 1817, quando proclamada na cidade do Natal pelo Coronel André de Albuquerque Maranhão.

Na queda da liberdade foi atrozmente perseguido pelos tiranos.

Davi Targine Leopoldo Garocho, natural e morador na Serra do Martins.

Aderiu com entusiasmo à causa de liberdade, e fielmente serviu em todos os seus movimentos. Na contrarrevolução da capital, frustraram-se todos os seus empenhos.

Foi prêso pelo General Leite, e remetido à Bahia, aonde morreu tísico na Fortaleza do Barbalho.³⁸⁶

Como podemos perceber, o objetivo é tornar memoráveis os norte-rio-grandenses que participaram da *Revolução de 1817*. O que é evidenciado é o caráter coletivo da luta pela

³⁸⁵ Idem, p.56

³⁸⁶ Idem, p.73

liberdade e não a singularidade dos envolvidos. A seção não trata, em particular, da biografia de cada um dos revolucionários. Embora especifique-se os nomes dos participantes na revolução, a narrativa trata do coletivo, por isso, Manoel Ferreira Nobre utiliza-se da expressão *Galeria*. O autor constrói um *panteão* de mártires para evidenciar a centralidade que a *Revolução de 1817* teve na história das vilas e das cidades da província. O acontecimento de 1817 transcende o indivíduo. O objetivo da *Galeria* é integrá-los, dessa forma, a uma coletividade histórica e heroica.

No excerto acima, aparecem dois conceitos centrais na narrativa de Manoel Ferreira Nobre sobre a *Revolução de 1817*: liberdade e tirania. Aventamos que a partir do uso destes conceitos, o autor se aproxima das considerações feitas pelo monsenhor Francisco Muniz Tavares, em seu livro *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, publicado, pela primeira vez, em 1840.³⁸⁷ A referida obra é um produto do testemunho do monsenhor que participou diretamente do movimento: “Narrarei o que eu vi, e o que pessoas de summa probidade referirão-me; fallo em presença de contemporaneos, estes decidirão.”³⁸⁸ Narrar o que viu, fazendo crer que seu relato diz a verdade. A marca de enunciação é evidente: *eu vi*.³⁸⁹ Tal como o historiador grego, Tucídides, a *autópsia*, ver com seus próprios olhos, é a condição da verdade do texto do monsenhor. Muniz Tavares *esteve lá*, seu testemunho é construído com o crivo da verdade, como afirma um dos comentaristas do texto: “O testemunho de um homem honrado, presente aos factos sobre que depõe, contém maior gráude certeza que o de outro que nada viu e se inspirou em tradições vagas e, muitas vezes, sem nexos.”³⁹⁰

O valor de Muniz Tavares como testemunha da história é um elemento bastante considerado pela historiografia pernambucana do final do século XIX e início do XX, especialmente aquela vinculada ao IAGP. A participação de intelectuais da envergadura de Oliveira Lima na revisão e anotações da edição comemorativa ao centenário da revolução, conferiu um caráter de cientificidade ao testemunho de Muniz Tavares, segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães.³⁹¹ As comemorações em torno do centenário da *Revolução de 1817*,

³⁸⁷ MACHADO, Maximiano Lopes. Proêmio. In: TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.p.V

³⁸⁸ TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.p.LXXV

³⁸⁹ HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.80

³⁹⁰ MACHADO, Maximiano Lopes. **Op. Cit.** p XII.

³⁹¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006. p.119.

organizadas pelo próprio Instituto pernambucano, reforçaram o interesse dos historiadores locais, bem como de outros estados, pela obra do monsenhor. Tudo indica que a *História da Revolução de Pernambuco de 1817* tornou-se uma leitura obrigatória para quem se propusesse a escrever sobre o referido acontecimento, ao longo do século XIX até o começo do século XX.³⁹² É razoável aventar que Manoel Ferreira Nobre conhecesse a obra de Muniz Tavares ou que tenha se apropriado de algumas das representações presentes no texto do monsenhor. Antes de discutirmos, especificamente, os textos construídos por Manoel Ferreira Nobre sobre a *Revolução de 1817*, gostaríamos de mencionar, brevemente, as principais versões historiográficas produzidas sobre o referido evento no século XIX, especialmente, as narrativas urdidas por Muniz Tavares, Varnhagen e Pereira da Silva.

Muniz Tavares considerava como *origem* da revolução a animosidade entre brasileiros e portugueses. De acordo com ele, para os nascidos no Brasil, mais especificamente em Pernambuco e adjacências, o movimento representava a luta pela liberdade, o desejo de autogoverno a ser buscado por meio da separação em relação à monarquia portuguesa e, por conseguinte, a instalação do regime republicano. Para o padre, as constantes tensões entre portugueses e brasileiros/pernambucanos eram explicadas, principalmente, pelo constante descontentamento por partes destes últimos, no que tange aos elevados impostos a serem pagos pelas províncias do Norte, para o sustento da Corte emigrada no Rio de Janeiro. A esta interpretação, reagiram Varnhagen e Pereira da Silva.

No segundo tomo do seu livro *Historia Geral do Brazil*, publicado em 1857, Varnhagen estabeleceu vários contrapontos à obra de Muniz Tavares, citando-o regularmente em seu texto. No capítulo 54, Varnhagen dedicou-se a analisar a questão da *Revolução de 1817*. Logo de início, ele já evidencia sua postura em relação ao movimento: “E' um assumpto para o nosso animo tão pouco sympathico que se nos fora permittido passar sobre elle um veo, o deixáramos fora do quadro que nos propozemos traçar.”³⁹³ Como podemos observar, Varnhagen não foi nada entusiasta da *Revolução de 1817*, segundo ele, foi forçado a dedicar-

³⁹² BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. **A historiografia da Revolução Pernambucana de 1817: uma perspectiva comparada.** In: 3º Seminário Nacional de História da Historiografia, 2009, Ouro Preto. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia - Aprender com a História?, 2009. v. 1. p. 2.

³⁹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. p.373

lhe algumas linhas.³⁹⁴ Para o Visconde de Porto Seguro, a mencionada revolução de 1817, a qual chama às vezes de *insurreição*, é dispensável para a glória da história pátria.³⁹⁵ Aqui, Varnhagen já estabelece o primeiro contraponto à obra de Muniz Tavares. Conforme o monsenhor, *a revolução de Pernambuco de 1817* estaria para sempre presente nos *anaes do Brasil*, isto é, constaria na memória histórica da nação: “tempo virá talvez, em que o dia seis de Março, no qual ella foi effectuada, será para todos os Brasileiros hum dia de festa nacional.”³⁹⁶ Varnhagen faz questão de demonstrar que seu posicionamento é totalmente contrário à *adulação* que os *anaes pernambucanos*, claramente uma alusão à historiografia adstrita ao relato de Muniz Tavares, faziam com a “proeza dessa revolução.”³⁹⁷ Para Varnhagen, a missão do historiador não era lisonjear, nem adular ninguém, mas sempre dizer a verdade a partir da pesquisa junto aos documentos, embora pudesse custar alguns dissabores: “nunca serão elles tão grandes como seriam os do espirito, capitulando covardemente, contra as próprias convicções.”³⁹⁸ Os documentos, e não o relato de Muniz Tavares, sob os quais se encontrariam os discursos lisonjeadores, deveriam ser os fundamentos primordiais na exposição verdadeira sobre a revolução de 1817. Varnhagen considera que o documento marcaria, ao lado da imparcialidade, o elemento referencial do historiador em relação ao seu comprometimento com a verdade. Para afiançar sua afirmação, Varnhagen também dialoga com os antigos, mormente Tucídides, o *pai da história verdadeira*³⁹⁹, citando-o: “antes quero desagradar publicando a verdade, que ser aplaudido faltando a ella”, para demonstrar aos seus leitores que o seu compromisso era com a verdade e com uma postura imparcial, sem paixões, contrário à perspectiva dos *gritadores apaixonados e parciais* que caracterizariam o discurso laudatório da historiografia pernambucana.⁴⁰⁰ A partir dos antigos, como Tucídides, mas também dos modernos, como Humboldt, o historiador, para Varnhagen, deveria esquadriñar os fatos do passado, meditando sobre eles, ajuizando-os com boa crítica, construindo um relato verdadeiro, sem temer as desavenças e os desafetos que seu texto poderia suscitar em leitores contrários. Desta maneira, o historiador estaria comprometido com a exposição dos acontecimentos e, por conseguinte, com a

³⁹⁴ Idem.

³⁹⁵ Idem. p.375

³⁹⁶ TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 2ª edição. Recife: Typ. Industrial: 1884. p.1.

³⁹⁷ Idem. 374.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Conferir: HARTOG, François. O olhar de Tucídides e a história “verdadeira”. In: **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.77-118 (Coleção História & Historiografia, 5).

⁴⁰⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op. cit.** p.375

verdade. Nesse sentido, a suposta paixão dos aduladores, presente nos anais pernambucanos, comprometeria a integridade do relato sobre a revolução de 1817, uma vez que o texto estaria eivado de sentenças parciais, suscetíveis aos erros de interpretação estritamente subjetivista. Em suma, ao historiador comprometido com a verdade dos fatos deveria submeter a paixão dos aduladores ao crivo do seu julgamento.

Alçado como um historiador distante das paixões e do discurso laudatório, Varnhagen destina ao leitor o papel de decidir se realmente havia motivos para uma revolução contra D. João IV.⁴⁰¹ Em outras palavras, o Visconde de Porto Seguro levanta a seguinte questão: diante de um quadro de prosperidade da nação e do novo status que o Brasil obtivera ao sediar a Corte portuguesa em seu território, tornando-se “o centro e a cabeça de um grande império”, haveria razões para que uma revolução, proclamada em República absolutamente independente à sujeição monárquica instalada no Rio de Janeiro, pudesse emergir em Pernambuco em 1817? A construção da sua questão já sugere ao leitor uma interpretação do acontecimento. Varnhagen não é tão imparcial quanto quer fazer crer. Para ele, a revolução de 1817 deveria ser lida como uma oposição ao *benéfico* D. João VI e contra a integridade do novo reino nos trópicos.⁴⁰² Em parte, essa interpretação de Varnhagen se contrapôs à leitura de Muniz Tavares acerca das motivações que levaram à eclosão da revolução de 1817. Afirmamos *em parte*, em razão de que, pelo menos, ambos concordavam que o movimento foi contrário à monarquia portuguesa, representada por D. João VI. Por outro lado, o texto de Muniz Tavares afirmava que a administração do príncipe português teria sido desastrosa para o Brasil, argumento refutado por Varnhagen, posto a dilapidação de suas finanças devido aos pesados tributos impostos às suas províncias.⁴⁰³ Além disso, o monsenhor pernambucano asseverava que a revolução de 1817 tinha o respeito e a admiração até dos seus algozes, e que defendia a honra do Brasil e do seu território, “a despeito das reiteradas ordens do tímido *Bragança*.”⁴⁰⁴

Indo na contramão de Muniz Tavares, Varnhagen interpretava a revolução de 1817 como um movimento de desonra, não é por acaso que a intitula como *insurreição*, por ser uma revolta provinciana e não brasileira, destituída de qualquer valor patriótico, isto é, sem fundamento algum.⁴⁰⁵ É por essa razão que, para ele, a revolução de 1817 não poderia atrair a atenção dos patrícios e nem necessitaria constar na galeria das glórias pátrias, justamente por

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ TAVARES, Francisco Muniz. **Op. cit.** p.126

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op. cit.** p.374

estar associada ao provincialismo, ou seja, aos interesses restritos de uma dada província, e não ao patriotismo, “sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre com a sua glória.”⁴⁰⁶ Varnhagen era contrário a qualquer experiência histórica que representasse um caráter dissolvente *nas e das* províncias. Desse modo, o *provincialismo* era lido como uma expressão da desintegração do império/separatismo e da republicanização das províncias que colocariam os seus interesses locais em detrimento do bem comum da nação. Essa percepção diz respeito à própria concepção política do historiador. Varnhagen era monarquista conservador, defensor de um estado forte, unitário, centralizador, antiprovincial, o que explica a sua crítica contumaz a qualquer manifestação do *provincialismo* e do republicanismo.⁴⁰⁷ Assim, Varnhagen compreendia que a revolução de 1817 seria uma expressão do *provincialismo* que culminaria, caso não tivesse ocorrido a intervenção da *Providência*, na dissolução da integridade territorial da nação e do estado nacional centralizado.⁴⁰⁸ Recorrente na obra de Varnhagen, o *providencialismo* intervinha, sobretudo, quando estavam em questão os valores e princípios caros a ele, como a defesa do que considera os interesses nacionais, como a integridade territorial.⁴⁰⁹ De acordo com Temístocles Cezar, a presença da *Providência* no texto de Varnhagen refletia, ao mesmo tempo, sua crença pessoal e sua forma de interpretação da própria história.⁴¹⁰ Dessa forma, a *Providência*, alçada à condição de recurso explicativo, teria impedido que a nação fosse transformada em Repúblicas como nas ex-colônias da América Espanhola e, conseqüentemente, sofresse o processo de balcanização. Em suma, Varnhagen se contrapunha a interpretação de Muniz Tavares, de que a revolução de 1817 defendia o território nacional.⁴¹¹

Fica claro na obra do monsenhor o interesse em colocar a *Revolução Pernambucana de 1817* como um movimento que expressou os anseios nacionais: “com a revolução indicada conquistou imprescriptível direito á veneração dos amigos sinceros da liberdade.”⁴¹² Muniz Tavares compreendia que era do interesse comum, inclusive de outras províncias, a manifestação contrária à dominação política e econômica da *Corte mendicante*. O anseio

⁴⁰⁶ Idem. p.492.

⁴⁰⁷ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória:** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.100.

⁴⁰⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op. cit.** p.492

⁴⁰⁹ WEHLING, Arno. **Op. cit.** p.80.

⁴¹⁰CEZAR, Temístocles. **L’écriture de l’histoire au Brésil au XIX siècle.** Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 2002. p.564

⁴¹¹TAVARES, Francisco Muniz. **Op. cit.** p.2.

⁴¹² Idem.

geral das províncias era a liberdade, isto é, a emancipação em relação à monarquia portuguesa. Nesse sentido, diferentemente de Varnhagen, a revolução de 1817 não poderia ser lida como uma figuração do *provincialismo*, apesar do monsenhor afirmar a primazia de Pernambuco nesse movimento:

Estes não poderão esquecer jamais que foi essa provincia, quem primeiro deo o signal ao Brasil de ter chegado o momento tanto suspirado de entrar no gozo dos bens immensos, que a cobiça portugueza por espaço de tresseculos extorquia; foi ella, quem apresentou-lhe a grande Carta de emancipação civil, e politica, e mostrou com o exemplo a maneira de possuil-a. Desgraçadamente não foi seguida, succumbio; mas não pereceo o germe plantado, e regado com o sangue dos seus martyres: tem tempo opportuno frutificou e não deixará de crescer com vigor.⁴¹³

Na interpretação de Muniz Tavares, a província de Pernambuco teria evidenciado para o restante do Brasil a cobiça da monarquia portuguesa, a extorsão, desde o início da colonização. A partir da revolução de 1817, Pernambuco teria concretizado, apesar do seu malogro, o anseio geral das províncias pela liberdade, ou seja, a carta de emancipação em relação à metrópole portuguesa. Na percepção de Muniz Tavares, a revolução de 1817 não poderia ser considerada apenas como um movimento voltado para os interesses locais, como considerou, mais tarde, Varnhagen. Para o monsenhor, sua origem esteve atrelada à demanda da província pernambucana frente à Corte, qual seja, a questão da cobrança dos pesados impostos que ameaçaria o progresso local, não encerrando-se em Pernambuco, pelo contrário, radiou-se para outras vilas e províncias, tornando-se não só dos pernambucanos, mas dos brasileiros. Muniz Tavares construiria, dessa forma, os alicerces para as interpretações posteriores, sobretudo, da historiografia pernambucana oitocentista, que reproduziriam a ideia do pioneirismo de Pernambuco e da revolução de 1817 em certa memória da emancipação nacional.

Apesar das diferenças entre as interpretações de Varnhagen e de Muniz Tavares, ambos convergiam para um ponto comum: a revolução de 1817 teve sua origem na rivalidade entre brasileiros/pernambucanos e europeus/portugueses. Para Varnhagen, as animosidades entre brasileiros e europeus eram antigas, poderiam ser datadas desde a *Guerra dos Mascates*, no século XVIII.⁴¹⁴ Se Muniz Tavares interpretou o conflito a partir de uma tensão de nacionalidades, surgida devido ao orgulho e aos privilégios que os portugueses teriam frente aos brasileiros, inflamada com cobrança exagerada de impostos para sustentar a Coroa no Rio

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op. cit.** p.376

de Janeiro, Varnhagen concebia que a animosidade entre eles teria sido decorrente de disputas em torno de postos militares: “Assim da insubordinação provocada resultará o motim do quartel, que animara o tumulto popular: e triunfante este, a revolução estava consummada, e era necessário dar-lhe bandeira e rumo.”⁴¹⁵ Para Muniz Tavares, a rivalidade entre oficiais brasileiros e portugueses na questão em torno das guarnições militares foi apenas o desfecho, o dispositivo, de uma realidade que já tinha sido desenhada em tempos anteriores. Desse modo, para o monsenhor, o motim no quartel não explicaria a causa que levou os brasileiros à revolução de 1817. A *origem da revolução* deveria ser buscada no plano mais geral e é por isso que Muniz Tavares buscou, no primeiro capítulo do seu livro, descrever o cenário econômico, moral e político da província de Pernambuco no ano de 1817. Destarte, o monsenhor construía a leitura de que, antes mesmo da revolução, os pernambucanos já estariam comprometidos com a causa da liberdade, a luta contra a monarquia e, por conseguinte, a independência do Brasil como um todo. Nesse sentido, os pernambucanos premeditaram o acontecimento, pois teriam sido influenciados pelos valores democráticos e republicanos.⁴¹⁶ Varnhagen discordava da interpretação do monsenhor. Para o Visconde de Porto Seguro, não existia pensamento premeditado na revolução de 1817, tendo em vista que, no início do movimento, comprovava-se o fato de que os revoltosos não teriam prevenido-se com armas e nem munições.⁴¹⁷ Varnhagen considerava que existiam alguns elementos que teriam fomentado a eclosão da revolução, como a rivalidade entre pernambucanos e europeus, as opiniões ultra-liberais e enciclopedistas de alguns brasileiros, a denúncia dos abusos e roubos cometidos pelo Rio de Janeiro etc., mas não havia uma premeditação da revolução, como acreditava Muniz Tavares.⁴¹⁸

Até os anos 50 do século XIX, as versões da revolução de 17 foram polarizadas, principalmente por Muniz Tavares e Varnhagen. Nos anos 60, Pereira da Silva, sócio do IHGB, inseriu-se no debate a partir da publicação da obra *Historia da fundação do Imperio Brasileiro*, a qual dedicou um capítulo à revolução de 1817. Assim como Visconde de Porto Seguro, Pereira da Silva tentou construir para si o lugar de um historiador imparcial, desviando-se das paixões agitadas, separando o bom do mau, diferenciando o que pertencia às intenções e o que se devia ao acaso, ao curso das circunstâncias, “julgar enfim com justiça severa; é o verdadeiro encargo, e a missão honrosa de que traça fallar a verdade aos presentes

⁴¹⁵ Idem. p.379

⁴¹⁶ TAVARES, Francisco Muniz. **Op. cit.** p.11

⁴¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op. cit.** p.374

⁴¹⁸ Idem. p.373-374

e aos posterios.”⁴¹⁹ Assim como Varnhagen, Pereira da Silva tentou legitimar seu texto evidenciado o seu não-lugar, qual seja: o seu posicionamento imparcial na avaliação do acontecimento. De certa forma, o referido biógrafo e historiador reforçou os argumentos do Visconde de Porto Seguro, adicionando-lhes algumas interpretações próprias sobre a revolução de 1817, ao mesmo tempo, pondo em xeque os principais arrazoados do monsenhor Francisco Muniz Tavares.

Conforme Pereira da Silva, não era sua intenção exaltar a honra daqueles que fizeram a revolução, como fez Muniz Tavares, tampouco encará-los com ignomínia: “Forão entes ordinarios, mediocres e despreziveis muitos. Loucos outros, e raros os que tinham intelligencia cultivada e valiosos talentos. (...). Mas acharão-se comprometidos tambem caracteres honrados e honestos devem passar desapercibidos.”⁴²⁰ Diferentemente de Muniz Tavares e de Varnhagen, Pereira da Silva compreendia que a revolução de 1817 não tinha causas específicas e determinantes, mas apenas foi fruto do acaso: “Um crime incitou a ordem, e o susto produzido entregou-lhes e abandonou-lhes uma cidade inteira, um povo attonito, uma capitania com todas as suas forças e recursos.”⁴²¹ A partir do argumento do *acaso* da revolução, o autor critica sistematicamente os arrazoados da historiografia pernambucana, assentada no relato de Muniz Tavares.

Primeiro, para Pereira da Silva, as ideias ilustradas que teriam influenciado a Europa, tais como: os movimentos emancipacionistas da América Espanhola e da independência dos Estados Unidos da América não estariam presentes entre os revolucionários de 1817: “No decurso porém do anno de 1817 não devião assustar ainda estas tendencias confusas de alguns poucos espiritos que se não escoravão nas opiniões unisonas, e nem em grande cópia da população.”⁴²² Assim como Varnhagen, Pereira da Silva considerava que as concepções filosóficas e políticas do pensamento ilustrado teria influenciado alguns poucos participantes da revolução, não atingindo, porém, o restante da população da província Pernambucana, como de certa forma, defendia o monsenhor Francisco Muniz Tavares.⁴²³ Diferentemente da interpretação do sacerdote, Pereira da Silva considerava que a revolução de 1817 não tinha sido motivada pela política fiscal da Corte, ao cobrar pesados impostos para as províncias do Norte, a qual teria comprometido o progresso, sobretudo, de Pernambuco: “Não repousava o mal tambem na situação lastimosa da situação das finanças publicas, porque era quase

⁴¹⁹ Idem. p.139

⁴²⁰ SILVA, João Manuel Pereira da. **Historia da fundação do Imperio Brasileiro**. Tomo IV. Paris: B. L. Garnier, 1865. p.138

⁴²¹ Idem. p.138-139

⁴²² Idem. p.147

⁴²³ Idem.

ignorada, não se permitindo por fôrma alguma a sua publicidade.”⁴²⁴ Nesse sentido, o argumento utilizado pelo monsenhor de que havia um descontentamento geral das províncias em relação ao fisco da Corte, foi colocado sob suspeição por Pereira da Silva, tanto pela sua afirmação de que não havia dificuldades econômicas por parte das províncias à época e pela asserção de que Pernambuco, no momento da revolução, teria ficado desde o princípio isolada, não tendo encontrado apoio das demais capitanias, “por lhe faltar a base intellectual e moral” para ratificar o movimento.⁴²⁵ Todavia, o que explicaria a participação de capitanias como Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte na revolução de 1817? Consoante à interpretação de Pereira da Silva, o movimento se espalhou para outras capitanias, porque os líderes do movimento em Pernambuco, “escolhêrão varios sujeitos, que ao verdor dos annos e a imprevidencias da idade ajuntavão enthusiasmos e arroubos revolucionarios, e aspiravão ás honras de deixar nomes gloriosos na historia.”⁴²⁶ Assim, não foram os valores da revolução, como a emancipação em relação à monarquia portuguesa instalada no Rio de Janeiro, como defendia Muniz Tavares, e nem a subserviência a Pernambuco, como afirmava Varnhagen, que contagiaram as outras capitanias, mas os interesses individuais dos participantes de cada uma delas.

Pereira da Silva, em parte, concordava com Varnhagen: a origem da revolução deveria ser explicada a partir do conflito entre brasileiros e portugueses. Segundo o autor de *Plutarco Brasileiro* (1847), a tensão entre estes deu-se pelo ciúme dos militares brasileiros em relação aos portugueses.⁴²⁷ Pereira da Silva explica que o conflito emergiu no contexto da guerra do rio do Prata, para a qual tinham sido transferidos para o Sul da América, as tropas de linha, compostas, majoritariamente, pelos portugueses, levando-os a ocuparem os postos superiores do oficialato militar, enquanto, a maioria dos brasileiros ocupariam o serviço dos corpos milicianos, sendo subordinados aos lusitanos, que ficavam à frente das milícias: “Originou-se ciúme, criárão-se zelos entre os militares portuguezes e brasileiros, particularmente na capitania de Pernambuco. Dispunhãoaquelles de mais protecções, e nas suas desavenças e rixas decidião os superiores contra os segundos.”⁴²⁸ Para Pereira da Silva, a origem da revolução deveria ser encontrada nas tropas de guarnição de Pernambuco, o que construiu a leitura de que a verdadeira base do movimento teria sido essencialmente militar.⁴²⁹ É por essa

⁴²⁴ Idem. p. 146-147.

⁴²⁵ Idem. p.148

⁴²⁶ Idem. p.168

⁴²⁷ Idem. p.149

⁴²⁸ Idem. p.147-148

⁴²⁹ Idem. p.149

razão que, conforme Pereira da Silva, havia mais preponderância de personagens militares que padres.

Distintamente de Muniz Tavares, para Varnhagen e Pereira da Silva, o povo brasileiro, como um todo, não simpatizou com a *Revolução de 1817*. Desse modo, o movimento não poderia ser nacional e sim regional, provincial. Varnhagen e Pereira da Silva combateram a interpretação do caráter nacional ou patriótica do acontecimento. Para ambos, a *Revolução de 1817* era, na verdade, provincial e não patriótica. Essa não foi a leitura que Manoel Ferreira Nobre teve da *Revolução de 1817*. O autor norte-rio-grandense renunciou às interpretações de Varnhagen e Pereira da Silva, apropriando-se da leitura de Muniz Tavares.

Semelhantemente à concepção do monsenhor pernambucano, Manoel Ferreira Nobre compreendia que a liberdade era a causa central *Revolução de 1817*. A atuação dos participantes é lida por ele como uma prestação de serviços à liberdade. O residente da Serra de Martins, José de Sá Cavalcanti, por exemplo, é descrito como um personagem que “aderiu ferosamente à causa da liberdade de 1817.” Aqui, Manoel Ferreira Nobre utiliza a metonímia como recurso retórico, tomando como sinônimo o acontecimento e a causa, o continente pelo conteúdo.⁴³⁰ Logo, em sua escrita, onde se lê a *causa da liberdade de 1817*, leia-se a *Revolução de 1817*. Manoel Ferreira Nobre não explica o conteúdo dessa liberdade, diferentemente de Muniz Tavares que a compreende como uma ideia atrelada ao desejo do autogoverno a ser alcançado, com a emancipação em relação à monarquia portuguesa e, conseqüentemente, à instituição de um governo republicano.⁴³¹ Consoante a Muniz Tavares, a experiência emancipatória dos Estados Unidos e, por conseguinte, a escolha do regime republicano, indicava aos brasileiros/pernambucanos a preferência pelo governo adotado pelos americanos: “os Pernambucanos que anhelavam o melhoramento da Pátria, o admitiram unânimes.”⁴³² Muniz Tavares identificava os participantes da *Revolução de 1817*, ora, como brasileiros, ora como pernambucanos. Em todo caso, eles estariam a serviço da *Pátria* em defesa de sua soberania e da República. Essa menção aos adjetivos pátrios, às vezes tomados como sinônimos, relaciona-se com a politização das identidades regionais, já presentes nas últimas décadas do século XVIII, e com os discursos em torno da ideia de *Pátria* que parecem

⁴³⁰ Sobre a metonímia como recurso retórico, conferir MEYER, Michel. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

⁴³¹ Idem, p.5

⁴³² TAVARES, Francisco Muniz. **Op. cit.**.p.LXXXV

ter adquirido um estatuto, com a emergência de uma identidade política, a partir de 1817, em Pernambuco.⁴³³

De acordo com Márcia Berbel, o uso do termo *Pátria* associada à República e de patriota como referente de uma nova identidade política “parecem ser particularidades pernambucanas nesse início do século XIX.”⁴³⁴ Nesse contexto, os termos, *pátria* e *Pátria*, minúscula e maiúscula, não significariam a mesma coisa e não estariam, necessariamente, associadas à ideia de nação – quase absolutamente ausente no vocabulário político dos discursos da *Revolução de 1817*.⁴³⁵ Em linhas gerais, a *Pátria* referia-se à nação, “pois propunha uma imaginação coletiva da soberania”⁴³⁶, enquanto, a *pátria* estava associada à dimensão mais regional, ao local de nascimento, a província de origem.⁴³⁷ Muniz Tavares é herdeiro dessa nova identidade regional que se desenhava com a *Revolução de 1817*. Nesse sentido, quando o autor afirma que com o movimento de 1817, os pernambucanos se esforçaram em melhorar a *Pátria*, Muniz Tavares estaria indicando que seus compatriotas estavam defendendo a soberania da nação, entendida como um conjunto de proposições de liberdade contra o despotismo, a partir de sua *pátria* particular.⁴³⁸ Assim como Muniz Tavares, Manoel Ferreira Nobre compreendia que os norte-rio-grandenses estavam lutando a favor da liberdade contra a tirania, a partir de sua *pátria* particular:

Rompendo o dia 6 de março de 1817, e como êle aparecendo a causa da liberdade, o Vigário Cordeiro tanto por ela se devotou, que, sabendo em sua freguesia haver-se declarado na capital a revolução, imediatamente ajoelhou, ergueu as mãos e os olhos para o céu, rendeu graças ao Criador, porque via antes de morrer sua pátria livre.

Malogrados, porém, os seus esforços, por seu consumado patriotismo, foi prêso com chefe da localidade, e como tal remetido à capital, e dali seguiu para os cárceres da Bahia, onde gemeu até a geral anistia das Côrtes de Lisboa em 1821.⁴³⁹

O excerto acima foi extraído da seção *Galeria dos ilustres rio-grandenses do norte de 1817*, do capítulo X, dedicado à vila de Porta Alegre. Ao se referir acerca da participação do

⁴³³ BERBEL, Márcia. *Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político*. In: JANCSÓ, István (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p.347-348

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). **Viagem incompleta. A experiência brasileira. Formação: histórias**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999. p.159

⁴³⁶ BERBEL, Márcia. **Op.cit.** p.355.

⁴³⁷ JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. **Op.cit.** p.167.

⁴³⁸ BERBEL, Márcia. **Op. cit.** p.351

⁴³⁹ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.123

vigário Cordeiro no movimento, Manoel Ferreira Nobre comenta que o sacerdote ajoelha-se, agradecendo ao *Criador* por ver sua *pátria livre*. Aqui a noção de *pátria* está associada ao local de nascimento do sacerdote: o Rio Grande [do Norte], mais especificamente a vila de Porto Alegre. O termo freguesia citado no excerto acima, não diz respeito ao estatuto da divisão administrativa, um povoamento inferior à categoria de vila, mas ao local em que o sacerdote nascera. A *freguesia* está associada à noção de capitania, no caso, o Rio Grande [do Norte]. É a partir dessa *pátria* que se luta pela *Pátria*. O conceito de *patriotismo*, utilizado pelo autor para qualificar a ação do vigário de Porto Alegre na *Revolução de 1817*, reforça a argumentação que acabamos de sustentar. O *patriotismo* do vigário Cordeiro é tratado como a causa dos seus esforços em prol da liberdade da *pátria*, face à tirania. Se os norte-riograndenses defensores da *Revolução de 1817* são descritos, por Manoel Ferreira Nobre, como servos da liberdade, e, por vezes, *mártires*, os opositores são tidos como tiranos. Na obra do monsenhor fica claro quem são os tiranos: os portugueses, “estes, naturalmente orgulhosos, escudados com a força material, reputavam-se únicos senhores do Paiz, que os acolhia, e elevava.”⁴⁴⁰ Como já apontamos anteriormente, conforme Muniz Tavares, a *origem da Revolução* é proveniente da animosidade entre portugueses e brasileiros/pernambucanos, estes cada vez mais descontentes com as medidas econômicas adotadas pela *Corte medicante*, mais especificamente, com os pesados tributos cobrados às regiões mais distantes do reino.⁴⁴¹ Diferentemente de Muniz Tavares, Manoel Ferreira Nobre não identifica quem são os tiranos. Estes não possuem nomes, nem origem geográfica. Na obra de Muniz Tavares o conflito é nítido: de um lado portugueses contra brasileiros. Já na *Breve Notícia*, a dimensão do conflito até aparece, mártires contra tiranos, no entanto, a distinção entre brasileiros e portugueses é totalmente silenciada. A identificação só pertence aos revolucionários. São estes que lutam pela liberdade e são nomeados, ao contrário dos contrarrevolucionários que ficam no anonimato. A não identificação dos *tiranos* é corolário da imprecisão que o termo *tiranía* assume na narrativa de Manoel Ferreira Nobre.

Embora se apropriasse do relato de Muniz Tavares sobre a *Revolução de 1817*, a leitura de Manoel Ferreira Nobre possuía algumas diferenças. Primeiro, o autor norte-riograndense nunca menciona a *Revolução de 1817* como sendo pernambucana. Não há centralidade em Pernambuco, como na narrativa de Muniz Tavares. A nomeação do acontecimento sempre se limita a sua causa (a liberdade) ou a sua temporalidade, 1817. A revolução diz respeito ao Rio Grande do Norte, sua província. Segundo, diferentemente do

⁴⁴⁰ TAVARES, Francisco Muniz. **Op. cit.** p. 9

⁴⁴¹ Idem. p. 8

texto de Muniz Tavares, Manoel Ferreira Nobre não associou a *Revolução de 1817* à República e nem à emancipação da nação em relação à monarquia portuguesa. Em nenhum momento Manoel Ferreira Nobre utiliza o conceito de República para indicar a luta pela soberania nacional. Tal conceito é totalmente silenciado em seu texto. Possivelmente, o que explica essa interdição ao conceito de República é a própria vinculação do autor com a concepção monarquista de governo e sua aproximação política com os quadros da burocracia provincial e os partidos de orientação monárquica. Provavelmente, atrelar a *Revolução de 1817* ao regime republicano não fosse politicamente conveniente a um burocrata provincial, como Manoel Ferreira Nobre.

Se a *Galeria dos mártires* expressava mais uma narrativa coletiva dos participantes da *Revolução de 1817*, a seção *Traços biográficos* servia para evidenciar a particularidade de cada biografado. Enquanto a *Galeria* ressalta a relevância da coletividade dos mártires, a seção *Traços biográficos* realça a dimensão singular do indivíduo frente ao acontecimento histórico, perspectiva esta, presente em vários biógrafos do século XIX.⁴⁴²

2.6 – Traços biográficos dos distintos rio-grandenses do Norte

Ao longo dos capítulos da *Breve Notícia*, Manoel Ferreira Nobre escreveu sucintamente uma espécie de *notícias biográficas* de cinco personagens norte-rio-grandenses: André de Albuquerque Maranhão, Afonso de Albuquerque Maranhão, conhecido por Maranhão I, Antônio de Albuquerque Maranhão, Manoel Joaquim Ferreira e Felipe Camarão. Distintamente da *Galeria dos mártires*, em que os personagens dizem respeito somente aos partícipes da *Revolução de 1817*, os biografados estiveram envolvidos em outras experiências históricas, muito embora a maioria estivesse também atrelada ao movimento de 1817.

O autor destinou apenas uma ou duas páginas à seção *Traços biográficos* – a menor, a biografia de Manoel Joaquim Ferreira, é relatada em três parágrafos. Em relação ao número de páginas, Manoel Ferreira Nobre se aproxima da estrutura das pequenas notícias biográficas, produzidas pelos seus contemporâneos historiadores do IHGB, que não ultrapassavam mais de duas ou três laudas.⁴⁴³

A seção *Traços biográficos* não foi organizada cronologicamente, mas geograficamente. Os biografados aparecem nos capítulos destinados a algumas vilas e

⁴⁴² LORIGA, Sabina. **O pequeno X**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.14

⁴⁴³ CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: **Métis**: história & cultura – v.2, n.3. 2003. p.75.

idades, pondo em relevo os locais de nascimento. Citamos aqui uma passagem da narrativa do capítulo XXVIII, em que o autor destacava que a vila de Ceará-Mirim “é a pátria do bravo Antônio Felipe Camarão.”⁴⁴⁴ A ideia de *pátria* aqui é a mesma que discutimos no sub-tópico anterior, ou seja, o local em que o biografado nasceu. Afirmar o Rio Grande do Norte como a *pátria* de Felipe Camarão tinha uma conotação intelectual e simbólica importante no século XIX. O local de nascimento do índio *Poty* foi objeto de controvérsia entre os letrados brasileiros nos oitocentos, desenvolvendo-se o que chamamos de *retórica da naturalidade*.⁴⁴⁵ Até os anos sessenta do século XIX, praticamente a querela restringia-se a dois possíveis lugares de nascimento: as províncias do Ceará e de Pernambuco. A biografia de Felipe Camarão, escrita por Varnhagen, publicada pela *RIHGB* em 1867, e o prefácio escrito por Cândido Mendes de Almeida, no segundo tomo do livro *Memórias para a historia do extinto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas*, publicado em 1874, foram fundamentais para a construção da tese de que o Rio Grande do Norte era a *pátria* de Felipe Camarão. Apesar de Varnhagen ter sido o primeiro a defender a tese da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão, foi o texto de Cândido de Mendes de Almeida que especificou o lugar de nascimento do índio: a vila de Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte.⁴⁴⁶ Nesse sentido, Manoel Ferreira Nobre retirou a informação do texto de Cândido Mendes, a qual citava em outras passagens do seu livro, para fixar a naturalidade de Felipe Camarão como norte-rio-grandense, reivindicando uma identidade a todo instante questionada – pelo menos entre o final do século XIX e o início do XX.

A alusão ao lugar de origem é central para Manoel Ferreira Nobre. A narrativa de vida do indivíduo é sua condição de sua existência. O biografado passa a ser evidente a partir de sua *pátria*. O autor preocupa-se mais em definir o *onde* do que o *quando* o biografado nasceu. Isso fica bem claro no início dos *Traços biográficos* de Antônio Felipe Camarão: “Nasceu no princípio do século XVII, no sítio Ceará uma légua distante da Vila do Ceará-Mirim.”⁴⁴⁷ A menção repete-se no capítulo XX, referente à vila de Canguaretama, a *pátria* de André de Albuquerque de Maranhão.⁴⁴⁸ Há nesse relato uma assimetria entre o tempo e o espaço. A origem *espacial* é mais importante que a *temporal*. Enquanto o tempo é impreciso, pois só se

⁴⁴⁴ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op.cit.** p.189.

⁴⁴⁵ Analisaremos a questão no próximo capítulo.

⁴⁴⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Memórias para a historia do extinto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Nova typographia de J. Paulo Hildebrandt. 1874. p. XV-XVIII

⁴⁴⁷ Idem, p.194.

⁴⁴⁸ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op.cit.** p.162.

é identificado que Felipe Camarão nasceu no princípio do século XVII, o espaço é descrito detalhadamente, uma vez que há uma precisão da distância do sítio em que o índio nasceu e a vila de Ceará-Mirim. A cronologia de vida do biografado parece importar menos ao autor, ela assume um caráter secundário, muitas vezes imprecisa, tal como na obra *Vidas paralelas*, de Plutarco.⁴⁴⁹

Em *Traços biográficos*, Manoel Ferreira Nobre constrói um panteão de *distintos rio-grandenses do Norte*. Todos eles pertencentes ao período colonial. Manoel Ferreira Nobre não destacou nenhum *distinto* que tenha participado de algum acontecimento durante o Império. Ou seja, nenhum norte-rio-grandense contemporâneo ao autor, esteve presente em seu *panteão* de conterrâneos ilustres. O recorte cronológico escolhido pelo autor é semelhante à formulação temporal postulada pelo IHGB, no espaço reservado às notícias biográficas de sua revista, inicialmente intitulada *Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes etc.*⁴⁵⁰ As biografias publicadas nesta seção constituíam uma galeria nacional com raízes no período anterior a 1822, o que possibilitou “a criação de uma linhagem de varões ilustres desde os tempos coloniais.”⁴⁵¹ Não sabemos ao certo se Manoel Ferreira Nobre foi um leitor das revistas do IHGB ou que tenha escolhido seu recorte temporal a partir das definições dos sócios da agremiação. Dialogando diretamente ou não, é mister afirmar que o autor estabelece uma delimitação cronológica anterior a 1822, semelhante ao IHGB.

Além de pertencerem ao mesmo recorte temporal, os personagens da seção *Traços biográficos* tinham outro ponto em comum com a produção biográfica do IHGB oitocentista: foram laureados pelos seus serviços militares. Os *distintos norte-rio-grandenses* são virtuosos pelas armas e não pelas letras. Nesse ponto, Manoel Ferreira Nobre distancia-se do critério de *distinção* dos personagens biografados pelo IHGB. Logo na primeira edição da *RIHGB*, a seção reservada à biografia já traz, em seu frontispício, o elemento da distinção dos biografados: *Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes*. Conforme Maria da

⁴⁴⁹ DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.131.

⁴⁵⁰ Entre a primeira publicação em 1839 até os anos cinquenta do século XIX, a seção sofreu várias modificações em seu título. Em 1850, passou a intitular-se *Biografias de brasileiros distintos ou de indivíduos ilustres que serviram no Brasil etc.*”; Em 1851, veio a ser intitulada *Biografias de brasileiros distintos ou de indivíduos ilustres que bem servissem ao Brasil etc.*”; Um ano depois, *Biografias de brasileiros distintos ou de indivíduos ilustres que serviram no Brasil e ao Brasil, etc*” e depois, *Biografias de brasileiros distintos ou de pessoas eminentes que serviram no Brasil ou ao Brasil*; por fim, em 1856, o título voltou a sua grafia inicial. De acordo com Armelle Enders, as modificações ocorridas no título da seção têm a ver com a questão da nacionalidade dos eleitos da posteridade, isto é, “tais distinções serviam para contornar o problema de saber quem era brasileiro e quem não o era – evidentemente insolúvel no caso do período colonial.” ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p.181.

⁴⁵¹ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.101.

Glória de Oliveira, a tópica *armas e letras* já era dominante na retórica dos letrados quinhentistas lusitanos.⁴⁵² Na esfera individual, essa fórmula remete à articulação entre duas funções: a ação e a palavra, as quais, diante do expansionismo imperial lusitano no quinhentos, funcionavam como um “argumento crucial na narrativa histórica da conquista pelos portugueses dos territórios ‘bárbaros’, desprovidos dos valores da civilização.”⁴⁵³ A tópica dizia respeito ao perfil que compunha o *panteão* dos ilustres brasileiros, constituído predominantemente por personagens advindos da elite política e letrada do Império.⁴⁵⁴ Para Armelle Enders, mais que uma *galeria nacional*, os biógrafos do IHGB construíram uma galeria de espelhos, “eles vêm mirar-se nela e inscrever sua ação nessa genealogia fictícia. Boa parte deles se confunde com os sócios do IHGB.”⁴⁵⁵ Assim como os seus biografados, os biógrafos eram “servidores e signatários do Império, a maioria com formação em Coimbra, nos cursos de preparação para a carreira jurídica ou das armas.”⁴⁵⁶

O perfil dos *distintos rio-grandenses do Norte* de Manoel Ferreira Nobre era relativamente diferente dos biografados pelos sócios do IHGB. Nenhum possuía uma formação jurídica em Coimbra. Nenhum desempenhou alguma atividade que caracterizasse uma trajetória intelectual, muito embora, o autor tenha destacado que o índio catequizado, Felipe Camarão, tenha sido “tão notável pela sua ilustração.”⁴⁵⁷ Em geral, os biografados pertenciam aos setores vinculados à elite política e econômica da capitania. Advinham da principal atividade econômica do Rio Grande [do Norte] no período colonial: o açúcar. Estavam ligados ao senhorio da terra, eram donos de engenhos, como André de Albuquerque Maranhão e Maranhão I, em uma das regiões mais produtivas dos tempos coloniais: o *Cunhaú*. Havia também um sacerdote, Antônio de Albuquerque Maranhão, um indígena, Felipe Camarão e um morador da vila de Canguaretama, Manuel Joaquim de Almeida, que o autor não especificou sua origem social.

Dos cinco biografados, três faziam parte da família Albuquerque Maranhão que, sobretudo, na segunda metade do século XIX, gozava de certo prestígio econômico e político na província, advindo, em grande medida, do enriquecimento da atividade açucareira e da cotonicultura. O único biografado que não possui relação com a família Albuquerque Maranhão é o índio Felipe Camarão. Manoel Joaquim de Almeida, outro biografado, embora

⁴⁵² Idem, p.104.

⁴⁵³ Idem, p.104-106.

⁴⁵⁴ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Op. cit.** p.107.

⁴⁵⁵ ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. “A produção dos vultos nacionais no segundo reinado”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000. p.59.

⁴⁵⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Op. cit.** p.107.

⁴⁵⁷ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.195.

não pertencesse à família, é descrito como amigo íntimo dos Albuquerque Maranhão.⁴⁵⁸ Só aparece na seção *Traços biográficos* em função da sua relação com o referido grupo familiar, seja como amigo, seja como “mansa ovelha em todos os serviços à causa da liberdade.”⁴⁵⁹ A ideia de ovelha aparece aqui para ressaltar a aproximação entre Manoel Joaquim de Almeida e o padre Antônio de Albuquerque Maranhão, a quem acompanhou no desenrolar da *Revolução de 1817* no Rio Grande do Norte.

Não é simples coincidência a presença majoritária dos ancestrais da família Albuquerque Maranhão no rol dos *distintos rio-grandenses do Norte*. Manoel Ferreira Nobre elege os *distintos* do passado para evidenciar a continuidade dos Albuquerque Maranhão *no e do* presente. Se no passado os ancestrais lutaram pela liberdade da *pátria* (Rio Grande do Norte), os Albuquerque Maranhão do presente estariam garantindo o progresso da província no presente. No relato da implantação da fábrica de tecidos de algodão em Natal, considerado pelo autor como um dos sinais do progresso na província, Manoel Ferreira Nobre destaca a ação de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão nesse empreendimento, como já analisamos no sub-tópico, *Abreviadas notícias*. Em síntese, Manoel Ferreira Nobre prestigia um grupo político e econômico em plena ascensão na província, reservando aos seus ancestrais um lugar de destaque no passado.

Embora nem todos os biografados de Manoel Ferreira Nobre pertencessem ao grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, todos são reconhecidos por terem participado em um dado acontecimento histórico de natureza militar. Na maioria dos casos, o enredo biográfico de Manoel Ferreira Nobre é formado por três elementos: o local de nascimento do biografado, suas virtudes e seu envolvimento em algum evento histórico. Em relação aos dois primeiros elementos já discutimos anteriormente, doravante, passaremos para o último.

Os biografados de Manoel Ferreira Nobre são narrados a partir dos acontecimentos que participam. O indivíduo e a história são articulados. Isso tem a ver com a própria concepção de história disseminada no século XIX, ao qual os historiadores salvaguardavam a dimensão individual da história.⁴⁶⁰ No oitocentos, a individualidade revestia-se de um valor especial para se pensar a própria construção das identidades nacionais. Nesse período, não foram poucos os historiadores que destacavam a força/gênio do indivíduo no movimento dos acontecimentos históricos.⁴⁶¹ Essa relação entre o indivíduo e a história, tão cara a historiografia oitocentista, aparece no livro de Manoel Ferreira Nobre. O acontecimento não

⁴⁵⁸ Idem. p.170.

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.14.

⁴⁶¹ Idem. p. 81-120.

transcende o indivíduo, como no caso da *Galeria dos Mártires*. O indivíduo está atrelado ao acontecimento, como se este fosse a condição de sua própria presença na memória da província. Todavia, diferente dos personagens da *Galeria*, outros elementos aparecem nos relatos dos biografados que vão além da mera descrição da sua participação em um dado evento. Como mencionamos anteriormente, ressalta-se também nos *Traços biográficos*, o local de nascimento e as virtudes dos biografados, muito embora, o núcleo central da narrativa seja o envolvimento do indivíduo no acontecimento histórico.

A maioria dos *distintos* esteve envolvida na *Revolução de 1817*. Outros, como Felipe Camarão e Maranhão I, fizeram parte de outras experiências históricas, como: o episódio da luta contra holandeses e a querela de 1710, em Pernambuco, respectivamente. Dessa maneira, a participação em uma determinada luta define a principal virtude do biografado, como podemos perceber na seção referente a Maranhão I:

Afonso de Albuquerque Maranhão, conhecido por Maranhão I, distinto rio-grandense do Norte de 1710.

Era morador e senhor do Morgado Cunhaú, Capitão-mor e Governador da província, quando rompeu as *querelas* de Pernambuco entre os *mascates* e a *nobreza*.

Em 18 de junho de 1711, recebeu um reservado do govêrno de Pernambuco, participando o estado de coisas da terra, e solicitando contingentes para o triunfo da causa legal.

Vinte e quatro horas depois do recebimento do aviso, o Governador Maranhão I seguia para a província de Pernambuco com 800 homens, muita munição e grande quantidade de gêneros alimentícios.

Obtido o triunfo da causa legal de Pernambuco, voltou Maranhão I ao Engenho Cunhaú, onde morreu, sempre no exercício de seu pôsto, deixando a fama de cidadão exemplar e de pai de família cheio de virtudes.⁴⁶²

Diferentemente de todos os outros biografados, Afonso de Albuquerque Maranhão foi o único dos *distintos rio-grandenses do Norte* a participar das *querelas* que extrapolavam os interesses de sua capitania de nascimento. As *querelas* de Pernambuco, as quais, Manoel Ferreira Nobre referia-se em seu relato, iniciou-se em 1710, com a sedição da *nobreza*, senhores de engenho de Pernambuco, instalados majoritariamente em Olinda, contra o governador da capitania Castro e Caldas que mantinha uma aproximação política com os adversários políticos dos nobres, isto é, os oficiais reinóis ou *mazombos* simpatizantes da causa dos *mascates* – comerciantes portugueses localizados, predominantemente, em

⁴⁶² NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.165-166.

Recife.⁴⁶³ De acordo com Evaldo Cabral de Mello, desde fins de fevereiro, a nobreza da terra maquinava a deposição do governador, “de acordo com a velha idéia de que a Câmara de Olinda tinha o direito de desfazer-se de um governador arbitrário.”⁴⁶⁴ Além de ser considerado tirano, Castro e Caldas era tido como inimigo da nobreza e dos padres, grupos estes que alinharam-se em torno de um interesse comum, levando a cabo a deposição do governador.⁴⁶⁵ O que estava em jogo não era apenas a destituição do governo de Castro e Caldas, mas, sobretudo, a disputa pelo poder local entre o credor urbano, o mascate, o qual possuía parcerias com o governador, e o devedor rural, o senhor de engenho de Olinda, que vivia uma situação de decadência econômica, desde a expulsão batava.⁴⁶⁶

Para depor Castro e Caldas, a *fronda dos mazombos*⁴⁶⁷ contou com o auxílio de outros senhores de engenho situados nas capitâneas próximas a Pernambuco, como o Rio Grande [do Norte]. Afonso de Albuquerque de Maranhão, um dos biografados de Manoel Ferreira Nobre, foi um dos senhores de engenho fora de Pernambuco que aderiu ao levante da nobreza pernambucana contra Castro e Caldas e os *mascates*. De acordo com Manoel Ferreira Nobre, ao ser convocado pelo bispo D. Manuel – governador legitimado pela *açucarocracia* de Olinda, que assumiu o controle político capitania de Pernambuco, logo após a saída de Castro e Caldas – Maranhão I atendeu, prontamente, o pedido. Manoel Ferreira Nobre não elucida as motivações que levaram ao governador da capitania do Rio Grande [do Norte] a enviar 800 homens para lutar em favor do que ele chamou de *causa legal*. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o que levou a adesão de Afonso de Albuquerque Maranhão ao levante contra Castro e Caldas e os *mascates* do Recife, foram os laços de parentesco que o capitão-mor e governador da capitania do Rio Grande [do Norte] tinha com senhores de engenho envolvidos na sedição.⁴⁶⁸

No excerto supracitado, Manoel Ferreira Nobre define com nitidez a posição que Afonso de Albuquerque Maranhão assumiu na *querela*. Seu biografado é um nobre. Maranhão I é descrito como um *distinto* que lutou a favor da *causa legal*, provavelmente uma alusão à legitimidade dos interesses políticos e econômicos da aristocracia açucareira

⁴⁶³ De acordo com Evaldo Cabral de Mello, no bojo dessas querelas estariam os antagonismos entre o mercado reinol e o produtor brasileiro, confrontação que assumiu principalmente a forma de uma disputa municipal, de natureza jurídico-institucional, entre o Recife florescente, que aspirava à emancipação, e a Olinda decadente, que buscava mantê-lo numa sujeição. MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates**, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed.34, 2003. p.141 e 284.

⁴⁶⁴ Idem. p.281-282.

⁴⁶⁵ Idem. p. 293.

⁴⁶⁶ Idem. p.141.

⁴⁶⁷ Nos apropriamos da expressão utilizada por Evaldo Cabral de Mello para denotar o caráter senhorial do movimento pernambucano, encabeçado pelos senhores de engenho de Pernambuco.

⁴⁶⁸ Idem, p.349-350.

pernambucana frente aos *mascates* reinóis. Essa questão indica o sentido que o conceito de *distinto* assume na construção dos perfis sociais dos biografados de Manoel Ferreira Nobre. Os *distintos rio-grandenses do Norte* dizem respeito, majoritariamente, aos personagens inseridos na elite política e econômica do Rio Grande do Norte, demonstrando a visão aristocrática do autor.

Outro aspecto que nos chama atenção nos traços biográficos de Afonso de Albuquerque Maranhão é a construção de um discurso laudatório sobre a vida do biografado. Afonso de Albuquerque Maranhão é descrito como um cidadão exemplar e um pai cheio de virtudes. À maneira dos antigos, o autor torna seu biografado um exemplo a ser imitado pelos homens do presente. É por essa razão que Manoel Ferreira Nobre define o lugar dos biografados nos acontecimentos históricos, tornando conhecidos seus atos do passado no presente. Nesse sentido, o autor apropriou-se da concepção ciceroniana da história: a *historia magistra vitae*. O historiador norte-rio-grandense não foi o único que escreveu biografias orientadas à luz do referido *regime de historicidade*.⁴⁶⁹ A concepção *historia magistra vitae* orientou, ao longo do século XIX, a produção biográfica dos sócios do IHGB e os demais planos historiográficos da agremiação, como também de parte considerável da elite intelectual brasileira do oitocentos.⁴⁷⁰ Na concepção ciceroniana, a história é um cadinho em que contém várias experiências alheias, das quais se pode apropriar com intuito pedagógico.⁴⁷¹ Assim, a história serve como uma coleção de exemplos que, a partir deles, se pode aprender: “nas palavras dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos.”⁴⁷² Por meio dos exemplos do passado, a história pode ensinar aos homens do presente. Imbuído dessa concepção de história, a seção *Traços biográficos* evidencia ações dos biografados no tempo pretérito, tornando memorável os seus nomes e apresentando-os como exemplos para os seus leitores. Ao mencionar que Afonso de Albuquerque Maranhão era um cidadão exemplar, Manoel Ferreira Nobre quer produzir em seus leitores a imitação. É por essa razão que qualifica seu biografado não só como um cidadão exemplar, mas também como um pai cheio de virtudes.

⁴⁶⁹Nos apropriamos do conceito de *regime de historicidade* desenvolvido pelo historiador francês François Hartog. Nesse sentido, o conceito se refere a uma dada ordem do tempo, de como a sociedade trata seu passado e de como trata do seu passado, em outras palavras, como uma comunidade humana se relaciona com o tempo, como o experimenta, “aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo.” HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.29.

⁴⁷⁰ CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: **Métis**: história & cultura – v.2, n.3, p.73-94, jan./jun. 2003. p.74.

⁴⁷¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.p.42.

⁴⁷²Idem, p.42-43.

Manoel Ferreira Nobre atém-se somente às virtudes dos biografados. Os possíveis insucessos, incoerências e vícios são adjetivações interdidas nas narrativas biográficas do autor. Nesse quesito, Manoel Ferreira Nobre contrapõe-se ao modelo *plutarquiano* de biografia, tendo em vista que no método comparativo do biógrafo romano as virtudes e vícios dos biografados são postas para melhor analisar as diferenças e aguçar as faculdades de discernimento.⁴⁷³ Diferentemente de Manoel Ferreira Nobre, os biógrafos do IHGB, orientados pelas concepções biográficas de Plutarco, não se limitaram somente em destacar as virtudes, mas apresentar também os vícios de seus objetos de estudo.⁴⁷⁴ A virtude e não os vícios caracterizam as narrativas de vida dos biografados de Manoel Ferreira Nobre.

Se Afonso de Albuquerque Maranhão era um cidadão exemplar e um pai virtuoso, André de Albuquerque Maranhão possuía outras qualidades:

André de Albuquerque Maranhão, distinto rio-grandense do Norte de 1817, nasceu no Engenho Cunhaú, da ilustre família dos Albuquerque Maranhão, a quem a monarquia portuguesa e a província de Pernambuco devem mais a justa gratidão.

Era o herdeiro opulentíssimo do Morgado Cunhaú, e por seus distintos serviços foi condecorado com o hábito de Cristo e a patente de Coronel de Milícias a cavalo.

Era bom amigo, bom cidadão e ótimo filho.

Além destas excelentes qualidades, tinha grande vantagem – de ter popularidade não só na sua província, senão também nas de Pernambuco e Paraíba.

Pela causa da liberdade, pronunciou-se de uma maneira nobre, e com honra sustentou até o último de seus dias.

Na revolução de 25 de março de 1817, o Coronel André de Albuquerque representou no Rio Grande do Norte o primeiro papel; (...) acompanhou o exército que marchou, efetuou o assalto do quartel militar e soltou o grito da liberdade, que foi entusiasticamente correspondido em tôda a província.

Chegou porém o dia 25 de abril, dia em que o Coronel André de Albuquerque pagou cruelmente, com a vida, seu prematuro patriotismo!

Predispostas as coisas, pela sedução da fôrça pública, foi o patriota André de Albuquerque arrancado do govêrno provisório, impunemente apunhalado e conduzido para a fortaleza dos Três Reis, a ser sepultado nos seus imundos cárceres.

Assim acabou o poderoso atleta da liberdade, banhado no seu próprio sangue! ... contava 40 anos de idade.⁴⁷⁵

⁴⁷³DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.p.129.

⁴⁷⁴ ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p.182.

⁴⁷⁵ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.164-165.

André de Albuquerque Maranhão é o biografado de Manoel Ferreira Nobre que obteve maior destaque na *Breve Notícia*. Ele aparece logo no início do livro, mais precisamente, no capítulo II, *Cidade do Natal*. Seu nome é citado mesmo quando o tópico não diz respeito diretamente a ele. André de Albuquerque Maranhão é mencionado no relato de Manoel Ferreira Nobre sobre a *Fortaleza dos Santos Reis Magos*, monumento criado em Natal, em 1598, com fins militares. Para o autor, a celebridade da fortaleza é evidenciada em três episódios: quando os portugueses a retomaram dos holandeses, logo após a restauração, e na ocasião em que o forte serviu de prisão, tanto para o índio Jaguarari como para André de Albuquerque, por consequência da sua liderança local na *Revolução de 1817*. O biografado é citado ainda em outros trechos das seções *Galeria dos mártires* e *Traços biográficos*, como iremos tratar posteriormente.

A primeira virtude que Manoel Ferreira Nobre destaca de André de Albuquerque Maranhão diz respeito a sua vida particular: “Era bom amigo, bom cidadão e ótimo filho.” Aqui a imaginação do biógrafo entra em ação. A biografia é um gênero híbrido, tensionado constantemente entre a vontade de reproduzir um vivido real passado e a imaginação do biógrafo.⁴⁷⁶ Nesse sentido, a biografia situa-se numa tensão dialética entre as dimensões factual e ficcional – respeitando a identidade de ambos os polos – satisfazendo as exigências do pacto de veracidade entre o biógrafo e o leitor.⁴⁷⁷ Ao construir sua narrativa biográfica, o biógrafo utiliza-se de documentos históricos para dizer a verdade sobre a vida do seu personagem. No entanto, as fontes escritas ou orais conseguem preencher a lacuna e os lapsos temporais do seu objeto de estudo. Para isso, o biógrafo mobiliza sua intuição e imaginação para ligar traços descontínuos da vida em que está narrando.⁴⁷⁸ Como Manoel Ferreira Nobre pôde afirmar categoricamente que André Albuquerque Maranhão era um bom amigo e um ótimo filho, senão pela sua capacidade inventiva e seu interesse em construir uma leitura laudatória sobre o personagem? Manoel Ferreira Nobre vai além de suas possíveis fontes escritas ou orais. O autor imagina seu personagem, instituindo uma dada leitura sobre ele. A imaginação é nitidamente requerida para compensar os limites das informações contidas em seus possíveis documentos e da consciência da impossibilidade de resgatar a totalidade do passado de André de Albuquerque Maranhão. Além disso, o autor não cita as fontes que ele utilizou para fazer as afirmações quanto ao caráter do biografado. Não estamos dizendo com isso que as biografias de Manoel Ferreira Nobre foram produto apenas de sua prática

⁴⁷⁶DOSSE, François. **Op. cit.** p.55.

⁴⁷⁷ Idem, p.66-67.

⁴⁷⁸ Idem, p.68.

inventiva. Como mencionamos alhures, o autor teve acesso direto aos documentos oficiais dos arquivos da província. Informações como o local de nascimento, a conquista da patente de coronel de milícias, a prisão e a data da morte do biografado, provavelmente, foram obtidas a partir da consulta aos documentos oficiais. No entanto, outras informações foram preenchidas intuitivamente e imaginativamente por meio do emprego de recursos retóricos, mais especificamente, de figuras de linguagem. Antes de tratarmos desse trecho, gostaríamos de destacar que o uso de figuras de linguagem era bastante comum nos textos dos historiadores do século XIX.⁴⁷⁹ Os *tropos* eram tomados como tipos básicos de prefiguração linguística, em que os historiadores se serviam como recurso explicativo para argumentar, elaborar enredos e justificar a implicação de suas ideologias.⁴⁸⁰ Assim, o emprego das figuras de linguagem por vários historiadores oitocentistas, construía uma poética na narrativa historiográfica, constituindo certa performance do texto, implicando em uma dada forma de consciência histórica, ou melhor, de imaginação histórica.⁴⁸¹

Ao descrever a morte de André de Albuquerque, Manoel Ferreira emprega a hipérbole como recurso retórico na construção de sua narrativa, como fica bem claro nesse trecho: “Assim acabou o poderoso atleta da liberdade, banhado no seu próprio sangue!” Há um exagero intencional na expressão para realçar a ideia de morte sacrificial do biografado. Uma morte e também um sofrimento em prol da *causa da liberdade*. Já analisamos anteriormente que o termo *causa da liberdade* é também um recurso retórico empregado pelo autor. Nesse ponto, a narrativa sobre a morte de André de Albuquerque assinala uma figuração a partir da ideia de herói atrelada ao sacrifício e ao martírio por defender a causa revolucionária.⁴⁸²

Gostaríamos de destacar duas adjetivações que também salientam a figuração da linguagem no texto de Manoel Ferreira Nobre: *atleta da liberdade e verdadeiro apóstolo*. A palavra *atleta* produz um sentido de um personagem já preparado para consumir uma missão. A narrativa de vida de André de Albuquerque naturaliza uma intenção anterior, é como se sua trajetória, seu preparo (o que remete a ideia de atleta), fosse evidente, antes mesmo de sua participação na *Revolução de 1817*.⁴⁸³ A vida de André de Albuquerque é narrada como se sua participação na revolução tivesse uma performance de um atleta que marcha e solta o

⁴⁷⁹ Conferir: WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

⁴⁸⁰ Idem. p.434.

⁴⁸¹ Idem. p.45.

⁴⁸² DOSSE, François. **Op. cit.** p.161.

⁴⁸³ BORDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.184.

grito da liberdade, entusiasmando “tôda a província”.⁴⁸⁴ Ora, essa forma de descrição assinala mais uma vez como a liberdade criativa do autor é evidente em seu texto, pois o leitor não precisa saber se André de Albuquerque soltou ou não o grito da liberdade. A biografia está diretamente ligada ao imaginário instituído pelo autor. Se a ideia de atleta diz respeito a um percurso do biografado orientado para a conclusão de uma finalidade histórica, morrer em prol à *causa da liberdade*, o conceito de apóstolo tem a ver com o seu cumprimento. A *causa da liberdade* funciona como espécie de missão sagrada. Próximo a hagiografia antiga, Manoel Ferreira Nobre estabelece uma vocação ao seu biografado: ele é o portador da missão de difundir o movimento para toda a capitania. Não é por acaso que o autor cita André de Albuquerque em vários trechos da *Galeria dos Mártires da Revolução de 1817* e de outros biografados. Alguns personagens, citados na *Galeria dos Mártires* e também na seção *Traços biografados*, são anunciados como sendo amigos íntimos de André de Albuquerque.⁴⁸⁵ A narrativa da *Revolução de 1817* sempre sugere a presença de André de Albuquerque, como na ocasião do relato da participação do sacerdote, Gonçalo Borges de Andrade, *mártir* da Serra do Martins, que “sinceramente abraçou a bandeira da liberdade de 6 de março de 1817, quando proclamada na cidade do Natal pelo Coronel André de Albuquerque Maranhão.”⁴⁸⁶ Na seção *Traços biográficos* de Antônio de Albuquerque Maranhão, a narrativa repete-se: “Aderiu com alvoroço à causa da liberdade em 1817, proclamada na cidade do Natal pelo Coronel André de Albuquerque Maranhão, e com o seu exemplo conquistou muitos prosélitos.”⁴⁸⁷ O conceito de proselitismo empregado pelo autor nessa passagem, reforça o sentido religioso não só atribuído aos participantes da *Revolução de 1817* e ao próprio acontecimento, mas também ao próprio André de Albuquerque, considerado como o *apóstolo da verdade* da missão sagrada.

Nas narrativas de Manoel Ferreira Nobre sobre a *Revolução de 1817*, André de Albuquerque é construído como um personagem que parece indicar uma certa onipresença. A *causa da liberdade* é regularmente associada à sua liderança na proclamação do movimento

⁴⁸⁴ É interessante destacar também o emprego do conceito de *província* pelo autor no contexto da narrativa sobre a *Revolução de 1817*. Em tempos coloniais, o termo *província* não designava as unidades que compunham a divisão administrativa da colônia. No período da Revolução de 1817, o Rio Grande do Norte não era uma *província*, mas uma *capitania*. Longe de ser apenas um deslize anacrônico do autor, o emprego da terminologia *província* no contexto da revolução, que ocorrera no período colonial, tem uma conotação estratégica, pois indica que a *província* do Rio Grande do Norte, enquanto uma unidade territorial existia desde sempre, considerando-a como uma identidade espacial que atravessou o tempo.

⁴⁸⁵ Nas narrativas do *mártir* José Francisco Vieira de Barros, da cidade de Porta-Alegre, e do biografado Manoel Joaquim Ferreira, Manoel Ferreira Nobre evidencia que ambos eram amigos íntimos de André de Albuquerque Maranhão.

⁴⁸⁶ NOBRE, Manoel Ferreira. **Op. cit.** p.84.

⁴⁸⁷ Idem, p.169-170.

em Natal. Manoel Ferreira Nobre elege André de Albuquerque como o personagem central da trama da *Revolução de 1817* no Rio Grande do Norte. O autor estabelece uma dupla eleição: o personagem e o acontecimento. André de Albuquerque é o personagem principal do acontecimento mais importante do Rio Grande do Norte. Por isso ambos, personagem e acontecimento, são os que receberam mais atenção do autor, possuindo uma regularidade em sua narrativa.

Em síntese, na seção *Traços biográficos*, Manoel Ferreira Nobre elege o *panteão* dos *distintos rio-grandenses do Norte*. O autor foi o primeiro intelectual norte-rio-grandense a construir uma galeria de heróis da província. Seus biografados participaram de vários acontecimentos da história da nação, mas não foram considerados heróis nacionais. As narrativas de vida urdidas por Manoel Ferreira Nobre deram uma conotação muito mais provinciana que nacional. Suas vidas destacam-se mais pelas ações realizadas em sua *pátria*, local de nascimento, do que em sua nação como um todo. Decerto, as narrativas de vida de alguns dos *distintos* escolhidos por Manoel Ferreira Nobre foram retomadas, posteriormente, por outros intelectuais norte-rio-grandenses. Estes foram além das breves notícias biográficas de Manoel Ferreira Nobre, incluindo novos textos e adicionando novos personagens.

A última parte do livro *Breve Notícia* foi intitulada *Explicações*. Não chega a ser uma conclusão da obra. Na verdade, Manoel Ferreira Nobre traz números gerais da população da província, mormente, de grupos socialmente marginalizados: cegos, surdos-mudos, aleijados, *dementes*, alienados, tanto livres, como escravos. Essa lista de cidadãos ficou à parte. Em nenhum dos capítulos sobre as vilas e as cidades, o autor fez menção a esses grupos de cidadãos. Estes estão à margem da história das urbes. A história da província é a história de grupos economicamente e socialmente distintos. Manoel Ferreira Nobre legitima a própria distinção de classes já estabelecida pela sociedade norte-rio-grandense da primeira metade do século XIX. Além disso, o autor traz ainda outras informações gerais: o total de casas habitadas e desabitadas, a quilometragem da superfície da província, o número de bibliotecas populares e de prédios de escolas públicas da província. Esses foram os aspectos gerais das *Explicações*.

O autor trata dos primeiros personagens ligados ao poder executivo do Rio Grande do Norte: o primeiro capitão do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque e o primeiro presidente de província Tomás de Araújo Pereira. Em seguida, menciona os nomes que serviram o poder

legislativo da província entre 1834 a 1838 e, por fim, os personagens atrelados ao judiciário: os juízes de direito da província que primeiro serviram depois da Independência. Não há qualquer continuidade ou ligação com o que o autor tratou, posteriormente, o que ele chamou de *Épocas Nacionais*, um resumo contendo o ano de cada acontecimento político da história do Brasil e do Rio Grande do Norte. Dessa maneira, Manoel Ferreira Nobre oferece ao seu leitor o que ele não pôde fazer no decorrer do livro: uma narrativa sucinta, linear e cronológica de eventos que articulam o Brasil e o Rio Grande do Norte no tempo.

A lista começa com o ano de 1500, data do *descobrimento do Brasil* e termina em 1850, com a morte do filho de D. Pedro II, o príncipe Pedro Afonso. É interessante destacar como a listagem termina, não necessariamente com um acontecimento político, mas relatando a morte do filho do Imperador. Aliás, não é só no ano de 1850 que outros personagens da família imperial aparecem na *Épocas Nacionais*. Manoel Ferreira Nobre também cita o nascimento de Pedro Afonso, o falecimento do outro filho de D. Pedro II, D. Afonso e o batismo da princesa Isabel e D. Leopoldina. A presença significativa de datas que referenciam eventos da vida privada da família real, demonstra, ao mesmo tempo, a simpatia política de Manoel Ferreira Nobre pela monarquia, além de uma leitura de história centrada na figura do Império. Como já analisamos anteriormente, talvez essa razão explique o motivo pelo qual Manoel Ferreira Nobre não menciona o termo *República* ao se referir a *Revolução de 1817*.

Por fim, o autor destina os últimos parágrafos do seu livro para adicionar algumas informações sobre a capital do Rio Grande do Norte. Com o título, *Em tempo*, Manoel Ferreira Nobre descreve sobre a razão da denominação da cidade do Natal, além de mencionar a arquitetura do palacete da Assembleia Provincial e do Quartel militar e da abundância de pau-brasil na província.

A forma que Manoel Ferreira Nobre termina o livro reforça mais ainda o seu objetivo inicial: noticiar, trazer gerais informações sobre a província e não historicizá-la. A estrutura da *Breve Notícia* confirma isso. Como já mencionamos, os capítulos da obra não se referem a unidades de sentido organizados temporalmente. A *Breve notícia* do Rio Grande do Norte é, na verdade, a soma das informações de ordem econômica, social e política das vilas e das cidades que compunham a província à época do autor. O Rio Grande do Norte não é tratado como um uma totalidade temporal. A província é a soma das partes que faz o todo, uma referência menos temporal do que espacial. O tempo presente é mais requerido do que o próprio passado. Em geral, são informações do presente que compõem as narrativas das vilas e das cidades.

A construção de uma identidade histórica para o Rio Grande do Norte e para o norte-rio-grandense não foi o objetivo principal de Manoel Ferreira Nobre. Foi uma discussão tangencial, apesar de ter sido o primeiro a definir a *Revolução de 1817* como o evento principal da província e a eleger os seus heróis. Em que pese a sua tarefa de trazer a lume *Breves notícias* de sua *pátria*, o intuito do autor não era construir um lugar para o Rio Grande do Norte na memória da nação. Dessa tarefa ocupou-se, não seus contemporâneos, mas a geração posterior de letrados norte-rio-grandenses.

Capítulo 3 – “Tratarei do papel do nosso Estado na história pátria”: o *Ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte* de Alberto Maranhão

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba, no dia 2 de outubro de 1872, filho de Amaro Bezerra de Albuquerque Maranhão e de Feliciano Maria da Silva Pedrosa. Seu pai era um rico comerciante e senhor de engenho, e seu avô, Fabrício Gomes Pedrosa, era proprietário da *Casa Guararapes*, empresa vinculada ao setor de exportação e importação de algodão e açúcar, e político atuante em várias cidades do Rio Grande do Norte, durante o Império. No alvorecer da República, muitos de seus irmãos ocuparam cargos proeminentes nas primeiras décadas do novo regime – o mais destacado deles, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, foi o principal líder político do Rio Grande do Norte, nesse período, assumindo várias ocupações na administração pública do estado. Foi deputado estadual e federal, senador e governador, além de presidir o *Partido Republicano do Rio Grande do Norte* (PRRN).

Com a assunção da família Albuquerque Maranhão ao governo estadual, no início da República, Alberto Maranhão passou a ocupar vários cargos políticos: secretário do governo, deputado federal e governador por duas vezes do estado – a primeira gestão deu-se no quadriênio de 1900 a 1904; e a segunda, de 1908 a 1913, sendo, até os dias atuais, o mais jovem governador republicano do Rio Grande do Norte, chegando ao *Palácio Potengi* com apenas 26 anos de idade.⁴⁸⁸ Todavia, seu campo de atuação não se deu apenas na vida pública. O jovem político também fez parte da elite intelectual norte-rio-grandense.

Alberto Maranhão foi um dos jovens potiguares que estiveram na interseção entre o mundo político e o intelectual. O seu exercício de governador do Rio Grande do Norte não o impediu de ser um sócio assíduo do *Grêmio Polymathico* – um dos principais grupos de sociabilidade intelectual do estado, no período. Do ponto de vista cultural, a administração de Alberto Maranhão foi marcada pelo incentivo e o patrocínio às letras e às artes *do e no* estado, o que lhe rendeu a alcunha de *mecenas*.⁴⁸⁹ Dentre as suas ações no cenário intelectual do Rio Grande do Norte, podemos citar: a fundação do conservatório de música, a criação do Derby Club e do Teatro Carlos Gomes, e o decreto a lei n.º 145, de 6 de agosto de 1900, que autorizava o governo a imprimir, constituindo prêmio, os livros de literatura ou ciência

⁴⁸⁸ SOUZA, Itamar de. **A república velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRRN, 2008. p.315.

⁴⁸⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. Alberto Maranhão. In: **Acta Diurna. A República**. Natal, 09 de fevereiro de 1943.

produzidos por “filhos domiciliários do Rio Grande do Norte, ou naturais de outros Estados, quando neste tenham fixa e definitiva a sua residência.”⁴⁹⁰

Além de patrocinar as artes e a vida intelectual, quando governador, Alberto Maranhão também participou ativamente da vida beletrista norte-rio-grandense. Foi autor de vários textos, nas áreas de literatura e de história. Esteve vinculado aos grupos de sociabilidade intelectual do estado e auxiliou no projeto político-intelectual do grupo Albuquerque Maranhão. Como já adiantamos no início dessa tese, uma das preocupações dessa organização familiar, ao chegar ao poder, foi construir a identidade histórica do Rio Grande do Norte. A questão era patente: instituir um lugar para o estado na construção da memória nacional. É por esse motivo que Alberto Maranhão publicou seu *Ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte*, em 1898. O referido ensaio foi um dos primeiros textos de cunho historiográfico que levou a cabo a construção de uma narrativa para o Rio Grande do Norte, em consonância com o novo empreendimento político e intelectual emergido a partir da instalação da República no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o escopo desse capítulo é analisar o *ensaio*, evidenciando as condições de possibilidade do próprio texto e, por conseguinte, abordando, em três tópicos, como a escrita de Alberto Maranhão elaborou certas narrativas sobre o Rio Grande do Norte.

3.1 –A formação bacharelesca de Alberto Maranhão

Antes de adentrar na esfera política, Alberto Maranhão, assim como outros jovens da elite norte-rio-grandense do século XIX, cursou direito em Recife. Na experiência monárquica e republicana, pelo menos até a Primeira República (1889-1930), bacharelar-se em direito era imperioso para *quase* todos os filhos das elites econômicas e políticas, espalhadas pelo país, que galgavam inserir-se nos variados cargos da esfera pública.⁴⁹¹ Ser formado em direito era uma condição *sine qua non* para o homem público.⁴⁹²

⁴⁹⁰O referido projeto de lei não foi um agenciamento de Alberto Maranhão, mas do seu secretário de estado, Henrique Castriciano, que, segundo Luís da Câmara Cascudo, convenceu o governador da necessidade de financiar regularmente a manutenção da cultura local. CASCUDO, Luís da Câmara. **Nosso amigo Castriciano (1874-1947)**. Reminiscências e notas. Recife: Imprensa universitária. 1965. p.59. O projeto foi redigido por Henrique Castriciano e apresentado a 31 de julho de 1900 pelos deputados estaduais João Pegado Cortez e Luís de Oliveira no Congresso Legislativo.

⁴⁹¹ Usamos o advérbio *quase* para destacar que nem todos os filhos das elites econômica e política do Rio Grande do Norte eram formados em direito. Muitos jovens potiguares optaram em seguir carreira no âmbito do magistério, nas academias militares e nos cursos médicos. Essas carreiras, assim como a de bacharel em direito, permitiam que seus profissionais se enveredassem pela cultura beletrista, como destaca a historiadora Maiara Juliana Gonçalves da Silva: “Nos momentos de deleite, os intelectuais do magistério, da carreira militar, dos cursos médicos e jurídicos, pagavam seus tributos à poesia e à retórica em algum momento de sua vida.” SILVA,

Desde a instalação da primeira sede da faculdade de direito em Pernambuco, mais precisamente em Olinda, fundada em 15 de maio de 1828, no mosteiro de São Bento, as elites norte-rio-grandenses já enviavam seus filhos para ingressarem nas fileiras da referida faculdade.⁴⁹³ Entre 1832 e 1853, respectivamente, o ano da formatura da primeira e da última turma, quando a faculdade de direito ainda estava instalada em Olinda, os primeiros bacharéis norte-rio-grandenses ocupavam os principais cargos públicos do Rio Grande do Norte. Dos 20 primeiros formados pela faculdade, sete foram deputados provinciais, legislatura política que mais recebeu bacharéis no Rio Grande do Norte, outros tornaram-se juízes de direito, juízes municipais, presidentes de província, chefes de polícia, jornalistas, ministros, desembargadores e promotores.⁴⁹⁴

Alguns bacharéis potiguares assumiram não só cargos políticos na província do Rio Grande do Norte, mas também fora dela como, por exemplo, José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro que foi presidente de província de Sergipe e Luís Gonzaga de Brito Guerra, ministro do Supremo Tribunal de Justiça.⁴⁹⁵ A atuação desses bacharéis em cargos públicos, fora do eixo de sua província natal, põe em relevo a configuração política do Brasil Império, caracterizado pela intervenção, pelo centralismo e pela concentração do poder.⁴⁹⁶ Entre outras prerrogativas, o Imperador poderia, através do poder moderador, nomear e demitir seus ministros e presidentes de província, permitindo-lhe a centralização política e administrativa da nação, desde a capital até as remotas unidades provinciais.

A mobilidade territorial que os presidentes de província estavam inseridos garantiria ao governo central o controle do poder a nível local, articulando os interesses do Império com os dos poderes privados das diversas localidades, demonstrando as ligações políticas entre as

Maiara Juliana Gonçalves da. “**Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal**”: a vida intelectual natalense (1889-1930). 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em história). Programa de Pós-graduação em História e espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p.149.

⁴⁹² Conferir: ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996; e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁹³ Conferir: COSTA, Bruno Balbino Aires da. A formação bacharelesca dos norte-rio-grandenses na Faculdade de Direito de Olinda. In: NICOLAU, Magno (org.) **Leituras diversas**: crônicas, ensaios e contos. Vol.2. João Pessoa: Ideia, 2014. p.82-89; e NONATO, Raimundo. **Bacharéis de Olinda e Recife** (Norte-riograndenses formados de 1832 a 1932). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti. 1960.

⁴⁹⁴ COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Op. cit.** p.88

⁴⁹⁵ NONATO, Raimundo. **Bacharéis de Olinda e Recife** (Norte-riograndenses formados de 1832 a 1932). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti. 1960.

⁴⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p.169.

elites regionais com a Corte.⁴⁹⁷ Desse modo, a formação bacharelesca era importante não só para as pretensões políticas das elites provinciais, mas também para a concretização dos interesses políticos centralizadores da Corte, como descreve Sérgio Adorno:

É preciso lembrar que a maior parte dos políticos que galgaram posições de comando, na estrutura de poder do Estado, tiveram formação jurídica; todavia, igualmente verdade, que a maior parte dos bacharéis formados, preparados para integrar os quadros burocráticos estatais, foi atuar nas delegacias de polícias, nos gabinetes executivos setoriais – provinciais e municipais –, nas promotorias e varas judiciais locais, na vereança. As academias de Direito não somente profissionalizaram o “grande intelectual”, mas sobretudo, o “pequeno intelectual”, aquele que promoveu o desenvolvimento das estruturas de poder no interior e nos limites das próprias instituições para as quais foi carreado e mudamente disciplinou a sociedade nas franjas da burocracia.⁴⁹⁸

Ao bacharel havia uma dupla possibilidade de ingresso na esfera pública, pois poderia atuar nos níveis provincial/municipal ou obter uma abrangência maior, assumindo cargos públicos na Corte ou em outras províncias. O bacharel passou a ocupar os espaços da burocracia estatal, em todos os níveis da administração pública. Isso demonstra que a carreira pública no Império, geralmente, iniciava-se pelas faculdades imperiais, em Pernambuco e em São Paulo⁴⁹⁹, passando por cargos na burocracia estatal, tanto jurídicos, quanto de ensino, e pelas posições políticas de menor proeminência, “até chegar à cúpula do sistema: o Senado e o Conselho de Estado; o ministério e a presidência de gabinete.”⁵⁰⁰

Embora alguns bacharéis norte-rio-grandenses tivessem enveredado-se pela vida pública, em outras províncias e na capital do Império, a grande maioria foi recrutada para assumir cargos públicos locais, muitas vezes ingressando simultaneamente em vários, garantindo a concentração de poder e a hegemonia política das elites provinciais. Dessa

⁴⁹⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.94.

⁴⁹⁸ ADORNO, Sérgio. **Op. cit.** p.159-160.

⁴⁹⁹ As escolas de Direito foram estrategicamente criadas como centros regionais de formação, o que levou as províncias de São Paulo e de Pernambuco a consolidarem-se como polos referenciais de educação jurídica para as províncias adjacentes. Tanto São Paulo como Pernambuco, durante o período colonial e no Império, já exerciam influências políticas e econômicas em nível regional, o que possibilitou também a eleição dessas províncias como centros de formação intelectual. Contudo, a instalação de cursos jurídicos nessas localidades não redundou necessariamente numa concentração exclusiva de formandos originários dessas províncias. Segundo o relatório do Ministro do Império de 1855, cerca de 70% dos estudantes das duas escolas de Direito de São Paulo e do Recife provinham de fora das províncias em que se localizavam as escolas, o que demonstra uma concentração regional e não provincial. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p.72.

⁵⁰⁰ ALONSO, Ângela. **Op. cit.** p.112.

forma, a figura do bacharel constituiu-se como elemento mediador, entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais, criando uma verdadeira *intelligentzia* profissional liberal.⁵⁰¹ Para Ângela Alonso, a interseção dos dois mundos, o bacharelesco e o político, é explicado pela dinâmica entre “a lógica burocracia do Estado, o saber técnico atestado pelo diploma, e a lógica estamental do mundo senhorial”, que combinavam-se na distribuição de cargos políticos e administrativos.⁵⁰² Foi apostando na inserção política dos bacharéis que as elites do Rio Grande do Norte passaram a enviar um contingente maior de jovens, oriundos de famílias abastadas – uma espécie de *aristocracia doutoral*⁵⁰³ – para formarem-se em Pernambuco. Essa realidade não modificou-se, quando a faculdade de direito transferiu-se para Recife, em 1854.

De 1854 a 1892, este último refere-se ao ano em que Alberto Maranhão concluiu o curso de direito, o número de norte-rio-grandenses formados na *Faculdade de Direito de Recife* (FDR) ampliou.⁵⁰⁴ Dos mais de 2.000 alunos formados pela faculdade, 101 eram originários do Rio Grande do Norte, correspondendo ao aumento de 3%, em relação ao número de bacharéis concluintes, durante o período em que a faculdade esteve em Olinda. Um dos fatores que pode explicar esse aumento é a outra realidade econômica que as elites do Rio Grande do Norte viviam, devido ao crescimento econômico da província, durante a segunda metade do século XIX.

Com a emergência da República, os bacharéis continuaram ocupando os principais cargos públicos do Rio Grande do Norte. Na gestão do governador Pedro Velho (1892-1895), houve um aumento significativo no recrutamento de bacharéis pernambucanos para ocuparem cargos políticos do estado. De acordo com Itamar de Souza, entre os bacharéis que vieram de Pernambuco, alguns deles, como Ferreira Chaves, Pinto de Abreu e José Clímaco do Espírito Santo, ocuparam posições de elevado status na sociedade norte-rio-grandense. O primeiro, por

⁵⁰¹ ADORNO, Sérgio. **Op. cit.** p.78.

⁵⁰² ALONSO, Ângela. **Op.cit.** p.113.

⁵⁰³ Utilizamos esse conceito presente na obra *Bruzundangas* (1917) de Lima Barreto. Nessa obra o autor descreve entre outras coisas, a nobreza de Bruzundanga – este era um país fictício, semelhante ao Brasil ou mesmo uma referência crítica a ele – dividida em dois grandes ramos: a aristocracia doutoral, formada pelos cidadãos formados nas escolas superiores, que são as de medicina, as de engenharia e as de direito; e a outra aristocracia de palpite. A aristocracia doutoral assume os principais cargos políticos da República Bruzundanga, garantindo-lhes dados privilégios na sociedade e na política do país. Os médicos, engenheiros e bacharéis em direito funcionam como uma espécie de nobreza ou aristocracia que estende seus domínios para além de sua formação específica, funcionando como professores, políticos, diplomatas, ministros etc. Fazer parte dessa aristocracia doutoral tinha como corolário o trânsito no cenário político do país; uma distinção social em relação aos outros cidadãos; e, também, possuir polpas de homens de letras. Essa configuração descrita por Lima Barreto assemelha-se ao que consideramos ser o bacharel em direito no Brasil no alvorecer da República. Cf. BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

⁵⁰⁴ Os potiguares que terminaram o curso de direito com Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra em 1892, foram: Alfredo Hermelino de Araújo Cunha, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, João Alves de Oliveira, Manuel de Gouveia Varela e Pedro Nestor de Sales e Silva.

exemplo, foi apoiado por Pedro Velho para assumir o governo do estado, entre 1896 a 1900. O terceiro pernambucano foi desembargador e professor do *Atheneu Norte-rio-grandense*.⁵⁰⁵ O recrutamento de bacharéis pernambucanos levou ao descontentamento de alguns setores da sociedade natalense, sobretudo de alguns bacharéis do Rio Grande do Norte, que se sentiram preteridos, por causa da presença mais acentuada dos *estrangeiros* na gestão, tendo em vista que dos 14 juízes de direito do estado, na época da administração de Pedro Velho, apenas seis eram norte-rio-grandenses.⁵⁰⁶ A figura do homem de letras, mais especificamente do bacharel em direito, era significativa para Pedro Velho, o que nos permite compreender o porquê da presença de muitos deles em sua gestão. Isso não quer dizer que o emprego de bacharéis foi uma prática inaugurada pelo governador. Como observado, a formação bacharelesca, ao longo do século XIX, era endereçada, em grande medida, para a construção de quadros voltados para a administração pública do país e das províncias. Desse modo, o bacharel era destinado para o serviço na esfera política, como agente da administração ou como político. Isso explica a razão pela qual o governador do estado ter recrutado, de imediato, os recém-bacharéis de 1892 – Alberto Maranhão, Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Hermelino de Araújo Cunha, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, João Alves de Oliveira, Manuel de Gouveia Varela e Pedro Nestor de Salles e Silva.

Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, foi nomeado secretário do estado, em 1892.⁵⁰⁷ A escolha do irmão como secretário é explicada pela prática de arregimentação de familiares e pessoas próximas para ocuparem cargos na administração do estado, caracterizando o que hoje intitulamos de clientelismo e nepotismo. Conforme Almir Bueno de Carvalho, desde a proclamação da República até o final do seu governo, Pedro Velho valia-se de práticas do chamado *pessoalismo* ou *filhotismo*, presentes desde o Império, produzindo uma *oligarquização* familiar, que ia desde o PRRN, passando pela imprensa, no caso, *A República*, até tocar nos cargos administrativos do governo do estado.⁵⁰⁸ Além de seu irmão, Pedro Velho arregimentou seu primo e futuro genro, Augusto Tavares de Lyra, que passou a ser colaborador d'*A República* – jornal criado em 1º de julho de 1889, com intuito de difundir e propagar as ideias do republicanismo no Rio Grande do Norte, de propriedade da família Albuquerque Maranhão⁵⁰⁹ – escrevendo para a coluna *Em Vários tons*.⁵¹⁰ Nesta seção, o

⁵⁰⁵ SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFURN, 2008, p.310

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ **A República**. Natal, 17 de dezembro de 1892.

⁵⁰⁸ BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDFURN, 2002. p.213-227.

⁵⁰⁹ **A República**. Natal, 1 de julho de 1889.

jovem Tavares de Lyra mobilizava os seus esforços intelectuais em auxílio dos que defendiam a bandeira da República, a autonomia do Rio Grande do Norte e o PRRN, liderado pelo “emerito Dr. Pedro Velho d’Albuquerque Maranhão, actual Governador do Estado, que tanto tem lutado pela liberdade, esse termómetro infallível da civilização dos povos.”⁵¹¹ Além dos familiares, Pedro Velho recrutou, ainda, alguns colegas da turma de Alberto Maranhão, como Pedro Nestor de Salles e Silva, que assumiu o comando da promotoria de Pau dos Ferros⁵¹² e Francisco Teixeira, que não aceitando cargo no estado, mudou-se para o Sul.⁵¹³

Além de praticamente garantir a inserção do bacharel no mundo da política, o ingresso nas faculdades de direito, tanto no período do Império quanto na primeira República, proporcionava uma formação intelectual para além do ensino jurídico. As academias de direito possibilitavam, ao mesmo tempo, ao bacharel uma capacitação intelectual, que os credenciavam em termos de recursos culturais, tais como: o treino retórico, a oratória, a erudição em história e literatura jurídico-filosófica e geral, e um processo de socialização, isto é, um estreitamento das relações sociais, que permitiria estabelecer vínculos com os colegas e professores, participação em clubes acadêmicos, repúblicas, maçonaria etc.⁵¹⁴ Não é por acaso que os bacharéis eram recrutados não só para ocupar cargos políticos, mas também para participar da própria construção do universo intelectual de suas províncias/estados de origem. Nesse sentido, a FDR, em 1890, possibilitou a Alberto Maranhão, assim como aos seus colegas de curso, estabelecer um contato maior com os estudos filosóficos e científicos – evolucionismo, darwinismo social, positivismo, monismo etc. – e com as ideias liberais, sobretudo o republicanismo, inspirando a mocidade bacharelesca das últimas décadas do século XIX.

Entre 1890 e 1892, a FDR já não contava mais com o seu professor Tobias Barreto, falecido em 1889. No entanto, as ideias difundidas pelos seus alunos, em torno da chamada *Escola de Recife*⁵¹⁵, principalmente por Silvio Romero, que cunhou a referida expressão,

⁵¹⁰ **A República.** Natal, 24 de dezembro de 1892.

⁵¹¹ *Idem.*

⁵¹² **A República.** Natal, 17 de dezembro de 1892.

⁵¹³ LIMA, Nestor. Tavares de Lyra (Governador e político). In: **RIHGB.** Rio de Janeiro, Volume 228, julho-setembro, 1955. p.91.

⁵¹⁴ GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil:** a Faculdade de direito de Porto Alegre (1900-1937). Tese de Doutorado em História. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2005. p.63.

⁵¹⁵ Não há uma unanimidade entre os críticos literários em relação a existência da *Escola de Recife*. Para José Veríssimo, por exemplo, a nomeação do movimento em Recife como “Escola” é abusiva, pois, para ele, a *Escola de Recife* foi apenas um grupo constituído pelos discípulos diretos de Tobias Barreto e não necessariamente idealizado pelo referido intelectual. José Veríssimo minimiza o raio de “influência” que o movimento teve no Brasil, restringindo-o ao Norte, “donde era a máxima parte de seus alunos, e mais exatamente a Pernambuco.” VERÍSSIMO, José. **José Veríssimo:** teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e

ainda vigoravam entre os discentes e os docentes da FDR. É claro que, dentro da própria faculdade, havia os críticos ao movimento, em torno de Tobias Barreto e Silvio Romero. A intitulada *Escola de Recife* não foi uma unanimidade entre os alunos e os professores da FDR, todavia as ideias difundidas pelo grupo, instigou a juventude das províncias do Norte ao interesse pelo universo intelectual, vindo seus adeptos “a ter papel ativo e de destaque na renovação mental do último quarto do oitocentos brasileiro.”⁵¹⁶ Homens letrados como Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Artur Orlando, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, dentre outros, foram inspirados pelas ideias disseminadas pela chamada *Escola de Recife* sob os auspícios do sergipano, Tobias Barreto.⁵¹⁷

Do ponto de vista filosófico e da crítica literária, a *Escola de Recife* funcionou como uma *usina de ideias*, introduzindo o naturalismo, o evolucionismo e o cientificismo nos estudos sobre a nação, tomando as noções de raça e de natureza, com o escopo de “dar fundamentos “objetivos” e “imparciais” ao estudo da literatura.”⁵¹⁸ Na FDR, Tobias Barreto e Silvio Romero contestavam a teoria do direito natural, em que a ordem cósmica e social era considerada como sagrada e imutável, a partir de uma concepção *histórica e evolutiva*, defendendo que o direito deveria adaptar-se à evolução social, o que levou a crítica ao *status quo*, isto é, a superação das estruturas política e social vigentes, amparadas na monarquia e na escravidão⁵¹⁹. Não é à toa que no contexto de irrupção do movimento da *Escola de Recife*, na FDR, houve a acentuação e a difusão dos ideais do abolicionismo e do republicanismo nas províncias do Norte. Segundo Gilberto Freyre, a FDR possibilitou a formação, cada vez mais, de bacharéis que se comprometiam com a causa da abolição e da República.⁵²⁰ A inserção das novas teorias científicas e evolucionistas na FDR, em grande medida via *Escola de Recife*, constituiu uma nova concepção de direito, baseada na noção do cientificismo, aplicando a antropologia física, o determinismo e o naturalismo às reflexões no campo do direito.⁵²¹ Além

Científicos; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977. p.176. Concordamos com o autor, quando afirma que a *Escola de Recife* não pode ser considerado um movimento uniforme e de alcance nacional. Consideramos que seu raio de atuação se inscreveu, basicamente, em algumas regiões próximas à Pernambuco, particularmente, nas províncias do Norte, como afirma José Veríssimo.

⁵¹⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império.** Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. p.98.

⁵¹⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.97.

⁵¹⁸ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.11.

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p.585.

⁵²¹ NESTOR, Odilon. O papel cultural da Academia do Recife. In: **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife.** Ano XXXV, Recife, 1927. p.164.

disso, o cientificismo deu as condições necessárias para que os bacharéis pudessem repensar a própria realidade nacional, objetivando encontrar uma “saída científica para a nação”⁵²², fora dos antigos moldes do romantismo, preocupando-se com as particularidades do país, mais precisamente com as origens étnicas do povo brasileiro, suas transformações linguísticas, suas tradições e poesias populares, tomando-as como objeto de estudo.⁵²³

Apostando na aplicabilidade das teorias científicas evolucionistas ao direito, com vistas a esquadrihar os problemas da nação, os docentes da FDR publicaram, em 1891, o primeiro número da *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* (RAD). Com o objetivo de incitar a produção científica no Brasil, o periódico voltou-se, mais detidamente, para os problemas políticos e sociais nacionais.⁵²⁴ Boa parte dos primeiros artigos publicados pela RAD trazia reflexões que tinham como orientação teórica, os pensadores vinculados às noções do evolucionismo, como Haeckel, Darwim, Le Bom, Lombroso e Ferri, e em especial dos estudos que veem na raça um elemento fundamental de análise.⁵²⁵ Não é por acaso que nos artigos publicados pela RAD, entre os anos de 1891 a 1930, as temáticas vinculadas às teses evolucionistas e deterministas apareceram de forma significativa. Temas como a antropologia criminal e a medicina legal estiveram presentes na publicação da revista, no referido período,⁵²⁶ o que demonstra a preocupação por parte dos docentes e alunos da FDR em fazer do direito um campo científico e comprometido em pensar a realidade da nação.

Além do direito, o cientificismo passou a inspirar outros ramos do conhecimento, penetrando na história com Capistrano de Abreu, na poesia com Martins Júnior e na crítica literária com Silvio Romero.⁵²⁷ Nesse sentido, as ideias difundidas pelos acadêmicos do Recife, entre os anos 70 e 80, contribuíram para a formação de bacharéis comprometidos em refletir acerca da realidade nacional, a partir das grades do cientificismo e do evolucionismo.

Em termos políticos, os norte-rio-grandenses que se formaram na FDR, no período compreendido entre 1870 a 1890, eram, em sua grande maioria, republicanos. O republicanismo professado pelos bacharéis norte-rio-grandenses advinha das relações intelectuais estabelecidas com professores e alunos oriundos da FDR, como podemos perceber no discurso de Augusto Tavares de Lyra, na ocasião da sua estreia na coluna *Em vários tons*:

⁵²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Op. cit.** p.153.

⁵²³ BEVILAQUA, Clóvis. A filosofia positiva no Brasil. In: **Obra filosófica 1: filosofia geral.** Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p.18.

⁵²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Op. cit.** p.157.

⁵²⁵ Idem, p.156.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ BEVILAQUA, Clóvis. **Op. Cit.** p.35.

Ainda mais a campanha a que tive de assistir em Pernambuco, sustentada por Marthins Junior, Maciel Pinheiro, Gomes de Mattos e tantos outros, cujos nomes se impuzeram ao Paiz, como um exemplo de muita abnegação e de muito interesse, robusteceu a minha convicção, fazendo nascer em mim a fé ardente e inquebrantavel de que só o governo popular poderia elevar o Brazil á altura dos se os grandissimos destinos. Do que acabo de dizer, decorre, pois, logica o naturalmente, que todas as minhas energias de moço serão em prol da cauzasa crosanta. Republicano convicto, (...).⁵²⁸

De acordo com o excerto acima, Augusto Tavares de Lyra credita o assentamento de sua convicção republicana ao momento em que se deparou com as campanhas realizadas pelos propagandistas republicanos em Pernambuco, todos eles oriundos da FDR, o que o fez tornar-se um crente convicto do sistema político e um árduo crítico da monarquia. Na edição do dia 3 de dezembro de 1892, os redatores do jornal *A República*, ao anunciar a colação de grau e o retorno ao Rio Grande do Norte dos recém-bacharéis, Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra, os descrevem como colaboradores da política republicana no estado.⁵²⁹ Além destes potiguares, os jovens bacharéis seridoenses também apresentavam-se como republicanos.

Em meados dos anos 80, do século XIX, a região do *Seridó*⁵³⁰ tornou-se o berço do republicanismo, no Rio Grande do Norte.⁵³¹ Em 25 de julho de 1886 foi fundado, em Caicó, o primeiro núcleo republicano do Rio Grande do Norte de que se tem notícia. Esse núcleo foi reorganizado no dia 7 de abril de 1889, com o nome de *Centro Republicano Seridoense*.⁵³² A vitalidade da economia cotonicultora abriu uma ampla possibilidade para que os filhos das elites do Seridó pudessem obter a formação em direito, em Recife. A FDR forneceu as bases intelectuais do cientificismo e do republicanismo professados pela militância política dos bacharéis seridoenses.⁵³³ Homens de letras como: Janúncio de Nóbrega Filho, Diógenes da Nóbrega, Manoel Dantas, dentre outros, eram defensores do republicanismo, muito embora, entre eles, houvessem divergências. Enquanto o republicanismo professado por Janúncio da Nóbrega Filho foi marcado pela aproximação com a tradição revolucionária francesa dos

⁵²⁸ **A República**. Natal, 24 de dezembro de 1892.

⁵²⁹ **A República**. Natal, 3 de dezembro de 1892.

⁵³⁰ A região do Seridó fica localizado geograficamente no sertão na mesorregião central do Rio Grande do Norte.

⁵³¹ Cf. BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRRN, 2002.

⁵³² Idem, p.62-63.

⁵³³ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRRN; EDUEPB, 2012. p.149.

séculos XVIII e XIX, cujo representante no Brasil era Silva Jardim,⁵³⁴ Diógenes da Nóbrega e Manoel Dantas, estavam, antes da proclamação da República, vinculados à ala radical do Partido Liberal, advogando reformas para salvar a monarquia, tornando-se aos poucos adeptos ao sistema republicano.⁵³⁵

Embora a geração dos acadêmicos da década de 80, fosse mais propensa à disseminação dos ideais republicanos, nem todos partilhavam da mesma forma de pensamento.⁵³⁶ A FDR não formou letrados com uma homogeneidade ideológica, tendo em vista que havia, nesta instituição, uma diversidade de pensamento em relação ao modelo político a ser adotado no Brasil. Dessa forma, haviam bacharéis defensores da República dos mais variados matizes – haviam os asseclas do republicanismo de Silva Jardim e aqueles mais próximos dos ideais do republicanismo liberal. Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra, por exemplo, estiveram mais próximos do republicanismo liberal, muito embora houvesse uma simpatia pela figura de Silva Jardim. No bojo desse republicanismo, advogado por eles, estava a defesa da autonomia dos estados e o equilíbrio de forças entre os entes da federação e a União.

A defesa à causa republicana e a aproximação intelectual com o conjunto de ideias difundidas pelos integrantes da *Escola de Recife* só foram possíveis pela formação bacharelesca. O saber técnico, atestado pelo diploma de bacharel, legitimou socialmente Alberto Maranhão, assegurando-lhe uma carreira política no estado e uma formação intelectual que o possibilitou construir seu lugar na sociabilidade beletrista norte-rio-grandense.

3.2 – “Affirmar a existência intelectual do Rio Grande do Norte no campo da litteratura nacional”: sobre a criação do *Grêmio Polymathico* e da *Revista do Rio Grande do Norte*

A volta de Alberto Maranhão ao Rio Grande do Norte, no início dos anos 90, do século XIX, coincidiu com um dos momentos de maior florescimento das letras potiguares.⁵³⁷ Não que a produção intelectual norte-rio-grandense fosse inexpressiva até então. Desde a segunda metade do século XIX, as manifestações literárias já haviam brotado na capital da província, por meio da divulgação na imprensa periódica e em revistas, organizadas por

⁵³⁴ Idem, p.77.

⁵³⁵ Idem, p.73.

⁵³⁶ NESTOR, Odilon. **Op. cit.** p.168.

⁵³⁷ GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina:** o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Ed. do Autor, 2009. p.113.

associações literárias.⁵³⁸ De acordo com Luís da Câmara Cascudo, “a geração da república continuou no caminho anterior”, sugerindo que houve uma continuidade no desenvolvimento da produção literária no Rio Grande do Norte que, segundo ele, já era existente desde o período monárquico.⁵³⁹ O que potencializou as atividades literárias no Rio Grande do Norte, no alvorecer da República, foi o direcionamento do papel do estado na promoção e no patrocínio da produção intelectual local. Com a proclamação da República, o poder executivo do estado passou a ser governado pelo grupo familiar, Albuquerque Maranhão, cujo líder, Pedro Velho, dispensou recursos públicos e privados na produção da cultura beletrista norte-rio-grandense. Com a mudança do regime, as atividades intelectuais, sobretudo em relação à publicação de obras, multiplicaram-se no Rio Grande do Norte.⁵⁴⁰ Durante o Império, o poder público não fomentava a promoção da cultura letrada na província. Como vimos no capítulo anterior, a publicação da considerada primeira história do Rio Grande do Norte não foi um empreendimento do governo provincial, mas sim do próprio autor do livro, Manoel Ferreira Nobre. Em larga medida, as manifestações intelectuais eram fruto de empreendimentos individuais ou dos partidos políticos locais, liberal e conservador, que detinham a propriedade dos principais periódicos da capital e, por meio de suas oficinas tipográficas, publicavam textos de natureza literária.⁵⁴¹

Os jornais e as revistas também foram os grandes responsáveis pela divulgação e publicação dos textos produzidos pelos homens de letras do Rio Grande do Norte, durante a Primeira República. Tanto os jornais como as revistas, constituíram, para os jovens plumitivos, os *novos e amplos* salões, apresentando os homens de letras a um determinado público, permitindo-lhes também uma fonte de renda.⁵⁴² A imprensa foi o *locus* em que boa parte dos jovens letrados norte-rio-grandenses inseriu-se, iniciando suas carreiras, uma vez que a atuação em jornais representava uma forma de ingressar ao mercado de trabalho intelectual e, ao mesmo tempo, realizar “uma profissionalização que expandia contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores.”⁵⁴³

⁵³⁸ Sobre a produção literária na Província, ver SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. “**Em cada esquina, um poeta em cada rua um jornal**”: a vida intelectual natalense (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

⁵³⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980. p.378.

⁵⁴⁰ Idem, p.81.

⁵⁴¹ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Op. cit.** p.49.

⁵⁴² GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.45.

⁵⁴³ Idem.

Durante a Primeira República, boa parte do que era produzido pelos escritores potiguares era publicado pelas oficinas tipográficas dos periódicos que alimentavam a dinâmica das atividades intelectuais, “na medida em que imprimiam e subsidiavam a circulação de revistas e jornais pela cidade.”⁵⁴⁴ Nas primeiras décadas da experiência republicana, a tipografia que mais custeou a publicação de obras literárias potiguares foi a do jornal *A República*, órgão oficial do PRRN e do governo do Rio Grande do Norte. Tal configuração reforçou o papel do estado como aparelho promotor da atividade literária e cultural na cidade do Natal, principal expoente da produção intelectual do estado, em meio a um cenário de adversidade financeira por parte dos escritores potiguares, os quais tinham dificuldades em publicar seus livros.⁵⁴⁵ O custeio de uma obra literária era dispendioso para um jovem escritor, o que justificava o recorrente patrocínio da tipografia do jornal oficial do estado, embora nem todas as publicações fossem financiadas por ela. Mesmo assim, a publicação individual de obras literárias era uma empresa difícil. Isso explica, pelo menos em parte, as condições de emergência de algumas associações literárias no estado, durante a Primeira República, que buscavam, por meio de seus jornais e revistas, publicar coletivamente a produção intelectual dos escritores potiguares: “as associações literárias atuaram como sistema de intercâmbio literário garantindo o curso das produções nas letras, fosse por meio da escrita (em livros e em jornais), fosse mediante as frequentes sessões dos grêmios, recitais, debates ou tertúlias.”⁵⁴⁶

As associações literárias funcionavam como lugares de sociabilidade intelectual, permitindo, ao mesmo tempo, o trânsito de ideias entre os seus associados e a publicação de seus textos.⁵⁴⁷ Durante a Primeira República, o número de associações literárias cresceu significativamente no Rio Grande do Norte.⁵⁴⁸ Apesar das semelhanças, os grêmios não eram todos iguais, possuíam características próprias, porém, de maneira geral, partilhavam uma mesma proposta: “o progresso do intelecto norte rio-grandense por meio do culto às letras.”⁵⁴⁹

Em termos de arregimentação de letrados e de volume de publicação, a mais notória associação literária do Rio Grande do Norte do período foi o *Grêmio Polymathico*, fundado

⁵⁴⁴ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *Op.cit.* p.91.

⁵⁴⁵ *Idem*, p.92.

⁵⁴⁶ *Idem*, p.99.

⁵⁴⁷ *Idem*, p.94.

⁵⁴⁸ Para um estudo sobre os grêmios literários surgidos na Primeira República, consultar os seguintes trabalhos: GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras Potiguar**. Natal: Ed. do Autor, 2009 e SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **“Em cada esquina, um poeta em cada rua um jornal”**: a vida intelectual natalense (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

⁵⁴⁹ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *Op.cit.* p.92.

exatamente com a finalidade de formar um pequeno grupo de estudos literários, interessados em introduzir “em nossa terra a Litteratura, na forma estavel e duradoura de livros, affirmando-se que aqui estuda-se e apprende-se.”⁵⁵⁰ Com sede em Natal, o *Grêmio Polymathico* foi fundado em meados de outubro de 1897, por jovens letrados do estado: Alberto Maranhão, Antônio José de Mello e Souza, Manoel Dantas, Pedro Avelino e Thomaz Gomes.⁵⁵¹

Antônio José de Mello e Souza, o primeiro presidente do grêmio, formou-se pela FDR, em 1889, foi, historicamente, um aliado político do grupo familiar situacionista, “um *atache* da oligarquia Maranhão”, como diria Itamar de Souza.⁵⁵² Antônio José de Mello ocupou vários cargos na administração pública do Rio Grande do Norte. Foi candidato ao congresso constituinte estadual de 1891, na chapa organizada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Ao lado deste, passou a trabalhar pela deposição do governador eleito, Miguel Joaquim de Almeida Castro, em 1891, elegendo-se em seguida, depois da derrocada do referido governador, deputado ao Congresso Constituinte estadual de 1892. Além de deputado, Antônio José de Mello e Souza foi secretário de estado, procurador-geral, senador da República e, por duas vezes, governador do Rio Grande do Norte: a primeira, de 1907 a 1908, completando o quadriênio de Augusto Tavares de Lyra; e a segunda, de 1920 a 1923.⁵⁵³ Além da aproximação política com os Albuquerque Maranhão, Antônio de Souza contribuiu ainda com o jornal do grupo situacionista, tornando-se redator, em 30 de abril de 1892, no lugar de Nascimento de Castro.⁵⁵⁴

Outro fundador do grêmio, o seridoense republicano Manoel Dantas, trilhou sua trajetória política e intelectual sob os auspícios do grupo situacionista ligado a Pedro Velho. Formado em direito pela FDR, em 1890, Manoel Dantas ocupou, durante as primeiras décadas da República no Rio Grande do Norte, vários cargos na administração pública do estado: foi diretor geral de Instrução Pública e Procurador Geral. Homem de letras e governista, Manoel Dantas foi também secretário perpétuo do PRRN, professor do *Atheneu Norte-rio-grandense* e um dos principais redatores do jornal *A República*.

⁵⁵⁰ A. Notas artísticas e litterarias. In: **A República**. Natal, 13 de novembro de 1897.

⁵⁵¹ **A República**. Natal, 30 de novembro de 1897.

⁵⁵² SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRRN, 2008, p.322

⁵⁵³ Embora tenha sido, por muitos anos, um aliado político dos Albuquerque Maranhão, na passagem da década de 10 a de 20, Antônio José de Mello e Souza rompeu politicamente com o referido grupo familiar, elegendo-se governador do Estado, em 1920, sob o apoio do antigo pedrovelhista e opositor Joaquim Ferreira Chaves. PEIXOTO, Renato Amado. SOUSA, Antônio de. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015 (Verbetes).

⁵⁵⁴ **A República**. Natal, 30 de abril de 1892.

Além dos fundadores, Antônio José de Souza e Mello e Manoel Dantas, o jornalista Pedro Avelino também esteve vinculado aos Albuquerque Maranhão, sobretudo contribuindo na redação do jornal *A República*, até setembro de 1901, quando deixou o referido periódico e fundou outro, intitulado *Gazeta do Commercio*, rompendo, anos mais tarde, com o grupo político pedrovelhista.⁵⁵⁵ Embora não fosse formado em direito, ao longo de sua trajetória intelectual, Pedro Avelino assumiu um dos campos intelectuais destinados aos bacharéis: o jornalismo. Em 1892, fundou o jornal *Caixeiro*, cuja orientação política estava atrelada à defesa dos valores da República.⁵⁵⁶ Pedro Avelino utilizou-se das páginas do hebdomadário para defender o governador do estado, Pedro Velho, das constantes investidas acusatórias de outros periódicos oposicionistas. Na edição do dia 24 de agosto de 1892, Pedro Avelino fez severas críticas aos políticos da oposição, Nascimento de Castro e Diógenes da Nóbrega, que acusaram o seu jornal de testa de ferro do governador do estado.⁵⁵⁷ É importante salientar que era o próprio Pedro Velho que bancava a publicação do *Caixeiro*, por meio da tipografia do jornal *A República* – não é por acaso que os redatores do periódico, *Nortista*, tenham nomeado ironicamente o periódico de Pedro Avelino de *um filhote d'A República*, “uma traiçoeira criação do dr. Pedro Velho.”⁵⁵⁸

Em geral, o grupo de moços fundadores do *Grêmio Polymathico* tinha os seguintes pontos em comum: a formação bacharelesca, a defesa da concepção republicana de governo, a vinculação política com o grupo situacionista do estado e a colaboração na redação do jornal *A República*.

No dia 28 de novembro de 1897, os fundadores do grêmio, juntamente com outros escritores potiguares, reuniram-se na casa nº5 da rua Dr. Barata, bairro da Ribeira e elegeram a seguinte diretoria: Antônio José de Mello e Souza, presidente, Pedro Avelino, secretário, Alberto Maranhão, tesoureiro. Na mesma reunião, ficou resolvido que a associação publicaria uma revista mensal, denominada *Revista do Rio Grande do Norte* (RRN), sob a direção de Antônio de Souza e redigida por Alberto Maranhão, Manoel Dantas, Thomaz Gomes e Pedro Avelino.⁵⁵⁹ Foi igualmente acordado que a publicação de textos na revista não ficaria restrita à diretoria do *Grêmio Polymathico*, pelo contrário, a intenção era agregar vários escritores

⁵⁵⁵ No dia 19 de fevereiro de 1905, as tipografias dos dois jornais de oposição ao grupo pedrovelhista, *Diário do Natal* e *Gazeta do Commercio*, foram destruídos. De acordo com Elias Souto, proprietário do *Diário do Natal*, a destruição dos periódicos oposicionistas foi uma engenharia de Pedro Velho e do seu genro, Augusto Tavares de Lyra, que no período era governador do estado do Rio Grande do Norte. **Diário do Natal**, Natal, 1 de janeiro de 1906.

⁵⁵⁶ AVELINO, Pedro. Intra-muros. In: **O Caixeiro**. Natal, 17 de agosto de 1892.

⁵⁵⁷ **O Caixeiro**. Natal, 24 de agosto de 1892.

⁵⁵⁸ CASTRO, Nascimento; NÓBREGA, Diógenes. Socilítadas. In: **Nortista**, Natal, 19 de agosto de 1892.

⁵⁵⁹ **A República**. Natal, 30 de novembro de 1897.

potiguares, tais como: Gomes de Castro, Homem de Siqueira, Segundo Wanderley, Henrique Castriciano, Auta de Souza etc.⁵⁶⁰ Os três últimos eram considerados pelos próprios letrados norte-rio-grandenses, como os mais célebres poetas do estado.⁵⁶¹ A maior parte destes escritores tornou-se sócio efetivo do grêmio, logo nas primeiras reuniões.⁵⁶²

Além dos já *consagrados* poetas potiguares, alguns desembargadores e políticos, ligados ao grupo político de Pedro Velho, também fizeram parte da agremiação na condição de sócios e colaboradores efetivos da revista: Juvenal Lamartine, Francisco de Sales de Meira e Sá, Pinto Abreu, Luiz Fernandes Sobrinho, Augusto Tavares de Lyra e Ferreira Chaves. Assim como os fundadores, em geral, eram juristas-literatos e redatores do jornal *A República* e todos estavam vinculados direta ou indiretamente ao grupo político situacionista, ocupando cargos na administração pública do estado. Na prática, esses requisitos eram considerados necessários para a entrada no *Grêmio Polymathico*, muito embora não fossem divulgados oficialmente. A associação contou também com os sócios correspondentes, Alfredo de Carvalho, de Pernambuco, José de Berredo, do Maranhão, e José da Penha, do Rio de Janeiro, e com os sócios beneméritos, João C. Galvão, Romualdo Galvão, Valentim de Almeida e Fabrício Maranhão – a presença destes últimos não se fez pela atividade intelectual dentro do grêmio, mas pelos *generosos donativos* que ofereceram à instituição, auxiliando nas despesas iniciais para a publicação da *RRN*.⁵⁶³

Como podemos identificar, a forma de organização da estrutura dos associados da agremiação, sócios efetivos, correspondentes e beneméritos, assemelhava-se muito à hierarquia do quadro social do IHGB. É provável que os membros do grêmio tenham se inspirado no modelo de organização institucional do IHGB. Contudo, não conseguimos encontrar nenhum vestígio nos documentos que evidenciasse o contato direto dos membros da agremiação com o Instituto Histórico Brasileiro, mesmo porque os objetivos do *Grêmio Polymathico* eram distintos do IHGB. O escopo da agremiação norte-rio-grandense não era coligir e metodizar documentos referentes à história e à geografia do Rio Grande do Norte, tampouco preparar para o futuro um pecúlio documental, para que se viabilizasse uma escrita da história para o estado – apesar de, como iremos analisar adiante, a *RRN* tenha sido um lugar de produção de conhecimento sobre o Rio Grande do Norte. Embora a organização da hierarquia dos sócios se aproximasse do IHGB, o *Grêmio Polymathico* não pretendeu ser

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ DUTRA, Caetano. Ensaio. In: **A República**. Natal, 26 de dezembro de 1897.

⁵⁶² A admissão de Auta de Souza, Henrique Castriciano, Augusto Tavares de Lyra e Homem Siqueira como sócios efetivos do grêmio ocorreu logo na ocasião da segunda reunião, realizada no escritório da *RRN*, no dia 07 de março de 1898. *Grêmio Polymathico*. In: **A República**. Natal, 08 de março de 1898.

⁵⁶³ *Grêmio Polymathico*. In: **A República**. Natal, 30 de novembro de 1897.

uma agremiação intelectual aos moldes dos institutos históricos locais, como os dos estados vizinhos, de Pernambuco e do Ceará. Todavia, é importante destacar que alguns membros da associação fizeram parte do quadro dos primeiros sócios efetivos do IHGRN.⁵⁶⁴

Assim como o IHGB, o *Grêmio Polymathico* tinha sua revista. A *RRN* foi publicada durante dois anos, de 1898 a 1900, sendo impressa pela tipografia do jornal *A República*, local em que a referida associação marcava suas reuniões.⁵⁶⁵ Não é por acaso que os redatores do jornal *A República* consideravam-na como a *filha* do periódico.⁵⁶⁶ A *RRN* era um produto deste periódico, atuando como um agente divulgador da imprensa oficial do grupo situacionista, no campo literário norte-rio-grandense, justamente por ser originada no interior das suas oficinas tipográficas e por congregar alguns redatores do próprio jornal e as produções culturais dos *filhos* do regime republicano.⁵⁶⁷

O *Grêmio Polymathico* e sua revista estavam diretamente associados ao grupo dirigente. Todos os fundadores estavam vinculados politicamente e ideologicamente ao projeto republicano do grupo liderado por Pedro Velho. Mesmo que a *RRN* se apresentasse como um periódico com objetivos estritamente literários, algumas publicações na revista coadunavam-se com os interesses de um determinado projeto político, ou pelo menos, às aspirações do seu grupo protetor.⁵⁶⁸ Não queremos dizer com isso que os membros do grêmio formaram uma espécie de *intelectuais orgânicos* da classe dominante potiguar, exercendo “funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, como se concebe na perspectiva gramsciana.⁵⁶⁹ Decerto, alguns artigos publicados pela *RRN* trataram sobre temas políticos que convergiam com os interesses do grupo do situacionista, sobretudo os textos escritos por Augusto Tavares de Lyra. Porém, os artigos de natureza política eram minoria. Textos de cunho jurídico, por exemplo, sobressaiam-se em termos numéricos em relação aos artigos de viés estritamente político.⁵⁷⁰

Os sócios do *Grêmio Polymathico* tinham uma margem de autonomia para escrever sobre temas que estivessem de acordo com os seus interesses, muito embora não houvesse

⁵⁶⁴ Sócios efetivos do *Grêmio Polymathico* que se tornaram, em 1902, os primeiros sócios efetivos do IHGRN: Alberto Maranhão, Antônio José de Mello e Souza, Augusto Tavares de Lyra, Juvenal Lamartine, Luiz Fernandes, Manuel Dantas, Meira e Sá, Pedro Soares, dentre outros.

⁵⁶⁵ *Grêmio Polymathico*. In: **A República**. Natal, 11 de setembro de 1897.

⁵⁶⁶ Revista do Rio Grande do Norte. In: **A República**. Natal, 11 de janeiro de 1898.

⁵⁶⁷ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Op.cit.** p.100.

⁵⁶⁸ *Idem*, p.161.

⁵⁶⁹ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.11.

⁵⁷⁰ A exemplo disso, estiveram, os textos que tinham como temática o direito, tais como: *Elementos do Direito Moderno e Ações Mistas*, de autoria de Juvenal Lamartine, *O direito do voto*, por Antônio José de Mello e Souza, *Dois theses do direito público*, escrito por Mário e Silva, e *O jury*, de autoria de Luís Fernandes, dentre outros.

nenhum artigo que criticasse o grupo político dos Albuquerque Maranhão, pelo contrário, por meio da própria produção literária de alguns membros da agremiação, percebem-se elogios e o enaltecimento às ideias, aos pensamentos e às realizações da administração política do estado.⁵⁷¹ Embora a maior parte dos textos da *RRN* não fizesse uma apologia ao grupo político situacionista, não consideramos que outros membros do *Grêmio Polymathico*, que se dedicavam apenas à produção literária, fossem alheios ao mundo da política, voltando-se apenas para as atividades intelectuais, sendo desenraizados da sociedade em que viviam.⁵⁷² A posição dos associados do grêmio caracterizava-se pela interseção entre os campos intelectual e político, funcionando como atores políticos do campo da cultura, como mediadores da interpretação da realidade social que possuem um valor político.⁵⁷³ Era dentro das redes de sociabilidade intelectual, como as associações literárias, que os literatos potiguares definiam o seu status de homem letrado.⁵⁷⁴ Nesse sentido, para muitos jovens potiguares, engajar-se numa associação da envergadura política do *Grêmio Polymathico* era uma oportunidade para afirmarem-se como intelectuais e um meio para alavancar sua carreira como homens do saber. Era uma forma também de incorporarem-se ao universo político do estado, e de, em contrapartida, legitimarem uma dada conformação social e política vigente. Assim, o mundo da política e o mundo intelectual estavam diretamente associados, permitindo uma dupla possibilidade para os jovens literatos norte-rio-grandenses. Essa configuração é um reflexo do que estava ocorrendo no Ocidente⁵⁷⁵, e, por sua vez, no Brasil do final do século XIX e do início do século XX, em que houve a interseção entre os campos intelectual e político, uma vez que diversos autores e atores da sociedade passaram a defender ideias ou formular projetos político-culturais ou ocupar cargos/funções em locais privilegiados, públicos ou privados.⁵⁷⁶

⁵⁷¹ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Op.cit.** p.162.

⁵⁷² BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP, 1997. p.122.

⁵⁷³ GOMES, Ângela de Castro. **A República, a história e o IHGB.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p.26.

⁵⁷⁴ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Op.cit.** p.104.

⁵⁷⁵ O Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu artigo *De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo* (2005), historiciza a irrupção da figura do intelectual e o desaparecimento do erudito no Ocidente. De acordo com ele, “entre fins do século XIX e meados do século XX um outro lugar de sujeito, um outro modelo de identidade surgiu no Ocidente para nomear aquele que se dedica ao trabalho de produção de sentidos, de produção de símbolos, às atividades do pensamento e das artes. Esta figura é a do intelectual, identidade que só está em circulação a partir das últimas décadas do século XIX, como pudemos constatar em nossa pesquisa.” Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo.* In: **Trajetos**, Fortaleza, v. 03, n.06, p. 43-66, 2005.

⁵⁷⁶ GOMES, Ângela de Castro. **Op. cit.** p.26-27.

Inseridos em dois mundos, os sócios do *Grêmio Polymathico* foram considerados pelos redatores do jornal *A República* como os porta-vozes das letras no estado. O primeiro artigo a veicular as orientações intelectuais e o escopo do grêmio foi publicado por Antônio de Souza, no jornal *A República*, no dia 13 de novembro de 1897, sob o título *Notas Artísticas e Litterarias*.⁵⁷⁷ A associação não publicou nenhum documento evidenciando seu projeto intelectual. O único registro que apresenta uma espécie de programa da instituição foi o artigo que acabamos de mencionar. É por essa razão que partimos dele para compreendermos o conjunto de interesses e orientações que nortearam os membros do *Grêmio Polymathico*.

De acordo com o autor de *Notas Artísticas e Litterarias*, a principal expectativa dos membros do grêmio era afirmar a existência intelectual do Rio Grande do Norte no campo da literatura nacional.⁵⁷⁸ No entanto, que tipo de concepção de literatura o autor está valendo-se? Antônio de Souza emprega o conceito de literatura no sentido mais abrangente possível: “refiro-me ao estudo consciencioso e serio sobre qualquer materia, sobre qualquer aspecto, que denote um esforço bem empregado e util.”⁵⁷⁹ É preciso assinalar que até o final do século XIX, o conceito moderno de literatura ainda permanecia impreciso, vazio, sem fronteiras, holístico, vinculado a uma soma de modalidades discursivas diversas.⁵⁸⁰ Neste momento de indefinição do termo, Antônio de Souza considera a literatura como qualquer manifestação duradoura de uma atividade intelectual que pudesse ser publicada em livro, desde que se configurasse como uma obra de arte, tanto pela originalidade como pela beleza da forma.⁵⁸¹ O próprio significado do termo *polimático*, escolhido pelo grupo para nomear a agremiação, sugeria a ideia de uma atividade intelectual e cultural extensa, variada, erudita. Qualquer assunto que configurasse uma reflexão intelectual era considerado, pelo autor, como literatura. Não é por acaso que figurasse nas páginas da *RRN* artigos de diferentes áreas do saber: história, direito, filosofia, crítica literária etc. Essa concepção de literatura, como sendo qualquer atividade intelectual erudita, já existia no Rio Grande do Norte desde a segunda

⁵⁷⁷ Antônio José Mello e Souza assinou o artigo com o pseudônimo “A”. Acreditamos que o presidente do grêmio foi, de fato, o autor do artigo. Três argumentos embasam a nossa afirmação. Primeiro, no artigo consta algumas informações que só os fundadores poderiam disponibilizar. Portanto, o autor do artigo deveria ser um dos fundadores do *Grêmio Polymathico*. Além disso, no momento de emergência da agremiação, Antônio de Souza era um dos redatores do jornal *A República*, e era comum assinar seus textos com pseudônimos, muito embora, outros intelectuais também o fizessem. Além disso, foi Antônio de José de Mello e Souza, o primeiro idealizador da criação da associação. A partir desses três argumentos, vulneráveis, é verdade, consideramos Antônio de Souza o autor do referido artigo.

⁵⁷⁸ A. Notas Artísticas e Litterarias. In: **A República**. Natal, 13 de novembro de 1897.

⁵⁷⁹ Idem.

⁵⁸⁰ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006. p.334.

⁵⁸¹ A. Notas Artísticas e Litterarias. In: **A República**. Natal, 13 de novembro de 1897.

metade do século XIX, por exemplo, o jornal *O Beija-flor* empregava o termo literatura para designar artigos relacionados à filosofia, à história, às artes e às poesias.⁵⁸²

Sendo assim, a concepção de literatura – empregada por Antônio de Souza e pelos membros do grêmio – abrangia toda e qualquer produção intelectual comprometida em organizar vários saberes sobre *a vida espiritual e material* do Rio Grande do Norte, além de primar por um espaço para o saber literário em si, desde a publicação de poesias e crônicas à crítica literária propriamente dita. Em síntese, o sentido de literatura empregado pelos fundadores do grêmio teria uma dupla significação: seria toda e qualquer produção intelectual, abarcando diversos saberes, e a produção literária em si, da crítica à poesia.

Para o autor de *Noticias Artísticas e literárias*, na revista do grêmio não haveria espaço para a edição de *livrinhos de phantasia*, “pequenos produtos facilmente arranjados nas horas vagas” ou de uma produção atabalhoada de romances banais.⁵⁸³ A relevância do texto e a estética foram colocadas como critérios primordiais para a inserção de um determinado produto intelectual na *RRN*. O texto deveria ser útil, relevante e que atendesse aos interesses sociais, sobretudo em relação à instrução da população norte-rio-grandense. Deveria ser também uma obra de arte, original e bela, esteticamente bem avaliada, diametralmente oposta a uma *literatura apressada*.⁵⁸⁴ Este conceito empregado pelo autor foi uma apropriação do artigo *Literatura apressada a proposito da Flor de Sangue do Sr. Valentim Magalhães* de José Veríssimo, publicado pela *Revista Brasileira* (RB), em 1897.

Como sugere o título do artigo, o autor trata do romance *Flor de Sangue* (1896), tecendo severas críticas em relação ao estilo, à estética, à organização das tramas e à construção dos personagens da obra. Na avaliação de José Veríssimo, não há no livro de Valentim Magalhães nenhuma originalidade de concepção ou de execução.⁵⁸⁵ O romance é povoado de imperfeições e de quase nula criatividade de estilo do autor que, segundo Veríssimo, “ninguém esperava achar numa obra sua.”⁵⁸⁶ O mote da crítica ao romance estava diretamente ligado à sua própria condição de produção: um livro feito às pressas.⁵⁸⁷ No prefácio da obra, Valentim Magalhães confessa a forma açodada em que escreveu o livro: “escrevi sempre de uma assentada, capítulo a capítulo, e, acabado, relia-o, corrigia-o,

⁵⁸² SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *Op.cit.* p.48.

⁵⁸³ A. Notas Artísticas e Literárias. In: **A República**. Natal, 13 de novembro de 1897.

⁵⁸⁴ *Idem*.

⁵⁸⁵ VERÍSSIMO, José. A literatura apressada. In: **Revista Brasileira**. Tomo X. Rio de Janeiro. 1897. p.210.

⁵⁸⁶ *Idem*. p.209.

⁵⁸⁷ *Idem*. p.203.

mandava copiá-lo por um secretário, conferia a cópia e remetia-a aos tipógrafos.”⁵⁸⁸ Para José Veríssimo, a pressa traiu o renomado escritor, que produzira um romance em poucas semanas, quando seriam necessários longos meses, o que comprometeu a qualidade literária do livro.⁵⁸⁹ Devido à pressa, Valentim Magalhães, no crivo de José Veríssimo, escreveu um romance de um colegial, com pruridos literários e ideias pueris, infantis.⁵⁹⁰ Segundo ele, o universo psicológico dos personagens é elementar, banal e frequentemente falso, o que redundou, de acordo com o juízo de José Veríssimo, na constituição de um drama pueril, pouco profundo, muito mais próximo de um estilo de reportagem, noticioso, do que necessariamente de uma obra literária: “não receio dizer que estas paginas são das peiores talvez que o Sr. Magalhães Valentim jámais escreveu.”⁵⁹¹ Na avaliação de José Veríssimo qualquer manifestação intelectual – romances, poemas, estudos de ciência ou estudos de história, crítica literária e filosofia – requeria a necessidade do tempo, tido pelo autor como condição *sine qua non* para a qualidade do texto: “a natureza vingá-se, porém, condemnando a nossa litteratura, sinão a um marcar passo perpetuo, a uma marcha vagarosa e frequentemente interrompida.”⁵⁹²

Evitar uma *litteratura apressada* foi um dos elementos considerados pelo grêmio. Assim como José Veríssimo, Antônio de Souza compreendia que a produção intelectual não deveria ser pautada apenas pela quantidade de livros, simplesmente aumentando a bibliografia do estado, pelo contrário, o tempo deveria ser o elemento incontornável e indispensável para a qualidade do texto a ser publicados pela *RRN*. Como afirmamos anteriormente, a beleza e a relevância de um texto deveriam nortear a seleção dos artigos e das obras a serem publicadas pela revista. Tal condição só seria possível em contraposição à *litteratura apressada*.

A proposta do *Grêmio Polymathico* não era estabelecer apenas os limites da economia dos textos a serem publicados pela *RRN*. A principal finalidade da agremiação era construir um lugar para o estado na memória literária da nação, muito embora Antônio de Souza tenha afirmado que os fundadores do grêmio eram cômicos que esta tarefa não seria, inicialmente, cumprida pelos letrados do presente, mas pelas gerações posteriores, relegando ao futuro a concretização dessa empreitada: “Não se imagine também que os sócios do *Gremio Polymathico* tenham a velleidade e a ingenuaim modestia de prometter logo em começo esses

⁵⁸⁸ MAGALHÃES, Valentim. Prefácio. In: **Flor de sangue**. São Paulo: Poeteiro editor digital. 2014.p.3. Disponível em: <http://www.projetolivrolivre.com/Flor%20de%20Sangue%20%20Valentim%20Magalhaes%20%20Iba%20Mendes.pdf>. Consultado no dia 13 de julho de 2016 às 14:40.

⁵⁸⁹ VERÍSSIMO, José. **Op.cit.** p.207.

⁵⁹⁰ Idem. p.204.

⁵⁹¹ Idem. p. 207.

⁵⁹² Idem, p.215.

livros destinados a engrandecer e a tornar conhecido o nosso Estado, não.”⁵⁹³ Segundo Antônio de Souza, o intento do grêmio era fomentar a atividade intelectual no Rio Grande do Norte, construindo um pecúlio literário para as gerações seguintes. Em outras palavras, o objetivo era dotar o estado de uma intensa atividade literária, no duplo sentido do termo, tirando-o do atraso intelectual da maior parte de sua população.⁵⁹⁴

Entre os fundadores do grêmio, havia uma clara percepção do papel que os seus associados desempenhariam na sociedade norte-rio-grandense. O letrado é, antes de tudo, concebido como o responsável pela instrução pública do corpo social. Essa percepção acerca da função social dos homens de letras emerge no Brasil, em grande medida, a partir da *geração de 70*, momento de expressivo engajamento dos letrados com as demandas políticas e sociais da realidade em que estavam inseridos.⁵⁹⁵ Imbuído dessa concepção acerca do papel do homem de letras na sociedade, sobretudo em relação à instrução do povo, para Antônio de Souza a atividade intelectual é pensada como uma missão do grêmio, como sua função social, como condição ética do letrado engajado, tal como compreendiam a *geração de 70*.⁵⁹⁶ Os *moços do Grêmio Polymathico* instituíram para si não só o lugar de preceptores do povo norte-rio-grandense, mas também o de promotores do mundo das letras no estado.⁵⁹⁷ São eles que resistem à “indiferença actual, determinada pelo atraso intellectual.”⁵⁹⁸ De certa forma, esta compreensão põe o *Grêmio Polymathico* como um dos protagonistas da construção da memória literária do Rio Grande do Norte. Para reforçar essa percepção, um dos sócios da agremiação, cujo pseudônimo era *Caetano Dutra*⁵⁹⁹, publicou no jornal *A República*, oito dias depois da publicação do artigo de *Notas Artísticas e Literárias*, um texto intitulado *Ensaio*, com o intuito de traçar, em linhas gerais, o desenvolvimento literário do Rio Grande do Norte.

Caetano Dutra inicia seu artigo com uma pergunta: “Existe uma vida litteraria no Rio Grande do Norte? – Existe, sim; em começo ainda, um tanto embyonaria, porem existe.”⁶⁰⁰ Em seu texto, Caetano Dutra construiu uma memória sobre a vida literária do Rio Grande do Norte, elegendo a cidade de Natal como centro dessa atividade no estado; o ano de 1891 como o seu começo, embora não justifique o motivo da escolha; e os poetas Segundo Wanderley, Henrique Castriciano, Auta de Souza, Francisco Palma e a organização do

⁵⁹³ Idem.

⁵⁹⁴ Idem.

⁵⁹⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Op. cit.** p.97.

⁵⁹⁶ Idem.

⁵⁹⁷ A. Notas Artísticas e Literárias. In: **A República**. Natal, 13 de novembro de 1897.

⁵⁹⁸ Idem.

⁵⁹⁹ Caetano Dutra é um pseudônimo de um dos redatores do jornal *A República* e sócio do *Grêmio Polymathico*. Infelizmente, não sabemos quem foi o autor que se utilizou desse pseudônimo.

⁶⁰⁰ DUTRA, Caetano. Ensaio. In: **A República**. Natal, 21 de novembro de 1897.

Grêmio Polymathico como sendo os seus protagonistas.⁶⁰¹ Para Caetano Dutra, antes de 1891, a produção literária potiguar era quase nula, caracterizada por um certo exotismo e degeneração dos seus talentos:

Dantes, no começo do nosso desenvolvimento social, surgiram talentos e aptidões para as letras, os quaes foram pouco a pouco morrendo de inanição. Basta lembrar, entre outros, Luiz Carlos, bom poeta, com pronunciada tendencia para o drama, que degenerou por fim n'uma vulgaridade; Lourival Açucena, dotado de inspiração fogosa, possuindo excelente veia satyrica, que ahi vive esquecido e ignorado, com o cerebro obumbrado, desperdiçando na cavaqueira das tavernas dotes de um espirito que, bem aproveitado, podia ter honrado as letras rio-grandenses; José Leão, que viu obrigado a migrar a emigrar para ser conhecido. E assim outros.⁶⁰²

Como podemos perceber no excerto, Caetano Dutra não silenciou os nomes dos norte-rio-grandenses responsáveis pelas letras no período anterior a 1891. Estes foram reconhecidos pelas suas aptidões e talentos, mas, na avaliação do autor, não fazem parte do desenvolvimento do universo letrado do Rio Grande do Norte. É interessante notar que ao mencionar os letrados do passado, Caetano Dutra estabelece uma crítica muito mais moral, identificando as fragilidades de suas biografias do que uma análise estética de suas produções literárias. Embora os mencione, Caetano Dutra exclui-os da memória literária norte-rio-grandense. Esta memória literária é republicana, e é por essa razão que o autor elege o ano de 1891 como o marco temporal fundante. Conforme Maiara Juliana Gonçalves da Silva, os escritores que viveram no período republicano procuraram difundir a ideia de que, antes deles nada havia no estado, o que resultou na produção de um discurso em que a República aparecesse como a grande fundadora da literatura norte-rio-grandense.⁶⁰³ De certa forma, o artigo de Caetano Dutra reforçou o papel do *Grêmio Polymathico* como um dos protagonistas no processo de fundação da vida literária potiguar. Para os fundadores da agremiação era importante afirmar não só a existência do Rio Grande do Norte na vida literária da nação, mas também a própria presença do grêmio na memória literária do estado.

O artigo *Noticias Artisticas e Litterarias* configurou-se como um texto fundador do grêmio. A partir dele e de outros textos, o *Grêmio Polymathico* foi apresentado como um dos agentes promotores da cultura beletrista norte-rio-grandense. Como já mencionamos, o artigo indicou também os elementos norteadores da concepção e da produção literária a ser

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² Idem.

⁶⁰³ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **Op.cit.** p.47-48.

publicada pela revista da associação, delimitando que tipo de literatura deveria ser considerado pelos seus membros e que critérios precisariam ser aplicados na seleção dos textos. Foi a partir da instituição desses limites de produção intelectual que os editores da *RRN* organizaram a publicação dos seus textos.

Em relação ao formato da publicação da *RRN*, o *Grêmio Polymathico* inspirou-se na *Revista Brasileira*, sob a direção de José Veríssimo.⁶⁰⁴ A organização dos textos da *RB* estava disposta da seguinte maneira: artigos, obras e narrativas em geral, *bibliographia*, *notícias de sciências, lettras e artes* e *notas e observações*. A primeira parte era constituída de todo tipo de texto: contos, novelas, artigos e livros das mais diferentes áreas do conhecimento. Na seção *bibliografia* eram apresentadas as resenhas de obras recém-publicadas, figurando-se como espaço destinado à crítica literária. Na parte *notícias de sciências, lettras e artes*, divulgava-se os acontecimentos, as descobertas e a publicação de obras que se referissem ao universo sugerido pelo próprio título da seção. Por fim, em *notas e observações* publicavam-se textos diversos, desde artigos que esclarecessem questões específicas em relação a um determinado tema, a comentários referentes a alguma obra publicada. No geral, os redatores da *RRN* seguiram a mesma estrutura de organização da *RB*, apesar de algumas pequenas modificações nos títulos das seções.⁶⁰⁵ Todavia, as semelhanças com a *RB* não pararam na organização do formato da revista.

De janeiro de 1895 a setembro de 1899, José Veríssimo dirigiu a nova fase da *RB*. Em um artigo que inaugura a nova fase da revista, publicado entre janeiro e março de 1895, José Veríssimo apresentou ao seu público leitor o objetivo principal do órgão: “servir, com dedicação e sinceridade, a causa da cultura nacional.”⁶⁰⁶ O intuito da nova fase da revista era levar para todo o país as vozes dos escritores que nas letras, nas ciências e nas artes disseminavam o sentir e o pensar da nação. Nesse sentido, todos os assuntos e questões que interessassem ao público do país, isto é, o Brasil e as *cousas brasileiras*, seriam tratadas no espaço da revista.⁶⁰⁷ Ao longo dos quatro anos da administração de José Veríssimo na *RB*, a nação foi objeto de estudo dos mais diversos saberes, da história à geomorfologia. Semelhantemente à *RB*, os fundadores do *Grêmio Polymathico* publicaram obras e artigos que tomavam o Rio Grande do Norte e o povo norte-rio-grandense como objeto de estudo,

⁶⁰⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980. p.380.

⁶⁰⁵ Em vez de utilizar o título *notas e observações* como a *RB*, os redatores da *RRN* preferiram modificar para *notas e informações*. Além desta, os redatores da *RRN* mudaram o título da seção *notícias de sciências, lettras e artes* da *RB* para *noticias científicas*.

⁶⁰⁶ VERÍSSIMO, José. A Revista Brasileira. In: **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro. Tomo primeiro. 1895. p.2.

⁶⁰⁷ Idem, p.3.

abrangendo o estado como um todo, tanto do ponto de vista do seu universo sociocultural, como em relação à dimensão da cultura material.⁶⁰⁸ A nação estaria para a *RB*, como o Rio Grande do Norte estaria para a *RRN*. Isso não quer dizer que nas páginas das duas revistas fossem publicados textos que tomassem como objeto de reflexão apenas o Brasil ou o Rio Grande do Norte. José Veríssimo deixou claro que a *RB* não poderia ficar alheia e estranha à experiência temporal que o país estava vivenciando, por essa razão que se interessava em reunir textos que tratassem de “questões constitucionaes, juridicas, economicas, politicas e sociaes” que ocupassem e preocupassem a todos os brasileiros.⁶⁰⁹

Ao longo da fase da *RB*, dirigida por José Veríssimo, percebemos uma multiplicidade de artigos oriundos dos mais diferentes saberes, como: linguística, crítica literária, direito, história, artes, orografia, filosofia etc. Na esteira da *RB*, o *Grêmio Polymathico* também publicou em sua revista um número expressivo de textos advindos dos mais variados saberes – além dos textos estritamente de cunho político. Nas páginas iniciais da *RRN*, os redatores estampavam os tipos de saberes que os leitores iriam encontrar na revista: “Litteratura, Critica, Historia, Direito, etc. Chronicass scientificas, industriaes e agricolas. Bibliografia das obras recebidas”. Além dos textos que diziam respeito ao universo material do estado e à formação étnica, histórica e cultural do Rio Grande do Norte, havia também artigos que se debruçaram sobre o regime republicano e sobre questões jurídicas, outros que tratavam de assuntos pertinentes à política nacional e internacional, à administração pública da cidade de Natal e, principalmente, textos de natureza literária: poesias e resenhas de obras de literatura.

A partir de textos literários, historiográficos, políticos, jurídicos e econômicos, o *Grêmio Polymathico*, por meio de sua revista, constituía-se, concomitantemente, como um lugar de sociabilidade intelectual e de produção de conhecimento. Diversos saberes foram mobilizados nesta engenharia intelectual. Todos eles deveriam convergir para a principal finalidade da agremiação: afirmar a existência intelectual do estado no campo da literatura nacional. Como vimos anteriormente, por literatura os sócios do grêmio tinham uma concepção muito abrangente. Não é por acaso que Alberto Maranhão utilizou-se do espaço da *RRN* para publicar o seu mais importante texto: *ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte*.

3.3 – Um ensaio histórico: o Rio Grande do Norte como objeto de reflexão

⁶⁰⁸ A. Notas Artísticas e Literárias. In: *A República*. Natal, 13 de novembro de 1897.

⁶⁰⁹ VERÍSSIMO, José. *Op.cit.* p.3.

Os editores da *RRN* pretendiam publicar o primeiro número no dia 25 de dezembro de 1897, na ocasião do tricentenário da fundação da cidade de Natal “por Jeronymo de Albuquerque, primeiro colonizador do Rio Grande do Norte.”⁶¹⁰ Esta data não foi eleita por acaso pelos fundadores do *Grêmio Polymathico*. A comemoração do tricentenário da fundação de Natal é uma forma de instituir um começo, um marco fundante para o Rio Grande do Norte. Como vimos no início desse trabalho, esta produção identitária emergiu no início do século XX, quando vários homens de letras e políticos norte-rio-grandenses, sobretudo vinculados aos Albuquerque Maranhão, mobilizaram várias estratégias discursivas e políticas para produzir uma unidade e uma identidade histórica e territorial ao estado, a partir de sua capital em contraposição aos processos identitários de outras cidades do Rio Grande do Norte, como Mossoró e Caicó.⁶¹¹

Comemorar o tricentenário tinha uma conotação política, pois estava relacionado diretamente aos usos sociais, culturais e políticos do passado, mas também à instauração de um dever de memória, veiculando-a e elaborando-a.⁶¹² A estratégia era conferir uma identidade dos norte-rio-grandenses do presente com o seu passado. A colonização iniciada por Jerônimo de Albuquerque não possuía qualquer relação direta com os norte-rio-grandenses de 1897, entretanto, é próprio do ato comemorativo estabelecer a vinculação dos homens do passado com os do presente, tendo em vista que retira o evento do seu próprio contexto histórico, considerando-o exclusivamente em termos de sua relação com a gente.⁶¹³ Destarte, comemorar o tricentenário era instituir um marco temporal e espacial da memória do Rio Grande do Norte a partir da ideia da fundação de Natal por Jerônimo de Albuquerque. Os fundadores do *Grêmio Polymathico* eram cômicos dessa construção discursiva e identitária irrompida nos primeiros anos da República. É por essa razão que tentaram aliar a publicação do primeiro número da *RRN*, o que não deixa de ser um marco fundador, ao ato comemorativo do tricentenário. Porém, devido ao volume de trabalho na tipografia d’*A República* e do aumento no número de páginas da revista, a primeira edição

⁶¹⁰ Uma nova Revista. In: **A República**. Natal, 30 de novembro de 1897.

⁶¹¹ PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: PEIXOTO, Renato Amado (org.). **Nas trilhas da representação**: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços. Natal: EDUFRRN, 2012, p.32.

⁶¹² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como experiência de um tempo fronteiriço e multiplicado ou as antinomias da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.33, n°65, 2013. p.388.

⁶¹³ ANKERSMIT, Frank. Commemoration and National Identity. In: **Textos de História**, vol.10, n°1/2, 2002, p.24

não saiu no dia pretendido, sendo publicada somente dias depois, mais precisamente, no começo de 1898.⁶¹⁴

Alberto Maranhão foi um dos sócios do *Grêmio Polymathico* que mais publicou no primeiro ano da revista – toda a sua produção concentrou-se basicamente em 1898. Nas páginas da *RRN*, Alberto Maranhão publicou textos dos mais variados temas e gêneros.⁶¹⁵ Contudo, a temática que ele mais se deteve foi a respeito da história do Rio Grande do Norte. De acordo com ele, seu interesse em escrever sobre a história, a geografia e a economia do estado, já havia se manifestado antes mesmo da publicação da série de artigos, intitulada *O Rio Grande do Norte – ensaio histórico*.⁶¹⁶ No entanto, ele comenta que teve de abandonar a ideia devido à falta de informações sobre a história do seu estado.⁶¹⁷ Alberto Maranhão desconsiderou o *Catálogo*, de Gonçalves Dias, e *A Breve Notícia*, de Manoel Ferreira Nobre, os quais nem menciona em seu ensaio. Todavia, a falta de informações e a *ausência quase completa de dados seguros e verdadeiros* sobre a vida e o passado do Rio Grande do Norte, apontadas por ele, dizem respeito menos aos textos supracitados do que à questão das fontes. É válido assinalar que o *ensaio* de Alberto Maranhão é urdido em sua totalidade, sem a citação de qualquer documentação. Esta é a razão pela qual Alberto Maranhão desistiu de publicar um livro sobre a história do Rio Grande do Norte, optando pelo ensaio.⁶¹⁸

Com a emergência do *Grêmio Polymathico* e, por conseguinte, de sua revista, Alberto Maranhão decidiu publicar um *modesto ensaio*, com capítulos separados e distintos sobre a história, a geografia, a economia, a política-social e a biografia dos ilustres homens do estado, não descartando, porém, a expectativa futura de reunir dados indispensáveis para revestir o texto de *precisa autenticidade* e transformá-lo em um livro destinado aos futuros historiadores do Rio Grande do Norte – muito embora, não tenha conseguido concretizar este projeto.⁶¹⁹ Desse modo, Alberto Maranhão estaria comprometido não só com o presente, mas com o futuro. Para ele, seu ensaio serviria de ponto de partida para que futuros historiadores pudessem escrever sobre o passado do Rio Grande do Norte. Sua função seria preparar a

⁶¹⁴ O primeiro volume foi publicado no dia 11 de janeiro de 1898. Revista do Rio Grande do Norte. In: **A República**. Natal, 11 de janeiro de 1898.

⁶¹⁵ Alberto Maranhão escreveu artigos de crítica literária, analisando algumas obras de literatura nacional e internacional, textos de natureza filosófica e documental, além de contos, tais como: *Um caso mal assombrado* e *Marinha*. Nestes contos, Alberto Maranhão utilizou-se do seu pseudônimo *Zephirino Arruda*. O político norte-rio-grandense publicou também um artigo sobre o teatro nacional, um texto sobre o caso Dreyfus e um estudo comparativo sobre a República.

⁶¹⁶ MARANHÃO, Alberto. *O Rio Grande do Norte – ensaio histórico*. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Volume I. Natal: Empresa d'A República. 1898, p.9.

⁶¹⁷ Idem.

⁶¹⁸ Idem.

⁶¹⁹ Idem. p.9-10.

posteridade. Construir para si esta tarefa, evidencia seu interesse em projetar o seu próprio nome enquanto homem de letras. Assim, os historiadores do futuro teriam que consultá-lo, lançando mão de sua escrita para que novas histórias do estado fossem possíveis.⁶²⁰

Embora considere seu trabalho útil aos futuros historiadores, Alberto Maranhão informa aos leitores que seu ensaio é modesto, imperfeito, cujo mérito é a sinceridade.⁶²¹ O texto de Alberto Maranhão está inserido no momento do desenvolvimento do *ensaísmo*, nas décadas finais do século XIX e no início do XX, no Brasil.⁶²² Neste período, as regras escriturárias do *ensaio histórico* ainda não estavam definidas, mas em via de constituição, aglutinando três saberes hoje considerados, por muitos, distintos: a história, a literatura e a sociologia.⁶²³ Nos primeiros anos do século XX, vários letrados brasileiros tomaram o ensaio como um gênero de escrita para pesquisar a realidade nacional, sendo situado nos limites entre a arte e a ciência.⁶²⁴ É a partir deste modelo de escrita, que homens de letras, como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, utilizaram-se para compreender e interpretar o povo brasileiro e a formação da identidade da nação. Todavia, isso não quer dizer que o *ensaio* no Brasil, pelo menos nesse contexto, tenha construído um modelo homogêneo de escrita.

Ao tratar seu texto como *ensaio histórico*, Alberto Maranhão estava valendo-se de duas perspectivas distintas, mas próprias da constituição do *ensaísmo* brasileiro: por um lado, estava preocupado em mostrar ao leitor que seu estudo era incompleto, carente de uma pesquisa documental mais substancial, portanto, um trabalho ligeiro e inconcluso, mas *sincero*, e por outro, apresentava uma análise interpretativa sobre a formação histórica do Rio Grande do Norte.

⁶²⁰Este empreendimento, destinado aos futuros historiadores, tornou-se um *topos* presente em alguns intelectuais ligados à produção historiográfica norte-rio-grandense, como por exemplo, Luís da Câmara Cascudo. Na década de sessenta, entre outras tarefas, Cascudo tomou para si o emprego de “registrar e transformar sugestão e planos em documentos que ficarão para outros estudiosos.” Neste caso, seu ofício de historiador estaria comprometido também com o futuro: “Seu registro e sugestão serviriam de base para que futuros estudiosos pudessem escrever sobre o passado. Sua função seria preparar a posteridade. Uma escrita da história interessada e endereçada ao futuro. O papel de Cascudo longe de ser apenas sugestivo era notadamente uma projeção do seu próprio nome enquanto intelectual. Embora, estivesse disposto a “guardar o mais possível documentadamente para o futuro”, Luís da Câmara Cascudo vislumbrava sua imortalidade. O documento e ele estariam no mesmo nível, tendo em vista que ambos, através da história, se tornariam imortais. Não só o documento viveria, mas ele também. Os historiadores do futuro teriam que consultá-lo, lançando mão de sua escrita e de sua organização documental para que novas histórias fossem possíveis. O futuro do passado construído pelos futuros historiadores teria no ofício de Cascudo no presente o seu ponto de partida. O sentido de posteridade não é de ensinar as gerações futuras, mas sim de legar um pecúlio documental para que outras histórias possam surgir.” COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Mossoró não cabe num livro: Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense.** João Pessoa: Ideia. 2012. p.107-108.

⁶²¹ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.10.

⁶²² NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado.** São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.402.

⁶²³ Idem, p.400.

⁶²⁴ Idem. p.386.

Assim como alguns ensaístas brasileiros do início do século XX⁶²⁵, Alberto Maranhão não apresentou nenhuma fonte que abalizasse suas interpretações, antes apropriou-se de arrazoados de terceiros, o que evidencia a falta de substancialidade documental de seu ensaio. Neste escrito, Alberto Maranhão tratou de três temas, a saber: a formação étnica do povo norte-rio-grandense, a naturalidade de Felipe Camarão e a participação do Rio Grande do Norte na *Revolução de 1817*. Iremos analisar separadamente cada um destes tópicos.

3.3.1 –A formação étnica do norte-rio-grandense

Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX, a raça, ao lado do meio, constituiu-se como uma das principais categorias de interpretação da realidade nacional.⁶²⁶ A partir da emergência do termo *raça*, no início do século XIX, por Georges Cuvier, foi construído um verdadeiro inventário de diferenças entre os diversos povos, naturalizando as desigualdades econômicas e sociais entre as nações e legitimando a expansão neocolonialista para os continentes africano e asiático.⁶²⁷ Conforme Hannah Arendt, os europeus utilizaram-se do conceito de raça numa tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da sua compreensão, “cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana.”⁶²⁸ A raça passou a ser, sobretudo, a partir da publicação do livro *Essai sur l'inégalité des races humaines*, em 1853, do conde Arthur de Gobineau, uma das chaves interpretativas da história das civilizações.⁶²⁹ O critério racial definia em que estágio evolutivo uma determinada nação estaria no processo civilizatório e explicaria as características fisionômicas e psicológicas do seu povo. A violência, a degeneração, a neurastenia, a loucura, a sensualidade, a disposição ou indisposição para o trabalho etc., eram fenômenos sociais e psicológicos explicados a partir do meio e da raça.

No caso brasileiro em particular, vários homens de letras, sobretudo a partir de 1870, conduziram a discussão em torno da formação étnica da nação, tomando como objeto científico privilegiado o *povo*, a população nacional.⁶³⁰ Autores como Sílvio Romero, José

⁶²⁵ NICOLAZZI, Fernando. *Op.cit.* p.406.

⁶²⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p.16.

⁶²⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.* p.47.

⁶²⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.267.

⁶²⁹ Idem. p.249.

⁶³⁰ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.88.

Veríssimo, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, investigaram a constituição do *povo brasileiro*, evidenciando a contribuição que cada elemento racial (o branco, o índio, o negro) legou à formação do tipo étnico nacional e qual foi mais decisivo neste processo.⁶³¹ É certo que Karl Friedrich Phillip von Martius já havia declarado, em sua premiada dissertação publicada pelo IHGB, em 1844, que qualquer historiador que se encarregasse de escrever a História do Brasil deveria levar em consideração a formação particular da população brasileira, isto é, do encontro, das relações mútuas das três raças que aqui se mesclaram.⁶³² Martius compreendia, décadas antes da *geração de 70*, que cada uma das três raças possuía particularidades físicas e morais, que as distinguiam entre si, e que todas teriam contribuído para o desenvolvimento comum da população brasileira.⁶³³ Embora considerasse o encontro das três raças como elemento formador da nacionalidade, von Martius não expôs as implicações destas relações étnicas na constituição social, cultural e psicológica do *povo brasileiro*. É com a emergência da *geração de 70*, que a mistura das raças passa a permear o debate acerca da nacionalidade.⁶³⁴ De acordo com Rodrigo Turin, descrever como se deu o contato entre as diferentes raças no Brasil, e como essa relação originou os vícios e as virtudes próprias ao povo brasileiro, tornou-se o principal interesse de alguns homens de letras do final do XIX como, por exemplo, Sílvio Romero.⁶³⁵

Não é por acaso que Alberto Maranhão começa seu *ensaio*, sobre o Rio Grande do Norte, tratando acerca da formação étnica do *tipo nacional*.⁶³⁶ Tal como Sílvio Romero, Alberto Maranhão considerava que o povo brasileiro ainda estava em vias de constituição, ou melhor, não era um grupo étnico definitivo.⁶³⁷ Isso não quer dizer que, para ele, no futuro, quando o processo de formação racial se encerrasse, todo o povo brasileiro teria uma caracterização fisionômica uniforme. Pelo contrário, Alberto Maranhão compreendia que o brasileiro tenderia a diferenciar-se, cada vez mais, devido aos fatores físicos e étnicos.⁶³⁸ Longe de ser homogêneo, pelo menos na fisionomia, a constituição do *tipo nacional* penderia para a diversidade racial que, segundo ele, já estaria processando-se cada vez mais entre os brasileiros do Norte e do Sul.⁶³⁹ Para Alberto Maranhão, esta diversidade não teria

⁶³¹ Idem. p.87.

⁶³² MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a historia do Brazil. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 6. 1844. p.382.

⁶³³ Idem.

⁶³⁴ TURIN, Rodrigo. **Op. cit.** p.87.

⁶³⁵ Idem, p.96.

⁶³⁶ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.10.

⁶³⁷ ROMERO, Sílvio. **Historia da Litteratura Brasileira**. Tomo 1 (1500-1830). Rio de Janeiro: B.L. Garnier. 1888, p.65.

⁶³⁸ MARANHÃO, Alberto. **Op. Cit.** p.10.

⁶³⁹ Idem.

implicações negativas para o país, desde que se limitasse aos caracteres fisionômicos e ao modo de sentir individual, e se preservasse o sentimento de unidade e de coletividade do povo brasileiro.⁶⁴⁰ Esta preservação da unidade e do pertencimento nacional, em meio à diversidade étnica do seu povo, só poderia ser garantida “pela influencia poderosa dos interesses políticos e econômicos nacionais, que a orientação patriótica dos partidos deve tornar cada vez mais ligados e dependentes da opinião comum.”⁶⁴¹ Todavia, para Alberto Maranhão, a política de imigração dirigida para os estados meridionais, como: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estava acentuando a diferenciação étnica entre os brasileiros do Norte e do Sul, ameaçando o *espírito da nacionalidade*, o que, para ele, era um erro.⁶⁴² É válido assinalar que Alberto Maranhão não era contrário à política de imigração. Pelo contrário, ele a defendia de maneira ampla, abrangendo a vinda de outros grupos étnicos para além dos arianos europeus, como por exemplo, os japoneses e os chineses. Inclusive, Alberto Maranhão criticou D. Pedro II por ter tolhido a imigração dos chineses no Brasil.⁶⁴³ Para ele, apesar de serem semibárbaros e racialmente inferiores ao branco, como também acreditavam alguns políticos do Império,⁶⁴⁴ chineses e japoneses eram considerados bons imigrantes, pois eram admiráveis máquinas de trabalho e poderiam contribuir significativamente para levantar a agricultura do país.⁶⁴⁵

Alberto Maranhão compreendia a imigração como elemento importante para o desenvolvimento econômico do Brasil, sobretudo, no que concerne ao progresso material das atividades industrial, comercial e agrícola.⁶⁴⁶ Contudo, o letrado norte-rio-grandense advogava a criação de critérios rigorosos para a introdução de imigrantes, que deveriam ater-se às populações do estrangeiro vinculados ao mundo do trabalho, tendo, porém, o cuidado de identificar “as qualidades moraes dos que para nós tenham de vir, pois que já estamos fartos de assimilar a vagabundos e depravados.”⁶⁴⁷ A índole do grupo étnico deveria ser um critério a ser considerado, no entanto, o principal crivo recairia na capacidade dos imigrantes em comprometerem-se com o progresso econômico do país, “fundado na exploração inteligente das prodigiosas terras brasileiras.”⁶⁴⁸ Alberto Maranhão estava mais preocupado com os

⁶⁴⁰ Idem.

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² Idem.

⁶⁴³ Idem. p.14.

⁶⁴⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p.150-151.

⁶⁴⁵ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.14.

⁶⁴⁶ Idem. p.12-13.

⁶⁴⁷ Idem. p.12.

⁶⁴⁸ Idem. p.12.

benefícios materiais que a imigração poderia fornecer à nação do que à política de branqueamento, como defendia Silvio Romero.⁶⁴⁹

Para Alberto Maranhão, o problema não estaria na imigração em si, mas na concentração de um dado grupo étnico, em um determinado local do país. É o caso dos alemães, instalados nos estados do Sul. No final do século XIX, havia aproximadamente duzentas colônias alemãs no Brasil meridional.⁶⁵⁰ Nesse período, as críticas em torno da imigração alemã tornaram-se mais intensas devido às especulações sobre o *perigo alemão*, urdidadas a partir da constatação da propaganda pangermanista junto à população de origem *teuto*, radicada no país.⁶⁵¹ Consoante Giralda Seyferth, discutia-se no final do século XIX, o *perigo alemão*, isto é, “a possibilidade da anexação do sul do Brasil ao Império Alemão, ou da criação de um estado dentro do estado, por iniciativa de colonos que recusavam a assimilação.”⁶⁵² Por um lado, este *perigo* tinha a ver com a organização comunitária dos imigrantes alemães e seus descendentes, voltado para a preservação dos costumes *teutos*, como o uso cotidiano e exclusivo da língua alemã e, por outro, a resistência em assimilar ou misturar-se à população local, isto é, de abraçar-se, o que se tornou um ponto de conflito entre alemães e brasileiros.⁶⁵³ Nesse sentido, com o aumento cada vez maior do contingente de imigrantes *teutos*, o *perigo alemão* passou a permear o debate em torno da problemática da concentração de colônias homogêneas em áreas do Sul do país.⁶⁵⁴ Alberto Maranhão chama a atenção para essa situação: “cumpre-nos ter algum cuidado na distribuição d’esses uteis e inteligentes representantes das raças puras do norte da Europa, para que não fiquem aqueles Estados inteiramente entregues aos alemães do Brasil.”⁶⁵⁵ No primeiro tomo da obra *Historia da literatura brasileira* (1888), Sílvio Romero já alertava para o desequilíbrio étnico entre o Norte e o Sul do país, proporcionado pela concentração da imigração germânica:

⁶⁴⁹ A partir da mistura das três raças, segundo Silvio Romero, o elemento branco ariano iria prevalecer sobre as demais raças, em um prazo de dois ou três séculos de fusão étnica, desembocando conseqüentemente, ao branqueamento da população. ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1960 (Tomo I). p.101.

⁶⁵⁰ VOGT, Olgario Paulo. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007. p.226.

⁶⁵¹ SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise de dois discursos étnicos irreduzíveis. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.10, n. 18/19, 1989. p.113-114.

⁶⁵² Idem. p.118.

⁶⁵³ Idem. p.125.

⁶⁵⁴ Conforme Giralda Seyferth as especulações brasileiras acerca do *perigo alemão* foram, em sua grande maioria, “influenciadas por publicações francesas que criticavam a política imperialista da Alemanha e a doutrina de *Lébensraum* (espaço vital) defendida pela *Liga Pangermânica*. Algumas destas publicações sugeriam um interesse colonialista alemão em relação às áreas ocupadas pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.” Idem. p.122.

⁶⁵⁵ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.11.

Vai tendo consequencias economicas e politicas: ao passo que o norte ha sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no sul, introduzindo os novos elementos – italiano e allemão, – facto que vai cavando entre as duas grandes regiões do paiz um vallo profundo, já de si preparado pela differença dos climas; (...).⁶⁵⁶

Para o sábio sergipano, a solução para o equilíbrio étnico seria reconfigurar cuidadosamente a política de imigração, redistribuindo por todas as áreas do país, possibilitando que as populações dispersas assimilassem os novos elementos trazidos pelos imigrantes: “Si o não fizerem, as tres provincias do extremo sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germanica, valida e poderosa, que a sua independencia será inevitavel; (...).”⁶⁵⁷ Esse arrazoado assentava-se na própria ideia da superioridade racial dos alemães, por serem arianos e terem os mais bem-acabados tipos de cruzamentos, em relação às demais raças, o que levaria a supressão destas e a superabundância germânica.⁶⁵⁸ Assim como Sílvio Romero, Alberto Maranhão concebia que a imigração alemã era uma das melhores da Europa, o que poderia ser atestado pelo desenvolvimento da atividade industrial e comercial no Sul do país, graças à presença dos germânicos nesses empreendimentos econômicos.⁶⁵⁹ Portanto, o *erro ethnológico* não era a imigração em si, mas sim o grande número de estrangeiros de uma só nacionalidade, em um único ponto do país, o que acarretaria em problema político – talvez o do receio de que no Sul do país, pudesse haver uma formação de uma identidade concorrente – e uma ameaça ao *brasileirismo*.⁶⁶⁰ É essa mesma conclusão que chega o personagem *Milkau*, um imigrante alemão que veio ao Brasil, do romance *Canaã* (1902) de Graça Aranha: “o pai não transmitirá mais ao filho a sua imagem, a língua vai morrer, os velhos sonhos da raça, os longínquos e fundos desejos da personalidade emudeceram, o futuro não entenderá o passado...”⁶⁶¹ Na percepção do personagem, a presença do imigrante alemão trazia à alma do brasileiro a angústia, uma sensação de tragédia, ao visualizar que sua ancestralidade não perpetuaria-se mais no futuro, sentimento este que povoaria o imaginário de parte da população nacional.

A saída para o *erro ethnologico* seria incentivar as populações locais para que assimilassem parcialmente as características dos estrangeiros, preservando o *espírito da*

⁶⁵⁶ ROMERO, Sílvio. *Op. cit.* p.92.

⁶⁵⁷ *Idem.*

⁶⁵⁸ MARANHÃO, Alberto. *Op. cit.* p.11; ROMERO, Sylvio. *Op. cit.* p.66.

⁶⁵⁹ *Idem.* p.11.

⁶⁶⁰ MARANHÃO, Alberto. *Op. cit.* p.13.

⁶⁶¹ ARANHA, Graça. *Canaã*. São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza: ABC Editora, 2004. p.25.

nacionalidade e construindo a tradição do país sobre os alicerces sociais já existentes, como esclarece o letrado norte-rio-grandense:

Precisamos ser sempre o povo brasileiro; devemos melhora-lo, fortalece-lo, pela assimilação de outras correntes de vida, mas nunca aniquila-lo pela imprevidente permissão da superioridade numerica das raças estrangeiras; n'esta hypotese, que cumpre evitar, seríamos nós os assimilados: desapareceria o brasileiro, que ainda não é um typodeffinitivo, mas que há de completar-se em varias condições vantajosas si a sciencia e os conhecimentos especiaes das raças humanas presidirem ás futuras introduções de immigrants, livrando-nos de surpresas desagradaveis, (...).

⁶⁶²

Em outras palavras, o que Alberto Maranhão sugeria era que se evitasse a ação predominadora de um só grupo étnico estrangeiro sobre a população nacional, isto é, sobre o *brasileiro*. Este tipo étnico, ainda em formação, voltava-se para o ainda-não-é. Embora já pudesse ser visualizado no presente, o mestiço brasileiro seria uma conformação étnica ainda suscetível aos perigos das ações exteriores, como a referida germanização do Sul. Segundo Alberto Maranhão, caberia aos governos dos estados impedirem que houvesse o monopólio étnico em uma só região, pois poderia implicar na extinção do *brasileiro*, em muitos pontos do país.⁶⁶³ Dito de outra forma, era da alçada dos governos estaduais a concretização do *tipo nacional* no futuro, como um componente étnico definitivo. Desse modo, para Alberto Maranhão, o *brasileiro* (o mestiço) seria a própria realização do futuro nacional, tal como pensava seu mestre Sílvio Romero.⁶⁶⁴ Diante desse debate, levantado por Alberto Maranhão, uma questão nos é posta: por que começar o *ensaio* sobre a história do Rio Grande do Norte com uma discussão sobre a problemática da imigração? A resposta é encontrada na própria economia do texto.

Logo após a digressão acerca da questão da concentração da imigração, na parte meridional do Brasil, Alberto Maranhão tratou de instituir algumas diferenças entre o processo de formação racial no Sul e no Norte do país. Primeiro, as duas regiões geográficas distinguiriam-se pelo clima, o que implicaria em uma configuração étnica diferente. Assim como Sílvio Romero e alguns homens de letras do Brasil do século XIX, Alberto Maranhão considerava a ação do clima como um elemento modificador e não fundador das raças. No Norte do país, segundo ele, as condições climáticas dificilmente permitiriam a adaptação em

⁶⁶²Idem. p.13-14.

⁶⁶³ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.14.

⁶⁶⁴ TURIN, Rodrigo. **Op. cit.** p.155.

massa das populações estrangeiras, o que levaria à formação de um grupo étnico sem interferências de formações raciais exteriores. Enquanto no Sul, os imigrantes alemães e italianos eram mais propensos a adaptar-se ao clima da região, por conseguinte, estariam interferindo diretamente na composição racial das populações locais, podendo suplantar no futuro, “as representações já rareadas do primitivo cruzamento”, isto é, desbancar o mestiço, assim o tipo verdadeiramente nacional estaria em vias de desaparecimento, por causa do processo de imigração.⁶⁶⁵ De acordo com Alberto Maranhão, essa configuração climática implicaria em subdivisões geográficas e étnicas. Nesse sentido, o verdadeiro brasileiro estaria localizado no Norte do país, posto não haver tido nenhuma interferência do elemento imigrante, devido às características climáticas da região. O tipo étnico do Norte seria o mestiço, resultante da fusão dos três grupos que primeiramente entraram em luta: “o português colonizador, o negro escravizado e o índio autochtone.”⁶⁶⁶ Em contraposição, no Sul, o tipo étnico seria o *semi-europeu*, composto de alemães nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catharina e parte do Paraná, de italianos em São Paulo, parte do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas, e de portugueses presentes nessas três últimas unidades da federação.⁶⁶⁷ Nesses estados, segundo Alberto Maranhão, o *mestiço nacional* não poderia desenvolver-se, tendo em vista a presença significativa do elemento estrangeiro, ariano, racialmente superior aos demais grupos étnicos. Diferentemente do Sul, o Norte seria o lugar em que o mestiço brasileiro poderia se constituir enquanto uma raça étnica definitiva.

É importante salientar que, em relação à porção geográfica em que estaria assentado o verdadeiro tipo nacional, Alberto Maranhão discordava de Sílvio Romero. Para o sábio sergipano, o Brasil verdadeiro estaria contido na zona tórrida, correspondendo a quase todas as terras baixas do litoral e às altas dos sertões do Norte, desde a fronteira setentrional até a província de São Paulo.⁶⁶⁸ O Brasil verdadeiro de Alberto Maranhão, o Norte, é menos abrangente do que o de Sílvio Romero: sua extensão vai da Amazônia até a Bahia.⁶⁶⁹

O segundo ponto de diferenciação entre o Norte e Sul é relativo ao futuro da constituição étnica do povo brasileiro. Diante de toda a digressão acerca da concentração de imigrantes alemães no Sul do país, Alberto Maranhão faz a seguinte pergunta: “Fomos os

⁶⁶⁵ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.15.

⁶⁶⁶ Idem.

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ ROMERO, Sílvio. **Op. cit.** p.52.

⁶⁶⁹ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.15.

nortistas por acaso lesados pelas circunstâncias nessa partilha do destino?”⁶⁷⁰ Sua resposta à pergunta, vai de encontro ao arrazoado de Sílvio Romero sobre a referida questão:

Parece-me que não: embora as populações sulistas sejam representantes mais directas da civilização europeia, ás do Norte está confiada a elevada missão de apresentarem no futuro o typo definitivo desse cruzamento que se está operando no littoral centro do país, e extendendo-se para o norte pela emigração nacional para as sedutoras regiões da bacia do Amazonas.⁶⁷¹

Diferentemente do letrado sergipano, a distribuição desigual ou inexistente da política de imigração, pelo território do país, não era vista por Alberto Maranhão como um problema de deveria ser sanado. Como já mencionamos, o *erro etnológico* estaria na concentração de um só grupo étnico em uma determinada região, e não na má distribuição da imigração pelo Brasil, como criticava Silvio Romero. Para Alberto Maranhão, a ausência do imigrante no Norte é um ponto positivo para a formação étnica da nação. A razão é simples: por ter sido o Norte fadado pela natureza e pelas circunstâncias, coube à região guardar as tradições do país, realizando no porvir o *brasileiro* – o tipo étnico nacional.⁶⁷² O Norte é, portanto, percebido como um lugar da tradição – leitura esta que foi ressignificada com a emergência do movimento regionalista e tradicionalista do Recife, nos anos 20 do século XX, sob inspiração de Gilberto Freyre, o qual reconfigurou a percepção sobre o regional, instituindo uma nova concepção espacial, construída em torno da ideia de *Nordeste*, elaborada sob o enredo da saudade e da tradição.⁶⁷³ A visão de que a região Norte guardaria a tradição do país, evidencia o próprio *lugar de fala* em que Alberto Maranhão esteve inserido, qual seja, um político e um letrado vinculado ao antigo regionalismo difuso e provinciano do século XIX e início do XX, advindo, sobretudo, da FDR, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, em que percebia as diferenças entre Norte e Sul do país, a partir do reflexo imediato da natureza, do meio e da raça.⁶⁷⁴ Em grande medida, a construção do Norte, como um espaço de tradição e da inserção do verdadeiro brasileiro, nada mais é do que uma forma de se posicionar frente às disputas pelo poder, entre as regiões do país, na virada do século XIX para o início do XX. O discurso de Alberto Maranhão é uma forma de reforçar este inventário de diferenças, destinando ao Norte a primazia na constituição étnica nacional. É por essa razão que o letrado norte-rio-grandense evidenciava que a referida região estaria destinada a concretizar,

⁶⁷⁰ Idem.

⁶⁷¹ Idem. p.15-16.

⁶⁷² Idem. p.16.

⁶⁷³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.79.

⁶⁷⁴ Idem. p.53.

definitivamente, o tipo genuinamente brasileiro, o mestiço, um conceito carregado de futuro, como afirmou Rodrigo Turin.⁶⁷⁵

Enquanto no Sul, o futuro abria-se à formação do *semi-europeu* ou ao processo de germanização das populações locais, no Norte, a miscigenação das três raças, produto da seleção natural, segundo Alberto Maranhão, conduziria à emergência de uma nova raça, inteligente e forte, “destinada talvez a realizar grandes feitos civilisadores”.⁶⁷⁶ Ao contrário do que acreditavam algumas teorias racialistas do século XIX, como a desenvolvida por Arthur Gobineau, que considerava a mescla das raças um componente da degenerescência e de fragilidade, já que é a raça inferior que acaba preponderando no processo de mistura,⁶⁷⁷ Alberto Maranhão compreendia que a mestiçagem redundaria na constituição de um grupo étnico forte e apto para levar a civilização para outros lugares do país. Parte desse raciocínio de Alberto Maranhão corroborava com a afirmação do médico legista Nina Rodrigues, feita em seu livro *Raças humanas e responsabilidade penal no Brazil*, publicado em 1894,⁶⁷⁸ o qual mencionava que, provavelmente, à população mestiça do Norte estaria reservada a missão de levar a civilização e a cultura europeia ao extremo Norte, sobretudo, à região amazônica, e ao oeste do país: “este facto já está em via de realização no Pará e Amazonas, para onde se tem encaminhado forte corrente emigratória dos estados vizinhos, Ceará, Piauí e Maranhão.”⁶⁷⁹ Fazemos questão de assinalar a expressão *parte desse raciocínio*, porque, distintamente de Alberto Maranhão, Nina Rodrigues compreendia que o mestiço do Norte tinha um caráter indolente, frágil e imprevidente, e não inteligente e forte, como crê o norte-rio-grandense.⁶⁸⁰

Se para Nina Rodrigues os efeitos da miscigenação, no Norte, já poderiam ser constatados na degeneração moral e psicológica da população, para Alberto Maranhão, embora relegada ao futuro, os resultados da mestiçagem do Norte já estariam sendo concretizados no presente, a partir da constatação das qualidades intelectuais de alguns indivíduos da região, tais como: Tobias Barreto, Luiz Gama, André Rebouças, Bazilio da Gama, José do Patrocínio, Francisco Glycerio, Henrique Castriciano, Eloy de Souza, dentre outros.⁶⁸¹ Estes letrados elencados por Alberto Maranhão expressariam a positividade da

⁶⁷⁵ TURIN, Rodrigo. **Op. cit.** p.168.

⁶⁷⁶ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.16.

⁶⁷⁷ ARENDT, Hannah. **Op. cit.** p.252.

⁶⁷⁸ Citamos o livro em questão, porque o próprio Alberto Maranhão o menciona em seu ensaio.

⁶⁷⁹ RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, p.40. Retirado do seguinte site: <http://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>. às 17:31 do dia 08/09/2016.

⁶⁸⁰ Idem.p.59

⁶⁸¹ Idem.

mestiçagem, pois a partir deles era perceptível a inteligência penetrante, a pasmosa facilidade de assimilar todos os conhecimentos humanos, o brilhantismo de espírito, a fluência na oratória, a habilidade política, dentre outras qualidades.⁶⁸² Dentre os excepcionais nomes dos homens de letras mestiços, Alberto Maranhão destacou Tobias Barreto, caracterizando-o como uma das mais altas representações da mentalidade brasileira: “é a afirmação mais soberanamente impressionadora da potencia intelectual do mestiço.”⁶⁸³ É válido destacar que Alberto Maranhão nutria certa admiração intelectual por Tobias Barreto, considerando-o como um dos grandes nomes do mundo letrado da nação.⁶⁸⁴ Como podemos observar na lista de mestiços do Norte com notoriedade intelectual, há a presença de dois mestiços potiguares, Henrique Castriciano e Eloy de Souza, ambos vinculados ao universo letrado do estado. Citá-los era uma forma de evidenciar o lugar do povo norte-rio-grandense no cenário de mestiços notórios do país.

Conforme Alberto Maranhão, no caso particular do Rio Grande do Norte, o tipo de mestiço predominante era o *mulato*. Ele descreveu geograficamente os processos de mestiçagem no estado: o cruzamento racial inscrito no litoral e o outro no alto sertão. Essa configuração, adotada por ele, é uma apropriação da divisão elencada por Nina Rodrigues em

⁶⁸² Idem.

⁶⁸³ Idem.

⁶⁸⁴ Alberto Maranhão publicou em 1898, uma resenha na seção *Bibliographia* da *RRN*, sobre o livro *Machado de Assis – um estudo comparativo de literatura brasileira* (1897) de Sílvio Romero. Nesta obra, o sábio sergipano estabeleceu uma comparação entre dois importantes personagens da literatura nacional: Machado de Assis e Tobias Barreto. Em linhas gerais, a crítica de Sílvio Romero tom assaz elogioso que a crítica fluminense aclamava o romancista carioca em detrimento da importância da obra de Tobias Barreto, a qual o crítico sergipano cunhou de “o calculado menospreço”. No geral, Sílvio Romero mostra que Machado de Assis não foi superior a Tobias Barreto, nem na prosa e nem na poesia.⁶⁸⁴ Tobias Barreto é apresentado por seu conterrâneo, como um dos melhores poetas do Brasil e um dos mais distintos prosadores. Enquanto Sílvio Romero relata que Machado de Assis não tinha fundado nenhuma escola literária no Brasil ou se apropriado de alguma tendência filosófica moderna para formular uma nova estética literária, permanecendo nos limites do romantismo já em dissolução e retrógrado, Tobias Barreto é descrito como o introdutor de várias correntes filosóficas alemãs na literatura nacional, um mestre que emancipou os jovens das velhas tutelas do pensamento francês, um espírito agitador, um agente de transformação no terreno das ideias etc. É neste ponto que Alberto Maranhão encontra Sílvio Romero. Alberto Maranhão concorda plenamente com conclusões de Sílvio Romero a respeito do esquecimento de Tobias Barreto pelos intelectuais do sul do país: “Compreende-se facilmente, com a leitura do livro de Sylvio Romero, que o grande artista do Braz Cubas não pode absolutamente ser collocado em plano superior na historia das letras do Brazil ao em que justamente se deve assignalar a Tobias Barreto.” Praticamente, toda a sua análise crítica da referida obra reforçava os argumentos desenvolvidos pelo sábio sergipano. No início deste capítulo, mostramos as aproximações intelectuais que os jovens norte-rio-grandenses estudantes de direito da FDR tinham com o conjunto de ideias defendidas pelos principais representantes da *Escola de Recife*. Decerta forma, Alberto Maranhão se colocava como parte da própria tradição literária e filosófica que Sílvio Romero intentava construir. Desse modo, não é sem razão que o bacharel Alberto Maranhão tenha corroborado com as afirmações de Sílvio Romero sobre Tobias Barreto, muito embora, tenha deixado claro que a importância do livro do sergipano, a qual analisa, tenha sido elevar o autor de *Estudos Alemães* (1883), sem diminuir Machado de Assis. Conferir: MARANHÃO, Alberto. Machado de Assis por Sylvio Romero. *Bibliographia*. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano 1. Número 2. Natal. 1898 e ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis – um estudo comparativo de litteratura brasileira**. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1897

seu ensaio *Raças humanas e responsabilidade penal no Brasil* (1894), citado pelo próprio Alberto Maranhão.

O médico baiano dividiu os mestiços brasileiros em um número variável de classes: os mulatos, produto do cruzamento do branco com o negro, que se subdividem em mulatos dos primeiros sangues, mulatos claros e mulatos escuros; os mamelucos ou caboclos, produto do cruzamento do branco com o índio; e os curibocas ou cafuzos, produto do cruzamento do negro com o índio; e os pardos, produto do cruzamento das três raças e proveniente, principalmente, do cruzamento do mulato com o índio, ou com os mamelucos caboclos.⁶⁸⁵ Levando em consideração a divisão proposta por Nina Rodrigues, Alberto Maranhão evidencia que a formação étnica do mestiço norte-rio-grandense, assim como em todo o centro litoral do Brasil, era uma mescla variadíssima de mulatos, mamelucos, caboclos, curibocas e pardos.⁶⁸⁶ Desse modo, no Rio Grande do Norte havia a presença de toda a diversidade mestiça, embora houvesse o predomínio do tipo mulato e suas variantes: “o de primeiro sangue, claros e escuros.”⁶⁸⁷ Assim, os outros componentes étnicos, branco, índio e negro, só poderiam ser pensados a partir do processo de miscigenação. O mestiço suplantava toda a particularidade das três raças no estado. É por esse motivo que Alberto Maranhão não tratou separadamente cada uma das raças – apesar de destinar três parágrafos para tratar do elemento negro no Rio Grande do Norte, no último tópico da primeira parte do seu ensaio. Nesses parágrafos, o elemento negro é pensado como uma raça que sucumbiu à assimilação com as populações indígena e branca.⁶⁸⁸ Para Alberto Maranhão, isso explica a razão da redução do contingente de negros no estado. Todavia, apesar de franca extinção, Alberto Maranhão dava como certa as vantagens étnicas que o elemento africano legaria para a formação racial do povo norte-rio-grandense, não obstante o seu caráter infantil.⁶⁸⁹

Embora as três raças fossem importantes para a formação étnica do norte-rio-grandense, nenhuma sobreviveria em seu estágio puro, de acordo com Alberto Maranhão. Para ele, assim como para Nina Rodrigues, num futuro próximo todas as três raças se diluiriam de todo no cruzamento mestiço, pelo menos na porção litorânea do estado.⁶⁹⁰ O processo de mestiçagem ainda não estava conclusivo, mas aberto ao futuro, embora, segundo o

⁶⁸⁵ RODRIGUES, Raimundo Nina. **Op. cit.** p.32.

⁶⁸⁶ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.21.

⁶⁸⁷ Idem.

⁶⁸⁸ Idem.

⁶⁸⁹ Idem. É válido mencionar que Nina Rodrigues já havia destacado o caráter instável do negro, caracterizando-o como uma criança. RODRIGUES, Raimundo Nina. **Op. cit.** p.49.

⁶⁹⁰ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.22; RODRIGUES, Raimundo Nina. **Op. cit.** p.49.

letrado potiguar, já apresentasse na sociedade norte-rio-grandense do litoral, o maior contingente de mulatos claros.⁶⁹¹

Indo na contramão da miscigenação processada na parte litorânea do estado, no alto sertão o tipo étnico predominante não seria o mestiço, mas quase exclusivamente a raça branca.⁶⁹² A explicação para a particularidade étnica do alto sertão não é encontrada no presente, mas no passado, uma vez que no espaço sertanejo houve a constituição de uma população representada pelos descendentes de holandeses, que ali se estabeleceram no começo do século XVII.⁶⁹³ Conforme Alberto Maranhão, o domínio holandês no Rio Grande do Norte tinha deixado muitos vestígios, sobretudo na formação étnica do tipo sertanejo, localizada na região do Apodi e do Seridó.⁶⁹⁴ De acordo com ele, a fisionomia e as qualidades morais da população do alto sertão norte-rio-grandense assinalavam a tenacidade trabalhadora da raça flamenga.⁶⁹⁵ Alberto Maranhão não era o único letrado do estado que acreditava na tese da ascendência flamenga dos sertanejos potiguares. O presidente do *Grêmio Polymathico*, Antônio de Souza, em seu artigo *Três séculos*, publicado no primeiro número da *RRN*, afirmava que, apesar de efêmera passagem no alto sertão do Rio Grande do Norte, os holandeses “deixaram gottas de seu sangue vigoroso e ousado ainda hoje reconhecíveis nas nossas populações do interior.”⁶⁹⁶ Embora afirme o legado holandês na formação étnica do sertanejo norte-rio-grandense, Alberto Maranhão não está considerando que a colonização holandesa traria uma conformação racial superior à experiência portuguesa. Para ele, a colonização flamenga, assim como a lusitana, traria vantagens civilizatórias limitadas à futura nacionalidade brasileira, não pela raça em si, mas pela prática de enviar às colônias os degradados, homens que não primavam pela moralidade “e na rapina, é sabido, constituia a maior ocupação dos *civilizados* que vinham *protectoramente* desalojar das suas selvas queridas os nossos bravos e indolentes autochtones.”⁶⁹⁷ Sucintamente, o problema não era a raça, lusitana ou holandesa, mas o sistema colonial que encaminhava às colônias os desmoralizados mercenários.

Em suma, não obstante trate da especificidade do processo de formação étnica no alto sertão do Rio Grande do Norte, para Alberto Maranhão, o norte-rio-grandense, como um todo, seria uma figuração do mestiço do Norte, o tipo étnico brasileiro. Este é, segundo ele, o

⁶⁹¹ Idem.

⁶⁹² Idem. p.21-22.

⁶⁹³ Idem.

⁶⁹⁴ Idem. p.19.

⁶⁹⁵ Idem.

⁶⁹⁶ SOUZA, Antônio de. *Tres séculos* (de 25 de dezembro de 1597 a 25 de dezembro de 1897). In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Volume I. Natal: Empresa d'A República. 1898. p.5.

⁶⁹⁷ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.20.

que se encarregaria de levar a civilização ao restante do país, com exceção dos estados do Sul. Em vez de degenerado e neurastênico, o mestiço do Norte é considerado como portador da civilidade e da autêntica nacionalidade. Assim, ao mestiço é destinado não só à ventura do devir nacional, mas à centralidade na formação étnica do país. Para Alberto Maranhão, o norte-rio-grandense, ao lado do cearense, piauiense, maranhense etc., fazia parte do verdadeiro tipo nacional, o mestiço. Isso explica o motivo pelo qual ele iniciou seu ensaio tratando da questão racial no Brasil.

3.3.2 – A retórica da naturalidade: a pátria de Felipe Camarão como um problema historiográfico

No primeiro artigo da série *O Rio Grande do Norte – ensaio histórico*, Alberto Maranhão quis demonstrar aos seus patrícios que o norte-rio-grandense era, antes de tudo, uma figuração do mestiço nacional, em outras palavras, uma representação do verdadeiro brasileiro. Essa questão diz respeito ao agenciamento do autor em conferir uma identidade étnica ao povo rio-grandense-do-norte, diante do quadro geral da formação racial da nação.

No segundo artigo do ensaio, publicados no volume II da *RRN*, Alberto Maranhão encarregou-se de outra tarefa: “trazer ao futuro historiador o concurso, modesto sim, mas que exprime tambem sincera admiração de um brasileiro, e mais, de um rio-grandense do norte pelo valoroso *potyguar* (...) elevou, honrando-o para a historia, nas luctas continuas da colonisação, o nome rio-grandense.”⁶⁹⁸ O *valoroso potyguar*, o qual Alberto Maranhão referia-se é o índio Felipe Camarão. Neste artigo, o objetivo do autor não era listar os grandes feitos e/ou ação do *valoroso potyguar*, nas lutas contra os holandeses.⁶⁹⁹ Seu escopo era escrever uma biografia do *índio poty*, ou melhor, um aspecto de sua narrativa de vida, qual seja, o local do seu nascimento, para que os historiadores do futuro a ressaltassem na *história especial do Rio Grande do Norte*.⁷⁰⁰ O intento de Alberto Maranhão era, por meio do seu ensaio, persuadir os futuros historiadores do estado da relevância do referido índio, *corajoso*, *civilizado* e *leal*, não só para a história do Rio Grande do Norte, mas também para a construção da memória histórica da nação.⁷⁰¹ A questão aqui não era somente sublinhar a ação de um determinado indivíduo na história, mas, sobretudo, ressaltar como a identidade

⁶⁹⁸ MARANHÃO, Alberto. *O Rio Grande do Norte – ensaio histórico*. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Volume II. Natal: Empresa d’A República. 1898. p.79.

⁶⁹⁹ Idem, p.78.

⁷⁰⁰ Idem.

⁷⁰¹ Idem.

histórica coletiva de um povo, no caso o norte-rio-grandense, poderia ser representada por Felipe Camarão. De acordo com Alberto Maranhão, é a partir deste índio que o Rio Grande do Norte entraria na construção da memória histórica da nação:

(...) e com elle, unicamente devido ao valor d'esse filho heroico, é que o Rio Grande do Norte entra dignamente na historia, logo após a sua conquista, tomando parte activa nos acontecimentos bellicosos da colonia portuguesa sob o dominio dos Felippes, senhores, por usurpação, do Portugal decadentede D. Antonio, o prior do Crato.⁷⁰²

Para Alberto Maranhão, a história do Rio Grande do Norte e dos demais estados da federação brasileira deveria ser escrita a partir da biografia dos chamados “grandes homens representativos da nossa raça, que se impuzeram, como individuos superiormente dotados, em varias epochas da vida nacional.”⁷⁰³ Felipe Camarão seria o tipo representativo do Rio Grande do Norte, *o grande homem* genuinamente norte-rio-grandense que participou da experiência histórica da luta contra os holandeses.⁷⁰⁴ Como podemos perceber, o referido índio é considerado por Alberto Maranhão como um *grande homem*, mas não absolutamente nos termos concebidos pela tradição iluminista, “louvado por personificar a excelência do homem letrado, benfeitor da humanidade e sobretudo dotado de virtudes exemplares como servidor do Estado.”⁷⁰⁵ O uso do *topos grande homem* por Alberto Maranhão possui mais um valor retórico que filosófico. Felipe Camarão não está imbuído de uma investidura transcendente, um *Espírito* que o arrebatava em direção ao objetivo final da história, como pensava Hegel.⁷⁰⁶ A grandeza do índio *poty* reside em sua ação em favor dos portugueses contra os holandeses,

⁷⁰² Idem. p.79.

⁷⁰³ Idem.

⁷⁰⁴ Idem.

⁷⁰⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Op. cit.** p.21.

⁷⁰⁶ Na filosofia da história de Hegel, os *grandes homens* seriam os indivíduos históricos do mundo, aqueles que apreendiam uma proposição universal, fazendo desta, seu objetivo particular e realizando-o no tempo “em conformidade com a lei mais elevada do espírito.” Para Hegel, a história do mundo estaria no domínio do Espírito. O homem é ativo no reino do Espírito, seja o que for que faça, ele é a criatura na qual o Espírito opera no mundo. A marcha do Espírito constituiria-se em direção à consciência da Liberdade, o objetivo final do mundo, ou melhor, a Liberdade *per se* é a própria meta e o propósito único do Espírito. Nesse sentido, as ações dos indivíduos configurariam-se como um dos meios pelos quais a Liberdade desenvolveria-se no mundo. De acordo com o filósofo alemão, homens como César, seriam afortunados por serem os agentes de um objetivo que constituiu uma etapa no desenvolvimento do Espírito universal. César, por exemplo, ao realizar seu objetivo, isto é, instituir a autocracia sobre Roma, cumpria, ao mesmo tempo, o necessário destino histórico da civilização romana e do mundo. César e outros indivíduos históricos do mundo, seriam motivados não apenas pelos seus interesses privados, mas também pelo instinto de realização daquilo que suas épocas exigiam. Em outras palavras: “seus objetivos pessoais contêm a vontade essencial do Espírito do Mundo.” Embora, estivessem agindo motivados pelas suas paixões e interesses particulares, os grandes homens estariam realizando o desenvolvimento do Espírito no tempo, ou seja, a sua marcha universal em busca da Liberdade. Conferir: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história:** uma introdução geral à filosofia da história. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

justamente por participar, como um personagens centrais da luta, do principal acontecimento histórico do Brasil colonial considerado pelos historiadores brasileiros do século XIX. Nesse sentido, Felipe Camarão como uma *grande homem* estava associado ao seu serviço prestado ao bem da *Pátria*.⁷⁰⁷ Não é sem razão que, além de *grande homem*, Alberto Maranhão adiciona mais um elemento à biografia de Felipe Camarão: a figura de herói, já em processo de dissolução no século XIX, devido ao crescente processo de secularização proporcionado pelo pensamento ilustrado desde o setecentos e ao progresso dos valores liberais e democráticos que a colocaram sob suspeita “a fim de fazer outras lógicas mais coletivas, sociais.”⁷⁰⁸

No século XIX, o herói quase divino ou revolucionário passa a dar lugar ao *grande homem* secularizado, laicizado, civilizado, muito embora, sua presença não tenha desaparecido por completo na produção literária, biográfica e historiográfica de alguns países europeus.⁷⁰⁹ No *ensaio histórico* de Alberto Maranhão, a figuração de Felipe Camarão como herói estava mais próximo do sentido secularizado, isto é, de um indivíduo que lutou a favor da *Pátria* contra os holandeses do que um mártir ou um revolucionário. É exatamente a ideia do índio *poty* como um indivíduo patriota, civilizado, que urde, em um mesmo plano retórico, a figuração do herói e a do *grande homem*. Estes termos eram empregados por Alberto Maranhão de forma indistinta – o que não era tão impróprio assim, tendo em vista que o famoso historiador escocês Thomas Carlyle utilizava-se do mesmo expediente.⁷¹⁰ Para Alberto Maranhão, a grandeza e a heroicidade do índio *poty* estaria atrelada, exclusivamente, à participação na guerra flamenga. Apesar de ressaltar o caráter religioso e civilizacional de Felipe Camarão, um índio convertido ao catolicismo, é a figura militar que evidencia e torna-se digna de ser ensinada nas escolas e inscrita no coração da juventude.⁷¹¹ As figurações do *grande homem* e do *herói* só reforçam a retomada do conceito antigo de Plutarco, de vidas que se narram por seu caráter exemplar, virtuoso e moralizante, tal como era feito nas páginas da *RIHGB* oitocentista.⁷¹²

⁷⁰⁷ ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000.

⁷⁰⁸ DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009. p.167.

⁷⁰⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Op. cit.** p.17-21.

⁷¹⁰ ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.p.180.

⁷¹¹ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.90.

⁷¹² Conferir: CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: **Métis**: história & cultura – v.2, n.3, p.73-94, jan./jun. 2003 e OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Felipe Camarão não é apresentado por Alberto Maranhão como um indivíduo capaz de trazer uma mensagem que se pretende ser universalizante. Ele é uma representação do nacional e não do universal. Felipe Camarão é um indivíduo que pertence à memória nacional e não a memória universal e é por esta razão que, para Alberto Maranhão, a biografia do herói e do *grande homem* potiguar seria o passaporte do Rio Grande do Norte para a memória histórica da nação: “É cumpre-nos agora somente, a nós rio-grandenses do Norte, saber honrar e dignamente perpetuar a memória do heroico varão potyguar cuja bravura inexcedível inicia na história do Brazil aacção parcial do nosso Estado.”⁷¹³ Fica claro, no discurso de Alberto Maranhão, que a biografia do índio *poty* construiria, concomitantemente, o lugar do estado e do indivíduo na elaboração da memória nacional. Dentro de um plano geral da história do Brasil, o quinhão reservado para os estados deveria ser a biografia dos seus ilustres varões. A história regional seria escrita pelas narrativas de vida dos seus indivíduos célebres. A biografia, portanto, agregaria a história regional à história da nação. De acordo com Maria da Glória de Oliveira, a ideia de que a tarefa da história era fixar a memória das vidas e dos feitos dos *grandes homens* funcionou como argumento decisivo para integrar as biografias ao programa do IHGB, no século XIX.⁷¹⁴ Assim como os membros do IHGB do século XIX, Alberto Maranhão considera a biografia como parte integrante da construção da memória nacional. Todavia, sutilmente, a proposta de Alberto Maranhão diferia-se dos sócios da referida agremiação. A biografia incorporaria-se à memória da nação não num mesmo plano, dividindo um mesmo território, mas instituindo um lugar outro, isto é, pertencendo ao domínio da história regional.

Por meio da biografia, o letrado e político norte-rio-grandense fixava Felipe Camarão como exemplo a ser seguido pelos conterrâneos, do presente e do futuro, e perpetuava a sua memória heroica, prestando-lhe uma espécie de tributo:

Com o direito que assiste aos chefes do pensamento ou da actividade material na lucta ininterrupta da progressiva marcha da humanidade, Felipe Camarão bem merece que o Rio Grande do Norte, inscrevendo o seu nome no coração da juventude por meio da explicação nas escolas dos poucos, mas frisantes traços biographicos que d'elle conhecemos, pague á sua memoria uma divida de gratidão,objectivando esse sentimento, opportunamente, com um momento publico que rememore para sempre o papel eminente que desempenhou na historia o nosso illustrecoestadano, representante genuino da raça autochtone do Estado que habitamos.⁷¹⁵

⁷¹³ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.90.

⁷¹⁴ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Op. cit.** p.14.

⁷¹⁵ Idem.

Fica evidente no excerto acima que escrever os traços biográficos de Felipe Camarão seria uma forma de rememorar uma dívida de gratidão por seus serviços à *Pátria*. Seria, igualmente, uma maneira de rememorar os feitos do varão ilustre do Rio Grande do Norte. Maria da Glória de Oliveira destaca que, entre os sócios do IHGB do XIX, a biografia configuraria-se como um trabalho de memória que não se reduzia à fixação de exemplos, mas também pressupunha uma relação de herança e dívida para com o passado: “a escrita biográfica confundir-se-ia com a prestação de um tributo devido às vidas dos grandes homens, com a qual se perpetuariam suas ações e se consignariam seus verdadeiros “lugares” na história.”⁷¹⁶ Como podemos observar, a forma com que Alberto Maranhão concebe o papel da biografia no processo de rememoração do passado, indica uma aproximação intelectual com as concepções de história e de biografia presentes entre os sócios do IHGB. Não é ilícito aventar que, mesmo não sendo membro da agremiação, Alberto Maranhão tenha sido um leitor das revistas do IHGB e que a partir delas tenha afiançado suas concepções acerca da função da biografia na representação do passado. Mas que tipo de escrita biográfica Alberto Maranhão construiu para o índio Felipe Camarão? Ou melhor, que aspecto da vida do *herói potiguar*, ele debruçou-se?

Alberto Maranhão não escreveu uma narrativa de vida linear e totalizante, como era comum em algumas biografias do XIX. Ele estava particularmente interessado em um aspecto da biografia de Felipe Camarão: o lugar do seu nascimento. Esse recorte biográfico do autor estava diretamente vinculado ao debate promovido por alguns letrados brasileiros da segunda metade do século XIX, acerca da naturalidade do índio Felipe Camarão. Emergiu neste momento, o que chamamos de *retórica da naturalidade*.⁷¹⁷ Para uma compreensão mais detalhada dessa noção, decidimos reservar um espaço à parte nesse subtópico.

⁷¹⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Op. cit.** p.142.

⁷¹⁷ Esse termo foi construído à luz das reflexões acerca do conceito de *rhétorique de lanationalité* desenvolvido pelo historiador Temístocles Cezar em sua tese de doutorado, intitulada *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*, defendida em Paris, na École des Hautes Études en Sciences Sociales em 2002. De acordo com Temístocles Cezar, a *retórica da nacionalidade* foi o ponto de articulação de toda obra de Francisco Adolfo Varnhagen. O historiador de Sorocaba produziu um discurso destinado a persuadir os brasileiros de que comungavam um passado em comum, bem como de um presente com a mesma identidade. Para isso, Varnhagen utilizou-se da “arte de persuadir”, convencendo por meio de figuras, de procedimentos advindos da linguagem, que puseram em movimento o historiador para construir a *retórica da nacionalidade* com intuito de fazer crer. CEZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle**. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 2002. p.441.

A *retórica da naturalidade* é considerada aqui como uma estratégia discursiva que visa persuadir, convencer, que o índio *poty* pertencente a uma determinada *pátria* (província/estado), construindo uma identidade partilhada entre o concidadão do passado (Felipe Camarão) e os seus supostos conterrâneos do presente. Desse modo, a *retórica da naturalidade* constituiu-se como campo discursivo de disputa, protagonizado por alguns homens de letras do Brasil, e até mesmo do estrangeiro,⁷¹⁸ surgido na segunda metade do século XIX em torno do local de nascimento do índio *Poty*, cujo intuito principal era definir uma *verdade histórica* sobre a querela, legitimando dados projetos identitários. A partir desta noção, uma pergunta faz-se necessária: por que a naturalidade de Camarão foi objeto de disputa entre os letrados brasileiros, sobretudo, aqueles instalados nas províncias do Norte, mormente, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte?

Um primeiro aspecto a ser destacado é a centralidade que a figura do índio teve para alguns homens de letras do Brasil oitocentista, especialmente para os escritores românticos, como: Gonçalves Dias e José de Alencar, que a considerava como uma parte integrante da constituição da originalidade brasileira.⁷¹⁹ No entanto, é válido assinalar que o elemento indígena, entendido como portador da verdadeira brasilidade ou da origem nacional, colocou vários letrados em lados opostos, tanto historiadores, como literatos vinculados ao romantismo.

A figura de Felipe Camarão possuía certa particularidade. Segundo Armelle Enders, a memória do *índio potiguar* foi favorecida pela febre indianista, o que fez dele, em meados do século XIX, o principal beneficiário do episódio da restauração portuguesa: “Foram-lhe consagradas várias notícias biográficas, enquanto sua mulher, dona Clara Felipe Camarão, e seu sobrinho, Diogo Camarão – sobre os quais, no entanto, não existem muitas informações – transformaram-se igualmente em figuras exemplares.”⁷²⁰ Ainda de acordo com a historiadora, Felipe Camarão tornou-se verdadeiramente uma unanimidade, uma vez que os autores *indiófilos* encontravam nele “a confirmação da exatidão de suas convicções”, já para os *indiófobos*, como Varnhagen, um opositor dos indianistas, “era ele a prova de que o bárbaro pode ser corrigido.”⁷²¹

Um outro aspecto está diretamente relacionado ao lugar que a luta contra os holandeses teve na historiografia oitocentista. O episódio era um dos prediletos dos letrados

⁷¹⁸ Gostaríamos de ressaltar que Pedro Théberge, médico francês, radicado no interior do Ceará, foi o único estrangeiro a participar da querela.

⁷¹⁹ TURIN, Rodrigo. **Op. cit.** p.158.

⁷²⁰ ENDERS, Armelle. **Op. cit.** p.147.

⁷²¹ Idem.

do Império.⁷²² O próprio Varnhagen dedicou anos de sua carreira intelectual ao tema, antes mesmo de publicar a *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*, primeiramente em Viena, em 1871, e, posteriormente, em Lisboa, em 1872.⁷²³ Assim como a naturalidade de Camarão, a restauração também foi alvo de disputa, sobretudo, dos historiadores vinculados ao IAGP que, a partir de 1862, passaram a preocupar-se em defender a naturalidade dos seus supostos ilustres varões, como Felipe Camarão, e construir uma versão pernambucana sobre acontecimentos seminais da história da província.⁷²⁴ Não é sem razão a afirmação que, em seu discurso de fundação do IAGP, em outubro de 1862, o presidente Joaquim Pires Machado Portella, tenha afirmado que Pernambuco tinha uma história própria e que esta atravessaria os principais acontecimentos da experiência histórica da nação.⁷²⁵ Nesse sentido, além de organizar os documentos esparsos e tratar da história da província, um dos interesses principais do IAGP era evitar que a história das lutas contra os holandeses fosse escrita sob critério da *historiografia imperial* e “para que se corrigissem as deformações da perspectiva unitária e fluminense que fora a da *História geral do Brasil*, de Varnhagen (1854), com o seu tratamento intolerante da revolução de 1817.”⁷²⁶

Em contraposição à historiografia pernambucana ligada ao IAGP, os historiadores da Corte passaram a interessar-se, cada vez mais, pela temática da restauração pernambucana – incorporando-a à construção da memória nacional – já que este acontecimento estava “gravado na lembrança das elites dessa província do Nordeste, conhecidas por seu antigo e entranhado sentimento nativista.”⁷²⁷ No século XIX, a temática em torno da restauração pernambucana seduziu um grande número de homens de letras dentro e fora de Pernambuco, que interpretava o episódio como a primeira manifestação do patriotismo brasileiro, “quando portugueses, índio e negros, sem o apoio da metrópole, conseguiram repelir o estrangeiro.”⁷²⁸ Dessa maneira, os heróis nacionais da restauração, Vidal Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, eram considerados os genuínos representantes do sentimento patriótico brasileiro frente ao outro, o *invasor* holandês. Reivindicar a naturalidade desses heróis era uma estratégia intelectual, pois evidenciaria a primazia e a centralidade de uma determinada província na memória histórica da nação.

⁷²² Idem, p.145.

⁷²³ Idem.

⁷²⁴ PORTELLA, Joaquim Pires Machado. DISCURSO. In: **RIAP**. Recife. Número I. 1863. p.8-9.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p.67.

⁷²⁷ ENDERS, Armelle. **Op. cit.** p.145.

⁷²⁸ Idem, p.147.

Os pernambucanos foram os primeiros a apropriar-se da naturalidade de Felipe Camarão. Desde sua gestação, durante a segunda metade do século XVII até meados do século XIX, o *nativismo pernambucano*, baseado nas crônicas luso-brasileiras, tais como: *Valeroso Lucideno* (1648), de frei Manoel Calado Salvador, *Memórias diárias de la guerra del Brasil* (1654), de Duarte de Albuquerque Coelho, a *Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica* (1676), de Francisco de Brito Freyre e *Catrioto lusitano* (1679), de frei Rafael de Jesus, já considerava os heróis da restauração, Felipe Camarão, Vidal e Henrique Dias, como filhos de Pernambuco.⁷²⁹ O *nativismo pernambucano* tinha eleito aqueles como *heróis* da restauração, juntamente com Vieira, o reinol considerado filho adotivo de Pernambuco, formando a tetrarquia imaginária que constituía o sistema do exército restaurador do início da guerra contra a Holanda, em 1645, à posse de Barreto no comando em 1648.⁷³⁰

No século XIX, os letrados pernambucanos procuram assentar o imaginário nativista disputando com outros homens de letras que colocaram sob suspeição a naturalidade pernambucana de alguns heróis da restauração como: Henrique Dias e Felipe Camarão. O primeiro pernambucano a defender tenazmente a *pernambucaneidade* do índio *poty* foi o biógrafo Antônio Joaquim de Mello, em *Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco*, publicado em dois volumes, em 1856 e 1858. As biografias presentes nessa obra foram, primeiramente, publicadas no *Diário de Pernambuco*, sendo revisadas, e acrescentadas documentos inéditos e outras poesias.⁷³¹ Nem Henrique Dias e nem Felipe Camarão ganharam um capítulo à parte nos dois volumes. Porém, Joaquim de Mello tratou desses personagens em uma nota de rodapé referente à biografia do capitão *Luiz Barbalho Bezerra*, um dos personagens pernambucanos na luta contra os holandeses.⁷³² O objetivo da nota era apresentar *quando* e *onde* morreram e foram sepultados os *antepassados* dos pernambucanos e conterrâneos de Luiz Barbalho Bezerra, no caso Henrique Dias e Felipe Camarão.⁷³³ Embora tenha escrito sobre os dois primeiros, laconicamente, é verdade, o principal interesse de Joaquim de Mello era tratar dos dois personagens, Henrique Dias e Felipe Camarão, das quais pairavam dúvidas e controvérsias em torno do local de nascimento de ambos, já que alguns, como Varnhagen, haviam afirmado que Felipe Camarão não era pernambucano.

⁷²⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Op. cit.** p.198.

⁷³⁰ Idem.

⁷³¹ MELLO, Antonio Joaquim de. Advertencia do autor. In: **Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco**. Tomo I. Recife: Typographia Universal, 1856.

⁷³² O autor traz também ligeiros traços biográficos de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, muito embora, não fossem pernambucanos. Idem. Luiz Barbalho Bezerra. In: **Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1856. p.110.

⁷³³ Idem.

Visconde de Porto Seguro foi um dos historiadores a contrapor-se à tese da naturalidade pernambucana de Felipe Camarão: “Este Índio célebre era filho do Ceará, e fôra d’ahi trazido, com todos os bravos de sua escolta, pelo capitão Martim Soares, apenas teve noticia do perigo de Pernambuco.”⁷³⁴ Aqui começa a polêmica. A *retórica da naturalidade* emergiu da reação do biógrafo pernambucano, Joaquim de Mello, frente à tese de Varnhagen. Gostaríamos de destacar que o Visconde de Porto Seguro não foi o único a alegar que Felipe Camarão tinha nascido no Ceará. Aires de Casal, Robert Southey, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Basílio Quaresma Torreão, dentre outros, já haviam afirmado antes de Varnhagen que o índio *poty* era cearense.⁷³⁵

A reação de Joaquim de Mello, à tese de Varnhagen, tem a ver, primeiro, com o fato deste gozar de certo prestígio intelectual de amplitude nacional, o que poderia legitimar sua tese em detrimento da versão pernambucana; segundo, Varnhagen representava a produção historiográfica da Corte, a qual os letrados pernambucanos contrapunham-se, pelo menos no que tange aos temas pertinentes à província; e, por último, a estratégia do biógrafo de conferir à província de Pernambuco a centralidade no mais importante acontecimento histórico do período colonial, por meio da afirmação da naturalidade pernambucana dos seus principais personagens. Para Joaquim de Mello, uma questão era latente: desfazer a afirmação de Varnhagen, ou melhor, reparar o suposto erro cometido por ele no primeiro volume de sua *História Geral do Brazil*: “Aonde descobriria o laborioso Historiador taes novidades? Elle está na indispensavel obrigação de nos revelar em toda sua luz os elementos da sua convicção, ou de retratar-se, á vista do que possamos a deduzir, que prova que as suas asserções são falsas.”⁷³⁶

Consoante Joaquim de Mello, não restava dúvida de que Felipe Camarão tinha nascido, casado e residido em sua província: “Estas verdades correntes em Pernambuco, e attestadas pelos Historiadores não socontemporaneos, mas testemunhas oculares, e em parte

⁷³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854. p.362.

⁷³⁵ Gostaríamos de acrescentar que João Manoel Pereira da Silva no tomo primeiro do seu livro *Os varões ilustres do Brazil* durante os tempos coloniães (1858), afirmou que Felipe Camarão teria nascido na Paraíba em 1598. SILVA, João Manoel Pereira da. **Os varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniaes**. Tomo I. Paris: Livria de A. Franck; Livraria de Guillaumi, 1858.p.304-305.

⁷³⁶ MELLO, Antonio Joaquim de. Advertencia do autor. In: **Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1858. p.182.

documentadas com escripturas publicas, nunca foram objectos de duvidas.”⁷³⁷ Dois elementos foram postos para fundamentar os argumentos de Joaquim de Mello: a prova documental – um conjunto de fontes que o autor coloca ao final do texto, em anexo, e, principalmente, o relato das testemunhas oculares.

Apesar da figura da testemunha ocular ter sido dispensável por alguns historiadores europeus do XIX, ⁷³⁸ o biógrafo pernambucano credita-lhe autoridade, justamente, por ser contemporânea do índio Felipe Camarão, e por ter presenciado o acontecimento em si, o fato de *ter estado lá* na luta contra os holandeses. Desde os antigos, especialmente Homero e Heródoto, a testemunha (não ocular) já era concebida como uma figura de autoridade.⁷³⁹ Em seus textos, tanto Homero como Heródoto não se utilizaram de relatos de testemunhas oculares, baseando-se, em grande medida, a partir da narrativa que tem como centro o ouvido e não o olho. Em posição contrária a Homero e a Heródoto, Tucídides legitima seu *logos* não pelo que ouve ou pelo que *dá testemunho*, mas pela *autópsia*, pelo que ele vê por seus próprios olhos. Desse modo, Tucídides critica a testemunha e a memória, tendo em vista que, para ele, a única história viável é aquela do tempo presente.⁷⁴⁰ Em Heródoto, o discurso da testemunha é inscrito em seu *logos*, porque evoca-se o passado, a memória, afinal de contas a tarefa do *histor* era salvar os feitos humanos da futilidade proveniente do olvido.⁷⁴¹ Já Tucídides recusa as testemunhas, pois o historiador através da *autópsia*, vê por si mesmo: “o olho do historiador, portanto, contra o ouvido das testemunhas.”⁷⁴² Todavia, é com os primeiros cristãos, na passagem do século I de nossa era, que a testemunha ocular se torna um elemento indispensável e central para a instauração e a validação de uma cadeia de tradição.⁷⁴³ Para atestar a veracidade do que era dito, acerca dos acontecimentos pertinentes ao quadro geral das crenças cristãs do primeiro século, a testemunha ocular foi alçada à condição de autoridade, de confirmação, e de legitimidade sobre o que é relatado, tornando-se como a pedra angular da Igreja nascente.⁷⁴⁴ A concepção defendida por Joaquim de Mello, de que os testemunhos oculares possuíam em si mesmo uma autoridade, era herdeira dessa tradição cristã. Desse modo, as testemunhas oculares foram inseridas no interior da narrativa

⁷³⁷ Idem. **Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1858. p.182.

⁷³⁸ HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.222 (Coleção História & Historiografia, 5).

⁷³⁹ Idem. p.214.

⁷⁴⁰ Idem. p.216.

⁷⁴¹ ARENDT, Hannah. O conceito de História – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p.70.

⁷⁴² HARTOG, François. **Op. cit.** p.216.

⁷⁴³ Idem.p.217.

⁷⁴⁴ Idem. p.218.

biográfica de Joaquim de Mello, para conferir, concomitantemente, autoridade ao seu discurso e descrédito à afirmação de Varnhagen. Semelhante aos relatos cristãos do primeiro século, Joaquim de Mello utilizou-se da testemunha ocular, como argumento de autoridade, para reforçar uma dada tradição pernambucana de memória.

É válido destacar também que, desde os primeiros tratadistas da retórica, como Aristóteles, os testemunhos antigos, não necessariamente oculares, isto é, aqueles que têm a ver com os assuntos referentes ao passado, eram considerados como parte integrante do processo de argumentação, isto é, elementos importantes na tessitura de uma narrativa que tinha como objetivo provar, convencer.⁷⁴⁵ É importante salientar que durante o século XIX, no Brasil, havia um grande interesse pelos estudos da retórica, estima esta traduzida em várias publicações e pela inserção da disciplina nos currículos escolares.⁷⁴⁶ Conforme o especialista em teoria da literatura e crítica literária, Roberto Acízelo de Souza, os estudos de retórica-poética desempenharam importante papel na configuração do campo cultural do Brasil do século XIX.⁷⁴⁷ Certos aspectos do pensamento romântico, por exemplo, incorporaram maciçamente os tratados de retórica, advindos, sobretudo, das traduções de obras estrangeiras que possibilitaram a divulgação dos valores da tradição clássica.⁷⁴⁸ Nesse sentido, podemos aventar que Antônio Joaquim de Mello, inserido na cultura letrada oitocentista, tenha utilizado conceitos e valores da tradição retórica clássica para embasar sua argumentação.

O biógrafo pernambucano apresentou, inicialmente, aos seus leitores duas testemunhas oculares: os padres Manoel Calado e Rafael de Jesus, autores de *Valeroso Lucideno e Castrioto Lusitano*, respectivamente. Estes foram os primeiros relatos produzidos sobre a guerra contra os holandeses e, por essa razão, poderiam ser creditáveis.⁷⁴⁹ O biógrafo pernambucano argumenta, a partir da hermenêutica clássica, que o historiador não só contemporâneo, mas testemunha ocular do que escreve seja objeto de fé, de crédito, “salvo no que evidentemente errasse, ou no que evidentemente por algum interesse fosse levado a alterar a verdade.”⁷⁵⁰ Conforme Joaquim de Mello, as testemunhas afirmaram que Felipe Camarão e Henrique Dias teriam nascidos em Pernambuco, e por esse motivo nenhum juízo reto poderia deixar de reconhecer essa constatação.⁷⁵¹ Para Joaquim de Mello, diante das referidas testemunhas oculares, além de serem religiosas, o que dava mais legitimidade ainda

⁷⁴⁵ ARISTÓTELES. *Retórica*. Madrid: Alianza Editorial. 2007. p.129-132.

⁷⁴⁶ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999. p.116.

⁷⁴⁷ Idem.

⁷⁴⁸ Idem.

⁷⁴⁹ MELLO, Antonio Joaquim de. *Op. cit.* p.183.

⁷⁵⁰ Idem. p.182-183.

⁷⁵¹ Idem. p.184.

ao seu argumento, Varnhagen não poderia contestar a veracidade das informações trazidas por elas: “Estes singulares penhores da verdade nessa História nada valem em geral, e são absolutamente desprezíveis?”⁷⁵² Diante da afirmação das testemunhas oculares de que Felipe Camarão era natural da província de Pernambuco, Joaquim de Mello dividiu sua argumentação em duas frentes: a primeira, tratou de analisar a *alcunha* de *Camarão*, e a segunda, enveredou-se em resolver o problema do lugar em que o índio *poty* estava durante o acontecimento da luta contra os holandeses.

De acordo com Joaquim de Mello, Felipe Camarão não era o único a receber a alcunha de *Camarão* no Brasil:

Jeronimo de Albuquerque o Conquistador do Maranhão la encontrou no Rio Grande do Norte, ao qual Berredo intitula *grande*, e não podemos conhecer se o denomina assim por suppo-lo o D. AntonioFillipe Camarão, de quem tratamos; identidade que se não verifica; e quando se verificasse, não seria isso mesmo que ter o nosso Personagem nascido na Provincia do Seará. Pernambuco teve, ao mesmo tempo, o governador D. AntonioFilippe Camarão, e o capitão Camarão; D. Diogo Pinheiro Camarão (primo, e successor do D. Antonio), e seus filhos, entre os quaes D. Sebastião Pinheiro Camarão, todos distinctos, e famosos na guerra; e tambem D. Antonio João Camarão. He provavel que alem destes houvesse outros dos mesmoappellido, ou alcunha, menos celebres ou obscursos, de quem por isto as memorias não fallão.⁷⁵³

A pluralidade da alcunha *Camarão*, à época, levou muitos escritores ao erro, conforme Joaquim de Mello. Na percepção dele, Varnhagen ao afirmar que Felipe Camarão encontrava-se com Martim Soares Moreno no Ceará, no momento da irrupção da guerra contra os holandeses, estava referindo-se a outro *Camarão* e não ao herói pernambucano, “que muito antes estava, e já servia em Pernambuco.”⁷⁵⁴ Dessa maneira, não haveria um só Camarão, mas vários. Consoante o biógrafo, o primeiro equívoco de Varnhagen foi ter confundido os nomes dos índios.

O segundo argumento levantado por Joaquim de Mello, tentava desconstruir a afirmação de Varnhagen de que Felipe Camarão estaria com Martim Soares Moreno, quando a guerra eclodiu. O biógrafo pernambucano convoca novamente a autoridade dos historiadores-testemunhas: “são concordes em apresentar D. Antonio Fillipe Camarão empregado em Pernambuco por Mathias de Albuquerque, a quem bravo se apresentou para

⁷⁵² Idem.

⁷⁵³ Idem.

⁷⁵⁴ Idem. p.185.

servir, muito antes da chegada de Martim Soares do Seará.”⁷⁵⁵ Os relatos dos historiadores-testemunhas são colocados como provas documentais. A narrativa de Joaquim de Mello parece aproximar-se do discurso forense, adicionando a sua argumentação a prova, alçada à condição de verdade. Testemunha e prova, portanto, confundem-se, fazendo parte do processo de argumentação do biógrafo, como podemos perceber na citação que Joaquim de Mello fez do relato do padre Manoel Calado em *Valeroso Lucideno*: “logo despejou suas aldeas, e trazendo consigo todos os Indios que lhe serão sujeitos, com todas as suas mulheres, e filhos, desceo do sertão, e se veio a apresentar a Mathias de Albuquerque, (...).”⁷⁵⁶ Diante do relato de Manoel Calado, o biógrafo pernambucano pergunta: “Como logo veio D. Antonio do Seará com Martim Soares Moreno, *apenas* teve esta noticia do *perigo* de Pernambuco?”⁷⁵⁷ Para reforçar a tese de que Felipe Camarão estava com Mathias de Albuquerque, e não com Martins Soares Moreno, Joaquim de Mello cita duas passagens das *Memorias* de Duarte de Albuquerque. A primeira dizia respeito a data de 15 de fevereiro de 1630, em que Duarte de Albuquerque afirmava que Felipe Camarão estaria servindo em Pernambuco, com os índios da jurisdição e a segunda assegurava que em junho de 1631, Martim Soares Moreno havia chegado do Ceará, trazendo alguns índios e poucos soldados para servir na guerra contra os holandeses. Diante dessas duas afirmativas de uma testemunha ocular, Joaquim de Mello argumenta que era improvável que Felipe Camarão tivesse no Ceará com Martim Soares Moreno, como afirmara Varnhagen, tendo em vista que, de acordo com o relato de Duarte de Albuquerque, o índio *poty* já encontrava-se em Pernambuco antes mesmo da chegada do capitão-mór do Ceará. Ele acrescenta: “Não pode ser mais evidente a illusão do senhor Varnhagen.” E mais: “A autoridade por tanto do senhor Varnhagenhe fantastica, e adivinhadora; nada conclue.”⁷⁵⁸

Joaquim de Mello descontrói a tese do Visconde de Porto Seguro, concluindo que Martim Soares Moreno só veio a Pernambuco após os holandeses terem invadido a província, em cumprimento da *Ordem Régia* expedida depois da certeza da *invasão* – segundo ele, antes desta vinda não consta no relato dos testemunhos e nem nos documentos oficiais que de lá fizesse outra aparição.⁷⁵⁹ De acordo com Joaquim de Mello seria um erro, uma infração, cometido por Martim Soares Moreno, se caso tivesse visitado Pernambuco sem o consentimento da *Ordem Régia*, portanto, a sua passagem pela província só poderia ter

⁷⁵⁵ Idem.

⁷⁵⁶ Calado apud Mello. p.185.

⁷⁵⁷ Idem.

⁷⁵⁸ Idem. p.186.

⁷⁵⁹ Idem.

ocorrido depois da autorização real. Mesmo assim, para o biógrafo, esse acontecimento não provaria que Felipe Camarão teria nascido no Ceará, como concluiu Varnhagen.

Joaquim de Mello não se satisfaz em desconstruir apenas as afirmações de Varnhagen. O biógrafo pernambucano foi além. Entrou em polêmicas com Pedro Théberge e Basílio Quaresma Torreão, pela mesma questão de Varnhagen. Um ano após publicar o 2º volume das *Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco*, Joaquim de Mello utilizou-se do espaço do *Diário de Pernambuco* para confrontar as teses de Pedro Théberge e Basílio Quaresma Torreão, a respeito da naturalidade cearense de Felipe Camarão, exigindo que ambos, assim como Varnhagen, corrigissem esse erro.⁷⁶⁰

Diante de um conjunto de argumentos a favor da *pernambucaneidade* de Felipe Camarão, Joaquim de Mello exigiu de Porto Seguro uma retratação, uma correção do seu erro. A resposta de Varnhagen não foi imediata, levou nove anos para que o historiador construísse a sua *retórica da naturalidade*, em oposição à argumentação de Joaquim de Mello. Varnhagen não publicou nenhum livro acerca da biografia de Felipe Camarão, tampouco respondeu em algum artigo de jornal às críticas levantadas por Joaquim de Mello. Varnhagen utilizou-se do espaço da *RIHGB* para publicar a biografia do índio *poty*.

É importante assinalar que os sócios do IHGB oitocentista utilizavam-se da seção destinada à biografia não somente para compor uma narrativa de vida de seu biografado, mas também como “um registro de crítica, correção e, em termos atuais, debate historiográfico.”⁷⁶¹ Afinal de contas, no âmbito do IHGB, a biografia é um gênero que estava submetida a um mesmo regime de fidedignidade e de verdade da disciplina histórica.⁷⁶² Isso significa dizer que a biografia era um espaço pelo qual o biógrafo-historiador utilizava-se para expurgar os erros cometidos por outros homens de letras, francamente aberto para a prática do debate historiográfico, o qual evidenciava-se um procedimento voltado para a crítica e para a erudição. Varnhagen soube usar o espaço da *RIHGB* para essa finalidade. Ele era um polemista e como tal aproveitava-se da seção das biografias para promover debates em torno de temas controversos da historiografia brasileira.⁷⁶³

⁷⁶⁰ A questão em torno da polêmica da naturalidade de Felipe Camarão suscitou um volume de discussão bastante abrangente entre vários homens de letras do Brasil. Não analisamos cada uma dessas polêmicas nessa tese. Os argumentos de Joaquim de Mello, de Pedro Théberge e Basílio Quaresma Torreão são assaz longos e merecem um tratamento mais específico, algo que não teremos condições de fazê-lo nesse trabalho. De antemão, debruçaremos sobre a *retórica da naturalidade* que envolveu os norte-rio-grandenses, Alberto Maranhão e Luiz Fernandes, este último analisaremos nos próximos capítulos desta tese.

⁷⁶¹ SANTOS, Evandro. **Tempos de pesquisa, tempos de escrita**. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873). 2009. 137f. Dissertação (Mestrado em história). – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.p.32.

⁷⁶² OLIVEIRA, Maria da Glória. **Op. cit.** p.82.

⁷⁶³ SANTOS, Evandro. **Op. cit.** p.29-47.

Dividido em duas partes, ambas publicadas em 1867, o estudo sobre a vida de Felipe Camarão foi uma das maiores biografias escritas por Varnhagen, no espaço da *RIHGB*.⁷⁶⁴ Foi a partir desses dois artigos que ele construiu sua *retórica da naturalidade*. É imperioso destacar que a seção biográfica do IHGB, nos oitocentos, preocupou-se em investigar a origem da nacionalidade de alguns dos seus varões ilustres, perscrutando se eram brasileiros ou portugueses – uma questão que atormentava os membros do grêmio, já que, além do problema da naturalidade, estava em jogo a necessidade de submeter ao escrutínio crítico um dado biográfico, até então sustentado pela tradição.⁷⁶⁵ Nesse sentido, para os sócios do IHGB oitocentista, publicar uma biografia de um determinado varão ilustre, o qual pairava algumas dúvidas acerca da sua nacionalidade e/ou naturalidade, estava para além de estabelecer uma narrativa de vida. Isto significa dizer que, em alguns casos, era necessário provar a brasilidade, ou não, do biografado. Algo parecido ocorre com a polêmica em torno de Felipe Camarão. A questão estava além de uma descrição da vida do índio, o debate de Varnhagen inseria-se ao conjunto de polêmicas em torno da local de nascimento de Felipe Camarão, iniciado por Joaquim de Mello. A este Varnhagen nunca criticou abertamente, porém, utilizou-se do espaço da *RIHGB* para fazer frente à sua tese da naturalidade pernambucana do índio.

Em certo sentido, Varnhagen atendeu ao pedido de retratação de Joaquim de Mello, pois reconheceu o seu erro cometido em sua *Historia Geral do Brazil*: “Hoje não temos duvida de asseverar que eram errados as informações que recebêra Casal, e que o grande Camarão não era filho do Ceará.”⁷⁶⁶ Não obstante tenha admitido o equívoco, Varnhagen vai em direção contrária à tese de Joaquim de Mello: Felipe Camarão não era pernambucano, mas sim norte-rio-grandense. Dessa vez, Porto Seguro vai de encontro também com a tese da naturalidade cearense defendida por outros intelectuais, como Pedro Théberge, Basílio Quaresma Torreão e José de Alencar.⁷⁶⁷

⁷⁶⁴ Idem. p.31.

⁷⁶⁵ ENDERS, Armelle. **Op. cit.** p.182 e GLÓRIA, Maria da. **Op. cit.** p.101.

⁷⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Biographia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom AntonioFilippe Camarão. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira). p.504.

⁷⁶⁷ José de Alencar também se inseriu no debate em torno da naturalidade de Camarão a partir do seu romance indigenista *Iracema*, publicado em 1865. José de Alencar introduziu Felipe Camarão, o índio Poti, irmão de Jacaúna, como um dos seus principais personagens do romance. A presença do personagem não é por acaso. A inserção do personagem Poti tem a ver com a polêmica em torno da naturalidade de Felipe Camarão. O guerreiro Poti está inscrito no cenário da trama que levou a formação espacial da capitania cearense, afinal de contas, o romance trata, entre outros assuntos, do nascimento do próprio Ceará a partir de Moacir, o primeiro cearense, fruto da relação do europeu, Martim, e da índia, Iracema – anagrama da América. José de Alencar fez questão de salientar essa identidade espacial no prólogo do livro: “O livro é cearense. Foi imaginado aí, na limpidez desse céu de cristalino azul, e depois vazado no coração cheio de recordações vivaces de uma imaginação virgem.” A

Anteriormente, a polêmica girava em torno de duas províncias, Pernambuco e Ceará, todavia, com Varnhagen, o Rio Grande do Norte passou a ser inserido no debate historiográfico. Para afirmar a tese da naturalidade *norte-rio-grandense* de Felipe Camarão, Porto Seguro elencou alguns elementos de sua arguição: a desconstrução da principal fonte utilizada por Joaquim de Mello no volume dois do seu livro *Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco*; a apresentação das referências documentais que o levaram a concluir erroneamente que Camarão era cearense em sua *História Geral do Brazil*; e a utilização do saber filológico e etnográfico para compor a sua *retórica da naturalidade*.

Uma das estratégias de Varnhagen foi combater Joaquim de Mello em seu próprio terreno, qual seja, o relato de Manoel Calado em *Valeroso Lucideno*. Como analisamos anteriormente, esta narrativa era a peça central, o argumento de autoridade, de Joaquim de Mello. Varnhagen teceu severas críticas à narrativa de Manoel Calado. Em seu livro *História das lutas com os holandeses no Brazil – desde 1624 a 1654*, publicado em 1871, Varnhagen descreveu o relato de Manoel Calado como ausente de *dignidade histórica*, contendo páginas inteiras de muitos contos sem importância e possuindo certa ingenuidade, tendo em vista que o padre “crê ou finge crer em todos os boatos que, para exaltar o povo miudo contra os holandeses, se faziam correr nos acapamentos.”⁷⁶⁸ Na primeira parte da biografia de Felipe Camarão, publicado em 1867, Varnhagen pôs em dúvida a afirmação de Manoel Calado, de que João Fernandes Vieira teria escrito uma carta a Felipe Camarão, pedindo-lhe que o

estratégia de Alencar era vincular o índio Poti, Felipe Camarão, aos elementos fundadores da espacialidade e da identidade histórica cearense e é por essa razão que o romancista destinou uma nota no final do seu romance, reforçando os argumentos em torno da naturalidade cearense, que Basílio Quaresma Torreão desenvolveu em um artigo publicado no jornal *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, do dia 26 de janeiro de 1860, a qual rebateu a tese de Joaquim de Mello. A partir de Basílio Quaresma Torreão, José de Alencar elencou três argumentações: primeiro, que em Sobral, na província do Ceará, havia uma tradição oral e local que se apropriava da ancestralidade de Camarão. É por esse motivo, segundo ele, que Aires de Casal teria se utilizado da tradição para afirmar que Felipe Camarão teria nascido no Ceará. De acordo com o romancista, a tradição oral era uma fonte importante da História, “e às vezes mais pura e verdadeira,” o que se contrapunha a concepção de documento escrito dos historiadores ligados ao historicismo oitocentista. Para José de Alencar, a tradição é um fato incontestado da naturalidade cearense de Camarão, pois no presente se percebia a persistência de sua ancestralidade na província do Ceará. Além desse argumento, José de Alencar põe em xeque a principal fonte de autoridade de Joaquim de Melo, o relato de Manoel Calado, *Valeroso Lucideno*, evidenciando que este era o único dos antigos documentos que afirmava ser Camarão filho de Pernambuco. Para pô-lo em suspeição, José de Alencar mostra que outros *escritores de nota*, como Berredo, teriam explicado que a expedição de Pero Coelho de Souza no Jaguaribe, local em que se encontrava Camarão, era sítio que pertencia a jurisdição de Pernambuco, por essa razão que Manoel Calado teria dito que a referida província era a *pátria* do índio. O último argumento do autor de *Iracema*, foi persuadir de que a nação de Jacaúna e de Camarão não era a tabajara, como teria relatado alguns cronistas, mas sim *potiguar* que teriam auxiliado na fundação do Ceará. Foi a partir desses três argumentos, laconicamente desenvolvidos, é verdade, que José de Alencar se inseriu no debate e construiu sua *retórica da naturalidade*. Conferir: ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos, 1865.

⁷⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Prefácio. In: **História das lutas contra os holandeses no Brazil – desde 1624 a 1654**. Vienna d’Austria. 1871. p.XVI.

ajudasse na guerra, já que este teria nascido na província de Pernambuco e o ajudaria no processo de luta contra os holandeses:

Porém a tal carta de Vieira era para nós suspeita, porque faz parte do systema de o suppôr iniciador da revolução pernambucana de 1645; systema provado de falso, e confirmado de tal pela confissão do proprio Vieira na carta que dirigiu ao soberano em 22 de Maio de 1671. Assim, n'este ponto, a autoridade de Calado nos merecia tão pouco conceito como os discursos, que elle dá como proferidos nas primeiras conferencias, entre o mesmo Vieira e André Vidal; e conforme aos quaes e de fé idêntica nos pareceu o que põe na boca do heróe negro.⁷⁶⁹

Como podemos perceber no excerto acima, publicado em 1867, Varnhagen não colocou sob objeto de suspeição o valor da testemunha. Todavia, posteriormente em seu livro *História das lutas com os holandeses no Brazil – desde 1624 a 1654* (1871), Varnhagen esclarecia que como testemunha de vista, Manoel Calado deveria ser um autor consultado, “porém sempre com o possível tento e criterio.”⁷⁷⁰ Para Porto Seguro, o que estava em jogo não era o fato do sacerdote católico ter presenciado, ou não, o acontecimento histórico. A autoridade questionada por Varnhagen não é da ordem da testemunha ocular mas, sim, do seu suposto *partidarismo* em relação à primazia de João Fernandes Vieira, na restauração de 1645. Para ele, o valor da obra de Manoel Calado estaria comprometido, tendo em vista que sua exaltação à figura de Fernandes Vieira colocava sob suspeição o seu relato, por evidenciar uma parcialidade, um partidarismo, daí a pouca dignidade histórica do seu texto. É mister afirmar que, no século XIX, a imparcialidade do historiador era uma questão decisiva para a historiografia do período “que procurava se afastar da poesia e da lenda e, que, no entanto, era difícil de se reconhecer.”⁷⁷¹ O próprio Varnhagen construiu para si essa identidade de um historiador crítico, aquele que julga implacavelmente todos os outros, todavia, como observou Temístocles Cezar, o visconde de Porto de Seguro não se conteve em sua *História Geral do Brazil*, quando o assunto era o seu pai: “Ele abusa de expressões sentimentais a seu respeito. Mais de uma vez, a prova de seus argumentos não tem outro fundamento que a memória paterna e a sua.”⁷⁷² Até no texto de um dos historiadores brasileiros mais críticos do século XIX, havia limites para a imparcialidade. Embora criticasse a postura parcial do texto de Manoel Calado, pois este conferia a João Fernandes à centralidade no acontecimento – por ser

⁷⁶⁹ Idem. “Biographia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom AntonioFilippe Camarão”. **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira). p.502.

⁷⁷⁰ Idem. **Op.cit.** p.XVI.

⁷⁷¹ CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. **História**. São Paulo, v.24, n.2, p.207-240, 2005.p.207.

⁷⁷² Idem.p.218.

o reinol o próprio patrocinador da obra do padre – Varnhagen, em sua *História Geral do Brazil*, não escapou da sedução da imparcialidade, ao tomar o seu pai como sujeito da história, o que demonstra a sua inserção no seu interior de sua própria narrativa. Porto Seguro escreveu sua história, a partir dele mesmo, como se fosse o centro da sua escritura.⁷⁷³ A imparcialidade era objeto de crítica para outros relatos de historiadores e não para si mesmo. Adstrito ao argumento supracitado, pesa a tentativa de Varnhagen de opor-se à tetrarquia imaginária, ou pelo menos parte dela, construída pelo discurso nativista pernambucano.

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, desde a consolidação do nativismo pernambucano no século XVIII, institui-se para a memória da restauração de 1645 uma *ordem consagrada*: “iniciando-se com o nome de Vieira, a que se sucedia o de Vidal, as menções a Dias e a Camarão vindo inalteravelmente em terceiro e quarto lugar, embora por vezes se pudessem inverter.”⁷⁷⁴ Essa tetrarquia de heróis, formada pelos personagens que comandaram o exército restaurador do início da resistência em 1645 à posse de Barreto no comando em 1648, estava alicerçada na concepção de uma naturalidade pernambucana dos envolvidos, com exceção ao único protagonista reinol, João Fernandes Vieira, que, como já mencionamos anteriormente, foi considerado filho adotivo de Pernambuco.⁷⁷⁵ Vieira foi um dos colaboradores financeiros das *histórias* de Calado e Rafael de Jesus que, não por acaso, teriam dado uma centralidade ao reinol nos acontecimentos concernentes à restauração de 1645. Consoante a Evaldo Cabral de Mello, até meados dos oitocentos, “a história da expulsão dos holandeses foi a história que, com aguçado senso de promoção pessoal, Vieira encomendara e divulgara.”⁷⁷⁶ Portanto, no interior do discurso nativista pernambucano do século XIX, alicerçado, em grande medida, nos relatos de Manoel Calado, construiu-se uma memória de que Vieira teria sido o iniciador da restauração de 1645, agregando, posteriormente, os demais entes da tetrarquia. Varnhagen reagiu a esse discurso, afirmando ser falsa a leitura da liderança de João Fernandes Vieira, na guerra contra os holandeses. Contudo, Porto Seguro não foi o primeiro a revisar o papel histórico de Vieira na restauração. O pernambucano Fernandes Gama, em sua obra *Memórias históricas da província de Pernambuco* (1844), já frisava que João Fernandes Vieira não tinha sido “o único, nem sequer o primeiro, a projetar a libertação de Pernambuco do domínio holandês.”⁷⁷⁷

⁷⁷³ Idem. p. 234.

⁷⁷⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **Op.cit.** p.196.

⁷⁷⁵ Idem. p.198.

⁷⁷⁶ Idem. p.199.

⁷⁷⁷ GAMA *apud* MELLO. p.213.

Em seu artigo sobre a naturalidade Felipe Camarão, Varnhagen não desenvolveu uma linha de argumento, desconstruindo a primazia de Vieira no referido acontecimento. Só o fez, posteriormente, em seu livro *História das lutas com os holandeses no Brasil – desde 1624 a 1654* (1871). Neste texto, Varnhagen afirmou que não havia menor dúvida de que o reinol tivesse sido o autor da ideia da restauração de Pernambuco. Para ele, essa asserção teria sido uma obra dos *aduladores* de João Fernandes Vieira: Manoel Calado e Rafael de Jesus.⁷⁷⁸ De acordo com Porto Seguro, foi o próprio Vieira que teria declarado em carta ao soberano no dia 22 de maio de 1671, que não teria vindo dele a ideia da restauração. Segundo Evaldo Cabral de Mello, a crítica de Varnhagen e de Fernandes Gama estaria inserida no terreno de paralelos e de comparações entre Vieira e Vidal.⁷⁷⁹ Enquanto este era descrito por Varnhagen como uma figuração do patriotismo, da luta contra os invasores holandeses, Vieira era retratado como possuindo um caráter bazófilo e bastante ambicioso, impulsionado não pelo sentimento nobre de amor à Pátria, mas “por meio de promessas de vir a receber postos e comendas lucrativas, e de ficar, juntamente com os filhos que viesse a ter, engrandecido e rico.”⁷⁸⁰ Nesse sentido, Porto Seguro creditou, principalmente, à figura de André Vidal o início da restauração, preterindo a contragosto de alguns letrados pernambucanos, o nome de Vieira.⁷⁸¹ Essa primeira argumentação de Varnhagen colocou em dúvida o relato de Manoel Calado, caracterizando-o como falso e sem autoridade. Porém, segundo ele, havia uma evidência ainda mais contundente que sepultaria a credibilidade do discurso de Manoel Calado: o fato do padre ter mencionado que os índios que estavam sujeitos a Felipe Camarão, no momento em que este fora ao encontro de Mathias de Albuquerque, pertenciam a nação dos *Pitiguares*.⁷⁸²

Varnhagen conjectura da seguinte maneira: se os índios fossem da nação *Pitiguar*, e, por conseguinte do Rio Grande [do Norte], deveria deduzir-se que o chefe da tribo, Felipe Camarão, também pertencesse à mesma nação dos seus súditos indígenas. Para ele, essa conjectura o movia a não acreditar no relato de Calado, tendo em vista que este teria afirmado que a *pátria* de Felipe Camarão era Pernambuco e não o Rio Grande do Norte. Para reforçar

⁷⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op.cit.** p.236.

⁷⁷⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Op.cit.** p.216.

⁷⁸⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op.cit.** p.238.

⁷⁸¹ Vejamos: “É o próprio Vieira quem declara, em uma notícia que dirigiu ao Dr. Feliciano Dourado, que elle entrara na sublevação, falado para isso não só por Martim Ferreira e Simão Alvares de la Penha, e por André Vidal, que todos lhe mostravam por escripto a segurança de que tal sublevação seria do agrado do governo, mas até por um frade bento por nome Fr. Ignacio, que lhe trouxera verbalmente sobre isso os avisos d’elrei D. João IV, e que por tal serviço foi eleito bispo de Angola.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op.cit.** p.236-237.

⁷⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. “Biographia dos brasileiros distinctos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom AntonioFilippe Camarão”. **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira). p.502.

essa argumentação, Varnhagen citou um mapa presente no livro *Razão de Estado* (1612) de Diogo de Campos Moreno, a qual trazia a informação de que a aldeia de Camarão estava assentada a margem direita do Rio Grande ou Potengi.⁷⁸³ A partir dessa linha de argumentação, a naturalidade norte-rio-grandense teria fortes indícios, para ele. Porém, conforme Porto Seguro, haviam também argumentos e documentos que indicariam ser o Ceará, a *pátria* de Camarão.

Na biografia sobre o índio *Poty*, Varnhagen apresentou quais foram os documentos consultados por ele que o levaram, em sua *Historia Geral*, a afirmar a naturalidade cearense de Felipe Camarão. Primeiro, o livro *Jornada do Maranhão* (1614) do capitão e sargento-mor do estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno. O manuscrito foi escrito em 1614, contém o relato de Diogo de Campos Moreno, que serviu na campanha portuguesa de reconquista do território maranhense. Varnhagen baseou-se no relato de Diogo Moreno, o qual afirmara que Camarão era irmão de Jacaúna, “depois de haver-nos dito que este era grande amigo e fundador da capitania do Ceará, Martim Soares, a quem chamava filho, e a quem, com seus índios do Jaguaribe, muitos serviços prestava.”⁷⁸⁴ Porto Seguro deduziu em sua *Historia Geral* que, se Felipe Camarão era irmão de Jacaúna, e este cearense, o índio *Poty* também era filho do Ceará.

Além do relato de Diogo Moreno, Varnhagen tomou como referência a *Chorographia Brasilica* (1817), de Aires do Casal, que teria afirmado neste livro que a *pátria* de Camarão era a vila de Viçosa, no Ceará. Para Porto Seguro, o texto de Aires do Casal era digno de crédito, porque o corógrafo era um eclesiástico e teria escrito um livro dispondo de documentos oficiais do arquivo do Rio de Janeiro: “julgamos que a informação constaria directamente dos descendentes que ainda haveria em Villa Viçosa, e não vacillamos em admitir como preferiveis as fortes inducções que se deviam tirar das palavras de Diogo Campos; e aceitámos a opinião de Ayres do Casal...”⁷⁸⁵ É interessante destacar que, para Varnhagen, o fato de Aires de Casal ser um sacerdote já daria credibilidade ao seu relato, porém, o mesmo critério não foi utilizado para a narrativa de Manoel Calado. A razão pelo tratamento distinto, apesar de ambos serem padres, estava no fato de que, enquanto Aires de Casal apoiaria suas asserções em documentos oficiais, Manoel Calado teria afiançado seu discurso pelos boatos que ouvira em tempos de guerra ou por ter forjado discursos dos envolvidos no episódio da restauração de 1645. Apesar da confiabilidade de suas fontes

⁷⁸³ Idem.

⁷⁸⁴ Idem. p.503.

⁷⁸⁵ Idem. p.503-504.

iniciais, Varnhagen chegara à conclusão de que “eram errados as informações que recebera Casal, e que o grande Camarão não era filho do Ceará.”⁷⁸⁶ O que teria levado o prestigiado historiador oitocentista a reconhecer o seu erro, cometido em sua *Historia Geral?* Segundo ele, o surgimento de novos documentos.⁷⁸⁷

Conforme Varnhagen, depois da publicação da *História Geral do Brazil*, o historiador teria entrado em contato com as *Memórias Diárias da Guerra no Brasil* (1654), de Duarte d’Albuquerque Coelho, de acordo com ele, a fonte mais confiável entre todos e que resolveria a questão em torno da naturalidade de Felipe Camarão.⁷⁸⁸ Conforme Porto Seguro, o que o levou a aceitar o depoimento de Duarte d’Albuquerque Coelho como sendo irrefutável e superior aos demais, foi a constatação de que o donatário português seria, assim como Manoel Calado, um testemunho ocular dos acontecimentos e que teria tido contato direto com Felipe Camarão, seu companheiro de armas.⁷⁸⁹ No relato do donatário Pernambucano, havia a informação de que Camarão era índio *Pitiguar*: “Este testemunho é concludente; e lança por terra quaesquer tradições communicadas a Ayres do Casal; sobre tudo quanto apparece corroborado por Calado com o dizer que tambem eram *Pitiguare*sos indios que lhe obedeciam, como aliás parecia natural que o fossem.”⁷⁹⁰ Varnhagen mostra etnologicamente que Felipe Camarão não era filho nem de Pernambuco e nem do Ceará: “Se o heróe Camarão fosse filho de Pernambuco o teriam chamado *Caité*; se das serras d’Ipiapaba, *Tabajara*, e se das planicies da costa do Ceará *Tremembé*.”⁷⁹¹ Desse modo, Varnhagen conclui: “Chamando-o Duarte d’Albuquerque *Pitiguarno*-lo declarou positivamente do Rio-Grande do Norte.”⁷⁹² A argumentação central era evidenciar a naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão a partir da sua relação com a tribo *Pitiguar*. Para Varnhagen, a identificação da nação indígena, à qual pertencia Felipe Camarão, foi o “verdadeiro facho que nos iluminou n’esta questão.”⁷⁹³ Identificá-lo a tribo *pitiguar* foi, de certa forma, consolidar seu argumento em torno da sua naturalidade.

O mapeamento etnográfico elencado por ele, assentado na localização precisa das tribos indígenas nas regiões que cada uma delas ocupava no território da nação, evidencia o estudo da etnia nativa funcionava no interior da *retórica da naturalidade* de Varnhagen. Por

⁷⁸⁶ Idem. p.504.

⁷⁸⁷ Idem.

⁷⁸⁸ Idem. p.505.

⁷⁸⁹ Idem.

⁷⁹⁰ Idem.

⁷⁹¹ Idem.

⁷⁹² Idem.

⁷⁹³ Idem. “Biographia dos brasileiros distinctos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Filippe Camarão”. **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte segunda). p.419.

meio da etnografia, era possível comprovar que Felipe Camarão teria nascido não na serra de Ibiapaba, como acreditava Pedro Théberge, ou em Pernambuco, como considerava Joaquim de Mello, mas sim na aldeia do rio Potengi, no Rio Grande do Norte.

Para Varnhagen, Felipe Camarão teria contribuído na própria fundação da capitania do Rio Grande [do Norte] e também do Maranhão, acompanhando, posteriormente, Jerônimo de Albuquerque até o Ceará, “onde se deixou ficar, com seu irmão Jacaúna, por achar-se mui cansado dos trabalhos da jornada e da viagem por mar.”⁷⁹⁴ Varnhagen conclui, então, afirmando que Felipe Camarão teria nascido no Rio Grande do Norte, ajudando na conquista desta capitania e a do Maranhão, bem como teria falecido depois de 1648.⁷⁹⁵ Mesmo concluindo, Varnhagen não se deu por satisfeito. Ao final da primeira parte do artigo, ele faz a seguinte pergunta: “Não poderá encontrar-se no nome do rio *Potengy* (por ventura *Poty-gy*?) alguma derivação do de *Poty*, que era o verdadeiro nome índio do Camarão?”⁷⁹⁶

Na segunda parte do artigo, Varnhagen responde à pergunta que se propôs anteriormente. O historiador considerava uma outra argumentação, dessa vez, de natureza filológica. O método filológico, assim como o etnográfico, fez parte da escritura de Varnhagen.⁷⁹⁷ Os estudos de etnografia e de filologia de Porto Seguro tinham como intuito identificar e corrigir a naturalidade de Felipe Camarão, demonstrando como esses saberes foram utilizados como instrumentos de pesquisa e de persuasão do autor.⁷⁹⁸ Etnografia e filologia misturam-se na construção da argumentação de Varnhagen. Dessa forma, Porto Seguro parte da constatação de que a denominação dada pelos índios ao chamado Rio Grande [do Norte] era decorrente de sua etimologia do chefe *Poty*, vocábulo que em *guarani* significa *Camarão*.⁷⁹⁹ Seu argumento sustentava-se a partir do mapa presente na obra de Diogo de Campos Moreno, intitulado *Razão do Estado do Brasil em 1612*. Segundo Varnhagen, o nome do rio que nomeia o Rio Grande [do Norte] aparece no referido mapa como *Puttigi* “e mediana familiaridade com outras designações em língua *túpica* basta para reconhecer que essa palavra é composta de duas, e se deve ler *Puty-gyou Poty-gy*.”⁸⁰⁰ A partir de uma

⁷⁹⁴ Idem. “Biographia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Filipe Camarão”. **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira). p.505.

⁷⁹⁵ Idem. p. 506.

⁷⁹⁶ Idem.

⁷⁹⁷ Conferir: CEZAR, Temístocles. **A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo**: o caso da origem dos tupis. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 29-41.

⁷⁹⁸ SANTOS, Evandro. **Op. cit.** p.31-47.

⁷⁹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Biographia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Filipe Camarão”. **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte segunda). p.420.

⁸⁰⁰ Idem.

minuciosa análise da língua túpica, Varnhagen conclui associando o nome do rio *Puttigi* ao de *Poty* ou *Camarão*. Dessa forma, a filologia, juntamente com a etnografia, reforça o argumento do autor, de que Felipe Camarão teria nascido no Rio Grande do Norte, inviabilizando as teses da naturalidade pernambucana e cearense: “Entretanto, fácil nos será provar que, desde que o Camarão é declarado, sem a menos duvida, de nação *petiguar* não poderia a sua tribu, quando selvagem, haver habitado nenhum territorio hoje compreendido dentro dos limites das provincias de Pernambuco ou do Ceará.”⁸⁰¹ De acordo com Varnhagen, não teria nenhum escritor de nota que indicasse que os índios *Petiguares*, haviam assenhoreado terras ao Sul do rio Paraíba, até cujas margens chegavam os *Caités*, o que demonstraria que os *pitiguares* não poderiam ocupar o território pernambucano. Além disso, a partir dos relatos de Gabriel Soares de Sousa, do jesuíta Luiz Figueira, dos capuchinos Abbeville e Evreux, e do sargento-mor Diogo Moreno, ficava claro, para ele, que “não podia haver *Petiguares* no actual Ceará.”⁸⁰² Dessa forma, Porto Seguro desconstrói a afirmação de Aires de Casal, ao demonstrar a partir dos relatos dos viajantes e dos jesuítas, que o domínio dos *Petiguares* nunca poderia se estender até as regiões da Villa de Viçosa, no Ceará. Varnhagen conclui sua *retórica da naturalidade*, corrigindo o seu erro e o de Aires de Casal: “Havendo abandonado uma crença que estavamos, na fé da autoridade alheia (o padre Ayres do Casal), eramos obrigados a expôr aos contemporaneos as razões que para isso havíamos tido.”⁸⁰³

Até onde investigamos não houve nenhuma réplica de Joaquim de Mello aos argumentos de Varnhagen. A polêmica entre eles parece que se encerrou com a resposta de Varnhagen ao convite de Joaquim de Mello, para que se retratasse do seu suposto erro. Não é à toa que ao finalizar sua *retórica da naturalidade*, Porto Seguro tenha deixado claro, em um tom sutilmente irônico, que era entusiasta de vários heróis nascidos em Pernambuco e que, inclusive, possuía muitos amigos leais na província, no entanto: “se *amicus Plato, Magis Amica Veritas*.”⁸⁰⁴ Em contrapartida, Joaquim de Mello voltou a sua atenção ao debate com Pedro Théberge, já que este teria publicado seu estudo sobre a história do Ceará no *Diário de Pernambuco*, afirmando que Felipe Camarão era cearense. Não é sem razão que a polêmica entre ambos tenha persistido em algumas edições do *Diário de Pernambuco*.

A argumentação de Varnhagen foi importante para que o Rio Grande do Norte entrasse no debate, configurando-se, ao lado do Ceará e de Pernambuco, como uma possível

⁸⁰¹ Idem. p.422.

⁸⁰² Idem. p.423.

⁸⁰³ Idem, p.424.

⁸⁰⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Biographia dos brasileiros distinctos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom AntonioFilippe Camarão”. **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira). p.508.

pátria de Camarão. Foi a partir da tese da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão, defendida por Varnhagen, que uma terceira via foi estabelecida, pondo fim à polarização Pernambuco – Ceará. A polêmica em torno da naturalidade de Felipe Camarão não se encerrou com Joaquim de Mello ou com Varnhagen, pelo contrário, ela ganhou outros tempos e outros espaços, envolvendo outros homens de letras. É certo que a tese de Varnhagen não foi uma unanimidade, nem fora e nem dentro do IHGB.⁸⁰⁵ Pereira da Costa, sócio do IAGP, deu continuidade a *retórica da naturalidade* pernambucana. Luiz Lamartine Nogueira reforçou a tese de Pedro Théberge de que Felipe Camarão era cearense. Na esteira de Varnhagen, seguiram: Cândido Mendes de Almeida, João Brigido e Alberto Maranhão.

Alberto Maranhão foi o primeiro homem de letras do Rio Grande do Norte a dedicar-se à polêmica em torno da *pátria* de Felipe Camarão. Ao contrário da tese dos pernambucanos e dos letrados, que defendiam a naturalidade cearense do índio, Alberto Maranhão afirmava que: “A verdade, porem, é que foi aqui, no Rio Grande do Norte, que o valoroso *potyguar* que depois se chamou Antonio Felipe Camarão nasceu e viveu antes da acçãoabilissima dos primeiros missionarios.”⁸⁰⁶ Os argumentos apresentados por ele, na segunda parte do seu ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte, foram, em grande medida, uma reprodução dos arrazoados do cearense João Brigido, que por sua vez, apropriou-se significativamente da tese de Cândido Mendes de Almeida desenvolvida no prefácio do segundo tomo do livro *Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas*, publicado em 1874.⁸⁰⁷

⁸⁰⁵ Em sua biografia sobre Felipe Camarão, o cônego Fernandes Pinheiro afirmou que o referido índio teria nascido na serra de Ibiapaba. Nesse artigo, o cônego não fez nenhuma menção aos argumentos de Varnhagen. PINHEIRO, J.C Fernandes. “Biographia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Dom AntonioFilippe Camarão”. **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXXII, 1869 (Parte primeira). p.201.

⁸⁰⁶ MARANHÃO, Alberto. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Primeiro ano. **Volume II**. Natal: Empresa d’A República. 1899, p.79-80

⁸⁰⁷ Com o intuito de reunir alguns documentos antigos concernentes à história das províncias do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, Cândido de Mendes de Almeida publicou, em 1860, um livro intitulado *Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas*. Neste livro, Cândido Mendes de Almeida publicou e comentou o manuscrito do padre José de Moraes, intitulado *Historia da Companhia de Jesus na extincta provincia do Maranhão e Pará* (1759). O relato do padre José de Moraes foi o principal documento utilizado por Cândido Mendes para defender a tese de que Felipe Camarão teria nascido no Rio Grande do Norte. É válido destacar que a tese da naturalidade de Camarão só foi discutida por Cândido Mende de Almeida no segundo tomo das *Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas*, publicado em 1874. Neste volume, Cândido Mendes de Almeida escreveu um prefácio rebatendo às críticas que Varnhagen e Antonio Henriques Leal fizeram ao relato do padre José de Moraes em 1871. As críticas dos referidos sócios do IHGB foram feitas, respectivamente, em *Historia das luctas com Hollandeses no*

Conforme Alberto Maranhão, foi a João Brigido que ele devia “o conhecimento mais perfeito desta questão.”⁸⁰⁸ Este publicou em dezembro de 1897, no jornal *A República* de Fortaleza, uma série de artigos intitulado *Camarão e o Ceará*, rebatendo os argumentos do seu conterrâneo, Luiz Lamartine Nogueira, que teria escrito, no mesmo ano, dois estudos, *Um ponto importante da Historiada Ceará tratado em despretençiosa palestra* e *Aldeyas do Camarão*, reafirmando a tese de Pedro Théberge de que o índio *Poty* teria nascido em Ibiapaba, no Ceará.⁸⁰⁹

Alberto Maranhão apropriou-se dos argumentos de João Brigido, mais do que quaisquer outras arguições dos homens de letras que abordaram a questão. Sua escolha não foi desinteressada: João Brigido é um historiador “insuspeito, pois é cearense.”⁸¹⁰ Para Alberto Maranhão, o discurso de João Brigido era totalmente imparcial, uma vez que, mesmo sendo cearense, não teria tratado de afirmar esta naturalidade ao índio Felipe Camarão. Esse fato é incontestado, por evidenciar a suposta imparcialidade do autor. Por essa razão igualmente, ele pode ser digno de credibilidade. Assim, para Alberto Maranhão, João Brigido constituiria-se como um argumento de autoridade, não porque foi uma testemunha ocular dos acontecimentos, mas por posicionar-se imparcialmente, já que era cearense. Na esteira de João Brigido, Alberto Maranhão apresentou duas argumentações principais: a tese da transmigração indígena e a tese do nascimento no aldeamento de Extremoz no Rio Grande do Norte.

A partir de João Brigido, Alberto Maranhão tratou de argumentar que Felipe Camarão não era cearense, apesar de ser irmão Jacaúna ter se fixado no Ceará e constituído família na capitania.⁸¹¹ O norte-rio-grande explica, apropriando-se do argumento de João Brigido, a relação de Felipe Camarão com o Ceará, a partir da ideia da fluidez da transmigração dos

Brazil desde 1624 á 1654 e Apontamentos para a historia dos Jesuítas no Brazil, ambos publicados em 1871. Ao mesmo tempo em que contra-argumentava os arzoados de Varnhagen e Antonio Henriques Leal, Cândido Mendes de Almeida urdia uma série de argumentação provando, a partir do relato do padre José de Moraes, que Felipe Camarão teria nascido em Ygapó no Rio Grande do Norte.

⁸⁰⁸ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.82.

⁸⁰⁹ Felipe Camarão teria nascido na serra de Ibiapaba no Ceará, conforme Pedro Théberge. Nesse ponto, o autor de *Esboço histórico sobre a província do Ceará* teria discordado, ao mesmo tempo, de Joaquim de Mello, Aires de Casal e de Varnhagen em sua obra *Historia Geral do Brazil*. O primeiro porque teria dito que Felipe Camarão teria nascido na província de Pernambuco, o segundo e o terceiro por terem afirmado que a vila de Viçosa, no Ceará, era a localização exata do nascimento do índio *poty*: “Declaro mais que tenho certeza, fundada em documentos, que em 1600 ainda não existia Villa-Viçosa nem povoado algum na serra, nem mesmo em 1700.” THEBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. In: **Diário de Pernambuco**. Recife. 28 de fevereiro de 1860.

⁸¹⁰ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.80.

⁸¹¹ Idem. p.82. Alberto Maranhão citou a seguinte passagem do artigo de João Brigido: “Para mim, Camarão nunca foi pernambucano, sinão em o sentido generico da palavra, e cearense foi apenas pela família, que mais tarde se fixou na nossa terra, começando por seo irmão Jacahúna.” BRIGIDO, João. *Camarão e o Ceará I*. In: **A República**. Fortaleza, 14 de dezembro de 1897.

indígenas ao longo dos territórios do Brasil. Segundo esse raciocínio, os índios potiguares, como quase todos os outros, eram nômades, dependentes da caça e da pesca, o que não permitia se fixarem em um determinado local.⁸¹² Por possuírem uma ocupação transitória, os referidos índios estabeleciam migrações constantes entre um território e outro. Assim, em uma das viagens frequentes a Ibiapaba, os membros da família de Camarão, entre os quais seu suposto irmão Jacaúna, teria estanciado-se nesta região, localizando-se definitivamente. Para João Brigido, e conseqüentemente Alberto Maranhão, isso não quer dizer que a família Camarão fosse oriunda do Ceará, como tinham afirmado Aires de Casal e Luiz Lamartine Nogueira: “d’aqui do Rio Grande emigraram, da mesma forma que o chefe da família, Felipe Camarão. Emigrou de sua aldeia de Yagaó, em Extremoz, para Pernambuco, onde o apanhou em 1630 a invasão hollandeza que o arrastou aos combates sob as ordens de Mathias de Albuquerque.”⁸¹³ Os índios potiguares teriam migrado para o Ceará, por terem encontrado nas *montanhas de Ibiapaba* um reduto e um núcleo de resistência contra a invasão holandesa, enquanto Felipe Camarão arregimentava seus parentes, desde Olinda até a Bahia, para a “lucta heroica da expulsão dos invasores.”⁸¹⁴ Dessa maneira, Felipe Camarão, diferentemente de Jacaúna e dos outros *Camarão*, não teria se fixado em Ibiapaba, antes, enveredou-se pelo território do Brasil, organizando as dispersas nações indígenas para se engajarem na restauração de 1645. É por essa razão que, para João Brigido e, por conseguinte, Alberto Maranhão, Felipe Camarão só teria passado pelo Ceará duas vezes: na ocasião, da visita ao túmulo do padre Pinto e na expedição de Jerônimo de Albuquerque ao Maranhão: “d’ella excuseu-se no Ceará, onde ficou a pedido do seu irmão Jacaúna.”⁸¹⁵ O índio *Poty* teria ido ao Ceará, mas nunca a Ibiapaba, de acordo com João Brigido e Alberto Maranhão.⁸¹⁶

Fica claro pelo expediente do argumento dos referidos letrados, que há uma distinção nítida entre alguns membros da família *Camarão* que residiram em Ibiapaba, e Felipe Camarão, que teria apenas transitado no território, mas não tinha se fixado nele. Essa argumentação, sustentado pela referida distinção, explicaria a constatação de Aires de Casal da presença dos remanescentes da família *Camarão* na região do Ceará. Para João Brigido e Alberto Maranhão, a família *Camarão* e Felipe Camarão teriam trajetórias diferentes, por isso

⁸¹² Idem. p.83-84.

⁸¹³ Idem. p.84.

⁸¹⁴ Idem. p.85.

⁸¹⁵ Idem.

⁸¹⁶ BRIGIDO, João. Camarão e o Ceará I. In: **A República**. Fortaleza, 15 de dezembro de 1897.

que não poderia reduzir o Ceará, mais precisamente, Ibiapaba, como o local de nascimento do índio *Poty*, só pelo fato de haver na região remanescentes da sua parentela.⁸¹⁷

Assentado o primeiro argumento, Alberto Maranhão busca provar que Felipe Camarão nasceu na vila de Extremoz e não em Ibiapaba. Para fundamentar essa argumentação, João Brigido e Alberto Maranhão basearam-se no relato de José Moraes, apresentando por Cândido Mendes de Almeida em suas memórias sobre o Maranhão, a qual trazia duas informações: primeiro, que Felipe Camarão era chefe e tinha uma populosa aldeia no Rio Grande; segundo, que os padres Diogo Nunes e Gaspar Sampère, vindos de Pernambuco, teriam catequisados e batizados um bom número de inocentes e adultos da aldeia de Felipe Camarão, denominada de *Ygapó*, em Extremoz no Rio Grande [do Norte].⁸¹⁸ De acordo com Alberto Maranhão, apropriando-se das análises de Cândido Mendes de Almeida e João Brigido, a aldeia de *Ygapó* seria o lugarejo mencionado pelos antigos cronistas e padres, o qual denominavam de *Ceará*. Assim, desta antiga povoação (*Ygapó* ou *Ceará*), situada em Extremoz, partiram os índios potiguares da expedição de Pero Coelho em direção à conquista de Ibiapaba: “sendo para presumir-se, com bons fundamentos, que aquelle decadente aldeamento rio-grandense tenha dado nome ao florescente estado do Ceará.”⁸¹⁹ Em outras palavras, foi do *Ceará* de Extremoz, hoje município de Ceará-Mirim, que veio a denominação *Ceará*, nomeação da capitania vizinha ao Rio Grande. A estratégia discursiva aqui serve como baliza para se convencer que Felipe Camarão sempre esteve ou sempre partiu do Rio Grande [do Norte] em direção ao Ceará e não o contrário. Inclusive, no momento da guerra contra os holandeses, Felipe Camarão não estaria no sertão cearense, como defendia Pedro Théberge, mas sim em Pernambuco.

Reproduzindo o discurso de Cândido Mendes e de João Brigido, Alberto Maranhão afirma que Felipe Camarão transferiu-se do Rio Grande [do Norte] para Pernambuco devido “ou pela excassez de padres para regerem as suas missões ou pela necessidade de combater as hordas selvagens que infestavam as cercanias.”⁸²⁰ Esse raciocínio corrobora com a asserção de Joaquim de Mello, de que Felipe Camarão estaria em Pernambuco no momento da eclosão da guerra contra os holandeses: “Que estava n’uma aldeia de Pernambuco é facto averiguado.”⁸²¹ Alberto Maranhão discorda, à luz de João Brigido e Cândido Mendes, da

⁸¹⁷ Idem. Camarão e o Ceará III. In: **A República**. Fortaleza, 17 de dezembro de 1897.

⁸¹⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piahy, Grão-Pará e Amazonas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Nova typographia de J. Paulo Hildebrandt. 1874. p. XV-XVIII.

⁸¹⁹ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.87.

⁸²⁰ Idem. p.88.

⁸²¹ Idem. p.89.

afirmação de Varnhagen, em sua *História Geral do Brazil*, de que Felipe Camarão teria sido arregimentado por Martim Soares, na ocasião da emergência da luta contra os flamengos. Novamente, corroborando com Joaquim de Mello, Alberto Maranhão considerava que Felipe Camarão teria sido chamado ao serviço de guerra, entrando no exército de Mathias de Albuquerque, na ocasião da tomada de Olinda em 16 de fevereiro de 1630.⁸²²

Alberto Maranhão concluiu a segunda parte de sua série de ensaios sobre a história do Rio Grande do Norte, reforçando que os dois principais argumentos, listados por ele no decorrer do texto, provam “indiscutivelmente, que foi de facto o pequeno aldeamento visinho de Extremoz o berço de Felipe Camarão, um dos mais notáveis vultos da historia patria.”⁸²³ A partir dos argumentos de Cândido Mendes e João Brigido, Alberto Maranhão especificou o local de nascimento de Felipe Camarão, uma aldeia *Yagapó*, em Extremoz, para dar precisão ao argumento de que Ibiapaba, no Ceará, não poderia ser sua *pátria*.

Em resumo, Alberto Maranhão entendia que a história regional deveria ser escrita a partir da biografia dos seus indivíduos ilustres. Não é por acaso que ele tenha reservado um espaço em seu ensaio para tratar da disputa em torno da naturalidade de Felipe Camarão. Aliás, não foi só desta naturalidade que os homens de letras do Rio Grande do Norte disputaram com os cearenses. No jornal *A República* de 28 de junho de 1898, o tabelião, Joaquim José Carlos de Noronha, publicou a *certidão de idade* do médico, Moura Brasil, atestando que este teria nascido no Rio Grande do Norte e não no Ceará, o que novamente uma polêmica com os cearenses.⁸²⁴ Outros personagens, como Miguel Joaquim de Almeida e Castro, foram também alvos de polêmicas,⁸²⁵ o que demonstra a luta entre os referidos estados em reivindicar para si a naturalidade de seus concidadãos ilustres, tanto do passado, como do presente. Nesse sentido, provar a naturalidade de Felipe Camarão foi mais do que demarcar uma origem do seu nascimento, foi uma forma de evidenciar o lugar do Rio Grande do Norte na construção da memória histórica da nação.⁸²⁶ Dito de outro modo, Felipe Camarão é o passaporte para a entrada do estado na memória nacional. Esse agenciamento intelectual não restringiu-se à *retórica da naturalidade*. Alberto Maranhão tratou também de demonstrar o

⁸²² Idem.

⁸²³ Idem. p.89-90.

⁸²⁴ NORONHA, Joaquim José Carlos de. Dr. Moura Brasil. In: **A República**. Natal. 28 de junho de 1898.

⁸²⁵ Para uma leitura sobre as polêmicas entre as naturalidades do médico Miguel Joaquim de Almeida e Castro, conferir o livro **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandenses (1894-1898)**. Natal: IFRN, 2016 do historiador Saul Estevam Fernandes.

⁸²⁶ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.90.

papel do Rio Grande do Norte na história pátria a partir da participação de dois patrícios na *Revolução de 1817*.⁸²⁷

3. 3. 3 – “O Rio Grande do Norte figura na Revolução de 1817 representado por dois patriotas immortaes”

A *Revolução de 1817* reforça novamente a percepção que Alberto Maranhão tem acerca da tessitura das histórias dos estados, qual seja, elas devem ser urdidas a partir da ação dos seus varões ilustres. Para ele, o Rio Grande do Norte insere-se na construção da memória histórica da *Revolução de 1817*, e da nação, por meio das ações de dois dos seus patrícios: o padre Miguelinho e André de Albuquerque. No conjunto do seu ensaio histórico, Alberto Maranhão escolheu dois eventos, a expulsão dos holandeses e a *Revolução de 1817*, como uma forma de evidenciar o papel do Rio Grande do Norte na tessitura da memória nacional. Todavia, a estratégia não foi apresentar a trajetória da coletividade, isto é, dos cidadãos norte-rio-grandenses, a sociedade como um todo, nas referidas experiências históricas, mas sim as ações dos indivíduos, Miguelinho e André de Albuquerque, sobretudo este último, como uma representação do coletivo.

Como já mencionamos anteriormente, a expulsão dos holandeses foi eleita, por alguns historiadores brasileiros do século XIX, como um dos principais acontecimentos históricos da nação. Distintamente desta, a *Revolução de 1817* não recebeu tanta atenção dos historiadores oitocentistas, pelo menos até a emergência do governo republicano no Brasil.⁸²⁸ No Capítulo 2, mostramos que as principais versões sobre a *Revolução de 1817* foram elaboradas, ainda no período imperial, por Muniz Tavares, Varnhagen e Pereira da Silva. Na interpretação do monsenhor pernambucano, ficou patente a tese de que a *Revolução de 17* teria sido uma luta emancipacionista contra a monarquia portuguesa centralizadora. Varnhagen e Pereira da Silva interpretaram o movimento como um motim de quartel, com implicações locais, provincianas, tratando-o sob a óptica da ordem política do Império, isto é, uma experiência histórica de subversão à Corte instalada no Rio de Janeiro. Como já foi dito, no geral, durante o Império, a temática restringiu-se às versões de Muniz Tavares, Varnhagen e Pereira da Silva.

⁸²⁷Idem.p.22.

⁸²⁸ RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo história e memória:** o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento republicano de 1817. 2011. 298 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RIO. Rio de Janeiro. p.19.

Contudo, com a expansão do movimento republicano na década de 80 no Brasil, a *Revolução de 1817*, bem como a *Conjuração Mineira* e a *Confederação do Equador*, passou a ganhar mais espaço na produção historiográfica dos sócios do IHGB e do IAGP. Essa nova configuração só foi possível devido “ao discurso em defesa da República, da modernidade e das ideias liberais, o que abriu caminho para a positivação dos movimentos republicanos do passado.”⁸²⁹ Cada vez mais partidários da República, inseridos nos institutos históricos, o IHGB e os regionais, publicavam textos concernentes aos acontecimentos históricos que pudessem aludir ao passado republicano do país. Experiências históricas como: a *Inconfidência Mineira*, a *Revolução de 1817*, a *Confederação do Equador* e *Revolução Farroupilha* foram consideradas, pelos adeptos do movimento republicano, como figuras da luta em defesa da República no passado. Não é sem razão que, com a ruptura política de 1889, os referidos acontecimentos históricos tenham conferido uma dada legitimidade histórica ao novo regime, com a construção de uma tradição política republicana para a história desse novo Brasil.⁸³⁰ Assim, a *Revolução de 17* não seria mais posta de lado e nem lida, como fora na produção historiográfica do Segundo Reinado, sobretudo aquela vinculada ao IHGB, como um movimento essencialmente *provincialista*, separatista e de crítica à centralidade das províncias do Sul no processo de construção do estado nacional.⁸³¹ Pelo contrário, com a emergência da República, a *Revolução de 17* foi concebida por alguns sócios do IHGB, como um acontecimento de vanguarda autonomista e republicana. Todavia, uma questão fica patente: o que explica a inserção de determinados acontecimentos históricos – tidos durante o Império como controversos e problemáticos para a história nacional e lidos pelos movimentos republicanos como portadores da causa da República – na produção historiográfica do IHGB, instituição historicamente adstrita à monarquia?

A relação entre o IHGB e o novo regime foi marcada pelo distanciamento, pelo menos até os primeiros cinco anos pós-proclamação.⁸³² Decerto, nesse período, a postura do grêmio,

⁸²⁹ Idem. p.191.

⁸³⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm. 2009. p.31.

⁸³¹ SOUSA, Francisco Gouvea de. **Proclamação e Revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1890)**. 2012. 233 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RIO. Rio de Janeiro. p.151.

⁸³² HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. 2007. 233 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre.p.54.

frente ao novo regime, não foi nada confortável. De certa forma, o IHGB assumiu um posicionamento apolítico, caracterizado pela submissão ao novo regime, mas sem lisonjeá-lo: “no Instituto, o discurso de gratidão ao antigo não excluía o de submissão ao novo”⁸³³ A agremiação já não contava com os auxílios financeiros provenientes da *imediata proteção do Imperador*. O IHGB foi concebido pelos recém-chegados ao poder e por adeptos mais radicais da República, como um reduto de monarquistas, o que levou a *República dos Marechais* a cortar progressivamente as despesas com a agremiação, redundando na queda de sua receita.⁸³⁴

As finanças do IHGB minguaram logo após a proclamação da República, o que levou a mesa diretora procurar alternativas que viabilizassem a subsistência do grêmio.⁸³⁵ Somente a partir de 1894, durante a presidência de Prudente de Moraes, o Instituto passou a receber uma maior soma de subsídio governamental decorrente da sua aproximação política com o novo governo.⁸³⁶ O primeiro presidente civil da República, Prudente de Moraes, logo após ser empossado no cargo do chefe do executivo nacional, foi eleito *presidente honorário* do IHGB, comparecendo à sessão de aniversário da instituição, realizada no dia 15 de dezembro de 1894.⁸³⁷ Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Hugo Hruby asseveraram que essa aproximação com o presidente Prudente de Moraes, em 1894, foi fundamental para a reafirmação da instituição nesse período, implicando, concomitantemente, na reconciliação com o Estado e com a retomada da política de subsídio governamental para a agremiação.⁸³⁸ Doravante, o IHGB mostrava sua serventia, dispondo seu saber e seus materiais aos governos republicanos, em compensação cada vez mais era assistido financeiramente pela União.⁸³⁹

⁸³³ Idem. p.34.

⁸³⁴ Conferir: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007 e HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). 2007. 233 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre.

⁸³⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.25.

⁸³⁶ HRUBY, Hugo. **Op. cit.** p. 45.

⁸³⁷ SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1894. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo LVII. Parte II. 1894. p.393.

⁸³⁸ Conferir: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007 e HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PPGHIS/PUC-RS, 2007.

⁸³⁹ O historiador Hugo Hruby acrescenta: “Além do subsídio governamental, as discussões e os pedidos sobre outras formas de ajuda giravam em torno da concessão de crédito para a aquisição de um novo terreno ou a ocupação de um outro prédio, da publicação gratuita da Revista pela Imprensa Nacional e da obtenção de franquia postal para as publicações do IHGB. Estes pedidos eram justificados pela “nítida compreensão do dever que têm os poderes públicos de promover o desenvolvimento da instrução e progresso das instituições científicas e literárias”. Idem. p.50.

A aproximação com o novo governo se deu também a partir da inserção de autoridades políticas, como ministros, diplomatas, deputados, senadores etc., e de servidores da República, no quadro de sócios da agremiação.⁸⁴⁰ Isso não quer dizer que o contingente de monarquistas tenha sido dirimido do IHGB nesse período. Antes mesmo da política de aproximação do Instituto com os grandes nomes do governo republicano, já havia os membros opositores da *nova ordem das coisas*, o que equilibrava a relação.⁸⁴¹ Nesse sentido, entre os sócios do IHGB, não havia uma unanimidade em relação à defesa a um determinado regime político. Havia aqueles que assumiram um tom mais crítico para com o regime republicano e outros que o defendiam.⁸⁴² Havia entre os membros da agremiação uma *heterogeneidade ideológica* no que concerne às concepções políticas, como esclarece o historiador Hugo Hruby: “Desta forma, se é incorreto caracterizar os discursos do Instituto como, majoritariamente, de contrários ao novo regime, também não se pode afirmar como sendo, em sua maioria, de favoráveis”.⁸⁴³ Monarquistas e republicanos dividiam o mesmo lugar de sociabilidade intelectual. Em tempos de República, o IHGB não abriu mão de tecer elogios ao Imperador e nem a Monarquia, por outro lado não interditou discursos apologéticos direcionados à legitimidade do novo regime político. Não é por acaso que na *RIHGB*, tenha sido publicado vários artigos com viés significativamente legitimador em relação à República. Boa parte deles, refere-se aos acontecimentos históricos que figurariam no interior do processo de *republicanização* da memória do país, em curso desde os primeiros momentos da proclamação, como por exemplo, a *Revolução de 17*.⁸⁴⁴

⁸⁴⁰ Hugo Hruby nos mostra uma lista de políticos da Primeira República (1880-1930) que participaram do IHGB, como sócios: “Temos por exemplo os sócios Manuel de Oliveira Lima e Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo (diplomatas), Clóvis Beviláqua (consultor jurídico) e Euclides da Cunha (adido) no Itamarati; Rui Barbosa na Vice-presidência do Governo Provisório, nos Ministérios da Fazenda e Justiça no governo eleito de Deodoro da Fonseca, no Senado, como representante do país em Conferências Internacionais e na disputa à Presidência do País; Alberto Torres na Assembléia Constituinte Federal, no Ministério da Justiça, no governo do Estado do Rio de Janeiro e no Supremo Tribunal Federal; Emídio Dantas Barreto no Ministério da Guerra e no governo de Pernambuco; Pedro Lessa como Deputado Estadual em São Paulo e Ministro do STF; Tristão de Alencar Araripe Júnior na Secretaria do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, na Diretoria de Instrução Pública e Consultoria Geral da República; Rodrigo Otávio de Langgard Meneses na Secretaria da Presidência da República, na Consultoria Geral da República e como delegado plenipotenciário do Brasil em conferências Internacionais e Sílvio Romero como Deputado em e por Sergipe. Merecem ser mencionados, também, os sócios Alexandre José Barbosa Lima, José Isidoro Martins Junior, Inocêncio Serzedelo Corrêa, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Amaro Cavalcanti Soares de Brito, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, José Leopoldo de Bulhões Jardim, Joaquim Duarte Murtinho, Felisbello Firmo de Oliveira Freire, José Joaquim Seabra, Antônio Olinto dos Santos Pires, Alfredo Eugenio de Almeida Maia, Sabino Alves Barroso Junior, Paulino José Soares de Souza Junior, Cezario Mota Júnior, Aristides Augusto Milton, Tomás Garcez Paranhos Montenegro e Artur Índio do Brasil.” Idem. p.51-52.

⁸⁴¹ Idem. p.69.

⁸⁴² Idem. p.68 -69.

⁸⁴³ Idem. p.77.

⁸⁴⁴ RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Memórias regionais no IHGB: os centenários das Revolução Pernambucana e Farroupilha – 1917 e 1935. **Revista Memória em rede**. Pelotas, v.4, n.10, Jan/Jun.2014. p.2.

Um dos primeiros textos a expressar o caráter vanguardista da *Revolução de 17* no IHGB, foi publicado pela sua revista em 1893, com o título *Movimento colonial da América*. O autor do artigo era um dos mais ardorosos defensores da República da agremiação: Tristão de Alencar Araripe.⁸⁴⁵ Como sugere o título do texto, Tristão de Alencar Araripe tratou acerca dos acontecimentos históricos precursores da emancipação política da América luso-espanhola. Conforme o historiador cearense, foi no Brasil “que soou o primeiro brado denunciador do espírito separatista da América colonizada.”⁸⁴⁶ Parece claro o intuito do autor: conferir ao Brasil a centralidade no movimento autonomista da América. Essa centralidade diz respeito não à ruptura definitiva concernente à metrópole, ocorrida, tardiamente, se comparado a maioria das ex-colônias da América Espanhola, mas ao conjunto de acontecimentos históricos que, apesar do malogro, já teriam lutado a favor da independência em relação a Portugal. Em outras palavras, o pioneirismo do Brasil não residia no evento de 1822, mas no *movimento patriótico de 1710*, na *Conjuração Mineira* e na *Revolução de 1817*. Nestes eventos, e nos movimentos emancipacionistas das ex-colônias da América espanhola, se encontraria a tendência natural em direção à realização do *destino fatal* das colônias: a Independência e proclamação da República.⁸⁴⁷

A leitura de Tristão de Alencar Araripe é teleológica, pois, naturalmente, as colônias americanas tenderiam necessariamente à concretização de um destino final no futuro: o processo de emancipação política. O futuro explicaria o passado, pois a luta pela Independência e, conseqüentemente, a defesa da República, já estariam inscritas na história e na natureza das colônias.⁸⁴⁸ O intento de Tristão de Alencar Araripe é naturalizar a Independência e a República, mostrando-as como se já estivessem contidas no passado colonial. Desse modo, o presente, o regime republicano, o qual o autor defende, estaria inscrito no passado, de forma prefigurada. Assim, a Independência e a proclamação da República aparecem na narrativa de Tristão de Alencar de Araripe como os elementos comuns que ligariam os eventos dispersos do passado da nação. A *Revolução de 1817* em Pernambuco, assim como os outros movimentos coloniais, seria mais uma constatação da tendência do povo brasileiro a aspiração autonomista e a predileção pelo regime republicano: “Não farei minucioza narração do fato patriótico, que proclamou a autonomia do Brazil; direi

⁸⁴⁵ HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da História do Brasil*: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 2012. 371 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre. p.252.

⁸⁴⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Movimento colonial da América*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 56. Parte 2. 1893. p. 115.

⁸⁴⁷ Idem. p.93.

⁸⁴⁸ SOUSA, Francisco Gouveia de. **Op. cit.** p. 150.

apenas, que, inaugurada a republica federativa, o governo provisório apresentou-se ao mundo com o seu pavilhão asteado como simbolo de patriotismo e da fraternidade.”⁸⁴⁹ O texto de Tristão de Alencar Araripe reforçava o processo de *republicanização* da memória histórica do Brasil, movimento este também presente em outras instituições, como o IAGP.⁸⁵⁰ Conforme Mariana dos Santos Ribeiro, esse processo de *republicanização* da memória incidu significativamente na produção historiográfica do IAGP do final do século XIX, a qual instituiu aos heróis pernambucanos do passado, um discurso assentado no vanguardismo do sentimento autonomista republicano.⁸⁵¹

Um dos primeiros textos a reivindicar o pioneirismo de Pernambuco, nos fatos referentes à Independência do Brasil e à proclamação da República, foi publicado pela *RIAGP*, em abril de 1890, com o sugestivo título *Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional* de José Domingues Codeceira, sócio da agremiação. Esse artigo foi apresentado na sessão extraordinária do IAGP, de 6 de fevereiro de 1890, e publicado também na *RIHGB*, no mesmo ano. O texto de Codeceira foi uma reação ao decreto do governo provisório do Brasil, datado de 14 de janeiro de 1890, o qual listava algumas datas históricas consideradas dias de festa nacional, tais como: 21 de abril, 7 de setembro e 15 de novembro.⁸⁵² Na lista oficial do governo provisório não constava nenhuma data histórica referente *as glórias de Pernambuco*. A reação do major Codeceira se deu, particularmente, ao dia 21 de abril, “consagrado à comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes.”⁸⁵³ Codeceira vociferou:

Como Pernambucano e um dos mais obscuros membros d’este Instituto, levanto-me d’esta cadeira dando um brado de solemne protesto para que esta gloria seja reivindicada á Pernambuco, a quem de direito pertence por ter sido a primeira provincia que em seu solo plantou a soberba arvore da independenciabrazileira, regando-a com o precioso e generoso sangue de seus filhos.⁸⁵⁴

No excerto acima fica evidente o teor do artigo de Codeceira. O major reivindicava a centralidade de Pernambuco na memória autonomista e republicana da nação. Essa

⁸⁴⁹ ARARIPE, Tristão de Alencar. **Op. cit.** p.109.

⁸⁵⁰ RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Op. cit.** p.2.

⁸⁵¹ RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Op. cit.** p.145.

⁸⁵² DECRETO N.145 – DE 13 DE JANEIRO DE 1890. In: **Diario de Pernambuco**. Recife, 28 de janeiro de 1890.

⁸⁵³ Idem.

⁸⁵⁴ CODECEIRA, Major José Domingues. *Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional*. In: **RIAGP**. Recife. n. 37. 1890.p.53

reivindicação de Codeceira tem a ver com as disputas intensas pelo passado republicano, emergidas com a proclamação da República no Brasil, tanto em torno do mito de origem do novo regime como pelo seu herói.⁸⁵⁵ Nessa conjuntura, foram apresentados alguns candidatos: Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Floriano Peixoto. De acordo com José Murilo de Carvalho, o esforço à promoção desses postulantes a heróis da República teve poucos resultados, tendo em vista a pequena densidade histórica do dia 15 de novembro, que não conferia condições adequadas para a *germinação de mitos*.⁸⁵⁶ Tiradentes pareceu a personagem que, aos poucos, se revelou capaz de atender as exigências da mitificação do dia 15 de novembro.⁸⁵⁷ Decerto, antes mesmo da proclamação, já havia entre os clubes republicanos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, em menor escala, de outras províncias, a intenção de resgatar a memória de Tiradentes como um herói republicano, pelo menos desde a década de 1870.⁸⁵⁸ Todavia, logo após a proclamação da República, o culto cívico à figura de Tiradentes intensificou-se, o que levou o governo provisório a declarar o dia 21 de abril como um feriado nacional em 1890, juntamente com o 15 de novembro.⁸⁵⁹ Portanto, foi contra essa memória em torno do pioneirismo de Tiradentes, e, por conseguinte, da *Inconfidência mineira* na luta pela emancipação do país e pela defesa da República, que Codeceira reagiu.

A estratégia do major pernambucano foi instituir um panteão de *datas gloriosas* de Pernambuco, *27 de janeiro de 1654, 10 de novembro de 1710, 6 de março de 1817 e 24 de julho de 1824*, como uma evidência do pioneirismo do seu estado.⁸⁶⁰ Dessa maneira, as *datas gloriosas* de seu torrão, seriam uma forma de contrapor as *datas históricas* elencadas pelo governo provisório. Para Codeceira, o sentimento de independência já teria sido germinado *na mente e coração* dos pernambucanos desde o momento da expulsão holandesa, ocorrida no dia 27 de janeiro de 1654.⁸⁶¹ O desejo de libertar-se não se restringia somente ao domínio holandês, mas também a emancipação da metrópole portuguesa. Para o major, o evento da expulsão holandesa não dizia respeito à luta pela restauração lusitana, como considerava Varnhagen, mas sim a dedicação aos valores do sentimento patriótico brasileiro que teriam emergido com a data de 27 de janeiro de 1654. O patriotismo, expresso pela luta contra o holandês, teria mantido a integridade do vasto território do Brasil, “sem o que estaria dividido e retalhado, por conseguinte sem a força precisa para se constituir em 1822 estado livre e

⁸⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.55.

⁸⁵⁶ Idem. p.57.

⁸⁵⁷ Idem.

⁸⁵⁸ Idem.

⁸⁵⁹ Idem. p.64.

⁸⁶⁰ CODECEIRA, Major José Domingues. **Op. cit.** p.53.

⁸⁶¹ Idem. p. 55.

independente.”⁸⁶² Desse modo, a expulsão dos holandeses não só teria engendrado o sentimento patriótico e autonomista entre os pernambucanos, mas também o interesse de preservar o território unido. Essa interpretação de Codeceira foi uma tentativa de desconstruir o discurso *separatista* usado contra a historiografia nativista pernambucana do oitocentos. O intento era mostrar que, assim como sentimento patriótico e a luta pela independência, os pernambucos sempre foram adeptos da preservação do território da nação, desde a expulsão flamenga.

Em relação às demais *datas gloriosas*, *10 de novembro de 1710*, *6 de março de 1817* e *24 de julho de 1824*, referentes, respectivamente, à *Guerra dos mascates*, à *Revolução de 1817* e à *Confederação do Equador* todas elas evidenciavam as tentativas de estabelecer uma ruptura com a metrópole e a instalação do governo republicano. Em nenhum relato sobre esses movimentos, Codeceira estabeleceu qualquer interpretação que os vinculasse ao ideal separatista ou subversivo, pelo contrário, os nomes ligados aos mencionados eventos, como o padre Miguelinho e frei Caneca, “passaram ser delineados como heróis nacionais, defensores da pátria, da liberdade e da soberania da nação.”⁸⁶³ De certa maneira, Codeceira rebatia a crítica feita por Varnhagen, em *História Geral do Brasil*, quando este afirmara que a *Revolução de 1817* colocaria em apuros a integração territorial do Império, caso o movimento lograsse êxito. Na narrativa de Codeceira, a ideia da Independência e da defesa da República sempre esteve associada à luta pelos interesses nacionais, e não a uma demanda estritamente provincial, pernambucana. O par Independência e proclamação da República estiveram sempre acompanhados na narrativa de Codeceira e figurava como objetivos finais da revolução. Aliás, é importante frisar que o referido par foi lido, na virada do século XIX para o XIX, como *proclamações*, existindo um conjunto de semelhanças, de palavras e comportamentos frente aos dois eventos, como esclarece o historiador Francisco Gouvea de Sousa: “A moldura comum à recepção da República e da Independência é a Proclamação. Proclamar, nesse campo, era trazer à superfície algo que já está contido.”⁸⁶⁴ O interesse de Codeceira era fazer crer aos seus leitores que, tanto a Independência como a defesa da República, já estavam presentes nos movimentos pernambucanos, o que reforçava a ideia do pioneirismo do seu estado.

Assim como Tristão de Alencar Araripe, Codeceira naturalizou a Independência e a República a partir de uma leitura teleológica dos eventos, construindo a ideia de que desde o

⁸⁶² Idem. p.54-55.

⁸⁶³ RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Op. cit.** p.18.

⁸⁶⁴ SOUSA, Francisco Gouvea de. **Op. cit.** p. 150.

início o par fazia-se presente na história e na natureza do país. O interesse do historiador cearense nesse procedimento, era o de reivindicar o pioneirismo e a centralidade do Brasil em relação às ex-colônias da América Espanhola, enquanto o de Codeceira era evidenciar a natureza precursora de Pernambuco frente as outras memórias regionais. Não é sem razão que o major pernambucano tenha desqualificado o papel da *Inconfidência mineira* no processo da Independência: “não passou de um sonho dourado de seus autores.”⁸⁶⁵ Nesse sentido, para Codeceira, coube aos pernambucos, e não Tiradentes, a germinação da árvore da emancipação política e do embrião da República no Brasil.⁸⁶⁶

Em grande medida, os historiadores norte-rio-grandenses da virada do século XIX para o XX, como Alberto Maranhão, Manoel Dantas, Augusto Tavares de Lyra, entre outros, reforçaram a interpretação produzida pela historiografia pernambucana, principalmente a versão elaborada por Muniz Tavares, sobre a *Revolução de 17*. No ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte de Alberto Maranhão, podemos identificar essa aproximação: “o movimento emancipador de 1817 em Pernambuco, (...) foi aquelle movimento o que levou mais longe, no terreno pratico da acção objectiva, o ideal republicano, antes do 15 de novembro.”⁸⁶⁷ Assim como os artigos de Tristão de Alencar Araripe e Codeceira, a escrita de Alberto Maranhão toma a Independência e a República no mesmo plano, como um par, abordando-as a partir de uma percepção teleológica da histórica. À luz de Muniz Tavares, Codeceira e Tristão de Alencar Araripe, Alberto Maranhão compreendia que a Independência do país, em 1822, e a proclamação da República, em 15 de novembro, foram eventos que concretizaram os anseios liberais e democráticos já presentes em outras experiências históricas como a *Revolução de 17*.

Assim como o monsenhor pernambucano, Alberto Maranhão fez uma crítica contundente à figura de D. João VI, caracterizando-o como desertor, mísero e covarde governante fugido à invasão francesa em Portugal.⁸⁶⁸ A partir dos arrazoados de Muniz

⁸⁶⁵ CODECEIRA, Major José Domingues. **Op. cit.** p.61.

⁸⁶⁶ “Foi ainda seguindo o nobre exemplo de seus paes, que os pernambucanos lançaram no solo da patria a semente da independencia e liberdade no seculo passado a 10 de Novembro de 1710, tentando estabelecer um governo republicano, e regando essa arvore com o seu precioso sangue nessa epocha, deu ellafructo no memoravel dia 6 de Março de 1817; decepada pela fouce exterminadora do despotismo foi ainda de novo regado o seu tronco esse precioso sangue, que fazendo estender as raizes por todo o solo da patriafel-a rebentar vigorosa nas margens do Ypiranga, dando fructo sazonado no glorioso dia 7 de Setembro de 1822.” Idem. p. 68-69.

⁸⁶⁷ MARANHÃO, Alberto. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Primeiro ano. Volume III. Natal: Empresa d’A República. 1898. p.221.

⁸⁶⁸ Idem. p.221.

Tavares, a principal referência utilizada em seu texto, Alberto Maranhão concluiu que o movimento poderia ter implantado logo no Brasil o regime republicano, todavia, malogrou-se em virtude das divergências das províncias, o que limitou a expansão da revolução, e dos inúmeros erros políticos cometidos pelo governo provisório.⁸⁶⁹ Alberto Maranhão não construiu nenhuma interpretação nova sobre o movimento de 17, tampouco dialogou com aos textos de Varnhagen ou de Pereira da Silva. Apesar da chave hermenêutica de Alberto Maranhão ter sido a historiografia pernambucana do XIX, o letrado norte-rio-grandense não se contentou em apenas reproduzi-la. Alberto Maranhão conferiu certa *cor local* ao movimento de 17. Isso significa afirmar que seu interesse era evidenciar o lugar do Rio Grande do Norte na memória da *Revolução de 1817*. Seu intuito não era escrever mais uma versão sobre o referido acontecimento, mas destacar a participação do Rio Grande do Norte.⁸⁷⁰

É válido destacar que, assim como Manoel Ferreira Nobre, em sua *Breve Notícia*, Alberto Maranhão tratou o acontecimento como a *Revolução de 1817*, e não como a *Revolução Pernambucana de 1817*, como faziam os membros do IAGP. A ideia era desvincular o movimento como sendo estritamente pernambucano, relegando a Pernambuco apenas a condição de sede.⁸⁷¹ Nesse sentido, o Rio Grande do Norte deixaria de ser um mero coadjuvante para tornar-se um participante ativo do movimento. A proposta de Alberto Maranhão era de ir além do lugar comum construído pela historiografia da *Revolução de 1817*, no que tange à participação do Rio Grande do Norte.

De Muniz Tavares a Varnhagen, a narrativa sobre a atuação da província no movimento, restringiu-se ao relato da instalação do governo provisório revolucionário na capital – polarizado no embate entre José Ignácio Borges, governador da capitania até então, e André de Albuquerque Maranhão, o representante norte-rio-grandense da revolução e o responsável pela deposição do governo – e a punição dos envolvidos, logo após o declínio da Revolução em Pernambuco. A narrativa de Alberto Maranhão propunha uma engenharia semelhante ao relato sobre Felipe Camarão, ou seja, o de construir um lugar para o Rio Grande do Norte na *Revolução de 1817* a partir das ações dos seus varões ilustres: o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (*Frei Miguelinho*) e o coronel de milícias André de Albuquerque.⁸⁷² Não que houvesse uma disputa acerca da naturalidade de algum desses personagens, como havia em relação ao índio. O ponto de convergência entre o tratamento

⁸⁶⁹ Idem. p.221-222.

⁸⁷⁰ Idem. p.225.

⁸⁷¹ Idem.

⁸⁷² Idem. p.222.

dispensado aos três personagens é concernente à contemplação de um aspecto de suas biografias: enquanto a de Felipe Camarão diz respeito apenas à sua naturalidade, a do padre e a do coronel destaca-se, exclusivamente, as ações na *Revolução de 1817*, e não o conjunto total e linear de suas trajetórias de vida. Dessa maneira, é por meio das ações individuais do *Frei Miguelinho* e, sobretudo, de André de Albuquerque Maranhão que o Rio Grande do Norte figuraria na memória da *Revolução de 1817* e, por conseguinte, na memória republicana nacional.⁸⁷³

Alberto Maranhão destacou as diferentes funções que os dois revolucionários norte-rio-grandenses tiveram dentro do movimento de 1817. Em relação ao padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, o *Frei Miguelinho*, realçava-se a sua liderança dentro no movimento em Pernambuco, uma vez que era secretário do governo provisório, ao lado de José Carlos Mairink, e autor da proclamação, enquanto André de Albuquerque ressaltava-se a sua ação na instalação da revolução no Rio Grande do Norte. Desse modo, a trajetória de *Frei Miguelinho* no movimento estaria estritamente atrelada a Recife, enquanto a de André de Albuquerque ao Rio Grande do Norte.⁸⁷⁴ Como o interesse de Alberto Maranhão era voltar-se, especificamente, para a participação do seu estado, a trajetória de Miguelinho no movimento não foi contemplada de forma mais exaustiva, como fora a de André de Albuquerque:

Dispensó-me, por isso, de occupar-me ainda aqui do notavel republicano illustrado sacerdote, satisfazendo-me com o que ficou dito, isto è, que foi aquelle nosso conterraneo talvez o mais eminente vulto da revolução que mallogrou-se principalmente porque os seus conselhos e planos valiosos não foram aceitos e seguidos pela junta governativa discordante e inexperiente de patriotas.⁸⁷⁵

A narrativa em torno da trajetória do *Frei Miguelinho* foi bastante lacônica. Alberto Maranhão não ocupou mais do que duas laudas em seu artigo, para narrar a biografia do padre, ou melhor, a parte concernente à sua participação no movimento. A brevidade do relato não se explica pelo pouco valor atribuído ao padre, pelo contrário, Alberto Maranhão afirmava que o ilustrado sacerdote norte-rio-grandense era um republicano notável, o mais eminente vulto da *Revolução de 1817*. Essa afirmação tinha um peso expressivo para as pretensões de Alberto Maranhão, tendo em vista que significaria a presença de um rio-grandense do Norte na liderança geral do movimento. Todavia, o letrado não se deteve à trajetória do padre na *Revolução de 1817*, porque, segundo ele, a temática já teria sido

⁸⁷³ Idem.

⁸⁷⁴ Idem. p.225-226.

⁸⁷⁵ Idem. p.226.

contemplada por Manoel Dantas num artigo publicado no *Almanaque do Rio Grande do Norte* em 1897.⁸⁷⁶ Seu interesse era olhar “especialmente para o Rio Grande do Norte”, por essa razão dedicou-se às narrativas sobre o cenário político da capitania no momento da irrupção da revolução e, as ações de André de Albuquerque Maranhão no movimento, abrindo mão do relato sobre *Frei Miguelinho*, já que este representava a *Revolução de 17* como um todo.⁸⁷⁷

Alberto Maranhão inicia o seu texto sobre o movimento, relatando o *Estado político* do Rio Grande do Norte em 1817. O autor não abordou o conjunto de causas que levou a capitania a aderir à revolução, restringiu-se apenas à descrição das ações de dois personagens: José Ignácio Borges e André de Albuquerque Maranhão. A narrativa de Alberto Maranhão é urdida a partir da evidenciação das distintas posturas que ambos tiveram, no momento da irrupção da revolução. As ações dos dois personagens são narradas tomando como base adjetivações. É importante assinalar que as descrições sobre José Ignácio Borges e André de Albuquerque não foram baseadas em nenhum documento consultado por Alberto Maranhão, mas foram fundamentadas, majoritariamente, pelo relato de Muniz Tavares, o qual desqualificara as ações e a personalidade do governador do Rio Grande do Norte, e enaltecera a figura do coronel de milícias.⁸⁷⁸ Desse modo, enquanto José Ignácio Borges é retratado por Alberto Maranhão como plebeu, desprovido de qualquer riqueza e prestígio, ambicioso, egoísta, adversário da revolução, André de Albuquerque Maranhão é descrito como um nobre, admirado pela sociedade local, um homem bom e simples, “o unico que no Rio Grande do Norte morreu pela liberdade em 1817.”⁸⁷⁹ A índole é alçada à condição de recurso explicativo, conferindo inteligibilidade às posições de ambos na revolução. Logo, José Ignácio Borges resistiu ao movimento por ser egoísta e ambicioso, por considerar que não lhe traria nenhuma vantagem política e econômica. Em contraposição, André de Albuquerque dotado de virtudes cívicas e corajoso, via na revolução um caminho para a instalação de um governo livre e republicano, por essa razão aderiu.⁸⁸⁰ Para Alberto Maranhão, foi a coragem e a defesa intransigente da República que levaram a André de Albuquerque defender à causa da revolução e a implantá-la em sua *pátria*, prendendo o governador José Ignácio Borges: “Estava feita com esse golpe de audacia a revolução no Rio Grande do Norte.”⁸⁸¹

⁸⁷⁶ Esse mesmo artigo foi publicado pela *RIHGRN* em 1907. Decidimos dedicar um tópico específico para o texto de Manoel Dantas no último capítulo da tese.

⁸⁷⁷ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.226.

⁸⁷⁸ Idem. p. 227 e TAVARES, Francisco Muniz. **Op. cit.** p. 65;

⁸⁷⁹ Idem. p. 225.

⁸⁸⁰ Idem. p.225-227.

⁸⁸¹ Idem. p.229.

Apesar de considerar a resolução de André de Albuquerque um ato corajoso e fundador da revolução no Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão realçava o caráter limitante da sua capacidade como dirigente do coronel de milícias.⁸⁸² De acordo com ele, André de Albuquerque não possuía a genialidade intelectual e administrativa, como havia em seu conterrâneo, *Frei Miguelinho*, para consolidar o movimento no Rio Grande do Norte: “o nosso heroe longe estava de ser um homem do Estado. Com os destinos da provincia em suas mãos, não percebia bem a somma de responsabilidades e a importancia d’aquelle mandato.”⁸⁸³ Logo após a prisão do governador José Ignácio Borges, Alberto Maranhão relatara que André de Albuquerque estava alheio ao destino que deveria tomar a revolução na capitania. De certo modo, o clima de apatia da população da capital e do interior do Rio Grande do Norte, durante o movimento, é explicado pela inaptidão de André de Albuquerque em arregimentar intelectualmente os cidadãos norte-rio-grandenses para a defesa dos valores pátrios.

Na concepção de Alberto Maranhão, André de Albuquerque teria falhado como propagandista da revolução e como um líder mental que pudesse despertar o *ânimo do povo* “para o amor e o entusiasmo pelo governo livre e pela independencia da Patria”, e de convencer a todos da necessidade da República no Brasil.⁸⁸⁴ Para ele, a derrocada do movimento no Rio Grande do Norte se deu, em grande escala, devido à ausência de convicção da população em relação aos ideais da revolução, “sem a qual impossível seria, como aconteceu, resistir á reacção fatal da monachia.”⁸⁸⁵ A falta da capacidade dirigente, em termos intelectuais e propagandísticos, foi considerado por Alberto Maranhão como o agente limitador da trajetória de André de Albuquerque Maranhão e, por conseguinte, o elemento principal da derrocada da revolução no Rio Grande do Norte. Para Alberto Maranhão, a *massa popular*, sem entendimento da realidade ao seu redor e sem educação cívica, deveria ser guiada pelo cidadão talentoso que suprisse a sua cegueira, assim, caberia a André de Albuquerque instruir a população, conscientizá-la dos ideais promissores da revolução.⁸⁸⁶ A importância conferida à agência intelectual do movimento junto ao povo, diz respeito à própria maneira com que Alberto Maranhão concebia o papel do homem de saber no corpo social. Como já discutimos no início desse capítulo, na segunda metade do século XIX, os letrados brasileiros atribuíam para si mesmos a função de instruir a população, além de serem

⁸⁸² Idem. p.229-230.

⁸⁸³ Idem.

⁸⁸⁴ Idem. p.231.

⁸⁸⁵ Idem.

⁸⁸⁶ Idem. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Volume IV. Natal: Empresa d’A República. 1899. p.333

agentes motivadores e transformadores da sociedade.⁸⁸⁷ É por esse motivo que, na avaliação de Alberto Maranhão, André de Albuquerque seria inapto para *animar o povo*, convencê-lo do caráter transformador que a *Revolução de 1817* poderia promover no Rio Grande do Norte, justamente por faltar ao revolucionário o *tingo* intelectual, atribuído ao genuíno cidadão das letras e não ao coronel de milícias.⁸⁸⁸

Diferentemente de Manoel Ferreira Nobre, o relato de Alberto Maranhão sobre a trajetória de André de Albuquerque não o considerou como um *atleta da liberdade* que percorre toda a província convertendo-a à *causa da liberdade*. O mérito da participação de André de Albuquerque, destacada por Alberto Maranhão, é atribuído pelo martírio do revolucionário em relação à causa autonomista e republicana e não a sua genialidade dentro do movimento. Para Alberto Maranhão, a imortalidade do referido varão ilustre consiste, ironicamente, no mérito de ter morrido em favor da causa da revolução no Rio Grande do Norte: “Terminou assim a aventura política do homem simples e bom, corajoso, mas de médio creinteligencia, a quem o Destino confiou o papel de chefe da revolução de 1817 n’esta parte do Brasil.”⁸⁸⁹ Assim como Manoel Ferreira Nobre, Alberto Maranhão elegeu André de Albuquerque como o personagem central da trama da *Revolução de 1817*, no Rio Grande do Norte. Decerto, outros homens de letras, como Muniz Tavares e Varnhagen, ao relatarem a participação do Rio Grande do Norte na *Revolução de 1817*, conferiram também a André de Albuquerque Maranhão o papel de liderança no movimento local. Alberto Maranhão reforçou esse discurso em torno da centralidade do coronel de milícias. Obviamente que essa empresa não é desinteressada. Ao salientar a liderança de André de Albuquerque no movimento, Alberto Maranhão construiu uma identidade histórica entre os ancestrais do passado com os do presente. O letrado norte-rio-grandense evidencia, a partir de André de Albuquerque, o papel do seu grupo familiar, Albuquerque Maranhão, na memória histórica do estado, o que implica em uma dada legitimidade política para o grupo político presente, a qual fez parte. Além disso, referir-se à participação de André de Albuquerque e frei Miguelinho na *Revolução de 1817*, era uma forma de assinalar o lugar do Rio Grande do Norte na nascente memória republicana nacional, afinal de contas, são os indivíduos ilustres que permitem a construção dessa empresa.

⁸⁸⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Op. cit.** p.102

⁸⁸⁸ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p. 337

⁸⁸⁹ Idem.

Em síntese, com a emergência da República no Brasil, despontou-se entre homens de letras e políticos de diversas regiões do país, o interesse que seus estados se figurassem não só no cenário político nacional, mas na própria construção da memória histórica do país. Disputava-se um lugar ou lugares na produção de uma memória, não mais imperial, mas republicana. Reivindicava-se a centralidade de acontecimentos históricos lidos outrora como subversivos, perigosos, sediciosos, como a *Inconfidência Mineira*, a *Conjuração Mineira*, a *Revolução de 1817*, a *Confederação do Equador* e a *Revolução Farroupilha*. Postulava-se também, candidatos a heróis da nação, àqueles que teriam defendido ainda na experiência colonial, a emancipação política do Brasil e a proclamação da República, como Tiradentes. Continuava-se a disputar a verdade sobre a naturalidade de antigos heróis, como Felipe Camarão. A partir de um repertório de memórias históricas, os homens de saber inscritos nos estados lançaram-se em direção a uma escrita, uma narrativa regional, a qual legitima historicamente a sua *pátria*, local de seu nascimento, no conjunto geral da nação. É nesse momento que é mais perceptível as disputas entre as memórias históricas regionais, isto é, um campo de lutas travadas no interior da própria nação, para dar significado ao mundo. A tarefa coube aos homens de letras, em sua grande maioria, formados em direito, os quais, além de serem recrutados para ocuparem cargos políticos nos estados, eram mobilizados a participarem da própria construção do universo intelectual de suas *pátrias*. Não é por acaso que a maior parte dos letrados do Rio Grande do Norte, da virada do século XIX e começo do XX, que escreveram artigos e livros sobre o estado fossem formados em direito.

O bacharel Alberto Maranhão foi o primeiro letrado norte-rio-grandense a construir uma narrativa preocupada em instituir um lugar para o Rio Grande do Norte na memória histórica da nação. Em outras palavras, Alberto Maranhão conferiu uma significação à relação entre o seu estado e o Brasil. Essa significação foi possível por meio de um agenciamento historiográfico. Talvez, esse tenha sido o principal mérito do seu trabalho para aquela conjuntura. Decerto, a considerada primeira história do Rio Grande do Norte não tinha esta pretensão. Como vimos, no texto de Manoel Ferreira Nobre, a província foi encerrada em si mesma, confundindo-se com os relatos sobre as suas vilas e cidades. A província não foi considerada a partir da sua relação com o Império. De maneira distinta, o ensaio de Alberto Maranhão foi todo urdido tomando como referência à nação. Isso tem a ver com as transformações ocorridas no país com a emergência do novo regime republicano, a qual reconfigurou a relação entre as partes e o todo, dito de outra maneira, os estados e a nação. É

por essa razão que todas as partes do ensaio de Alberto Maranhão construía uma dada unidade de sentido, a qual ressaltava o posicionamento do estado frente à memória histórica do Brasil.

Como foi dito, a despeito de ter escrito uma narrativa que significasse o lugar do Rio Grande do Norte no conjunto geral da memória da nação, o texto de Alberto Maranhão não foi assentado em um pecúlio documental. Diferentemente de Manoel Ferreira Nobre, Alberto Maranhão não perscrutou arquivos para escrever sua história. Suas considerações foram alicerçadas, exclusivamente, a partir de outra bibliografia. O autor reconhecia a ausência de documentos em seu *modesto ensaio*, inclusive, pretendia no futuro, reunir fontes que pudessem dar mais autenticidade ao seu texto, transformando-o em um livro destinado aos futuros historiadores norte-rio-grandenses. O bacharel não conseguiu concretizar este projeto. Esse empreendimento foi levado a cabo por outros letrados, não mais inseridos em um grêmio literário, mas numa instituição destinada, detidamente, em reunir, coligir e metodizar documentos para a escrita da história do Rio Grande do Norte.

PARTE II

CAPÍTULO 4 – A emergência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

No capítulo 1, vimos que, no relatório endereçado ao IHGB e ao Imperador D. Pedro II, no início dos anos cinquenta do século XIX, Gonçalves Dias trouxera um diagnóstico desolador acerca do estado em que se encontravam os arquivos da província do Rio Grande do Norte. De acordo com o sócio do IHGB, não havia documentos antigos, nem mesmo registros de fontes que pudessem tirar algum proveito, devido ao cenário de precarização dos arquivos. Como corolário deste *estado lastimável* dos acervos documentais do Rio Grande do Norte, as informações sobre a história da província seriam lacunares e imperfeitas. Gonçalves Dias considerava que a precariedade dos arquivos locais implicava diretamente na tessitura da história do Rio Grande do Norte, especialmente, a narrativa de acontecimentos históricos mais antigos.

Vinte e três anos depois da publicação do relatório de Gonçalves Dias, Manoel Ferreira Nobre trazia a lume sua *Breve Notícia*. Burocrata da província, Manoel Ferreira Nobre teve acesso a alguns documentos oficiais. Cotejo-os e decidiu escrever seu relato sobre o Rio Grande do Norte. Além de garimpar os documentos oficiais, Manoel Ferreira Nobre viajou ao interior da província, coletando informações locais, baseadas, em grande medida, na oralidade. Nesse sentido, o autor utilizou-se de documentos oficiais e da tradição oral para compor sua narrativa. Seu relato não foi urdido à revelia das fontes.

Diferentemente de Manoel Ferreira Nobre, um homem de arquivo, Alberto Maranhão não se utilizou de nenhum tipo de documento para construir seu ensaio sobre o Rio Grande do Norte. Logo no início do seu texto, Alberto Maranhão reconhecia que sua narrativa carecia de dados, documentos, que pudessem conferir autoridade as suas asserções. Sua escrita baseou-se em afirmações trazidas por outros letrados. Como já informamos, seu projeto de incorporar ao ensaio uma gama de documentos históricos sobre o estado nunca foi concretizado.

Como podemos constatar, no final do século XIX, o Rio Grande do Norte contava com três relatos que tratavam de maneira distinta sua história. Todavia, no limiar do século XX, com a criação do IHGRN, em 29 de março de 1902, houve uma inflexão na forma de se produzir a história do estado. Esta deixou de ser considerada apenas como um constructo individual, sendo encarada também como um esforço coletivo. Em torno do Instituto Histórico aglomeraram-se diversos homens de letras do estado comprometidos, ao mesmo tempo, em construir um acervo documental que pudesse servir de base para os futuros historiadores, e estabelecer uma produção intelectual coletiva, de publicação regular, cujos

temas retratassem especialmente o papel do Rio Grande do Norte no conjunto da memória histórica da nação. Considerando esses aspectos, o objetivo desse capítulo é analisar as condições de emergência do IHGRN, identificando o conjunto de interesses que possibilitaram a sua criação, bem como o perfil social e político dos seus sócios fundadores, as relações entre o Instituto e o Estado, a tipologia dos textos publicados pela sua revista e a questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará.

4. 1 – O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: como, para que e por quem foi criado

O IHGRN surgiu de uma necessidade política e territorial: reunir uma documentação que pudesse subsidiar a defesa do Rio Grande do Norte, em relação à questão de limites territoriais com o Ceará. A área contestada abrangia a barra de Mossoró até *Pau Inficado* que, historicamente, estava sob jurisdição do Rio Grande Norte.

Desde o final do século XVIII, o Rio Grande [do Norte] e o Ceará digladiavam-se por questões relacionadas aos limites territoriais. Entre 1793 a 1888, a altercação deu-se pelo interesse da vila cearense do Aracati em explorar o sal produzido pela região da barra de Mossoró, pertencente ao Rio Grande [do Norte], para atender as suas oficinas de carne seca e pelo seu intuito de expandir e fixar o seu território para criação de gado e a produção de outros alimentos que abastecessem a vila.⁸⁹⁰ É importante assinalar que, desde 1787, a produção de charqueadas no Rio Grande [do Norte] já tinha sido extinta pela ordenação régia, a qual determinou que a fabricação de carne seca seria exclusiva das oficinas da vila do Aracati.⁸⁹¹ Todavia, para garantir a produção das charqueadas era interessante, para as oficinas da mencionada vila cearense, o acesso às salinas do Rio Grande [do Norte], até então restritas aos moradores da própria capitania, tendo em vista que, de acordo com os alvarás de 10 de outubro de 1755 e 7 de março de 1758, as demais capitanias eram obrigadas a utilizar o sal importado do reino português, o que prejudicava os interesses econômicos aracatienses.⁸⁹² A estratégia utilizada pelos donos de oficina do Aracati foi tentar aumentar a extensão do seu território para incluir as áreas produtoras de sal, que pertenciam ao Rio Grande [do Norte].

⁸⁹⁰ FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República.** 154f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal. p. 31.

⁸⁹¹ LYRA, Augusto Tavares de. Recordando dias idos. In: **RIHGRN.** Natal. Volumes XLVIII-XLIX. Anos 1951-1952. 1952. p. 13.

⁸⁹² Idem. p.14.

Com o objetivo de obter sal e terra, a Câmara do Aracati encaminhou em 1783, diversas solicitações à Coroa portuguesa, para que houvesse uma extensão do terreno disponível para atender suas necessidades econômicas.⁸⁹³ A Câmara do Aracati sugeriu ao reino português que deferisse o alargamento de suas fronteiras, levando o seu território à margem esquerda do rio Mossoró, “onde abundavam as salinas.”⁸⁹⁴ O pedido da vila do Aracati foi atendido pela Coroa portuguesa, mais precisamente por D. Maria I, por meio da *Carta régia de 17 de dezembro de 1793*, a qual autorizou o aumento do seu território, abarcando “desde a parte oriental do rio Jaguaribe até o Mossoró, extremas da Capitania do Ceará; e desde a barra do rio, até a Passagem de Pedras, incluindo-se o Gegui e Catinga do Goes.”⁸⁹⁵ Embora autorizada pela *Carta Régia de 1793*, as autoridades da capitania cearense só começaram a demarcar a expansão do terreno em 1800, excedendo à delimitação proposta pela ordenação régia de 1793. Para legitimar a demarcação territorial, foram publicados os editais de 1801 e 1811, levando a Câmara da vila norte-rio-grandense de Assú, onde estava situada a área em que a vila do Aracati pretendia anexar territórios, e algumas autoridades políticas locais, a contestarem os limites, desdobrando-se em um litígio territorial entre o Rio Grande [do Norte] e o Ceará, atravessando o período do Império até chegar à República. É certo que, por um lado, as autoridades políticas do Ceará investiram significativamente para a resolução do conflito ainda no Império, obviamente, tentando garantir um resultado favorável aos seus interesses, por outro lado, as investidas cearenses no parlamento foram barradas pelas ações dos políticos do Rio Grande do Norte, o que levou a irresolução do conflito, pelo menos até 1894.

Com a emergência da República, a disputa entre os referidos estados passou a envolver outros elementos, não mais concernentes especificamente à produção salineira e à necessidade de terra para criar gado e produzir alimentos, mas à exportação do sal e à cobrança de impostos das salinas, que ficavam na área contestada, entre o Rio Grande do Norte e o Ceará.⁸⁹⁶ Em 22 de agosto de 1894, Antônio Sabino do Monte, procurador geral do Ceará, deu entrada no *Supremo Tribunal Federal (STF)* com uma *petição legal* declarando invasão do território cearense, pelo Rio Grande do Norte. Essa alegação dizia respeito, segundo o procurador, às cobranças de impostos indevidas, por parte do Rio Grande do Norte aplicadas, aos moradores de *Grossos*, situado na área de contestação, os quais residiam em

⁸⁹³ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p. 31.

⁸⁹⁴ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p. 14.

⁸⁹⁵ Provisão régia demarcando o terreno que se deve dar a Villa do Aracaty. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano VI. Tomo VI. 1892. p.217-218.

⁸⁹⁶ Idem. p.41.

um território pertencente à jurisdição do Ceará.⁸⁹⁷ O argumento central do procurador Antônio Sabino, assentava-se na tese de que a questão não se tratava de uma fixação de limites a ser dividida entre os estados, mas de fazer reconhecer limites já existentes, definidos pela *Carta régia de 1793* e confirmados pelos editais de 1801 e 1811, que demarcavam a região que ia desde a margem esquerda do rio Mossoró até o lugar denominado de *Pau Inficado*, como sendo pertencente a jurisdição do Ceará.⁸⁹⁸

Até 13 de julho de 1897, nenhum político do Rio Grande do Norte produziu algum documento contestando a petição impetrada pelo procurador cearense, por esse motivo, o advogado do Ceará, Frederico Augusto Borges, que substituiu Antônio Sabino Monte, solicitou, na referida data, a execução da petição à revelia do estado vizinho.⁸⁹⁹ Todavia, em 22 de outubro de 1898, o STF posicionou-se contrário aos arrazoados construídos na *petição inicial*, apresentada pela defesa do Ceará. Os ministros do STF alegaram no despacho que a questão entre os estados seria um conflito por território, e não por jurisdição, como considerava a *petição inicial*.⁹⁰⁰ Nesse primeiro momento, a investida do Ceará malogrou, isso não quer dizer que os cearenses tenham desistido.

A *petição inicial*, de 1894, e sua contestação por parte do STF em 1898, não recebeu a atenção por parte dos políticos e dos letrados norte-rio-grandenses.⁹⁰¹ Segundo Saul Estevam

⁸⁹⁷ Conforme Saul Estevam Fernandes: “Segundo ele, o Rio Grande do Norte teria persistido em perturbar e impedir seu estado de exercer sua jurisdição administrativa por atos hostis praticados por suas autoridades policiais e fiscais. Como prova, cita as notícias de jornais cearenses, os quais relatam que a mesa de rendas de Mossoró teria obrigado os moradores de Grossos e Areias a efetuarem o pagamento de impostos aos seus cofres, proibindo que contribuíssem com o dízimo e outros impostos devidos ao Ceará. Para o procurador, tais atitudes contestavam os limites de jurisdição estabelecidos desde tempos imemoriais, firmados em tradição antiqüíssima e secular, contidos na lei. Para justificar tais afirmativas, data do século XVII, mais precisamente no ano de 1681, uma sesmaria concedida pelo Capitão-mor do Ceará Sebastião de Sá a João de Freitas Correia e Maria César. Segundo ele, nesse documento constariam os limites entre as duas capitanias: um marco cravado na praia, um pau fíncado. Daí a denominação de Pau Inficado.” Idem. p.38.

⁸⁹⁸ Idem. p.38-39.

⁸⁹⁹ Idem. p.41.

⁹⁰⁰ Idem. p. 41-42.

⁹⁰¹ O único letrado norte-rio-grandense a fazer menção ao litígio territorial, antes da emergência da República, foi José Leão. Em uma conferência realizada no dia 25 de outubro de 1888, na *Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, José Leão – jornalista, empregado público e professor no Rio de Janeiro, filho da tradicional família proprietária de terra em Assú, região sertaneja do Oeste potiguar –arrolou uma série de argumentos em defesa do Rio Grande do Norte na questão de limites com o Ceará. Suas duas conferências, intituladas *Limites entre as Provincias do Rio Grande do Norte e o Ceará*, proferidas em 25 de outubro e 10 de novembro de 1888, publicadas pela *Revista da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*, foram as primeiras manifestações intelectuais por parte de algum norte-rio-grandense sobre o tema. O interesse em escrever sobre a questão de limites veio do ofício expedido pela Câmara de Mossoró ao *Club Norte-Rio-Grandense*, fundado por alguns intelectuais potiguares que residiam na capital do Império. Por meio do ofício, a Câmara de Mossoró alertava aos integrantes do *Club* para o perigo eminente que a pátria potiguar estava correndo com o interesse cearense pela área em litígio. Foi a partir do ofício que José Leão proferiu duas conferências sobre o assunto, publicand-os posteriormente. Conferir LEÃO, José. Limites entre as provincias do Rio Grande do Norte e Ceará. In: **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo IV. 4º Boletim. Anno de 1888. Para uma análise sobre as intervenções políticas de José Leão na emergência da República no Rio Grande do Norte, conferir BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte

Fernandes, até o jornal *A República*, órgão oficial do governo do estado, não havia noticiado até então o litígio, voltando-se para os conflitos de jurisdição entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba e entre as alterações intermunicipais no próprio estado: “o que nos induz a crer que os políticos norte-rio-grandenses não levassem o litígio e as pretensões cearenses a sério.”⁹⁰² Somente em 1901, é que a alteração entre os dois estados foi divulgada regularmente pelo jornal *A República*. Na primeira edição sobre o tema, publicada em 26 de julho de 1901, os editores do jornal oficial traziam a notícia de que os deputados Arruda e José Accioli protocolaram na Assembleia Legislativa do Ceará, no dia 12 de julho de 1901, um projeto de lei nº 5 que elevava a categoria de vila e termo o povoado de *Grossos*, abrangendo a posse e a jurisdição cearense na respectiva área, além de outros povoados e terras, sobre os quais o Rio Grande do Norte já exercia jurisdição.⁹⁰³ Conforme Saul Estevam Fernandes, o projeto de lei foi unanimemente aprovado pela Assembleia Legislativa do Ceará, uma semana depois de sua apresentação, o que levou aos editores do jornal *A República* a publicarem regularmente notícias acerca do litígio e a convocarem as autoridades locais a saírem em busca de defender os interesses do Rio Grande do Norte, na questão territorial o estado vizinho.⁹⁰⁴

Antes mesmo do anúncio do projeto de lei dos deputados cearenses, feita pelo jornal *A República*, o governador do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão, já tinha enviado um ofício, no dia 24 de maio de 1901, ao governador de Pernambuco, Antônio Gonçalves Ferreira, solicitando que recebesse o desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, em uma missão com o intuito de examinar e obter, nas repartições públicas de Recife, documentos antigos referentes aos limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.⁹⁰⁵ Dias depois do aceite do governador de Pernambuco, Alberto Maranhão comissionou oficialmente no dia 11 de junho de 1901, o desembargador Vicente de Lemos para a realização da referida

(1880-1895). Natal: EDUFURN, 2002. Para um exame do texto de José Leão, conferir FERNANDES, Saul Estevam. **O (in) imaginável elefante mal-ajambrado:** a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2012.

⁹⁰² FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p. 42-43.

⁹⁰³ **A República**. Natal, 12 de abril de 1902.

⁹⁰⁴ “Somente em 1901 a questão de limites foi trazida a público pelos jornais potiguares. A República, em sua edição de 26 de julho, faz pela primeira vez menção ao conflito. Com o título Invasão do nosso território, a notícia relata o Projeto de Lei nº 5 apresentado, em 12 de julho, à Assembléia Legislativa do Ceará pelos deputados R. Arruda e José Accioly. (...) Esse projeto de Lei impresso pelo A Republica foi alvo de análise dos seus editores. Com base nos comentários, o anterior desdém potiguar sobre o conflito pode ser percebido quando no jornal comenta a impossibilidade de imaginar a conversão do projeto transcrito em lei. No entanto, em meio a um surto de realidade, convocava-se todas as autoridades do Rio Grande do Norte a estarem de sobreaviso para a defesa do terreno e do direito de autonomia do estado.” FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** .p.45-46.

⁹⁰⁵ **A República**. Natal, 13 de junho de 1901.

empresa, sem receber nenhuma gratificação adicional pela tarefa.⁹⁰⁶ A partir desse empreendimento do governador do estado, suscitamos à seguinte pergunta: por que enviar o desembargador para pesquisar nos arquivos do Recife? Três questões explicam essa empresa em outro estado: primeiro, a maior parte da documentação referente à capitania do Rio Grande encontrava-se em Recife por causa da sua subordinação administrativa a Pernambuco durante o período colonial; segundo, até então, nenhuma autoridade política e/ou jurídica tinha solicitado às autoridades pernambucanas o envio da documentação pertencente ao estado; e terceiro, porque não havia no Rio Grande do Norte nenhuma instituição que coligisse e arquivasse os documentos alusivos às experiências históricas mais longínquas. De certa forma, a empreitada orquestrada pelo governador, corroborava com o diagnóstico feito por Gonçalves Dias, no relatório apresentado a D. Pedro II, em 1854, o qual registrava que na província do Rio Grande do Norte faltavam documentos oficiais que pudessem remeter aos primeiros períodos da história da capitania. Desse modo, a ida do desembargador ao Recife, evidencia o problema da ausência de documentação mais antiga, referente ao Rio Grande do Norte.

Em junho de 1901, Vicente de Lemos desembarcou no Recife, dirigindo-se aos arquivos do IAGP e da secretária do governo de Pernambuco, coletando documentos que se referissem, especialmente, ao período da capitania.⁹⁰⁷ A ideia era encontrar toda uma documentação que favorecesse aos interesses do estado na questão de litígio, confrontando os documentos publicados pelos cearenses, na revista do Instituto histórico do Ceará em 1893.⁹⁰⁸ Em um pouco mais de seis meses, Vicente de Lemos coletou o que pôde dos documentos oriundos do Recife. Durante a realização desta tarefa, ganhou terreno entre as autoridades dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, a ideia de resolver o conflito por meio do *Arbitramento*, isto é, a resolução do litígio seria conferida a um terceiro, no caso, os árbitros, “culminando em uma sentença e um laudo arbitral.”⁹⁰⁹ A ideia não partiu do judiciário federal, mas dos próprios estados que se utilizaram do *Arbitramento*, como um meio de solução à parte do STF.⁹¹⁰

No dia 20 de março de 1902, as autoridades políticas dos dois estados – da parte do Rio Grande do Norte, os representantes foram: Augusto Tavares de Lyra, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Ferreira Chaves e Alberto Maranhão, do lado cearense: José Freire

⁹⁰⁶ Idem.

⁹⁰⁷ **A República**. Natal, 05 de fevereiro de 1902.

⁹⁰⁸ Documentos. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano VII. Tomo VII. 1893. p.122-228.

⁹⁰⁹ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.43.

⁹¹⁰ Idem.

Bezerril Fontenelle, Francisco Sá, Sergio Saboya e Frederico Borges⁹¹¹ – assinaram o protocolo para a solução arbitral do litígio, ficando acordados os seguintes árbitros: Coelho Rodrigues, Matheus Brandão, Lafayette, Andrade Filgueira e Souza Ribeiro – os três últimos desempataadores e os dois primeiros como advogados árbitros por parte dos dois estados contendores.⁹¹² Desse modo, Coelho Rodrigues e Matheus Brandão foram os árbitros do Rio Grande do Norte e do Ceará, respectivamente, enquanto o conselheiro Lafayette foi escolhido como o primeiro árbitro desempataador.⁹¹³ Foi acordado também que a solução arbitral e o laudo final, serviriam como base para transformar a decisão em um projeto de lei a ser apresentado no legislativo nacional: “conseguir a vitória na arbitragem era garantir um forte argumento perante o Congresso, que constitucionalmente tinha o pleno poder de dar a posse definitiva.”⁹¹⁴

O prazo para a apresentação do laudo pelo árbitro era muito curto, apenas 90 dias.⁹¹⁵ Nesse sentido, o Rio Grande do Norte tinha uma séria desvantagem em relação ao Ceará, pois não contava com nenhuma instituição que tivesse coletado, conservado e arquivado uma documentação que servisse de base para a defesa judicial da questão. Situação diferente vivia o Ceará. Desde o dia 4 de março de 1887, o estado já contava com o IHGACE, cujo intuito primordial era “fazer conhecida a historia e a geographia da Provincia e de concorrer para a propagação das lettras e sciencias na Provincia.”⁹¹⁶ Criado aos moldes do IHGB, o *Instituto do Ceará* constituiu-se como um lugar privilegiado de produção do saber histórico e geográfico sobre o Ceará.⁹¹⁷ Isso significa afirmar que a instituição se voltava, ao mesmo tempo, para a coleta e a organização dos documentos referentes ao Ceará e para a produção historiográfica cuja temática principal era a própria província/estado. Não é por acaso que, logo nos primeiros anos da República, alguns membros do IHGACE, tenham empenhado-se em coletar e organizar um pecúlio documental acerca da questão de limites com o Rio Grande do Norte, além de produzirem textos historiográficos específicos sobre o tema.⁹¹⁸

Entre 1892 a 1902, respectivamente, ano da publicação dos primeiros documentos referentes à alteração na *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do*

⁹¹¹ **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XVI. 1902. p.291.

⁹¹² **A República**. Natal, 21 de março de 1902.

⁹¹³ **A República**. Natal, 31 de março de 1902.

⁹¹⁴ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.44.

⁹¹⁵ **A República**. Natal, 31 de março de 1902.

⁹¹⁶ ACTA DA SESSÃO INAUGURAL. In: **RIHGACE**. Tomo 1. Fortaleza. 1887.

⁹¹⁷ OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** – memória, representações e pensamento social (1887-1914). 280 f. 2001. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, PUC-São Paulo. São Paulo. p.35.

⁹¹⁸ Idem. p.197.

Ceará (RIHGACE) e o ano da fundação do IHGRN, a instituição cearense publicava sozinha, documentos e textos historiográficos sobre o litígio entre os estados, provando, obviamente, que o território contestado era legitimamente pertencente ao Ceará.⁹¹⁹ Dessa maneira, o árbitro escolhido pelo Ceará, Matheus Brandão, tinha uma vantagem significativa em relação ao advogado-árbitro do Rio Grande do Norte, Coelho Rodrigues, se levarmos em consideração o montante de provas documentais e discussões historiográficas publicadas pelo IHGACE, o qual poderia embasar-se para compor o laudo. É por essa razão que a empresa de Vicente de Lemos no Recife alastrou-se, ganhando outros espaços, extrapolando os arquivos da capital pernambucana.

Como já adiantamos, o Rio Grande do Norte não possuía nenhuma instituição similar ao IHGACE, nem mesmo um arquivo público do estado. Além disso, o esforço solitário de Vicente de Lemos nos arquivos do Recife não supriria, a tempo, a necessidade de organizar uma documentação para embasar a peça jurídica do árbitro do Rio Grande do Norte, Coelho Rodrigues. A natureza imperiosa e urgente da tarefa, levou o desembargador, nos dois primeiros meses de 1902, a comissionar, extraoficialmente, juristas, políticos e homens de letras do estado para auxiliá-lo no processo de coleta e organização da documentação referente à questão de limites. Seus auxiliares foram: Alberto Maranhão, Meira e Sá, Antônio de Souza, Luiz Fernandes, Dionísio Filgueira, Pedro Soares, Joaquim Correia, Oliveira Coriolano, João Pegado e Augusto Tavares de Lyra.⁹²⁰ Com exceção deste último, todos eles detiveram-se nos escassos e dispersos arquivos do estado. Foi formada uma espécie de divisão de trabalho entre eles, enquanto Vicente de Lemos entregava-se a pesquisas em Pernambuco e os demais companheiros no estado, Augusto Tavares de Lyra dedicava-se a idêntico trabalho nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro. Foi deste consórcio de homens de letras, juristas e políticos norte-rio-grandenses, em prol à organização de um pecúlio documental concernente aos períodos mais remotos que pudesse servir de base para a defesa na questão de limites com o Ceará, que surgiu o interesse em criar uma instituição aos moldes do IHGB no Rio Grande do Norte. O protocolo do *Arbitramento* foi assinado pelos dois estados em 20 de março de 1902. Nove dias depois, o IHGRN fora criado.⁹²¹

A criação do IHGRN foi orquestrada, portanto, pelo próprio desembargador Vicente de Lemos.⁹²² A ideia de fundar o IHGRN surgiu durante as suas idas ao Recife, em fins de

⁹¹⁹ O historiador Saul Estevam Fernandes fez um minucioso estudo sobre as produções do IHGRN e do IHGACE acerca da *Questão de Grossos* em sua dissertação de mestrado, já mencionada nesse trabalho.

⁹²⁰ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p. 15.

⁹²¹ **A República**. Natal, 21 de março de 1902.

⁹²² Tratamos de sua biografia no último capítulo desta tese.

1901, para pesquisar nos arquivos da cidade. Ao pesquisar, Vicente de Lemos aproximou-se de nomes importantes da historiografia pernambucana, sobretudo, vinculado ao IAGP, como Regueira Costa, Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa. O contato com esses “eméritos cultores das letras históricas”, despertou-o para a necessidade de criar no Rio Grande do Norte uma instituição capaz de reunir *investigadores abnegados* que através da pesquisa documental pudessem preparar o material “para a construção solidada nossa historia regional, ao mesmo tempo, servindo para dirimir as contendas que, de futuro, surgissem relativamente aos limites deste Estado com os seus vizinhos.”⁹²³ Organizar o arquivo e reunir pesquisadores para construir a memória histórica do Rio Grande do Norte, eis a justificativa de Vicente de Lemos para a fundação do IHGRN. Não é sem razão que, na edição do dia 31 de março de 1902, a primeira a tratar sobre a criação do IHGRN, o jornal *A República* tenha ressaltado o principal objetivo da instituição na sociedade norte-rio-grandense: “o ponto de apoio para a colheita de materiais que andavam esparsos e que virão contribuir para o conhecimento da nossa historia cheia de tantos factos, altamente dignos, que honram e ennobrecem a nossa terra.”⁹²⁴ Para os editores d’ *A República*, o IHGRN preencheria uma lacuna dentro do organismo social da unidade federativa, qual seja: a necessidade de uma instituição comprometida, principalmente, em reunir e ordenar uma documentação que se encontrava fora e dentro do próprio estado, possibilitando, conseqüentemente, a produção da história-memória do Rio Grande do Norte.⁹²⁵ Desta tarefa, encarregou-se o IHGRN, como podemos perceber no excerto abaixo, extraído de um pequeno texto, sem autoria declarada, que abre o primeiro número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (RIHGRN):

Foi na certeza, portanto, da necessidade de uma instituição entre nós que não deixasse se perderem-se, no pó dos arquivos descuidados, documentos valiosos da história pátria, e especialmente do Rio Grande do Norte, que possam servir de base e fornecer elemento seguro ao futuro historiador; foi essa certeza, sim, que um grupo de homens que se não desinteressam das coisas do espírito conseguiu fundar nesta Capital, em 29 de março de 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.⁹²⁶

⁹²³ Necrologia – Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1919. p.331.

⁹²⁴ Idem.

⁹²⁵ Idem.

⁹²⁶ Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal.vol 1. N.1 1903. p.4.

Já mencionamos alhures que o uso do documento, para os historiadores do século XIX e início do XX, constituía-se como via de acesso direito ao passado, elemento seguro para a reconstrução do fato histórico. É por essa razão que no artigo primeiro, do Capítulo 1 dos estatutos do IHGRN, tenha-se definido que a finalidade do Instituto seria: “colligir, methodizar, archivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes á historia, geographia, archeologia e ethnografia, principalmente do Estado.”⁹²⁷ Não é difícil de constatar que os sócios do IHGRN praticamente copiaram o artigo 1 dos primeiros estatutos do IHGB. Isso demonstra claramente que este serviu de modelo para instituto histórico do Rio Grande do Norte. Os associados do IHGRN partiam da constatação que a documentação referente ao estado, encontrava-se em situação precária, dispersa, e na iminência de serem perdidos, o que dificultaria o conhecimento e o uso dos documentos, por parte dos historiadores norte-rio-grandenses, do presente e do futuro.

Portanto, foi no intuito de estabelecer-se como um lugar de organização da memória arquivada e da produção da memória histórica do estado, que o IHGRN foi criado. Com essa finalidade, reuniram-se no dia 29 de março de 1902, em Natal, mais especificamente no salão do *Atheneu Rio-grandense*⁹²⁸, onde funcionava a *Biblioteca Pública*, os *doutores*: Alberto Maranhão, Olympio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Salles Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manoel Dantas e Thomaz Landim; os *coronéis*: Pedro Soares e Joaquim Manuel Teixeira; e o *cidadão*: Veríssimo de Toledo.⁹²⁹ Apesar de ausentes nesta reunião, foram considerados também como sócios fundadores do IHGRN: os senadores Joaquim Ferreira Chaves, José Bernardo, Pedro Velho, os deputados federais Augusto Tavares de Lyra e Eloy de Sousa, os doutores João Batista Siqueira Cavalcanti, José Theotônio Freire, Manuel Moreira Dias, Antônio de Souza, Manuel Hemerito Raposo de Mello e Sérgio Barreto, o capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos e os cidadãos Henrique Castriciano de Souza e Pedro Avelino.⁹³⁰ Como podemos observar, parte significativa dos que auxiliaram Vicente de Lemos na pesquisa documental, realizada no início de 1902 dentro e fora do estado, integrou-se ao quadro de sócios fundadores do IHGRN.

⁹²⁷ ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903. p.9.

⁹²⁸ Uma das principais instituições escolares do Rio Grande do Norte no período.

⁹²⁹ Acta da instalação do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903. p.6.

⁹³⁰ A maior parte dos sócios fundadores que estava ausente da reunião de fundação do IHGRN, cumpria expedientes políticos na capital federal, sendo representados por Alberto Maranhão, Manoel Dantas e Vicente de Lemos. Idem. p.7.

Os primeiros membros do Instituto não eram debutantes, no que concerne à criação de agremiações de natureza intelectual no estado. Muitos dos sócios fundadores do IHGRN, como: Alberto Maranhão, Augusto Tavares de Lyra, Antônio de Souza, Pinto de Abreu, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manoel Dantas, Moreira Dias, Henrique Castriciano, Pedro Avelino, dentre outros, já possuíam uma trajetória intelectual dentro do Rio Grande do Norte, publicando vários textos nas revistas dos grêmios literários norte-rio-grandenses, do último quartel do século XIX. Com poucas exceções, o quadro geral dos membros fundadores do IHGRN fazia parte da tradição beletrista do estado, antes mesmo da criação do Instituto.

Em relação à caracterização geral dos fundadores do IHGRN, podemos identificar em sua ata de instalação, escrita pelo segundo secretário, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, o uso dos termos: *doutores*, *coronéis/capitães* e *cidadãos*, como um recurso diferenciador dos grupos sociais que compunham a instituição.⁹³¹ A maior parte dos membros fundadores pertencia ao grupo dos *doutores*, correspondendo, em grande medida, aos bacharéis formados em direito pela FDR. A única exceção era o senador Pedro Velho, formado em medicina, em 1881, pela *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*.⁹³²

A predominância da formação jurídica entre os primeiros sócios do IHGRN, não foi uma característica exclusiva da agremiação. Os fundadores do IHGB e de alguns institutos históricos regionais eram, predominantemente, formados em direito.⁹³³ Eram provenientes, em sua grande maioria, das elites agrárias do país. Isso é explicado pela própria configuração da educação superior no Brasil durante o século XIX e início do XX, em que os cursos de direito formavam a burocracia política da nação, permitindo que os bacharéis fossem recrutados para ocuparem cargos políticos e participarem da sociabilidade intelectual de suas

⁹³¹ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.91.

⁹³² O historiador Saul Estevam Fernandes equivocou-se ao afirmar que Francisco Pinto de Abreu e Sérgio Barreto não eram formados em direito. O primeiro, paraibano, formou-se juntamente com Augusto Tavares de Lyra e Alberto Maranhão em 1892 e o segundo, pertencente à família Albuquerque Maranhão, foi diplomado pela FDR em 1900. Conferir: FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.93; PEIXOTO, Renato Amado. Pedro Velho. BARRETO, Sérgio. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015 (Verbetes); e BEVILÁQUIA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012 (Coleção Nordestina). p.362.

⁹³³ Conferir: DIAS, Margarida Maria Santos. Paraíba: "Heróica desde os primórdios". Patrimônio e Memória (UNESP), v. 7, p. 38-53, 2011; FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora da Unesp. 2002; FREITAS, Itamar. **A "Casa de Sergipe": historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913/1929)**. 306f. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2011; OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. 2001. 280 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, PUC-São Paulo. São Paulo; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

províncias/estados de origem. Como vimos no capítulo anterior, a figura do bacharel em direito era fundamental para a inserção dos jovens no mundo das letras e no mundo da política da nação. Não é por acaso que o grupo de *doutores* do IHGRN tenha sido composta basicamente pelos bacharéis em direito. Do núcleo de *doutores* saiu quase todos os integrantes da diretoria provisória do Instituto. Foram instituídos, provisoriamente, os seguintes nomes: presidente, Olympio Manuel dos Santos Vital⁹³⁴; vice-presidente, Alberto Maranhão; 1º secretário, Pinto de Abreu; 2º secretário, Luiz Fernandes; Orador, Meira e Sá; e, tesoureiro, Verissimo de Toledo, o único da lista que não compunha o grupo dos *doutores*.⁹³⁵

Além dos *doutores*, havia também entre os membros fundadores, os chamados *coronéis/capitães* que transitavam entre o mundo da política e o serviço militar. Composto por dois tenentes coronéis, Joaquim Manuel Teixeira e Pedro Soares de Araújo, e um capitão, João Avelino Pereira de Vasconcellos, este grupo não se caracterizava pela formação em escolas militares. Com exceção do capitão, que atuava também como representante dos negócios comerciais de algumas empresas do estado,⁹³⁶ os referidos tenentes coronéis transitavam mais na vida pública do que propriamente no serviço militar. As patentes eram oriundas de aproximações estabelecidas com as autoridades políticas do estado e não advindas de uma formação de educação militar. Decerto, o conceito de *coronel* estava associado com o mais alto titular da *Guarda Nacional* – instituição imperial, fundada na experiência regencial, funcionando como um tipo de força paramilitar das elites rurais – milícia já decadente a partir de 1870.⁹³⁷ Todavia, com a ascensão da República no Brasil e, conseqüentemente, o redimensionamento da experiência federalista, o termo *coronel* foi ressignificado, expressando o empoderamento do exercício político das elites no âmbito dos municípios e não, necessariamente, uma patente militar.⁹³⁸

Sócio fundador do IHGRN, Joaquim Manuel Teixeira de Moura era tenente coronel no estado, mas tornou-se intendente do município de Natal, entre 1899 e 1909, atuando também como professor de geografia no *Atheneu Norte-rio-grandense*, em março de 1903.⁹³⁹ Em direção semelhante ao intendente municipal, Pedro Soares de Araújo possuía uma ampla

⁹³⁴ Por ser o mais velho dos sócios fundadores, Olympio Vital foi escolhido o primeiro presidente da agremiação. LIMA, Nestor. Nosso primeiro jubileu. In: **RIHGRN**. Natal. 1926-1927. p.199.

⁹³⁵ Acta da instalação do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número1. 1903. p.7.

⁹³⁶ **A República**. Natal, 6 de junho de 1890.

⁹³⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente** – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2010. (O Brasil republicano; v.1). p.94-95.

⁹³⁸ Idem. p.95

⁹³⁹ **A República**. Natal, 24 de março de 1902.

experiência na carreira política, tanto na capital do estado, como em sua cidade natal, Assú. Foi vereador e presidente da Câmara municipal de Assú, ficou na Assembleia Legislativa como oficial maior, desde 1886 à extinção do cargo em novembro de 1880, o que lhe rendeu possivelmente a patente de militar. Foi secretário do governo do estado em 1891, contador e inspetor do tesouro, no mesmo ano, e deputado estadual.⁹⁴⁰ Pedro Soares de Araújo participou ativamente das atividades intelectuais, promovidas pelos seus pares do *Congresso Litterário*, uma das maiores agremiações literárias de Natal, durante os primeiros anos da República.⁹⁴¹ Por sua atuação também no campo intelectual, Pedro Soares de Araújo participou da comissão de elaboração dos estatutos do IHGRN, ao lado de Vicente de Lemos e de Antônio de Souza.⁹⁴² Como podemos perceber, os tenentes coronéis, Joaquim Manuel Teixeira de Moura e Pedro Soares de Araújo, estavam inseridos na esfera da política estadual e municipal. Eram *coronéis*, tanto no sentido do exercício poder político no âmbito municipal, como também eram militares, de fato.

A diferença entre os *doutores* e os *coronéis/capitães* residia na formação intelectual. Enquanto, os primeiros eram majoritariamente bacharéis em direito, os segundos não possuíam nenhuma formação em educação superior. Todavia, alguns pontos eram comuns aos dois grupos. Os *doutores* e os *coronéis/capitães* do IHGRN estavam associados, diretamente, aos quadros da política e da burocracia estadual. Eram desembargadores, juízes de direito, deputados, senadores, chefes do poder executivo municipal e estadual. Estes grupos compunham a elite econômica e política do Rio Grande do Norte, no início do século XX. Estavam diretamente integrados ao grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, bem como também as lideranças políticas oriundas do interior, sobretudo do Seridó, como o senador José Bernardo de Medeiros, um dos destacados pilares de sustentação de Pedro Velho na região.⁹⁴³ Esse perfil dos sócios fundadores pode ser visto tanto no IHGB como em outros institutos históricos regionais contemporâneos ao IHGRN. A interseção entre os mundos da política e da atividade intelectual era um lugar comum dos diversos sócios fundadores, dos institutos históricos espalhados pelo Brasil.

Por fim, o último grupo, os *cidadãos*. O uso do termo não diz respeito à distinção entre *cidadãos ativos* e *nativos*, como havia no *tempo saquarema*.⁹⁴⁴ Os *cidadãos* correspondiam

⁹⁴⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1972. p. 436-437.

⁹⁴¹ **A República**. Natal, 22 de abril de 1890.

⁹⁴² Acta da instalação do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903. p.7.

⁹⁴³ MACÊDO, Muirakytan K. de. **Op. cit.** p.207.

⁹⁴⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Op. cit.** p.117.

aqueles que, no ano da fundação do IHGRN, em 1902, não possuíam uma formação em direito ou em medicina e nem uma liderança política local, tampouco estavam enquadrados numa carreira militar. Os *cidadãos*: Veríssimo de Toledo, Henrique Castriciano e Pedro Avelino, embora não fossem bacharéis em direito ou formados em medicina, pelo menos até aquele momento, estavam inseridos no mundo das letras do estado.⁹⁴⁵ O próprio Henrique Castriciano era considerado, pelos beletristas potiguar, como um dos mais proeminentes homens de letras do Rio Grande do Norte do período.⁹⁴⁶ Em seu primeiro ensaio de crítica literária, intitulado *Alma Patrícia* (1921), o jovem Luís da Câmara Cascudo afirmou que as prosas e a poética produzidas por Henrique Castriciano, exerciam uma *influência* significativa na mocidade beletrista potiguar: “Para os Jornaes, os para nós, os moços, H. Castriciano é o Príncipe, o arbitro seguro, a decisão prompta e limpida duma intelligencia solida.”⁹⁴⁷ Desde o final do século XIX, Henrique Castriciano já atuava como um letrado bastante produtivo, publicando textos literários, tanto em prosa como em verso, e participando ativamente das primeiras sociabilidades literárias do Rio Grande do Norte. Antes mesmo de tornar-se sócio fundador do IHGRN, Henrique Castriciano gozava de certo prestígio intelectual no estado.

Os três *cidadãos* também participavam ativamente dos editoriais do jornal oficial do estado, *A República*, além de outros jornais, bem como publicavam textos para as revistas de alguns grêmios literários da capital, dos quais eram colaboradores assíduos, tanto da produção intelectual propriamente dita, como na administração das instituições.⁹⁴⁸ Assim como os *doutores* e os *coronéis/capitães*, os *cidadãos* estavam associados à rede de sociabilidade intelectual e política do Rio Grande do Norte. Henrique Castriciano e Pedro Avelino, por exemplo, eram figuras presentes nas principais rodas literárias do estado, além de manterem, assim como Veríssimo de Toledo, uma relação muito próxima com a oligarquia familiar dos Albuquerque Maranhão.

Diferentemente de Henrique Castriciano e Pedro Avelino, que não pertenciam, de fato, à família dos Albuquerque Maranhão, Veríssimo de Toledo era casado com Ermelinda Pedrosa de Toledo, irmã de Fabrício Gomes Pedrosa e cunhada de Pedro Velho.⁹⁴⁹ Veríssimo

⁹⁴⁵ Henrique Castriciano, um dos *cidadãos* formou-se em direito, posteriormente, em 1908 na *Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro*. Até a criação do IHGRN o intelectual norte-rio-grandense não possuía nenhuma formação em educação superior.

⁹⁴⁶ GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Ed. do Autor, 2009. p.210.

⁹⁴⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Alma Patrícia**. Mossoró: Coleção Mossoroense. 1991. p.11-16.

⁹⁴⁸ Conferir: GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Ed. do Autor, 2009 e SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. “**Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal**”: a vida intelectual natalense (1889-1930). 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em história). Programa de Pós-graduação em História e espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

⁹⁴⁹ **A República**. Natal. 03 de setembro de 1902.

de Toledo era o único da lista dos *cidadãos* que não era norte-rio-grandense. Mineiro, transferiu-se do Rio de Janeiro – onde colaborava com a publicação de artigos em jornais da capital, como *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Gazeta do Commercio* – para o Rio Grande do Norte, mais precisamente a Natal, para cuidar de sua saúde.⁹⁵⁰ Casou-se com Ermelinda Pedrosa de Toledo, no dia 23 de junho de 1894, vindo morar na capital do estado, em 1900, quando passou a participar da administração das finanças da empresa de Fabrício Gomes Pedrosa, tio de Pedro Velho, uma das mais importantes casas importadores/exportadoras, em compra e venda de açúcar e algodão do estado.⁹⁵¹ O emprego de Veríssimo de Toledo, na empresa de Fabrício Gomes Pedrosa, não era apenas uma questão de integrar o marido da irmã nos negócios da família, mas era também uma contratação de um especialista em assuntos de exportação e importação de produtos agrícolas, tendo em vista que era acerca desses temas que o mineiro, radicado em Natal, escrevia para os jornais do Rio de Janeiro.⁹⁵²

No ano da criação do IHGRN, todos os três *cidadãos* ocupavam cargos na burocracia política do estado. Henrique Castriciano era secretário do governo de Alberto Maranhão, Pedro Avelino contribuía regularmente com os editoriais do jornal oficial do estado e Veríssimo Toledo exercia funções como contador na tesouraria da fazenda do Rio Grande do Norte.⁹⁵³ Isso quer dizer que o termo *cidadão* não aludia a figura do cidadão comum que morava na cidade de Natal, mas sim ao sócio que não se enquadrava no perfil bacharelesco e militar dos outros fundadores do Instituto, mas que desempenhava atividades proeminentes na burocracia estatal e no universo beletrista do estado.

Em resumo, todos sócios fundadores do IHGRN, *doutores*, *coronéis/capitães* e *cidadãos*, compunham a elite política e intelectual do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o lugar comum que assemelhava todos os sócios do IHGRN, não era o fato de serem norte-rio-grandenses, pelo contrário, neste aspecto, o Instituto teve um corpo de fundadores advindos das mais diversas regiões – o próprio Vicente de Lemos, idealizador da instituição, era pernambucano – mas sim estarem inseridos na vida pública. Enquanto uma parte significativa dos sócios fundadores estava vinculada diretamente aos cargos políticos de proa, a outra exercia sua atividade profissional no serviço público do estado. Neste quesito, também os sócios fundadores do IHGRN se assemelhavam aos primeiros membros do IHGB e de outros institutos históricos estaduais.

⁹⁵⁰ **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro. 28 de outubro de 1900.

⁹⁵¹ BUENO, Almir de Carvalho. **Op. cit.** p.36.

⁹⁵² **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 3 de dezembro de 1899.

⁹⁵³ **A República**. Natal. 03 de setembro de 1902.

O governo do Rio Grande do Norte teve importância decisiva na existência econômica da agremiação. Ao longo dos 25 anos de existência da agremiação, o governo foi o maior patrocinador das atividades intelectuais e da estrutura do IHGRN. Na 4ª sessão ordinária do grêmio, realizada no dia 3 de agosto de 1902, os sócios solicitaram formalmente ao Congresso legislativo estadual um auxílio pecuniário para a agremiação na ordem de 1:500;000 réis anuais.⁹⁵⁴ Até então os recursos provenientes para a sustentação do Instituto advinham da arrecadação financeira, junto aos seus próprios sócios e das vendas e assinaturas da revista. De acordo com o artigo 18, Capítulo 3, do qual trata dos sócios e das condições de admissão⁹⁵⁵, todos os membros *efetivos* e *correspondentes* estavam sujeitos ao pagamento correspondente a dez mil réis (10\$000).⁹⁵⁶ Apesar de contar com os valores pagos pelos referidos grupos de associados, a receita do IHGRN não conseguia viabilizá-lo economicamente, por essa razão que a diretoria dirigiu-se, logo nos primeiros meses da criação do grêmio, aos membros da Assembleia legislativa do Rio Grande do Norte, pedindo a subvenção do estado. Sem sofrer qualquer sanção do Congresso estadual, pelo contrário,

⁹⁵⁴ ACTA DA 4ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número .2. 1903. p.137.

⁹⁵⁵ Conforme o artigo 5 dos estatutos do IHGRN, o Instituto era composto de quatro classes de sócios, a saber: *efetivos*, *honorários*, *correspondentes* e *beneméritos*. A classe dos sócios *efetivos* era composta dos membros residentes em Natal, ou em um lugar de fácil acesso e comunicação com a capital, o que demonstra a articulação em torno desta centralidade como elemento organizador da narrativa temporal e espacial do estado. Os sócios *efetivos* deveriam ser cidadãos de *merecimento* nas letras, ciências, indústrias ou artes, e ter idade de 21 anos. Para ser sócio *honorário*, o cidadão deveria ter o reconhecimento por parte dos outros membros em alguma área do saber que justificasse a sua escolha. Este grupo representaria um certo status social e intelectual dentro do universo simbólico do instituto. Corresponderia uma espécie de escalão médio na hierarquia da agremiação. O grupo dos sócios *correspondentes* era composto por aqueles que não eram residentes em Natal, mas que deveriam apresentar as mesmas credenciais exigidas pelos sócios *efetivos*. A grande maioria do referido grupo era formado por membros das elites políticas de outras regiões do Rio Grande do Norte. Tanto os sócios *efetivos* como os *correspondentes* compreendiam a maior parte do quadro de membros do IHGRN. Por fim, o último grupo, os *beneméritos*, representava o posto mais alto da hierarquia dos sócios do instituto. Para ser *benemérito*, o sócio deveria apresentar aos seus pares, uma carreira de *dedicação* ao progresso material e/ou intelectual do grêmio. Os *beneméritos* era o único grupo que dispensava a produção e o reconhecimento intelectual do sócio, este não necessitaria ser um *homem de letras*. Para atingir o topo da carreira de associado do Instituto, o membro deveria construir uma trajetória na agremiação pautada na prestação de serviços relevantes no que tange ao aumento do patrimônio, da biblioteca, do arquivo, do museu do IHGRN, ou ter trazido outros benefícios para o grêmio, além de ter exercido qualquer cargo na diretoria por mais de cinco anos sucessivamente. ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903. p.10-12. Podemos perceber que a estrutura do quadro social do IHGRN é análoga a formulada pelo IHGB, o que demonstra a apropriação deste como modelo de organização institucional da agremiação norte-rio-grandense. Conferir: PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: PEIXOTO, Renato Amado (org.). **Nas trilhas da representação: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços**. Natal: EDUFRN, 2012. p.13

⁹⁵⁶ ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903. p.13.

recebendo total apoio, o IHGRN conseguiu do governo, o qual era administrado pelo sócio fundador, Alberto Maranhão, o requerido auxílio financeiro.⁹⁵⁷

Ao longo dos 25 anos, era bastante comum o IHGRN constar nas despesas oficiais do estado. O governo do Rio Grande do Norte passou a ser o principal mecenas do IHGRN. De 1902 a 1927, todos os governadores do Rio Grande do Norte foram sócios efetivos do Instituto. Além disso, o Congresso legislativo estadual era composto também por alguns deputados que faziam parte dos quadros dos sócios do IHGRN.

O apadrinhamento do IHGRN pelo Estado extrapolou a prática de garantias de provimentos financeiros. O Estado concedeu benesses tributárias ao Instituto, sobretudo a partir da criação da lei n.198, de 29 de agosto de 1903, que considerou o IHGRN como uma instituição de utilidade pública, isentando-a de pagar imposto de certidões referentes à história e à geografia do Brasil e do Rio Grande do Norte, extraídas dos documentos existentes nos arquivos públicos.⁹⁵⁸ Com a mencionada lei, o IHGRN passou a ter livre acesso à documentação das repartições públicas estaduais, o que o legitimou socialmente e intelectualmente como uma agremiação de produção de saber histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, bem como um lugar de preservação e organização da memória estadual.

Além de garantir auxílio financeiro e a isenção do imposto sobre a certidão de documentos, o governo do Rio Grande do Norte possibilitou também a construção da sede do Instituto. As primeiras reuniões do IHGRN foram realizadas em uma das salas do *Atheneu Norte-Rio-Grandense*. Neste local, o Instituto permaneceu de 29 de março de 1902 a 3 de maio de 1903.⁹⁵⁹ Entre 1903 a 1938, o IHGRN teve uma trajetória itinerante no tocante ao local da sua sede. Órgãos públicos como: a prefeitura municipal de Natal, a Justiça Federal e o Supremo Tribunal de Justiça do estado, abrigaram, em momentos distintos, o IHGRN.⁹⁶⁰ Todavia, partiu do próprio governo estadual a iniciativa de construir a sede do Instituto. Em 1906, o governador e sócio fundador do grêmio, Augusto Tavares de Lyra, comprou com recursos públicos, o sobrado existente na esquina da *Praça André de Albuquerque e Travessa*

⁹⁵⁷MENSAGEM APRESENTADA PELO GOVERNADOR ALBERTO MARANHÃO AO PASSAR O GOVERNO DO ESTADO AO DR. AUGUSTO TAVRES DE LYRA NO DIA 25 DE MARÇO DE 1904. Natal: Typografia d' A República. 1904. p.11. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

⁹⁵⁸**A República**. Natal, 1 de setembro de 1903.

⁹⁵⁹MELO, Manoel Rodrigues de. A Fundação do Instituto Histórico. In: LIMA, Nestor dos Santos; MELO, Manoel Rodrigues de. **As cinco sedes do Instituto**. A fundação do Instituto Histórico. Edição Comemorativa do 80º aniversário de fundação do IHGRN. (1902-1982). Natal: FJA, 1982. p.23-24

⁹⁶⁰ Para informações acerca da história das sedes do IHGRN, conferir: MELO, Manoel Rodrigues de. A Fundação do Instituto Histórico. In: LIMA, Nestor dos Santos; MELO, Manoel Rodrigues de. **As cinco sedes do Instituto**. A fundação do Instituto Histórico. Edição Comemorativa do 80º aniversário de fundação do IHGRN. (1902-1982). Natal: FJA, 1982 e MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte** – história e acervo. Natal: DEI, 2005.

da matriz, para iniciar o processo de construção do prédio do IHGRN.⁹⁶¹ Porém, a entrega definitiva da sede só concretizou-se, trinta e dois anos depois, por meio dos decretos números 503 e 543, de 7 de junho e 22 de agosto de 1938, respectivamente, assinados pelos interventores, Rafael Fernandes e Aldo Fernandes, os quais atenderam à solicitação do então presidente do IHGRN, Nestor dos Santos Lima, que, em um discurso pronunciado no Instituto, no dia 21 de outubro de 1938, requereu das autoridades políticas a entrega do edifício, já anunciado em 1906, pelo governador Augusto Tavares de Lyra.⁹⁶²

A relação entre o Estado e o IHGRN não era uma via de mão única. Em resposta ao apadrinhamento do seu principal colaborador econômico, o Instituto retribuía-o, prestando diversos serviços. Por exemplo, em 1909, o governo estava num impasse em relação ao espaço da *Biblioteca Pública Estadual*. Esta era alocada em uma das salas do *Atheneu Norte-rio-grandense* que já não podia mais comportá-la devido ao aumento das demandas dos alunos. Prontamente, o IHGRN atendeu ao pedido do governo para acomodar a *Biblioteca Pública Estadual* em sua sede, responsabilizando-se pelo cuidado e pela administração do acervo bibliográfico.⁹⁶³ Já em 1908, no primeiro ano da segunda administração do governador Alberto Maranhão, o IHGRN foi comissionado para a tarefa de organização e remodelação do arquivo público da secretaria do governo.⁹⁶⁴ Decerto, o projeto de reorganização dos arquivos do estado já havia sido cogitado desde 1904, pelo governador Augusto Tavares de Lyra, que considerava ser urgente e inadiável a coleta e a *metodização* dos documentos espalhados por bibliotecas e repartições do Rio Grande do Norte, tanto da capital, como do interior: “Vou encarregar-me pessoalmente desse serviço na Secretaria do Governo, e, depois mandarei dar buscas rigorosas nos arquivos do interior para colleccionar com methodo o que deve ser cuidadosamente conservado.”⁹⁶⁵ O intento de Augusto Tavares de Lyra era um reflexo da

⁹⁶¹ MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA TERCEIRA SESSÃO DA QUINTA LEGISLATURA A 14 DE JULHO DE 1906 PELO GOVERNADOR AUGUSTO TAVARES DE LYRA. Natal: Typografia d’ A República.1907. p.6-7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

⁹⁶² LIMA, Nestor dos Santos. As cinco sedes do Instituto.In: **RIHGRN**. Volumes XXXV a XXXVIII.1938-1940. p. 18-24.

⁹⁶³MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA TERCEIRA SESSÃO DA SEXTA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1909 PELO GOVERNADOR ALBERTO MARANHÃO. Natal: Typografia d’ A República. 1909. p.16.Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

⁹⁶⁴MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA SEXTA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1908 PELO GOVERNADOR ALBERTO MARANHÃO. Natal: Typografia d’ A República. 1908. p.9. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

⁹⁶⁵ MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA PRIMEIRA SESSÃO DA QUINTA LEGISLATURA A 14 DE JULHO DE 1904 PELO GOVERNADOR AUGUSTO TAVARES DE LYRA. Natal: Typografia d’ A República.1905. p.6-7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

principal preocupação demandada pelos homens de letras e políticos do Rio Grande do Norte, no momento nevrálgico da questão litigiosa com o Ceará: a necessidade reunir e organizar um grande pecúlio documental que servisse à pesquisa histórica e, conseqüentemente, elucidasse a vida política e “os pontos obscuros da nossa história.”⁹⁶⁶ Embora reconhecesse o caráter urgente do projeto de organização do acervo da secretaria do Estado, Augusto Tavares de Lyra não conseguiu concretizá-lo. Com o intuito de viabilizá-lo, Alberto Maranhão, quatro anos depois, comissionou o desembargador e sócio do IHGRN, Vicente de Lemos, para liderar e realizar a referida tarefa.

O projeto de Alberto Maranhão era mais modesto que o de Tavares de Lyra, não se interessava em enviar uma comitiva para os arquivos do interior do estado, mas sim concentrar-se no acervo da secretaria do governo, mais especificamente, em catalogar e acondicionar todos os papéis extraídos da documentação e sistematizar os arquivos em seções que favorecessem a pesquisa histórica.⁹⁶⁷ A partir do trabalho do sócio Vicente de Lemos e de outros colaboradores, o IHGRN pôde, em três anos, prestar o serviço de coleta e organização do arquivo da secretaria do governo, requisitado por Alberto Maranhão. Em seu relatório administrativo, apresentado ao Congresso legislativo estadual, em 1º de novembro de 1911, Alberto Maranhão avaliou da seguinte maneira o papel do IHGRN, na organização do acervo documental da secretaria do governo: “O Instituto Historico, (...) tem prestado já relevantes serviços para a documentação da nossa Historia e bem merece ser considerado pelo Congresso Legislativo estabelecimento de utilidade publica para receber do estado os favores necessarios ao desenvolvimento de seus trabalhos.”⁹⁶⁸ Nesse trecho fica evidente como a relação entre Estado e IHGRN foi sendo urdida. O próprio lugar ocupado por Alberto Maranhão, ao mesmo tempo membro e governador, demonstra como o poder público e a associação intelectual estavam intimamente interligados. É por essa razão que o sócio-governador fez questão de salientar a relevância do IHGRN em seu relatório, justamente para evidenciar o lugar que o grêmio teria na sociedade norte-rio-grandense. Para Alberto Maranhão, os serviços prestados pelo Instituto ao corpo social, como a organização documental da secretaria do estado, deveriam ser reconhecidos e recompensados pelas autoridades políticas. Nesse sentido, o próprio Estado encarregava-se de legitimar socialmente

⁹⁶⁶ Idem.

⁹⁶⁷ MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA SETIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1911 PELO GOVERNADOR ALBERTO MARANHÃO. Natal: Typografia d' A República. 1911. p.15-16. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

⁹⁶⁸ Idem. p.16.

as atividades desenvolvidas pelo IHGRN, em contrapartida, a agremiação colaborava ativamente com as demandas solicitadas pelo governo.

O IHGRN prestou diversos serviços ao Estado, desde a constituição de um acervo documental do Rio Grande do Norte à organização e promoção das festividades e solenidades comemorativas do calendário cívico estadual e nacional, como iremos mostrar no Capítulo 6. No entanto, a principal atividade intelectual desenvolvida pela agremiação, ao longo dos seus 25 anos, foi a publicação de sua revista.

O pequeno texto intitulado *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte* abriu o primeiro número da *RIHGRN*. Não sabemos quem foi o seu autor, possivelmente tenha sido escrito pelo secretário da agremiação, Luiz Fernandes Sobrinho. O pequeno texto de abertura apresenta não só o que levou à criação do Instituto e sua *razão social*, mas também que tipo de saberes seriam contemplados pelo IHGRN, bem como os temas principais que seriam publicados pela sua revista:

Nestas paginas encontrarão os leitores tudo o que referente á geographia e á historia do nosso Estado e em geral do Brasil pudermos obter nas pesquisas que o Instituto fizer para o conhecimento da nossa vida, desde o tempo da conquista, e tambem o que possivelfôr conseguirmos da existencia selvagem dos primeiros povoadores – essas pobres hordas primitivas que as armas e a astucia dos brancos despojaram.

Certo, este primeiro numero da nossa REVISTA terá a acolhida que merece o pensamento que a dictou, encontrado o Instituto em todos os que lhe possam ser uteis o auxilio indispensavel para que dignamente figure entre as sociedades congeneres do Paiz.⁹⁶⁹

Embora fosse um Instituto histórico e geográfico, a principal tarefa da agremiação era tratar acerca da história do Rio Grande do Norte. O volume de artigos historiográficos superou em muito os textos de geografia. Nesses termos, podemos dizer que o IHGRN era mais historiográfico do que geográfico, pelo menos entre 1903 a 1927. Entretanto, o saber geográfico auxiliou na identificação e na delimitação dos limites territoriais do estado, sobretudo, na ocasião da questão litigiosa com o Ceará. Os membros do IHGRN que se enveredavam em examinar a querela dos limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará fizeram uso do saber geográfico para legitimar suas argumentações a favor do estado natal. Fora do tema geral dos limites territoriais, foram poucos os artigos que se detiveram ao tema da geografia do Brasil e do Rio Grande do Norte.

⁹⁶⁹ Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. N.1 1903. p.4-5

Além de destacar quais saberes seriam contemplados pela revista, o excerto supracitado mostra que a prioridade do IHGRN era a realização de pesquisas concernentes à vida do povo potiguar ao longo do tempo. O pequeno texto evidencia aos seus leitores o recorte temporal a ser analisado: *o tempo da conquista*. Isso quer dizer que o foco dos estudos históricos, realizados no âmbito do IHGRN, teria como prioridade não o tempo presente, mas sim o passado remoto. O recorte temporal, privilegiando *o tempo da conquista*, implicava na escolha de dados acontecimentos históricos a serem preservados e instituídos para a organização da própria narrativa da memória histórica do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, os sócios do IHGRN elegeram a conquista e a ocupação da capitania, pelos colonizadores do final do século XVI, como Jerônimo de Albuquerque; a presença holandesa na capitania e a revolução de 1817, como sendo os principais acontecimentos históricos do estado, o que demonstra o interesse em construir, a partir deles, uma dada leitura para a memória histórica do Rio Grande do Norte. É a partir dos personagens envolvidos nos mencionados eventos históricos e de suas ações no tempo, que a identidade norte-rio-grandense foi sendo urdida, ao mesmo tempo em que se constituía o lugar do estado na constituição da memória nacional. Não é sem razão que os referidos acontecimentos históricos foram os mais recorrentes assuntos publicados pela *RIHGRN*, no período compreendido entre 1903 e 1927.

É válido destacar ainda que aos membros do IHGRN era igualmente reservado o papel de estudar acerca da existência dos primeiros povoadores do Rio Grande do Norte, isto é, os indígenas. Assim como nas revistas do IHGB nos oitocentos, a temática indígena foi um dos assuntos mais presentes na *RIHGRN*.⁹⁷⁰ Todavia, diferente dos estudos publicados nas edições da *RIHGB*, as quais priorizavam o exame acerca da existência, ou não, da historicidade entre os índios ou da constituição filológica das suas línguas⁹⁷¹, os artigos publicados na *RIHGRN* tinham como foco a defesa da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão. A temática indígena se resumiu ao problema da *retórica da naturalidade*. Apenas um sócio, Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, escreveu sobre o tema na *RIHGRN*. Seus artigos foram publicados em resposta aos textos do sócio do IAGP, Pereira da Costa, escritos nos primeiros anos do século XX, como será analisado no último capítulo da tese. Em relação aos negros, nada foi publicado. Apesar de alguns membros terem sido defensores do movimento

⁹⁷⁰ Sobre a temática indígena no IHGB, conferir: TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados:** escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 242f. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁹⁷¹ Idem. p.18-78

abolicionista durante o Império, temas como a escravidão e a abolição foram totalmente ignorados pelo IHGRN.

No que tange à classificação dos tipos de textos publicados pela *RIHGRN* no período compreendido entre 1903 a 1927, identificamos a seguinte configuração: artigos, biografias/necrologias, conferências/homenagens, documentos, notas avulsas e textos literários (poesias, sonetos, crônicas).

CLASSIFICAÇÃO/PERÍODOS	1903-1908	1909-1915	1916-1921	1922-1927	Total
Artigos	20	2	11	13	46
Biografias/ necrologias	10	11	16	8	45
Catálogos	1	5	2	1	9
Conferências/Homenagens	3	3	3	11	20
Notas avulsas	5	3	4	0	12
Questionários	1	0	2	0	3
Textos literários (poesias, sonetos, crônicas)	2	0	0	2	4

Tabela 1 – Tipologia dos textos publicados pela *RIHGRN* no período entre 1903-1927 – IHGRN

Como podemos perceber na tabela acima, ⁹⁷² ao longo dos primeiros 25 anos de existência do IHGRN, os artigos corresponderam o maior quantitativo de textos publicados pelo grêmio. Os artigos diziam respeito, em sua grande maioria, aos temas ligados à história e à geografia do Rio Grande do Norte. Contudo, a maior fatia desses artigos era referente aos textos historiográficos. A grande maioria deles versava sobre a história do Rio Grande do Norte, o que demonstra a necessidade iminente entre os sócios do Instituto, de publicar textos que instituíssem quais deveriam ser os personagens, as datas e os acontecimentos históricos a serem preservados na memória norte-rio-grandense. Seguido dos artigos, pode-se perceber também o número expressivo de publicações de biografias e necrologias. Como iremos demonstrar no último capítulo, as biografias receberam uma atenção especial por parte do IHGRN, justamente por ser considerada parte integrante do projeto de construção da memória

⁹⁷² Nessa tabela deixamos de fora o número total de documentos, apesar do sumário da revista apresentá-los. Decidimos tratar da seção documentos em uma tabela à parte.

histórica do Rio Grande do Norte. É por essa razão que reservamos um capítulo à parte, justamente para analisarmos a produção biográfica na revista do Instituto e sua relevância para os seus membros.

Quanto às conferências e homenagens, alusivas aos festejos nacionais e estaduais, constatamos que os participantes do IHGRN destinaram uma atenção especial às comemorações. Entre 1903 a 1927, o corpo de membros do Instituto dedicou várias edições especiais às datas célebres do calendário cívico do Rio Grande do Norte e do Brasil. Já as notas avulsas apareciam com certa regularidade nas edições da revista. Eram pequenos textos de uma página, que versavam sobre alguns adendos ou informações acerca dos acontecimentos históricos, concernentes ao passado do Rio Grande do Norte e dos *ilustres patrícios norte-rio-grandenses*. As notas avulsas funcionavam como uma espécie de comentários ou explicações sem, no entanto, serem exaustivas, pelo contrário, eram caracteristicamente lacônicas. Por fim, os catálogos, os textos literários e os questionários formavam o corpo de textos com menor publicação da revista. Em linhas gerais, os catálogos tratavam de listas acerca de leis, atos e de jornais concernentes ao Rio Grande do Norte. No que tange aos textos literários, o IHGRN não priorizou a publicação desse gênero, uma vez que o Instituto se definia como uma agremiação comprometida com os saberes histórico e geográfico, além disso, no estado já haviam alguns grêmios voltados exclusivamente às atividades literárias. Em relação aos questionários, só eram produzidos em ocasiões específicas, como por exemplo, durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil, quando o governo federal solicitou às instituições culturais e aos governos estaduais e municipais para que pudessem fornecer informações acerca dos estados e municípios, com o interesse em compor o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (DHGEB). É importante salientar que essa tipologia de textos não aparece em todos os números e edições da revista. A presença de cada uma delas varia ao longo das publicações.

Além de artigos, biografias, catálogos, conferências etc., o Instituto publicou também inúmeros documentos. Geralmente, toda documentação reunida e coligida era publicada na seção *Arquivo*, muito embora, essa terminologia não fosse usada de maneira recorrente.⁹⁷³ O número de publicações concernentes aos documentos é superior a todos os outros tipos de texto, como podemos visualizar na tabela abaixo⁹⁷⁴:

⁹⁷³ Arquivo. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 1. 1908. p. 137

⁹⁷⁴ A estrutura dessa tabela construímos a partir do modelo elaborado por Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Conferir: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1848-1889)**. 2ª edição. São Paulo: Annblume. 2011. p.67

CLASSIFICAÇÃO/PERÍODOS	1903- 1908	1909- 1915	1916- 1921	1922- 1927	Total
Documentos não contemporâneos	5	99	57	0	161
Documentos contemporâneos	1	0	0	0	1

Tabela 2 – Tipologia de documentos publicados pela *RIHGRN* (1903-1927) – IHGRN

Os sócios do IHGRN, espalhados por diversas regiões do país, coligiam documentos e enviavam para a agremiação para serem, posteriormente, publicados na revista ou consultados pelos seus membros. Em 1904, por exemplo, Augusto Tavares de Lyra ofertou ao IHGRN, cópias dos *Annaes do Parlamento Brasileiro*, *Annaes da Camara dos Deputados*, cartas topográficas referentes aos limites do Rio Grande do Norte com o Ceará etc.⁹⁷⁵ Além disso, a própria mesa diretora encarregava-se de enviar ofícios a outros estados da federação, bem como no exterior, como por exemplo, aos responsáveis pela administração da *Torre do Tombo* em Portugal, pedindo cópia de documentos concernentes à história do Rio Grande do Norte, o que em alguns casos era atendido e, posteriormente, endereçado ao Instituto para fazer parte do seu acervo.⁹⁷⁶

É válido ressaltar que a maior parte dos documentos publicados na *RIHGRN*, era concernente ao período da capitania, sobretudo vinculado à questão de limites territoriais e à *Revolução de 1817*. Os membros do IHGRN evitaram documentos e temas que tratassem de questões do tempo presente, o que demonstra uma escolha epistemológica e política. Epistemológica, tendo em vista o interesse pelo passado remoto, distante do presente, o que garantia certa *objetividade* em relação à análise dos acontecimentos históricos. Político, porque o interesse do IHGRN era construir um enredo para a memória histórica do estado, que servisse ao uso político do passado.

⁹⁷⁵ ACTAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO – 1904. Setembro a Dezembro. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 2. 1908.

⁹⁷⁶ Sobre essa prática de petição de documentos, conferir as seguintes fontes: ACTA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DO IHGRN. 21 de agosto de 1904. In: **RIHGRN**. Natal. Volume V. Número 2. 1907; ACTA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA DO IHGRN. 02 de outubro de 1904. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 2. 1908; ACTA DA 134ª SESSÃO DO IHGRN. 02 de maio de 1909. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916.

O volume maior de documentos publicados na *RIHGRN* deu-se entre 1909-1921, por causa da própria necessidade de reunir e coligir manuscritos que abalzassem a defesa do Rio Grande do Norte na questão de limites com o Ceará, sobretudo nos primeiros dez anos em que o processo passa a ser julgado pelo STF. Regularmente o IHGRN publicava documentos que pudessem servir de prova do seu domínio *imemorial* do território, contestado pelo estado vizinho. A estratégia era dotar a defesa do Rio Grande do Norte, tanto no âmbito jurídico, como na produção intelectual, além de fazer frente ao *Instituto do Ceará* que, antes mesmo da criação do IHGRN, já tinha publicado vários documentos acerca da questão de limites. À medida que o processo litigioso vai sendo contornado a favor do Rio Grande do Norte, coincidindo com o momento em que o estado conquista sucessivas vitórias no STF até a decisão final, em 1920, o número total de publicação de documentos na *RIHGRN* vai se reduzindo. Não é sem razão que nas edições de 1923-1925 e 1926-1927 da revista nenhum documento tenha sido publicado. De certa maneira, a questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará ditou o ritmo de documentos a serem publicados na *RIHGRN*. Ademais, a alteração com o Ceará foi um dos assuntos que mais ocupou as primeiras edições da revista. É dessa questão que gostaríamos de tratar mais detidamente a partir de agora.

Ao longo do século XIX e início do XX, os institutos históricos se constituíram como um dos principais lugares de produção intelectual em torno da questão de limites.⁹⁷⁷ Este assunto foi um dos mais recorrentes nas publicações do IHGB oitocentista.⁹⁷⁸ Províncias situadas em áreas fronteiriças com outros países, estratégicas para os interesses econômicos da nação e para a manutenção da unidade nacional, como: São Pedro do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e regiões próximas a Guiana Francesa, receberam uma significativa atenção do IHGB.⁹⁷⁹ D. Pedro II tentou solucionar o problema das áreas de fronteira pela via diplomática e pela fixação definitiva dos limites territoriais do Império.⁹⁸⁰ Não é por acaso que, em 1851, o então primeiro-secretário do IHGB, Varnhagen, tenha reunido, a pedido do ministro dos Assuntos Estrangeiros do Império, um volume de materiais que serviriam como base de

⁹⁷⁷ Sobre a questão da participação dos institutos históricos locais nos debates em torno dos limites territoriais, ver FERNANDES, Saul Estevam. **O Brasil em pedaços ou a História dos meios de resolução das questões de limites interestaduais (1889-1930)**. 151f.2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p.109-118.

⁹⁷⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. p.158.

⁹⁷⁹ BOEIRA, Luciana Fernandes. **Op. cit.** p.36-37.

⁹⁸⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Op. cit.** p.159.

informações sobre a questão da demarcação de fronteiras do país.⁹⁸¹ Além disso, o Estado monárquico pôde contar com uma regularidade de artigos e documentos publicados na *RIHGB* que tocavam na problemática da delimitação territorial, o que se enquadrava no próprio projeto de formação da nação.⁹⁸²

A querela dos limites territoriais, pelo menos aquela que tocava as áreas nevrálgicas das fronteiras do país, já estava praticamente assentada, quando a República emergiu como o novo regime político do Brasil. A questão territorial parece ter sido deslocada. O problema já não pairava sobre as áreas de fronteira com outros países, as quais o Brasil lutava para construir ou manter sua hegemonia política e/ou econômica. Os limites territoriais passaram a ser um problema interno, interestadual, o qual suscitou, entre algumas unidades federativas da nação, o interesse em ampliar seu espaço geográfico, mesmo que isso implicasse em um conflito com os estados vizinhos – é válido ressaltar que no período monárquico também havia litígio territorial entre as províncias. Se o IHGB foi um dos instrumentos utilizados pelo Império para produzir um dado saber sobre a delimitação das fronteiras nacionais frente aos países vizinhos, os institutos históricos regionais adotaram uma postura semelhante ao congênere nacional, isto é, colocaram-se à disposição dos governos estaduais para defenderem seus interesses territoriais em áreas litigiosas.⁹⁸³

Como vimos anteriormente, o sistema federativo teve como uma das principais implicações políticas a emergência do patriotismo das elites regionais, que diante da eminência da disputa territorial com os seus vizinhos, agenciaram homens de letras e instituições para produzirem conhecimento acerca da história e da geografia dos seus respectivos estados. Não é sem razão que, concomitantemente, ao aumento das querelas territoriais entre as unidades federativas, nos primeiros anos da experiência republicana no Brasil, houve o surgimento cada vez maior de institutos históricos e geográficos espalhados pelas diversas regiões do país. O IHGRN, criado em 1902, e o *Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (IHGES), fundado em 1916, são exemplos de agremiações que surgiram devido à necessidade de defender seus territórios em questões litigiosas com outros estados.⁹⁸⁴ Não queremos dizer com isso que a disputa territorial foi o elemento primordial da criação de todos os institutos históricos regionais. Todavia, a questão dos limites foi um dos

⁹⁸¹ Idem.

⁹⁸² Conferir: CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*. Santa Cruz do Sul. Volume 11, n.1. jan/jun. 2005. p.79-97 e PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia do século XIX. 2005.427f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁹⁸³ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.109-118

⁹⁸⁴ Idem. p.116.

temas mais abordados nas revistas de alguns institutos estaduais, o que demonstra a sua relevância política para os seus sócios e para os seus respectivos estados.⁹⁸⁵

Assim como o seu congênere do Ceará, o IHGRN apropriou-se do espaço da sua revista para publicar documentos, notícias, exposições e artigos que diziam respeito aos limites com o seu estado vizinho. Ao todo foram publicados sobre o tema: sete documentos⁹⁸⁶ – esse número é bem maior, pois não contabilizamos as fontes apresentadas pelos autores dos artigos ao final dos seus textos; duas exposições realizadas em dois órgãos institucionais, um apresentado pelo deputado norte-rio-grandense, Augusto Tavares de Lyra no *Congresso Nacional* e a outra exposta no STF, por um dos seus ministros, Pedro Lessa, que se colocou favorável à defesa do Rio Grande do Norte; duas notas, anunciando o trâmite do processo no STF; e seis artigos, escritos por norte-rio-grandenses e por letrados de outros estados, como Felisbello Freire.⁹⁸⁷

O artigo intitulado *Limites do Rio Grande do Norte e Ceará – syntese histórica* de autoria do político e letrado sergipano, Felisbello Freire, estreou o tema na *RIHGRN*. O artigo foi publicado em 1903, no segundo número da revista. Não sabemos as motivações que o levaram a publicar o artigo, no entanto, é patente citar que o letrado sergipano já tinha se debruçado acerca da temática dos limites, quando publicou uma série de textos, em 1888, no jornal *O Larangeirense* sobre o litígio territorial entre as províncias da Bahia e do Sergipe.⁹⁸⁸ Outrossim, sabemos que Felisbello Freire participou ativamente das discussões da questão de

⁹⁸⁵ Sobre a questão de limites territoriais dos estados e os institutos históricos locais, conferir: FERNANDES, Saul Estevam. **Brasil em pedaços ou a história dos meios de resolução das questões de limites interestaduais (1889-1930)**. 2017. 151 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p.108-116.

⁹⁸⁶ Gostaríamos de acrescentar que os sócios do IHGRN também publicaram um documento sobre os limites entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba. No recorte entre 1903 e 1922, não foi identificado nenhum artigo que tratasse sobre a questão de limites com a Paraíba. Conferir: COBRANÇA DE DÍZIMOS EM 1812 QUE INTERESSA AOS LIMITES DO RIO GRANDE DO NORTE COM A PARAIBYBA. In: **RIHGRN**. Natal. Volume IX. Números 1 e 2. 1911. p.87-90.

⁹⁸⁷ Destes artigos, três dedicaram-se a analisar, apenas, aspectos pontuais da questão de limites, foram eles: o texto do desembargador e sócio fundador do IHGRN, Meira e Sá, publicado em 1904, a qual debruçou-se sobre o laudo final do Conselheiro Lafayette Rodrigues, que deu ganho de causa ao Ceará, o texto do também desembargador e sócio fundadores, Vicente de Lemos, publicado em 1906, que tratou de evidenciar o limite da *Picada do Rio Mossoró* como prova dos limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o artigo de Felisbello Freire de 1906 que, semelhante ao texto de Vicente de Lemos, dedicou-se a examinar detidamente a questão em torno da terminologia utilizada pelos documentos para demarcação da área que abrangia o rio Mossoró. Dentre os seis artigos sobre o referido tema, o IHGRN republicou o texto de José Leão, publicado em 1888, pelo boletim da *Sociedade Geographica do Rio de Janeiro*. Nesse sentido, apenas dois artigos dedicaram-se, exclusivamente, ao problema geral da questão de limites entre os estados em litígio, foram eles: *Limites do Rio Grande do Norte e Ceará – syntese histórica* e *Apontamentos sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*, de autoria de Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos. Gostaríamos de esclarecer que, neste subcapítulo, analisamos, mais detidamente, apenas estes dois artigos. Para um exame mais completo dos referidos textos, conferir a dissertação de Saul Estevam Fernandes, já mencionada no corpo dessa tese.

⁹⁸⁸ FREIRE, Felisbello. Limites do Sergipe com a Bahia. In: **O Larangeirense**. Larangeiras, 23 de setembro de 1888.

limites entre o Rio Grande do Norte e do Ceará na *Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara (CCLJ)*, na condição de membro da referida comissão.

Em *Limites do Rio Grande do Norte e Ceará – síntese histórica*, Felisbello Freire inicia seu texto de forma análoga aos seus escritos sobre a questão de limites entre o seu estado natal e a Bahia, isto é, o autor estabelece uma narrativa que aponta os precedentes históricos das duas capitanias, evidenciando o processo de conquista territorial de cada uma no período colonial.⁹⁸⁹ Em sua narrativa, a síntese histórica da conquista do território das duas capitanias e, conseqüentemente, do processo de suas colonizações, serviu para articular dois argumentos centrais de sua defesa em favor do Rio Grande do Norte na altercação com o Ceará: primeiro, a colonização da capitania do Rio Grande chegou no começo do século XVII, a margem oriental do Jaguaribe; e segundo, seu governo, desde início do setecentos, exerceu jurisdição na zona litigiosa até o morro de Tibau.⁹⁹⁰ Os dois argumentos foram desenvolvidos a partir da afirmação de que a conquista e a colonização da capitania do Rio Grande estabeleceram-se mais cedo do que a do Ceará, o que permitiu aos primeiros colonizadores da mencionada capitania, adentrarem em áreas mais ao interior e, conseqüentemente, nos territórios considerados litigiosas até então.

Conforme o arazoado de Felisbello Freire, devido ao pioneirismo da colonização do Rio Grande, seus colonizadores apropriaram-se do território que abrangia toda a região em torno do rio Assú, compreendendo a barra do rio Mossoró e o morro de Tibau, enquanto a colonização do Ceará, posterior a primeira, açambarcou toda a margem esquerda do rio Jaguaribe.⁹⁹¹ Segundo ele, o Rio Grande e o Ceará representavam dois momentos distintos da colonização em torno do interior das duas capitanias.⁹⁹² Desse modo, a primeira colonização, encabeçada pelos colonizadores do Rio Grande, estabeleceu-se até o rio Assú, enquanto os colonizadores do Ceará, advindos posteriormente, fixaram limites até o rio Jaguaribe. Em síntese, consoante o sergipano, foram os dois rios da região, Assú e Jaguaribe, colonizados em momentos históricos distintos, que impuseram os limites entre as duas capitanias.⁹⁹³ Assim, os dois rios seriam os *limites naturais* entre as capitanias do Rio Grande [do Norte] e o Ceará, o que evidencia a aproximação de Felisbello Freire com as concepções geográficas de demarcação de fronteiras próprias do naturalismo científico do século XVIII, quando se delimitavam os limites territoriais entre os países a partir dos elementos da natureza, como

⁹⁸⁹ Idem.

⁹⁹⁰ Idem. *Limites do Rio Grande do Norte e do Ceará – síntese histórica*. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 2. 1903. p.20.

⁹⁹¹ Idem. p.12.

⁹⁹² Idem.

⁹⁹³ Idem.

por exemplo, as bacias hidrográficas.⁹⁹⁴ É válido destacar que essas concepções geográficas setecentistas inspiraram algumas memórias produzidas por letrados brasileiros do século XIX, como: Aires de Casal e José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, sobre a questão de limites fronteiriços da nação.⁹⁹⁵ A produção destes homens de letras convergiam, sobretudo, acerca da ideia de que os limites para o espaço brasileiro estavam assentados no conceito de *fronteiras naturais* que tomava como referência as bacias hidrográficas.⁹⁹⁶ Nesse sentido, é possível aventar que o argumento de Felisbello Freire dialogou diretamente com esta perspectiva presente, sobretudo, nos textos do Visconde de São Leopoldo.

Para provar suas asserções, Felisbello Freire cotejou algumas informações acerca dos limites da capitania do Rio Grande, presentes no livro *Razão do Estado do Brazil*, de D. Diogo de Menezes, governador geral do Brasil, escrito em 1613. Neste livro, Diogo de Menezes afirmou que a capitania do Rio Grande se limitava ao Norte pelo Guaraí, atual região do Assú, estendendo-se ao leste até o engenho do Cunhaú. O uso do relato de Diogo de Menezes, por Felisbello Freire, não era desinteressado. O relato conferia autoridade ao argumento do político sergipano, por ser um discurso oficial, posto o lugar em que o autor do livro ocupava na administração colonial e também por ser um testemunho do período. Logo, a informação dada por Diogo de Menezes seria investida de certa autoridade, o que garantia que o argumento de Felisbello Freire fosse considerado verdadeiro, pois o relato do governador geral era concebido como um acesso direto ao passado. Não é sem razão que Felisbello Freire apropriou-se do relato de Diogo de Menezes, como um recurso retórico de legitimação do seu argumento. Dessa forma, o letrado e político sergipano utilizou-se da narrativa do governador geral como prova de que, até 1612, os limites territoriais do Rio Grande estendiam-se até a região do Assú, área contestada pelo Ceará.

Além do relato do governador geral do Brasil, Felisbello Freire fez uso de um documento oficial: a *Carta Régia de 19 de janeiro de 1702*, a qual trazia a informação de que a região do Assú estaria subordinada a Pernambuco. O sábio sergipano fez questão de mencionar que, no geral, as cartas régias do século XVII e XVIII, com exceção da *Carta Régia, de 17 dezembro de 1793*, não faziam referência direta aos limites territoriais das capitanias.⁹⁹⁷ De certa forma, essa observação de Felisbello Freire poderia fragilizar seu argumento, todavia ele ressalta que, *indiretamente*, a *Carta Régia de 19 de janeiro de 1702* contribuiria para provar a extensão da zona conquistada pela capitania do Rio Grande.

⁹⁹⁴ PEIXOTO, Renato Amado. **Op. cit.** p.188.

⁹⁹⁵ Idem. p.187.

⁹⁹⁶ Idem. p.188.

⁹⁹⁷ FREIRE, Felisbello. **Op. cit.** p.11.

Conforme Felisbello Freire, a única carta régia que tratava diretamente da questão de limites entre as duas capitanias era o alvará de 17 de dezembro de 1793, o principal documento endossado pela defesa dos cearenses no litígio.⁹⁹⁸ De acordo com ele, o alvará não prejudicaria o direito do Rio Grande do Norte na área litigiosa, pois os camaristas da vila cearense do Aracati teriam reconhecido os limites até a *serra de Mossoró*, que seria a região da cordilheira do Apodi, já pertencente ao próprio estado.⁹⁹⁹ Em síntese, para Felisbello Freire, não haveria nenhuma carta régia que tratasse de delimitar os limites com o Ceará, a única exceção seria o alvará de 17 de dezembro de 1793, mas esta não prejudicaria os interesses de preservação do território do Rio Grande do Norte.¹⁰⁰⁰

Por fím, o último argumento de Felisbello Freire diz respeito ao direito de jurisdição do Rio Grande do Norte na área litigiosa. Embora não desenvolva exaustivamente no corpo do artigo, o sábio sergipano evidencia que os limites territoriais firmados pela colonização foram construídos a partir do princípio do direito internacional, *uti possidetis*, alegando o direito de posse do Rio Grande do Norte por meio do exercício político e militar que a capitania exercia na região em litígio. A menção do *uti possidetis*, como um argumento válido para a justificativa da jurisdição e posse do Rio Grande do Norte na área contestada, remonta a leitura que Felisbello Freire fez da produção intelectual do IHGB oitocentista, acerca da questão de limites, a qual passou a utilizar-se da noção de posse não interrompida do território, como instrumento jurídico para a defesa do espaço nacional frente aos países vizinhos.¹⁰⁰¹

Para provar a posse ininterrupta do Rio Grande do Norte na área contestada, Felisbello Freire citou um documento oficial de 1708, a qual trazia a informação de que o capitão-mor do Rio Grande, Sebastião Nunes Collares, concedia ao coronel Gonçalo da Costa Falleiro uma sesmaria de três léguas na ribeira do rio Mossoró, a começar do morro de Tibau, pela costa do mar, para o lado do Sul.¹⁰⁰² Para Felisbello Freire, esse documento é de enorme relevância para a questão de limites, pois provaria o direito de jurisdição exercido pelo capitão-mor, Sebastião Nunes Collares, na zona territorial “onde as pretensões do Ceará quizeram levantar litígio.”¹⁰⁰³ Em outras palavras, o Rio Grande do Norte teria direito a posse do território pelo antigo instrumento jurídico do *uti possidetis*, já que exercia jurisdição na área litigiosa desde os séculos XVII e XVIII: “sob este ponto de vista, é incontestável o

⁹⁹⁸Idem. p.19.

⁹⁹⁹ Idem. p.20.

¹⁰⁰⁰ Idem.

¹⁰⁰¹ PEIXOTO, Renato Amado. **Op. cit.** p.194.

¹⁰⁰²Idem. p.15.

¹⁰⁰³ Idem.

direito do Rio Grande em seus limites com o Ceará traçados pela cordilheira do *Apodyaté* o morro do *Tibau*.¹⁰⁰⁴ O argumento em torno do princípio do *uti possidetis* foi utilizado não só por Felisbello Freire, mas também pelos próprios norte-rio-grandenses, como Augusto Tavares de Lyra e Vicente Lemos, e pelo advogado do Rio Grande do Norte no processo do STF, Rui Barbosa.¹⁰⁰⁵ Ao final do seu artigo, Felisbello Freire publicara ainda 17 documentos, alguns mencionados por ele no corpo do texto, outros não. Estes documentos foram cotejados e publicados ao final com o escopo de apresentar elementos comprobatórios, isto é, que reforçassem sua argumentação a favor do Rio Grande do Norte.

Felisbello Freire não encerrou o assunto com o artigo *Limites do Rio Grande do Norte e do Ceará – syntese histórica* (1903). Três anos depois, o deputado sergipano voltara novamente ao tema com a publicação de outro artigo, intitulado *Rio Grande do Norte, seus limites com o Ceará*. De acordo com o deputado sergipano, o principal objetivo deste artigo era provar, com documentos e fatos da história, que a zona contestada era parte integrante do território do Rio Grande do Norte.¹⁰⁰⁶ Diferentemente do início do artigo *Limites do Rio Grande do Norte e do Ceará – syntese historica* (1903), Felisbello Freire utilizou-se de outra estratégia. A questão não era traçar, inicialmente, a história das diferentes colonizações das duas capitanias. O intuito era outro, qual seja: “analysar o laudo do Conselheiro Lafayette, o qual resente-se de faltas profundas, que demonstra exuberantemente não se ter preparado o Exm.º Conselheiro no lado historico e geographico da questão.”¹⁰⁰⁷

Conforme o árbitro desempatador, conselheiro Lafayette Rodrigues, fazia parte do território do Ceará, a região sul do morro de Tibau compreendida em geral entre os seguintes limites: o mar, a foz do rio Mossoró, o *talvegue* do mesmo rio até duas ou três léguas acima a terminar no lugar denominado *Pau Inficado*, e a linha que, partindo deste ponto e passando pela serra do Dantas de dentro, toca na serra do Apodi, cujo *divórcio de águas* vai separando do Rio Grande do Norte até o ponto em que fenece a dita serra, a uma légua de distância de Tibau.¹⁰⁰⁸ Em grande medida, Lafayette Rodrigues chegou a esta conclusão tomando como referência a *carta régia de 1793*. Este foi o principal documento usado para dar sustentação jurídica ao laudo final do árbitro desempatador. Segundo Lafayette Rodrigues, o referido alvará régio instituiu a linha divisória e ademarcação dos limites entre as capitanias do Ceará

¹⁰⁰⁴ Idem. p.20.

¹⁰⁰⁵ Depois da derrota do Rio Grande do Norte no laudo arbitral e, conseqüentemente, a entrada no processo no STF, os políticos norte-rio-grandenses contrataram, em 1903, o advogado e político, Rui Barbosa, para defender o estado na questão litigiosa contra o Ceará.

¹⁰⁰⁶ FREIRE, Felisbello. Rio Grande do Norte e do Ceará, seus limites com o Ceará. In: **RIHGRN**. Natal. Volume IV. Número. 1. 1906. p.6.

¹⁰⁰⁷ Idem.

¹⁰⁰⁸ Idem. p.5

e a do Rio Grande do Norte.¹⁰⁰⁹ Para o jurista, este documento certificava que os limites entre as duas capitanias já teriam sido fixados desde o período colonial, tendo em vista que as cartas régias tinham força de lei.¹⁰¹⁰ Nesse sentido, o alvará régio de 1793 seria superior a qualquer outro documento que porventura referisse ao assunto.¹⁰¹¹ Este argumento do conselheiro Lafayette colocava em condição inferior toda a documentação dos séculos XVII e XVIII, apresentada pelo laudo do árbitro escolhido pelo Rio Grande do Norte, Coelho Rodrigues, que supostamente provariam a posse territorial do estado na área em litígio. Conforme Lafayette Rodrigues, os documentos utilizados pelo árbitro Coelho Rodrigues serviriam somente para explicar as origens históricas dos atuais limites, desta forma, qualquer conclusão retirada daquela documentação não teria nenhum valor jurídico “porque a dita Carta é lei e com tal derogou e desfez tudo que existia antes dela e como ella estivesse em antinomia.”¹⁰¹² Conforme o exposto, o argumento de Lafayette Rodrigues coloca a Carta régia de 1793 como o documento mais verdadeiro do que os demais – este é o primeiro pressuposto do árbitro desempatador. Sua superioridade estaria atrelada ao fato de possuir força de lei, por ter sido emitido pela principal autoridade régia. Por conseguinte, seu conteúdo seria verdadeiro e instituiria uma verdade jurídica.

O segundo pressuposto do laudo do Conselheiro Lafayette diz respeito ao conteúdo da *Carta régia de 1793*. O referido alvará régio alargou o território da vila cearense do Aracati, definindo seus limites em relação à vila de Aquiraz, também pertencente ao Ceará, e a capitania do Rio Grande. Para Lafayette Rodrigues, ao definir os limites territoriais de Aracati, a carta régia fixou também as fronteiras entre o Rio Grande [do Norte] e o Ceará.¹⁰¹³ Todavia, esse entendimento não era pacífico entre norte-rio-grandenses e cearenses. A própria redação da carta de 1793, deu margem para pontos controversos em relação aos termos escritos no próprio documento. Toda a problemática dos limites esteve na interpretação desse trecho da *Carta régia de 1793*: “se deve dar á villa de Santa Cruz do Aracaty que vem a ser todo aquelle que decorrer desde a parte oriental do rio Jaguaribe até o Mossoró, extremas da Capitania do Ceará e desde a barra do dito rio até a passagem das Pedras...”¹⁰¹⁴ Nesse sentido, ficava em aberto os termos até o Mossoró e desde a barra deste rio, possibilitando distintas interpretações do que seriam essas duas demarcações. A partir daí, suscitaram pressuposições

¹⁰⁰⁹ Questão de Grossos. Laudo do arbitro desempatador Sr. Cons^o Lafayette R. Pereira. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XVI. 1902. p.306.

¹⁰¹⁰ Idem. p.304.

¹⁰¹¹ Idem. p.307.

¹⁰¹² Idem.

¹⁰¹³ Idem. p.305.

¹⁰¹⁴ Provisão régia demarcando o terreno que se deve dar a Villa do Aracaty. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano VI. Tomo VI. 1892. p.217-218.

do que significaria o termo até o Mossoró, ou seja, seria a serra de Mossoró ou o rio Mossoró? Em relação ao escrito desde a barra do dito rio, seria o rio Mossoró ou o rio Jaguaribe? A partir dessa imprecisão dos referidos termos, o árbitro do Rio Grande do Norte considerou que a linha que separa os dois estados se deu no ponto que fenece a serra de Mossoró, prolongada até o morro de Tibau, enquanto o lado cearense, a qual Lafayette corroborou, considerava que o limite se dava no rio Mossoró e sua barra, incluindo o Jupi e Catinga do Góes, região que fica a um grande número de quilômetros ao sul de Tibau.¹⁰¹⁵ Para o árbitro cearense e, por conseguinte, Lafayette Rodrigues, os termos em aberto se referiam ao rio Mossoró, o que dava ampliava à margem territorial do Ceará. O conselheiro Lafayette é categórico em afirmar que a interpretação correta dos termos da carta régia foi dada pelo árbitro cearense, Matheus Nogueira Brandão.

O último argumento apresentado no laudo do conselheiro Lafayette é referente à questão do domínio do território. Para o árbitro desempatador, a posse do território contestado não pode ser colocada como causa geradora do direito, mas simplesmente um fato que indica um direito preexistente.¹⁰¹⁶ Lafayette Rodrigues descontrói o argumento do árbitro Coelho Rodrigues, baseado no *uti possidetis*, o qual invocava o direito do Rio Grande do Norte sobre a área litigiosa a partir da ideia da posse do território, já exercido desde o período colonial, entendendo ser esse o elemento decisivo para a solução da altercação. Em contrapartida, Lafayette considera que os limites da jurisdição do poder público são imprescritíveis, isto é, o domínio do território em disputa só pode dar uma presunção de fato, quando os limites são confusos e não se acham determinados por documentos, o que não seria o caso do litúgio entre os dois estados, já que a *Carta régia de 1793* teria fixado a demarcação territorial.¹⁰¹⁷ Nesse sentido, a despeito da posse do Rio Grande do Norte na área litigiosa, sua jurisdição seria ilegal, pois configuraria uma prática invasora, constituindo-se “perturbações de posse”.¹⁰¹⁸

Em síntese, o Ceará teria a posse legal dos terrenos disputados, amplamente comprovados pela autoridade do documento régio de 1793, a qual deslegitimava qualquer arazoado apresentado pelo laudo do árbitro Coelho Rodrigues. O conteúdo da *Carta régia de 1793* seria um fato incontestado na avaliação do conselheiro Lafayette Rodrigues, e é por esse motivo que concorda com o voto do árbitro escolhido pelo Ceará, Matheus Nogueira Brandão.

¹⁰¹⁵ Idem.

¹⁰¹⁶ Idem. p.302.

¹⁰¹⁷ Idem. p.307

¹⁰¹⁸ Idem.

Felisbello Freire escreveu severas críticas à interpretação que o conselheiro Lafayette fez do alvará régio de 1793. Para ele, qualquer análise sobre a questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará deveria levar em consideração a *Carta régia de 1793*, tendo em vista que era o único documento oficial, baixado pela Coroa portuguesa, que se referia sobre o assunto. O deputado sergipano afirmou que o árbitro desempatador fez um comentário completamente errado da *Carta de 17 de dezembro de 1793*: “Pensa o sr. Conselheiro que Passagem das, Jupy e Catinga de Góes ficam á margem do rio Mossoró, quando esse logares ficam mais ou menos distantes da margem do rio Jaguaribe.”¹⁰¹⁹ Para ele, um estudo rudimentar da geografia da zona contestada era suficiente para evitar os erros cometidos pelo árbitro desempatador em seu laudo final. Aliás, os equívocos do conselheiro são explicados justamente pela falta de conhecimento sobre a geografia da região em litígio, o que provaria “o estudo superficial do arbitro sobre ella.”¹⁰²⁰ Consoante Felisbello Freire, Lafayette Rodrigues teria interpretado erroneamente o trecho do alvará de 1793, referente à barra do rio Mossoró. Para ele, esta frase da carta régia dizia respeito ao rio Jaguaribe e não ao rio Mossoró, como concebiam os árbitros Matheus Brandão e Lafayette.¹⁰²¹ Apesar da suposta falta de conhecimento de Lafayette Rodrigues, Felisbello Freire era cômico das dificuldades inerentes aos nomes dos rios, serras e localidades que eram alçados como linha divisória entre as áreas limítrofes das capitanias durante o período colonial. Segundo ele, uma das mais importantes causas da dúvida entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, em relação aos seus limites, era a mudança de nomes que sofriam os rios, as serras e outras localidades, por essa razão, seria indispensável um exame daquilo que ele chamou de *geografia histórica* para esclarecer a questão nos seus elementos constitutivos.¹⁰²² O rio Mossoró, a que se referia a *Carta régia de 1793*, era um dos problemas gerais da questão.

Para responder à problemática em torno do rio Mossoró, Felisbello Freire lança mão da seguinte questão: na data de 1793, o rio Apodi teve o nome de Mossoró? A resposta do autor é categórica: não! É válido salientar que, para a defesa do Ceará e para o árbitro Lafayette, o rio Mossoró era chamado de rio Apodi naquele momento histórico. Esta consideração implicava em um alargamento significativo da fronteira do Ceará. Todavia, a tese de Felisbello Freire foi na contramão do entendimento de Matheus Brandão e do Conselheiro Lafayette: “De que o rio Apody nunca foi, naquelles tempos, chamado

¹⁰¹⁹FREIRE, Felisbello. **Op. cit.** p.6-7

¹⁰²⁰Idem. p.7

¹⁰²¹ Idem.

¹⁰²² Idem. p.10.

Mossoró.”¹⁰²³ Para provar sua tese, o deputado sergipano citou vários documentos, mostrando que haviam dois rios distintos, Mossoró e Apodi: “O que fica, porém, fóra de duvida é que até 1792 a 1797, data justamente da carta regia de 17 de Dezembro de 1793, nenhum trecho do rio Apody foi denominado Mossoró.”¹⁰²⁴ Felisbello Freire não estabeleceu nenhum estudo etimológico ou filológico dos nomes dos rios. O deputado sergipano tentou provar sua tese citando vários documentos do período, reservando, inclusive, um espaço no final do artigo para publicá-los na íntegra.¹⁰²⁵ Para ele, os documentos oficiais provavam que o rio Apodi, no século XVIII, não tinha o nome de Mossoró. É importante destacar que Felisbello Freire citava somente os documentos ditos oficiais, expedidos pelas autoridades administrativas da capitania ou da Coroa portuguesa. Citá-los era, antes de tudo, uma forma de provar a veracidade de sua informação. É preciso legitimar o discurso que pretende ser verdadeiro. O uso das fontes prova, faz crer, e é por isso que Felisbello Freire faz questão de mencioná-las. Como já mencionamos alhures, a alusão à fonte serve como elemento de baliza de sua própria narrativa é o que torna um historiador verdadeiro e é por essa razão que o autor se interessa em evidenciar que seu trabalho está compromissado com a verdade.

Supostamente provado pelos documentos oficiais que o rio Apodi não era o rio Mossoró, Felisbello Freire decidiu partir para a última linha de argumentação. O intento agora era mostrar, historicamente e geograficamente, que o trecho até o Mossoró presente na *Carta régia de 1793*, era uma demarcação indeterminada, podendo ser rio, serra, ribeira, no sentido político e administrativo.¹⁰²⁶ Conforme o deputado sergipano, os documentos do século XVIII tratavam de forma diferente o termo Mossoró. Em algumas fontes, Mossoró significava a serra do Mossoró, apresentada como a divisa das duas capitanias, em outras, como o próprio rio Mossoró ou a ribeira, como ele mesmo destacou: “Serra, rio, ou ribeira do Mossoró, perguntamos nós? Eis o que não ficou expresso.”¹⁰²⁷ Todavia, a despeito da imprecisão do termo na *Carta régia de 1793* e também presente nos editais de 1801 e 1811, para Felisbello Freire, uma questão era patente: não se podia compreendê-lo como sendo a foz do rio Apodi, porque em 1793, 1801 e 1811, datas da demarcação, o referido rio, em seu trecho oriental, não tinha o nome de Mossoró e a direção da linha de demarcação não podia terminar na mencionada foz.¹⁰²⁸ Esta linha de argumentação colocava em suspeição a defesa do Ceará que

¹⁰²³ Idem.

¹⁰²⁴ Idem. p.16.

¹⁰²⁵ Ao todo foram 14 documentos citados ao final do artigo.

¹⁰²⁶ Idem. p.27.

¹⁰²⁷ Idem. p.28.

¹⁰²⁸ Idem. p.28-29.

buscava legitimizar a extensão de suas fronteiras até a foz do rio Apodi, tocando nas áreas salineiras do Rio Grande do Norte.

Podemos resumir os argumentos de Felisbello Freire favoráveis à causa do Rio Grande do Norte, da seguinte maneira: a) a colonização do Rio Grande chegou no começo do século XVII à margem oriental do Jaguaribe; b) seu governo desde o começo do século XVIII exerceu jurisdição na zona litigiosa até o morro de Tibau; c) não há nenhuma carta régia que traçasse os limites com o Ceará, como não há em relação a nenhuma das capitanias do Brasil; d) os limites são firmados pela colonização, pelo *uti possidetis*, e, sob este ponto de vista é incontestável o direito do Rio Grande em seus limites com o Ceará, traçados pela cordilheira do *Apodi* até o morro do *Tibau*; e) o trecho do alvará de 1793 referente à *barra do dito rio* dizia respeito ao rio Jaguaribe e não ao rio Mossoró; f) o rio Mossoró não era chamado de rio Apodi no século XVIII e g) historicamente e geograficamente o trecho *até o Mossoró* presente na carta régia de 1793, e dos editais do início do século XIX era uma demarcação indeterminada, podendo ser rio, serra, ribeira, no sentido político e administrativo, portanto, não podia encerrar uma demarcação precisa.

Embora os artigos de Felisbello Freire tenham tido relevância para a defesa do Rio Grande do Norte frente à questão territorial, o texto considerado mais importante e completo em termos de análise, foi publicado pela *RIHGRN* em 1905, com o título de *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e o Rio Grande do Norte*, cujos autores eram dois sócios fundadores do IHGRN: Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos.¹⁰²⁹ Este texto começou a ser escrito em 1902, quando o processo ainda estava sendo apreciado na *Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara (CCLJ)*.¹⁰³⁰ O artigo de Tavares de Lyra e Vicente de Lemos foi concluído em 1903, mas só foi publicado dois anos depois, servindo de base para as *Razões Finais* (1904) de Rui Barbosa – peça jurídica apresentada ao STF que fundamentou a defesa do Rio Grande do Norte na questão litigiosa com o Ceará.¹⁰³¹

Antes de publicar conjuntamente com Vicente de Lemos, *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e o Rio Grande do Norte*, Augusto Tavares de Lyra tinha escrito um longo texto acerca da questão, expondo-o aos deputados do Congresso Nacional em 1902. No dia 15 de setembro de 1902, o deputado Augusto Tavares de Lyra apresentou a CCLJ, um extenso texto sobre a questão dos limites do Rio Grande do Norte

¹⁰²⁹ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.101.

¹⁰³⁰ **A República**. Natal. 11 de dezembro de 1902.

¹⁰³¹ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.133

com o Ceará, publicada em várias partes pelo jornal *A República*, no mesmo ano.¹⁰³² Dois anos depois, o artigo foi publicado também na *RIHGRN* com o título *Questões de limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte – memória apresentada a honrada Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara*. Este artigo serviu de base para a construção do texto *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e o Rio Grande do Norte*, publicado um ano depois.

O objetivo principal do artigo *Questões de limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte* era inviabilizar o projeto de lei dos deputados cearenses, junto ao Congresso Nacional. Como vimos anteriormente, os políticos do Rio Grande do Norte e do Ceará chegaram a um acordo para resolver o litígio territorial a partir do expediente do *Arbitramento*. Cada estado deveria nomear um árbitro e este deveria apresentar um laudo sobre a questão. Caso não houvesse um acordo entre os dois árbitros escolhidos pelas partes envolvidas, caberia o julgamento de um *árbitro desempatador*, no caso o primeiro escolhido da lista, conselheiro Lafayette Rodrigues.

Como já mencionamos, os sócios do IHGRN, sobretudo, Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos, fizeram uma moção em prol de cotejar uma documentação para dotar a defesa do Rio Grande do Norte de substancialidade jurídica. Nesse quesito o consórcio foi satisfatório. No entanto, do ponto de vista jurídico e político, o laudo do árbitro Coelho Rodrigues não logrou êxito. A sentença arbitral de Lafayette Rodrigues foi favorável ao Ceará.¹⁰³³ Conforme o acordado no *Arbitramento*, a solução arbitral e o laudo final do árbitro desempatador serviriam de base para a apresentação e aprovação do projeto de lei a ser apresentado no legislativo nacional. Todavia, o Rio Grande do Norte não aceitou o laudo final. As autoridades políticas do estado mobilizaram-se contra o projeto de lei formulado pelos representantes cearenses acerca da *Questão de Grossos* – como passou a ser chamada a disputa territorial.¹⁰³⁴

Investidos do laudo final de Lafayette, em 29 de julho de 1902, cinco dias depois da emissão do veredito do árbitro desempatador, os deputados cearenses deram entrada no

¹⁰³²**A República.** Natal, 16 de setembro de 1902.

¹⁰³³**A República.** Natal, 26 de julho de 1902. Na edição de 1902 da revista do Instituto do Ceará, a disputa territorial passou a ser chamada de *Questão de Grossos*. Isso se deve, em grande medida, a aprovação da lei nº639 de 19 de julho de 1901, elevando a categoria de vila a povoação de Grossos, que pertencia ao Rio Grande do Norte, do termo do Aracati. A partir de 1901, o litígio passou a englobar a localidade de Grossos: “nesse momento, bem mais que a histórica disputa entre a barra do Mossoró até Pau Inficado, o conflito entre os dois estados se devia por essa localidade.” FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.87.

¹⁰³⁴**A República.** Natal, 4 de agosto de 1902.

projeto de lei para reconhecer os novos limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará.¹⁰³⁵ De acordo com o *Regimento Interno* do Congresso Nacional, todo projeto de lei deveria passar pela CCLJ.¹⁰³⁶ Foi nesse campo que o até então deputado Augusto Tavares de Lyra e o desembargador Vicente de Lemos encontraram uma brecha para discutir a inconstitucionalidade do projeto cearense. Foi com o intuito de apresentar um conjunto de argumentos que deslegitimassem as pretensões dos deputados do Ceará que o deputado norte-rio-grandense, Augusto Tavares de Lyra, escreveu um texto sobre a questão de limites e apresentou na CCLJ, à qual nos referimos anteriormente.

Tavares de Lyra teve seis dias, prazo concedido pela Comissão da Câmara, para desenvolver a sua exposição. Indo na contramão dos deputados do Ceará, Tavares de Lyra lançou mão de seus conhecimentos em direito apreendidos na FDR para colocar em xeque a validade jurídica do projeto, argumentando que este seria inconstitucional e absolutamente inaceitável, nos termos em que se achava redigido.¹⁰³⁷ O principal argumento jurídico apresentado pelo deputado federal norte-rio-grandense estava assentado na interpretação dos artigos 4 e 34 da Constituição de 1891. O primeiro afirmava que os “estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos Estados” mediante a anuência das respectivas Assembleias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e a aprovação do Congresso Nacional.¹⁰³⁸ Em vista desta prerrogativa constitucional, Augusto Tavares de Lyra argumentou que a intervenção do poder legislativo federal só era possível em relação às questões que envolvessem o *desmembramento do território* de um estado para ser anexado a outro.¹⁰³⁹ Para o deputado norte-rio-grandense, o artigo 4º da referida *Carta magna*, harmonizava-se com o artigo 34, n.10, o qual afirmava que era de competência privativa do Congresso Nacional “resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Districto Federal, e os do territorio

¹⁰³⁵ O projeto de lei compreendia os seguintes artigos: “Art. 1º – A linha divisoria entre o territorio do Estado do Ceará e o territorio do Estado do Rio Grande do Norte continúa a ser fixada da costa para o centro, a partir da Barra do Mossoró, seguindo pelo canal navegavel do estuario do mesmo nome até o lugar *Pau Inficado*, tresleguas acima da fóz; e desse ponto para o occidente até a Serra Danta de dentro, e dahi em diante sempre pelo divortiumaquarum do planalto e serra de Apody que corre para o sul. Art. 2º – Estes limites serão demarcados por operações no campo e descriptos na carta topographica da região, de conformidade com o texto da Provisão Regia de 17 de Dezembro de 1793, laudo adoptado pela sentença arbitral de 24 de julho de 1902 e respectivo compromisso de 20 de Março do corrente anno. Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrario. ” Questão de Grossos. In: **RIHGACE**. Fortaleza. 1902.p.308.

¹⁰³⁶ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.51.

¹⁰³⁷ LYRA, Augusto Tavares de. A questão de limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte – memória apresentada a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara dos Deputados. In: **RIHGRN**. Natal.Volume 2. Número.1. 1904. p.11.

¹⁰³⁸ BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso realizado em 21/12/2016.

¹⁰³⁹ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.12.

nacional com as nações limitrophes.”¹⁰⁴⁰ A harmonização dos dois artigos constitucionais poderia reforçar o projeto de lei cearense, já que previa que o mérito da questão fosse da competência privativa do Congresso Nacional. Todavia, a interpretação de Tavares de Lyra deu outros contornos à compreensão desta questão.¹⁰⁴¹

A partir das considerações do jurista Aristides Milton sobre a Constituição de 1891, Augusto Tavares de Lyra destacou a importância de atentar-se para a expressão *resolver definitivamente* do artigo 34, n.10, a qual o referido constitucionalista teria orientado. A expressão teria uma relevância significativa para a argumentação de Tavares de Lyra, tendo em vista que, para ele, o artigo afirmava que o Congresso Nacional só poderia exercer a atribuição de julgar o mérito da querela territorial, resolvendo-o definitivamente, depois que o poder legislativo dos estados interessados no litígio, conforme artigo 4º, decidissem favoravelmente sobre a questão: “Do exposto, conclue-se, logica e naturalmente, que não se dando a hypothese do art. 4º, falta ao Congresso Federal competência para decidir as questões de limites entre os Estados.”¹⁰⁴² A estratégia da argumentação de Tavares de Lyra era inviabilizar o projeto de lei cearense no Congresso Nacional, para isso, o deputado norte-rio-grandense afirmava ser inconstitucional que o mérito da questão fosse julgado pelo legislativo federal. Destarte, para Tavares de Lyra, este órgão institucional do país só poderia tomar conhecimento de algum projeto de lei sobre limites dos estados, se houvesse a aquiescência dos Congressos Legislativos das unidades federativas em litígio.¹⁰⁴³ É válido destacar que os deputados norte-rio-grandenses se insurgiram contra o laudo apresentado por Lafayette Rodrigues e se recusaram a assinar o projeto de lei cearense. Para Augusto Tavares de Lyra, com a recusa dos norte-rio-grandenses, houve a ruptura do acordo, inviabilizando o projeto levado a cabo pelos deputados cearenses.¹⁰⁴⁴ Logo, não havendo a aquiescência de uma das Assembleias Legislativas estaduais, o Congresso Nacional não poderia *resolver definitivamente* o litígio, como manda o artigo 34, n.10. A argumentação jurídica do deputado norte-rio-grandense não parou por aí.

Para reforçar suas considerações, Augusto Tavares de Lyra desenvolveu uma linha de argumentação. Dessa vez, a estratégia implicava em evidenciar que a questão litigiosa entre o

¹⁰⁴⁰ BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso realizado em 21/12/2016.

¹⁰⁴¹Esta linha de argumentação já tinha sido utilizada por Augusto Tavares de Lyra, na sessão do Congresso Nacional do dia 20 de agosto de 1897, na ocasião da questão de limites territoriais entre os Estados de Mato Grosso e do Amazonas. **A República**. Natal, 8 de setembro de 1897.

¹⁰⁴² LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.14.

¹⁰⁴³Idem. p.15.

¹⁰⁴⁴ Idem. p.18.

Ceará e o Rio Grande do Norte não se tratava de *fixar limites*, mas sim de *ratificá-los*.¹⁰⁴⁵ Nesse caso, para o deputado norte-rio-grandense, o projeto de lei cearense deveria ser considerado juridicamente a partir de duas hipóteses, ou seja, se a questão tratava de *fixar limites*, seria indubitável a competência do Congresso Federal, dada ou não a anuência das Assembleias Legislativas dos estados; ou se a querela aludisse a *ratificação de limites*, legislativo federal ficaria inabilitada para a solvência do caso, deslocando-se o mérito jurídico da questão territorial para a alçada do poder judiciário, no caso, o STF.¹⁰⁴⁶ De acordo com Tavares de Lyra, se o mérito do litígio tratasse de *fixar limites*, seria preciso comprovar que a posse do território contestado sempre foi do estado que será beneficiado, mas se houvesse a prova da posse, a questão deslocaria para o âmbito da *ratificação* de limites.¹⁰⁴⁷ Assim posto, Tavares de Lyra afirma, consoante ao artigo 59, n.1, letra C da *Constituição de 1891* e com base nos *Commentarios a Constituição* de João Barbalho e Aristides Milton, que caberia ao STF e não ao Congresso Nacional dirimir os conflitos relacionados à ratificação de limites.¹⁰⁴⁸ Nesse caso, para Tavares de Lyra, a questão litigiosa entre o Rio Grande do Norte e o Ceará tratava-se de ratificação de limites, posto que estes já existiam, e por essa razão deveria ser encaminhado para o STF.¹⁰⁴⁹ Mais uma vez, a estratégia de Tavares de Lyra era evitar que o projeto de lei cearense fosse aprovado pelo Congresso Nacional, o que supostamente ocorreria se o laudo do árbitro Lafayette Rodrigues fosse considerado pelo legislativo federal, por essa razão, o deputado norte-rio-grandense concentrou sua argumentação para que a questão de limites deslocasse para o STF, ganhando um novo fôlego e um tempo maior para se estabelecer uma nova defesa.

Adstrito aos arrazoados jurídicos, Augusto Tavares de Lyra apresentou outras estratégias argumentativas. Uma delas foi desconstruir a interpretação que o árbitro desempatador, Lafayette Rodrigues, fez acerca da *Carta Régia de 1793* em seu laudo final. A análise do deputado federal norte-rio-grandense desloca-se do exame do texto constitucional para uma exegese documental. Esse deslocamento fez parte da estratégia de Augusto Tavares de Lyra em deslegitimar judicialmente o laudo do conselheiro Lafayette.

Com o intuito de fazer ruir a base da argumentação do conselheiro Lafayette, Augusto Tavares de Lyra expôs uma série de arrazoados sobre a *Carta Régia de 1793*. Primeiro argumento: os termos da referida carta régia excluía, por completo, a hipótese de ter sido ela

¹⁰⁴⁵ Idem. p.17-18.

¹⁰⁴⁶ Idem.

¹⁰⁴⁷ Idem. p.14.

¹⁰⁴⁸ Idem.

¹⁰⁴⁹ Idem.

expedida para estabelecer limites entre as duas capitanias: “o seu fim foi desmembrar terrenos do Aquiraz e Icó, dentro do districto do Ceará, para compor o termo do Aracaty.”¹⁰⁵⁰ Diferentemente do entendimento do Conselheiro Lafayette, Augusto Tavares de Lyra considerava que a fixação de limites colocados nos termos do alvará régio de 1793 era referente à configuração no interior do território cearense, isto é, dizia respeito às demarcações entre as vilas pertencentes à capitania do Ceará e não à delimitação de fronteiras com o Rio Grande. Logo, a carta régia não poderia ser colocada como o principal documento sobre a questão de limites entre as duas capitanias, tendo em vista que o seu propósito não era a demarcação territorial entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. Em direção semelhante ao arrazoado do seu conterrâneo, o desembargador e sócio fundador do IHGRN, Francisco Salles de Meira e Sá, concluía em seu artigo *Questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará – simples notas ao laudo do Conselheiro Lafayette*, publicado no mesmo volume e no ano que o referido texto de Tavares de Lyra, que a carta régia não tinha estabelecido ou fixado limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, porque este não era o intuito do alvará.¹⁰⁵¹

Segundo argumento: se a *Carta Régia de 1793* tratasse de limites entre as duas capitanias, o capitão-mor do Rio Grande, à época, teria sido notificado das divisas territoriais que devia exercer sua jurisdição.¹⁰⁵² Somado a isso, o deputado norte-rio-grandense argumentava que havia uma cláusula na própria carta régia, afirmando que se qualquer vila se sentisse lesada com a demarcação do termo da vila do Aracati, a questão deveria ser sustada até que houvesse a decisão da metrópole.¹⁰⁵³ Para reforçar este argumento, Augusto Tavares de Lyra escolheu adentrar no próprio texto do laudo do árbitro cearense, Matheus Brandão, mostrando que este apresentou à representação da vila cearense de Aquiraz contestando tal demarcação da vila do Aracati em 1794, o que levou a sua suspensão, pelo menos até 1800: “na auzencia de qualquer decisão da metropole, nenhum passo foi dado para a execução dessa mesma carta.”¹⁰⁵⁴ O intuito de Tavares de Lyra com esse argumento foi evidenciar que a carta régia ficou suspensa, desse modo, sua execução não foi cumprida no plano legal, nem pelo capitão mor do Rio Grande [do Norte] e nem pela vila do Aquiraz que contestou a demarcação proposta pela câmara de Aracati. Por outro lado, o laudo de Matheus Brandão,

¹⁰⁵⁰ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.23.

¹⁰⁵¹ MEIRA E SÁ, Francisco Salles de. *Questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará – simples notas ao laudo do Conselheiro Lafayette*. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 2. 1904. p.123.

¹⁰⁵² LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.24.

¹⁰⁵³ *Idem.*

¹⁰⁵⁴ *Idem.* p.24.

alegava que a carta régia não esteve suspensa, pelo contrário, o edital de 1801 tornava executável os efeitos do alvará, o que Tavares de Lyra colocava-se totalmente contrário.¹⁰⁵⁵

Para os homens de letras e juristas cearenses, o governador da capitania do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcellos, dirigiu ao ouvidor, Leocádio Rademaker, no dia 6 de março de 1800, um ofício em que lhe determinava que cumprisse a *Carta régia de 1793*, sob o pretexto de que a vila de Aquiraz não tinha expedido novos argumentos.¹⁰⁵⁶ Nesse sentido, conforme a alegação dos cearenses, o ouvidor Rademaker publicou o edital de 1801 com base no documento de 1793, estipulando o novo termo, aumento a extensão do seu território.¹⁰⁵⁷ Consoante Tavares de Lyra, não era da competência de Bernardo de Vasconcellos mandar executar a *Carta régia de 1793*, uma vez que os termos do documento só poderiam ser cumpridos com o aval da metrópole dado a contestação da vila do Aquiraz: “o procedimento abusivo do governador, (...) não podia produzir efeitos contra a disposição expressa da mesma carta.”¹⁰⁵⁸ Sendo assim, para o deputado norte-rio-grandense, a carta régia ficou suspensa até 1800 e o ato de Bernardo de Vasconcellos caracterizaria-se uma atitude abusiva, o que deslegitimava o uso do edital de 1801, como um documento válido na ação jurídica.

Conforme Saul Estevam Fernandes, a Câmara do Aracati não conseguiu colocar em prática a extensão territorial proposta pelo ouvidor Rademaker no edital de 1801, em grande medida, pela forte oposição da vila norte-rio-grandense do Assú, ficando a jurisdição da região do rio Apodi/Mossoró inalterada.¹⁰⁵⁹ Com essa oposição manifestada pela norte-rio-grandense, o conflito ficou temporariamente paralisado, ressurgindo dez anos depois com a irrupção de um novo edital, o de 1811, dessa vez, sobre a coordenação do capitão-mor do Ceará, José Monteiro de Sá. De acordo com Saul Estevam Fernandes, o edital de 1811 recorreu à delimitação proposta por Rademaker e trouxe como novo elemento a viabilidade de uma suposta lacuna, que não identificava o ponto de referência que findaria no rio Mossoró. Dessa forma, segundo a demarcação elaborada por Sá, o local seria *Pau Inficado*.¹⁰⁶⁰ Em relação ao edital de 1811, Augusto Tavares de Lyra argumenta:

Ninguém dirá, de boa fé, segundo os princípios mais elementares do direito que um simples edital, passado dez annos depois pelo secretario de uma câmara interessada, constitua prova provada de uma demarcação, sem ao

¹⁰⁵⁵ Idem. p.25.

¹⁰⁵⁶ Idem. p.24.

¹⁰⁵⁷ FERNANDES, Saul Esteva. **Op. cit.** p.36.

¹⁰⁵⁸ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.25.

¹⁰⁵⁹ FERNANDES, Saul Esteva. **Op. cit.** p.37.

¹⁰⁶⁰ Idem. p.38.

menos constar della a dta em que se procedeu a esta, qual o juiz demarcante, o agrimensor que a realisou e mais formalidades processuaes.¹⁰⁶¹

Como advogado, Augusto Tavares de Lyra lança mão dos seus conhecimentos em direito para colocar sob suspeição o próprio documento utilizado pelo árbitro escolhido pelo Ceará, Matheus Brandão, e aceito pelo laudo Lafayette, o qual criticou severamente por essa postura.¹⁰⁶² Para Tavares de Lyra, o edital de 1811 é um documento que não prova o mérito da questão, por isso não é válido juridicamente. O jurista e político norte-rio-grandense, elegeu duas razões para argumentar a favor da inviabilidade do edital de 1811 como elemento de prova para demarcação territorial: 1) diferentemente da *Carta Régia de 1793*, que possuía validação jurídica por tratar-se de um documento emitido por uma autoridade administrativa e politicamente legítima, totalmente desinteressada na questão territorial, o edital de 1811 é considerado pelo deputado norte-rio-grandense, como destituído de qualquer autenticidade por ter sido construído pragmaticamente, atendendo a conveniência daqueles que estão interessados na disputa e 2) o edital de 1811 não poderia ser considerado um *auto* ou uma *certidão* – prova única de demarcação, conforme os juristas praxistas, justamente por não cumprir as formalidade jurídicas previstas para definir uma demarcação territorial, tais como: ter sido lavrado em um ato público, o qual mencionasse a citação dos interessados na questão, a presença de um juiz, a louvação de um agrimensor, baliza e ajudante de corda, verificação desta e da agulha, rumos determinados das direções, descrição e confrontação dos terrenos por onde transita a linha, fixação de marcos com as suas testemunhas, pregação destes, e, não havendo contestação por embargos das partes interessadas, sentença final passada em julgado, de que se extraí traslado ou certidão.¹⁰⁶³ A partir destas duas razões, Augusto Tavares de Lyra tentou convencer aos seus colegas deputados da CCLJ que o edital de 1811, expedido pela Câmara da vila de Aracati, não poderia ser considerado legítimo e nem poderia colocar-se como prova, por conseguinte, não comprovaria a posse judicial e muito menos demarcação territorial entre o Rio Grande do Norte e o Ceará.¹⁰⁶⁴

Os editais de 1801 e 1811 foram fundamentais para a versão construída pelos letrados e políticos cearenses, pois por meio de tais documentos, puderam comprovar que os limites entre as duas capitanias já tinham sido construídos. Nos mencionados editais, foi instituído uma linha de demarcação entre o Rio Grande do Norte e o Ceará que ia desde a Serra dos

¹⁰⁶¹ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.28.

¹⁰⁶² Idem. p. 30.

¹⁰⁶³ Idem. p.29.

¹⁰⁶⁴ Idem.

Dantas ao marco intitulado *Pau Inficado*. Para contrapor-se a delimitação presente nos editais, a qual o árbitro Matheus Brandão apropriou-se em seu laudo, Augusto Tavares de Lyra argumentou que tal limite não aparecia em nenhum documento fora dos editais de 1801 e 1811.¹⁰⁶⁵ Para demonstrar que a demarcação territorial presente nestes editais era incorreta e tendenciosa, Augusto Tavares de Lyra estabeleceu uma exegese específica do seguinte trecho dos referidos documentos: “As expressões – *porque da serra Dantas vai dar mais ou menos no Pau inficado*; e estas outras – *por informações de pessoas que bem sabem da extensão da capitania, estamos certos*, etc. – não são palavras próprias de um auto de posse judicial.”¹⁰⁶⁶ Para Tavares de Lyra, essas expressões mostram uma impressão pessoal, uma manifestação da subjetividade de quem escreve, traduzem os interesses de quem fala, portanto, não podem ser considerados um auto de posse jurídica, tendo em vista que o domínio territorial não se pressupunha e nem se presumia, pelo contrário, “é um facto real, determinado, que deve ser provado.”¹⁰⁶⁷

Augusto Tavares de Lyra lê os documentos como um jurista que suspeita da própria validade do escrito. A crítica ao documento é realizada em seu interior, isto é, no em seu próprio conteúdo. A questão suscitada é: como podem dizer a verdade se representam os discursos daqueles interessados na questão? Nesse sentido, os documentos anunciados pela defesa do Ceará não seriam válidos juridicamente, porque apresentam-se como portadores de intencionalidade e de parcialidade. Assim, sua avaliação acerca dos documentos é diferente da leitura que alguns historiadores do final do século XIX e começo do XX. Podemos citar como exemplo, o conjunto de orientações que os historiadores franceses, Langlois e Seignobos, fizeram a respeito da crítica externa e interna no livro *Introduction aux études historiques*, publicado em 1898.¹⁰⁶⁸ Entre tantas considerações feitas pelos referidos historiadores, acerca da crítica documental, citamos algumas: a) em relação a crítica externa – se os documentos são originais ou cópias imperfeitas dos originais, se possuem a assinatura do autor ou não, se a linguagem das fontes confere com o período em que foi datado etc.;¹⁰⁶⁹ b) no que diz respeito à crítica interna – se o que dizem são verdades ou mentiras, se as informações são exatas ou equivocadas etc.¹⁰⁷⁰ Nenhuma destas ponderações foi considerada por Tavares de Lyra, quando colocou sob suspeição os documentos apresentados pela defesa do Ceará.

¹⁰⁶⁵ Idem. p.37.

¹⁰⁶⁶ Idem.

¹⁰⁶⁷ Idem.

¹⁰⁶⁸ Utilizamos a versão publicada pela editora argentina, *Editorial La Pleyade*, de 1972. LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS; C. **Introducción a los estudios históricos**. Buenos Aires: *Editorial La Pleyade*, 1972

¹⁰⁶⁹ Idem. p.55-77.

¹⁰⁷⁰ Idem. p.107-142.

Conforme o deputado norte-rio-grandense, a Câmara do Aracati, por uma mera indução pragmática, interesseira, atentaria contra os direitos da Câmara da vila de Princesa, que estava situada na área que correspondia aos supostos limites entre as duas capitanias, hoje cidade de Assú, invadindo, discricionariamente, seu território. Aqui, Augusto Tavares de Lyra inverte lógica da invasão, não é o Rio Grande do Norte o invasor, como considerava os laudos dos árbitros, Matheus Brandão e Lafayette, mas sim a capitania vizinha.

Outro argumento utilizado por Augusto Tavares de Lyra, para contrapor-se aos limites presentes nos editais de 1801 e 1811 foi evidenciar que a extensão territorial apontada por eles, desde a Serra Dantas até o *Pau Inficado*, não correspondia a posse judicial e nem a jurisdição da área da ribeira do rio Mossoró.¹⁰⁷¹ Augusto Tavares de Lyra cita uma série de documentos, demonstrando que as autoridades da Câmara da vila de Princesa, hoje município de Assú, que exercia jurisdição na área em questão, rechaçaram a execução dos editais, o que deslegitimava o próprio valor dos alvarás cearenses, tanto no passado como no presente.¹⁰⁷² Diante dos argumentos expostos, o deputado norte-rio-grandense, conclui: “as certidões do edital amoldam-se sempre às necessidades do momento para melhor tomarem o caracter de *peça de convicção em processo*.”¹⁰⁷³ *As necessidades do momento*, a qual Tavares de Lyra menciona nesse trecho, referiam-se aos verdadeiros interesses dos cearenses na querela, isto é, a preocupação em apropriar-se das áreas produtoras de sal que estavam localizadas no Rio Grande do Norte, este era o real motivo da disputa por parte do Ceará.¹⁰⁷⁴

A última parte do artigo *Questão de Limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte*, é destinada a evidenciar qual das duas capitanias pertencia à posse e a jurisdição da área em litígio. Mais uma vez, a estratégia do deputado norte-rio-grandense é deslegitimar os documentos utilizados pelo árbitro, Matheus Brandão, em contrapartida, aqueles que favorecem a sua argumentação, coligidos por ele e por Vicente de Lemos, são citados sumariamente. Todos os documentos oferecidos pelo laudo do árbitro escolhido pelo Ceará não conseguiam comprovar a jurisdição na zona territorial contestada.¹⁰⁷⁵ Isso não quer dizer que, para o deputado norte-rio-grandense, os documentos eram destituídos de valor jurídico. Pelo contrário, alguns deles eram extremamente válidos, todavia, não evidenciavam em parte alguma que a ribeira do rio Mossoró pertencia a vila do Aracati.¹⁰⁷⁶ Por outro lado,

¹⁰⁷¹ Idem. p.38.

¹⁰⁷² Idem. 38-41.

¹⁰⁷³ Idem. p.42.

¹⁰⁷⁴ Idem.

¹⁰⁷⁵ Idem.

¹⁰⁷⁶ Idem.p.47.

os documentos colhidos por ele e por Vicente de Lemos, comprovariam que a área contestada sempre foi do Rio Grande do Norte.¹⁰⁷⁷

Ao citar documentos que provariam a posse do Rio Grande do Norte, antes mesmo da publicação da *Carta régia de 1793*, Augusto Tavares de Lyra estaria contrapondo-se ao argumento do Conselheiro Lafayette de que toda a documentação anterior ao referido alvará, não poderia ser citada, porque apenas explicava as *origens históricas* das duas capitanias. Augusto Tavares de Lyra argumenta em direção contrária: os documentos, anteriores a referida carta régia, provariam que o território já pertencia à capitania do Rio Grande, logo, o valor dos mesmos seria, incontestavelmente, relevante para o exame da questão. Esta valoração documental reforçaria o pressuposto jurídico do *uti possidetis*, também apontado por Felisbello Freire, o qual Tavares de Lyra considerava ser o principal instrumento judicial para a resolução da questão de limites.¹⁰⁷⁸ É por essa razão que o deputado norte-riograndense tinha o interesse em validar os documentos que comprovassem a posse do Rio Grande do Norte nos territórios em litígio. O *uti possidetis* seria o argumento central para legitimar o direito do Rio Grande do Norte sobre o seu próprio território, evidenciando, assim como o texto de Felisbello Freire, que o estado exercia jurisdição e posse ininterrupta da área contestada.

Em síntese, os principais argumentos de Augusto Tavares de Lyra podem ser arrolados da seguinte maneira: 1) o Congresso Nacional não pode aceitar projeto algum sobre limites de estados, sem que preceda a anuência dos seus respectivos Congressos Legislativos em duas sessões anuais sucessivas; 2) o litígio territorial envolvendo os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, trata-se de *ratificar limites*, cabendo ao STF o mérito do julgamento e não o Congresso Nacional; 3) a *Carta régia de 1793* foi expedida para desmembrar o território dentro da mesma capitania e não para estabelecer limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará; 4) os editais da Câmara do Aracati não provam posse judicial e nem demarcação territorial; 5) não é exato que a posse da área contestada tenha sido ou seja do Ceará; 6) a configuração territorial apresentada pelo laudo final de Lafayette é um erro, porque contém imprecisões topográficas e 7) o instrumento jurídico do *uti possidetis* provaria que o território contestado pelo Ceará, pertencia ao Rio Grande do Norte;

É importante ressaltar que Augusto Tavares de Lyra não foi o único sócio do IHGRN a defender o estado na questão de limites com o Ceará. O desembargador e sócio do Instituto, Francisco Salles de Meira e Sá, também publicou um artigo na *RIHGRN*, no mesmo ano e no

¹⁰⁷⁷ Idem. p.60.

¹⁰⁷⁸ Idem. p.66-67.

mesmo volume que Tavares de Lyra publicara seu primeiro texto sobre a questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, contrapondo-se as conclusões do laudo final do conselheiro Lafayette.¹⁰⁷⁹ Postura semelhante foi adotada por Felisbello Freire, em outro artigo, intitulado *Rio Grande do Norte, seus limites com o Ceará*, publicado pela *RIHGRN* em 1906, reforçando as falhas cometidas pelo laudo do árbitro desempatador.¹⁰⁸⁰

No interstício entre 1902 a 1906, período em que houve simultaneamente a publicação de textos sobre a temática nas edições das revistas dos Institutos históricos e geográficos do Rio Grande do Norte e do Ceará, os artigos publicados pela *RIHGACE* reforçavam os argumentos já apresentados pelo árbitro Matheus Nogueira Brandão e pelo laudo do conselheiro Lafayette, republicando documentos utilizados de sua defesa do *Arbitramento*¹⁰⁸¹, em contrapartida, os artigos publicados pela *RIHGRN* estavam comprometidos, por um lado, em contrapor-se ao veredito do árbitro desempatador e por outro, em urdir narrativas que precisassem os limites territoriais entre os dois estados, apresentando os documentos coletados pela moção liderada por Vicente de Lemos. É importante destacar que a publicação destes artigos, na *RIHGRN*, e os publicados pela *RIHGACE*, no mesmo período, deu-se no momento de incertezas quanto ao veredito final do litígio. O processo tramitava no Congresso Nacional desde julho de 1903. Antes de ser julgado o mérito da questão, Augusto Tavares de Lyra expôs seu texto sobre a questão de limites na CCLJ, sendo apreciado pelos deputados da comissão que, posteriormente, na segunda quinzena de agosto de 1903, emitiram um parecer declarando o Congresso Nacional ser inabilitado para a resolução da alteração, transferindo o julgamento da questão para o STF.¹⁰⁸²

Em seis dias, Augusto Tavares de Lyra escreveu sua exposição à CCLJ. Todavia, durante esse percurso o deputado norte-rio-grandense e o desembargador Vicente de Lemos, já estavam trabalhando em um texto mais completo, qual seja, *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte*. Neste texto, Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos estabeleceram outras análises, além de reforçar os argumentos apresentados pelo deputado à CCLJ. Sem sombra de dúvida, o artigo de Tavares de Lyra e Vicente de Lemos é o texto mais holístico e exaustivo sobre a temática da questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, publicado pela *RIHGRN*.

¹⁰⁷⁹ MEIRA E SÁ, Francisco Salles de. Questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará – simples notas ao laudo do Conselheiro Lafayette. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1 e 2. 1904.

¹⁰⁸⁰ FREIRE, Felisbello. Rio Grande do Norte, seus limites com o Ceará. **RIHGRN**. Natal. Volume 1. 1906.

¹⁰⁸¹ Conferir *Questões de Grossos*. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XVI. Tomo XVI. 1902 e BORGES, Frederico A. *Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte – razões finais*. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XVIII. Tomo XVIII. 1904.

¹⁰⁸² FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.61.

O texto *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte* possui 15 capítulos, contendo mais de trezentas páginas, dividido em dois números da revista do Instituto histórico norte-rio-grandense, publicados em 1905. A grande maioria dos capítulos foi exposta no texto *Questões de Limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte: Exposição apresentada à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara*. Para não sermos demasiadamente tautológicos neste subcapítulo, iremos nos deter, apenas, aos outros argumentos não expostos no artigo de Tavares de Lyra apresentado à CCLJ.

Na primeira parte do artigo *Apontamentos*, Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos repetem a mesma estratégia de Felisbello Freire em seu texto, publicado em 1903 na *RIHGRN*, qual seja, expor, em linhas gerais, como constituíram-se historicamente as capitanias do Rio Grande e do Ceará, identificando os supostos limites entre as duas, desde o começo do século XIX.¹⁰⁸³ Decerto, a historicidade da conquista e da colonização das duas capitanias e, por conseguinte, da configuração dos seus limites, foi o elemento mais inovador do artigo de Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos – quando comparamos ao texto *Questão de limites* do deputado norte-rio-grandense, publicado em 1902, pela *RIHGRN*. É inovador porque instala outra racionalidade no exame da questão de limites, isto é, a narrativa deixa de ser apenas um conjunto de argumentações forenses, para conter também elementos próprios do texto histórico.

O artigo *Apontamentos* é um texto produzido por dois juristas, ambos formados pela FDR, com uma finalidade claramente jurídica, qual seja, apresentar uma defesa, e é por essa razão, que no interior da configuração do artigo, podemos identificar as marcas de uma narrativa forense. Foi a problemática em torno dos limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará que mobilizou Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos para a pesquisa histórica e pela escrita da história.

Em uma carta endereçada ao amigo desembargador, publicada em 1912, na ocasião da publicação do seu livro *Capitães-Móres e Governadores do Rio Grande do Norte*, no mesmo ano, Augusto Tavares de Lyra recordava que a prática de ambos em ir aos arquivos com o objetivo de encontrar documentos que comprovassem os direitos do Rio Grande do Norte no litígio com o Ceará, os conduziu ao interesse pelo fazer historiográfico:

¹⁰⁸³ LYRA, Augusto Tavares de; LEMOS, Vicente de Lemos. *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e o Rio Grande do Norte*. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 2. Número 1. 1905. p.14.

A necessidade daquelle momento fez o habito do resto da vida. Terminámos a nossa tarefa: mas ficou o amor ás velharias, que não nos abandonou mais. E d'ahi em diante guiou-nos uma nobre aspiração: dizer das virtudes e dos feitos das gerações que, em dias idos, souberam engrandecer a Patria nesse obscuro recanto do seu territorio e que se foram, legando-nos incomparaveis exemplos de heroica abnegação.¹⁰⁸⁴

Como podemos perceber na carta, o interesse dos autores pela escrita da história e pela pesquisa histórica se deu pelas suas idas aos arquivos. Como nos lembra Michel de Certeau: “Ir aos arquivos é o enunciado de uma lei tácita da história.”¹⁰⁸⁵ É nos arquivos que os historiadores encontram a matéria-prima de sua operação intelectual. Um dos elementos constituintes da *operação historiográfica* anunciada por Michel de Certeau é a prática, ou seja, o gesto de manipular, de separar, de reunir, “de transformar “em documentos” certos objetos distribuídos de ou maneira.”¹⁰⁸⁶ Ao pesquisar em determinado arquivo, o historiador se faz, fazendo-se, praticando, manipulando uma série de documentos, os quais visa redistribuí-los em um outro espaço: a escrita.¹⁰⁸⁷ Nesse sentido, a prática, a forma com que o historiador emprega técnicas e manipula os documentos, faz parte da configuração da sua própria operação intelectual. Em direção semelhante à asserção de Michel de Certeau, Paul Ricœur evidencia que uma das fases da *operação historiográfica*, mais precisamente, a *fase documental*, consiste no fato do historiador ir ao arquivo. É neste gesto de ir em direção à memória arquivada que o historiador inaugura o seu ato de fazer história.¹⁰⁸⁸ Desse modo, a partir das considerações de Michel de Certeau e Paul Ricœur podemos aferir que o gesto de Augusto de Tavares de Lyra e Vicente de Lemos de mobilizarem-se em direção aos arquivos situados no Rio de Janeiro e em Pernambuco e, conseqüentemente, o manuseio, a manipulação e a citação dos documentos neles inscritos, permitiram-lhes a inserção no campo da história. Assim, a necessidade de desenvolver uma peça forense levou os dois autores ao interesse pelo ofício do historiador.

Boa parte dos documentos que eles reuniram para defender o seu estado serviu também para o desenvolvimento de suas futuras pesquisas em história e, por conseguinte, a produção de textos historiográficos. O artigo *Apontamentos* é, em particular, um artigo híbrido, possuindo, ao mesmo tempo, elementos da narrativa forense, como também características de um texto historiográfico.

¹⁰⁸⁴ Carta do DR. A. Tavares de Lyra. In: LEMOS, Vicente de. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. 1912.

¹⁰⁸⁵ CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p.85.

¹⁰⁸⁶ Idem. p.81.

¹⁰⁸⁷ Idem. p.83.

¹⁰⁸⁸ RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 178.

Como já adiantamos, a primeira parte do artigo visa dotar de historicidade a questão de limites entre as duas capitanias. Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos iniciam o artigo tratando acerca da colonização e do processo de conquista da capitania do Rio Grande. Começar o artigo narrando estes eventos teve um propósito: afirmar que os colonos da capitania teriam chegado primeiro ao território contestado, o que reforçaria o argumento da posse ininterrupta da área em questão por meio do instrumento jurídico do *uti possidetis*.

A primeira parte do artigo é, praticamente, uma narrativa cronológica e descritiva dos primeiros anos da colonização e do processo de conquista das duas capitanias. Nela se descreve o malogro dos primeiros momentos das capitanias hereditárias, a doação das sesmarias, as invasões dos franceses e dos holandeses, a construção do Forte e da fundação de Natal pelos colonos Manuel Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque, seguidos, posteriormente, de outros colonos que se espalharam pelo restante do território da capitania, as expedições lideradas por Diogo de Menezes até o rio Jaguaribe em meados de 1630, a subordinação das duas capitanias a Pernambuco etc. Esta maneira de narrar tem a ver com a própria concepção do papel do historiador para Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos. Nenhum dos mencionados eventos históricos é trado sob o signo do *nexo causal*, isto é, uma articulação íntima entre causas e efeitos que configuraria o encadeamento entre os fatos em que o precedente condiciona o posterior.¹⁰⁸⁹ Embora os fatos narrados sejam expostos de maneira cronológica e linear, implicando em certo encadeamento, uma vez que articula determinadas datas as administrações dos governantes das duas capitanias, em momento algum a dinâmica da narrativa dos norte-rio-grandenses utiliza-se do expediente do sistema de causalidade entre os eventos históricos como princípio explicativo. Assim como Wilhelm von Humboldt, a tarefa do historiador, para Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos, estaria na exposição [*Darstellung*] dos acontecimentos.¹⁰⁹⁰ É a partir da narrativa descritiva dos acontecimentos políticos das duas capitanias que o texto vai sendo urdido até chegar em seu verdadeiro objetivo: afirmar que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, não se conheciam os limites territoriais entre elas: “Embora sejam sabidos os nomes de quasi todos os seus governantes, certo é que, em todo esse longo periodo que vai até o começo de século 18º., não conhecemos, entre os actosofficiaes expedidos da metropole para attender a medidas de

¹⁰⁸⁹ Em seu texto *O conceito de história universal [Idee der Universalhistorie]*, publicado em 1831, Leopold von Ranke considerava o *nexo causal* como uma das exigências da pesquisa histórica. RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.) **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p.209.

¹⁰⁹⁰ HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.) **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p.82

administração, nenhum que trace *especial e positivamente* limites ao seu território.”¹⁰⁹¹ Isso não quer dizer que, a despeito do desconhecimento dos limites entre as duas capitanias nestes períodos, não se pudesse comprovar a posse efetiva do Rio Grande do Norte na zona contestada. Conforme os dois norte-rio-grandenses, os documentos administrativos que diziam respeito basicamente às ações dos capitães-mores poderiam auxiliar na constatação da posse. Desse modo, havia uma distinção: por um lado, não haveria nenhum alvará expedido que assinalasse as divisas territoriais entre as capitanias, mas por outro, os documentos oficiais forneciam informações concernentes ao raio de abrangência de cada capitão-mor e sua respectiva capitania. É interessante destacar que os autores do artigo citaram um documento utilizado por Matheus Brandão, o qual afirmava que, no fim do século XVI e começo do XVII, a pacificação de toda a tribo potiguar que compreendida a região do Assú, Apodi e as vertentes do Jaguaribe, teria sido obra de Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor do Rio Grande [do Norte], auxiliado pelos missionários da Companhia de Jesus.¹⁰⁹² Na citação do documento apresentado por Matheus Brandão e apropriado por Tavares de Lyra e Vicente de Lemos fica clara a estratégia dos autores: os documentos *coloniais* não oficializam os limites entre as duas capitanias, portanto, qualquer conclusão a partir deles é frágil nestes termos, porém, as informações neles contidos mostrariam o exercício da posse e jurisdição da capitania do Rio Grande. Nesse caso, para os juristas norte-rio-grandenses, já que não haveria a prova oficial dos limites territoriais, o único meio possível para se averiguar a posse e a jurisdição da área contestada era por meio do *uti possidetis*: “Em face do que fica exposto, verifica-se que a nenhuma das duas capitanias foram assinaladas divisas determinadas; a jurisdição estabeleceu-se pelo *uti possidetis* até onde se estendiam as tribus que eram submettidas.”¹⁰⁹³

Em síntese, para os autores do artigo *Apontamentos*, os documentos mostrariam que a partir de 1612, devido ao processo de colonização e conquista, a capitania do Rio Grande teria atingindo o rio Assú e, em fase posterior, teria se estendido até as vertentes do Jaguaribe, de onde começou a colonização do Ceará, que se dirigiu para o norte: “assentado, portanto, que a capitania do Rio Grande levou sua jurisdição até as vertentes do Jaguaribe, claro fica que a ellas chegavam seus limites, baseados no *uti possidetis*, decorrente da conquista e da colonização.”¹⁰⁹⁴ Documentos como: cartas régias, provisões e atos administrativos, exaustivamente e exegeticamente analisados no decorrer do texto, comprovariam

¹⁰⁹¹ LYRA, Augusto Tavares de; LEMOS, Vicente de. **Op. cit.** p.16-17.

¹⁰⁹² Idem. p.21.

¹⁰⁹³ Idem. p.21.

¹⁰⁹⁴ Idem. p.22.

ininterruptamente a posse e a jurisdição da capitania no Rio Grande na área contestada, como podemos observar no seguinte trecho do artigo:

Ora, diante do facto da ocupação, continuada e ininterruptamente mantida, reconhecida e proclamada pelo proprio presidente do Ceará; comprovada, ora expressa, ora implicitamente, por actos emanados dos governos da Metropole, do Imperio e da Republica; sancionada por decisões legislativas de relevancia indiscutivel, como a aprovação de eleições procedidas perante mesas eleitoraes, que funcionaram no ponto mais importante da zona disputada, o direito do Rio Grande do Norte – que é amparado por cartas regias, provisões e inumeros actos administrativos e a que se contrapõe unicamente a carta regia de 1793, que não o prejudica, e que não pode ser isenta da suspeita de ter sido annullada, pois que foi suspensa – só poderia succumbir ante a prova plena do *titulo* de dominio da parte contraria. E, mesmo assim, restricções haveria a fazer, porque a posse immemorial tem força de titulo: é um titulo inexpugnavel, diz Vatel; é o melhor dos titulos, afirma Barradas.

Si não constam de lei limites *certos e determinados*, a questão, sob o ponto de vista da jurisdição territorial, reduz-se á posse, quem é um facto material que gera direito.¹⁰⁹⁵

Desta feita, o exercício da jurisdição e a posse do território em litígio por parte do Rio Grande [do Norte] desde os tempos coloniais era uma evidência, uma prova, um testemunho, no sentido jurídico do termo, que estaria presente nos documentos.¹⁰⁹⁶ Ora, dessa forma narrar a história coaduna-se com a própria formulação do argumento forense, tornando o texto *Apontamentos* impregnado de uma racionalidade explicativa alicerçada no saber histórico-jurídico. De certa forma, para Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos, história e justiça estariam associados, assim, a história seria uma forma de justiça, como concebiam Heródoto e Luciano de Samósata.¹⁰⁹⁷ Reinhart Koselleck mostra que, desde Heródoto, a historiografia estaria sujeita ao *éthos* da justiça, isto é, que era possível extrair da história uma justiça que lhe é inerente.¹⁰⁹⁸ Esta concepção de história esteve presente no texto de Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos, uma vez que a história da colonização e da conquista das duas capitanias evidenciaria a posse ininterrupta do Rio Grande do Norte, o qual deveria ser

¹⁰⁹⁵ Idem. Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e o Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 3. Número 2, 1905. p.249.

¹⁰⁹⁶ François Hartog nos esclarece o sentido da evidência como prova: “Existe um último sentido da palavra “evidência”, aquele que foi adotado pelo idioma inglês – *evidence* – como sinal, marca, prova, testemunho. De natureza principalmente jurídica e judicial, mas também na área da medicina, esse registro tem sido utilizado pela história. ” HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.13.

¹⁰⁹⁷ Idem.

¹⁰⁹⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudo sobre história. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. P.314-315.

legitimado a partir do instrumento jurídico do *uti possidetis*, o que geraria o direito sobre a zona contestada.

Além da história da colonização e da conquista da capitania, outro elemento foi incluído na argumentação dos autores no artigo *Apontamentos: o divorium aquarium*, princípio de divisão natural, o qual institui-se uma linha imaginária que define os limites territoriais de dois países ou duas regiões, no caso, duas capitanias, a partir das vertentes ou bacias fluviais limítrofes.¹⁰⁹⁹ Esse mecanismo foi amplamente utilizado durante o século XIX, por vários países da América do Sul, como Chile e Argentina, para solucionar questões relacionadas a demarcação de fronteiras em áreas de litígio.¹¹⁰⁰ Em relação à disputa entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, o *divorium aquarium* já tinha sido sugerido como mecanismo de definição de limites entre as duas províncias desde 1867, quando o deputado norte-riograndense, José Maria de Albuquerque Mello, impetrou no Parlamento brasileiro um projeto que estendia a linha divisória, a partir da mencionada divisão natural, da serra do Apodi até o morro do Tibau: “no mesmo projeto ficava claro a intenção do Rio Grande de ter o reconhecimento das autoridades do Parlamento brasileiro sobre a posse legal do terreno compreendido entre a nova linha e o rio Mossoró. Porém, o projeto não chegou a ser votado, nem aprovado.”¹¹⁰¹ Para Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos, o *divortium aquarium* seria também, assim como o *uti possidetis*, uma evidência do domínio da capitania do Rio Grande sobre a área contestada.¹¹⁰² As ribeiras dos rios situadas entre as duas capitanias, mencionadas pelos diversos documentos, provariam a divisão natural entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. Conforme os autores do artigo, os atos administrativos concernentes à extensão territorial das capitanias, expedidos pela metrópole, os quais os juristas citam na documentação, só confirmariam uma divisão que já existia na natureza: “Assinalada pelo *divortium aquarium* a divisão entre as duas capitanias com a separação de suas ribeiras, a metropole, em actos successivos, accentuou clara e terminantemente essa mesma divisão como districtos diferentes.”¹¹⁰³ Foi por esta razão que o Rio Grande do Norte, cuja precedência no processo de conquista e colonização, garantiu-lhe uma acentuada vantagem territorial na linha divisória, graças ao *uti possidetis*, obteve uma extensão geográfica demarcada, naturalmente, pelos vales, serras e ribeiras dos rios: “formado pela cadeia imensa de serras que, começando pelas do Camará e S. Sebastião e prosseguindo por varias

¹⁰⁹⁹ SANHUEZA, Carlos. Um saber geográfico em acción. Hans Steffen y el litigiopatagónico 1892-1902. *MAGALLANIA* (Chile). Volume 40 (1). 2012. 21-44.

¹¹⁰⁰ Idem.

¹¹⁰¹ FERNANDES, Saul Estevam. *Op. cit.* p.36.

¹¹⁰² LYRA, Augusto Tavares de; LEMOS, Vicente de. *Op. cit.* p.23.

¹¹⁰³ Idem. p.25.

chapadas, termina na cordilheira do Apody, que separa as ribeiras deste nome, Upanema e Mossoró da do Jaguaribe.”¹¹⁰⁴ Nesse sentido, os autores do artigo *Apontamentos*, urdiram numa mesma narrativa o instrumento jurídico do *uti possidetis* ao *divortium aquarium*. O *uti possidetis* comprovaria historicamente a posse e a jurisdição da mencionada capitania, enquanto o *divortium aquarium* evidenciaria a prova *natural*, o *testemunho indelével* dos limites entre as capitanias.¹¹⁰⁵ Desse modo, historicamente e naturalmente, o Rio Grande do Norte exerceu, legitimamente, o seu direito de posse e jurisdição na área contestada.

O *divortium aquarium* era um lugar comum entre as defesas do Rio Grande do Norte e do Ceará. Todavia, a polêmica se dava no ponto de referência, isto é, na localização de que rio que se encerrava os limites entre as capitanias. O juiz escolhido pelo Ceará, Matheus Brandão, reconheceu, em seu laudo, que os limites se davam pelo rio Apodi, desde a foz do Oceano, barra do Mossoró, até três léguas acima, compreendendo o sítio do Gois ou *Pau Inficado*, o que tornava a região litigiosa pertencente ao Ceará.¹¹⁰⁶ Para chegar a essa conclusão, Matheus Brandão utilizou-se de muitos argumentos. Dentre eles, o engenheiro-árbitro citou o projeto de 11 de setembro de 1867, apresentado à Câmara dos deputados pelos deputados do Rio Grande do Norte, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e José Maria de Albuquerque Mello, determinando que os limites deveriam ser considerados a partir do *divortium aquarium*, compreendendo a serra do Apodi até onde está termina, prosseguindo ao morro de Tibau.¹¹⁰⁷

Para contraporem-se à alegação de Matheus Brandão, Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos consideravam que a extremidade pelo *divortium aquarium* terminaria da cordilheira do Apodi, separando o rio homônimo, as ribeiras do Upanema e do Mossoró do Jaguaribe.¹¹⁰⁸ A pretensão do Ceará era ir além do Morro de Tibau, ponto em que discordava os autores discordavam. A separação pelo *divortium aquarium* considerava a cordilheira do Apodi que dividia as duas ribeiras de referência, os rios Apodi e Jaguaribe. Para Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos, a ribeira do Apodi tinha como distrito a região do Assú, enquanto ao do Jaguaribe, pertencia ao domínio do Ceará.

De acordo com os juristas norte-rio-grandenses, a região em torno do rio Assú, distrito subordinado ao presídio a capitania do Rio Grande, era o centro gravitacional da economia baseada na criação de gado, o que levou a fundação de inúmeras fazendas em torno das

¹¹⁰⁴ Idem. p.23.

¹¹⁰⁵ Idem.

¹¹⁰⁶ BRANDÃO, Matheus. Explicação relativa aos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XIX. Tomo XIX. 1905. p.283.

¹¹⁰⁷ Idem.

¹¹⁰⁸ LYRA, Augusto Tavares de; LEMOS, Vicente de. **Op. cit.** p.23.

ribeiras do rio Apodi, Upanema e Mossoró.¹¹⁰⁹ Nesse sentido, o desenvolvimento colonial daquela área teria como centro a região da ribeira do Assú que estendia seu raio de influência em direção à zona contestada pelos cearenses.

Para comprovar o domínio que o distrito de Assú possuía na área em torno das ribeiras do Apodi, Upanema e Mossoró, Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos citaram vários documentos dos séculos XVII e XVIII, mormente, cartas de doação de sesmária. O interesse dos autores era contrapor-se à série de documentos publicados pela *RIHAGCE* em 1893, utilizados pela defesa de Matheus Brandão, referentes às sesmarias concedidas em algumas partes daquela região pelo capitão-mor do presídio do Ceará, no período de 1681 a 1683.¹¹¹⁰ A estratégia dos autores do artigo *Apontamentos* era questionar a validade e a legitimidade da documentação publicada pela *RIHGACE* de 1893. Para eles, a grande questão residia no valor que teria os documentos apresentados pelos cearenses, já que o registro das sesmarias era realizado nas provedorias e juntas da fazenda que só foram criadas no Ceará, segundo eles, em 1799: “e antes de 1723, quando foi creado o lugar de ouvidor da capitania, a que ficou unido o de provedor; o Ceará era dependente da provedoria do Rio Grande. De que arquivo foram, pois tiradas as certidões de sesmarias do Ceará?”¹¹¹¹ A crítica passava a tocar em questões até mesmo éticas.

A suspeição dos autores do artigo *Apontamentos* atingia a profundidade crítica ao questionar a procedência dos documentos publicados pela *RIHGACE* de 1893. Não conseguimos identificar nenhuma resposta dos sócios do *Instituto do Ceará* acerca do questionamento levantado por Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos. Para reforçar mais ainda a suposta falta de credibilidade dos documentos apresentados pelos cearenses, os autores do artigo *Apontamentos* mostravam que as informações neles contidos não eram confirmadas por outros historiadores que estudaram o processo de conquista e colonização da capitania. Uma das informações colocadas como duvidosas por Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos dizia respeito ao fato de que o governo do capitão-mor do presídio do Ceará que supostamente teria concedido sesmarias na área em litígio, mencionadas pela revista do IHGCE de 1893, não figuraria na lista apresentada por Varnhagen em sua *História Geral do Brazil*.¹¹¹² É válido destacar que muitos historiadores brasileiros do início do século XX, tomava a obra do Visconde de Porto Seguro como um argumento autoridade, daí a citação de Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos ao livro do prestigiado historiador.

¹¹⁰⁹ Idem. p.28.

¹¹¹⁰ Idem. p.27.

¹¹¹¹ Idem. p.28.

¹¹¹² Idem. p.27.

Afirmar o domínio do distrito do Assú nas ribeiras do Apodi, Upanema e Mossoró era provar que a região litigiosa pertencia à capitania do Rio Grande, já que o *divortium aquarium* teria colocado como limites a cordilheira do Apodi até o morro do Tibau, o que era totalmente controverso para a versão cearense da linha divisória.¹¹¹³

O artigo *Apontamentos* tratou holisticamente da questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. A narrativa compreendeu desde o relato histórico da conquista e da colonização das capitanias até o trâmite da questão na Câmara dos Deputados. Contudo, vale ressaltar que todos os capítulos do artigo *Apontamentos* convergiam para um ponto crucial: a constatação do domínio ininterrupto, portanto, histórico e jurídico, do Rio Grande do Norte na área contestada. Todas as argumentações presentes nos quinze capítulos do artigo serviriam para reforçar a posse e a jurisdição da referida capitania no território em litígio. A estratégia de convergência era encerrar a questão por meio do *uti possidetis*, a única possibilidade para a solvência da problemática em torno da querela dos limites, e, conseqüentemente, o seu posicionamento favorável ao Rio Grande do Norte.¹¹¹⁴

Os argumentos levantados por Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos foram primordiais para assentar a nova defesa do Rio Grande do Norte na questão litigiosa com o Ceará. Depois do estado ter acumulado sucessivas derrotas para o Ceará nas instâncias jurídicas competentes, o político e intelectual baiano, Rui Barbosa, assumiu a posição de procurador do Rio Grande do Norte na questão de limites em 1903, ao atender o convite feito por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão no mesmo ano.¹¹¹⁵ Sobre a motivação de Rui Barbosa nessa questão, o historiador Saul Estevam Fernandes dá a seguinte explicação:

Rui Barbosa apoiou os Albuquerque Maranhão na questão de limites por seu interesse particular na política regional, visando enfraquecer os políticos cearenses. O motivo para essa tentativa surgiu devido o apoio que o grupo dos Accioli ofereceu aos militares na chefia da República. Contrapondo as articulações de Rui Barbosa e Pedro Velho, Antonio Pinto Nogueira Accioli e seu grupo apoiaram o Marechal Deodoro ainda no Congresso Constituinte de 1891.¹¹¹⁶

Além de possuir afinidades políticas com os Albuquerque Maranhão neste momento histórico da República e ter o grupo dos Accioli como adversário político, outros motivos explicam a escolha de Rui Barbosa como advogado do Rio Grande do Norte: o prestígio

¹¹¹³ Idem. p.26.

¹¹¹⁴ Idem. p.402.

¹¹¹⁵ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p. 121.

¹¹¹⁶ Idem.

intelectual que possuía no círculo bacharelesco brasileiro e sua experiência com a questão de limites – quando, em 1899, Rui Barbosa havia sido nomeado para procurador do estado do Rio de Janeiro, impetrando uma Ação Originária contra Minas Gerais por causa de litígios territórios, obtendo sucesso um ano depois.¹¹¹⁷ Outrossim, Tavares de Lyra contribuiu para o agenciamento de Rui Barbosa, ao articular-se com o advogado baiano através de cartas e algumas visitas em seu gabinete.¹¹¹⁸ Além disso, Tavares de Lyra e Vicente de Lemos organizaram e enviaram a documentação que ambos possuíam sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte para auxiliar Rui Barbosa na produção de suas *Razões Finais*.¹¹¹⁹ Tomando como base os textos *Questões de Limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte: Exposição apresentada à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara* (1902) e *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e o Rio Grande do Norte* (1905) de Tavares de Lyra e Vicente Lemos, Rui Barbosa deu “uma nova linguagem e uma nova maneira de dizer o que já havia sido dito, pois os textos eram mutilados, amputados, extraídos e desenraizados do que tinha sido afirmado anteriormente,” fazendo com que “seu processo de leitura, escrita e citação se transformasse em uma releitura.”¹¹²⁰

Apropriando-se os argumentos e os documentos reunidos por Augusto Tavares de Lyra e Vicente de Lemos, ao mesmo tempo, acrescentando suas teses sobre a querela, Rui Barbosa escreveu, em 1904, suas *Razões Finais*, apresentando-a como sua peça jurídica de defesa entregue aos ministros do STF. Quatro anos depois, os ministros reconheceram a validade da defesa apontada por Rui Barbosa, garantindo o direito de posse ao Rio Grande do Norte através do Acórdão de 1908, sendo o parecer corroborado ainda nos dois pareceres posteriores, em 2 de outubro de 1915 e, o último, em 17 de julho de 1920, encerrando a questão a favor do estado.¹¹²¹

Como vimos, os sócios do IHGRN foram extremamente importantes para a defesa do Rio Grande do Norte na questão de limites com o Ceará. Arrolaram documentos e escreveram textos sobre a questão no espaço da revista do IHGRN. O Instituto correspondeu às expectativas do seu principal incentivador e patrocinador: o Estado. Forneceu documentos e textos que auxiliaram na tessitura da defesa final do Rio Grande do Norte. Obviamente, a questão de limites não dizia respeito à construção de um lugar para o estado na memória

¹¹¹⁷ Idem, p. 134.

¹¹¹⁸ Idem.

¹¹¹⁹ LYRA, Augusto Tavares de. Recordando tempos idos. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XLVIII-XLIX. Anos 1951-1952. 1952. p.17.

¹¹²⁰ FERNANDES, Saul Estevam. **Op.cit.** p. 138.

¹¹²¹ Idem. p. 143.

histórica da nação, afinal, o objetivo era outro: garantir a configuração do território do estado em meio à redefinição da racionalidade espacial do país.

Como mostramos nesse capítulo, o IHGRN surgiu do interesse dos políticos e dos homens de letras do Rio Grande do Norte em reunir e coligir uma documentação que pudesse subsidiar a defesa jurídica do estado na questão de limites territoriais com o Ceará. Diferentemente do estado vizinho, o Rio Grande do Norte não tinha uma instituição, como o *Instituto do Ceará*, que pudesse, ao mesmo tempo, coligir e reunir uma documentação e a partir desta produzir uma série de textos que pudesse fazer frente aos sócios do IHGACE. Além disso, boa parte da documentação não se encontrava no Rio Grande do Norte, mas nos arquivos de Recife. Faltavam documentos que pudessem remeter aos primeiros períodos da história da capitania. Partiu do governador Alberto Maranhão a iniciativa de coligir e reunir os documentos referentes ao passado do Rio Grande. Alberto Maranhão sabia dessa necessidade, afinal de contas, escreveu o seu *ensaio histórico* sem fazer uso de nenhum documento. Sem documentos, restou às autoridades políticas e aos homens de letras o empenho de buscá-los em outros estados, mais especificamente, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. A necessidade urgente e pragmática de fornecer documentos para o advogado Coelho Rodrigues, permitiu que a ideia da criação de um instituto, aos moldes do IHGB, ganhasse terreno entre os políticos e letrados do Rio Grande do Norte. A moção político-intelectual assentou as bases da criação do IHGRN.

Em uma das questões mais difíceis para o governo do Rio Grande do Norte no limiar da República, isto é, a querela com o Ceará, o IHGRN empregou a sua revista como um meio de produção de um conhecimento voltado para a causa do estado frente à adversidade política e territorial com o seu vizinho. O IHGRN organizou certa memória do estado, arquivou-a em suas dependências e a publicou em sua revista, mas também construiu uma memória histórica para o Rio Grande do Norte. Foi com o intuito de estabelecer-se como um lugar de organização da memória arquivada e da produção da memória histórica do estado que o IHGRN foi criado. Mostrar como essa memória foi construída é o escopo que buscaremos trilhar a partir de agora.

CAPÍTULO 5 – Escrever história, construir o passado: sobre o tempo da nação e o tempo do Rio Grande do Norte

O IHGRN surge como uma instituição não só responsável por organizar e arquivar o acervo documental do estado, mas também como um *lugar social* de produção em que os sócios da agremiação publicavam seus textos historiográficos.¹¹²² O discurso histórico não constitui-se à revelia do lugar em que o historiador está inserido, pelo contrário, articula-se com o corpo social, que fala à sua maneira, estabelecendo seus limites, suas interdições, suas possibilidades, inscrevendo “num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros.”¹¹²³ É a partir desta particularidade do *lugar social* que os sócios do IHGRN falam e realizam suas pesquisas historiográficas.¹¹²⁴ Obviamente, como nos chama atenção Michel de Certeau, identificar o *lugar social* em que os historiadores estão inseridos não é explicar a história, é preciso considerar as práticas empregadas no fazer historiográfico, bem como a construção de um texto, uma escrita que representa o passado, nomeando-o, encerrando-o, sepultando-o.¹¹²⁵ Em outras palavras, ao analisarmos os textos produzidos pelos sócios do IHGRN, entre 1903-1927, estamos considerando a perspectiva de Michel de Certeau em relação à *operação historiográfica*, isto é, perscrutar o *lugar social*, a prática e a escrita.

Entre os sócios do instituto norte-rio-grandense havia o interesse em construir um passado para o estado, organizando o tempo do Rio Grande do Norte, isto é, fixar sua origem no tempo e o seu lugar nos principais acontecimentos históricos do Brasil, articulando-o ao tempo da nação. Para isso, o IHGRN publicou artigos que obedeciam a determinadas regras do discurso historiográfico, propriamente vinculado à cultura histórica oitocentista. A história produzida pela agremiação emprega dados métodos, faz uso de documentos e a partir deles constrói o texto histórico que pretende ser verdadeiro. Não obstante o seu caráter disciplinar, a historiografia produzida pelo IHGRN auxiliou no processo de construção de certa memória histórica do Rio Grande do Norte, articulando-a à certa memória nacional.

O objetivo desse capítulo é analisar o IHGRN como um *lugar social* de produção de textos historiográficos, evidenciando como estes auxiliam no processo de fabricação da memória história norte-rio-grandense.

¹¹²² CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p.71.

¹¹²³ Idem. p.76-77.

¹¹²⁴ Idem. p.66.

¹¹²⁵ Idem. p.77-109.

5.1 – Fixar o tempo: capitães e fundadores do Rio Grande [do Norte]

O artigo *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses*, publicado na revista do IHGRN, em 1903, foi um dos primeiros a tratar dos anos iniciais da capitania. Assim como o pequeno texto intitulado *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte* que abriu o primeiro número da *RIHGRN* em 1903, o mencionado escrito foi elaborado, provavelmente, pelo secretário da agremiação, Luiz Fernandes Sobrinho.

O próprio título *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses*, considera o Rio Grande do Norte como uma espacialidade contínua, naturalizada, isto é, tratando-a como um lugar que já existia antes mesmo do início do processo de colonização do Brasil. Durante o século XVI, o termo *Rio Grande do Norte* inexistia na documentação referente à capitania. A nomenclatura utilizada pelas autoridades administrativas, eclesiásticas e políticas, pelo menos até o início do século XIX, para designar a área localizada entre as capitanias do Ceará e de Itamaracá era *Rio Grande*. A terminologia *Rio Grande do Norte* só aparece, posteriormente, por volta do século XIX¹¹²⁶, portanto, seu uso pelos sócios do IHGRN é anacrônico. Longe de ser pensado como um erro metodológico ou um pecado do historiador,¹¹²⁷ o anacronismo do termo aparece no referido artigo, como um elemento importante no processo de urdidura entre o passado e o presente dos norte-rio-grandenses. O uso anacrônico da nomenclatura, *Rio Grande do Norte*, para referenciar a capitania do *Rio Grande*, era parte integrante da própria estratégia de se construir uma continuidade espacial e temporal, uma identidade entre o passado e o presente. Em outras palavras, o termo *Rio Grande do Norte* institui a leitura de que tal espacialidade existiu antes mesmo da consolidação da colonização dos portugueses, considerando-a como uma realidade que atravessou o tempo. Não é por acaso que o autor do artigo tenha afirmado que o Rio Grande [do Norte] “foi a primeira terra do Brasil visitada pelos europeus.”¹¹²⁸ Para provar essa asserção, o autor apropriou-se de dois textos: o artigo do desembargador e sócio do IAGP, Adelino Antônio de Luna Freire, publicado pela *RIAGP*, em 1896, intitulado *Colônia Socorro*, e o primeiro volume da *História Geral do Brazil* (1854) de Varnhagen. Os dois escritos narram a expedição sob o comando de Alonso de Hojeda, a qual foi acompanhado por Américo Vespúcio e por João de La Costa, que partiu de Santa Maria de Cádiz, na Espanha,

¹¹²⁶ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.97

¹¹²⁷ LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p.57.

¹¹²⁸ O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903. p.24.

em maio de 1499, com destino as Índias Ocidentais, supostamente desviando-se da rota traçada, aproximando-se do delta do rio Assú e/ou Apodi, localidades que, posteriormente, pertenceriam a capitania do Rio Grande.¹¹²⁹ Antes mesmo da publicação do artigo de 1903, Alberto Maranhão já havia aludido à presença espanhola nas terras da capitania do Rio Grande em seu *Ensaio* de 1899:

E' tradição em alguns pontos do Estado que, mesmo antes da chegada casual de Pedro Alvares Cabral a Porto Seguro, já tinha sido o territorio do Rio Grande do Norte visitado por alguns navegadores d'aquella epocha afanosa lide descobridora – seculos XV e XVI.

De uma noticia que recebi do Apody, aproveitada para a descripção historica, geographica e economica dos municipios do Estado que apresentei em um dos ultimos relatorios da Secretaria do Governo, consta que, já em 1499, os navegadores Alonso de Hojeda e Americo Vespucio acompanhados pelo piloto biscahinho João de La Cosa, chegaram, pelo rio Mossoró ou Apody, até a lagôa Itabú (pedra preta) hoje denominada Apody.

(...)

Não e' inverossimil essa tradição conservada pelos velhos habitantes d'aquella localidade.¹¹³⁰

Diferentemente do autor do artigo de 1903, Alberto Maranhão baseou sua alegação na tradição oral dos habitantes da região em torno do rio Apodi. O primeiro vice-presidente do IHGRN não citou nenhuma documentação ou texto que pudesse respaldar tal asserção, apropriando-se, exclusivamente, do discurso da tradição oral – a despeito de todas as ressalvas que os historiadores oitocentistas tinham com relação à oralidade. Embora partam de referências distintas, o autor do texto *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses* e Alberto Maranhão partilham a mesma ideia de que o Rio Grande [do Norte] foi o primeiro lugar a ser visitado pelos europeus, o que demonstra ser uma tese bastante aceita entre os letrados norte-rio-grandenses do final do século XIX e início do XX. Contudo, a questão extrapola a simples evidência da visitação dos espanhóis no Rio Grande, um ano antes da chegada dos portugueses em Porto Seguro. Isso quer dizer que, para a historiografia rio-grandense do norte do início do século XX, a origem do Brasil encontrava-se no Rio Grande do Norte e não na Bahia. Desse modo, o episódio da expedição de Alonso de Hojeda no delta do Assú ou do Apodi, em 1499, assinalaria um outro lugar a ser ocupado pelo Rio Grande do Norte na memória histórica da nação: o início da história do país. É válido destacar que a chegada dos povos europeus no Brasil, isto é, o seu *descobrimento* era considerado

¹¹²⁹ Idem; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil**. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854. p.25.

¹¹³⁰ MARANHÃO, Alberto. **Op. cit.** p.16-17.

como marco fundador da nação. Não é sem razão que na *História do Brasil (1500-1627)*, de frei Vicente Salvador, de 1627, na *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, publicada em Lisboa em 1730, e no volume inicial da *History of Brazil* (1801) de Robert Southey, o *descobrimento do Brasil* é colocado logo nos primeiros capítulos destas obras, construindo a ideia de que a origem da até então colônia lusitana estava associada à chegada dos povos europeus na América. Varnhagen também endossou essa leitura – pelo menos na primeira edição da *História Geral do Brasil* (1854), vindo, posteriormente, a modificar a disposição dos capítulos.¹¹³¹ Para os sócios do IHGRN, era relevante afirmar a primazia do Rio Grande no episódio das *descobertas da América*, tendo em vista o interesse em conferir para o estado um lugar na construção da memória histórica do Brasil.

Além da narrativa acerca da expedição espanhola no Rio Grande, o autor de *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses* apresentou, laconicamente, os momentos iniciais da capitania, destacando a sua doação feita pelo rei de Portugal, Dom João III, ao capitão donatário, João de Barros, em 1534, e o malogro deste na primeira tentativa de colonizá-la.¹¹³² No restante do artigo, o autor copiou *ipsis litteris* os três capítulos do livro IV da *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador, referente à conquista da capitania do Rio Grande. O escopo do autor era estabelecer, sucintamente, os marcos iniciais do Rio Grande [do Norte] para que outros escritos pudessem abordar, especificamente, cada quinhão dos primeiros momentos da sua história.

Um ano após a publicação do artigo de 1903, Luiz Fernandes Sobrinho publicou um texto, intitulado *Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte*. O escrito do secretário do Instituto enquadrava-se no conjunto de publicações do IHGRN, concernentes ao período da conquista da capitania. O texto foi publicado em duas partes, nas revistas de 1904 e 1905, cada uma tratando dos dois primeiros capitães-mores do Rio Grande: Jerônimo de Albuquerque e João Rodrigues Colaço. Possivelmente, a ideia inicial era abranger as administrações políticas ocorridas nos períodos da capitania e da província do Rio

¹¹³¹ De acordo com Temístocles Cezar, na segunda edição da obra, de 1877, Varnhagen alterou a ordem dos capítulos, provavelmente em função da polêmica com o geógrafo francês D'Avezac, que o severamente criticara a disposição original dos primeiros capítulos da edição de 1854: “Assim, os capítulos VII, dedicado à “Descrição do Brasil”, e o VIII, “Dos índios do Brasil em geral” da primeira edição tornam-se, na publicação de 1877, respectivamente os capítulos I e II. Varnhagen, entretanto, defende-se mostrando que havia prevenido seus leitores ainda na primeira edição da *Historia geral*, em uma nota ao final do tomo I, indicando que os capítulos compreendidos entre o VII e o X poderiam ser deslocados para o início sem alterar a harmonia da obra. A disposição original teria sido estabelecida pois lhe havia parecido o caminho mais correto para integrar o Brasil à história da humanidade.” CEZAR, Temístocles. **A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis**. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p.30-31.

¹¹³² O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903. p.25.

Grande [do Norte]. Todavia, Luiz Fernandes interrompeu seu trabalho. Tudo indica que os artigos sobre a naturalidade de Camarão e os textos sobre a imprensa norte-rio-grandense, publicados no mesmo período, tenham feito o sócio do IHGRN desistir de terminar seu trabalho sobre os capitães-mores e governadores Rio Grande [do Norte].¹¹³³

De certa forma, o artigo de Luiz Fernandes fez um movimento semelhante ao texto *Catálogo dos capitães môres e governadores da capitania do Rio Grande do Norte* (1854) de Gonçalves Dias. Inclusive, como podemos observar os títulos dos textos são praticamente o mesmo. Como analisamos no primeiro capítulo, o catálogo do sócio do IHGB expunha uma relação cronológica dos capitães e governadores que administraram a capitania de 1663 a 1824. Vimos também que a justificativa para o recorte do catálogo de Gonçalves Dias deu-se devido ao problema geral da documentação concernente ao período anterior ao domínio holandês. Não obstante a questão precária dos arquivos da província, o sócio do IHGB utilizou-se da documentação que dispunha para conferir uma periodização que organizasse cronologicamente a história política do Rio Grande do Norte. É neste quesito que os dois trabalhos se aproximam. Embora não mencione o *Catálogo* de Gonçalves Dias, Luiz Fernandes intenciona dar continuidade e/ou preencher as lacunas deixadas pelo trabalho do letrado maranhense. Contudo, o fez de maneira distinta. O secretário do IHGRN não produziu uma lista breve e geral dos períodos que cada capitão-mor e/ou governador administrou a capitania e a província do Rio Grande [do Norte], como fizera Gonçalves Dias. Luiz Fernandes abordou outros aspectos que foram além da formalidade do início e do término do governo de cada capitão-mor da capitania.

Na parte destinada ao segundo capitão-mor da capitania, João Rodrigues Colaço, poucas foram as informações fornecidas por Luiz Fernandes. A narrativa, praticamente, se resumiu em comprovar com rigor qual seria o início e o término do governo de Colaço. Porém, diferentemente do *Catálogo* de Gonçalves Dias, Luiz Fernandes preocupou-se em apresentar, mesmo que sucintamente, alguns dados da biografia de João Rodrigues Colaço,

¹¹³³ Apesar de tratar de um período não abarcado pelo *Catálogo* de Gonçalves Dias, o texto de Luiz Fernandes foi uma obra incompleta. Apenas em 1912, é que o desembargador e até então presidente do IHGRN, Vicente de Lemos, publicou o livro *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, dedicado à narrativa dos principais acontecimentos ocorridos nas administrações políticas do Rio Grande [do Norte], desde a sua conquista e colonização em 1598, até a independência em 1822. A estrutura da obra era semelhante ao artigo de Luiz Fernandes, isto é, uma narrativa sucinta dos principais acontecimentos ocorridos nas administrações dos capitães-mores e governadores do Rio Grande [do Norte]. Diferentemente da *História do Rio Grande do Norte* (1921) de Augusto Tavares de Lyra, o livro de Vicente de Lemos não construiu um sentido geral para a história Rio Grande do Norte, tendo em vista que o intuito era apenas trazer informações mais genéricas sobre as administrações dos governadores. Conferir: LEMOS. Vicente de. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia do *Jornal do Commercio*. 1912.

especialmente, em relação à sua família.¹¹³⁴ Contudo, se comparado à narrativa destinada ao segundo capitão-mor, Luiz Fernandes reservou um espaço bem maior para tratar sobre a vida e o governo de Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Luiz Fernandes descreveu, inicialmente e laconicamente, alguns elementos da biografia do primeiro capitão-mor do Rio Grande.¹¹³⁵ O autor relata a filiação, portuguesa e indígena, de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, bem como a sua formação educacional e militar realizadas em sua terra natal, Pernambuco.¹¹³⁶ O traço mais destacado da biografia do capitão-mor foi a participação em expedições de conquista da capitania pernambucana, a qual guerreou contra grupos indígenas do sertão.¹¹³⁷ Segundo Luiz Fernandes, foi a sua habilidade e experiência na arte da guerra que o levou a ser escolhido pelo capitão-mor de Pernambuco, Manoel Mascarenhas Homem, para comandar uma das companhias de *gente de pé* em direção à conquista da capitania do Rio Grande.¹¹³⁸ Qualificado como bravo e homem de valor, Jerônimo de Albuquerque é descrito como uma figura de proa no processo de conquista do Rio Grande. Seu nome aparece sempre atrelado ao auxílio do capitão-mor, Mascarenhas Homem, que ao terminar o conflito com os franceses e os índios potiguares no Rio Grande, fundou a primeira marca da conquista da capitania: a construção do Forte dos Reis Magos em 6 de janeiro de 1598.¹¹³⁹ Manoel Mascarenhas Homem é alçado, assim, como o fundador da capitania do Rio Grande.

Conforme Luiz Fernandes, ao finalizar a construção do Forte, em 1598, Manoel Mascarenhas Homem deixou-o sob o comando de Jerônimo de Albuquerque Maranhão. A data do término da fundação do Forte, em 1598, e a nomeação de Jerônimo de Albuquerque como capitão-mor definiam o início da história do Rio Grande como capitania. O ponto central dessa narrativa era fixar, temporalmente, o início do Rio Grande como um território pertencente a Coroa Portuguesa. Se o relato da chegada dos espanhóis ao delta do Assú ou Apodi, em 1499, marcava a instituição da origem do Rio Grande do Norte no tempo, então a narrativa sobre a conquista da capitania fixava a sua origem como território português.

Para os membros do IHGRN, estabelecer datas, acontecimentos e personagens fundadores da capitania, isto é, construir um passado, era extremamente importante para a constituição de certa memória histórica do Rio Grande do Norte. É por essa razão que Luiz

¹¹³⁴FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Número 1. Volume 3. 1905. p.9.

¹¹³⁵ Idem. Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Número 1. Volume 2. 1904. p.3.

¹¹³⁶ Idem.

¹¹³⁷ Idem. p.3-4.

¹¹³⁸ Idem. p.4.

¹¹³⁹ Idem.

Fernandes fez questão de evidenciar quais seriam os primeiros fundadores e capitães-mores da capitania. Isso explica, em parte, a razão pelo qual o fez defender a tese de que Jerônimo de Albuquerque de Maranhão foi o primeiro capitão-mor da capitania do Rio Grande.¹¹⁴⁰ Todavia, essa discussão não era uma unanimidade entre os historiadores.

Assim como Manoel Ferreira Nobre, Luiz Fernandes e seus consócios do IHGRN, advogavam Jerônimo de Albuquerque Maranhão como o primeiro capitão-mor da capitania do Rio Grande.¹¹⁴¹ Nesse ponto, o secretário do IHGRN discordava de Varnhagen. No anexo final do segundo volume da *História Geral do Brazil* (1857), Visconde de Porto Seguro afirmara que Mascarenhas Homem tinha sido o primeiro capitão-mor da capitania: “Parece-me – *data venia* – ter-se enganado o grande historiador Brasileiro, dizendo, embora, na citada nota constarem as nomeações dos primeiros capitães-mores da Capitania – das chancelarias dos respectivos reis na Torre do Tombo.”¹¹⁴² A despeito da afirmação de Varnhagen, Luiz Fernandes argumentava que ao ser impelido, juntamente com Feliciano Coelho, para liderar o processo de conquista do Rio Grande, Manoel Mascarenhas Homem não teria perdido o seu posto de capitão-mor de Pernambuco.¹¹⁴³ Embora distante temporariamente de sua capitania, Manoel Mascarenhas Homem continuou governando-a. Logo, não poderia ter sido capitão-mor de duas capitanias ao mesmo tempo, entregando, segundo Luiz Fernandes, o governo a Jerônimo de Albuquerque.¹¹⁴⁴ É importante frisar que ele não estava questionando a credibilidade do documento citado por Varnhagen, mas sim a sua interpretação: “Portanto, si algum acto existe registado no archivo do Torre do Tombo ligando ao Rio Grande do Norte o nome de Manuel Mascarenhas, é bem provavel que seja a ordem regia em que diretamente lhe era commettida a empresa dessa conquista.”¹¹⁴⁵ Desse modo, Luiz Fernandes interpretava que o documento aludia à ordem de conquista da capitania e não à nomeação de sua governadoria, como acreditava Varnhagen. Por outro lado, havia ainda a alegação de que Jerônimo de Albuquerque tinha sido nomeado apenas como capitão do forte e não da capitania, o que foi refutado, peremptoriamente, por Luiz Fernandes. Conforme este, a nomeação para ser capitão do forte implicava, diretamente, na investidura do governo da capitania.¹¹⁴⁶ Para comprovar seu argumento, o secretário do IHGRN citou um trecho de uma carta de sesmaria concedida pelo próprio Jerônimo de Albuquerque Maranhão em 7 de janeiro de 1605, a qual trazia a

¹¹⁴⁰ Idem.p.6.

¹¹⁴¹ FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Número 1. Volume 2. 1904. p.6.

¹¹⁴² Idem.

¹¹⁴³ Idem. p.6-7.

¹¹⁴⁴ Idem. p.7.

¹¹⁴⁵ Idem.

¹¹⁴⁶ Idem. p.8.

informação que este era, ao mesmo tempo, capitão-mor da Fortaleza dos Reis Magos e da capitania do Rio Grande.¹¹⁴⁷

O interesse em definir Jerônimo de Albuquerque Maranhão como o primeiro capitão-mor do Rio Grande não era desinteressado. É importante frisar que a família Albuquerque Maranhão era o principal grupo político do estado no início da República, e que mantinha laços bem próximos com a maior parte, senão todos, dos membros do IHGRN. Luiz Fernandes Sobrinho, assim como os seus consócios, está diretamente atrelado ao grupo familiar. Não é por acaso o seu interesse em defender Jerônimo de Albuquerque Maranhão como o primeiro capitão-mor do Rio Grande. A estratégia discursiva de Luiz Fernandes constrói uma leitura de continuidade do Albuquerque Maranhão do passado com os do presente. Desta maneira, o domínio dos Albuquerque Maranhão no presente encontra sua legitimidade política no passado, evidente a partir de Jerônimo de Albuquerque no governo da capitania.

Ao colocar no centro de sua narrativa as figuras de Manoel Mascarenhas Homem e de Jerônimo de Albuquerque, Luiz Fernandes contribuiu para a instituição dos personagens fundadores da capitania do Rio Grande. Cada um destes é posicionado em um lugar distinto na formação da capitania. Enquanto Manoel Mascarenhas Homem foi alçado à condição do conquistador do Rio Grande [do Norte] e construtor do Forte dos Reis Magos, Jerônimo de Albuquerque foi o seu primeiro capitão-mor, além de pacificador dos índios *Potyguares* e o responsável pela fundação da cidade do Natal em dezembro de 1599.¹¹⁴⁸ Dessa forma, as datas, os acontecimentos e personagens fundadores narrados por Luiz Fernandes, fixam a *origem* do Rio Grande [do Norte] no tempo, recolhendo em uma totalidade fechada os elementos dispersos na memória histórica do estado.

O texto de Luiz Fernandes não foi o único a tratar do processo de conquista e colonização da capitania do Rio Grande. Em 1918, Augusto Tavares de Lyra, um dos sócios fundadores do grêmio, publicou o artigo *A colonização da capitania do Rio Grande*. Este texto já havia sido publicado, em 1914, na *RIHGB*, fazendo parte, posteriormente, de um dos capítulos do livro *Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte* (1918).

Se o texto de Luiz Fernandes dedicou-se a tratar de maneira mais geral a conquista da capitania, o artigo de Tavares de Lyra esmerou-se em especificar a ação de um personagem nesse processo: Jerônimo de Albuquerque. Este é alçado à condição de fundador do Rio Grande e de Natal. Tavares de Lyra começa seu texto apresentando a ancestralidade de

¹¹⁴⁷ Idem.

¹¹⁴⁸ Idem. p.9.

Jerônimo de Albuquerque. Segundo Tavares de Lyra, o considerado *conquistador do Rio Grande* é fruto do relacionamento entre Jerônimo de Albuquerque com uma índia, a filha de *Arco Verde (Uirã ubi)*, a qual, depois de batizada, tomara o nome de Maria do Espírito Santo.¹¹⁴⁹ Para explicar a relação entre o colono e a índia, Tavares de Lyra a compara a história de John Smith, um colono inglês, e a índia *Pocahontas*. É válido salientar que a comparação entre as experiências colonizadoras entre índios e colonos do Brasil e dos Estados Unidos não era incomum entre os letrados brasileiros. Em alguns romances românticos brasileiros, publicados no oitocentos, como os de José de Alencar, por exemplo, é perceptível não só a intertextualidade com a produção romancista americana do mesmo período, mas também a analogia entre os relatos referentes ao passado da conquista e da colonização do Brasil com os dos Estados Unidos – apesar dessas aproximações literárias serem negadas, muitas vezes, por alguns agentes da intelectualidade brasileira.¹¹⁵⁰

John Smith era diretor do primeiro núcleo de colonos estabelecido nas possessões inglesas da América do Norte, mais especificamente na Virgínia, às margens do *James River*. A principal responsabilidade de John Smith era explorar aquela região e estabelecer a paz com os indígenas.¹¹⁵¹ Em uma de suas excursões nas florestas do interior, o colonizador foi pego pelo chefe da tribo, *Powhatan*, que o condenou à morte. Todavia, no momento de sua execução, sua filha, *Pocahontas*, interveio, salvando-lhe da condenação. Graças à intercessão da índia, segundo Tavares de Lyra, John Smith foi posto em liberdade, dando continuidade à obra de conquista dos ingleses.¹¹⁵² A partir dessa narrativa, Augusto Tavares de Lyra estabelece uma analogia entre os dois relatos: “Foi também pela intervenção da filha de um maioral dos Índios que em 1548 Jeronymo de Albuquerque escapou á morte, quando já condemnado a ser repasto de selvagens.”¹¹⁵³

Jerônimo de Albuquerque, pai, foi um dos colonos responsáveis pela conquista da capitania de Pernambuco. Juntamente com o seu cunhado, Duarte Coelho, donatário da referida capitania, Jerônimo de Albuquerque ajudou a conquistá-la, não medindo esforços no combate aos índios da região. Em uma de suas lutas contra os indígenas, Jerônimo de

¹¹⁴⁹LYRA, Augusto Tavares de. A colonização da capitania do Rio Grande. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1918. p.7.

¹¹⁵⁰ Sobre um estudo comparativo da produção do romance romântico no Brasil e nos Estados Unidos, durante o século XIX, conferir o seguinte trabalho: FREITAS, Renata Dal Sasso. **Páginas do novo mundo: um estudo comparativo entre a ficção de José de Alencar e James Fenimore Cooper na formação dos estados nacionais brasileiro e norte-americano no século XIX**. 152f. 2008 – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

¹¹⁵¹ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.6.

¹¹⁵² Idem.

¹¹⁵³ Idem.

Albuquerque foi capturado por estes, caindo em seu poder no dia 2 de janeiro de 1548, sendo condenado, juntamente com os seus companheiros, ao “horrible sacrificio da anthropophagia.”¹¹⁵⁴ Conforme Tavares de Lyra, antes mesmo de ser condenado, a filha de *Arco Verde*, chefe da horda vencedora, conseguiu arrancá-lo do cativo: “E assim o rei do coração da enamorada filha do morubixaba dominou por ella os selvagens, que vivendo em paz duradoura, deram mais tarde aos Portuguezes apoio decisivo na conquista de todo o Norte.”¹¹⁵⁵ Jerônimo de Albuquerque, o conquistador do Rio Grande, era, deste modo, fruto da relação entre Jerônimo de Albuquerque, seu pai, e a índia filha de *Arco Verde*. Portanto, Jerônimo de Albuquerque era um herói mameluco.¹¹⁵⁶

É importante ressaltar que todas as informações sobre o episódio da suposta paixão da índia por Jerônimo de Albuquerque e sobre a biografia do seu filho foram leituras que Tavares de Lyra fez do primeiro volume da obra *Anno Biographico Brasileiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1876.¹¹⁵⁷ Tavares de Lyra não citou nenhum documento histórico para corroborar com esse tipo de informação, tudo indica por desconhecimento. O letrado norte-rio-grandense cita, sem questionar o seu possível teor ficcional, a informação fornecida pelo romancista brasileiro. Nesse caso, a citação da obra de Joaquim Manoel de Macedo servia como elemento fundamental de preenchimento das informações necessárias para a construção da ancestralidade e dos aspectos gerais da biografia de Jerônimo de Albuquerque, o conquistador do Rio Grande e fundador de Natal.

A partir da narrativa de Joaquim de Manoel Macedo, Augusto Tavares de Lyra destacou diversas virtudes de Jerônimo de Albuquerque. O *conquistador* é descrito como um herói bravo, indômito, ilustre, famoso, instruído nas letras, que com seu devotamento e bravura, serviu a *Pátria*.¹¹⁵⁸ Como se sabe, no período colonial o Brasil ainda não era uma nação. Todavia, ao sinalizar que Jerônimo de Albuquerque tinha servido à *Pátria*, o interesse de Augusto Tavares de Lyra era o de reforçar a ideia de que a nação desde sempre existira e que, portanto, o pertencimento nacional já se encontraria na experiência colonial. Dessa

¹¹⁵⁴ Idem. p.7.

¹¹⁵⁵ Idem.

¹¹⁵⁶ Idem.

¹¹⁵⁷ Segue o trecho da obra de Joaquim Manoel de Macedo: “Jeronymo de Albuquerque objecto do amor, e rei do coração da enamorada filha de Arco Verde, por ella dominou sobre a horda selvagem, fez christã essa índia que recebeu no baptismo o nome de Maria do Espirito Santo, abençoou e legitimou o primeiro fructo de sua união, á quem deu seu nome, Jeronymo de Albuquerque (em 1599 conquistador do Rio-Grande do Norte, e em 1614 vencedor dos francezes no Maranhão).” MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Volume I. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artistico. 1876. p.250.

¹¹⁵⁸ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.8.

forma, Jerônimo de Albuquerque não era apenas um conquistador da capitania do Rio Grande, mas um importante personagem da nação como um todo.

A continuação da construção do Forte dos Reis Magos, as lutas e os consequentes acordos de paz com os índios e a fundação de Natal formam o conjunto da obra de Jerônimo de Albuquerque.¹¹⁵⁹ Apesar do mérito de suas ações residir em uma escala mais local, o Rio Grande, suas realizações nessa capitania sinalizavam um interesse que contribuiria, antes de tudo, para construção e conquista da própria *Pátria*.

O escopo da narrativa de Tavares de Lyra é nítido: visa eleger Jerônimo de Albuquerque como um dos grandes personagens da história do Rio Grande [do Norte] do período colonial. Em outras palavras, Jerônimo de Albuquerque é o seu herói fundador. É por essa razão que Tavares de Lyra fez questão de contribuir para o desfecho da discussão em torno do primeiro capitão-mor da capitania. A polêmica é a mesma do artigo de Luiz Fernandes: quem foi o primeiro capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque ou João Rodrigues Colaço? Tavares de Lyra cita vários documentos, inclusive, publicados pela própria *RIHGRN*, para comprovar que Jerônimo de Albuquerque foi, de fato, o primeiro capitão-mor e não João Rodrigues Colaço.¹¹⁶⁰ Em tempos de construção da memória norte-rio-grandense, era imperioso aos sócios do IHGRN, como Tavares de Lyra e Luiz Fernandes Sobrinho, resolver todas as polêmicas em torno dos fundadores do Rio Grande [do Norte]. Os marcos teriam de ser fixados e sobre eles não deveria pairar nenhuma dúvida sob pena de fragilizar a própria memória que estava sendo produzida no interior do Instituto. Aos membros do IHGRN fazia-se necessário depurar, esquadrihar e fixar as informações concernentes ao passado remoto do estado. Por esse motivo era tão caro aos primeiros sócios, investigar e estabelecer quais seriam os heróis e os acontecimentos históricos fundantes do Rio Grande do Norte. Como já mencionamos anteriormente, era imprescindível ao IHGRN definir uma temporalidade para o Rio Grande do Norte em consonância com o tempo da nação. Isso explica, em parte, a preocupação de Tavares de Lyra em afirmar, prontamente, Jerônimo de Albuquerque como o personagem central da conquista e da colonização do Rio Grande. Afirmamos “em parte” por uma razão simples: a escolha de Jerônimo de Albuquerque diz respeito não só com uma demanda identitária, urgente para os interesses em torno da construção da memória norte-rio-grandense, mas também por uma questão concernente ao uso político do passado, afinal o

¹¹⁵⁹ Idem. p.11-12.

¹¹⁶⁰ Um dos documentos citados por ele foi publicado na edição de 1908 da *RIHGRN*. Conferir: Archivo. In: *RIHGRN*. Natal. Volume VI. Número. 1908. p.138-142.

referido personagem é considerado um ancestral da família Albuquerque Maranhão, a qual Tavares de Lyra fazia parte:

E' incontestavel que foi de valiosa importancia para Jeronymo de Albuquerque a assistencia sollicita, que lhe dispensou d. Diogo de Meneses, como já lhe haviam dispensado os seus antecessores; mas não ha negar que a elle mais diretamente cabem, como governador da capitania extrema dos dominios portuguezes, as glorias e os triumphos alcançados no avanço da colonização. E, si relevantes já eram os seus serviços, maiores seriam mais tarde, quando, num rasgo de justo e legitimo orgulho, sellaria a capitulação de La Ravardière, em 27 de Novembro de 1614, com o sobrenome de Albuquerque Maranhão, que passou aos seus descendentes, lembrando, através della, a grandeza da victoria que obtivera na opulenta região, donde havia expellido os Francezes.¹¹⁶¹

Como fica nítido nesse excerto, a menção à família Albuquerque Maranhão é costurada a partir da narrativa da ação de Jerônimo de Albuquerque no passado da capitania. Os descendentes de Jerônimo de Albuquerque estão governando o presente do Rio Grande do Norte. O passado é chamado a legitimar o governo do presente. É imperioso assinalar que esse texto havia sido publicado nos anos 10, momento em que a família Albuquerque Maranhão estava em declínio na política norte-rio-grandense. Nesse sentido, em tempos de crise política da referida organização familiar, nada mais legitimador e poderoso do que construir uma narrativa que evidencie os Albuquerque Maranhão como parte integrante da memória histórica do estado.

Apesar de Tavares de Lyra focar as ações de Jerônimo de Albuquerque na administração da capitania do Rio Grande, seu texto não finaliza com o referido personagem. Depois de relatar as realizações de Jerônimo de Albuquerque, durante o seu governo na capitania, Tavares de Lyra encerra seu texto, citando, brevemente, uma lista de acontecimentos de ordem política e social que ocorreram na capitania, antes da *invasão holandesa* em 1633. Tavares de Lyra não se debruçou sobre esta temática no artigo *A colonização da capitania do Rio Grande*. Ele reservou uma narrativa particular para tratar acerca do domínio holandês no Rio Grande.

5.2 – Articular o tempo da nação ao tempo do Rio Grande [do Norte] (1): narrativas sobre o domínio holandês

¹¹⁶¹ Idem. p.26.

Além dos textos concernentes aos elementos fundadores da capitania, os artigos que debruçaram sobre o episódio do domínio holandês no Rio Grande [do Norte] e o processo de independência na capitania contribuíram também para a organização do tempo da *pátria*. No entanto, a estratégia era outra, qual seja: evidenciar o lugar do estado nos principais acontecimentos históricos da Brasil, articulando o tempo do Rio Grande do Norte ao tempo da nação. Se os artigos *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses* (1903), *Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte* (1904/1905) e *A colonização da capitania do Rio Grande* (1918) cumpriam o papel de fixar os fundadores e a origem do Rio Grande do Norte no tempo, os textos sobre o domínio holandês e o movimento da Independência na capitania colocavam em relevo a sua participação em acontecimentos importantes da memória nacional.

Alfredo Ferreira de Carvalho e Augusto Tavares de Lyra foram os autores dos primeiros artigos sobre o domínio holandês no Rio Grande [do Norte], publicados pela *RIHGRN*. O primeiro tornou-se sócio correspondente do IHGRN, ainda em 1903, enquanto o segundo foi um dos fundadores da agremiação.¹¹⁶²

Nascido em Recife, em 27 de junho de 1870, Alfredo Ferreira de Carvalho foi um dos principais colaboradores da produção intelectual do IAGP, especialmente aquela voltada para os estudos relacionados à história de Pernambuco.¹¹⁶³ Formado em engenharia civil, Alfredo de Carvalho participou de uma ampla rede de sociabilidade intelectual no Brasil, contribuindo, a partir da sua escrita, com várias instituições beletísticas, sobretudo, nas áreas de história e de crítica literária, vindo a substituir Joaquim Nabuco na *Academia Brasileira de Letras* (ABL).¹¹⁶⁴ Desde o final do século XIX, alguns homens de letras do Rio Grande do Norte mantinham certa aproximação com Alfredo de Carvalho. Inclusive, em 1898, o historiador pernambucano tornou-se sócio correspondente do *Gremio Polymathico*, publicando dois artigos na *RRN*.¹¹⁶⁵

Em relação à produção na *RIHGRN*, Alfredo de Carvalho publicou, em 1904, uma tradução da monografia de John C. Branner, intitulada *Geology of th Northeast Coast of Brazil*, publicada pelo *Bulletin of the Geological Society of America* em fevereiro de 1902, além dos artigos: *Minas de outro e prata no Rio Grande do Norte* (1905), *Os Holandezes no*

¹¹⁶² Alfredo Ferreira de Carvalho tornou-se sócio correspondente do IHGRN no dia 6 de dezembro de 1903, juntamente com os pernambucanos, Major José Domingues Codoceira, João Batista Regueira Costa, Eduardo Tavares de Mello. ACTA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 2. 1905. p.462.

¹¹⁶³ Dr. Alfredo de Carvalho. In: **Diário de Pernambuco**. Recife. 24 de junho de 1916.

¹¹⁶⁴ Dr. Alfredo de Carvalho. In: **Jornal do Recife**. Recife. 24 de junho de 1916.

¹¹⁶⁵ Os artigos publicados foram: *Catalogo dos jornaes do Rio Grande do Norte (1832-1898)* (1898) e *O Recife de Pedra do Rio Grande do Norte* (1899).

Rio Grande do Norte (1625-1654) (1906), *Segunda jornada de Pieter Persijn em busca das minas de Itabayana – 1650* (1907) e *A tragedia do Nyenburg – episodio dos tempos coloniaes* (1907). Com exceção deste último, todos os outros textos referem-se à temática do domínio holandês. Não é simples coincidência que este tema tenha sido um dos mais recorrentes na produção de Alfredo de Carvalho no IAGP.¹¹⁶⁶

Os artigos *Minas de outro e prata no Rio Grande do Norte* (1905) e *Segunda jornada de Pieter Persijn em busca das minas de Itabayana – 1650* (1907) dizem respeito às suspeitas que o *Conselho do Brasil Holandês* tinham em relação às possíveis jazidas de ouro e de prata encontradas no rio *Cunhaú*, na capitania do Rio Grande.¹¹⁶⁷ Assim como os portugueses e espanhóis, os holandeses, conforme Alfredo de Carvalho, nutriam *intuitos secretos* de apoderar-se de possíveis minas de metais preciosos presentes no *Brasil oriental*.¹¹⁶⁸ Movidos pelos rumores de fartas minas de prata em vários pontos do território brasileiro, os holandeses decidiram promover algumas expedições em 1639, em áreas próximas ao rio *Cunhaú*. Contudo, segundo Alfredo de Carvalho, as suspeitas não se confirmaram: “Só em 1645 deparamos com a notícia de uma nova expedição, mais demorada, porém não menos infructifera do que as anteriores.”¹¹⁶⁹

A nova expedição, ocorrida em 1645, deu-se graças às informações fornecidas pelo capitão, João de Albuquerque, preso no Forte dos Reis Magos,¹¹⁷⁰ que, em troca da sua liberdade, forneceu detalhes sobre a localização de supostas minas de prata junto ao monte *Itabayana*.¹¹⁷¹ O *Supremo Conselho do Brasil Holandês*, induzido pelas informações de João de Albuquerque, enviara Pieter Persijn, comandante dos Tapuias, para descobrir as minas que o capitão prisioneiro assegurava existir no mencionado monte. De acordo com Alfredo de Carvalho, mais uma vez, a expedição mineradora foi infrutífera. O conselho holandês avaliou como sendo falaciosas as informações de João de Albuquerque.¹¹⁷² Segundo Alfredo de Carvalho, devido as preocupações militares com a guerra contra os portugueses, os

¹¹⁶⁶ INDICE ALPHABETICO POR AUTORES, DOS NS. 1 A 100, DA REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO. In: **RIAGP**. Recife. Volume XX. Números 99 e 100. 1918. p.148-149.

¹¹⁶⁷ CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Minas de outro e prata no Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número.1. 1905. p.147-165.

¹¹⁶⁸ Idem. p.147.

¹¹⁶⁹ Idem. p.154.

¹¹⁷⁰ No período do domínio holandês, o forte era chamado de Castelo de Ceulen.

¹¹⁷¹ CARVALHO, Alfredo Ferreira de. *Segunda jornada de Pieter Persijn em busca das minas de Itabayana – 1650*. In: **RIHGRN**. Natal. Volume V. Número.1. 1907. p.161

¹¹⁷² Idem. p.162.

holandeses cessaram as explorações por algum momento, investindo novamente apenas em 1650, com a segunda expedição liderada por Pieter Persjn.¹¹⁷³

Como podemos perceber, os artigos que acabamos de mencionar trataram, tangencialmente, acerca do domínio holandês na capitania do Rio Grande. O intuito de Alfredo de Carvalho era apenas evidenciar o interesse dos holandeses pelas possíveis jazidas de minérios no território do Rio Grande. Somente no artigo *Os Holandeses no Rio Grande do Norte (1625-1654)*, publicado em duas partes, no primeiro e segundo volumes da *RIHGRN* de 1906, é que o autor trata da questão das investidas neerlandesas no Rio Grande [do Norte]. Decerto, Alfredo de Carvalho foi o primeiro intelectual a dedicar um estudo específico sobre o tema.

Como já mencionado acima, até o início do século XX, a temática do domínio holandês no Rio Grande não era objeto de preocupação da historiografia norte-rio-grandense. Esta focalizava todos os seus esforços na defesa da naturalidade de Felipe Camarão. Os historiadores do Rio Grande do Norte, do final do século XIX e início do XX, preocuparam-se exclusivamente em provar que um dos principais heróis da luta contra os holandeses, Felipe Camarão, era norte-rio-grandense, escamoteando a narrativa sobre a presença batava na capitania. Além disso, os considerados especialistas sobre o assunto, Varnhagen e Netscher,¹¹⁷⁴ consoante Alfredo de Carvalho, estavam mais interessados em delinear o quadro geral da ocupação neerlandesa do que aludir as tentativas iniciais dos holandeses em conquistar o território do Rio Grande.¹¹⁷⁵ Apesar dos *silêncios* da historiografia especializada e dos letrados norte-rio-grandenses, para Alfredo de Carvalho, o tema do domínio holandês sobre o Rio Grande [do Norte] era de total relevância para a *história local*, o que o levou a tomar para si a tarefa de examinar, minuciosamente, todo o processo de conquista da capitania, desde as primeiras investidas dos capitães flamengos, Albert Smient e Joost Colster, até o domínio total do Rio Grande [do Norte].¹¹⁷⁶

No início do artigo, o historiador pernambucano já anuncia os documentos que consultou para a produção do seu artigo. São eles: *Brieven en Papieren uit Brazilie* (1633) e *Historie oft Iarlych Verhael ran de Verrichtinghen de Geoctroyerde West – Indische Compagnie* (1644) de Joannes de Laet. Ambos foram traduzidos por José Higino Duarte

¹¹⁷³ Idem.

¹¹⁷⁴ RODRIGUES, José Honório. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1949.p.8.

¹¹⁷⁵ CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Os holandeses no Rio Grande do Norte (1625-1654). In: **RIHGRN**. Natal. Volume IV. Número 1. 1906. p.118.

¹¹⁷⁶ Idem. p.118.

Pereira, nas últimas décadas do século XIX.¹¹⁷⁷ Em viagem à Holanda (1885-1886), patrocinado pelo governo de Pernambuco e pelo IAGP, José Higino compilou e trouxe vários documentos referentes ao domínio batavo no Brasil.¹¹⁷⁸ Versado na língua holandesa, José Higino, pouco depois de retornar ao país, traduziu para o português muitos documentos originais sobre a temática neerlandesa no país, trabalho este que foi também empreendido, em parte, pelo próprio Alfredo de Carvalho.¹¹⁷⁹ O primeiro documento é composto de duas coleções de manuscritos, compreendendo quinze códices, contendo cartas gerais expedidas pelo *Conselho da Companhia das Índias Ocidentais* no período entre 1630-53, bem como atas do mesmo governo, cobrindo os anos de 1635 a 1654.¹¹⁸⁰ O segundo é um conjunto de anais da *Companhia das Índias Ocidentais*, escritos por um dos seus diretores, Joannes de Laet, os quais traziam informações sobre os primeiros anos da empresa no Brasil.¹¹⁸¹ Toda esta documentação consultada por Alfredo de Carvalho estava disponível nos arquivos do IAGP. Foi a partir destes dois manuscritos que o autor construiu sua narrativa sobre os fatos “pouco conhecidos ou de todo ignorados, dum importante período do passado norte-riograndense.”¹¹⁸² Desse modo, para Alfredo de Carvalho, mencionar os supracitados manuscritos era uma forma de asseverar que suas afirmações sobre o passado do Rio Grande [do Norte] poderiam ser provadas, portanto, dignas de serem consideradas como um discurso verdadeiro.

É interessante sublinhar que, não obstante as disputas entre os sócios do IAGP e do IHGRN em torno da naturalidade de Felipe Camarão,¹¹⁸³ havia uma certa colaboração interinstitucional acerca de determinados pontos da memória histórica dos outros estados, especialmente dos sócios do IAGP em relação aos outros institutos. É claro que este movimento não era desinteressado. Desde o século XIX, a historiografia pernambucana outorgava para si mesma, a tarefa de produzir as versões históricas sobre o domínio holandês, a *Revolução de 1817* e a *Confederação do Equador*.¹¹⁸⁴ A contribuição do artigo *Os Holandeses no Rio Grande do Norte (1625-1654)* para o IHGRN, era uma forma de assegurar a centralidade da produção historiográfica pernambucana sobre as versões dos acontecimentos históricos, considerados pertencentes ao seu domínio e ao seu protagonismo.

¹¹⁷⁷ RODRIGUES, José Honório. **Op. cit.** p.73.

¹¹⁷⁸ Idem. p.21.

¹¹⁷⁹ Idem. p.22.

¹¹⁸⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo: Penguin Classics, 2010. p.14.

¹¹⁸¹ RODRIGUES, José Honório. **Op. cit.** p.72-74.

¹¹⁸² Idem. p.119.

¹¹⁸³ Debruçamos sobre essa questão no último capítulo da tese.

¹¹⁸⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p.67

O artigo *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* (1625-1654) de Alfredo de Carvalho foi dividido em duas partes, contemplando as duas expedições neerlandesas na costa da capitania. Tudo faz crer que o autor sinalizaria para uma narrativa mais holística acerca da presença holandesa no Rio Grande, indo além do relato da conquista propriamente dito. Contudo, o artigo ficou inconcluso, apesar da promessa do autor em continuar com a temática. Na primeira parte do artigo, Alfredo de Carvalho dedicou-se a relatar, apenas, as investidas iniciais dos holandeses na costa do Rio Grande sob o comando de Alberto Semient.¹¹⁸⁵ A narrativa é uma sequência cronológica de acontecimentos que descrevem o processo de exploração da conquista pelos holandeses, desde as salinas até o litoral adjacente a Natal.¹¹⁸⁶ Seu texto prima mais pela descrição da exploração do que por uma explicação causal. Toda a dinâmica da exploração batava no Rio Grande, em 1625, é narrada a partir da união entre holandeses e os índios *tapuias*. Não é por acaso que o autor destacou a figura do índio *tapuio*, Marciliano ou Marcial, como personagem relevante para o estabelecimento da aliança entre os holandeses e os nativos e, conseqüentemente, para o auxílio bélico contra um inimigo comum: os portugueses.¹¹⁸⁷ Em linhas gerais, Alfredo de Carvalho mostra que a *relação cordial* entre os holandeses e os índios *tapuias* foi seminal para a efetivação das explorações dos primeiros no território da capitania.¹¹⁸⁸

Na segunda parte do artigo, o foco passou a ser o relato da expedição comandada por Mathias van Ceulen em direção à tomada do Forte dos Reis Magos e à conquista efetiva de Natal pelos holandeses. A narrativa lacônica e descritiva de Alfredo de Carvalho presente na primeira parte do artigo foi substituída pela citação integral de uma de suas fontes. Alfredo de Carvalho transcreveu a cronologia da segunda expedição a partir do *Diario da jornada ou expedição feita ao Rio Grande para, com o auxilio de Deus, á força de nossas armas, atacar e conquistar o Forte dos Sanctos Tres Reys situado na foz do mesmo rio; começado em 5 de Dezembro de 1633*.¹¹⁸⁹ Esse relato faz parte da coleção *Brieven en Papieren uit Brazilie*, o qual Alfredo de Carvalho traduziu e publicou em seu artigo. A tradução da fonte constitui-se também outra forma de operação intelectual do autor. O manuscrito *per se* complementaria a sua narrativa. Apesar de ser um relato produzido por outro, a tradução do manuscrito une-se ao texto escrito por Alfredo de Carvalho na primeira parte do artigo, tecendo uma narrativa ordenada e dotada de uma significação histórica. Em outras palavras, a narrativa e a tradução

¹¹⁸⁵ CARVALHO, Alfredo Ferreira de. **Op. cit.** p.121

¹¹⁸⁶ Idem. p.128

¹¹⁸⁷ Idem. p.124

¹¹⁸⁸ Idem. p.131.

¹¹⁸⁹ Idem. p.131-132.

do autor fazem parte de um mesmo plano, constituem-se como um único texto a respeito de toda a dinâmica da conquista do Rio Grande. É interessante destacar que a estrutura do texto de Alfredo de Carvalho é assaz semelhante a organização textual do manuscrito. Nesse caso, há uma espécie de relação mimética entre o texto do autor e sua tradução: ambos descrevem cronologicamente e factualmente a conquista.

Apesar do caráter inconcluso do artigo, é importante ressaltar que seu objetivo foi parcialmente alcançado. Como relatamos anteriormente, Alfredo de Carvalho tinha deixado evidente, no início do artigo, que o seu interesse era trazer a lume as notícias referentes às primeiras tentativas de exploração do território da capitania do Rio Grande por partes dos holandeses, silenciadas por Varnhagen e Netscher. Todavia, nada foi dito a respeito do conjunto explicativo da presença holandesa no Rio Grande ou de suas implicações políticas e econômicas para a capitania. Somente em 1914 é que uma narrativa mais holística do domínio holandês no Rio Grande foi possível.

Augusto Tavares de Lyra escreveu o texto mais completo, até então, sobre a presença holandesa no Rio Grande. Não é por acaso que José Honório Rodrigues considera seu artigo, intitulado *Domínio Holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte*, como sendo o melhor trabalho sobre as lutas holandesas no Rio Grande [do Norte].¹¹⁹⁰ Este texto foi publicado nos anais do *Primeiro Congresso de História Nacional* em 1915. Realizado entre 7 e 16 de setembro de 1914, na cidade do Rio de Janeiro, o *Primeiro Congresso de História Nacional* foi organizado pelos sócios do IHGB, cujo interesse principal era a promoção de um evento científico dedicado ao estudo da história do Brasil.¹¹⁹¹ Conforme Lúcia Paschoal Guimarães, devido à ausência de ambiente universitário no país, coube às associações científicas e aos redutos letrados a realização de congressos e simpósios, destinados à reflexão, à circulação de ideias e à promoção de atividades intelectuais.¹¹⁹² Participante de vários congressos estrangeiros na área dos estudos históricos, o IHGB teve a iniciativa pioneira de realizar um evento científico no Brasil, marcadamente voltado para o âmbito da história.¹¹⁹³

Desde 1903, já havia a proposta de organização de um *Congresso Histórico* no IHGB, esboçada pelos membros Affonso Arinos de Mello Franco, João Mendes de Almeida Júnior e

¹¹⁹⁰ RODRIGUES, José Honório. **Op. cit.** p.134.

¹¹⁹¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p.80.

¹¹⁹² Idem. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo.** Revista do Departamento de História da UFF, Niterói (RJ), v. 9, n.18, 2005. p.2-3.

¹¹⁹³ Idem. p.3.

Luiz Antônio Ferreira Gualberto.¹¹⁹⁴ De acordo com Lúcia Paschoal Guimarães, tal proposição não logrou êxito por causa das próprias circunstâncias políticas e econômicas enfrentadas pelo IHGB no limiar da experiência republicana.¹¹⁹⁵ Todavia, apenas em 1913, é que Oliveira Lima colocava em prática o projeto de 1903, propondo ao IHGB a realização do *Primeiro Congresso de História Nacional* em 1914, sendo, prontamente, acatado pela instituição.¹¹⁹⁶ É preciso assinalar que as condições políticas e econômicas vivenciadas pelo IHGB a partir da década de 1910, já eram outras em relação ao período inicial da experiência republicana.¹¹⁹⁷ Além disso, uma onda de nacionalismo impregnou o ambiente intelectual brasileiro, especialmente, o IHGB, durante a *Grande Guerra* europeia (1914-1918).¹¹⁹⁸

A Primeira Guerra Mundial foi um divisor de águas na questão nacional no Brasil e em toda a América Latina a partir da década de 10.¹¹⁹⁹ Com a irrupção do conflito mundial, o nacionalismo foi trazido à ordem do dia – concomitantemente ao questionamento da tradição e dos valores europeus e as transformações dos padrões culturais depois da *decadência* da Europa pós-Guerra – afirmando a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista dos brasileiros.¹²⁰⁰ Homens de letras como: Olavo Bilac, Rodrigo Otávio, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Álvaro Bomilcar, Afonso Celso, dentre outros, defendiam concepções comprometidas com os valores da cultura nacional, como a formação da identidade da nação e o amor à *Pátria*, o que levou a uma releitura da tradição, ou seja, a releitura da interpretação histórica – muito embora, nem todos os letrados da Primeira República tivessem adotado a mesma postura nacionalista.¹²⁰¹ Como corolário dessa nova leitura e interpretação da nação, foi reafirmado os sentimentos cívicos à medida que crescia o apostolado do patriotismo.¹²⁰²

¹¹⁹⁴ ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE MAIO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte II. Tomo LXXVI. 1913. p.505.

¹¹⁹⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.80-81.

¹¹⁹⁶ ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE MAIO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte II. Tomo LXXVI. 1913. p.505.

¹¹⁹⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.33.

¹¹⁹⁸ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. 2007. 233 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre. p.210.

¹¹⁹⁹ Cf. WASSERMAN, Cláudia. Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão nacional e Identitária da América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n.18, dezembro de 2003. pp. 99-123.

¹²⁰⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p.126.

¹²⁰¹ De acordo com Lúcia Lippi, o nacionalismo conservador, defendido por Eduardo Prado e Afonso Celso, por exemplo, era diferente da abordagem e do estilo do nacionalismo republicano “jacobino”. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

¹²⁰² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói (RJ), v. 9, n.18, p. 147-170, 2005.

Essa nova configuração da questão nacional afetou significativamente a produção literária e historiográfica brasileira nas décadas de 10 e 20.

A partir de 1912, a *Trindade do Silogeu*¹²⁰³ composta por Afonso Celso, Max Fleiüss e Ramiz Galvão deu a administração do IHGB um novo rumo intelectual, preocupada com o perfil acadêmico do quadro social e o interesse pela produção historiográfica voltada às questões nacionais. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a consciência cívica mobilizou as elites intelectuais na década de 1910, implicando na escrita de uma história pragmática, “voltada para o cultivo das virtudes cívicas e reverência aos valores do passado, assim como às figuras notáveis da história do Brasil, que deveriam servir de modelo para as novas gerações.”¹²⁰⁴ Através da realização e organização dos *Congressos de História Nacional* em 1914, 1931, 1938 e 1949, bem como a publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (DHGEB) e as comemorações do centenário da Independência do Brasil em 1922, o IHGB, administrado pela chamada *Trindade do Silogeu*, inseria-se naquela onda de culto à nacionalidade, de ebulição do catecismo cívico e efervescência do patriotismo que pretendia desvendar o Brasil aos brasileiros pelo caminho das letras, mais detidamente, pelo estudo da história da *Pátria*.¹²⁰⁵ Nesse sentido, devemos considerar a realização do *Primeiro Congresso de História Nacional* e, por conseguinte, a produção historiográfica dela decorrente, como parte integrante do conjunto de atividades intelectuais desenvolvidas *no e pelo* IHGB nas duas primeiras décadas do século XX, voltadas para a manifestação nacionalista e cívica a partir da pesquisa e da escrita da história.

Apesar da chancelaria do congresso, o IHGB não monopolizou a produção intelectual a ser publicada nos anais. Pelo contrário, os sócios dos institutos históricos dos estados e/ou os representantes dos governadores foram convocados para contribuírem com a publicação de textos de caráter relativo à história do Brasil.¹²⁰⁶ Isso demonstra, em parte, o interesse do IHGB em aproximar-se dos institutos históricos espalhados pelo país e garantir certa unidade entre os diferentes entes da federação. A cultura cívica, o nacionalismo e os interesses políticos mais centralistas, ressaltavam a configuração de um ambiente voltado para a unidade nacional em detrimento dos regionalismos estaduais. É por essa razão que a comissão executiva do *Congresso* enviou vários ofícios aos governadores das unidades federativas da nação, solicitando que apoiassem a sua realização, e convites aos letrados inscritos nos

¹²⁰³Idem. **Da escola palatina ao silogeu:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

¹²⁰⁴ Idem. p.198.

¹²⁰⁵ Idem, p.81.

¹²⁰⁶ ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE MAIO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte II. Tomo LXXVI. 1913. p.505.

estados que *notoriamente* tinham ocupado-se dos assuntos históricos, para tomarem parte no referido evento, na condição de delegados estaduais.¹²⁰⁷ Dessa maneira, a comissão executiva teria em cada estado, dois delegados, investidos do encargo de auxiliar a *Comissão Central* do congresso. Os delegados do Rio Grande do Norte foram: Vicente de Lemos e Luiz Fernandes, ambos do IHGRN.¹²⁰⁸

Embora não tivesse sido escolhido como delegado do Rio Grande do Norte, Augusto Tavares de Lyra não ficou de fora da organização do congresso. Juntamente com Homero Baptista e Almirante Índio do Brasil, o sócio do IHGB, Augusto Tavares de Lyra, foi nomeado para compor a *Comissão Central* do *Primeiro Congresso de História Nacional*.¹²⁰⁹ Nesse período, Augusto Tavares de Lyra ocupava o cargo de Senador da República, o que levou aos sócios do IHGB a enviar-lhe uma carta pedindo-lhe que solicitasse ao Senado um auxílio financeiro para a realização do referido congresso.¹²¹⁰ É provável que a sua nomeação para *Comissão Central* estivesse vinculada à sua posição nas esferas do poder político e a sua capacidade de mobilizar alguns auxílios financeiros para o evento.

A função de Augusto Tavares de Lyra na comissão executiva do congresso de História foi coordenar a seção de *História parlamentar*. As teses submetidas ao evento foram organizadas de acordo com as subdivisões temáticas das seções. Cada uma delas, a saber: *História Geral, História Constitucional e Administrativa, História Parlamentar, História Econômica, História Militar, História Literárias e das Artes, História das Explorações Geográficas, Histórias das Explorações Arqueológicas e Etnográfica e História Diplomática*, possuía uma espécie de ementa para orientar a apresentação dos trabalhos.¹²¹¹ Entretanto, a contribuição de Augusto Tavares de Lyra ao congresso não se encerrou apenas na coordenação da referida seção. Ao lado de Eloy Castriciano de Souza, Augusto Tavares de Lyra foi nomeado pelos delegados do Rio Grande do Norte para ser um dos representantes do

¹²⁰⁷ ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO PREPARATORIA DA COMISSÃO EXECUTIVA, EM 5 DE JUNHO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915. p.6.

¹²⁰⁸ ACTA DA TERCEIRA SESSÃO PREPARATORIA DA COMISSÃO EXECUTIVA, EM 27 DE JUNHO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915. p.7.

¹²⁰⁹ ACTA DA SESSÃO PREPARATORIA DA COMISSÃO EXECUTIVA, EM 24 DE JANEIRO DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.p.21.

¹²¹⁰ *Idem*, p.22.

¹²¹¹ Com o intuito de organizar as teses apresentadas no *Primeiro Congresso de História Nacional*, a *Comissão Central* dividiu-as em nove seções: História Geral, História Constitucional e Administrativa, História Parlamentar, História Econômica, História Militar, História Literárias e das Artes, História das Explorações Geográficas, Histórias das Explorações Arqueológicas e Etnográfica e História Diplomática. ACTA DA SESSÃO PREPARATORIA DA COMISSÃO EXECUTIVA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.p. 21.

governo e do IHGRN no *Congresso de História Nacional*, publicando em seus anais, o artigo *Domínio Hollandez no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte*.¹²¹²

Em uma carta endereçada ao seu amigo e delegado do Rio Grande do Norte, Vicente de Lemos, Augusto Tavares agradece a escolha, ressaltando que desejava “dar uma prova de que, em nosso Instituto ali se estuda um pouco e se procura honrar a Pátria, investigando o passado.”¹²¹³ Como podemos perceber, o próprio Tavares de Lyra considera o seu texto como parte integrante da produção historiográfica do IHGRN – apesar de não ter sido publicado em sua revista.¹²¹⁴ Publicá-lo nos *Anais do I Congresso* seria uma forma de evidenciar, ao mesmo tempo, a historiografia produzida pelo IHGRN e sua contribuição para a pesquisa histórica do país.

A menção a *honrar a pátria* diz respeito ao *croquis*, apresentado por Adalberto de Mattos para a confecção da medalha do congresso. Na ocasião, foi pedido a ele que oferecesse mais *croquis*, muito embora o primeiro desenho tenha interpretado *fielmente* a legenda adotada para o evento: *Priora disquirendo Patriam colimus*¹²¹⁵ – *Honramos a Pátria investigando o passado*.¹²¹⁶ Como podemos perceber, a escolha da legenda pela comissão executiva do *I Congresso* estava diretamente relacionada ao culto cívico e ao nacionalismo, tão presentes na produção intelectual dos sócios do IHGB. O artigo de Augusto Tavares de Lyra não foi diferente. O texto *Domínio Hollandez no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte* foi urdido sob o signo do nacionalismo.

Apesar de coordenar a seção *História Parlamentar*, o artigo de Augusto Tavares de Lyra foi lido e publicado na seção *História Geral*. A razão é simples: o texto do intelectual norte-rio-grandense era incompatível com o programa da *História Parlamentar*. A ementa desta seção compreendia tanto os elementos gerais da organização da estrutura política do Império – a constituição, o corpo legislativo, os conselhos de província e as assembleias provinciais, o ato adicional de 1834, os partidos, o conselho de estado, o poder judiciário, o regime eleitoral, o direito civil, o regime parlamentar e o poder do Imperador etc.– bem como alguns dos seus principais acontecimentos históricos da experiência monárquica: o 7 de abril, a maioria, a reforma judiciária de 1871, a extinção do tráfico de escravos, a lei do ventre

¹²¹² ACTA DA DECIMA TERCEIRA SESSÃO PREPARATÓRIA, EM 4 DE ABRIL DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915. p.31.

¹²¹³ [Carta de Augusto Tavares de Lyra ao Desembargador Vicente Lemos]. In: MEDEIROS, Tarcísio. Augusto Tavares de Lyra, o amigo do meu avô. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LII. 1959. p.67.

¹²¹⁴ Consideramos o referido artigo publicado nos anais do congresso como uma produção do IHGRN.

¹²¹⁵ ACTA DA SESSÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915. p. 24.

¹²¹⁶ Idem, p.26.

livre, a guerra do Paraguai etc.¹²¹⁷ Como podemos perceber, o foco temático e temporal da seção consistia na história política do Império, especialmente, voltado para questões referentes à dinâmica do poder na experiência monárquica brasileira, o que era incompatível com a proposta do artigo de Augusto Tavares de Lyra. Nesse sentido, o tema do domínio holandês era objeto de outra seção, voltada para os estudos gerais da história do Brasil.

O programa organizado por Manoel Cícero Peregrino, presidente da seção *História Geral*, contemplava os grandes acontecimentos da memória histórica da nação, quais sejam: *O descobrimento do Brasil; A Colonização. Capitânias; Estabelecimento de um Governo Geral. Os primeiros Jesuítas; O domínio hespanhol; Hollandes no Brasil. O Governo de Mauricio de Nassau; O Padre Antonio Vieira; Política do Marquez de Pombal em relação ao Brasil; Tentativas de Independencia; A Côrte Portuguesa no Brasil; Primeiro Imperio. Os Governos da Regencia e O Segundo Imperio até 1871.*¹²¹⁸ Assim como a seção *História Parlamentar*, a *História Geral* estava inserida no campo da história política, demonstrando certa sintonia com as principais tendências da historiografia europeia dos séculos XIX e início do XX.¹²¹⁹ Contudo, diferentemente da seção *História parlamentar*, a *História Geral* abarcava os dois grandes eixos temáticos do estudo da *História Geral do Brasil*: a Colônia e o Império.¹²²⁰ Desde o início da proposta do *I Congresso de História Nacional*, o recorte temporal foi delimitado. Nesse caso, as *memórias* apresentadas no evento deveriam abordar temas de qualquer período da história brasileira, compreendido desde o descobrimento até a lei da libertação dos nascituros, isto é, de 1500 a 1871.¹²²¹ De acordo com Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a escolha desse recorte cronológico pelos organizadores do congresso se fez a partir da noção de distanciamento temporal, a qual o historiador deveria analisar os fatos com isenção, mantendo a coerência com a tradição do IHGB de não estudar episódios recentes da história política do país, evitando-se “tratar de acontecimentos localizados no espaço de tempo compreendido entre a queda da monarquia e o advento do regime republicano.”¹²²² Inscrito entre a Colônia e o Império, o foco temático da seção *História Geral* não residiu na organização da estrutura política do Brasil em si, mas sim nos fatos

¹²¹⁷ ACTA DA DECIMA QUARTA SESSÃO PREPARATORIA, EM 11 DE ABRIL DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.p.35.

¹²¹⁸ ACTA DA DECIMA SEXTA SESSÃO PREPARATORIA DA COMMISSÃO EXECUTIVA, EM 24 DE ABRIL DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915. p.41.

¹²¹⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.7.

¹²²⁰ *Idem.* p.8.

¹²²¹ ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO PREPARATORIA DA COMMISSÃO EXECUTIVA, EM 5 DE JUNHO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915. p.4.

¹²²² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Op. Cit.** p.82.

gerais que demarcaram as sucessivas etapas da *evolução* da sociedade brasileira no tempo.¹²²³ É por esse motivo que o artigo *Domínio Hollandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte* de Augusto Tavares de Lyra foi apresentado na seção *História Geral*. Passemos a examiná-lo.

O uso da expressão *domínio holandês* não era desinteressada, antes, sugere uma interpretação da história. Ao utilizar-se do conceito *domínio* o autor está aplicando-o de modo significativo, permitindo que o seu leitor compreenda o seu texto, ou melhor sua interpretação do passado, a partir do emprego de um termo comum, partilhado entre ambos. Em outras palavras, a narrativa pressupõe da parte do narrador e de seu auditório uma familiaridade com expressões empregadas pelo primeiro, construindo uma relação de intersignificação e, por conseguinte, possibilitando ao segundo a *compreensão narrativa*.¹²²⁴ Ademais, a expressão *domínio holandês* propõe uma forma de olhar o passado para além da referência à conquista, do acontecimento histórico *per se*, colocando-se também como uma percepção temporal. Isso quer dizer que a mencionada expressão diz respeito a uma dada ordem do tempo. Em outros termos, Augusto Tavares de Lyra está sinalizando aos seus leitores que o artigo refere-se à experiência da capitania do Rio Grande no tempo, no caso, o período da presença holandesa no Brasil. O artigo de Tavares de Lyra é uma forma de fixar o lugar do Rio Grande [do Norte] em um dos principais acontecimentos históricos do país. É uma estratégia um pouco distinta daquela utilizada por Alberto Maranhão na disputa pela naturalidade de Felipe Camarão. Na *retórica da naturalidade* o indivíduo é o que assegura o papel do Rio Grande do Norte na construção da memória histórica da nação. Em contrapartida, a narrativa de Augusto Tavares de Lyra sobre o domínio holandês no Rio Grande [do Norte] afirma a participação do *singular coletivo*, isto é, do povo norte-rio-grandense, na memória histórica nacional. Desse modo particular, tal narrativa articula o tempo do Rio Grande [do Norte] ao tempo da nação. Dito de outra maneira, Augusto Tavares de Lyra urde uma narrativa que reconfigura a escala, isto é, o autor parte do todo abrangente (domínio holandês no Brasil) para relatar o particular (domínio holandês no Rio Grande [do Norte]). É, nesse aspecto, que o tempo da nação e o tempo da capitania encontram-se alinhados.

Quanto às fontes, Augusto Tavares de Lyra utilizou-se dos manuscritos trazidos da Holanda, traduzidos e publicados na *RIAGP*, como também em documentos publicados na *RIHGB*. As revistas dos dois institutos foram os principais suportes de consulta de Augusto

¹²²³ Idem.

¹²²⁴ RICÉUR, Paul. **Tempo e narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. Volume 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p.98.

Tavares de Lyra. No geral, a documentação usada por ele é referente aos relatos de cronistas e diários das expedições holandesas no Brasil, uma grande parte traduzida por José Higino Duarte. Como um historiador do início do século XX, Augusto Tavares de Lyra cita os documentos como elementos de prova, articulando-os aos seus argumentos. Em sua narrativa, os manuscritos aparecem como testemunhos do passado, os quais se pode ter acesso direto a ele. Diferentemente de Varnhagen, por exemplo, Augusto Tavares de Lyra não é reticente quanto a credibilidade dos relatos de Rafael de Jesus e do frei Manuel Calado. Pelo contrário, o intelectual norte-rio-grandense faz uso indiscriminado destes documentos. O interesse de Augusto Tavares de Lyra é citar os manuscritos que o permitem afirmar uma verdade sobre o passado e urdir uma narrativa coerente, a despeito, segundo ele, dos seus erros e de suas falhas, sobre o domínio holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande [do Norte].¹²²⁵ No entanto, boa parte do uso dos manuscritos atrelava-se ou era corroborado com as obras de referência dos historiadores, considerados especialistas sobre o tema do Brasil holandês, mormente, Varnhagen e Rocha Pombo. É possível encontrar também algumas referências à historiografia pernambucana e à historiografia vinculada ao IHGB.

Em relação à narrativa em si, Augusto Tavares de Lyra começa seu texto tratando do problema geral do abandono do Brasil e o seu iminente resultante: a presença de *invasores* em seu território. O uso do termo *invasores* atravessa todo o texto, possuindo uma significação claramente pejorativa. O *invasor* é o outro que usurpa, depreda, rouba e destrói os bens da *Pátria* – tanto no sentido da nação como um todo, como no aspecto mais particular, a capitania do Rio Grande.¹²²⁶ A despeito das suas ações danosas, as *invasões* produziram elementos positivos, segundo Augusto Tavares de Lyra: “foi-se conhecendo a terra, percorrendo o extenso litoral, praticando as barras e portos, obtendo-se roteiros seguros para a navegação.”¹²²⁷ Contudo, a obra geral da *invasão* é avaliada negativamente:

Os ingleses não chegaram a exercer jurisdição territorial efectiva; mas de suas façanhas, que culminaram nas crueldades de Thomaz Cavendish, nos ficaram tristes e dolorosas.

Com os francezes, que chegaram a constituir perigo serio á consolidação do dominio portuguez, tivemos de medir as nossas armas, expulsando-os pela força, do sul e do norte.

De todos, porém, os que mais fundamente perturbaram a obra da conquista foram os hollandezes, em cuja expulsão se desenvolveram prodigios de valor e de coragem, em combates gloriosos e inolvidaveis. A luta foi desigual, porque, emquanto elles, á sombra de grandes recursos militares, arriscavam

¹²²⁵ LYRA, Augusto Tavares de. Dominio Hollandez no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915. p.439.

¹²²⁶ Idem. p.440.

¹²²⁷ Idem. p.439.

apenas o campo de que se haviam apossado para a exploração e para rapinagem, os nossos antepassados tudo empenhavam – honra, família, bens, vida e pátria. Não temos, entretanto, o direito de maldizel-a, porque ao usurpador devemos alvorecer, entre nós, do sentimento de nacionalidade, cuja primeira afirmação se fez, vivaz e indomita, nessa campanha longa, penosa, cheia de indizíveis sacrifícios, que durou mais de vinte annos (...).¹²²⁸

Como podemos perceber no excerto acima, Tavares de Lyra afirma que os *invasores* do domínio português – ingleses, franceses e holandeses – em maior ou menor proporção, trouxeram sérios agravos à população colonial e ao território brasileiro. Todavia, Augusto Tavares de Lyra elege os holandeses como sendo os principais *perturbadores* da obra da conquista portuguesa. Isso demonstra a adoção do ponto de vista do colonizador por parte do historiador norte-rio-grandense. O realce à figura do *usurpador* holandês é contrastado com a capacidade dos *antepassados* em lutar contra o domínio do adventício. Há um claro interesse em construir uma identificação entre os brasileiros do presente com aqueles que resistiram ao domínio dos povos adventícios. Ao mencionar à resistência aos *invasores*, Augusto Tavares de Lyra utiliza-se dos pronomes, pessoal e possessivo, da primeira pessoa do plural. Dessa forma, em contraposição à exploração e à rapinagem dos *invasores*, os *nossos antepassados* são descritos como honrosos e empenhados nos valores da família, dos bens e da *Pátria*. É interessante ressaltar que a defesa de tais valores, família, propriedade e *pátria*, era bem evidente no início do século XX. São conceitos que circulam com uma certa regularidade e relevância na sociedade pós-guerra. Augusto Tavares de Lyra está justamente salientando a existência desses valores, tão caros ao seu presente, já no passado, a partir de uma narrativa que insiste em construir uma interpretação do pertencimento e da identidade histórica. Ademais, mesmo a despeito do prejuízo causado pelos *usurpadores*, segundo o senador norte-rio-grandense, a obra da *invasão* e do *domínio* forjou o *sentimento de nacionalidade* pelos *patriotas*.¹²²⁹ Este é um ponto capital do texto de Augusto Tavares de Lyra sobre o domínio holandês.

Decerto, o tom do nacionalismo contribuiu para que o letrado norte-rio-grandense interpretasse a luta contra os batavos como uma expressão do *sentimento de nacionalidade*. Todavia, é importante assinalar que, desde o segundo volume da *História Geral do Brazil* (1857) de Varnhagen, parte da historiografia brasileira considerava o referido acontecimento histórico como uma demonstração da nacionalidade. Em contrapartida, alguns homens de

¹²²⁸ Idem. p.440.

¹²²⁹ Idem. p.502.

letras pernambucanos do século XIX, ligados ao discurso nativista, interpretavam o período holandês como um fator diferencial de sua identidade regional, associando-o até mesmo ao discurso separatista e à inclinação à causa republicana – considerações estas totalmente contestatórias a ideologia do Segundo Reinado.¹²³⁰

Distintamente do nativismo pernambucano, Varnhagen compreendia a guerra contra os holandeses sob a expectativa da construção do estado imperial, “de cuja futura unidade ele teria constituído o primeiro elo.”¹²³¹ Não é sem razão que tenha *confessado* que a guerra contra os holandeses produziu *resultados benéficos* para a nação.¹²³² Segundo Varnhagen, um dos efeitos positivos do embate foi a promoção da civilização nas capitanias do Norte e do Sul do Brasil.¹²³³ Em relação às capitanias do Norte, a civilização teria constituído-se a partir do próprio contato dos holandeses com as populações locais. Conforme a interpretação de Varnhagen, os batavos, pertencentes a uma *nação mais ativa e industriosa*, encarregaram-se de levar a civilização para o Norte do Brasil, trazendo energia e atividade aos povos “entorpecidos pela incúria, a preguiça e o ilhamento.”¹²³⁴ Enquanto no Sul, o processo teria sido derivado da presença holandesa. Dito de outro modo, com a interrupção do comércio de escravos entre Brasil e África, devido à ação dos holandeses na América, o Sul recebeu menos escravos negros do que antes, fato este, interpretado por Varnhagen, como sendo positivo para a evolução civilizatória da nação.¹²³⁵ Instigados pela falta de mão-de-obra escrava, os bandeirantes percorreram o interior para capturar indígenas, abrindo novos territórios durante a guerra.¹²³⁶ Desse modo, nesse período beligerante os holandeses no Norte e os bandeirantes no Sul e no interior, levaram a civilização para o território do Brasil.¹²³⁷ É importante destacar que a civilização é um marco importante da tradição do iluminismo português, a qual Varnhagen estava inserido intelectualmente.¹²³⁸ Conforme Manoel Luiz Salgado Guimarães, o conceito de civilização era seminal no discurso do iluminismo e,

¹²³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p.368.

¹²³¹ Idem. p.369.

¹²³² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. p.42.

¹²³³ Idem. p.43.

¹²³⁴ Idem.

¹²³⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. p.216.

¹²³⁶ Idem. p.216-216.

¹²³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op. cit.** p.43.

¹²³⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Op. cit.** p.206.

igualmente, caro à historiografia de Varnhagen.¹²³⁹ Não é sem razão, o seu interesse em interpretar a guerra contra os holandeses como uma das evidências do rumo civilizador da nação brasileira iniciado desde o período colonial.¹²⁴⁰

Para Varnhagen, a *guerra estranha*, e não o domínio batavo em si, tinha possibilitado também o desenvolvimento da solidariedade entre as classes e as etnias que habitavam a colônia: “o perigo *commum* fez aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo.”¹²⁴¹ A guerra contra o inimigo comum permitiu a constituição de um certo grau de tolerância e de fraternidade entre os povos das distintas capitanias espalhadas pelo Brasil, desenvolvendo um *espírito público* generalizado por toda a nação.¹²⁴² Desse modo, a guerra contra os batavos instigou entre os *patrícios* um *espírito* de unidade e integração nacional em prol à causa da *Pátria*. Consoante a interpretação de Varnhagen foi graças à fraternidade das etnias e das classes, frente ao poder dos holandeses, que a *verdadeira nacionalidade brasileira* surgiu.¹²⁴³ Foi essa nacionalidade, crioula e cristã, existente antes mesmo da Independência do Brasil e da formação do estado nacional que “alentou e eletrizou os corações dos que ficarão vencedores em Guararapes.”¹²⁴⁴ Como já foi dito, a obra da guerra contra os batavos foi interpretada por Varnhagen como um passo decisivo rumo à civilização e à constituição da nacionalidade brasileira.¹²⁴⁵ Com seus escritos sobre a guerra contra os holandeses, Varnhagen ensejava contrapor-se ao discurso regionalista e separatista, tão comum entre alguns letrados pernambucanos do oitocentos. Varnhagen oferece uma leitura inversa do nativismo pernambucano: em vez da manifestação do espírito regionalista, a guerra contra os holandeses assegurou a constituição da integridade nacional e o desenvolvimento da nacionalidade brasileira, elementos tão requeridos pelo projeto identitário e político do Estado monárquico.

Em direção semelhante às concepções de Varnhagen, Rocha Pombo em seu livro *História do Brasil*, publicado em vários volumes entre 1905 e 1917, considerava a luta contra

¹²³⁹ Idem. p.204.

¹²⁴⁰ Antes mesmo de Varnhagen, José Ignacio de Abreu e Lima já tinha assinalado que a *invasão* holandesa teria contribuído para o aumento da civilização no Brasil: “Se a invasão dos Holandeses prejudicou a Portugal e ao Brasil pelas devastações, que se seguiram em consequência de uma guerra quasi de extermínio, é igualmente incontestável que elles, transportando ús possessões de Ultramar a ordem e actividade que os distinguia na Europa, muito concorreram para o augmento e civilisação d'este paiz.” LIMA, José Ignacio de Abreu e. **Compêndio da história do Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert. 1843. p.200.

¹²⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op. cit.** p.43.

¹²⁴² Idem.

¹²⁴³ Idem. Como se deve entender a nacionalidade na historia do Brasil. In: **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis. Número 9. 1948. p. 234.

¹²⁴⁴ Idem.

¹²⁴⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. p.217

os holandeses como uma expressão do *espírito de nacionalidade*.¹²⁴⁶ Para ele, o século XVII teria sido o período mais notável da história colonial do Brasil devido à formação do *espírito da nação*.¹²⁴⁷ Tal espírito, só foi possível pela defesa do solo como sede inalienável de uma *Pátria nova*, que surgia *no coração com as amarguras do sacrifício*, pronto a guardar o território da pretensão do estrangeiro.¹²⁴⁸ Rocha Pombo considerava que a obra da formação da nacionalidade nada dizia respeito ao papel do Estado, isto é, da Coroa portuguesa, pelo contrário, ela emergiu apesar da proteção de majestades e da velha metrópole.¹²⁴⁹ Portanto, para Rocha Pombo, o *espírito de nacionalidade* surgiu graças a um movimento criado pelo próprio impulso autônomo daqueles que derramaram o sangue em prol à causa da nação.¹²⁵⁰

Foi a partir das leituras das *Histórias do Brasil* de Varnhagen e de Rocha Pombo que Augusto Tavares de Lyra interpretou os efeitos da guerra contra os holandeses. A expressão *sentimento de nacionalidade* é devedora desta historiografia. É claro que, ao lado do fundamento historiográfico, o ambiente nacionalista pós-guerra também favoreceu a compreensão da guerra flamenga como uma propulsora da nacionalidade brasileira.

Além dos efeitos positivos da guerra, Augusto Tavares de Lyra destacou os motivos que levaram à dominação holandesa. As disputas religiosas e, sobretudo, o interesse econômico explicam a vinda dos holandeses ao Brasil, segundo Augusto Tavares de Lyra. Em relação ao aspecto religioso, o historiador norte-rio-grandense evidencia que as guerras entre católicos e protestantes na Europa, durante o século XVII, instigaram nos holandeses um espírito hostil, traduzido em interesses econômicos pelas possessões ultramarinas, tanto de Portugal como da Espanha, “algumas das quaes foram por elles occupadas no todo ou em parte. O Brasil entrou no numero destas.”¹²⁵¹ Desse modo, a luta religiosa explicaria, em parte, a disposição dos holandeses em adotar uma política dominadora nos territórios ibéricos. Afirmamos “em parte”, porque os elementos econômicos aparecem na narrativa de Augusto Tavares de Lyra como sendo as principais razões do interesse holandês pelo Brasil.

Para Augusto Tavares de Lyra, apesar do progresso da liberdade civil e intelectual da *Pátria*, durante a estadia holandesa, os flamengos “jámais tiveram outros propositos que não fossem os de salvaguardar os seus interesses commerciaes.”¹²⁵² Portanto, era o *espírito mercantil* que os animava a conquistar as possessões do Oriente e da América, especialmente

¹²⁴⁶ POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Volume I. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W. M. Jackson INC. 1959. p.273.

¹²⁴⁷ Idem. p.274.

¹²⁴⁸ Idem. p.273.

¹²⁴⁹ Idem.

¹²⁵⁰ Idem.

¹²⁵¹ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.441.

¹²⁵² Idem. p.442.

o Brasil.¹²⁵³ Para Augusto Tavares de Lyra, a criação da *Companhia das Índias Ocidentais* e a prática da rapinagem eram evidências claras do interesse econômico dos holandeses em ocupar o território brasileiro: “Isto e a pirataria, em larga escala. Nada mais.”¹²⁵⁴ Inclusive, a *invasão* ao Rio Grande [do Norte] é explicado, em grande medida, pelo interesse holandês em apossar-se dos campos de criação de gado existentes na capitania para abastecer a população de Pernambuco, onde estava sediado o governo central.¹²⁵⁵

Se o econômico explica, por um lado, a motivação da *invasão*, por outro, elucida o *horror da conquista* e suas consequências nefastas para a população colonial. A *invasão* holandesa de interesse privado e econômico traduzia, na prática, em atos de violência e de rapinagem, segundo Tavares de Lyra.¹²⁵⁶ Esta leitura não era novidade, já havia sido construída desde o século XIX, inclusive, por historiadores pernambucanos de vertente nativista, como José Bernardo Fernandes Gama.¹²⁵⁷ O *grande drama da invasão* em Pernambuco e no Rio Grande [do Norte] é narrado por Augusto Tavares de Lyra sob o signo da violência e rapinagem:

A conquista estava feita e sobre a capitania ia pesar agora, intolerante e deshumana, a tyrannia militar que devia opprimir mais tarde a pequena população de colonos existente, dizimando-a em horríveis carnificinas, depois de despojal-a, pelo sangue e pelo roubo, de seus poucos haveres.¹²⁵⁸

Como podemos perceber, o cenário da conquista é descrito de maneira catastrófica. Intolerância, desumanidade e tirania, longe de serem meras caracterizações da conquista, são conceitos que traduzem uma maneira de conceber e de interpretar o acontecimento histórico. Fica claro na narrativa de Augusto Tavares de Lyra como os holandeses deveriam ser vistos na memória histórica da nação.

Em relação especificamente ao Rio Grande [do Norte], Augusto Tavares de Lyra adiciona aos *horrores da conquista* a participação dos *ferozes* índios *janduys*, habitantes do sertão da capitania.¹²⁵⁹ O letrado norte-rio-grandense coloca lado a lado, o par holandeses-*janduys* como integrantes do plano de dominação. Augusto Tavares de Lyra não elucida as

¹²⁵³ Idem.

¹²⁵⁴ Idem. p.443.

¹²⁵⁵ Idem. p.486.

¹²⁵⁶ Idem.

¹²⁵⁷ “Dissolados por esta guerra de rapina, e querendo escapar-se á crueldade Hollandeza, quasi todos os Pernambucanos, que não tinham seguido Mathias d’Albuquerque, resolveram emigrar, e perto de quatro mil d’entr’elles, com mulheres, e filhos se pozeram voluntariamente debaixo da escolta, e protecção de Camarão. ” GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memorias historicas da provincia de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Tipografia de M. F. de Faria. 1844. p.20

¹²⁵⁸ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.463.

¹²⁵⁹ Idem. p.461.

motivações dos *janduys* no processo de conquista. Apenas ressalta o auxílio destes índios do sertão na obra dos holandeses que, impulsionados pela sua própria *barbaria* e *selvageria*, acabava por imitar a abominada atrocidade da *invasão*.¹²⁶⁰ O uso desses conceitos evidencia a construção pejorativa e negativa da imagem dos índios *janduys* na narrativa de Tavares de Lyra. Contudo, Augusto Tavares de Lyra fez questão de salientar que nem todos os índios que habitavam o Rio Grande [do Norte] estiveram ao lado dos holandeses. Ao narrar a tomada do *Forte dos Reis Magos* e a conquista de Natal, em 1633, pelas tropas holandesas sob o comando de von Ceulen, Augusto Tavares de Lyra destaca a condescendência dos chefes dos índios potiguares em auxiliar a resistência dos portugueses.¹²⁶¹ Fica nítido a disposição dos personagens na narrativa da *invasão*. De um lado, holandeses e *janduys* como representantes da conquista e de outro, índios potiguares e portugueses, como sinônimos de resistência.

O contraponto da narrativa da rapinagem e da violência da conquista holandesa é a resistência dos *antepassados*. A estes são conferidos os adjetivos da coragem e do heroísmo. Mathias de Albuquerque é narrado como o personagem central da primeira resistência à *invasão* a Pernambuco. É interessante destacar que no imaginário nativista pernambucano, dos séculos XVIII e XIX, a figura de Mathias de Albuquerque foi excluída da tetrarquia dos heróis da guerra flamenga. Consoante Evaldo Cabral de Mello, a exclusão de Mathias de Albuquerque é explicada pela sua relação com a guerra da resistência, isto é, a guerra perdida, por essa razão sua presença no *panteão* dos heróis não foi possível: “A lista canônica preferiu os restauradores, vale dizer, os que tinham comandado a guerra vitoriosa, muito embora todos os tetrarcas tivessem participado, em diferentes graus, da resistência.”¹²⁶² Todavia, em textos posteriores, como a obra de Rocha Pombo e o próprio artigo de Augusto Tavares de Lyra, Mathias de Albuquerque desponta como um dos heróis da guerra contra os holandeses. Em se tratando do artigo de Augusto Tavares de Lyra em particular, é válido mencionar que o autor, especificamente, quando refere-se à participação de Mathias de Albuquerque na defesa da Paraíba e do Rio Grande, adiciona o sobrenome Maranhão ao nome de Mathias de Albuquerque. Este acréscimo, apenas presente quando se refere à presença do português no Rio Grande, diz respeito ao interesse de Augusto Tavares de Lyra em evidenciar a ancestralidade da família Albuquerque Maranhão na construção da memória histórica da luta contra os holandeses. É como se desde o período colonial, os Albuquerque Maranhão estivessem presentes na memória nacional e norte-rio-grandense.

¹²⁶⁰ Idem. p.461-462.

¹²⁶¹ Idem. p.460.

¹²⁶² MELLO, Evaldo Cabral de. **Op. cit.** p.197-198.

Em contraposição à figura heroica de Mathias de Albuquerque Maranhão, Augusto Tavares de Lyra destaca a *covardia* e a *traição* de Domingos Fernandes Calabar. Tal leitura acerca de Calabar era bastante recorrente entre os letrados brasileiros do século XIX. A ideia da deserção de Calabar foi um dos poucos pontos em comum entre os historiadores pernambucanos do oitocentos e Varnhagen.¹²⁶³ Contudo, alguns estudiosos, como Goetz de Carvalho, já ensaiavam, no final do século XIX e início do XX, uma reabilitação da imagem de Calabar, defendendo-o, inclusive, como um *protopatriota*.¹²⁶⁴ O próprio Tavares de Lyra reagiu a esse tipo de reinterpretação da figura de Calabar. Este é descrito como um sujeito incapaz de agir por amor à *Pátria*. Nesse sentido, qualquer consideração que o colocasse como um aspirante aos interesses da nação seria uma opinião errada, consoante Tavares de Lyra.¹²⁶⁵ Apesar de descrevê-lo como *um mulato inteligente e audaz*, Calabar é caracterizado como um personagem sem moral e sem cultura, portanto, não poderia agir impulsionado por sentimentos nobres e por amor a grandeza de sua terra: “Na melhor hypothese, era um aventureiro sem idéaes e sem principios. Seu procedimento é injustificavel, porque, além do mais, era militar e desertou de sua bandeira, á sombra da qual servia já desde 1630.”¹²⁶⁶ Calabar é colocado como o anteposto da figura do herói, ele é o traidor da nação. Tampouco contribuiu para a resistência, antes, favoreceu à causa dos holandeses, transformando o rumo dos acontecimentos.¹²⁶⁷

O par conquista/resistência ainda ganha outro cenário na narrativa de Augusto Tavares de Lyra: o interior da capitania do Rio Grande. Segundo o historiador norte-rio-grandense, depois de tomar o Forte dos Reis Magos e a cidade de Natal, os holandeses voltaram-se para a conquista do interior.¹²⁶⁸ Com *surtos de inenarrável vandalismo*, os holandeses, auxiliados pelos índios *janduids*, destruíram os dois únicos engenhos existentes na capitania e os principais núcleos de povoamento, *Ferreiro Torto e Cunhaú*.¹²⁶⁹ O uso do termo *vandalismo*, por Tavares de Lyra faz parte do seu repertório de conceitos depreciativos relacionados à conquista holandesa no Rio Grande. Nesse aspecto, o termo *vandalismo* une-se a outros conceitos, como rapinagem, violência, intolerância e tirania, todos eles organizando uma narrativa que insiste em interpretar a *invasão* como sendo estritamente danosa para a formação da capitania do Rio Grande e para o Brasil.

¹²⁶³ Idem. p.401.

¹²⁶⁴ Idem. p.400-408. Conferir também: MELLO, Evaldo Cabral de. **Nassau**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹²⁶⁵ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.451.

¹²⁶⁶ Idem.

¹²⁶⁷ Idem.

¹²⁶⁸ Idem. p.460.

¹²⁶⁹ Idem.p.463.

A despeito de todo *horror da conquista* batava, há apenas um aspecto positivo da experiência holandesa no Brasil: o governo de Nassau. Segundo Augusto Tavares de Lyra, a administração do príncipe Nassau iniciou no Brasil uma era de desenvolvimento material e reconstrução política, “cuja alta capacidade e superior descortino se devem, por exceção, durante o domínio hollandez, serviços realmente valiosos.”¹²⁷⁰ Para ele, a administração nassoviana foi “um clarão de aurora na noite de despotismo e anarquia” que estava sobre o Brasil holandês “entregue às explorações e instintos mercantilistas de dominadores tyranos.”¹²⁷¹ Em contraposição à caracterização extremamente negativa do domínio batavo, tirano e vândalo, a experiência de Nassau no poder é descrita como um período de generosidade e de incentivo à atividade intelectual e aos “emprehndimentos fecundos”, que “falam ao espirito e ao coração, dentro da ordem e no remanso da paz.”¹²⁷² Ademais, a figura de Nassau é descrita como uma oposição aos demais holandeses no Brasil. Ao narrar a conquista de Penedo, atualmente localizado em Alagoas, durante a expansão empreendida pelo governo de Nassau, Augusto Tavares de Lyra faz questão de distinguir as atitudes do príncipe com as ações de seus subordinados:

As proprias tropas haviam-se desmoralizado pela pilhagem, pela impiedade, pelo roubo, pelo assassinato e pela licença. Nassau age sem vacillações, castigando os criminosos, demittindo os funcionários que não correspondiam ás vistas da administração pela sua desídia, obrigando a regressar a Hollanda, refreando os abusos, corrigindo os excessos de seus subordinados, despertando, emfim, uma relativa confiança no imperio da justiça.¹²⁷³

Como podemos notar, para Tavares de Lyra, o governo de Nassau era uma exceção dentro do quadro geral do domínio holandês. Desse modo, sua narrativa evidencia um fosso moral, intelectual e político entre Nassau e os outros holandeses envolvidos no domínio e o governo nassoviano e o restante da administração batava. Esta forma de ler a experiência nassoviana no Brasil era um lugar comum entre os letrados brasileiros do século XIX e início do XX, tanto aqueles vinculados ao IHGB, como ao discurso nativista pernambucano. Aliás, no próprio manuscrito do *Valeroso Lucideno* (1648) de Manoel Calado Salvador, já havia uma narrativa voltada para o engrandecimento e humanização de Nassau, bem como a dicotomia entre a ação do príncipe e o comportamento dos outros administradores

¹²⁷⁰ Idem. p.468.

¹²⁷¹ Idem. p.469.

¹²⁷² Idem.

¹²⁷³ Idem. p.470.

holandeses.¹²⁷⁴ De acordo com Evaldo Cabral de Mello, a oposição entre o governo de Nassau e a administração dos outros holandeses no Brasil marcou fortemente a historiografia nativista até Fernandes Gama.¹²⁷⁵ Para este, Nassau deveria ter sido “o fundador de um Império mais permanente”.¹²⁷⁶ Conforme Fernandes Gama, a obra do príncipe foi marcada pela prosperidade material e artística em Pernambuco, pois tinha a lembrança de uma administração “suave, e benéfica e que os povos tiveram que chorar a sabedoria do seu governo”.¹²⁷⁷ Em contraposição, logo após a sua retirada, o domínio holandês no Brasil, já não conseguia reproduzir o sucesso do governo do príncipe, redundando em sua iminente decadência.¹²⁷⁸ Na narrativa de Fernandes Gama, fica claro a compartimentação entre a figura do príncipe Nassau e o Brasil holandês.¹²⁷⁹ Este era sinônimo de rapinagem e de violência, seu veredito, portanto, é negativo, enquanto o governo de Nassau traduziria a generosidade e a “grandeza de que dá exemplo.”¹²⁸⁰ Francisco Adolfo Varnhagen também partilhava da interpretação que distinguia o governo de Nassau e o restante da experiência holandesa no Brasil. Para ele, a *Companhia das Índias Ocidentais* teria acertado na escolha de Nassau como chefe do Brasil holandês.¹²⁸¹ Nassau é caracterizado como ilustre, distinto, chefe hábil e prudente, merecedor de “um especial lugar na história da civilização do nosso território.”¹²⁸² Não é por acaso que Varnhagen teceu comentários elogiosos à obra de Nassau no Brasil, especialmente em Pernambuco. Conforme o Visconde de Porto Seguro, o príncipe holandês realizara feitos consideráveis e habilmente executados, desde a construção de obras públicas à produção artística.¹²⁸³ Todas essas obras, segundo ele, tinha a marca da boa administração e enquadrariam-se no livro de civilização de um país.¹²⁸⁴

As interpretações acerca do governo de Nassau e o domínio batavo em geral, não sofreram rupturas no final do século XIX. Em seu livro *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, publicado em 1895, Oliveira Lima chegara a mesma conclusão de Fernandes Gama

¹²⁷⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p.331.

¹²⁷⁵ Idem.

¹²⁷⁶ GAMA, José Bernardo Fernandes. **Op. cit.** p.22.

¹²⁷⁷ Idem. p.114.

¹²⁷⁸ Idem. p.114-145.

¹²⁷⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Op. cit.** p.359.

¹²⁸⁰ GAMA, José Bernardo Fernandes. **Op. cit.** p.114.

¹²⁸¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854. p.375.

¹²⁸² Idem.

¹²⁸³ Idem. p.383-385.

¹²⁸⁴ Idem. p.383.

e de Varnhagen. Novamente, a valorização da figura de Maurício de Nassau é construída em contrapartida ao relato geral do domínio holandês. Enquanto o governo de Nassau é descrito como um período tranquilo, pacífico e esclarecido, a administração da *Companhia das Índias Ocidentais* é caracterizada como intolerante, ambiciosa e atenta, apenas para o lucro.¹²⁸⁵ Para Oliveira Lima, a obra de Nassau em Pernambuco é merecedora do elogio, tendo em vista o emprego dos melhoramentos materiais e o desenvolvimento da debilitada lavoura.¹²⁸⁶ Em contraposição, a atuação da *Companhia das Índias Ocidentais* no Brasil é relatada como sinônimo de venalidades e despotismos dos seus agentes.¹²⁸⁷

Como vimos, a dicotomia entre o período nassoviano e a experiência do domínio holandês era um traço comum na historiografia brasileira oitocentista. Do discurso nativista de Fernandes Gama às considerações de Varnhagen, o governo de Maurício de Nassau era interpretado como uma exceção ao domínio holandês. Augusto Tavares de Lyra esteve totalmente inserido nessa maneira de pensar o passado. Seu texto obedece às linhas gerais da análise dicotômica da experiência holandesa no Brasil.

Logo após o relato sobre o governo de Nassau e sua demissão da chefia do Brasil holandês em 1644, Augusto Tavares de Lyra dedica-se ao segundo movimento de resistência, encabeçado por João Fernandes Vieira, Henrique Dias, Vidal de Negreiros e Felipe Camarão. Em geral, o texto historiográfico de Tavares de Lyra divide-se em três momentos: a invasão inicial e o processo de conquista, o governo de Nassau e sua demissão e a última resistência ao domínio holandês e a sua consequente expulsão. Os relatos da *invasão* inicial e do governo neerlandês pós-Nassau possuem o mesmo contraponto: a questão da resistência. Em ambos há a evidência do *sentimento de nacionalidade*. Todavia, os personagens e o resultado são diferentes.

Como vimos, Augusto Tavares de Lyra elege como principal personagem da luta contra a *invasão* e a conquista batava, Mathias de Albuquerque – excluído da tetrarquia imaginária instituída pelo movimento nativista pernambucano do oitocentos. Entretanto, em relação ao governo holandês pós-Nassau, Tavares de Lyra elenca outros protagonistas da resistência: João Fernandes Vieira, Henrique Dias, Vidal de Negreiros e Felipe Camarão. A primeira onda de resistência tem como resultado o malogro diante do domínio holandês, o segundo movimento é descrito por Tavares de Lyra como iminente e inexorável: “ella é

¹²⁸⁵ LIMA, Oliveira. **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico**. Leipzig: F.A Brochhaus. 1895. p. 108.

¹²⁸⁶ Idem. p.138.

¹²⁸⁷ Idem. p.92.

caudal avassaladora e cresce e avoluma-se e alastra-se, impetuosa e irresistível.”¹²⁸⁸ Seu resultado é positivo, pois consegue restaurar o domínio português no Brasil.

Para Tavares de Lyra, a principal causa das vitórias dos *patriotas* é o “sentimento de desaffronta nacional”.¹²⁸⁹ É este que unifica os esforços e direciona a vontade dos *patriotas* para o serviço de “uma mesma aspiração”, despertando “a confiança e assegura o apoio de toda a colônia”.¹²⁹⁰ Como podemos notar, a leitura é a mesma do primeiro momento da resistência. O inimigo comum desperta o senso da unidade nacional e da fraternidade entre as classes. O escopo de Tavares de Lyra é evidenciar o *sentimento de nacionalidade* como o fio condutor de toda a lógica da luta no Brasil holandês. O mesmo pode ser visto pelo episódio dos *massacres* das populações de *Uruassú* e *Cunhaú*, adjacentes à Natal, em 1645. Nestes dois núcleos concentravam-se as mais expressivas populações do Rio Grande, além da presença dos principais engenhos da capitania. De acordo com Augusto Tavares de Lyra, na parte Sul do Brasil holandês, o movimento de resistência tinha logrado, a partir de 1644, sucessivas vitórias. No entanto, ao Norte, onde estava situada a capitania do Rio Grande, a luta contra os holandeses teve uma dinâmica diferente: “a adversidade esmaga, em penosas provações, os portugueses”.¹²⁹¹ Especialmente na capitania do Rio Grande, Augusto Tavares de Lyra relata mais ondas de atrocidades cometidas pelos holandeses e os índios aliados nas populações de *Uruassú* e *Cunhaú* em resposta à resistência ocorrida no sul do Brasil holandês: “ao descerem do Rio Grande do Norte, iniciam as suas tropelias pela matança de Cunhaú”.¹²⁹² O historiador norte-rio-grandense transcreve *ipsis litteris* o relato do *massacre* contido em um trecho do manuscrito *Castrioto Lusitano* do padre Rafael de Jesus. Conforme a narrativa do sacerdote, *Jacobo* (Jacob Rabbi), segundo ele holandês,¹²⁹³ e os índios *inimigos dos portugueses*, entraram no povoado de *Cunhaú*, afixando nas portas das igrejas um edital que convocava todos a participarem da missa a ser realizada no domingo. Na ocasião da missa, os índios, juntamente com Jacob Rabbi, assassinaram os colonos que ali estavam.¹²⁹⁴

¹²⁸⁸ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.479.

¹²⁸⁹ *Idem.* p.480.

¹²⁹⁰ *Idem.*

¹²⁹¹ *Idem.* p.481.

¹²⁹² *Idem.*

¹²⁹³ A nacionalidade de Jacob Rabbi é objeto de controvérsia entre os historiográficos brasileiros do final do século XIX e início do XX. Para Varnhagen, Rocha Pombo e Câmara Cascudo, Jacob Rabbi era israelita/judeu. Indo na contramão destes, Augusto Tavares de Lyra considerava Jacob Rabbi como alemão. *Idem.* p.490. Conferir também: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das Lutas Contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1651**. 1ª Ed. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871; POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Volume I. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W. M. Jackson INC. 1959; PEIXOTO, Renato Amado. Duas Palavras: Os Holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, p. 35-57, 2014.

¹²⁹⁴ Rafael de Jesus *apud* LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.482.

Ao relatar o momento do *massacre*, Rafael de Jesus confere um sentido religioso ao acontecimento, especialmente em relação às atitudes confessionais dos moradores de *Cunhaú* presentes na igreja. Segundo o padre católico, diante das espadas dos *bárbaros* restaram aos moradores católicos o pedido de perdão dos pecados e a oração a Deus.¹²⁹⁵ É patente o uso da imaginação e de elementos ficcionais no relato do padre católico. Rafael de Jesus adiciona ao seu relato elementos da ficção para construir uma cena própria de um martírio católico. O seu lugar confessional traduz-se na construção de um relato que confere aos personagens uma atitude característica da fé católica. A centralidade da narrativa mescla a atrocidade dos índios e dos holandeses com as demonstrações da confissão religiosa. É desta chave de leitura que Augusto Tavares de Lyra apropria-se em sua explanação. No entanto, é válido destacar que a descrição da atrocidade e da carnificina de Cunhaú estava presente também em outros relatos historiográficos. Baseados em cronistas, Fernandes Gama, Varnhagen, Oliveira Lima e Rocha Pombo, consideravam a atitude de Jacob Rabbi e dos índios aliados, como uma expressão da violência e do massacre aos moradores de Cunhaú.¹²⁹⁶ As historiografias oitocentista e novecentista reproduziram as descrições dos manuscritos do século XVII. Nesse sentido, o relato *matança de Cunhaú* era um lugar comum entre os historiadores brasileiros contemporâneos a Augusto Tavares de Lyra.

O relato de *Uruassú* não destoa do episódio de *Cunhaú*. Segundo o historiador norte-rio-grandense, ao chegarem em *Uruassú* em outubro de 1645, os holandeses e os índios aliados obrigaram os *moradores pacíficos* a se despirem e se pôr de joelhos:

Compreendendo, então, estes martyres ter chegado o seu fim, obedeceram com grande paciencia e resignação, erguendo os olhos ao céu, despedindo-se mutuamente, fazendo actos de devoção, declarando de morrerem todos na fé catholica, apostolica, romana, e recusando com firmeza e ministerio de um predicante heretico que se apresentou. Indignados com isto, os protestantes deram a todos taes tormentos que, para os padecentes, a morte já era mercê.¹²⁹⁷

Novamente o texto historiográfico de Tavares de Lyra evidencia um relato de violência e mais uma vez aos holandeses e aos índios aliados são destinados o papel do horror e da atrocidade. Em contraste com a figura violenta dos índios e dos batavos, os moradores

¹²⁹⁵ Idem.

¹²⁹⁶ Conferir: GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas da provincia de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Tipografia de M. F. de Faria. 1844; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das Lutas Contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1651**. 1ª Ed. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871; LIMA, Oliveira. **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico**. Leipzig: F.A Brochhaus. 1895; POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Volume I. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W. M. Jackson INC. 1959.

¹²⁹⁷ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.484.

são descritos como pacíficos. Uma verdadeira narrativa da diferença é operada por Augusto Tavares de Lyra nesta descrição. Além de pacíficos, os moradores são caracterizados como católicos e mártires, em contraposição aos holandeses, protestantes e heréticos. O texto em questão expressa uma linguagem que privilegia conceitos estritamente da esfera religiosa. Nesse sentido, a morte ou o martírio dos moradores de *Uruassú* aparece como uma demonstração do amor e da devoção a fé católica.¹²⁹⁸ Contudo, é preciso destacar que a ideia do *mártir* não se apresenta deslocada da figura do patriota. Conforme Tavares de Lyra, os moradores morreram igualmente pela *Pátria*.¹²⁹⁹ O holandês é descrito como aquele que luta apenas pelo seu interesse econômico, como falamos anteriormente. É a necessidade de importação de gado para a região do Recife que explica, para o historiador norte-rio-grandense, *as horríveis carnificinas* no Rio Grande.¹³⁰⁰ É por causa deste motivo que os batavos procuravam apavorar, com exemplos de crueldade inigualáveis, os portugueses, reinóis ou não, que viviam na capitania: “Seriam assim senhores daquellas paragens e ficariam livres, embora por algum tempo, de uma concorrência impertinente e incommoda.”¹³⁰¹ O português é caracterizado de maneira distinta. Este resiste e morre por amor a fé católica e pela *pátria*. Estas estão inseridas no mesmo plano, na narrativa de Tavares de Lyra. Ambas denotam a resistência contra os holandeses. A fé e a *Pátria* são alçadas como conceitos que implicam uma oposição ao outro, ao estrangeiro, dominador e protestante, daí o interesse de Tavares de Lyra de colocá-los lado a lado.

A narrativa do *massacre* de *Cunhaú* e *Uruassú* é uma forma de evidenciar a contribuição do Rio Grande [do Norte] na resistência contra o holandês: “nem se explicaria por outra fôrma que, ao mesmo tempo que aniquilavam uma população que começava a desenvolver-se, mantivessem fortes elementos de resistencia na capitania”.¹³⁰² Tais episódios permitiam apontar a “simples participação do Rio Grande do Norte no dominio hollandez”.¹³⁰³ A narrativa dos mártires contribuía para a urdidura de um lugar para o Rio Grande do Norte na memória histórica da nação. Isso explica a razão do destaque dado por Tavares de

¹²⁹⁸ Nos anos 30, a intelectualidade católica norte-rio-grandense reapropriou-se da ideia dos mártires de Cunhaú e Uruassú para construir a sua identidade religiosa no Rio Grande do Norte. Sobre esse assunto conferir os seguintes artigos: PEIXOTO, Renato Amado. PEIXOTO, Renato Amado. Duas Palavras: Os Holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, p. 35-57, 2014 e PEIXOTO, Renato Amado. Por Deus, pela Pátria e pelo Rei - Os Holandeses no Rio Grande e a fabricação dos conceitos acerca do espaço na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 20, p. 398-414, 2016.

¹²⁹⁹ Idem. p.485.

¹³⁰⁰ Idem. p.486.

¹³⁰¹ Idem.

¹³⁰² Idem.

¹³⁰³ SEGUNDA E ULTIMA SESSÃO PLENA EM 15 DE SETEMBRO DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915. p.128.

Lyra a referida descrição. As populações de *Cunhaú* e *Uruassú* eram tipologias dos patriotas brasileiros. Eram evidências da origem do *sentimento de nacionalidade* do país. Através do relato dos mártires o Rio Grande [do Norte] conecta-se ao tempo da nação.

Na narrativa dos mártires nenhum personagem é destacado. A ideia dos mártires é descrita como um coletivo singular, referindo-se ao conjunto de resistentes como um todo e não como uma personalidade. Apenas Felipe Camarão é retratado como o grande herói potiguar da luta contra os holandeses.¹³⁰⁴ Diferentemente de Alberto Maranhão e Luiz Fernandes, Augusto Tavares de Lyra não entra no mérito da *retórica da naturalidade*. Para ele, os estudos de Visconde Porto Seguro e de Luiz Fernandes sobre a naturalidade de Felipe Camarão eram mais do que suficientes para asseverar o seu pertencimento ao Rio Grande do Norte.¹³⁰⁵ Assim como Alberto Maranhão e Luiz Fernandes, Augusto Tavares de Lyra compreendia que asseverar a naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão era uma forma de assinalar o lugar do Rio Grande do Norte na construção da memória nacional.

Depois de narrar cronologicamente, linearmente e detalhadamente as marchas e as contramarchas da expulsão dos holandeses do Rio Grande [do Norte], Augusto Tavares de Lyra finaliza o seu texto, avaliando os efeitos da presença batava como um todo no Brasil e, em particular, na capitania. Primeiramente, Tavares de Lyra parte de uma questão: se o Brasil tivesse sido conquistado primitivamente por outro povo, no caso, pelos holandeses, teria tido uma sorte diferente?¹³⁰⁶ Sua resposta é categórica: “não cremos que melhor tivesse sido o nosso futuro”.¹³⁰⁷ O historiador norte-rio-grandense argumenta que, ao chegarem ao Brasil, os holandeses encontraram uma colônia em franco desenvolvimento, proporcionado pelo trabalho da colonização portuguesa.¹³⁰⁸ Ademais, todos os alicerces da vida sociocultural já estavam alicerçados e qualquer colonização posterior, redundaria necessariamente em uma ação perturbadora. Conforme Tavares de Lyra, se os holandeses tivessem logrado êxito no domínio definitivo do Brasil, tal efeito não seria obra de uma ação colonizadora, mas sim imperialista.¹³⁰⁹ É interessante destacar que a geração de Augusto Tavares de Lyra vivenciou a experiência do neocolonialismo nos continentes da África e da Ásia. Em um artigo publicado pela *RRN*, em 1898, intitulado *Política Internacional Americana*, Augusto Tavares de Lyra já havia se posicionado totalmente contrário às posturas *imperialistas* dos países europeus nos mencionados continentes. Para ele, a política de conquista e de expansão

¹³⁰⁴ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.499.

¹³⁰⁵ *Idem.*

¹³⁰⁶ *Idem.* p.505.

¹³⁰⁷ *Idem.*

¹³⁰⁸ *Idem.*

¹³⁰⁹ *Idem.*

colonial no oitocentos era causa dos maiores desastres políticos e sociais da sua contemporaneidade, criando, entre as diversas nações, ódios e rivalidades que, “quase sempre, lhes têm acarretado guerras sanguinolentas em que mal se calculam os sacrifícios de vidas e de dinheiro”.¹³¹⁰ Nesse sentido, se a colonização holandesa, de fato, tivesse se concretizado, deveria ser comparada com a experiência imperialista do seu tempo presente, a qual o historiador norte-rio-grandense interpretava negativamente.

Para desqualificar uma possível pressuposição positiva da colonização holandesa no Brasil, Augusto Tavares de Lyra argumentava que os neerlandeses não produziram resultados satisfatórios para a nação.¹³¹¹ Embora tenha listado algumas realizações significativas do governo de Nassau para o Brasil, Augusto Tavares de Lyra considerava tal administração como uma exceção dentro do conjunto do domínio holandês, por isso seria um erro compará-la com a prática colonizadora dos portugueses.¹³¹² Ele compreendia que os processos usados pelos governos da metrópole lusitana eram limitados, no entanto, os métodos colonizadores dos *intrusos* “não lhe eram superiores”.¹³¹³ Como podemos observar, novamente, Augusto Tavares de Lyra argumenta a partir da comparação. Os holandeses sempre são descritos sob o signo da inferioridade, quando comparados aos portugueses: “o paralelo é inteiramente desfavorável aos hollandezes”.¹³¹⁴ Segundo Tavares de Lyra, estes nada fizeram enquanto povo colonizador, o que poderia ser atestado pela obra negativa em suas próprias colônias: “Basta olhar para Java com a sua população dividida em castas e transformada em campo de exploração, donde se drenam para a Europa as suas riquezas”.¹³¹⁵ Diferentemente do resultado negativo da colonização holandesa, os portugueses, espanhóis e ingleses, ao contrário, ofereceram à América a fusão de raças diversas, nações novas “para a vida da civilização e da liberdade.”¹³¹⁶ A colonização holandesa é descrita sob o signo da negatividade, marcada pela sua esterilidade em formar novos povos, em contrapartida as experiências colonizadoras dos países ibéricos e da Inglaterra são consideradas em sua positividade, justamente por possibilitar o surgimento de novos países.

Fica evidente que em termos comparativos, para Tavares de Lyra, a colonização portuguesa era superior a experiência colonizadora neerlandesa. Essa forma de ver a questão, já havia sido objeto de polêmica entre os historiadores brasileiros do oitocentos. No que tange

¹³¹⁰Idem. Política Internacional Americana. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Número 10. Natal. 1898. Tipografia d’ A República. p.533.

¹³¹¹ Idem. **Op. cit.** p.505.

¹³¹² Idem. p.505.

¹³¹³ Idem.

¹³¹⁴ Idem.

¹³¹⁵ Idem.

¹³¹⁶ Idem.

ao IAGP, por exemplo, havia membros que se posicionavam em lados opostos, quanto a querela, colonização portuguesa *versus* colonização holandesa.¹³¹⁷ Decerto, a tese da superioridade holandesa frente à colonização lusitana ganhou fôlego dentro do IAGP, com as reflexões desenvolvidas por Pereira da Costa no final do oitocentos. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, o associado do IAGP levou até as últimas consequências a visão nativista do Brasil holandês, inclusive, superando Fernandes Gama.¹³¹⁸ Em seu discurso de posse como sócio correspondente do IAGP, ocorrido em 1º de junho de 1876, Pereira da Costa teceu vários elogios à obra da colonização holandesa no Brasil.¹³¹⁹ Para ele, em todos os aspectos, a colonização holandesa foi superior e mais benéfica ao país do que a experiência lusitana. Em sua percepção, o legado português para o Brasil foi extremamente negativo: “a ignorancia, o fanatismo, o commercio da carne humana, o trafico dos africanos livres, e...”¹³²⁰ Em contraposição, os holandeses teriam deixado para o país: escolas, tipografia, palácios, pontes, estradas públicas, desenvolvimento das ciências e das artes, liberdade de culto etc.¹³²¹ Para Pereira da Costa, não restava menor dúvida de que o Brasil seria mais feliz e “seria mesmo hoje a primeira potencia da America, se tivéssemos sido colonos hollandezes.”¹³²² Nem todos os membros do IAGP era favorável à tese do recém-sócio, Pereira da Costa. Seu colega de instituição, Maximiano Lopes Machado foi um dos associados do IAGP que reagiu a sua tese. Em discurso pronunciado no instituto pernambucano, dias depois da posse de Pereira da Costa, Maximiano Lopes Machado rebatia cada ponto levantado pelo seu consócio, chegando a conclusão de que “o Brazil não seria grande cousa, ou nada seria mesmo, se tivesse passado a Hollanda.”¹³²³

Imerso na querela da colonização portuguesa e holandesa, Augusto Tavares de Lyra considerava a primeira, a despeito das suas limitações e falhas, superior a segunda. Por essa razão, relativizou os possíveis melhoramentos materiais legados pelos *invasores*. Para ele, tais medidas foram quase nulas para o Rio Grande [do Norte], perceptíveis apenas em Recife “onde tudo que se fez foi devido á iniciativa pessoal de Nassau”.¹³²⁴ Em outras localidades,

¹³¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **Op. cit.** p.380.

¹³¹⁸ *Idem.*

¹³¹⁹ Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. Discurso lido pelo Sr. Francisco Pereira da Costa, na ocasião de tomar assento como socio correspondente, na sessão do 1º do corrente. In: **Jornal do Recife**. Recife. 17 de julho de 1876.

¹³²⁰ *Idem.*

¹³²¹ *Idem.*

¹³²² *Idem.*

¹³²³ Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. Discurso lido pelo Sr. Dr. Maximiano Lopes Machado, na sessão do Instituto de 20 do corrente, em refutação ao Sr. Francisco Augusto Pereira da Costa. In: **Jornal de Recife**. Recife. 22 de julho de 1876.

¹³²⁴ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.505.

como o Rio Grande [do Norte], os traços e os vestígios da passagem ou permanência neerlandesa “não ficaram assinalados sinão pela reconstrucção de fortes ou por algumas obras de defesa.”¹³²⁵ Tavares de Lyra enfatiza a nulidade do legado holandês no Rio Grande [do Norte], afirmando que em Natal “nada existe do tempo dos hollandezes; alli apenas fizeram concertos e reparos no *Forte dos Reis*”.¹³²⁶

Em relação ao restante da capitania, a constatação era mesma: “Existirá, porventura, alguma cousa no interior? Também não.”¹³²⁷ Segundo Tavares de Lyra, o interior da capitania foi o palco de violência e devastação dos holandeses.¹³²⁸ Os núcleos de população mais importantes da capitania, onde estavam localizados os engenhos *Cunhaú* e *Ferreiro Torto*, atestariam o “theatro de innomináveis carnificinas” e indescritíveis devastações: “não passavam, por fim, de monções de ruínas”.¹³²⁹

Todo o legado holandês no Rio Grande [do Norte] é narrado sob o signo da violência. Tavares de Lyra põe em suspeição, ainda, as possíveis contribuições neerlandesas para o desenvolvimento material da capitania. Para ele, as velhas muralhas da lagoa de *Guarairas* e a ponte de *Extremoz*, construídas pelos *invasores*, não visavam o melhoramento estrutural da capitania, mas sim atendia aos próprios interesses bélicos dos holandeses. Desse modo, Augusto Tavares de Lyra minimiza o possível legado batavo: “Afôra isto, não resta nem mesmo a noticia de quaisquer outros melhoramentos effectuados pelos intrusos.”¹³³⁰ Até mesmo as descobertas das salinas de Mossoró e de Macau, ocorridas nas primeiras expedições neerlandesas ao interior da capitania, comandadas por Gedeon Morris e Smient, foram descritas como contribuições modestas e improfícuas, primeiro, porque os próprios portugueses já haviam tomado conhecimento das regiões salineiras e, segundo, por representar os interesses da *Companhia das Índias Ocidentais* “cuja politica na America foi sempre a de locupletar-se com o labor extranho, sem preparar vantagens futuras. Assim foi tudo e por toda parte”.¹³³¹

Embora o legado holandês tenha sido relatado como improfícuo e modesto, Tavares de Lyra compreendia que, do ponto de vista étnico, os neerlandeses teriam contribuído para a formação étnica do tipo sertanejo do Rio Grande do Norte. Como vimos no capítulo anterior, Alberto Maranhão e Antônio de Sousa já haviam afirmado que, no interior da capitania, teria

¹³²⁵ Idem.

¹³²⁶ Idem.

¹³²⁷ Idem. p.505.

¹³²⁸ Idem. p.505-506.

¹³²⁹ Idem.

¹³³⁰ Idem. p.506.

¹³³¹ Idem.

havido o cruzamento das raças, entre índios do sertão e os flamengos. O resultado deste cruzamento seria constatado na própria característica física das populações sertanejas do Rio Grande do Norte. Augusto Tavares de Lyra corroborava também com a referida tese: “Talvez esteja mesmo no maior cruzamento então operado entre eles e os índios a explicação para a diferença de typo que, não raro, se observa entre os sertanejos e os habitantes do litoral norte-rio-grandense.”¹³³² Segundo ele, a presença de homens alourados, fortes e de olhos azuis e de crianças louras e de “inquietos olhos de côr de saphira”, relato atestado por aqueles que viajavam pelo interior do estado, era uma evidência da herança racial holandês na formação étnica da população do sertão do Rio Grande do Norte.¹³³³

Depois de argumentar que os holandeses deixaram raros e modestos vestígios no Rio Grande [do Norte], Tavares de Lyra finaliza seu artigo da seguinte maneira:

Na terra gloriosa onde nasceu Camarão – e que os invasores reduziram ao extremo de não ter um escabino ou um colono que a representasse na assembléa que Nassau reuniu no Recife, de 27 de Agosto a 4 de Setembro de 1640 – somente ficou, como lembrança inapagável do jugo flamengo, a tradição, que não morre, de provações tremendas.¹³³⁴

Nesse trecho, Tavares de Lyra realça três aspectos centrais na construção da narrativa sobre a presença holandesa no Rio Grande [do Norte]: primeiro, a asserção de que Felipe Camarão era norte-rio-grandense; segundo, a ideia do holandês como *invasor*; e, terceiro, a *provação tremenda*, isto é, o legado devastador da conquista batava e seu efeito violento para a população resistente da capitania.

O artigo de Tavares de Lyra foi considerado o mais completo estudo sobre a presença holandesa no Rio Grande [do Norte], até então publicado. Em 1915, o redator parlamentar do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, Agenor de Roure,¹³³⁵ escreveu uma resenha sobre o texto de Tavares de Lyra, publicando-a na *RIAGP* no mesmo ano. No geral, o jornalista fluminense avaliou positivamente o trabalho do historiador norte-rio-grandense,

¹³³² Idem. p. 504-505.

¹³³³ Idem.

¹³³⁴ Idem.

¹³³⁵ Agenor Lafayette de Roure nasceu em Nova Friburgo (RJ) no dia 28 de fevereiro de 1870, filho de Ernesto de Roure, fazendeiro, e de Angelina de Roure, ambos suíços. Dedicou-se ao jornalismo, no qual se iniciou com pouco mais de 20 anos como revisor do *Jornal do Brasil*, onde se tornaria, mais tarde, redator e secretário. Agenor de Roure foi redator de vários jornais importantes do Brasil da Primeira República. Em 1904, começou a trabalhar como redator parlamentar no *Jornal do Comércio*, onde permaneceria até 1919. Em 1917, tornou-se membro do IHGB, do qual viria a ser, mais tarde (1924), sócio honorário. No mesmo ano também, tornou-se sócio do IAGP. Conferir: DIAS, Sônia. Agenor de Roure. In: BARRETO, Sérgio. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015 (Verbetes) e **Jornal do Recife**. Recife. 23 de junho de 1917.

considerando-o excelente, minucioso e documentado.¹³³⁶ Agenor de Roure elogia a minúcia com que Tavares de Lyra narra as marchas e contra-marchas, durante o processo de conquista, a descrição dos combates e a precisão das forças empenhadas na luta de resistência: “o seu trabalho ha de ficar, nos volumes do nosso primeiro Congresso de Historia, como um estudo consciencioso e justo do que foi o dominio hollandez no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte.”¹³³⁷

Como qualquer texto de crítica intelectual, Agenor de Roure fez também vários contrapontos ao texto de Tavares de Lyra. O primeiro deles diz respeito à crítica que o historiador norte-rio-grandense fez ao próprio domínio holandês. Conforme o jornalista fluminense, o procedimento dos batavos foi o mesmo de qualquer nação conquistadora do período, inclusive, de Portugal. Agenor de Roure contrapunha-se ao argumento de Tavares de Lyra de que o domínio holandês não era legítimo, uma vez que o Brasil já pertencia ao império ibérico. Para refutar tal argumento, o jornalista fluminense alegava que os portugueses teriam se aproveitado da descoberta para conquistar as terras pertencentes aos indígenas.¹³³⁸ Nesse caso, os holandeses e os portugueses tiveram a mesma atitude em relação ao processo de conquista. Se os batavos tentavam apossar-se de terras que os portugueses haviam primeiramente avistado, os lusitanos, “por sua vez, não faziam senão apossarem-se de terras que os indigenas estavam habituados a *vêr* e a explorar, nellas residindo desde que nasciam. Era a luta pela vida, entre as nações.”¹³³⁹ Os holandeses, segundo o jornalista fluminense, procederam como era costume da época, ou seja, as nações disputavam entre si o domínio dos mares e das terras descobertas. Tal atitude era própria do princípio liberal, tão característico nos séculos XVI e XVII.¹³⁴⁰ Para Agenor de Roure, esta primeira argumentação atenuaria o *crime* cometido pelos holandeses, por essa razão os estudiosos do tema, como Augusto Tavares de Lyra, não poderiam olhar com antipatia ou rancor o procedimento adotado pelos holandeses na ocasião da conquista do Brasil.¹³⁴¹

O segundo contraponto ao texto de Tavares de Lyra refere-se à depreciação da conquista holandesa. Como vimos, o historiador norte-rio-grandense interpretou a *invasão* e o domínio neerlandês como um ato de rapinagem e de violência. Para Agenor de Roure, a interpretação de Tavares de Lyra era correta em parte: “Ninguem vai sustentar, está claro, que

¹³³⁶ROURE, Agenor de. Dominio Hollandez no Brasil. Impressoes de leitura. In: **RIAGP**. Recife. Volume XVII. Números 87 a 90. 1915. p. 350.

¹³³⁷ Idem. p.355.

¹³³⁸ Idem. p.353.

¹³³⁹ Idem.

¹³⁴⁰ Idem. p.354.

¹³⁴¹ Idem.

foi louvável o gesto dos Holandeses enviando expedições ao Brasil com o intuito de apossar-se de terras por outro povo descobertas.”¹³⁴² A despeito da falta de nobreza dos holandeses na tentativa de apossarem-se das terras *ocupadas* pelos portugueses, Agenor de Roure argumentava que o intento batavo não era mais do que uma expressão do “simples desejo de expansão territorial e comercial que ainda hoje domina as potências européas.”¹³⁴³ Por essa razão o qualificativo da pirataria/rapinagem, utilizada por Tavares de Lyra, não era adequada para a interpretação dos motivos que levaram os holandeses a tentarem colonizar o Brasil. Agenor de Roure toma como referência o próprio colonialismo do século XIX e XX, em que as potências europeias, assim como os holandeses do século XVII, estavam interessados em conquistar territórios para dar vazão aos seus interesses econômicos.¹³⁴⁴ Se o colonialismo do seu tempo presente não deveria ser enquadrado como um ato de rapina, tampouco, a experiência da conquista holandesa poderia: “Os historiadores em 1915, olhando para a Bélgica, talvez devessem referir-se com pouco rigor aos Portuguezes e aos Holandeses de 1630 a 1654”.¹³⁴⁵ Considerando como semelhantes as duas experiências colonizadoras, Agenor de Roure concluía que a crítica de Tavares de Lyra era infundada. Isso não quer dizer que o jornalista era defensor da causa holandesa no Brasil. Pelo contrário, sua leitura pondera os problemas gerados pela conquista neerlandesa, sem, no entanto, avaliá-la negativamente.

Em síntese, a crítica ao texto de Tavares de Lyra dizia respeito a antipatia do autor pelo domínio holandês no Brasil. Em contrapartida, segundo Agenor de Roure, o mérito do trabalho de Tavares de Lyra estava na descrição minuciosa da luta que terminou pela expulsão dos batavos do norte do país e na sinceridade e na verdade com que Tavares de Lyra narrava os episódios desta luta, “na qual os Portuguezes do Brasil se mostraram de uma resistência verdadeiramente heroica e de uma bravura digna da comemoração feita perante o nosso primeiro Congresso de História e perpetuada nos paginas desse livro notável.”¹³⁴⁶

A crítica de Agenor de Roure ao texto de Tavares de Lyra ressaltava a maneira pela qual ele interpretava o evento da conquista holandesa. Decerto, Tavares de Lyra construiu uma leitura assaz depreciativa em relação à experiência neerlandesa no Brasil e na capitania do Rio Grande. Sua maneira de narrar o acontecimento, contribuiu para a formação de uma dada representação do passado norte-rio-grandense. O seu texto tornou-se uma referência para outros estudos acerca do domínio holandês no Rio Grande [do Norte]. Mais do que isso, a

¹³⁴² Idem. p.351.

¹³⁴³ Idem. p.354-355.

¹³⁴⁴ Idem. p.355.

¹³⁴⁵ Idem. p.356.

¹³⁴⁶ Idem. p.355-356.

partir do seu artigo, Tavares de Lyra construiu não só uma dada forma de ler a história do seu estado, mas, sobretudo, pôde urdir uma narrativa comprometida em evidenciar a participação do Rio Grande do Norte em um dos considerados principais acontecimentos históricos do Brasil. O tempo do Rio Grande do Norte e o tempo da nação foram conectados.

5.3 – Articular o tempo da nação ao tempo do Rio Grande [do Norte] (2): notas sobre a participação da capitania na independência do Brasil

Augusto Tavares de Lyra publicou o primeiro texto voltado, estritamente, para a história política do Rio Grande do Norte no período compreendido de 1817-1824.¹³⁴⁷ Até então, os textos anteriores, o artigo de Gonçalves Dias, o livro de Manoel Ferreira Nobre e o ensaio de Alberto Maranhão, haviam destacado apenas a participação de dois indivíduos da história política do Rio Grande do Norte entre 1817-1824, quais sejam: José Ignácio Borges e André Albuquerque, sobretudo, este último. Publicado em 1907, pela *RIHGRN*, o artigo intitulado *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte* tinha como objetivo narrar as ações dos governadores da capitania/província que atuaram no interstício de 1817 a 1824.

Como sugere o próprio título do artigo, o relato histórico tecido pelo letrado norte-riograndense diz respeito fundamentalmente à política. O estudo de Augusto Tavares de Lyra sobre a história política do Rio Grande do Norte estava em consonância com o *regime de historicidade moderno*.¹³⁴⁸ É imperioso ressaltar que uma parte significativa da produção historiográfica do século XIX, sobretudo na França e na Alemanha, estava voltada para os temas caros aos enredos políticos, especialmente no que tange a guerra e a diplomacia.¹³⁴⁹ Isso não quer dizer que a história política oitocentista se reduzisse apenas aos temas vinculados a guerra e a paz. A história das relações entre os países e a história dos políticos ou de personagens atrelados ao Estado nacional eram temas igualmente recorrentes entre os

¹³⁴⁷ LYRA, Augusto Tavares de. *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte*. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 5. Número 1. 1907. p.5-160.

¹³⁴⁸ Ao analisar o *regime de historicidade moderno*, o historiador François Hartog mencionou a história política como um dos componentes do fazer historiográfico no oitocentos: “ Ao longo de todo o século XIX, enquanto se profissionalizava e ambicionava se apresentar como uma ciência (baseada no modelo das ciências da natureza), a história apoiou-se sobre e colocou em prática um tempo histórico – linear, cumulativo e irreversível – correspondendo a uma história política, na qual os príncipes são substituídos por nações, como atores da história, e onde o progresso vinha a substituir a salvação”. HARTOG, François. *Tempos do mundo, história, escrita da história*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

¹³⁴⁹ RANKE, Leopold von. *O conceito de História Universal (1831)*. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p.208

historiadores oitocentistas.¹³⁵⁰ A emergência do nacionalismo no século XIX, sobretudo o alemão, possibilitou uma reorientação na produção historiográfica, doravante, orientada em conformidade com as demandas dos Estados nacionais, com o escopo de legitimá-los historicamente.¹³⁵¹ Os próprios historiadores eram, muitas vezes, homens do Estado e seus escritos, de maneira geral, estavam em consonância com os assuntos de natureza política.¹³⁵² À guisa de exemplo, podemos citar os artigos de Tavares de Lyra sobre a questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, nos quais defendeu os interesses do seu estado. Ademais, seus artigos publicados n' *A República*, ao qual passou a escrever em 1893, a coluna *Em vários tons*, demonstram o seu compromisso em defender as convicções e concepções políticas, prontamente comprometidas com a causa republicana advogada por Pedro Velho. O mesmo teor aparece em seus textos publicados na *RRN*, em que sai em defesa dos valores do regime republicano e do governo liderado por Pedro Velho. Desde o começo de sua carreira como jornalista, Augusto Tavares de Lyra tornava o político como objeto de sua análise intelectual. Não é por acaso que a grande maioria dos seus textos historiográficos tenha como tema geral a história política.

Dentro do quadro geral da história política do Rio Grande do Norte, Augusto Tavares de Lyra não optou por realçar a memória em torno da participação de André de Albuquerque no processo revolucionário de 1817, como fizeram Manoel Ferreira Nobre e Alberto Maranhão. Pelo contrário, o sócio do IHGRN construiu uma narrativa para além do governo provisório revolucionário. O intuito de Tavares de Lyra era dar continuidade ao artigo de Luiz Fernandes sobre os capitães e os governadores do Rio Grande do Norte. O recorte temporal escolhido por ele compreendia o período da passagem da capitania para a província. É interesse ressaltar que essa escolha não é por acaso. Por um lado, estava diretamente relacionada ao momento em que o Rio Grande do Norte tornava-se independente judicialmente da Paraíba e emancipada economicamente e administrativamente de Pernambuco, logo após o malogro de 1817. Por outro, a temporalidade correspondia ao processo de emancipação política do Brasil e o início da organização do Estado nacional. Para

¹³⁵⁰ FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004. p.227.

¹³⁵¹ Isso não quer dizer que os estudos históricos no oitocentos se resumissem à história política. A história da ciência e das realizações artísticas também era objeto de estudo dos historiadores oitocentistas. Conferir: BURCKHARDT, Jacob. Sobre a história da arte como objeto de uma cátedra acadêmica (1874). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010 e RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

¹³⁵² BENTIVOGLIO, Julio Cesar. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. **Revista de Teoria da História**, v. 3, p. 20-58, 2010.

Augusto Tavares de Lyra, o escopo do seu artigo examinaria o Rio Grande do Norte nessa temporalidade em específico, evidenciando a repercussão e a consolidação da Independência do Brasil no Rio Grande do Norte “ou antes, quaes acontecimentos que, então, se desdobraram entre nós, tal o objecto das notas que se seguem”.¹³⁵³ Em outros termos, a proposta do artigo de Tavares de Lyra era estabelecer uma relação temporal entre o Rio Grande do Norte e o Brasil, isto é, organizar uma *ordem do tempo* para o estado articulando-a ao tempo da nação.

A tensão entre colonizadores (portugueses) e colonizados (brasileiros) é o mote de explicação da Independência. Segundo Tavares de Lyra, a rivalidade entre a *vítima* e o *explorador*, proporcionada pelo próprio sistema colonizador, explica as constantes revoltas e as lutas sangrentas ocorridas no Brasil desde o período colonial, desembocando na Independência: “Os abusos das autoridades e depredações dos colonizadores cavaram fundo os dissentimentos; e, chegado o dia das reivindicações, a independencia – sonho e anelo dos patriotas – viria, factualmente, n’um movimento triumphante”.¹³⁵⁴ Fica claro que, para Tavares de Lyra, a emancipação política do Brasil é pensada de maneira fatalista. Muitos letrados republicanos do final do século XIX e início do XX, faziam também essa leitura. Para eles, a Independência era considerada como algo inevitável, presente na própria *natureza da nação*.¹³⁵⁵ Não é sem razão que Moreira de Azevedo tenha afirmado em seu artigo *A independencia do Brazil*, publicado 1897, pela *RIHGB*, que a emancipação política da nação foi obra mais da natureza do que dos seus filhos.¹³⁵⁶ Para muitos homens de letras do Brasil oitocentista, o passado tornava-se unívoco e o processo em direção à Independência “tem o sentido de marcar a irresistibilidade da história”.¹³⁵⁷ Desse modo, a inevitabilidade da emancipação política da nação explicaria o próprio processo de oposição entre os interesses dos portugueses e dos brasileiros.

O binômio *exploradores* e *vítimas*, correspondendo, respectivamente, portugueses e brasileiros, mostra o diálogo de Augusto Tavares de Lyra com o texto de Muniz Tavares, sobre a revolução pernambucana de 1817. Ambos partiam do pressuposto de que as rivalidades entre os brasileiros e os portugueses despertaram o interesse dos grupos políticos

¹³⁵³ LYRA, Augusto Tavares de. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. n.1. Volume 5, 1907. p.15.

¹³⁵⁴ Idem. p.6.

¹³⁵⁵ SOUSA, Francisco Gouvêa de. **Proclamação e Revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1890)**. 2012. 233 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RIO. Rio de Janeiro. p.27.

¹³⁵⁶ AZEVEDO, Moreira de. A independencia do Brazil. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 60. Parte 2. 1897. p.98.

¹³⁵⁷ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.6.

locais pela Independência em relação à metrópole. Desse modo, o antagonismo entre portugueses e brasileiros construía, paulatinamente, os rumos em direção à causa autonomista, consumada com o aguçamento das tensões entre eles, devido a instalação da Corte no Brasil.¹³⁵⁸ Logo, o episódio da transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro seria o ponto de partida para a emancipação política nacional, uma vez que as concessões conferidas pela metrópole em solo brasileiro, como a *Abertura dos Portos* e a elevação da colônia à condição de reino, teriam estimulado o patriotismo dos brasileiros, já evidente desde as lutas do período colonial: “A semente, lançada em terreno fértil, havia de brotar, regada com amor e carinho pelos brasileiros. Logicamente, não podíamos deixar de chegar á constituição definitiva de uma nacionalidade livre”.¹³⁵⁹

A conjuntura do outro lado do Atlântico, marcada pela vitória da *Revolução do Porto* e da orientação política das *Cortes portuguesas*, também teriam contribuído para o despertar “do querer e do sentir nacionais”, segundo Tavares de Lyra.¹³⁶⁰ Para ele, o retorno de D. João VI para Portugal em 1821, em decorrência da pressão política exercida pelos lusitanos, e, conseqüentemente, a permanência de D. Pedro I no Brasil foram decisivos para a consumação da Independência.¹³⁶¹ No entanto, a volta de D. João VI foi considerada apenas como uma *causa ocasional* da emancipação e não a sua causa primordial.¹³⁶² Como já adiantamos, Tavares de Lyra compreendia que o sentimento autonomista dos brasileiros era uma *tendência* presente na própria natureza da nação e não um mero casuísmo histórico. Por um lado, afirmar essa inclinação dos brasileiros para a nacionalidade livre era uma forma de conferir ao povo o protagonismo da Independência nacional. Por outro, era maneira de reduzir o papel de D. Pedro I no processo emancipacionista do país: “Os desejos de D. Pedro não eram, por certo, fazer a independencia do Brasil. A ella chegou arrastado pelas contingencias do momento (...) Foram, pois, os acontecimentos que fizerem d'elle o libertador do povo que tinha de governar um dia”.¹³⁶³ Como podemos perceber nesse excerto, o historiador norte-rio-grandense não nega a contribuição de D. Pedro I na Independência, no entanto, não o coloca como protagonista do movimento. O príncipe regente é apenas um dos agentes de uma vontade nacional em curso. Nesse sentido, D. Pedro I não é o protagonista que determina os acontecimentos históricos, convergindo-os em direção a emancipação, pelo contrário, o Imperador é determinado pelos próprios eventos. Essa forma de compreender o papel

¹³⁵⁸ Idem.

¹³⁵⁹ Idem. p.7.

¹³⁶⁰ Idem.9.

¹³⁶¹ Idem.

¹³⁶² Idem.

¹³⁶³ Idem. p.10.

reduzido de D. Pedro I, no processo emancipacionista da nação, evidencia a contraposição de Augusto Tavares de Lyra ao conjunto geral de interpretações correntes no país sobre os protagonistas da Independência, em especial, a versão de Varnhagen.

No segundo tomo da *História Geral do Brazil* (1857), Varnhagen confere a D. Pedro I não só a centralidade da emancipação da nação, mas também a sua importância para a manutenção da sua unidade territorial: “Deus protegeu o Brazil, inspirando a D. Pedro o meio de o salvar!”.¹³⁶⁴ O príncipe regente é colocado como um salvador da *Pátria*, o qual a livra do *separatismo* e da *anarquia* das vizinhas Repúblicas latino-americanas. É interessante notar que a ação de D. Pedro I aparece associada a um ente transcendental: Deus ou a Providência. A intervenção da Providência apresenta-se no texto de Varnhagen como um recurso explicativo do acontecimento, o qual coloca D. Pedro I no centro da ação, como um protagonista inspirado a consumir o desígnio divino.¹³⁶⁵ Nesse sentido, a presença da Providência age por trás da ação de D. Pedro I que concretiza o seu intento teleológico. Esse tipo de leitura providencialista é regular na obra de Varnhagen, chegando “às vezes, quase às raias da intervenção milagrosa, sobretudo quando estão em jogo valores e princípios caros ao autor, como a defesa do que considera os interesses nacionais”.¹³⁶⁶ Diferentemente de Varnhagen, Tavares de Lyra em seu texto *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte*, considera que a ação de D. Pedro I é fruto de uma vontade geral, isto é, de uma tendência imanente do povo brasileiro em realizar o desígnio de sua própria natureza e não um ato guiado pela Providência divina. Em outras palavras, a Independência do país era um dado, um devir, que se concretizaria sem ou com o auxílio D. Pedro I.

Além de Varnhagen, a interpretação de Tavares de Lyra contrapunha-se aos textos de alguns dos seus consórcios do IHGB. No artigo do sócio Tristão de Alencar de Araripe, intitulado *Patriarcas da Independencia Nacional*, publicado em 1894, pela *RIHGB*, há uma clara intenção em evidenciar o protagonismo de D. Pedro I no processo de emancipação da nação, a despeito da espontaneidade e do ânimo de todos os brasileiros e da importância de outros patriarcas, como José Clemente Pereira e José Bonifácio de Andrada, para a sua consumação: “sem a sua explicita vontade eles se não praticariam; bastava a sua recusa para serem impedidos; o merito do principe na realização da nossa independencia é portanto da

¹³⁶⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil**. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. p.438.

¹³⁶⁵ CEZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle**. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 2002. p. 564.

¹³⁶⁶ WHELING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.80.

mais patente e incontestável verdade”.¹³⁶⁷ Em posição oposta ao seu patrício, Augusto Tavares de Lyra considerava que o brado de Ipiranga, realizado por D. Pedro I era apenas uma constatação de um fato que já havia sido feito “no espírito e no coração dos brasileiros”.¹³⁶⁸ Essa forma de conceber o papel de D. Pedro I na Independência é parte da própria concepção política de Augusto Tavares de Lyra. A formação em direito no Recife, instituição de certa vanguarda na difusão da tradição republicana do país, e a aproximação política com o fundador do *Partido Republicano do Rio Grande do Norte* (PRRN) e líder do republicanismo oficial do estado, Pedro Velho, foram fundamentais para construção do pensamento republicano de Tavares de Lyra.

Como já mencionamos anteriormente, Augusto Tavares de Lyra, republicano convicto,¹³⁶⁹ publicou, no início dos anos 90 do século XIX, vários artigos no jornal *A República*, mais precisamente, em sua coluna *Em vários tons*, defendendo o neófito regime republicano e, conseqüentemente, criticando severamente os legados monárquicos do país, como por exemplo, a instrução pública.¹³⁷⁰ Tavares de Lyra fez da sua coluna no jornal uma trincheira para combater os adversários de Pedro Velho e da República. Além disso, Tavares de Lyra posicionou-se como um militante do *Batalhão Patriótico Silva Jardim*, criado por Pedro Velho, no início dos anos 90, com o objetivo de combater possíveis avanços dos considerados movimentos *monarquistas*: a *Revolta da Armada* e a *Federalista*.¹³⁷¹

¹³⁶⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. Patriarcas da Independência Nacional. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 57, parte 1. 1894. p.177.

¹³⁶⁸ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.15.

¹³⁶⁹ **A República**. Natal, 24 de dezembro de 1892.

¹³⁷⁰ Logo em seu segundo artigo publicado em sua coluna *Em Vários Tons* no dia 7 de janeiro de 1893, Tavares de Lyra criticou a instrução pública brasileira durante a monarquia, cumprindo a orientação do jornal de tecer críticas ao regime deposto. A análise de Tavares de Lyra em seu artigo sobre o ensino público no Brasil, teve como objetivo salientar o comprometimento que o recente governo republicano teve em reformar o ensino no país, mostrando a importância da educação básica para a garantia da liberdade nacional. No entanto, a escolha desse tema para a sua estreia como jornalista não foi por acaso. Segundo o historiador Almir Bueno, as discussões em torno da liberdade de imprensa, das eleições e da instrução pública durante o Império, foram alguns dos temas que a imprensa norte-rio-grandense de cunho antipedrovelhista e simpatizante do monarquismo, aproveitou para manifestar opiniões simpáticas ao regime deposto. Em oposição ao tom laudatório da imprensa antipedrovelhista sobre a instrução pública no Império, Tavares de Lyra desconstrói o “legado” monárquico da educação, evidenciando que o ensino público foi descurado e esquecido pelos poderes públicos imperiais.¹³⁷⁰ Nesse sentido, Tavares de Lyra é cirúrgico: critica aquilo que é considerado uma das obras mais notáveis do Império, construindo uma narrativa da diferença entre a Monarquia e a República, a fim de deslegitimar a imprensa oposicionista e próprio regime monárquico. Tavares de Lyra estreou no jornal *A República* cumprindo o propósito que foi requisitado por Pedro Velho e seus correligionários republicanos: defender e legitimar o novo regime. LYRA, Augusto Tavares de. Em vários tons. In: **A República**, Natal, 01 de janeiro de 1893. BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRRN, 2002, p.240.

¹³⁷¹ As revoltas consideradas *restauradoras*, estiveram ligadas ao contexto da crise política e institucional que se instalou na transição da presidência de Deodoro da Fonseca para o seu vice, Floriano Peixoto. A renúncia da presidência por Deodoro, em 1891, criou um clima de animosidades políticas entre os grupos deodoristas, florianistas e monarquistas, o que levou alguns setores civis e militares da sociedade brasileira a considerarem inconstitucional a substituição do presidente pelo seu vice. Em meio a esse quadro de tensões políticas, eclodiu

No Rio Grande do Norte, a irrupção da *Revolução Federalista* e da *Revolta da Armada* permitiu que muitos partidários do republicanismo, mesmo os que não eram simpáticos à ala do jacobinismo florianista, defendessem as ações de Floriano no combate a sedições, por considerarem o único capaz de salvar a República do perigo e da iminência da volta à Monarquia.¹³⁷² Para Tavares de Lyra, essa ameaça concretizou-se no instante em que o almirante Saldanha Gama assumiu a liderança desses movimentos e, por conseguinte, ter demonstrado o intuito de apelar para a nação, por meio de um plebiscito, sobre a legitimidade da República, o que demonstrava, para ele, “uma tentativa clara de restauração.”¹³⁷³ Pedro Velho seguiu a orientação nacional de radicalização republicana, criando, em 1893, o *Batalhão Silva Jardim*.¹³⁷⁴ Em todo o país emergiram os chamados batalhões patrióticos, no Ceará, por exemplo, foi criado o *Batalhão dos Servidores da Pátria*, com o objetivo de defender as instituições republicanas em luta contra os “revoltosos monarquistas, que acabam de manifestar o intuito de restauração.”¹³⁷⁵ Assim como o congêneres cearense, o *Batalhão Silva Jardim* tinha como escopo “reparar a denuncia minaz da idéia de restauração”, defendendo “a todo transe a Republica”.¹³⁷⁶

Composto por civis liderados por um militar, o major Pedro Lima, os *soldados*, oriundos da *flora da sociedade norte-rio-grandense*¹³⁷⁷, eram treinados para uma eventual necessidade, caso ocorresse a generalização das revoltas de cunho monarquista, e que

dois movimentos considerados, pelos seus opositores, monarquistas: a *Revolta da Armada* e a *Federalista*. A primeira começara desde abril de 1892, quando 13 generais do exército assinaram um manifesto contrário a Floriano Peixoto, pois entendiam que seu governo era inconstitucional, buscando a partir desse argumento novas eleições e, conseqüentemente, o afastamento do presidente da República. Como corolário a manifestação desses generais, Floriano Peixoto reagiu prendendo e afastando os oficiais envolvidos. No ano seguinte, a situação no sul do Brasil, permitiu mais uma vez o choque entre Floriano e seus opositores. Ao apoiar o líder do *Partido Republicano Rio Grandense*, Júlio Castilhos, no governo do Estado, Floriano Peixoto atraiu novamente a ala oposicionista, dessa vez, na parte meridional do país. A oposição a Júlio Castilhos, representado por Silveira Martins, chefe do *Partido Federalista*, irrompeu em fevereiro de 1893, eclodindo a guerra entre federalistas e republicanos, tomando, posteriormente, proporções nacionais à medida que os oposicionistas de Floriano começaram a apoiar o movimento federalista, ao mesmo tempo que emergia no Distrito Federal, sob liderança do almirante Custódio de Melo, a *Revolta da Armada*. A imprensa florianista passou a identificar as revoltas como ameaças à República brasileira, caracterizando-as como movimentos monarquistas, o que levou ao almirante Custódio de Melo publicar um manifesto no dia 20 de dezembro de 1893, que se dizia um defensor da República civil. FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; - v.1). p.70.

¹³⁷² BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFERN, 2002. p.244.

¹³⁷³ LYRA, Augusto Tavares de. A Política. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume 1. Ano 1. 1898. p.39.

¹³⁷⁴ Idem, p.244-245.

¹³⁷⁵ **O Caixeiro**. Natal, 20 de Novembro de 1893.

¹³⁷⁶ **O Caixeiro**. Natal, 31 de janeiro de 1894.

¹³⁷⁷ Idem.

colocassem “em perigo a sobrevivência das instituições republicanas,”¹³⁷⁸ como demonstra o anúncio do jornal *O Caixeiro* do dia 3 de janeiro de 1894:

HONTEM realizaram os voluntarios do batalhão <<Silva Jardim>> o seu primeiro exercicio de manejo d’armas, achando-se já bastante adiantados na *escola de pé*. (...) Na occasião do serviço, o commandante arvora as figuras necessarias á boa ordem e regularidade de manobras. E’ um bello systema igualitario e democratico, e algum tanto differente do que se observa na guarda nacional do Estado, onde todos são, pelo menos, tenentes coroneis. (Sem pedir já se vê?)

O certo è que, raramente, uma instituição terá despertado mais entusiasmo e gosto, do qae se vai notando dos sympathicos defensores da Republica, que constituem o batalhão <<Silva Jardim>>.

Tavares de Lyra foi um desses jovens voluntários do batalhão defensores da República contra a considerada ameaça monarquista. Na coluna *Em vários Tons* do dia 18 de março de 1893, Tavares de Lyra publicou um artigo criticando os opositoristas do governo Floriano e que apoiavam as revoltas que estavam ocorrendo no sul do país, construindo um discurso que desqualificava os opositoristas, adjetivando-os de antipatriotas, indignos, perturbadores da ordem e restauradores:

E nem de outra maneira se explica a eclosão enorme de applausos com os habitantes de todos os Estados da União cobriram o Governo Federal, ao assumir esta posição franca e definida de combate, em todos os terrenos, aos que lá no Rio G. do Sul, onde outr’ora com generosidade e patriotismo foi derramado sangue de muitos heroes, na effectiva pratica das ideias que levaram ao patibulo o abnegado sublime, como Silva Jardim chamou aos alferes Xavier, o Tiradentes, pretendem agora a restauração.¹³⁷⁹

Como podemos perceber nesse trecho do artigo, Tavares de Lyra é um franco apoiador da intervenção militar do governo Floriano nas sedições que estavam ocorrendo no Sul, defendendo medidas enérgicas do governo em relação aos *revoltosos restauradores* que *promoviam* a desordem do país. Em outro artigo, publicado na coluna *Em Vários Tons*, no dia 28 de janeiro de 1893, Tavares de Lyra compreende que a única solução para a estabilidade da paz no Brasil e a garantia das instituições republicanas, era o estabelecimento completo da ordem: “É um empenho de honra a realização desse desideratum, que conduzira a Republica, pelo caminho da Ordem à conquista do Progresso que é a synthese dos destinos da

¹³⁷⁸ BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFERN, 2002. p.245.

¹³⁷⁸ Idem, p.244-245.

¹³⁷⁹ LYRA, Augusto Tavares de. Em vários tons. In: **A República**. Natal, 18 de março de 1893.

humanidade, na phrase de Condorcet”¹³⁸⁰ Nessa passagem, fica explícito o flerte de Tavares de Lyra com a concepção republicana defendida pelos positivistas, que acreditavam na instituição de um governo executivo forte para a manutenção da ordem material e política com vistas a atingir também o progresso da nação. O entendimento de que a manutenção da ordem era o que garantiria o progresso, fomentou a mobilização dos soldados-cidadãos a defenderem o regime republicano das ameaças restauradoras. Nesse sentido, Tavares de Lyra militava a favor da causa republicana em duas frentes: combatia os simpatizantes da Monarquia por meio da publicação dos seus artigos da coluna *Em vários Tons* e no engajamento miliciano do *Batalhão Patriótico Silva Jardim*. O comprometimento com a causa republicana e com Pedro Velho o fizeram participar do *Batalhão*, sendo encarregado de inspecionar “a aptidão e a crença republicana de todos aqueles que pretenderem fazer parte do mesmo Batalhão”¹³⁸¹ Militante republicano e franco opositor dos movimentos considerados monarquistas, Augusto Tavares de Lyra, nesse momento específico da sua vida intelectual, lia a história política do Brasil a partir da grade do republicanismo. É por essa razão que o historiador norte-rio-grandense não mediu esforços para esmaecer o papel de D. Pedro I no processo emancipacionista da nação, afinal de contas o príncipe era uma figuração da própria presença da Monarquia na formação histórica do país.

Ao expor o conjunto geral dos acontecimentos que levaram D. Pedro I ao *Brado do Ipiranga*, Augusto Tavares de Lyra parte para a concretização do objetivo primordial do seu artigo: examinar como a Independência do Brasil “repercutiu e se consolidou no Rio Grande do Norte”¹³⁸² Em outros termos, Augusto Tavares de Lyra constrói uma narrativa que cose o tempo da nação ao tempo do Rio Grande do Norte. Isso fica evidente na própria economia do seu texto, tendo em vista que, primeiramente, o autor narra os acontecimentos gerais que levaram a Independência do Brasil e, posteriormente, tratou de evidenciar a sua repercussão no Rio Grande do Norte. A proposta de Augusto Tavares de Lyra é mostrar aos seus leitores como a história-memória da nação implica na história política do estado. O exercício de Tavares de Lyra é diferente da *retórica da naturalidade* de Alberto Maranhão. Neste, o indivíduo é importante para assinalar o lugar do Rio Grande do Norte na construção da memória histórica da nação. No artigo de Tavares de Lyra a proposta é outra, isto é, o que interessa é partir do todo (Independência do Brasil) para explicar a parte (a repercussão no Rio Grande do Norte). A estratégia de Tavares de Lyra é reconfigurar a escala. É por essa

¹³⁸⁰ Idem. Em vários tons. In: **A República**. Natal, 28 de janeiro de 1893.

¹³⁸¹ **O Caixeiro**. Natal, 31 de janeiro de 1894.

¹³⁸² LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.15.

razão que começa a segunda parte do seu texto mostrando o cenário político do Rio Grande, antes do processo de emancipação do Brasil.

Em seu texto *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte*, Augusto Tavares de Lyra fez um exercício semelhante ao que Muniz Tavares empreendeu no primeiro capítulo de sua *História da Revolução de Pernambuco de 1817* (1840), qual seja: apresentou o cenário político do Rio Grande do Norte em 1817.¹³⁸³ O ponto de partida é óbvio: a *Revolução de 1817*. Como já expomos alhures, o referido acontecimento histórico foi alçado pelos adeptos do republicanismo, sobretudo, daqueles oriundos dos estados do Norte do Brasil, como um dos eventos percussores da Independência e do 15 de novembro. Para Tavares de Lyra, bem como para outros estudiosos do início do século XX, era bastante sugestivo começar um texto sobre a emancipação do Brasil e sua repercussão na província, tratando acerca da *Revolução de 1817*.

Augusto Tavares de Lyra começa a segunda parte do texto, citando o cenário econômico da província no limiar do oitocentos: “conquistado desde o fim do século XVI, o Rio Grande do Norte era ainda, no começo do século XIX, uma das capitanias mais pobres e atrasadas do Brasil”.¹³⁸⁴ Natal, sua capital, era um povoado sem importância e pequena: “tinha, em 1817, apenas 700 habitantes”, afirma Tavares de Lyra.¹³⁸⁵ Essas informações iniciais não dizem respeito necessariamente ao mérito da questão, da qual Augusto Tavares de Lyra vai tratar no decorrer do texto. Elas não funcionam como recurso explicativo. Tampouco expressam um conjunto de causas que elucidariam a irrupção do movimento de 1817 no Rio Grande do Norte. As informações supracitadas funcionam apenas como elementos descritivos, não oferecendo nenhum recurso explicativo que esclarece a repercussão da Independência do Brasil no Rio Grande do Norte.

A despeito de citar, laconicamente, a condição econômica em que se encontrava a província e de sua capital no momento da eclosão movimento de 1817, o intento de Tavares de Lyra é concentrar-se, propriamente, no cenário político. É partir dele que toda a narrativa se desenvolve:

Governava-o, nessa epocha, José Ignacio Borges, que, nomeado, a 4 de Março de 1816, assumira o exercicio de seu cargo em 16 de Novembro do mesmo anno. Espirito culto e dotado de apreciaveis talentos, conheceu bem depressa os fundos desgostos e o geral descontentamento que lavravam na

¹³⁸³ Conferir: TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

¹³⁸⁴ Idem. p.15.

¹³⁸⁵ Idem.

capitania e, com louvável solicitude, procurou captar a estima e o apoio dos que, pela sua influência, estavam no caso de tornar mais fácil a sua acção administrativa. Essa atitude – que não logrou evitar na capitania a repercussão do movimento revolucionário de Pernambuco, victorioso no Recife a 6 de Março de 1817 – foi mais tarde acoimada de vacilante e dubia, sendo fóra de duvida que, n'um momento dado, ella tornou-se realmente inexplicavel.¹³⁸⁶

O relato sobre o cenário político do Rio Grande do Norte, no momento da irrupção da revolução de 1817, converge para a ação do até então governador José Ignácio Borges. Como podemos perceber no excerto acima, Augusto Tavares de Lyra o descreve em um tom elogioso. José Ignácio Borges é adjetivado de talentoso, culto, solícito. Contudo, a imagem do governador não era um consenso entre os estudiosos sobre a temática da *Revolução de 1817*, no Rio Grande do Norte.

Como vimos no Capítulo 1, na lista geral do seu *Catálogo*, Gonçalves Dias destacou a atuação de José Ignácio Borges como um personagem solidário aos interesses da Corte portuguesa, além de frisar o seu papel na reorganização administrativa da província, logo após o movimento de 1817. Todavia, Gonçalves Dias não emitiu qualquer encômio ao governador. No relato do sócio do IHGB, José Ignácio Borges é descrito apenas como uma figuração da ordem contrarrevolucionária, a qual contribuiu para a Corte, noticiando as autoridades da Câmara os nomes dos envolvidos e a situação da capitania no decorrer do movimento. Como já escrevemos anteriormente, o destaque a José Ignácio Borges não era um ato desinteressado. O relato de Gonçalves Dias é produto do agenciamento do IHGB e do Imperador, interessados em construir uma versão da história que enaltecesse a empresa da Monarquia na manutenção da ordem política do Império e na unidade territorial da nação. José Ignácio Borges foi alçado como esse personagem que expressaria a luta em favor dos valores do Império em seu combate contra o movimento separatista de 1817.

Em contraposição à versão de Gonçalves Dias, Alberto Maranhão em seu *Ensaio histórico sobre o Rio Grande do Norte*, critica o papel de José Ignácio Borges na revolução. O governador é tratado como plebeu, destituído de qualquer louvor. Em vez de talentoso, culto e solícito, Alberto Maranhão descreve-o como ambicioso, egoísta e adversário da revolução. Diferentemente de Gonçalves Dias, Alberto Maranhão faz parte de uma geração de letrados e políticos alinhados com o pensamento e o imaginário republicano. Nesse sentido, os personagens associados ao passado monárquico foram descritos de maneira depreciativa. Não é por acaso que José Ignácio tenha sido tratado com censura, ao contrário de André de

¹³⁸⁶ Idem. p.15-16.

Albuquerque Maranhão, líder revolucionário norte-rio-grandense, considerado por Alberto Maranhão como herói e mártir do Rio Grande do Norte.

Apesar de partilhar dos mesmos valores republicanos de Alberto Maranhão, Augusto Tavares de Lyra não estabeleceu uma análise radicalmente depreciativa de José Ignácio Borges. Apesar de seu republicanismo e de sua crítica aos valores monarquistas, Augusto Tavares de Lyra construiu uma narrativa diferente para a ação de José Ignácio Borges durante o movimento de 1817. A razão disso se deu pelo uso de vários documentos do período, encontrados e coligidos pelo desembargador Vicente de Lemos. Além de escrever o artigo, Augusto Tavares de Lyra disponibilizou no final do texto, em anexo, ao todo 128 documentos, oriundos, em grande medida, da pesquisa realizada por ele e pelo seu amigo, Vicente de Lemos, nos arquivos pernambucanos no início do século XX.¹³⁸⁷ Consoante Tavares de Lyra, os documentos presentes no anexo do artigo funcionavam, ao mesmo tempo, como prova das verdades históricas presentes no texto e como arquivo, o qual os historiadores do futuro poderiam consultar para deles extrair “a lição que encerram”.¹³⁸⁸

Dentre os documentos encontrados e compilados pelo membro fundador do IHGRN, esteve o manuscrito de José Ignácio Borges, o qual resumiu os acontecimentos políticos concernentes ao momento da irrupção do governo revolucionário de 1817 no Rio Grande [do Norte].¹³⁸⁹ Este documento foi remetido ao acervo do IHGRN, logo nos primeiros anos de sua fundação e publicado integralmente na edição de 1910 de sua revista.¹³⁹⁰ Em particular, a descoberta do manuscrito trouxe novas informações acerca do processo de instalação do governo revolucionário de 1817 no Rio Grande [do Norte] e, conseqüentemente, uma espécie de *revisionismo* acerca da figura de José Ignácio Borges. Ao tomarem conhecimento do manuscrito, os historiadores do IHGRN depararam-se com um erro na data comemorativa da instalação do governo revolucionário de 1817. Até então, através do decreto n.47 de 27 de agosto de 1890, o governador e a Assembleia legislativa, tinham instituído como data comemorativa o dia 19 de março.¹³⁹¹ Porém, com a descoberta do manuscrito de José Ignácio

¹³⁸⁷ Conferir capítulo 3.

¹³⁸⁸ Idem. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. n.2. Volume 5, 1907. p. 241.

¹³⁸⁹ Memória resumida dos acontecimentos políticos que sofreu a Capitania do Rio Grande do Norte no presente anno de 1817, oferecida pelo actual Governador José Ignácio Borges. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VIII. Números 1 e 2. 1910.

¹³⁹⁰ Idem.

¹³⁹¹ **A República**. Natal, 5 de setembro de 1890.

Borges, a data foi corrigida para o dia 23 de março, sendo oficializada pela lei n.210, de 6 de setembro de 1904.¹³⁹²

Diferentemente de Alberto Maranhão que construiu seu ensaio, citando apenas a obra de Muniz Tavares, sem fazer qualquer menção a algum documento, Augusto Tavares de Lyra apropriou-se do manuscrito de José Ignácio Borges e de uma gama significativa de documentos oficiais. Lidas como um passaporte direto ao passado, o acervo documental do IHGRN permitiu a Augusto Tavares de Lyra tecer outras considerações sobre a participação de José Ignácio Borges durante o movimento de 1817, até então ignoradas pelos historiadores do Rio Grande do Norte. Tal desconhecimento deu-se, em grande medida, devido a própria escassez de documentos no estado. Como vimos no capítulo anterior, não havia arquivos documentais no Rio Grande do Norte até a criação do IHGRN em março de 1902. Além disso, os documentos referentes à instalação do governo provisório revolucionário no Rio Grande [do Norte] haviam sido destruídos pelo próprio José Ignácio Borges, logo após a retomada do poder.¹³⁹³ Nesse sentido, a explicação do *revisionismo* em torno da ação do governador José Ignácio Borges durante a instalação do governo revolucionário de 1817 por parte de Tavares de Lyra, deve ser buscada pelo uso dos documentos do período, graças à operação dos letrados norte-rio-grandenses no início do século XX. Isso não quer dizer que Tavares de Lyra tenha aprovado o posicionamento contrarrevolucionário do governador.¹³⁹⁴

Assim como Alberto Maranhão, Augusto Tavares de Lyra considerava o governo revolucionário liderado por André de Albuquerque Maranhão como uma figuração de um movimento a favor da Independência do Brasil e da luta pela República.¹³⁹⁵ Para ele, o mérito do governo provisório de 1817 residia na instalação de um governo republicano no Rio Grande [do Norte]. Contudo, apesar do não envolvimento de José Ignácio Borges com a revolução e sua postura oposicionista, Augusto Tavares de Lyra o considerava um patriota.¹³⁹⁶ O suposto patriotismo do governador é explicado pela sua atitude em relação aos revoltosos:

A reacção no Rio Grande do Norte – restaurado em 25 de Abril o regimen que se chamou da legalidade – não foi das mais condemnaveis, attentos os tristes precedentes de que foi teatro Pernambuco. A adhesão do governador ao rei obrigava-o, sem duvida, a medidas de excepcional gravidade; mas –

¹³⁹² Memoria resumida dos acontecimentos politicos que sofreu a Capitania do Rio Grande do Norte no presente anno de 1817, offerecida pelo actual Governador José Ignácio Borges. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VIII. Números 1 e 2. 1910.

¹³⁹³ Idem. p.6.

¹³⁹⁴ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.17.

¹³⁹⁵ Idem. p.18.

¹³⁹⁶ Idem.

dadas as condições de meio e de epocha – a repressão não assumiu a crueldade que era de esperar.¹³⁹⁷

Segundo Tavares de Lyra, com a retomada do poder pelo governador em junho de 1817, logo após o malogro da revolução em Pernambuco, José Ignácio Borges teria agido com leniência com os revolucionários norte-rio-grandenses. A narrativa de Tavares de Lyra suaviza os efeitos violentos da retomada do poder, justificando, por um lado, a ação do governador, já que este devia lealdade ao Rei, por outro, mostrando que as medidas adotadas por José Ignácio Borges em relação aos envolvidos na revolução, não obteve o mesmo nível de crueldade comparado a experiência do tribunal em Pernambuco. De certa maneira, Tavares de Lyra absorve a atitude de José Ignácio Borges para com os revoltosos:

A prisão de muitos e o confisco dos bens de todos se fez; mas o que é certo é que nenhum sofreu a pena de morte, em que todos haviam incorrido pelo crime de lesa majestade, e a linguagem em que são redigidas as informações officiaes – de que se induz o esforço e o vivo desejo de innocentar os companheiros de André de Albuquerque, fazendo recahir sobre este, que já não existia, a culpa e as responsabilidades do movimento revolucionario – é bem significativa do interesse que o governador tomava pela sorte de muitos, sinão de todos os rebeldes; e a absolvição que obtiveram a preponderancia que, ainda no seu governo, vieram a ter, occupando algumas das primeiras posições da provincia, é um facto que, de futuro, poderá desafiar a attenção dos estudiosos na pesquisa da verdade historica a respeito desse importante episodio de nossa vida politica, no começo do seculo XIX.¹³⁹⁸

Na narrativa do excerto acima é perceptível o interesse de Tavares de Lyra em afirmar que não houve excesso de violência por parte do governador para com os revolucionários. Tampouco há uma distinção entre André de Albuquerque e José Ignácio Borges, como fez Alberto Maranhão. André de Albuquerque aparece na narrativa apenas como aquele personagem cuja culpa e a responsabilidade do movimento revolucionário recaíram sobre ele. A ênfase está menos sobre a morte de André de Albuquerque do que o caráter leniente do governo de José Ignácio Borges no que tange a punição dos revoltosos. Essa assertiva diz respeito a maneira com que Tavares de Lyra leu os documentos oficiais referentes à administração política do Rio Grande do Norte, logo após a revolução de 1817. Para ele, a presença dos ex-revolucionários no corpo administrativo da província, durante o segundo governo de José Ignácio Borges, comprovado pelos documentos oficiais citados no final do artigo, era uma evidência da tolerância e do caráter não beligerante do seu trato para com os

¹³⁹⁷ Idem. p.19.

¹³⁹⁸ Idem. p.19-20.

envolvidos na revolução de 1817: “É facto que havia uma aproximação cordial entre José Ignacio Borges e os adhesistas da revolução de 17. Mais do que isto: elle dava-lhes preferencias e distincções, que os seus inimigos exploravam com uma traição ao juramento de fidelidade ao rei”.¹³⁹⁹ Os documentos recolhidos e pesquisados por Tavares de Lyra o fizeram construir uma narrativa que reconfigurasse/reabilitasse a imagem de José Ignacio Borges como um antagonista da *Revolução de 1817* no Rio Grande do Norte. Fica evidente que o documento oficial era considerado, para ele, como uma via de acesso direto ao passado e uma garantia que o texto do historiador diz a verdade. Para ele, a partir do documento os estudiosos do futuro poderiam encontrar a verdade histórica a respeito de um determinado acontecimento da província. O documento, além de provar o que se diz, descortinaria o que estava encoberto na compreensão de um dado acontecimento histórico. A sua pesquisa foi fundamental para que Tavares de Lyra construísse uma narrativa distinta acerca do período do governo revolucionário de 1817.

Depois de tratar sobre a problemática geral da experiência revolucionária de 1817, Augusto Tavares de Lyra dedicou-se a salientar as implicações do restabelecimento do domínio português no Rio Grande do Norte. As mais destacadas por ele foram: o *Alvará de 18 de março de 1818* e a criação dos partidos políticos. Decretada por José Ignacio Borges, logo após a revolução, o *Alvará de março de 1818* foi a confirmação legal da independência da capitania, já que havia emancipado juridicamente o Rio Grande [do Norte] da Paraíba.¹⁴⁰⁰ Desde o século XVIII, a capitania era dependente economicamente e politicamente de Pernambuco e juridicamente da Paraíba. Os efeitos pós-*Revolução de 1817* trouxeram a ruptura com as duas capitanias vizinhas, o que levou o Rio Grande [do Norte] à condição de província, conquistando sua autonomia.¹⁴⁰¹ A independência da capitania passa a ser colocada como um marco, uma reconfiguração na ordem do tempo do Rio Grande do Norte. Enquanto, os artigos *O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses* (1903), *Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte* (1904/1905) e *A colonização da capitania do Rio Grande* (1918) conferiam uma narrativa que estabelecia a *origem* do Rio Grande do Norte no tempo, evidenciando seus acontecimentos e personagens fundadores, o texto de Augusto Tavares de Lyra construía outra experiência temporal para a província a partir de sua autonomia política, isto é, de sua organização enquanto um estado livre e soberano, embora pertencente ao domínio português, o que não deixa de ser também uma

¹³⁹⁹ Idem. p.29.

¹⁴⁰⁰ Idem. p.20.

¹⁴⁰¹ Idem.

outra forma de fixar o tempo. Em outros termos, isso quer dizer que a história do Rio Grande do Norte, enquanto uma província independente e soberana, teve sua *origem* com o decreto do *Alvará de 1818*, que, segundo ele, “foi o primeiro benefício experimentado pelo Rio Grande do Norte após a transferência da séde do governo portuguez para o Rio de Janeiro”.¹⁴⁰² Essa referência à nova condição política em que o Brasil se encontrava, devido à presença da família real, era uma forma de relacionar o tempo da nação ao tempo do Rio Grande do Norte. Como já havíamos mencionado, existia um interesse de Tavares de Lyra em estabelecer um paralelo temporal entre os acontecimentos concernentes ao processo de Independência do Brasil e os eventos ocorridos na história política do Rio Grande do Norte. Isso fica claro no seguinte excerto:

A revolução iniciada no Porto, triumphante em Portugal e ramificada no Pará, Bahia e outros pontos do Brasil, levou D. João Vi a jurar previamente a constituição que as Cortes iam fazer, urgido pela marcha assoberbante dos acontecimentos que explodiram em 1821 no Rio de Janeiro. (...) Em relação ao Rio Grande do Norte, por mais doloroso que seja confessal-o, a verdade é que a revolução partiu do poder: a província, o povo, em sua maioria, era indiferente ao movimento.¹⁴⁰³

Neste fragmento da narrativa de Tavares de Lyra é perceptível como o Rio Grande do Norte insere-se no tempo da nação, mesmo que a província tenha ficado alheia ao movimento iniciado no Porto. Essa relação entre o nacional e o local evidencia o esforço de Tavares de Lyra em dar sentido a memória histórica do Rio Grande do Norte, articulando a construção da memória nacional, isto é, como a nação, ainda em processo de emancipação, interfere na configuração política da região. Essa questão atravessa o restante do texto historiográfico de Augusto Tavares de Lyra.

Se o restabelecimento do domínio português possibilitou o benefício da criação do *Alvará de 18 de março de 1818*, logo após o malogro da experiência revolucionária de 1817, permitiu também um efeito negativo: a criação dos partidos políticos na província. Segundo Tavares de Lyra, com a reorganização do governo de José Ignácio Borges surgiu na província uma polarização política: de um lado os adeptos da Independência do Brasil e de outro, os defensores da política de recolonização.¹⁴⁰⁴ Para Tavares de Lyra, o problema não era a existência de partidos em si, mas sim o conteúdo da divergência partidária que não provinha da oposição de ideias e princípios em jogo, “mas das facções que procuram apoderar-se do

¹⁴⁰² Idem.

¹⁴⁰³ Idem.p.21.

¹⁴⁰⁴ Idem.

governo”.¹⁴⁰⁵ Tavares de Lyra considerava as divergências partidárias uma perturbação à ordem política estabelecida, uma anarquia que não trazia vantagens a província, “pelo contrario, paralisam o seu natural desenvolvimento, entregando os seus habitantes a estereis agitações”.¹⁴⁰⁶ Essa forma de ler as disputas entre os partidos é concernente a própria experiência política que Tavares de Lyra vivenciou no início da República e no interior do *Partido Republicano Federal* (PRF), do qual fazia parte.

Em um artigo intitulado *A Política*, publicado em 1898, pela *RRN*, Augusto Tavares de Lyra teceu severas críticas as disputas políticas ocorridas no Brasil no limiar do novo regime e dentro do PRF.¹⁴⁰⁷ Para ele, as divergências partidárias e intrapartidárias estavam levando o país a exaltação e o “mal estar a todos os espíritos”.¹⁴⁰⁸ Ademais, a instabilidade política e a paralização do progresso da nação seriam, igualmente, desdobramentos das divergências partidárias.¹⁴⁰⁹ Edgard Morone afirma que o PRF era um aglomerado de tendências política-ideológicas, coexistindo diferentes alas, que traduziam a problemática do momento: os florianistas ou radicais totalmente contrários a Prudente de Moraes; os reacionários que eram anti-florianistas; e os moderados, que oscilavam entre os dois extremos.¹⁴¹⁰ Em seu artigo *Cisão do Partido Republicano Federal em 1897*, publicado na *RIHGB* em 1944, Tavares de Lyra indicou três causas primordiais que levaram ao rompimento dentro do PRF: a) a heterogeneidade das ideias dentro do partido; b) os constantes desentendimentos entre Prudente de Moraes e Francisco Glicério; e c) a questão da sucessão presidencial, levaram ao estopim da crise.¹⁴¹¹ Em 1897, o PRF dividiu-se em duas alas: a majoritária, pró-Prudente e com a maioria no congresso, intitulada de *Concentração* e a minoritária, de gliceristas, chamados de *Republicanos*, que continuavam dirigindo o Partido.¹⁴¹² Assim como Tomás Delfino, Quintino Bocaiúva, Pinheiro Machado, Lauro Müller, Gonçalves Ramos, Joaquim Pernambuco, João Cordeiro e Pedro Velho, Tavares de Lyra tomou partido ao lado de Glicério. Mesmo divididos, as tensões políticas entre as duas alas não cessaram.

¹⁴⁰⁵ Idem.

¹⁴⁰⁶ Idem.

¹⁴⁰⁷ Idem. *A Política*. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Número 2. Natal. 1898. p.41.

¹⁴⁰⁸ Idem. p.41-42.

¹⁴⁰⁹ Idem.p.42.

¹⁴¹⁰ CARONE, Edgard. **A República Velha II: Evolução política (1889-1930)**. 3ªed. São Paulo: Difel. 1977. p.172.

¹⁴¹¹ LYRA, Augusto Tavares de. *Cisão do partido republicano federal em 1897*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Volume 184. 1944. p. 203.

¹⁴¹² CARONE, Edgard. **Op. cit.** p.177.

A partir de 1897, a crítica a Prudente de Moraes, dessa vez, estava ligada ao episódio de Canudos, mais precisamente, a acusação por parte dos jacobinos de que o governo fechava os olhos ao *movimento restaurador*.¹⁴¹³ Com o ambiente cada vez mais tenso, a oposição planejava não somente criar um conjunto de condições insuportáveis para a administração prudentista, mas eliminar fisicamente a pessoa do presidente. O que de fato quase concretizou-se com o atentado ocorrido no dia 5 de novembro de 1897, no momento em que Prudente de Moraes foi atacado por um soldado no cais do Rio de Janeiro, ao receber pessoalmente a expedição vitoriosa que retornava de Canudos.¹⁴¹⁴ Malgrado o plano de seu assassinato, Prudente de Moraes foi levado para o Itamarati e, na saída, foi ovacionado, mas quando chegou ao palácio do governo recebeu a notícia da morte do ministro Ernesto Sena, esfaqueado depois do conflito entre florianistas jacobinistas e o grupo que acompanhava e apoiava o presidente.¹⁴¹⁵

Como corolário do atentado a Prudente de Moraes e da onda de manifestações ocorridas na rua, no Senado debate-se sobre a questão, e os jacobinos, juntamente com alguns membros do PRF, foram acusados de serem os responsáveis pelo ato.¹⁴¹⁶ O grupo pró-Prudente enviou uma petição ao Congresso Nacional no dia 8 de dezembro de 1897, exigindo a instalação do *estado de sítio*, sendo aprovado no dia 12 e sancionado 30 dias depois, sob a justificativa da existência de uma conspiração contra a estabilidade do governo da República.¹⁴¹⁷ Acusados e partidários do PRF, reagiram ao pedido do *estado de sítio* sob a alegação da perda de todas as liberdades públicas, como, por exemplo, a questão das imunidades parlamentares.¹⁴¹⁸ Este ponto foi fundamental para maximizar, ainda mais, as críticas as medidas políticas de Prudente de Moraes, tendo em vista que a irrupção do *estado de sítio* redundou na prisão de um grande número de suspeitos e no início de um inquérito policial em 1898.¹⁴¹⁹ Marcelino Bispo, Manoel Vitorino Pereira, João Cordeiro, Francisco Glicério, Alexandre Barbosa, Irineu Machado, Torquato Moreira, Pinheiro Machado, entre outros, foram considerados envolvidos na conspiração, levando alguns a soltura por falta de provas e, outros, desterrados para a ilha de Fernando de Noronha.¹⁴²⁰ Assim, enquanto vigorou

¹⁴¹³ Idem, p. 179.

¹⁴¹⁴ Idem, p. 180.

¹⁴¹⁵ Idem, p.181.

¹⁴¹⁶ Idem, p. 182.

¹⁴¹⁷ Idem.

¹⁴¹⁸ LYRA, Augusto Tavares de. O Estado de sítio. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume 1. Ano 1. 1898. p.105.

¹⁴¹⁹ CARONE, Edgard. **A República Velha II: Evolução política (1889-1930)**. 3ªed. São Paulo: Difel. 1977. pp.183.

¹⁴²⁰ Idem.

o estado de sítio, os deputados e senadores envolvidos na conspiração contra Prudente de Moraes tiveram suas imunidades parlamentares cassadas, o que explica a prisão de alguns.

Para Tavares de Lyra, os desentendimentos gerados pela cisão do PRF em 1897 e conseqüentemente, a radicalização da polarização partidária, favoreceram a construção de um ambiente hostil politicamente, colocando sob ameaça a estabilidade política do país, comprovado, sobretudo, pela instalação do *estado de sítio*. Nesse sentido, fazia-se necessário lançar mão de todos os esforços possíveis para serem empregados na manutenção da paz e da tranquilidade públicas: “asseguradas estas, a ordem e a liberdade nos darão, á sombra da republica federativa e das suas leis liberaes, a grandeza e a prosperidade a que tem direito aspirar nossa patria”.¹⁴²¹ A recente experiência político-partidária de Tavares de Lyra em 1897, o fez concluir que as disputas entre os partidos na província do Rio Grande do Norte no passado também haviam ameaçado a manutenção da sua ordem política e o seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, a malograda experiência partidária do passado recente, marcado pela polarização entre prudentistas e gliceristas, poderia ser vista também pelo antagonismo entre os adeptos da Independência e os defensores da recolonização, na província do Rio Grande do Norte. Assim como as divisões partidárias de 1897 levaram o país a instabilidade política, as disputas pelo poder na província teriam acarretado um ambiente de anarquia e paralização do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte. Para Tavares de Lyra, o presente da nação e o passado da província padeciam do mesmo problema geral das disputas internas pelo poder e de sua consequência nefasta para a manutenção da ordem e do desenvolvimento material (o progresso).

Como vimos, Augusto Tavares de Lyra, assim como uma parcela significativa dos republicanos brasileiros do final do século XIX e início do XX, positivistas ou não, considerava o par *ordem e progresso* como uma marcha incontornável da história do país. Para Tavares de Lyra, apenas por meio de um governo forte é que a ordem política poderia ser estabelecida e o progresso da nação atingível.¹⁴²² A história do Brasil, e do Rio Grande do Norte, tenderiam, necessariamente, a obedecer a marcha inexorável da humanidade rumo à ordem e ao progresso. Essa forma teleológica de pensar a história implicou na própria maneira de narrar os acontecimentos políticos do Rio Grande do Norte entre 1817 e 1824. Não é por acaso que em toda a narrativa, em torno das administrações dos governadores da província, José Ignácio Borges, Junta governativa, Manoel Teixeira Barbosa, Thomaz de

¹⁴²¹ LYRA, Augusto Tavares de. A Política. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Número 2. 1898. p.42.

¹⁴²² Idem. Em vários tons. In: **A República**. Natal, 28 de janeiro de 1893.

Araújo Pereira e Lourenço José de Moraes de Navarro, tenha sido um relato das relações entre as tentativas de estabelecimento da ordem por parte das autoridades locais e a falta de progresso no Rio Grande do Norte – como podemos na seguinte passagem:

O estado da Capitania ao ser empossado o governo que substitui José Ignacio Borges era do mais lamentavel atraso. Ou porque a pobreza da terra não permittisse grandes emprehendimentos, ou porque a sua acção fosse distrahida para o principal empenho dos governantes, cuja attenção era, muitas vezes, inteiramente absorvida pelo superior empenho de manter a ordem, (...). As agitações, as luctas de facções, sem ideal e sem crenças, nos memoraveis prelios que se seguem á independencia, amortecem, de todo, o espirito de iniciativa dos governos; e só muito mais tarde – acabadas as dissenções que vão desde a independencia até a maioridade de Pedro 2º - assegurada a ordem material restabelecida a calma dos espíritos – se cogita seriamente de melhoramentos de utilidade real para a nação.¹⁴²³

A manutenção da ordem dependia do processo de estabilização política entre os adesistas e opositoristas do movimento pró-independência dentro e fora da província do Rio Grande do Norte. Para Augusto Tavares de Lyra, as lutas entre as facções, devido ao processo emancipacionista, implicaram diretamente na onda de desordem política e atraso econômico da província. É por esse motivo que a principal preocupação dos governadores do Rio Grande do Norte entre 1821-1824 foi a manutenção da ordem local, conforme o sócio do IHGRN.¹⁴²⁴ A narrativa da administração dos governadores da província pós-1817 – do governo de José Ignacio Borges ao de Lourenço José de Moraes de Navarro – é pautada pela tentativa em resolver o problema geral da preservação da ordem na província. Todos eles fracassaram em conter satisfatoriamente a *impetuosa corrente da anarquia*, gerada pelas diversas lutas pelo poder, engendrada por indivíduos ou por grupos políticos.¹⁴²⁵ Em última análise, a história do Rio Grande do Norte de 1817 a 1824 é uma síntese das acirradas disputas políticas na província e sua anarquia.¹⁴²⁶ O movimento da Independência do Brasil é colocado como o fio condutor e aglutinador das agitações partidárias no interior da província. A configuração política local é descrita como uma extensão do que estava acontecendo no âmbito nacional. A situação política do Brasil e do Rio Grande do Norte no decorrer da Independência é narrada sob o mesmo enredo. O tempo da nação e o tempo da província estavam novamente entrelaçados.

¹⁴²³ Idem. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. n.1. Volume 5, 1907. p.30-31.

¹⁴²⁴ Idem. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. n.2. Volume 5, 1907. p.227.

¹⁴²⁵ Idem. p.238.

¹⁴²⁶ Idem. p.241.

A história-memória produzida no interior do IHGRN empregou determinados métodos, fez uso de documentos e a partir deles construiu determinadas representações sobre o passado do Rio Grande do Norte. O intento dos sócios era elaborar um texto que evidenciasse a verdade histórica acerca do passado do estado. Não obstante o seu caráter disciplinar, a historiografia produzida pelo Instituto auxiliou no processo de construção da memória histórica do Rio Grande do Norte, articulando-a a memória nacional. Analisar essa produção nos permitiu perceber como a historiografia esteve a serviço da memória, seja reforçando-a, seja construindo-a, afinal de contas, a escrita da história é um rito de recordação, “um veículo que luta contra o esquecimento e, por conseguinte, contra a degradação que marca o *iter* do tempo.”¹⁴²⁷

Os artigos que acabamos de analisar nesta seção assinalam o interesse dos membros do IHGRN em narrar os acontecimentos históricos considerados fundantes e os mais importantes da memória do Rio Grande do Norte. Embora não fosse objetivo do IHGRN escrever uma história geral para o estado, é perceptível o intento de alguns dos seus membros em publicar textos que colaborassem para a construção de um passado para o Rio Grande do Norte, seja fixando a sua origem no tempo, seja articulando-o ao tempo da nação. Nesse constructo historiográfico, datas, acontecimentos e personagens fundadores foram instituídos como elementos formadores da identidade histórica do estado. Fazia-se necessário articular o passado do Rio Grande do Norte ao passado nacional. Nesse sentido, as datas, os acontecimentos e personagens fundadores narrados e construídos, sobretudo, por Luiz Fernandes Sobrinho e Augusto Tavares de Lyra, fixaram a *origem* do Rio Grande [do Norte] no tempo.

Como vimos, a articulação entre o tempo da nação e o tempo do Rio Grande [do Norte] foi possível a partir da *invenção* das narrativas sobre os relatos da colonização e conquista da capitania, do domínio holandês e dos desdobramentos da Independência do Brasil na configuração política do Rio Grande [do Norte]. Nas narrativas sobre esses acontecimentos ficou patente como o texto histórico significa e cose as temporalidades e os espaços. Assim, os integrantes do IHGRN não estavam produzindo apenas uma história-memória do Rio Grande do Norte. Eles eram cômicos de que seus textos diziam respeito

¹⁴²⁷ CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p.63.

também a memória nacional. Não era apenas uma memória regional que estava em jogo, mas a sua articulação, sua relação, com um todo, com um conjunto geral da nação.

CAPÍTULO 6 – “Porque tem solenizado as famosas datas da nossa historia”:
comemoracionismo, dever de memória e usos políticos do passado

Por volta da segunda metade do século XIX, em vários países do continente europeu e nos Estados Unidos surgiu, com mais frequência, o fenômeno da *invenção das tradições*.¹⁴²⁸ Por esse conceito entendemos à luz das reflexões desenvolvidas Eric Hobsbawm que o define como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas”, cuja finalidade era “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.”¹⁴²⁹ Em várias nações do mundo ocidental, grupos sociais e Estados nacionais passaram a inventar determinadas tradições por meio de um processo de formalização, institucionalização e ritualização do passado, os quais asseguravam ou expressavam os anseios e os projetos de identidade e coesão social, tão importantes na legitimidade política e simbólica de determinados regimes políticos até então emergentes. Podemos citar como exemplo, as tradições inventadas durante a Terceira República da França (1870-1940), cujo intuito principal era construir uma memória republicana, pautada nos valores nacionais. Não é por acaso que a sua mais importante cerimônia pública, o *Dia da Bastilha*, fora criado em 1880.¹⁴³⁰ A *Revolução* e a República trouxeram a comemoração de volta na França.¹⁴³¹ Uma memória republicana e nacional foi sendo constituída, ritualizada e formalizada, a partir da institucionalização de festividades populares, bailes nas ruas, produção em massa de monumentos públicos etc.¹⁴³² O regime republicano francês utilizou-se destas práticas socialmente e politicamente inventadas e institucionalizadas pelo Estado, para construir uma tradição que pudesse coser o elo entre o passado e o presente e entre os cidadãos e a nação.¹⁴³³

A exemplo da Terceira República francesa, no Brasil, com a emergência do regime republicano, houve também um volume cada vez maior de tradições inventadas, sobretudo, àquelas diretamente atreladas à construção de uma memória republicana. Logo nos primeiros anos da instalação da República no país, instituições, partidos políticos, homens de letras, voltados ao ideário republicano, e o próprio Estado estavam comprometidos em

¹⁴²⁸ HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. p.271.

¹⁴²⁹ Idem. Introdução: A Invenção das Tradições In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. p.9.

¹⁴³⁰ Idem. p.279.

¹⁴³¹ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.183.

¹⁴³² HOBBSAWM, Eric. **Op. cit.** p.279.

¹⁴³³ Idem. p.280.

republicanizar a memória nacional: “era inevitável conviver com as demandas de legitimidade do novo regime, articuladas, como não poderia deixar de ser, com a “invenção” de uma tradição política republicana para a história desse novo Brasil.”¹⁴³⁴ Como já analisamos alhures, nos primeiros anos da República muitos homens de letras ligados aos institutos históricos publicaram vários textos com o interesse em legitimar historicamente o novo regime político. A escrita da história foi um gênero importante no processo de invenção das tradições republicanas no Brasil. Contudo, não foi o único.

O Estado nacional utilizou-se bastante do expediente da comemoração como uso político do passado. Ao lado dos discursos dos historiadores, publicistas, ideólogos, doutrinadores e educadores, o Estado republicano foi um agente importante na construção e na organização da tradição e da memória coletiva, constituidora da identidade nacional.¹⁴³⁵ Com o auxílio de vários letrados, muitos deles inseridos diretamente nos primeiros governos do novo regime, o Estado republicano emergente definiu e institucionalizou hino, bandeira, imagens e símbolos, elementos estes seminais no processo de construção de sentido e de significado para a identidade da nação.¹⁴³⁶ Acompanhado destes símbolos, os atos comemorativos, sobretudo, a promoção das festas nacionais, contribuíram para o processo de republicanização da memória nacional.¹⁴³⁷ No Rio Grande do Norte não foi diferente.

A organização e a promoção de alguns eventos históricos do calendário comemorativo oficial ficaram a cargo do IHGRN. Como vimos, esse agenciamento por parte do Instituto pode ser compreendido a partir de um movimento comemoracionista muito mais amplo, que já estava ocorrendo desde o final do século XIX, na Europa, nos Estados Unidos,¹⁴³⁸ bem como no restante do Brasil. Advindas na esteira do crescente fenômeno da *invenção das tradições*, o comemoracionismo tornou-se uma das principais atividades intelectuais desenvolvidas pelas instituições culturais do país, sobretudo, pelos institutos históricos.

Além de fixar o tempo do Rio Grande do Norte e articulá-lo ao tempo da nação, a partir da construção de narrativas historiográficas, o IHGRN também se preocupou em promover e organizar um conjunto de comemorações alusivas ao passado do Brasil e do Rio Grande do Norte, para além do calendário cívico estipulado pelo governo do estado. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é analisar o papel do IHGRN no processo de organização da

¹⁴³⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm. 2009. p.31

¹⁴³⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2. n.4, 1989. p.181

¹⁴³⁶ Idem.

¹⁴³⁷ Idem. p.175

¹⁴³⁸ Conferir: CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França, Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC-UFC; Museu do Ceará; Secretária de Cultura do Ceará. 2005.

cultura comemoracionista norte-rio-grandense, evidenciando como estas atividades reforçaram e possibilitaram a construção de uma memória histórica do estado.

6.1 – Comemorar o passado: o IHGRN e o comemoracionismo

Como já aludimos anteriormente, com a emergência da República no Brasil, autoridades políticas e intelectuais engajaram-se num processo de construção da memória republicana do país. O comemoracionismo foi um expediente importante para a concretização desse projeto. Todavia, tornou-se imperioso para os agentes políticos da República fixar e determinar quais seriam as datas nacionais a serem lembradas e comemoradas pelos cidadãos da nação. Um dos atos oficiais de legitimação e institucionalização da memória republicana foi a construção do calendário cívico nacional. O presidente do governo provisório, Deodoro da Fonseca, por meio do decreto n.155-B, de 14 de janeiro de 1890, encarregou-se de institucionalizar quais seriam as datas e os eventos a serem comemorados pelo povo brasileiro:

São considerados dias de festa nacional:

- 1 de janeiro, consagrado á commemoração da fraternidade universal;
- 2 de abril, consagrado á commemoração dos precusores da Independencia Brasileira, resumidos em Tiradentes;
- 3 de maio, consagrado á commemoração da descoberta do Brazil;
- 13 de maio, consagrado á commemoração da fraternidade dos Brasileiros;
- 14 de julho, consagrado á commemoração da Republica, da Liberdade e da Independencia dos povos americanos;
- 7 de setembro, consagrado á commemoração da Independencia do Brazil;
- 12 de outubro, consagrado á commemoração da descoberta da America;
- 2 de novembro, consagrado á commemoração geral dos mortos;
- 15 de novembro, consagrado á commemoração Patria Brasileira.¹⁴³⁹

Elaborado por nomes de proa do cenário político e intelectual do Brasil, tais como: Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Aristides Lobo, entre outros, o decreto partia de três princípios centrais: o primeiro, da ideia geral que o regime republicano estava baseado no sentimento de fraternidade universal; o segundo, que este sentimento só poderia desenvolver-se convenientemente através das festas públicas destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas; e o terceiro, que cada *pátria*

¹⁴³⁹ DECRETO N.155-B DE 14 DE JANEIRO DE 1890. In: **Decretos do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brazil**. Primeiro fascículo de 1 a 31 de janeiro de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1890. p.64-65.

deveria instituir suas próprias festas, todavia, desde “que prendem os seus destinos aos destinos de todos os povos.”¹⁴⁴⁰

No que concerne ao primeiro princípio, para os agenciadores do decreto era evidente que o calendário comemorativo nacional deveria contemplar as principais datas da fraternidade universal. Como podemos observar no decreto, há duas categorias de festas: aqueles que dizem respeito à fraternidade universal (1 de janeiro; 14 de julho; 12 de outubro e 2 de novembro) e as que se referem à fraternidade nacional (21 de abril; 3 de maio; 7 de setembro e 15 de novembro).¹⁴⁴¹ Conforme Lúcia Lippi Oliveira, a proposta da tradição republicana não era destacar a singularidade da nação, mas seu pertencimento a uma fraternidade com outros países e/ou momentos visualizados como representantes do lema: liberdade, igualdade, fraternidade.¹⁴⁴² Dessa forma, a construção do calendário comemorativo da nação foi orientada a partir da valorização da *Pátria* e da humanidade. Em grande medida, estes valores estiveram muito próximos do pensamento positivista de Comte.¹⁴⁴³ Não é por acaso que um dos agenciadores desse decreto, Benjamin Constant, tenha sido um dos principais representantes do pensamento sociocrático positivista no Brasil – a despeito do seu caráter heterodoxo em relação à filosofia comtista.¹⁴⁴⁴

Em relação ao segundo princípio, os autores do decreto evidenciam qual deveria ser a função social das festas nacionais: assinalar a solidariedade e a continuidade entre o passado e o presente, “estando distante da idéia de um novo marco, o ponto zero, na tradição brasileira.”¹⁴⁴⁵ Ao definirem quais seriam as datas a serem celebradas e guardadas pelos cidadãos, os autores estavam construindo uma memória para o país. Esta memória dizia respeito não só aos acontecimentos históricos fundadores da nação e à descoberta do Brasil, mas também àqueles que tocavam a soberania nacional e o novo regime republicano. As comemorações em torno das festas nacionais urdiam simbolicamente os laços entre os cidadãos do presente com os acontecimentos do passado da nação. O ato comemorativo em si já sugeriria uma ação solidária, pois é em si mesmo uma agir coletivo que só pode realizar-se acompanhado, “uma ação que convoca e exige a presença de um outro.”¹⁴⁴⁶ Nesse sentido, as

¹⁴⁴⁰ Idem.

¹⁴⁴¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Op. cit.** p.182.

¹⁴⁴² Idem. p.185.

¹⁴⁴³ Idem. p.183.

¹⁴⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.41.

¹⁴⁴⁵ Idem. p.183

¹⁴⁴⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.33, nº65, 2013.p.386

comemorações em torno das festas nacionais estabeleceriam os laços coletivos e afetivos entre o outro (o passado da nação) e os cidadãos do presente. Letrados republicanos e o próprio Estado instituíram suas festas nacionais, buscando estabelecer uma continuidade com eventos históricos passados, valorizando a lembrança dos feitos e dos heróis até então considerados perdedores, como Tiradentes: “A República os resgatava em sua dignidade e valor.”¹⁴⁴⁷

O último princípio dizia respeito às unidades federativas da União. O decreto contemplava três esferas: o universal, o nacional e o regional. Além das datas alusivas à fraternidade universal e à nacional, o decreto estabelecia que cada *pátria*, isto é, os estados da federação, deveriam instituir o seu quadro de festas a serem celebradas e guardadas na memória local. Todavia, as datas, os indivíduos e os acontecimentos históricos a serem comemorados nos estados deveriam estar em consonância com a memória republicana nacional e os valores da fraternidade universal. Dessa maneira, o governador do Rio Grande do Norte, Joaquim Xavier da Silveira Júnior, fez valer, prontamente, o decreto n.155-B de 14 de janeiro de 1890, instituindo o calendário comemorativo estadual a partir do decreto n.47 de 27 de agosto de 1890, o qual trazia o seguinte expediente:

Art. unico – Alem dos dias da festa nacional a que se refere o decreto do Governo Federal de 14 de janeiro de 1890, são declarados dias de festa para o Rio Grande do Norte e como taes feriados em todas as repartições, os seguintes:

24 de Janeiro, consagrado á commemoração da expulsão dos hollandezes;
 19 de Março, consagrado a commemoração do Governo de Andrè de Albuquerque;
 12 de Junho, consagrado á commemoração da morte de Frei Miguelinho;
 24 de Junho, consagrado á commemoração da primeira fundação colonisadora em territorio do Rio Grande do Norte;
 2 de Julho, consagrado á commemoração da Republica do Equador;
 17 de Agosto, consagrado á commemoração da descoberta maritima do Rio Grande do Norte.¹⁴⁴⁸

A elaboração do calendário comemorativo do Rio Grande do Norte acatou os princípios norteadores do decreto n.155-B, de 14 de janeiro de 1890. Isso quer dizer que o governo do estado o elaborou a partir dos “sentimentos fundamentais do regime republicano”, isto é, “a solidariedade com as tradições do passado, o respeito a continuidade destas, a glorificação da homogeneidade nacional, a justiça e a fraternidade, só mediante a instituição

¹⁴⁴⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Op. cit.** p.185.

¹⁴⁴⁸ **A República.** Natal, 5 de setembro de 1890.

podem ter condigno desenvolvimento.”¹⁴⁴⁹ Assim como nas festas nacionais, prevaleceu a concepção de que o passado deveria continuar no presente, ou seja, uma tradição, notadamente republicana, deveria ser constantemente lembrada pelos seus cidadãos. As comemorações em torno dos personagens, André de Albuquerque Maranhão e Frei Miguelinho, bem como a *República do Equador* demonstram o interesse por parte do Estado em fazer uso político do passado, inventando uma tradição que reforçasse a legitimidade do recente regime republicano. Em outros termos, as especificidades do calendário comemorativo do Rio Grande do Norte expressavam, a nível local, a própria memória republicana nacional. Isso não quer dizer que os atos comemorativos do Rio Grande do Norte se restringissem apenas a sua relação com as festas nacionais.

As comemorações concernentes às datas, aos indivíduos e aos acontecimentos históricos próprios do Rio Grande do Norte expressariam igualmente a sua “individuação no seio da pátria republicana”, ou seja, a sua especificidade no conjunto geral da unidade federativa da nação.¹⁴⁵⁰ É por essa razão que no texto do decreto n.47, o governador Joaquim Xavier da Silveira Júnior fez questão de ressaltar quais seriam os eventos da memória histórica do Rio Grande do Norte que mereciam a veneração e o reconhecimento da posteridade. São eles: a descoberta do Cabo de São Roque, em 1501, por Américo Vespúcio e pela esquadra que fazia parte, que, segundo o texto, assinalava a primeira comunicação entre o Rio Grande do Norte e a civilização ocidental; o término da construção do Forte dos Reis Magos, em 1598, por Manoel de Mascarenhas, que representaria a primeira fundação colonizadora em território norte rio-grandense; a capitulação da campina de Taborda que pôs término ao domínio holandês no Brasil, em 1654, o que evidenciaria a conclusão de um processo de lutas “contra a qual conspicuamente se achou representado o Rio Grande do Norte por seu valoroso filho Felipe Camarão”; a instituição do governo republicano na província, em 1817, por André de Albuquerque, “o legendario patriota norte-rio-grandense e glorioso martyr da Independencia e da Republica”; a morte de Frei Miguelinho, “considerado um dos mais gloriosos precursores da obra ingente de 15 de novembro”; e a adesão do Rio Grande do Norte à *Confederação do Equador*, em 1824, que “foi um dos mais brilhantes e energicos protestos que a nação levantou contra a absurda imposição do regimen imperial.”¹⁴⁵¹ Como podemos perceber, os indivíduos e os acontecimentos históricos eleitos pelo governo do estado para serem comemorados, lembrados e *venerados* pelos norte-rio-

¹⁴⁴⁹Idem.

¹⁴⁵⁰Idem.

¹⁴⁵¹Idem.

grandenses do presente e do futuro assinalavam o lugar do Rio Grande do Norte na constituição da memória nacional como um todo e na memória republicana em particular. Desse modo, a instituição e institucionalização do calendário comemorativo de 1890 foi um dos esforços de construção de um lugar para o estado, na memória histórica da nação. Todavia, o decreto n. 47, de 27 de agosto de 1890, só durou dois anos.

Logo após o governo de Joaquim Xavier da Silveira Júnior, assumiu o poder executivo estadual, Pedro Velho. O novo governador do estado sancionou a lei n.17, de julho de 1892, que revogava o decreto n. 47 de 1890, reconfigurando os *dias de gala* e *feriados* no estado. Em vez de seis datas comemorativas, o novo decreto estabeleceu apenas três, a saber: 19 de março, comemoração do governo republicano de André de Albuquerque Maranhão, por ocasião da instalação da *Revolução de 1817* na província; 12 de junho, em alusão à morte de Frei Miguelinho; e 7 de abril, data da promulgação da constituição estadual.¹⁴⁵² Com essa nova configuração conservou-se apenas duas datas do decreto anterior, propositadamente, as que faziam referência direta à memória republicana, além do acréscimo concernente à comemoração da constituição do estado, recém-promulgada pelo Congresso legislativo, em 7 de abril de 1892.¹⁴⁵³ Apesar do estabelecimento desse novo calendário comemorativo, os sucessivos congressos estaduais e os governos do estado não empenharam em organizar qualquer rito cívico alusivo aos feriados estaduais. Os *dias de gala* receberam pequenas homenagens, em curtas notas no jornal oficial do estado. Os atos comemorativos, alusivos às datas que a República e o governo do Rio Grande do Norte mandaram guardar, passaram a ser objeto de preocupação anos mais tarde.

Foi com a criação do IHGRN que as datas cívicas nacionais e estaduais passaram a ser objeto de celebração. O próprio estatuto da agremiação, mais precisamente, o artigo 59, em seu capítulo 10, definia que uma das atividades intelectuais e institucionais do IHGRN era “solemnizar qualquer data histórica.”¹⁴⁵⁴ Ao longo dos 25 anos de sua existência, a agremiação foi responsável pela realização dos seguintes atos comemorativos: os centenários de nascimento de Duque de Caxias (25 de agosto de 1903) e de D. Pedro II (2 de dezembro 1925), passando pelo 89º e 100º aniversários do fuzilamento de Frei Miguelinho (17 de junho de 1906 e 12 de Junho 1917, respectivamente) e os centenários da *Revolução Republicana* (6 de março 1917), da Independência nacional (de 3 a 10 setembro de 1922), e da posse do presidente Thomaz de Araújo (5 de maio de 1924). Como podemos perceber, os sócios do

¹⁴⁵² **A República.** Natal, 9 de julho de 1892.

¹⁴⁵³ **A República.** Natal, 9 de abril de 1892.

¹⁴⁵⁴ **ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE.** In: **RIHGRN.** Natal. Volume 1. Número 1. 1903. p.22.

IHGRN privilegiaram a lembrança de eventos centenários. Conforme Frank Ankersmit, o ato comemorativo sempre esteve em conformidade com a compulsão pelos números redondos.¹⁴⁵⁵ Os agentes responsáveis pelos festejos, por conveniência e por predileção, utilizam-se do universo simbólico dos números redondos para conferir um conjunto de significados às comemorações centenárias que, por sua vez, construíram a ideia de uma tradição longeva, que atravessa o tempo, a qual impelia ao presente o dever de reverenciar e rememorar o passado. A organização e realização dessas solenidades, por parte dos membros do IHGRN, mostram não apenas o interesse em construir uma teia de significados que legitimasse os usos políticos do passado, mas o próprio intuito da agremiação em fazer da cerimônia um dever de memória, um imperativo para evitar o esquecimento. É válido assinalar que estamos empregando o sentido de *dever de memória* à luz das reflexões de Paul Ricœur, o qual compreende o conceito como um “dever de não esquecer”, um ato de memória que visa lutar contra o esquecimento.¹⁴⁵⁶ Em grande medida, o dever de memória foi uma das razões pelas quais os associados do IHGRN conferiram à instituição o papel de agente promotora e organizadora das principais datas comemorativas do estado e da nação. Com efeito, a realização dos atos celebrativos despontou como uma das principais atividades intelectuais da agremiação, entre os anos das décadas de 1910 e 1920, o que levou o jovem Luís da Câmara Cascudo a tecer severas críticas ao excesso de comemoracionismo por parte do IHGRN:

Perto da Sé existe a Biblioteca Publica. É neste predio que o Instituto Historico e Geografico se reúne... quando se reúne. A revista sae quando estamos encomendando as exéquias. Syntheticamente, como Instituto, é nullo. Pessoalmente, cada socio vale. Alguns, como o dr. Nestor Lima, valem muito. A nullidade do Instituto crifra-se na abstenção à vida das sociedades congeneres.

Quatro ou cinco theses serissimas de Historia attinentes ao proprio Estado passam em branca nuvem pelo nosso agosto e unico sodalicio.

Ainda não li uma decisão decretada pelo Instituto para estudar este ou aquelle problema. Na questão de Grossos foi o Instituto o detentor das glorias ou aquelles esforçados que “ex-officio” lutaram? O Instituto nada fez que desse impulso aos srs. Tavares de Lyra, Meira e Sá, Vicente de Lemos e Antonio de Souza. Se algum trabalha, muito bem. Escreveu livro e falou da historia, optimo. O Instituto glorifica o denodado escrevendo o nome na acta etc, etc.

Quando chega a vez de mesmo agir, viver, agitar, provar a sua unica e absoluta lei de utilidade, então silencia, amoita-se, adormece.

¹⁴⁵⁵ANKERSMIT, Frank. Commemoration and National Identity. In: **Textos de História**. Brasília. vol.10, nº1/2, 2002. p.24.

¹⁴⁵⁶RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp. 2007. p.48.

O Instituto está vivendo de comemorações. Semelha estes velhos “ancien regime” que vivem de olhar os retratos dos antepassados.

A festa de 1917 era necessaria. A actual, do nosso primeiro Presidente, o velho Thomaz de Araujo Pereira é patriotica. Quero diser com isto que estas solemnidades realçam e brilham o fim de uma sociedade historica, mas o que a prestígia, eleva e dignifica são os trabalhos realizados, os vultos roubados ao esquecimento e restituídos a admiração publica. Isto de viver rodeando uma mesa e fazendo decurso – Fazem tantos annos que morreu Parrudo, não é cousa que personalise um esforço.

(...)

E o Instituto, moita. Agora vai reunir-se. Festejará o primeiro centenario da posse do primeiro presidente.

Depois, dormirá até o dia 15 de Junho de 2002 quando comemorará o centenario da primeira sessão ordinaria.¹⁴⁵⁷

Em 1924, ano de publicação do referente artigo, Luís da Câmara Cascudo ainda estava debutando na vida intelectual. Começou sua trajetória no mundo beletista em 1918, escrevendo artigos e publicando-os no jornal *A Imprensa*, de propriedade do seu pai. Nos anos de 1920, o jovem Cascudo deu passos mais ousados, escrevendo crônicas no jornal *A República* e também textos sobre crítica literária, tratando tanto das letras norte-rio-grandenses, como o livro *Alma Patrícia* (1921),¹⁴⁵⁸ como de vários poetas e escritores brasileiros e argentinos, esboçada na obra *Joio* (1924).¹⁴⁵⁹ Apesar de sua ascensão na vida intelectual potiguar, Luís da Câmara Cascudo ainda não tinha se tornado associado do IHGRN em 1924. Ironicamente, neste ano, Cascudo conseguira entrar para o quadro de sócios do IHGACE, como membro correspondente, fazendo parte também, no ano seguinte, do rol do IAGP.¹⁴⁶⁰ Somente em 1927, é que o jovem letrado conseguiu entrar para o quadro de sócios efetivos do IHGRN.¹⁴⁶¹ Portanto, seu texto é produto de uma reflexão que não irrompeu no interior do Instituto, mas de fora dele.

Como podemos notar no excerto acima, a crítica de Luís da Câmara Cascudo ao Instituto deu-se, em grande medida, à sua nulidade quanto à produção historiográfica. Segundo ele, esta era escamoteada em detrimento da preocupação do Instituto em voltar-se para o comemoracionismo. Cascudo deixa bem claro que o problema do IHGRN não residia na realização das comemorações em si. Inclusive, ele elogia as solenidades promovidas pela

¹⁴⁵⁷CASCUDO, Luís da Câmara. Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte. In: **A Imprensa**. Natal. 7 de maio de 1924.

¹⁴⁵⁸Idem. **Alma Patrícia**: crítica literária. Edição fac-similar. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 1991. (Coleção Mossoroense, série C, n.743). p.7-8.

¹⁴⁵⁹Idem. **Joio**: páginas de literatura e crítica. Edição fac-similar. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 1991. (Coleção Mossoroense, série C, n.743).

¹⁴⁶⁰SALES NETO, Francisco Firmino. **Op. cit.** p.79.

¹⁴⁶¹ACTAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927. 1927. p.342.

agregação, em torno das datas do centenário de 1817 e de 1924 – ano em que se comemorou a posse do primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte, Thomaz de Araújo. Para Cascudo, o problema era o *sono* do sodalício em relação à história do Rio Grande do Norte. Em vez de debruçarem-se coletivamente em prol de uma produção historiográfica atinente ao estado, os sócios do grêmio estavam amoitados, adormecidos, para os temas caros ao Rio Grande do Norte. Conforme Cascudo, somente a comemoração era capaz de despertar o quadro de sócios do IHGRN do seu *sono* intelectual.

Até onde averiguamos em nossa pesquisa, não identificamos nenhuma resposta imediata à crítica de Cascudo. Os membros do Instituto não quiseram polemizar com o jovem escritor. Com certeza, o seu texto circulou entre os sócios da agregação, mas em vez de produzir uma reação coletiva e imediata à crítica cascudiana, estes optaram pelo silenciamento. De certa forma, a resposta ao texto de Cascudo veio em 1927, na ocasião da comemoração do primeiro jubileu do Instituto. Durante as solenidades, Nestor Lima, o recém-empossado presidente do IHGRN, fez um discurso laudatório, destacando as atividades intelectuais e os serviços prestados pelo sodalício à sociedade norte-rio-grandense. Em nenhum momento foi citado o texto de Cascudo, até mesmo porque, o referido letrado acabara de tornar-se sócio efetivo do grêmio, o que poderia incorrer em um constrangimento interno entre os associados. Mesmo não sendo uma resposta direta ao texto de Cascudo de 1924, o discurso de Nestor Lima, de certa forma, recuperou alguns pontos sob os quais estava assentada a crítica cascudiana.

Em relação ao *sono* do grêmio, Nestor Lima respondeu da seguinte forma: “na longa estrada já percorrida de um quarto de século, o Instituto Histórico demonstrou cabalmente a utilidade de sua existência, publicando e fazendo publicar trabalhos importantes de seus associados” que são “attestados eloquentes da operosidade dos socios do Instituto, nos dominios da publicidade e contribuições riquissimas para elucidação e o exacto conhecimento das eras transactas.”¹⁴⁶² Em vez de nulidade do Instituto, destaca-se a sua utilidade. Em contraste do *sono historiográfico* por parte dos seus sócios, evidenciada por Luís da Câmara Cascudo em 1924, Nestor Lima assinala a operosidade da produção dos membros do IHGRN, observadas pelo volume de textos publicados em suas revistas. Dessa forma, o Instituto é considerado não como uma moita que reúne uma coletividade inoperante, mas uma *escola de trabalho* “de onde sahiram e hão de sahir publicistas, historiographos e geographos

¹⁴⁶²LIMA, Nestor. Nosso primeiro jubileu. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927. 1927. p.203

conscientes e dedicados.”¹⁴⁶³ Adstrito a isso, Nestor Lima destacou ainda a publicação de diversos documentos e informações concernentes ao passado do Rio Grande do Norte nos volumes da *RIHGRN*, ressaltando o caráter arquivístico do grêmio e o seu compromisso em organizar e preservar a memória documental do estado: “procura, collige e guarda: pe o seu lemma.”¹⁴⁶⁴ Desse modo, para Nestor Lima, ao longo dos 25 anos de existência, o Instituto não só produziu textos importantes sobre o passado do estado, mas coligiu e preservou documentos preciosos atinentes ao Rio Grande do Norte. Evidenciar esses dois aspectos era uma forma de responder à nulidade, à qual Cascudo havia afirmado em seu artigo de 1924. Mas esta dissimulada resposta ao texto cascudiano não parou por aí.

Em seu primeiro discurso, enquanto presidente do IHGRN, Nestor Lima fez questão de destacar o papel relevante do grêmio na promoção e organização das comemorações *no e do* estado. Se, para Cascudo, o IHGRN estava vivendo apenas de comemorações, comportando-se como os velhos do *ancien régime* que viviam de contemplar os retratos dos antepassados, para Nestor Lima, as comemorações indicavam uma das finalidades precípuas da agremiação, já que expressaria o seu comprometimento com culto cívico: “o Instituto tem sabido ser um grande mestre do patriotismo, em nossa terra. Ensina o amôr dos heroes e de seus feitos.”¹⁴⁶⁵ Como afirmamos alhures, no Brasil dos anos de 1920, mais especificamente, em alguns círculos intelectuais e em parte da sociedade vivenciavam-se uma fase de entusiasmo em relação aos sentimentos cívicos e ao patriotismo. Ensinar o amor aos heróis e aos feitos da nação e do estado, por meio das comemorações, era uma maneira de manifestar o compromisso da instituição com a nação. É interessante ressaltar que a comemoração é concebida aí como um magistério, como um meio de aprendizagem que ensina ao presente os feitos gloriosos do passado. Nestor Lima parece considerar que não é só a história em si que ensina ao presente, mas a comemoração cumpre também esse papel. Nesse sentido, comemorar é, ao mesmo tempo, honrar as *figuras primaciais do nosso passado histórico* e ensinar aos cidadãos do presente o culto e a veneração pelas tradições do passado, despertando, segundo ele, “o desejo de imitar-lhes o exemplo e seguir-lhes a pegada, em pról do bem commum.”¹⁴⁶⁶ A comemoração e a história estavam interligadas nessa mesma função de honrar o passado e produzir exemplos para que o presente pudesse imitar, dito de outra maneira, estavam inseridas em uma mesma concepção historiográfica: a *historia magistra vitae*. Contrariamente, Cascudo compreendia a comemoração apenas como uma solenidade

¹⁴⁶³Idem.

¹⁴⁶⁴Idem. p.201.

¹⁴⁶⁵Idem.

¹⁴⁶⁶Idem.

que realçaria o passado e não o prestigiaria, já que essa era a função do texto histórico. Para ele, a comemoração tem em vista apenas fazer brilhar o passado histórico, enquanto o texto histórico é o que se encarregava de tirá-lo do esquecimento e restituí-lo à admiração pública.¹⁴⁶⁷ Consoante Nestor Lima, o ato comemorativo torna possível que a memória imperecível dos acontecimentos possa ser cultuada e ensinada ao presente.¹⁴⁶⁸ Nesse aspecto, a comemoração, assim como o texto histórico, era uma forma de reforçar e construir a memória histórica norte-rio-grandense. Em cada ato comemorativo, os membros do IHGRN destinaram um programa específico, guardando, no entanto, algumas semelhanças. Passemos a analisar algumas comemorações organizadas pelo IHGRN e como estas contribuíram para a elaboração da memória histórica norte-rio-grandense.

6.2 – Comemorar Duque de Caxias

Formado por um corpo de sócios republicanos, o IHGRN não hesitou em comemorar o nascimento de dois personagens associados à memória monárquica do país: Duque de Caxias e D. Pedro II – sobre este último analisaremos ao final do capítulo. A comemoração do natalício desses dois personagens deu-se em momentos distintos da experiência histórica do país.

No início da República, a figura do Imperador estava diretamente atrelada ao regime deposto, do qual políticos e letrados republicanos intentavam desconstruir o seu universo simbólico e os elementos que reverenciavam a sua memória. No entanto, com a recomposição da memória nacional no final dos anos de 1910 e começo da década de 1920, a imagem do *velho monarca* já não ameaçava mais o regime republicano. É, nesse momento, que o IHGRN celebrou o natalício do Imperador. Diferentemente de D. Pedro II, a figura de Duque de Caxias tornou-se, no início do novo regime, objeto de comemoração, apesar de sua posição secundária na memória histórica oficial.¹⁴⁶⁹ É importante salientar que em face dos embates em torno dos heróis da República, surgida logo no começo da elaboração da memória republicana, a figura do general Osório sobressaiu-se em relação a Duque de Caxias.¹⁴⁷⁰ A República buscava recuperar a memória do general com o interesse de “legitimar sua origem

¹⁴⁶⁷CASCUDO, Luís da Câmara. Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte. In: **A Imprensa**. Natal. 7 de maio de 1924.

¹⁴⁶⁸LIMA, Nestor. **Op. cit.** p.201.

¹⁴⁶⁹SOUZA, Adriana Barreto de. O duque-monumento: memória e história na trajetória do duque de Caxias. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Volume 431. 2006. p.180.

¹⁴⁷⁰Idem.

militar e incorporar esse grupo como o ‘povo em armas’.”¹⁴⁷¹ Nesse sentido, em torno de Osório foi sendo construído, pelo imaginário republicano, a imagem do herói popular – diferentemente de Duque de Caxias associado à figura de um soldado monarquista que evitava o contato com o povo.¹⁴⁷² Somente nos anos 20, é que um longo movimento de exaltação e *culto a Caxias* foi possível, inclusive, conferindo ao Duque o título de patrono do Exército brasileiro.¹⁴⁷³ Em tempos de construção e consolidação da memória republicana no país, chama a atenção o fato dos sócios do IHGRN celebrarem o nascimento do referido personagem. Apesar do esforço de alguns homens de letras, instituições e governos republicanos, em tentar romper definitivamente com a memória monárquica, logo nos primeiros anos do novo regime, muitos personagens ainda possuíam certo prestígio nos círculos letrados, políticos e sociais do país. O militar e estadista, Luiz Alves de Lima e Silva, o *Duque de Caxias*, foi um dos poucos personagens do Império a ser lembrado em pleno limiar da República.

Nos editoriais dos principais jornais do país do início do século XX – tais como: *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil* que traziam textos alusivos à comemoração do centenário do nascimento do estadista e general – a imagem de Duque de Caxias, apesar de sua relação política e militar com o Império e, particularmente, com D. Pedro II, esteve associada à defesa da ordem e da manutenção da unidade territorial do país, bem como o seu sentimento patriótico em proteger os interesses pátrios, em várias batalhas da *Guerra do Paraguai*.¹⁴⁷⁴ O interesse da maioria dos editoriais era destacar os serviços do general prestados à *Pátria*, e não necessariamente ao Império, visando claramente dissociar sua imagem da monarquia. Duque de Caxias é considerado um herói da nação, digno de ser lembrado e venerado pelos cidadãos brasileiros do presente e pela República.¹⁴⁷⁵

Mesmo não constando no calendário cívico nacional, vários representantes dos governos municipais, estaduais e federais, bem como inúmeras instituições espalhadas pelo país, sobretudo militares, mobilizaram-se para participar da comemoração do centenário do nascimento de Duque de Caxias.¹⁴⁷⁶ O IHGB, por exemplo, comprometeu-se a comparecer às

¹⁴⁷¹Idem. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, 2001, p.242.

¹⁴⁷² Idem.

¹⁴⁷³ Idem. O duque-monumento: memória e história na trajetória do duque de Caxias. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Volume 431. 2006. p.180.

¹⁴⁷⁴Conferir: as seguintes edições: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903; **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903; **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.

¹⁴⁷⁵OURIQUE, Jacques. O Marechal Duque de Caxias. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903 e Duque de Caxias. In: **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.

¹⁴⁷⁶**Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1903 e 24 de agosto de 1903.

festas de homenagem ao *inesquecível Brasileiro* e seu consócio ilustre, como também propôs ao sócio correspondente, Euclides da Cunha, que escrevesse uma monografia sobre a “relevante individualidade do Duque de Caxias”, a ser publicada pela sua revista.¹⁴⁷⁷

Assim como o IHGB e outras instituições do país, o IHGRN aderiu às cerimônias alusivas ao centenário de nascimento de Duque de Caxias.¹⁴⁷⁸ Foi a primeira comemoração organizada pela agremiação. O governador do estado e membro fundador do IHGRN, Alberto Maranhão, conferiu oficialmente ao Instituto a responsabilidade de promover os meios para viabilizar a solenidade do centenário do natalício de Luiz Alves de Lima.¹⁴⁷⁹ Esta prática passou a ser um acordo tácito entre os sucessivos governadores do estado e as direções do IHGRN. O estado deixava a cargo da agremiação a responsabilidade oficial de realizar e organizar as celebrações nacionais e estaduais. Como já foi dito, isso é um reflexo da política de apadrinhamento do IHGRN em relação aos governadores do estado, os quais financiavam, muitas vezes, a manutenção e os projetos do próprio Instituto. Desta maneira, a agremiação passou a ser a instituição responsável pelos festejos no Rio Grande do Norte.

Atendendo ao pedido do governador Alberto Maranhão, o IHGRN promoveu uma sessão solene para homenagear o centenário natalício do general e estadista, Luiz Alves de Lima, a qual foi realizada no dia 25 de agosto de 1903, no salão de honra do *Palácio do Governo*.¹⁴⁸⁰ A solenidade consistiu na leitura do discurso do orador adjunto do IHGRN, padre José Calazans, além de uma homenagem dos oficiais do Exército.¹⁴⁸¹

Em geral, o discurso proferido na sessão destacou a proeminência de Duque de Caxias no serviço a *Pátria*, assim como fizeram os principais editoriais dos jornais da capital federal. A figura do militar se sobrepôs a do estadista. Foram os seus feitos, na pacificação de

¹⁴⁷⁷7ª SESSÃO ORDINARIA EM 5 DE JUNHO DE 1903. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1903 e Relatório annual do Primeiro Secretario Commendador Henrique Rafard. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo LXVI. Parte II. 1903.

¹⁴⁷⁸“O Sr. Presidente declara que a convocára a presente sessão extraordinaria para submeter a’ deliberação do Instituto a ideia de, a exemplo do que se vae fazer na Capital Federal e em diversas capitães do Brazil, commemorar o mesmo Instituto, do modo por que lhe parecesse mais digno, o centenario do ilustre brasileiro Duque de Caxias, a vinte e cinco do corrente. Recebida com applausos, é uma unanimemente approvada a indicação do Sr. Presidente, deliberando o Instituto que se commemorasse essa data com uma sessão solemne, realizada a’s oito horas da noite no salão de honra do Palacio do Governo, offerecido na occasião pelo sócio Exm. Dr. Alberto Maranhão, Governador do Estado, e logo o Sr. Presidente nomeou uma commissão, composta dos socios Jeronymo Americo, Carvalho e Souza, Pedro Soares, Pinto de Abreu e Luiz Fernandes, para promover os meios adequados a’ maior solemnidade desse acto; encarreou o adjunto do Orador, o sócio Padre Calazans, de fazer o elogio historico do legendário Duque, visto não poder fazel-o o Orador, por grande accumulo de outros serviços urgentes, e levantou-se a sessão.” ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE REALIZADA A 9 DE AGOSTO DE 1903. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 2. 1905. p.443-444.

¹⁴⁷⁹Idem.

¹⁴⁸⁰PINHEIRO, José Calazans. Discurso. Duque de Caxias – Noticia da sessão commemorativa do centenario de independencia deste grande brasileiro. In: **RIHGRN**. Natal. Volume II. Número 1. 1904. p.69.

¹⁴⁸¹Idem. p.70.

sublevações nas províncias e na liderança de algumas das principais batalhas na *Guerra do Paraguai* que expressavam o patriotismo do general e os seus beneméritos à nação.¹⁴⁸² Segundo o padre Calazans, em si mesmas essas ações justificariam a comemoração do centenário natalício do Duque de Caxias.¹⁴⁸³ Por sua vez, estas ações do passado deveriam render honras à memória do general no presente:

Esse preito que lhes rendemos nunca è tardio, nunca é excessiva essa homenagem que os respeito e a admiração dos seculos ligão ao nome desses mortos, cuja memoria veneravel é sempre rediviva ao espirito de uma nação a que engrandeceu com as fulgurações de seu gênio e sob cuja influencia se robusteceu o amor da patria, se fortificou o civismo, se centuplicarão as aspirações generozas, se mobilitarão e requintarão os conceitos, se aprimorarão e sublimararão as virtudes civicas; (...).¹⁴⁸⁴

Como podemos perceber neste excerto, o ato comemorativo está diretamente associado ao dever de memória. Com efeito, a finalidade central do ato comemorativo é instaurar um compromisso de memória¹⁴⁸⁵, liquidar uma espécie de dívida do presente para com o passado. Em outra parte do seu discurso, José Calazans deixa claro aos seus ouvintes que cada brasileiro possuía uma eterna gratidão para com o benemérito das ações do Duque de Caxias pelo país. Nesse sentido, a ideia de gratidão recorre ao conceito de dívida, já que os brasileiros do presente são devedores daquele que os procedeu. Pensado aqui como um aspecto do dever de memória, a dívida para com o passado impõe o sentimento de dever aos outros, daqueles que não são mais, mas já foram, isto é, aos que precederam, como esclarece Paul Ricœur: “pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário.”¹⁴⁸⁶

No excerto acima, fica patente que a comemoração é uma forma de convocar a nação, a coletividade, para a homenagem aos seus mortos, obviamente, não a qualquer morto, mas aqueles *heróis que robustecem o amor da Pátria*. Para Calazans, o ato de comemorar não diz respeito apenas a uma recordação. Mais do que isso, expressa uma rememoração que reivindica a presença de outros, uma determinada coletividade que partilham o interesse em guardar ou recordar um passado em comum. O passado aqui não é um acontecimento específico, mas sim os feitos de um herói da nação que agiu em favor da coletividade, cuja

¹⁴⁸²Idem. p.78.

¹⁴⁸³Idem.

¹⁴⁸⁴ Idem. p.71

¹⁴⁸⁵ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.33, nº65, 2013. p.388

¹⁴⁸⁶RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.101

obrigação do presente é render uma justa homenagem à memória do benemérito general.¹⁴⁸⁷ Em síntese, a comemoração é concebida como uma forma de rememoração do passado, uma maneira de honrá-lo e saldar uma dívida de gratidão. É igualmente pensado como um ato que convoca o coletivo, isto é, envolve a nação em direção ao seu passado, pretendendo estabelecer uma comunhão com ele.¹⁴⁸⁸ Contudo, comemorar o centenário de nascimento do Duque de Caxias não é apenas um ato de recordação coletivo fechado em si mesmo.

Para Calazans, as ações de Duque de Caxias pela nação, no passado, instigam no presente às virtudes cívicas. Dessa maneira, o ato de comemorar é concebido como uma forma de trazer à memória dos vivos os feitos dos heróis do passado da *Pátria*, ao mesmo tempo em que direciona o presente para o dever cívico e ao patriotismo: “Possa a recordação do Duque de Caxias, avivada no centenario de seu aspicioso nascimento, acordar as inspirações patrióticas infelizmente agora adormecidas, commover certos estadistas republicanos.”¹⁴⁸⁹ A comemoração é percebida, portanto, como um dever de memória e como uma atividade cívica, uma vez que homenageia o passado, rendendo-lhe honra ou quitando uma dívida de gratidão, e *inspira* os cidadãos e os governos do presente ao amor ao país. Ao comemorar o centenário de nascimento de Duque de Caixas, em 1903, o IHGRN estava construindo para si uma agenda comprometida com o reforço da memória nacional e o esforço patriótico e cívico, tal como destacava Nestor Lima, em seu discurso de posse em 1927.

Em resumo, a figura de Duque de Caxias não ameaçava a construção da memória republicana nacional. Pelo contrário, reforçava certa leitura do passado da nação. O general e estadista do Império é concebido como personagem importante na preservação da unidade nacional, elemento assaz considerado por alguns letrados republicanos do início do século XX. As comemorações do seu natalício pelo país destacaram essa particularidade da biografia do general, e não o seu envolvimento com as estruturas políticas e administrativas da Monarquia. Isso explica o porquê de instituições republicanas, como o IHGRN, não terem dificuldades em comemorar o centenário do natalício de Luiz Alves de Lima, mesmo em tempos de crítica aos símbolos da Monarquia. Contudo, isso não quer dizer que os personagens de proa do passado monárquico foram imediatamente inseridos no processo de formação da memória nacional. Em linhas gerais, homens de letras e propagandistas do imaginário republicano foram buscar na experiência colonial os heróis para a nação, como por

¹⁴⁸⁷ PINHEIRO, José Calazans. **Op. cit.** p.78

¹⁴⁸⁸ANKERSMIT, Frank. Commeration and National Identity. In: **Textos de História**, vol.10, nº1/2, 2002. p.19

¹⁴⁸⁹Idem. p.87

exemplo, Tiradentes. Nos primeiros anos de instalação do novo regime, símbolos e personagens do passado monárquico foram evitados, senão colocados no ostracismo da memória. A comemoração do centenário do natalício de Luiz Alves de Lima foi uma exceção nesse período.

6.3 – “Comemorar a glória de Miguelinho”

Filho de Manoel Pinto de Castro, capitão português, e Francisca Antônia Teixeira, Miguel Joaquim de Almeida e Castro, *frei Miguelinho*, nasceu na cidade de Natal em 17 de setembro de 1768.¹⁴⁹⁰ Embora tivesse nascido na capitania, a maior parte de sua vida se dera longe de sua *pátria*. Aos 16 anos de idade, Miguel Joaquim de Almeida e Castro, juntamente com seus irmãos, foi enviado a Recife.¹⁴⁹¹ Em 1784, entrou na ordem dos *Carmelitas*, onde professou-se sacerdote católico, tomando o nome de *frei Miguelinho de S. Bonifácio*, donde lhe veio a alcunha de *frei Miguelinho*.¹⁴⁹² Mudou-se temporariamente para Lisboa a fim de completar seus estudos, o que permitiu entrar em contato com as ideias liberais, até então vigentes na Europa, especialmente com o pensamento ilustrado. Foi em Lisboa que conheceu e tornou-se amigo de Azeredo Coutinho, já então nomeado bispo de Olinda.¹⁴⁹³ Segundo o padre Joaquim Dias Martins, um dos primeiros a dar informações biográficas do sacerdote natalense, foi em Portugal que o *Frei Miguelinho* secularizou-se, dedicando-se mais ao mundo da política do que a vocação religiosa.¹⁴⁹⁴ É preciso salientar que, desde a expulsão dos jesuítas de Portugal, em 1759, e também do Brasil, a secularização do clero católico já estava sendo processada.¹⁴⁹⁵ Conforme José Murilo de Carvalho, com a expulsão dos jesuítas houve uma crise geral dos seminários episcopais, levando ao fechamento de vários destes, bem como a formação de um clero “reconhecidamente malformado e de costumes pouco acordes com a disciplina eclesiástica”.¹⁴⁹⁶ Muitos clérigos passaram a envolver-se com

¹⁴⁹⁰DANTAS, Manoel. Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho). Traços biographicos. In: **Almanak do Rio Grande do Norte**. 1º anno. Natal: Renaud & Cia. 1897. p.6

¹⁴⁹¹MARTINS, Joaquim Dias. **Os Martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Recife: Tipografia de F. C. de Lemos e Silva. 1853. p.126

¹⁴⁹²Idem.

¹⁴⁹³Idem.

¹⁴⁹⁴Idem.

¹⁴⁹⁵CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora, UFRJ, Relume-Dumára, 1996. p.166

¹⁴⁹⁶Idem.

atividades não-religiosas, “comprando fazendas e escravos, vivendo em concubinato e participando ativamente da política”.¹⁴⁹⁷

Em meio ao ambiente de secularização da vida sacerdotal católica e também de apropriação do liberalismo político por parte do clero luso-brasileiro, frei Miguelinho retornou para o Recife, em 1800, vindo a ser professor de retórica do recém-criado *Seminário de Olinda*,¹⁴⁹⁸ a convite do bispo Azeredo Coutinho.¹⁴⁹⁹ Além da atividade de formação clerical, o *Seminário* voltava-se, sobretudo, para o debate e a difusão do pensamento ilustrado com uma acentuada crítica ao absolutismo e à defesa do separatismo.¹⁵⁰⁰ Apesar do padroado, os padres possuíam uma *burocracia paralela* – uma organização que ao longo da história empenhou-se em longas batalhas contra a própria Coroa portuguesa.¹⁵⁰¹ De acordo com José Murilo de Carvalho, a burocracia eclesiástica era fonte de constantes conflitos com o Estado, devido à formação da maioria do clero ser menos nacional e menos estatista, o que levou os padres a envolverem-se em praticamente todos os movimentos de rebelião na colônia, desde 1789 até 1842.¹⁵⁰² O ideário das revoluções francesa e americana, sobretudo, concernente ao combate ao absolutismo, e a defesa da liberdade política e da democracia, chegou aos seminários brasileiros, a despeito da precariedade de seu ensino.¹⁵⁰³ Não é sem razão que o *Seminário de Olinda* tenha abrigado, em seu interior, a maior parte dos padres envolvidos na *Revolução de 1817*, dentre eles, frei Miguelinho.¹⁵⁰⁴ O *Seminário* foi um núcleo importante de organização e difusão das ideias liberais em Pernambuco. Seus professores, inclusive frei Miguelinho, estiveram muito comprometidos com a luta contra os baluartes do absolutismo no Brasil. Uma grande parcela dos padres envolvidos foi executada pelas tropas lusitanas, durante a *Revolução de 1817*. Frei Miguelinho esteve presente na lista dos principais líderes do movimento, o que acarretou na sua prisão e morte em 12 de junho de 1817.¹⁵⁰⁵

A historiografia norte-rio-grandense, do final do século XIX e início do XX, elegeu frei Miguelinho como um dos principais personagens do panteão de *heróis* do estado – ao lado de Felipe Camarão e André de Albuquerque Maranhão. Sua escolha deu-se por duas

¹⁴⁹⁷Idem.

¹⁴⁹⁸Segundo José Murilo de Carvalho, o *Seminário de Olinda* foi o único seminário episcopal criado no Brasil, desde a expulsão dos jesuítas. Idem.

¹⁴⁹⁹MARTINS, Joaquim Dias. **Op. cit.** p. 126.

¹⁵⁰⁰ Conferir: MOREIRA, Keila Cruz. **Padre Miguelinho: o intelectual, o professor, o revolucionário** – vozes que se fazem ouvir. 171 f. Natal. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹⁵⁰¹CARVALHO, José Murilo de. **Op. cit.** p.165.

¹⁵⁰² Idem. p.167.

¹⁵⁰³ Idem.

¹⁵⁰⁴Alguns homens de letras dedicados à produção da memória e da história da *Revolução de 1817*, nomearam este acontecimento histórico de *revolução dos padres*.

¹⁵⁰⁵MARTINS, Joaquim Dias. **Op. cit.** p.150.

razões: primeiro, a valorização de personagens que estiveram associadas às lutas de Independência e da República, durante os períodos da Colônia e do Império, e segundo, a sua condição de liderança junto ao movimento de 1817, o que assinalaria o lugar do Rio Grande do Norte em um acontecimento histórico, tido como vanguarda da experiência republicana no Brasil.

No capítulo anterior, mostramos que os letrados sectários do movimento republicano do final do século XIX e início do XX, consideravam a *Inconfidência Mineira*, a *Revolução de 1817* e a *Confederação do Equador*, como sendo figurações da luta em defesa da Independência do Brasil e da instalação da República, antes mesmo da emergência do novo regime. Muitos membros dos institutos históricos espalhados pelo país, partidários da República, publicaram textos referentes aos acontecimentos históricos que aludiam ao passado republicano da nação. Nesse sentido, durante a passagem do século XIX ao XX, houve um processo de *republicanização* da memória nacional. O ardor republicano, nos anos iniciais do novo regime, levou muitos homens de letras, inseridos, sobretudo, nos institutos históricos, a elegerem os heróis da tradição republicana do país. Apesar da promoção de vários candidatos à condição de principal herói da República, como já foi dito, a escolha recaiu em Tiradentes.¹⁵⁰⁶ Isso não inviabilizou o surgimento de outros heróis. Muitos institutos históricos regionais instituíram os seus próprios heróis republicanos. O IHGRN elegeu dois: frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão. O primeiro alçado à condição de principal líder da revolução de 1817 e o segundo tido como o protagonista do movimento no Rio Grande do Norte. Ambos eram extremamente importantes aos interesses identitários dos sócios do IHGRN, posto que suas ações evidenciariam o Rio Grande do Norte na tradição de vanguarda republicana, bem como na construção da memória histórica da nação. Apesar de serem colocados como os heróis do Rio Grande do Norte, no movimento de 1817, frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão foram tratados de maneira distinta pela historiografia norte-rio-grandense do século XIX.

Como frisamos no Capítulo 2, na obra *Breve Notícia* (1877), Manoel Ferreira Nobre sequer menciona o nome de frei Miguelinho como pertencente à *Galeria dos Mártires de 1817*. Provavelmente, a razão desse silenciamento tenha sido o enfoque de Manoel Ferreira Nobre apenas nos *mártires norte-rio-grandenses* que participaram do movimento na capitania. Como a ação do frei Miguelinho deu-se, exclusivamente, em Pernambuco e não no

¹⁵⁰⁶Conferir: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.21, nº40, p.59-83. 2001

Rio Grande do Norte, é possível que Manoel Ferreira Nobre tenha levado em conta essa questão, não mencionando o padre em sua *Galeria*.

Se no texto de Manoel Ferreira Nobre a figura de Frei Miguelinho é ausente, no ensaio de Alberto Maranhão (1898) a narrativa em torno da trajetória do padre católico é bastante lacônica. Alberto Maranhão fez apenas ligeiras referências à participação de Miguelinho no movimento de 1817. Isso não quer dizer que o letrado norte-rio-grandense considerava a ação do padre irrelevante. Pelo contrário, Alberto Maranhão compreendia que por meio das ações dos seus dois ilustres patrícios, frei Miguelinho e André de Albuquerque, o Rio Grande do Norte inseria-se na construção da memória histórica da *Revolução de 1817*. Para ele, os dois personagens tiveram a mesma importância no quadro geral da memória histórica da revolução, porém com funções distintas na dinâmica do movimento: Miguelinho como um dos líderes do levante em Pernambuco e André de Albuquerque como o principal líder no Rio Grande do Norte. O interesse de Alberto Maranhão em seu *ensaio histórico* era voltar-se, especificamente, para a participação do seu estado na revolução, por essa razão a trajetória de Miguelinho no levante não foi contemplada de forma mais exaustiva, como fora a de André de Albuquerque. Além disso, Alberto Maranhão assinalava que Manoel Dantas já havia escrito um texto, publicando no *Almanak do Rio Grande do Norte* em 1897, tratando especificamente sobre a atuação de Miguelinho na *Revolução de 1817*, o que reforçou sua predileção por André de Albuquerque.

Nove anos depois da publicação do artigo no *Almanak do Rio Grande do Norte*, os membros do IHGRN decidiram *saldar a dívida* para com o ilustre patrício do passado, levando a cabo as comemorações do 89º aniversário do “martyrio glorioso do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro”¹⁵⁰⁷ em 1906, e do centenário em 1917. Diante do imperativo do dever da memória, a questão que se coloca é: por que a comemoração do martírio do padre natalense era tão importante para o IHGRN? Primeiramente, é válido destacar que a agremiação esteve diretamente comprometida com o processo de construção da memória republicana no estado. Os letrados norte-rio-grandenses da virada do século XIX e início do XX não elegeram aleatoriamente os heróis do Rio Grande do Norte. Pelo contrário, um dos critérios de elegibilidade era a vinculação direta do *herói* com a defesa dos ideais republicanos. Dessa maneira, a figura de Miguelinho, alçada à condição de um dos principais *heróis* da revolução republicana de 1817, tornou-se uma referência significativa para a

¹⁵⁰⁷Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Volume IV. Número 2. 1906. p.308.

construção de uma memória republicana nacional.¹⁵⁰⁸ Isso explica o porquê da centralidade comemorativa em torno do martírio de Miguelinho e não de André de Albuquerque, uma vez que este último teve uma atuação restrita ao âmbito local e não nacional. Segundo, por ser norte-rio-grandense, a figura de Miguelinho constituía-se como um elo entre a memória histórica estadual e a memória do movimento republicano de 1817,¹⁵⁰⁹ o que salientaria a reboque o lugar do Rio Grande do Norte na construção da memória nacional. Essa questão fica bastante evidente em um artigo intitulado, *Os heroes de amanha*, publicado pelo jornal *A República*, no dia 16 de junho de 1906, na ocasião dos festejos cívicos, em que os editores do periódico destacaram a centralidade de Frei Miguelinho na *Revolução de 1817*: “A revolução de 17, que se pode considerar, juntamente com a insurreição dos inconfidentes, um grande factor da independencia da Patria Brasileira, deve-se principalmente ao nosso immortal conterraneo.”¹⁵¹⁰ Como se pode claramente perceber, a revolução de 1817 é colocada no mesmo patamar da *Inconfidência mineira*. Desde o início da República, ambos os acontecimentos passaram a ser representados como prenúncios da Independência e do novo regime instalado em 1889.¹⁵¹¹ Nesse sentido, ao assinalarem o protagonismo de Miguelinho na revolução de 1817, os editores de *A República* estavam instituindo um lugar de destaque para o Rio Grande do Norte, no episódio da Independência do Brasil. Mais uma vez, o Rio Grande do Norte entraria na memória nacional a partir da ação dos seus patrícios ilustres. Entretanto, diferentemente da estratégia de lutar pela naturalidade, como foi o caso de Camarão, os letrados norte-rio-grandenses reivindicavam a centralidade de Miguelinho na revolução de 1817, o que assinalaria o protagonismo do Rio Grande do Norte no referido acontecimento. Não é por acaso que, no mesmo artigo, os editores tenham combatido as investidas de retirar a centralidade de Miguelinho: “Digam embora espiritos vesgos e caturras que elle, por não ter sido chefe do movimento, foi uma figura secundária (...)”.¹⁵¹² A estratégia era reforçar e provar o protagonismo do *herói norte-rio-grandense*: “Decretos, officios, proclamações, o celebre sermão pronunciado na matriz de S. Antonio e que tanta influencia teve no eito, aliás passageiro, do bello movimento – tudo se deve ao grande martyr.”¹⁵¹³

¹⁵⁰⁸ PAIVA, Diego Souza de. **(Por) Entre pedra e tela**: a construção de uma memória republicana (Natal – 1906-1919). 286 f. 2011. Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História e Espaços da UFRN. Natal. p.114.

¹⁵⁰⁹Idem.

¹⁵¹⁰Os heroes de amanha. In: **A República**. Natal. 16 de junho de 1906.

¹⁵¹¹RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Op. cit.** p.18.

¹⁵¹²Os heroes de amanha. In: **A República**. Natal. 16 de junho de 1906.

¹⁵¹³Idem.

Em resumo, o agenciamento das comemorações em torno do 89º aniversário, em 1906, e do centenário do martírio de Frei Miguelinho, em 1917, pode ser explicado a partir do comprometimento do IHGRN em reforçar a instituição da memória republicana no estado e o estabelecimento de um elo entre a memória histórica do Rio Grande do Norte e a memória histórica do movimento republicano de 1817, o que implicava na construção de um lugar para a unidade federativa na memória nacional. Passemos a analisar cada um dos atos comemorativos alusivos ao martírio de Miguelinho.

Na sessão ordinária do IHGRN, realizada no dia 18 de março de 1906, o sócio Henrique Castriciano propôs à diretoria a realização de um ato solene no dia 12 de junho, destinado “a comemorar a gloria de Miguelinho, o maior patriota que, na opinião do orador, o Brazil ha produzido.”¹⁵¹⁴ Prontamente aprovada na sessão subsequente,¹⁵¹⁵ a mesa diretora do IHGRN subscreveu os nomes dos seguintes membros: Henrique Castriciano, Manoel Dantas, Segundo Wanderley, Pinto de Abreu, José Correia, Padre Calazans, Heliodoro Barros, Luiz Lyra e Pedro Soares, para comporem a comissão responsável pelo festejo cívico referente ao 89º aniversário do martírio do frei.¹⁵¹⁶ Como podemos notar, dentre os participantes da comissão constava o nome de Manoel Dantas, autor da biografia do padre revolucionário. Esse requisito tornava indispensável a presença de Manoel Dantas na comissão, sobretudo, porque seu estudo biográfico era uma referência importante para a formulação do programa dos festejos. É válido citar que a função da comissão, além de angariar donativos para a realização das comemorações, era organizar o próprio programa da festa cívica que deveria ser realizada em homenagem à memória do frei Miguelinho.¹⁵¹⁷ Nesse ponto, as informações contidas na biografia produzida por Manoel Dantas eram imprescindíveis.

De acordo com os componentes da comissão, a comemoração do 89º aniversário do martírio de Miguelinho foi um passo importante para a consagração da memória do *patriota* norte-rio-grandense.¹⁵¹⁸ Novamente, o ato comemorativo aparece associado ao dever de memória. Em um trecho do discurso de Augusto Monteiro, proferido durante o préstito cívico em homenagem ao *mártir*, fica claro o imperativo dado aos cidadãos norte-rio-grandense do

¹⁵¹⁴ACTA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA DO IHGRN. 18 DE MARÇO DE 1906. In: Atas e estatutos de 1906 do IHGRN. In: **RIHGRN**, volume IX. Números 1 e 2. 1911. p. 283

¹⁵¹⁵ACTA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA DO IHGRN. 1º DE ABRIL DE 1906. In: **RIHGRN**, volume IX. Números 1 e 2. 1911. p. 285.

¹⁵¹⁶ACTA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IHGRN. 8 DE ABRIL DE 1906. In: **RIHGRN**, volume IX. Números 1 e 2. 1911. p. 286.

¹⁵¹⁷Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Volume IV. Número 2. 1906. p.309

¹⁵¹⁸Idem. p.309.

presente em honrar a memória “daquelles que se sacrificaram por amor ás liberdades do povo é um dever imposto á consciencia das nações.”¹⁵¹⁹ O orador continua:

Pois bem, o Rio Grande do Norte cumpre hoje o seu dever; procura saldar uma divida sagrada, contrahida em prol daquelle que, ante a morte e a desenora, preferiu que o sanegue jorrasse impetuoso e rubro de sua fronte a ter de mentir á sua lealdade, de abjurar as suas idéas, de fazer a apostazia de sua convicções por um *presente de gregos*. Morreu pela Republica, a sua gloria, o seu sonho, o seu idéal!¹⁵²⁰

Como podemos perceber, para Augusto Monteiro, a comemoração do martírio do padre é uma forma do estado e de seus cidadãos do presente de cumprir os seus deveres de memória, saldarem uma dívida de gratidão pelos serviços do indivíduo pela *Pátria* e pela República. Semelhantemente ao discurso do orador José Calazans, na ocasião do centenário de nascimento de Duque de Caxias, o dever de memória aparece aí como um sentimento de dever a um outro, um cumprimento de um préstimo ao passado, saldando-lhe uma dívida de gratidão.¹⁵²¹ Apesar do dever de memória ser compreendido como um imperativo de todos os cidadãos, a iniciativa em realizá-lo era conferida ao IHGRN.

Em um artigo intitulado *Frei Miguelinho*, publicado pelo jornal *A República* no dia 18 de junho de 1906, os editores do periódico ao avaliarem as festas cívicas ocorridas em celebração ao martírio do padre revolucionário, destacaram o papel de liderança do Instituto como promotor da memória no estado: “Apenas o Instituto Historico falou em Miguelinho, todos os rio-grandenses, como se fossem hoste guerreira a espera da voz de commando, deram passo a frente para a grande festa patriotica”.¹⁵²² Ademais, segundo Diego de Souza Paiva, ao mesmo tempo em que promove a memória histórica do estado, através da realização das comemorações, o IHGRN apresenta-se como uma instituição que toma a frente dessa iniciativa, colocando-se como elemento da própria memória estadual: “O Instituto aqui realiza as comemorações ao mesmo tempo em que se realiza através delas.”¹⁵²³ Nesse sentido, o festejo reforça o papel institucional da agremiação na promoção e na elaboração de uma memória histórica norte-rio-grandense.

A cerimônia é concebida também como um exercício do dever cívico, a qual instrui os cidadãos norte-rio-grandenses do presente para os valores morais-cívicos e patrióticos. Os

¹⁵¹⁹ Idem. p.328.

¹⁵²⁰ Idem.

¹⁵²¹ RICCEUR, Paul. **Op. cit.** p.101.

¹⁵²² Frei Miguelinho. In: **A República**. Natal. 18 de junho de 1906.

¹⁵²³ PAIVA, Diego Souza de. **Op. cit.** p.112-113.

sócios da agremiação apoderaram-se das concepções celebrativas dos desfiles cívicos dos países europeus. Conforme Fernando Catroga, a realização dos primeiros desfiles comemorativos, no final dos anos de oitocentos, na Europa, deu forma à significação e enaltecimento dos valores cívicos-morais e patrióticos, tão característicos da *cultura republicana* de alguns países do velho continente.¹⁵²⁴ Não há dúvidas de que os sócios do IHGRN reproduziram estas concepções vigentes na Europa desde o final do século XIX. Isso fica patente em um trecho do discurso de Francisco Pinto de Abreu, pronunciado na sessão solene, celebrada no *Teatro Carlos Gomes*, em homenagem ao martírio:

Srs., as festas excepcionaes com que nos aprouve eternisar um nome querido e um feito grandioso, por iniciativa do Instituto Historico e unanime concurso do povo rio-grandenses, constituem, a meu ver, um exemplo edificante e uma profunda revelação: ensinamento de uma virtude que regenéra: descoberta de um sentimento que ennobrece.

Nessa hora propicia da civilisação brasileira, cumpre ferir no coração dos moços os primeiros accordes do patriotismo e despertar na consciencia dos velhos a invocação das glorias que se foram.¹⁵²⁵

A realização da festa cívica pelo IHGRN é entendida, ao mesmo tempo, como um meio de tornar o passado sempre presente, isto é, eternizá-lo, mas também de instruir a população para o civismo e o patriotismo. Celebrar o passado é uma maneira de ensinar ao presente. Aqui não é só o acontecimento em si que ensina, mas a própria cerimônia que instrui pelo exemplo. Dessa maneira, as virtudes do civismo e do patriotismo são *despertadas* e *reveladas* pela capacidade didática-pedagógica das próprias atividades realizadas durante o festejo. O préstito, a missa, a alvorada, os hinos, o hasteamento das bandeiras, os discursos laudatórios, as sessões solenes etc., comunicam explicitamente o ensejo de ensinar, tornar didática a mensagem a ser passada pelo ritual comemorativo.

Em síntese, ao realizar a solenidade do 89º aniversário do martírio de Miguelinho, o IHGRN ensejou não apenas transmitir algumas informações acerca do acontecimento *per se*, mas construir o elo entre o objeto comemorado, o passado, e os agentes comemorativos, cidadãos norte-rio-grandenses do presente. Não por acaso, o ato comemorativo do martírio de Miguelinho, considerado como um dever cívico, é pensado pela comissão como uma afirmação da “solidariedade dos contemporâneos com a obra gloriosa do herói.”¹⁵²⁶ Para Fernando Catroga, a comemoração estabelecia um diálogo entre o presente e o passado que

¹⁵²⁴CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França, Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC-UFC; Museu do Ceará; Secretária de Cultura do Ceará. 2005. p.127

¹⁵²⁵Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Volume IV. Número 2. 1906. p.345

¹⁵²⁶Idem. p.309

quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objeto, constituindo um ato cordial e comunitário, um *re-codare*, isto é, um *co-memorar*.¹⁵²⁷ Como já destacamos, o ato comemorativo é, em si mesmo, uma prática coletiva. Neste aspecto, a memória só pode ser narrada na linguagem pública e instituidora do rito, uma vez que o ato de celebrar, “na acepção que melhor cumpre o acto vivificante do recordar, é sair da autarcia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o *eu* na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas”.¹⁵²⁸ Através de um rito consumado em um ato público e comunitário, o passado torna-se um objeto de recordação, o qual é imperioso ao presente evocá-lo, comemorá-lo, coletivamente. Instala-se, então, concomitantemente, um dever cívico e um dever de memória. Essas duas questões foram fundamentais para que a agremiação se apropriasse do expediente da comemoração, tanto como uma atividade intelectual, como uma função institucional.

Diferentemente da tímida cerimônia do centenário natalício de Duque de Caxias, em 1903, os sócios do IHGRN organizaram um grande festejo cívico alusivo ao 89º aniversário do martírio de Miguelinho. Para os próprios membros da agremiação, a referida comemoração foi a maior festa cívica promovida até então no estado.¹⁵²⁹ Na ocasião, foram realizadas as seguintes atividades: alvorada, missa campal e préstito cívico. A alvorada e a missa campal foram promovidas logo nas primeiras horas da manhã do dia 12 de junho, na *Praça André de Albuquerque*. A escolha do espaço não foi aleatória. O local era bem sugestivo para o intento do IHGRN, pois foi na referida praça que o *glorioso republicano norte-rio-grandense* foi *sacrificado*.¹⁵³⁰ Começar o festejo cívico com uma alvorada e uma missa campal na *Praça André de Albuquerque* era uma maneira de reforçar a construção da memória republicana *no e do* estado. Ademais, havia um claro interesse entre os membros do IHGRN em promover associação entre as figuras de André de Albuquerque e a de Miguelinho. A ideia era robustecer mutuamente a memorização dos *martírios* dos personagens, o que era interessante para assentar a própria memória republicana no estado. Ademais, vincular os referidos personagens em um mesmo ato comemorativo era também uma forma de reforçar a imagem da participação do Rio Grande do Norte na *Revolução de 1817* e, por conseguinte, assinalar o papel do estado em uma memória republicana nacional.

Além da escolha da *Praça André de Albuquerque*, outro elemento chama a atenção: a realização da missa. Enquanto um ato comemorativo, a missa não teve relação alguma com o

¹⁵²⁷ CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p.26

¹⁵²⁸Idem.

¹⁵²⁹Sem autoria. Dr. Olympio Vital. In: **RIHGRN**. Natal. Volume IX. Números 1 e 2. 1911. p.300

¹⁵³⁰Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Natal. Volume IV. Número 2. 1906. p.309

sacerdócio de Miguelinho. O ato litúrgico funcionou como elemento importante do ritual comemorativo, uma vez que conferiu certa sacralização da memória do martírio do padre, não porque este entregou-se por amor à fé católica, mas sim pelo seu devotamento à *Pátria* e à República.¹⁵³¹ Frank Ankersmit chama a atenção para o aspecto religioso da solenidade. Segundo ele, a formação cristã do mundo ocidental contribuiu não só para o nosso amor pela celebração, mas também para a confirmação das dimensões religiosas do nosso processo comemorativo.¹⁵³² Nesse sentido, uma das características do aspecto religioso da comemoração diz respeito ao seu sentido de sacralização do próprio ato e do objeto recordado. Incorporar a missa ao ato comemorativo do martírio de Miguelinho foi uma forma de acentuar ainda mais o sentido sagrado do evento. Além disso, é importante considerar que a maior parte da população norte-rio-grandense do período era composta por católicos e que a maior referência religiosa advinha desse credo.¹⁵³³ Portanto, a realização da missa conferia um rito simbólico ao festejo em si, mas também a sacralização da própria memória do martírio do padre Miguelinho.

Além da missa campal celebrada pelo monsenhor José Paulino, sob os auxílios do padre Calazans, o IHGRN organizou o préstito cívico que percorreu as principais ruas de Natal. O cortejo foi o ato mais demorado da comemoração, pois contava com uma gama de atividades: pronunciamento de discursos de autoridades públicas municipais e estaduais, bem como dos próprios sócios do IHGRN e de outros membros da sociedade norte-rio-grandense; condução da bandeira da *Revolução de 1817* e de estandartes; apresentação de bandas musicais; inauguração da lápide em homenagem ao martírio do padre; e, por fim, a realização da sessão solene do IHGRN, no *Teatro Carlos Gomes*, a qual foi encerrada entoando o *Hino a Frei Miguelinho*.¹⁵³⁴

Em linhas gerais, os discursos pronunciados destacaram dois aspectos: a importância da homenagem prestada pela sociedade norte-rio-grandense à memória do padre mártir, assinalando o dever cívico e o dever de memória de cada cidadão do presente para com a recordação das ações do seu patrício ilustre do passado e os elementos considerados principais da biografia do padre, quais sejam: a sua luta pela liberdade, pela República e pela *Pátria* e o caráter híbrido de sua vocação religiosa e política, apresentando-o, similarmente, como religioso e como revolucionário. É preciso ressaltar que boa parte dos aspectos realçados da biografia do padre Miguelinho, enunciadas pelos oradores, estava diretamente

¹⁵³¹Idem. p.321.

¹⁵³²ANKERSMIT, Frank. **Op. cit.** p.23.

¹⁵³³PAIVA, Diego Souza de. **Op. cit.** p.149 .

¹⁵³⁴Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Volume IV. Número 2. 1906. p.339.

associada às imagens construídas por Manoel Dantas, em seu estudo biográfico, publicado pelo *Almanak do Rio Grande do Norte*, em 1897. Dessa maneira, os discursos dos oradores acabaram por reforçar o imaginário republicano e martiriológico da biografia de Miguelinho, já disseminado por Manoel Dantas. Em termos práticos, os discursos pronunciados durante o itinerário do préstito cívico contribuíram para a disseminação e a elaboração de uma memória republicana no estado, atrelada, especialmente, à biografia de Miguelinho. Como já assinalamos anteriormente, um dos principais interesses em comemorar o centenário do martírio do padre norte-rio-grandense era evidenciar, ao mesmo tempo, a tradição republicana na memória histórica da nação e o lugar do Rio Grande do Norte nesta tradição.

Outro elemento constituinte do préstito cívico foi a condução da bandeira da *Revolução de 1817* e dos estandartes pelos sócios do IHGRN. Aparentemente, essa atividade parece ser meramente protocolar e alheia aos principais interesses do processo comemorativo como um todo. Contudo, a representação da bandeira e dos estandartes e a sua composição no desfile teve um sentido histórico bastante significativo. A disposição da bandeira e dos estandartes explicitava os propósitos pedagógicos-cívicos do préstito. A bandeira da *Revolução de 1817* foi colocada à frente dos demais estandartes, justamente por ser o símbolo central do préstito e da comemoração. Logo após a bandeira, advinha o estandarte de André de Albuquerque, representando o governo revolucionário no Rio Grande do Norte. Em última análise, o programa festivo estava construindo uma narrativa histórica a partir da organização e disposição da bandeira e do primeiro estandarte. Em outras palavras, a leitura aí sugerida aponta para o entrelaçamento entre o acontecimento histórico (*Revolução de 1817*) e o seu desdobramento no Rio Grande do Norte (governo provisório de André de Albuquerque). Essa primeira montagem explicita o propósito pedagógico por parte do próprio IHGRN, em ordenar os fatos históricos a serem comemorados. A organização da comemoração aparece aí como uma espécie de *feira móvel da história*.¹⁵³⁵ Não apenas em relação à experiência *Revolução de 1817*, mas da própria história-memória do Rio Grande do Norte. É por essa razão que os demais estandartes, representados por Felipe Camarão e Augusto Severo, diziam respeito não ao evento histórico comemorado, mas à celebração da memória histórica do Rio Grande do Norte como um todo. Felipe Camarão, cuja naturalidade era bastante disputada e controversa, representava a participação do Rio Grande do Norte em um dos principais acontecimentos da memória nacional: a expulsão dos holandeses. Augusto Severo, irmão de Pedro Velho, representava o estado na ciência, mais precisamente, na tecnologia

¹⁵³⁵CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França, Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC-UFC; Museu do Ceará; Secretária de Cultura do Ceará. 2005. p.126

aeronáutica.¹⁵³⁶ As homenagens a Felipe Camarão e a Augusto Severo foram adicionadas aos festejos de Frei Miguelinho, com um claro interesse em evidenciar o *panteão* dos heróis norte-rio-grandenses.

Por fim, os últimos estandartes faziam referência à Clara de Castro, irmã de Miguelinho, a qual teria o ajudado na revolução, e ao próprio padre revolucionário. O estandarte de Miguelinho recebeu maior destaque em relação aos demais, já que seu martírio era o objeto a ser comemorado. Além de ser conduzido pelo padre José Calazans, trinta e sete senhoritas foram dispostas em torno do estandarte. Cada uma delas representava os municípios do Rio Grande do Norte.¹⁵³⁷ A participação dessas trinta e sete jovens mulheres fez parte da composição da figuração e da ritualização simbólica da comemoração. Enquanto a alegorização feminina era uma representação da própria República,¹⁵³⁸ a jovialidade das senhoritas era uma figuração da recém-proclamação do novo regime e da unidade das cidades do estado, em torno do evento comemorado e do seu significado. Em outras palavras, as jovens senhoritas representavam o Rio Grande do Norte como um todo, unido em torno do dever cívico e do dever de memória, fortemente comprometido com o novo regime. A partir do universo simbólico e alegórico da montagem do desfile cívico, o IHGRN construía uma rede de significados que conferia uma unidade de sentido ao ato comemorativo como um todo. Claramente, a programação da procissão atendia um rito, que acompanhava a disposição de estandartes que já sugeriam uma organização da memória histórica do Rio Grande do Norte e de sua relação com a memória republicana.

A celebração do 89º aniversário do martírio de Miguelinho foi acompanhada ainda da inauguração de uma lápide em homenagem ao ilustre patricio. Depois de caminhar pelas principais ruas da capital, o préstito cívico fez uma breve parada para o descerramento da placa. A partir dessa comemoração, todos os festejos cívicos realizados pelo IHGRN passaram a contar com a inauguração de estátuas e/ou monumentos. Assim como em muitos

¹⁵³⁶Augusto Severo de Albuquerque Maranhão nasceu a 11 de janeiro de 1864 na cidade de Macaíba- RN. Era filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e D. Feliciano Maria de Albuquerque Maranhão. Matriculou-se em 1880, na *Escola Politécnica* do Rio de Janeiro, cursando durante dois anos, vindo abandonar a escola devido a problemas de saúde. Regressando ao Rio Grande do Norte em 1882, tornou-se professor de matemática do *Ginásio Rio-grandense* de propriedade do seu irmão Pedro Velho. Nesse período, Augusto Severo passou a realizar pesquisas sobre aeroplanos. Concomitantemente, dedicou-se ao comércio e a política. No final do século XIX e início do XX, Augusto Severo passou a se engajar-se mais a ciência aeronáutica, mormente, ao desenvolvimento acerca da dirigibilidade dos balões. Em 1893, organizou o plano *Bartholomeu Gusmão*, construindo-o e, posteriormente, apresentando-o a Pereira Reis e o Marechal Deodoro da Fonseca. Posteriormente, em 1899, construiu outro balão, nomeado de *Pax*, sendo este seu principal invento. No dia 12 de maio de 1902, veio a falecer, drasticamente, em Paris, devido a explosão do seu balão *Pax*, na ocasião de um dos seus vôos. **A República**. Natal. 14 de junho de 1902.

¹⁵³⁷Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Volume IV. Número 2. 1906. p.319

¹⁵³⁸CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990. p.75

países da Europa, em que o fenômeno das cerimônias públicas levou à produção em massa de monumentos públicos, sobretudo, no século XIX,¹⁵³⁹ as comemorações organizadas pelo IHGRN, no início do XX, possibilitaram no Rio Grande do Norte uma espécie de *monumentomania*. Durante a Terceira República Francesa (1870-1940), a produção em massa de monumentos públicos estava diretamente associada à tradição republicana e aos valores patrióticos locais, levando ao que o historiador Maurice Agulhon chamou de *statuomanie*.¹⁵⁴⁰ Estátuas e monumentos foram erguidos na França, com o claro interesse de evidenciar os baluartes do imaginário republicano francês em várias cidades do país.¹⁵⁴¹ De certa maneira, no Rio Grande do Norte, mais especificamente em Natal, a *monumentomania* seguiu uma versão muito próxima da *estatuomania* francesa. Isso quer dizer que a paisagem urbana da capital foi cada vez mais povoada pelos monumentos construídos e erguidos em homenagem, sobretudo, aos heróis do estado e os acontecimentos históricos associados ao passado republicano. Em grande medida, os monumentos eram inaugurados na data do festejo cívico, porém, o aporte financeiro era transferido ao Estado ou direcionado aos cofres públicos da capital. Dessa forma, o IHGRN instituiu o processo da materialização da memória republicana no estado, mais especificamente em Natal. Destarte, a celebração passou a ser mais um dos instrumentos utilizados pelo IHGRN e pelo governo para a construção e espacialização da memória republicana norte-rio-grandense. Como podemos notar, a comemoração era um instrumento do Estado que, por sua vez, fazia uso político do passado rememorado.

A lápide foi afixada na suposta rua onde Miguelinho nasceu. Aproveitando-se da ocasião do festejo, a intendência municipal de Natal criou uma lei, modificando o nome da rua onde nasceu o frei norte-rio-grandense, renomeando-a de *Miguelinho*, além de inaugurar a placa comemorativa do seu martírio.¹⁵⁴² Consoante o historiador Diego Souza de Paiva, a inauguração da lápide comemorativa, no local onde teria nascido Miguelinho, representou o momento alto do préstito cívico, porque era ali que a procissão encontrava seu sentido.¹⁵⁴³ Em última análise, marcar solenemente e espacialmente o lugar onde o herói republicano nascera era, ao mesmo tempo, uma forma de construir um elo entre Miguelinho e o Rio Grande do

¹⁵³⁹ HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. p.280.

¹⁵⁴⁰Em uma tradução literal: *Estatuomania*. Conferir: AGULHON, Maurice. La Statuomanie et l'Historie. In: **Ethnologie Française**. Nouvelle serie, Tomo. 8. Números. 2-3, 1978. p. 145-172.

¹⁵⁴¹Idem. p.145.

¹⁵⁴²Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Volume IV. Número 2. 1906. p.383.

¹⁵⁴³PAIVA, Diego Souza de. **Op. cit.** p.115.

Norte e dar sustentação à instituição da memória republicana norte-rio-grandense.¹⁵⁴⁴ A própria inscrição da placa sugere esta leitura:

1768 – 17 de Novembro – 1817 – 12 de junho – *Quod scripsi, scripsi* – AO INSIGNE PATRIOTA PADRE MIGUEL JOAQUIM DE ALMEIDA CASTRO – FREI MIGUELINHO – *O povo do Rio Grande do Norte, em comemoração civica, no 89º. Aniversario de tua morte gloriosa, ufana-se de perpetuar, nesta lapide, solememente posta no próprio lugar em que nasceste, teu nome immortal de heroe e martyr.* 1906.¹⁵⁴⁵

Como podemos observar, a insigne indica a relação entre Miguelinho e o povo do Rio Grande do Norte. O monumento em homenagem ao *herói* e *mártir* cumpria sua missão de materializar e espacializar a memória republicana pela cidade. Nesse sentido, diante da inexistência de um túmulo do padre revolucionário em Natal, a fixação da lápide é posta no lugar onde Miguelinho teria nascido, “para que se pudesse demarcar, na cidade, a vinculação de sua figura à história do Estado e desta à da nação.”¹⁵⁴⁶ A mudança do nome da rua e a inauguração da placa reforçavam a construção da imagem de Miguelinho como um herói antes de tudo potiguar.¹⁵⁴⁷ A comunhão entre o passado (objeto comemorado) e o presente fora materializado e espacializado pela instauração da lápide comemorativa.

Logo após o descerramento da lápide, o préstito rumou para o seu último ato: a realização da sessão solene do IHGRN, no *Teatro Carlos Gomes*, encerrando-se com o *Hino a Frei Miguelinho*, letra composta pelo sócio Henrique Castriciano e musicada pelo maestro L. Smido, e a declamação de uma poesia escrita por Segundo Wanderlei.¹⁵⁴⁸ A arte musical e a poesia foram colocadas a serviço da construção do imaginário do herói republicano norte-rio-grandense, reforçando algumas imagens já construídas pela biografia de Manoel Dantas e pelo discurso dos oradores. As figuras de *herói* e de *mártir*, bem como a sacralização da memória do padre foram bastante destacadas. Os atos finais da sessão solene do IHGRN encerraram-se, robustecendo os diversos significados imagéticos e discursivos, apresentados ao longo do ato comemorativo. Mais uma vez, com este último ato, o IHGRN construiu para si a posição diretiva do festejo cívico no estado.

¹⁵⁴⁴Idem. p.116.

¹⁵⁴⁵Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Volume IV. Número 2. 1906. p.333.

¹⁵⁴⁶PAIVA, Diego Souza de. **Op. cit.** p.116.

¹⁵⁴⁷Idem. p.117.

¹⁵⁴⁸Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Natal. Volume IV. Número 2. 1906. p.336-338.

Em relação à comemoração do centenário do martírio de Miguelinho, ocorrida em junho de 1917, a postura do Instituto não foi diferente:

E ao Instituto Historico, porque tem, entre outras, a finalidade do culto esclarecido do passado, e emprehendêra, em 1906, a commemoração do 89º anniversario do fuzilamento de Frei Miguelinho, numa festa civica imponentíssima, que ainda hoje é recordada com vivo orgulho, corria, pois, o dever de colocar-se á frente do movimento commemorativo da passagem do 1º centenario de Miguelinho, cujo nobre perfil de heróe e martyr mais avoluma e scintilla á proporção que os annos passam e o povo melhor comprehende o alcance dos idéaes por que elle foi immolado heroicamente a sanha de régulos além-mar.¹⁵⁴⁹

Nesse trecho do texto de apresentação da edição comemorativa do centenário de Miguelinho, publicado em 1917, os sócios do IHGRN fizeram questão de asseverar a continuidade do dever da agremiação, em organizar e promover o festejo cívico no estado. Nesse mesmo texto, o IHGRN aparece como um *guardião fiel das tradições* e da memória histórica do Rio Grande do Norte.¹⁵⁵⁰ É notória a associação que os membros do IHGRN fizeram entre o ato de comemorar e a questão de guardar as tradições e a memória histórica do estado. As primeiras atividades desenvolvidas pelos sócios do IHGRN indicavam que a guarda e o culto ao passado eram claramente associadas à organização documental e à escrita da história. Todavia, ao longo dos anos, a realização dos festejos cívicos passou a ganhar um espaço significativo no IHGRN. Foi sendo adstrita à atividade comemorativa a atribuição de rememorar o passado glorioso da nação, do Rio Grande do Norte e dos seus patrícios ilustres.¹⁵⁵¹ Em grande medida, isso deu-se devido à concepção de que a comemoração colocava em evidência o passado, instruindo os cidadãos do presente e colaborando para o assentamento de uma dada memória *na* e *da* sociedade norte-rio-grandense. Novamente, o ato de recordar o passado aparece como uma extensão do exercício cívico e um dever de memória: “folgamos em registrar que se vae fazendo sentir entre os nossos conterraneos a justa noção de dever civico de glorificar os heróes desaparecidos, pela comprehensão de que isso é um dos laços mais fortes para a existência de um povo.”¹⁵⁵² A celebração é, mais uma vez, considerada, pelos associados do IHGRN, como um importante instrumento de culto cívico e de instrução, o qual urde o elo entre o passado, objeto comemorado, e os cidadãos norte-rio-grandenses do presente. É por essa razão que os membros do Instituto reiteraram a relevância

¹⁵⁴⁹ O centenario de Miguelinho. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.6-7.

¹⁵⁵⁰ Idem.

¹⁵⁵¹ Idem.

¹⁵⁵² Idem.

do ato comemorativo como sendo uma de suas principais atividades intelectuais. Isso explica também o interesse por parte dos integrantes do IHGRN de repetir o ato festivo onze anos depois, enaltecendo, dessa vez, o centenário do martírio de Miguelinho.

Assim como no 89º aniversário de 1906, a comemoração do centenário do martírio de Miguelinho foi um empreendimento orquestrado pelo IHGRN. Na sessão do dia 7 de maio de 1916, o Instituto resolveu promover o referido festejo.¹⁵⁵³ Para isso, contou, mais uma vez, com o auxílio financeiro do Congresso Legislativo estadual e do governo do estado para custear o ato em questão.¹⁵⁵⁴ Em contrapartida, todos os preparativos do festejo cívico ficaram a cargo do Instituto.

Em relação à organização geral da comemoração, a programação do centenário do martírio de Miguelinho foi praticamente a mesma do 89º aniversário, sendo acrescentadas outras atividades até então ausentes nas celebrações anteriormente realizadas pelo IHGRN, tais como: a promoção de uma festa náutica, composta por uma competição entre os clubes de regata da cidade de Natal; a realização de um campeonato de futebol, envolvendo as principais equipes da capital; e a exibição de filmes do *cinema campal*, ocorrido na *Praça André de Albuquerque*. Os torneios esportivos foram realizados nos dias 10 e 11 de junho, enquanto a exibição dos filmes ocorreu na data magna do martírio de Miguelinho, 12 de junho. Diferentemente da missa campal, do préstito cívico, da inauguração de monumentos e da sessão solene, realizadas na data festiva, todas as novas atividades adicionadas ao festejo do centenário representaram a inserção de uma dimensão menos formal à celebração. Talvez, o que explique a presença de tais atividades no universo simbólico comemorativo seja a introdução, cada vez maior, das novas práticas sociais, como o esporte e o cinema, no cotidiano da sociedade brasileira em geral.

Na virada do século XIX e início do XX, o esporte e o cinema começavam a conquistar um espaço maior entre as classes urbanas, o que poderia ser um instrumento importante na disseminação dos valores nacionais e das tradições culturais dos estados. Não é por acaso que os nomes dos personagens históricos da revolução de 1817, Miguelinho e André de Albuquerque, tenham nomeado as competições da regata náutica.¹⁵⁵⁵ Associar o esporte e o cinema às solenidades do festejo cívico foi uma das estratégias encontradas pelos membros do IHGRN para divulgar o imaginário em torno da memória republicana norte-rio-

¹⁵⁵³ Idem. p.8.

¹⁵⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵⁵ Dia 11 de junho de 1917. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.71 e 21.

grandense. Com efeito, o Instituto soube usar muito bem as referidas práticas sociais como canais de veiculação e sedimentação da memória republicana no estado.

O centenário do martírio de Miguelinho contou ainda com a missa campal, o préstito cívico, a inauguração de monumentos e a sessão solene do IHGRN – os mesmos atos comemorativos de 1906. O ritual foi semelhante ao do 89º aniversário. O festejo cívico começou com a realização da celebração da missa campal, no próprio local em que o padre havia nascido, reforçando, mais uma vez, a sacralização da memória republicana norte-rio-grandense. Em seguida, o cortejo, composto por representantes de instituições públicas, agremiações civis e militares, e a *massa popular*, passou pelas principais ruas da cidade, sendo conduzido pelo *carro triunfal*, armado em forma de esfera, no qual a senhorita Maria Lustosa, empunhava a bandeira nacional e a da *Revolução de 1817*.¹⁵⁵⁶ É interessante discorrer, brevemente, sobre o conjunto de sentidos inscritos nos elementos que compuseram esse cortejo.

Primeiro, assim como em 1906, o cortejo cívico teve uma ampla participação dos vários representantes da sociedade potiguar. Autoridades políticas do município e do estado, estudantes, militares, letrados, esportistas, comerciantes e gente da *massa popular* fizeram-se presentes no festejo cívico do centenário.¹⁵⁵⁷ A participação conjunta dos diversos setores da sociedade local no desfile, evidencia o teor agregador do ato comemorativo e o esforço por parte do IHGRN em mobilizá-los.¹⁵⁵⁸ Em nome do civismo e do dever de memória, os sócios do Instituto convocaram a sociedade local não somente para participar de um desfile ou para assisti-lo, mas também para apropriar-se da própria memória republicana norte-rio-grandense.

¹⁵⁵⁶ Dia 12 de junho de 1917. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.81.

¹⁵⁵⁷ *Idem*. p.83.

¹⁵⁵⁸ PAIVA, Diego Souza de. **Op. cit.** p.131.



Imagem 1 – Carro triunfal. Acervo do IHGRN.

Outro elemento importante, no conjunto geral do festejo, foi o *carro triunfal*. Claramente, um dos componentes mais simbólicos do cortejo. Como podemos perceber na imagem, no interior do carro estava uma senhorita, Maria Lustosa. A moça estava vestida de branco e em sua cabeça havia um barrete frígio. A escolha da senhorita para desfilar no carro não foi aleatória. Assim como as 37 senhoritas da procissão cívica do 89º aniversário, em 1906, a ideia era associar a moça com a figura da jovem República brasileira, construída simbolicamente, como já foi dito, pelos letrados e artistas brasileiros do final do século XIX e início do XX, a partir da alegoria feminina. Ao redor dela, estava um globo, contendo um mapa das províncias que participaram diretamente da *Revolução de 1817* (Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), e à sua frente, as bandeiras, a nacional e a da *Revolução de 1817*. Havia, nesse conjunto de representações, um texto a ser lido por aqueles que estavam participando do préstito. Uma leitura que colocava as províncias/estados envolvidos na *Revolução de 1817* como protagonistas e pioneiras na luta pelo novo regime implantado em 1889, como assevera o historiador Diego Paiva: “Assim, a República, nascida do movimento de 1817, é o elemento que une a experiência republicana daquela revolução à experiência republicana dos finais do século XIX e início do XX.”¹⁵⁵⁹ A jovem República do presente seria uma concretização da luta dos revolucionários de 1817 do passado, representados pelas suas províncias/estados, e é por esse motivo que a ideia do triunfo, como

¹⁵⁵⁹ Idem. p.152

título do carro, tenha sido tão sugestiva. Ademais, o carro triunfal evidenciaria o lugar de cada uma das referidas unidades federativas na memória republicana em particular e na memória histórica da nação como um todo.

Fechando o universo simbólico do cortejo cívico, o ponto nevrálgico do ato comemorativo: a inauguração do obelisco na *Praça André de Albuquerque*. Desde 19 de novembro de 1916, a comissão nomeada pelo IHGRN para organizar os festejos do centenário, havia planejado a construção de um obelisco em homenagem a André de Albuquerque e Miguelinho, *heróis de 1817*.¹⁵⁶⁰ Com o patrocínio do governo do estado, o IHGRN arregimentou os engenheiros, André Rebouças e Willy Fischer, para a confecção do projeto, sob direção pelo construtor Miguel Micussi.¹⁵⁶¹ Com uma altura de 5 metros por 10 centímetros, o obelisco foi construído como uma coluna de granito sobre pedestal de pedra lavrada, tendo sido inaugurado na tarde do dia 12 de junho de 1917.¹⁵⁶²



Imagem 2 – Inauguração do obelisco na Praça André de Albuquerque em Natal. Imagem retirada da edição especial da RIHGRN, publicada em 1917.

Em duas das faces da coluna quadrangular foram gravadas duas inscrições em *latim*:
 “Michaelli J. de Almeida Castro et Andreae de Albuquerque Maranhão. Multa pro patria

¹⁵⁶⁰ Resoluções e preparativos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.8.

¹⁵⁶¹ Auto da inauguração do Obelisco erigido no jardim da Praça André de Albuquerque Maranhão, nesta cidade do Natal, em homenagem do povo norte-rio-grandense á memoria de Frei Miguelinho e André de Albuquerque, sacrificados na Revolução Republicana de 1817. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.147

¹⁵⁶² Dia 12 de junho de 1917. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.83.

libertate passis. Quam et fortiter moriendo extulerunt. Concives sui. Centesimo occurremte anno. Hoc monumentum. Posteris ecolendum. Erexere” e “XVII – XII – MDXCVII – Expugntatorum huc. Duce E. Mascarenhas Homem. Apullit classis. Qui hanc primi regionem occuparunt”.¹⁵⁶³ Compostas pelo cônego Estevam Dantas, membro da comissão do IHGRN,¹⁵⁶⁴ as inscrições em latim conferiam um teor sagrado ao conteúdo presente no obelisco. Obviamente, o latim indicava que a linguagem não era didática para a grande população alheia ao vernáculo, mas sim performativa, a qual agregava valor à mensagem veiculado pelo monumento.¹⁵⁶⁵ Consoante Diego Souza de Paiva, o interesse pela inscrição em latim era de criar o elo “com uma língua investida de sacralidade (uma vez que fora proposta por um religioso e que era nela que se expressava a liturgia católica), ao mesmo tempo em que conferia à mensagem e ao monumento um sentido de universalidade.”¹⁵⁶⁶ Apesar de escritas em latim e tratando de conteúdos distintos, as duas inscrições eram colocadas em um mesmo plano do monumento, construindo uma descrição que conferia uma significação e leitura da história. Uma inscrição tratava da homenagem aos heróis de 1817, Miguelinho e André de Albuquerque, que *sofreram pela liberdade pátria*. A outra fazia referência à expedição de Mascarenhas Homem que em fins do século XVI, teria liderado a ocupação e a conquista da capitania. Aparentemente, as duas inscrições não dialogavam, por tratarem-se de experiências históricas distintas. Todavia, havia um claro interesse por parte dos sócios do IHGRN em dispô-las em conjunto, urdindo os dois eventos do passado do Rio Grande do Norte em um mesmo espaço. Instaure-se aí uma *lógica monumental*, isto é, uma estrutura narrativa que define a escultura como um produto de representação do passado e que organiza uma dada interpretação da história.¹⁵⁶⁷ Em um mesmo monumento estariam fundidos os marcos históricos da cidade e do estado, isto é, a ocupação da capitania em 17 de dezembro de 1597, por Mascarenhas Homem, demarcando o seu alvorecer no tempo da nação e a evidência de sua participação na memória nacional, por meio dos martírios de André de Albuquerque e Miguelinho, em um dos principais acontecimentos históricos da República e da *Pátria*. Costura-se, portanto, uma ligação entre as duas datas, 1597 e 1817, e os seus

¹⁵⁶³ Na edição especial de 1917, os próprios sócios do IHGRN postaram a tradução para o português das duas inscrições. Segue-as, respectivamente: “A Miguel J. de Almeida Castro e André de Albuquerque Maranhão/ Que muito soffreram pela liberdade pátria/ A qual, morrendo valorosamente, exaltaram/ Seus concidadãos erigiram este monumento para ser venerado pela posteridade” e “17 de Dezembro de 1597 – Aqui aportou a expedição dos exploradores que, guiados por M. Mascarenhas Homem, primeiro ocuparam esta região.” Idem. p.85

¹⁵⁶⁴ Resoluções e preparativos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.8-9.

¹⁵⁶⁵ PAIVA, Diego Souza de. **Op. cit.** p.106.

¹⁵⁶⁶ Idem.

¹⁵⁶⁷ KNAUSS, Paulo. O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. In: **Projeto História** (PUCSP), São Paulo, v. 20, 2000. p.176.

marcos históricos, a ocupação da capitania e sua participação no movimento de 1817. Não é por acaso que o espaço em que o obelisco fora construído tenha sido na *Praça de André de Albuquerque*, lugar onde fora criada a cidade de Natal, logo depois de conquistada do território pelos exploradores liderados por Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque.¹⁵⁶⁸ Conforme Diego de Souza Paiva, o obelisco “cria uma relação com a história da cidade pela referência nas inscrições que ostenta e, ao mesmo tempo, pelo diálogo com o espaço físico que ocupa.”¹⁵⁶⁹ A espacialidade física e sua figuração simbólica entrelaçam-se com os eventos históricos referenciados no obelisco. A memória norte-riograndense materializa-se numa espacialidade considerada fundadora. Dessa forma, em um mesmo monumento construiu-se uma narrativa que urde a constituição da cidade de Natal e do Rio Grande do Norte ao acontecimento histórico mais importante do estado: a *Revolução de 1817*.

Além das inscrições em latim, há nas duas outras faces do obelisco, outros elementos simbólicos: o brasão de armas do Rio Grande do Norte, de um lado, e as bandeiras da *Revolução de 1817* e da República brasileira, de outro. Começamos pela insígnia.

No dia 19 de abril de 1908, o até então governador do estado, Alberto Maranhão, expediu um ofício, solicitando ao IHGRN, a organização de uma comissão para emitir um parecer sobre o projeto de criação de um brasão de armas, organizado pelo pintor Corbiniano Villaça.¹⁵⁷⁰ Tal parecer só foi finalizado mais de um ano depois. Na sessão realizada no dia 4 de junho de 1909, a comissão do IHGRN deu o seguinte parecer:

O brasão de armas deve ser – um escudo de campo aberto, dividido, de dois terços de altura, tendo no plano inferior o mar, onde navega uma jangada de pescadores, symbolizando as industrias do sal e da pesca. No terço superior, em campo de prata, duas flores aos lados e ao centro e dois capulhos de algodoeiro, sendo o escudo ladeado, em toda sua altura, por um coqueiro, á direita, e uma carnaubeira, á esquerda, com os troncos ligados por duas cannas de assucar, presas por um laço com as côres nacionaes. Todos esses emblemas, em cores naturaes, representa a flora principal do Estado. O barrete phrygio bastante inesthetico, que cobre o escudo, deve ser substituido por uma estrella, symbolizando o Rio Grande do Norte na União Brasileira.¹⁵⁷¹

¹⁵⁶⁸ PAIVA, Diego Souza de. **Op. cit.** p.107.

¹⁵⁶⁹ Idem.

¹⁵⁷⁰ Acta da 9ª sessão extraordinária do IHGRN. 4 de junho de 1909. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916. p.217.

¹⁵⁷¹ Idem. p.218.

A formulação do brasão de armas proposta pelo IHGRN foi acatada pelo governo que no mesmo ano emitiu um decreto, oficializando o escudo do Rio Grande do Norte, passando a ser o símbolo oficial do estado. Nele estão simbolizados a natureza do Rio Grande do Norte, evidenciados pela diversidade de sua flora, bem como as principais atividades econômicas produzidas pela região. Dessa forma, a presença do brasão no obelisco era uma forma de destacar a identidade e a particularidade da referida unidade federativa no conjunto geral da nação.¹⁵⁷² No lado oposto ao brasão, estavam impressas duas bandeiras entrelaçadas por um laço, contendo duas legendas que as identificavam: 6 de março de 1817 e 15 de novembro de 1889. Não há sombras de dúvida: tais datas eram uma clara referência à memória republicana. O 6 de março de 1817 passou a ser associado ao prenúncio do movimento vitorioso de 15 de novembro de 1889. Com efeito, o entrelaçamento das duas bandeiras e a conformação de suas legendas inscritas no obelisco eram uma construção simbólica engendrara pelo IHGRN. Ao lado do hino nacional, a bandeira era um dos principais símbolos nacionais utilizados pelos movimentos republicanos oitocentistas.¹⁵⁷³ Ambos conferiam uma representação quase totêmica ao patriotismo e ao civismo, valores tão característicos da cultura monárquica e republicana.¹⁵⁷⁴ É por esse motivo que no Brasil pós-1889, os vários grupos defensores do novo regime apropriaram-se dessas duas simbologias nacionais, reconfigurando-as a partir de uma nova roupagem republicana.¹⁵⁷⁵

A construção do obelisco foi uma iniciativa nítida do IHGRN de sedimentar a memória republicana norte-rio-grandense. A sua materialidade evidente em uma praça pública da capital era uma forma de salientar a presença dos mortos na memória dos vivos, como afirma o orador, Henrique Castriçano: “E se é verdade que os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos, não nos trouxe o acaso, mas os dous redivivos norte-rio-grandenses.”¹⁵⁷⁶ Na própria inscrição do obelisco, dedicada ao frei Miguelinho e André de Albuquerque, era salientado aos cidadãos norte-rio-grandenses do presente o dever de venerar as ações dos heróis do passado. O sofrimento dos *mártires* por causa da liberdade *Pátria*, isto é, o bem coletivo da futura nação, punha, para os sócios do IHGRN, em evidência a dívida do presente para com o passado. Esse traço era comum à cultura monumental brasileira. Segundo Paulo Knauss, em muitos monumentos erguidos no final do século XIX, havia uma insistência em identificar a ação individualizada de um determinado personagem histórico

¹⁵⁷²PAIVA, Diego Souza de. **Op. cit.** p.104.

¹⁵⁷³ CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França, Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC-UFC; Museu do Ceará; Secretária de Cultura do Ceará. 2005.p.154.

¹⁵⁷⁴ Idem.

¹⁵⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Op. cit.** p.109.

¹⁵⁷⁶ Idem. p.87.

com uma repercussão de alcance coletivo, fazendo com que se instaurasse “uma dívida entre o gesto individual e o destino comum, definindo como credor.”¹⁵⁷⁷ Nesse aspecto, a veneração por parte dos cidadãos do presente é justificada, mantendo viva a lembrança do feito especial dos heróis do passado.¹⁵⁷⁸ O obelisco traz a superfície o dever de memória. Sinaliza a presença dos mortos no mundo dos vivos, como havia salientado Henrique Castriciano.

Terminado a solenidade da inauguração do monumento na *Praça André de Albuquerque Maranhão*, o préstito cívico encaminha-se para o seu desfecho. Restava, ainda, a sessão solene promovida pelo IHGRN no *Teatro Carlos Gomes*. Assim como na comemoração do 89º aniversário do martírio de Miguelinho, a sessão alusiva ao centenário teve como programação: o pronunciamento do orador oficial, Manoel Dantas, o biógrafo do Frei, a declamação de sonetos em homenagem ao *mártir* e a execução do hino a Miguelinho.¹⁵⁷⁹ O hino, os sonetos e o discurso laudatório de Manoel Dantas reforçam os aspectos biográficos já bastante explorados em outros enunciados do préstito cívico. Isso significa dizer que a ideia do herói e do *mártir* foram novamente acentuadas naqueles discursos, juntamente, com o papel de Miguelinho na liderança do movimento de 1817 e na sua aspiração pela liberdade da nação e devotamento a República. Há, portanto, uma clara *regularidade discursiva*¹⁵⁸⁰ que atravessa a construção dos enunciados acerca da ação individual de Miguelinho na *Revolução de 1817*. Os enunciados repetem-se, reforçando-os mutuamente. Essa *regularidade discursiva* tem sua razão de ser: “O centenário de Miguelinho foi bem o centenário do Rio Grande do Norte, porque, desde o dia em que o martyr elevou-se ao céu, na transubstanciação de sua alma de eleito, o Rio Grande do Norte começou a viver outra vida que nem o tempo poderá destruir.”¹⁵⁸¹ Em outras palavras, celebrar o centenário de Miguelinho era comemorar o Rio Grande do Norte. Enfim, era assinalar o lugar do estado na construção da memória republicana nacional a partir da ação individualizada do seu herói.

¹⁵⁷⁷ KNAUSS, Paulo. **Op. cit.** p.181.

¹⁵⁷⁸ Idem. p.181-182.

¹⁵⁷⁹ Dia 12 de junho de 1917. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.94-118.

¹⁵⁸⁰ Ao utilizarmos o conceito de *regularidade discursiva* estávamos fazendo-o a partir das reflexões do filósofo Michel Foucault em seu livro *Arqueologia do Saber*. Segundo Foucault, todo enunciado é portador de uma certa regularidade e não pode ser dela desvincilhada. Julgamos ser oportuna a aplicação do referido conceito, porque percebemos que há uma regularidade de uma prática discursiva nos discursos em torno do papel de Miguelinho na Revolução de 1817, o que evidencia um reforço e uma retomada constante de uma dada leitura da memória republicana. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.159-167.

¹⁵⁸¹ Dia 12 de junho de 1917. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.79-80.

6.4 – Comemorar a Revolução de 1817

Sem sombra de dúvida, os cem anos da *Revolução de 1817* foi uma das comemorações mais celebradas pela República. Em grande medida, ficou a cargo dos institutos históricos promoverem esta solenidade. Em Pernambuco, o IAGP assumiu a direção dos atos comemorativos, contando, é claro, com o apoio e o aporte financeiro do poder público federal, estadual e municipal: “A iniciativa da comemoração pertence naturalmente, ao nosso *Instituto Archeologico* que, quanto antes, deve elaborar o respectivo programma a procurar obter dos poderes publicos os recursos indispensaveis á sua realização.”¹⁵⁸² Havia um claro interesse por parte dos membros do IAGP em conferir à instituição a primazia e a iniciativa da comemoração. Não é sem razão que a proposição da comemoração do centenário já tivesse sido cogitada pelo sócio do IAGP, Coelho Leite, quatro anos antes, mais precisamente, na sessão do dia 25 de setembro de 1913.¹⁵⁸³ Meses depois, o também associado, Alfredo de Carvalho, endossava a proposição do seu consócio Coelho Leite, alertando a população do estado acerca da urgência de se comemorar a grande data nacional: “Menos de tres annos nos separa do centenario do primeiro e mais genuino movimento republicano operado no Brasil – a revolução de 1817 – e creio já ser tempo de cogitarmos dos meios de celebrar condignamente tão gloriosa data.”¹⁵⁸⁴ Em tempos de República, comemorar a *Revolução Pernambucana de 1817* era uma forma de reafirmar o pioneirismo de Pernambuco no movimento republicano nacional e na emancipação política do país: “O *Instituto Archeologico e Geographico Pernambuco* teria immenso prazer em relembrar com festas civicas ao povo o que foi essa revolução emancipacionista da nossa terra, precursora do grito do Ypiranga em 1822.”¹⁵⁸⁵ A questão não era, apenas, construir um lugar para Pernambucano na memória histórica da nação, mas sim assinalar a sua primazia, evidenciar o seu protagonismo no principal “movimento republicano operado no Brasil” e na emancipação da nação, o que o colocava em disputa em relação aos projetos identitários de outros estados que também reivindicam uma certa proeminência na memória nacional. Era preciso comemorar o centenário da *Revolução de 1817* para relembrar ao povo o protagonismo de sua terra.

A comemoração estava associada, como sabemos, ao exercício da memória, isto é, um imperativo que cabia à população do presente, tanto a sociedade pernambucana e como o

¹⁵⁸² O 1º Centenário da Revolução Republicana de Pernambucano em 1817. In: **RIAGP**. Recife. Volume XIX. Números 95 a 98. 1917. p.2.

¹⁵⁸³ Idem. p.1.

¹⁵⁸⁴ Idem.

¹⁵⁸⁵ Idem. p.4.

restante do país, não deixar no esquecimento os feitos dos *heróis de 1817*. Ademais, comemorar para que o presente transmita às gerações vindouras a veneração do feito glorioso do passado.¹⁵⁸⁶ Não obstante, os apelos de Coelho Leite e de Alfredo de Carvalho quatro anos antes do centenário, os consócios só conseguiram voltar-se para a organização da comemoração em 1916.

Dentre as atividades homenageadoras aos heróis de 1817, os membros IAGP decidiram reimprimir a *História da Revolução de Pernambuco em 1817* de Muniz Tavares. Segundo eles, em vez de ser escrita uma nova história sobre o evento, era mais interessante publicar uma nova edição da obra do monsenhor, contendo anotações e comentários dos “mais autorizados e competentes consócios”, a exemplo do que começou a fazer Capistrano de Abreu com a *História Geral do Brazil* de Varnhagen.¹⁵⁸⁷ A questão não era a ausência de novos estudos sobre o movimento de 1817 ou a escassez de documentos – embora, inicialmente, em 1913, a proposta de Coelho Leite fosse coligir e publicar “tudo o que se tem escripto sobre a revolução de 1817, abrangendo os impressos e os ineditos, ou somente estes.”¹⁵⁸⁸ Já havia um número significativo de artigos, publicados pela própria *RIAGP*, sobre o tema. Isso demonstra que, a despeito da existência de uma nova produção historiográfica acerca do movimento de 1817, publicada posteriormente à obra de Muniz Tavares, os membros do IAGP estavam interessados em reafirmar a versão construída pela escrita da história do monsenhor. Dito de outra maneira, reforçar as representações do passado inscritas no texto de Muniz Tavares era uma forma de evidenciar a centralidade de Pernambuco na revolução. Era também uma maneira de destacar a obra como sendo a portadora da principal versão sobre o movimento de 1817. Contanto com o auxílio financeiro dos poderes públicos, o IAGP conseguiu o patrocínio para a publicação da terceira edição da *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, colocando-a como parte integrante do programa de comemoração do centenário do acontecimento.

Além da publicação da obra de Muniz Tavares, o festejo cívico, organizado pelo IAGP, contou ainda com a realização da missa campal; lançamento da pedra fundamental para a construção de um monumento para os heróis de 1817 no jardim da *Praça da República*; passeatas de associações cívico-militares; execução do hino da Revolução; pronunciamento de discursos de autoridades políticas e de letrados; realização da sessão

¹⁵⁸⁶ Idem. p.39.

¹⁵⁸⁷ Idem. p.5.

¹⁵⁸⁸ Idem.

solene no *Teatro Santa Izabel*; exposição de frutos e floras etc.¹⁵⁸⁹ Em várias dessas atividades, houve a presença de diversos convidados, representando os estados que participaram da *Revolução de 1817*, dentre eles, o Rio Grande do Norte.

Na sessão do dia 6 de janeiro de 1917, os sócios do IAGP aprovaram a emissão de convites aos governos e aos institutos históricos de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará para que os mesmos enviassem representantes oficiais para a participação das festas do centenário.¹⁵⁹⁰ No caso do Rio Grande do Norte, os representantes foram: Deoclecio Dantas Duarte, cônego Jerônimo d' Assunção, Manoel Dantas e Nestor dos Santos Lima. Aos dois últimos, representantes especiais do estado e do IHGRN, respectivamente, o IAGP deu o título de sócios correspondentes.¹⁵⁹¹ A participação de outras unidades federativas nos festejos cívicos de Pernambuco tinha sua razão de ser: afirmar o caráter nacional e não regional da *Revolução de 1817*. No discurso do sócio Pedro Celso essa questão fica evidente:

Era bem de justiça que assim acontecesse, por quanto a revolução republicana de 1817 não teve um caracter puramente regional; a amplitude de seus intuitos, a nobreza e vastidão de seus ideias de liberdade e justiça, as suas tendencias expansionistas, tudo visava a integração do brazil no systema politico desfraldado de sua avançada mais oriental.

Não são pernambucanos, senão porque o glorioso feito os pernambucanisou: Domingos José Martins, o padre Miguelinho, o capitão José Peregrino, o cel. André de Albuquerque Maranhão, Martiniano de Alencar, o cel. Victoriano Borges de Almeida e tantos outros, de cujas credenciaes sois respectivamente os embaixadores nesta solemidade.

(...)

Seja-me, apenas, permitido invocar a sua qualidade de brasileiros, para nesse congresso verdadeiramente civico concitar-vos em nome do Instituto, e no momento de despedida, á empresa patriotica do engrandecimento do Brazil, como fortalecerdes cada vez mais a cohesão entre as unidades da Federação brasileira.

E nessa cohesão patriotica nunca nos esqueçamos que a patria dos heroes de 1817, não foi outro senão essa mesma patria *brasileira*, como grandiosa ressalta dos processos e fins da mesma revolução.¹⁵⁹²

¹⁵⁸⁹ Centenario da Revolução de 1817. In: **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 de março de 1917. Para um estudo mais minucioso sobre a comemoração do centenário no IAGP, conferir: RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo história e memória: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento republicano de 1817**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RIO, 2011.

¹⁵⁹⁰ O 1º Centenário da Revolução Republicana de Pernambucano em 1817. In: **RIAGP**. Recife. Volume XIX. Números 95 a 98. 1917. p.10.

¹⁵⁹¹ O IAGP deu título de sócio correspondente aos representantes especiais dos estados e dos institutos históricos que ainda não eram sócios do IAGP. A solemnisação do aniversario no Recife. In: **RIAGP**. Recife. Volume XIX. Números 95 a 98. 1917. p.78.

¹⁵⁹² Idem. p.78-79.

Como podemos perceber nesse excerto, a *Revolução de 1817* não é apresentada como fruto de uma demanda exclusivamente regional. Pelo contrário, a argumentação de Pedro Celso intenta demonstrar que a participação de outras províncias assegurou uma repercussão para além das fronteiras pernambucanas. Para o membro do IAGP, os ideais de liberdade e justiça disseminados pelo movimento e o envolvimento de patrícios de outras províncias seriam provas cabais do caráter nacional e não puramente regional do acontecimento histórico ocorrido em Pernambuco. O argumento de Pedro Celso era uma tentativa de desconstruir a ideia do teor separatista do movimento, o qual esteve associado ao longo do século XIX. O discurso de Pedro Celso dialogava diretamente com os primeiros artigos sobre a *Revolução de 1817*, publicados pela *RIAGP*, logo nos primeiros anos da República. Em linhas gerais, a historiografia pernambucana desse período procurou adaptar e manejar a memória de *Dezessete*, afastando o quanto fosse possível o conteúdo separatista.¹⁵⁹³ Para isso, os historiadores pernambucanos reelaboraram o discurso acerca do movimento de 1817, conferindo-lhe um caráter integrador e nacional. Para os sócios, fazia-se necessário salientar a participação de outras unidades federativas, justamente para evidenciar que a experiência republicana de 1817 era um movimento que partia de um projeto das províncias do Norte, “mas que pretendia um modelo de república federativa para todo o Brasil.”¹⁵⁹⁴ Daí o caráter integrador do movimento e o seu grande exemplo de patriotismo brasileiro ainda em tempos coloniais.¹⁵⁹⁵ Em vez de separatista, como considerava Varnhagen, a *Revolução de 1817*, como já foi mencionado anteriormente, deveria ser lida como um movimento de coesão entre as unidades federativas, já que havia sido, no passado, baluarte da liberdade nacional e modelo de uma experiência republicana antes de 1889. Nesse aspecto, a comemoração da *Revolução de 1817* deveria ser lida como uma empresa patriótica e que contribuiria para o engrandecimento do Brasil.

Apesar de ser descrito como um movimento de caráter pretensamente nacional, o movimento de 1817 teve o seu lugar de irradiação: Pernambuco. A *Revolução de 1817* é apresentada como nacional à medida que destaca Pernambuco como um espaço de liderança regional. Para os associados do IAGP, é deste lugar que a aspiração da luta contra o despotismo da metrópole e a defesa da causa republicana disseminou-se para o restante da nação. Afirmar-se aí a dimensão nacional do movimento, sem esmaecer, no entanto, a centralidade de Pernambuco. Essa forma de ler a *Revolução de 1817* implicou na própria

¹⁵⁹³ RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Op. cit.** p.193.

¹⁵⁹⁴ Idem.

¹⁵⁹⁵ Idem. p.158.

proposta de organização do festejo cívico. É, em Recife, que as representações dos estados, outrora, províncias, envolvidos na revolução encontram-se, solidarizando-se em torno de um passado comum, a experiência republicana do passado, o que reforça a ideia da centralidade de Pernambuco no acontecimento e sua liderança na região.

Considerando a dimensão nacional da *Revolução de 1817*, os participantes do IAGP tornaram o ato comemorativo do centenário um evento que extrapolou os limites das fronteiras de Pernambuco. A celebração abrangeu a participação não só de outros estados adjacentes, os quais estiveram envolvidos com a experiência revolucionária de 1817, mas também de outras unidades federativas do país. O IAGP enviou telegramas para as autoridades públicas de vários estados do Brasil, conclamando para que pudessem celebrar os cem anos da revolução de 1817.¹⁵⁹⁶ Em muitas capitais do país, foram realizadas homenagens ao centenário do acontecimento histórico, seja por meio de sessões solenes de instituições, seja por decreto de feriados estaduais e/ou municipais.¹⁵⁹⁷ O interesse em tornar a *Revolução de 1817* um evento a ser comemorado em todo o Brasil, manifesta nitidamente a estratégia dos membros do IAGP de cristalizar o acontecimento como parte da memória republicana do país. É fazer com que a nação se aproprie dessa memória e a leia, para além do seu suposto teor regionalismo pernambucano. Por esse motivo era tão importante, para os sócios do IAGP, conclamar as autoridades públicas das capitais e dos municípios dos estados participantes da revolução, para a comemoração dos cem anos do movimento de 1817.

Outra estratégia do IAGP foi enviar telegramas as diretorias de alguns institutos históricos da região sul do país, tais como: o IHGSP e o IHGB. Nesse ponto, o já renomado diplomata e letrado pernambucano, Oliveira Lima, membro do IAGP, teve um papel importante. Graças ao seu agenciamento junto aos membros do IHGSP e do IHGB, dos quais também era associado, é que estas agremiações se mobilizaram para comemorar o centenário da *Revolução de 1817*.¹⁵⁹⁸ Em ambos os institutos foram realizadas sessões solenes, para celebrar os cem anos do movimento.

Os integrantes do IHGSP reuniram-se no dia 6 de março de 1917 para homenagear a “memória dos bravos filhos de Pernambuco que em 1817 sonharam com a republica no Brasil.”¹⁵⁹⁹ Aparentemente, não havia qualquer ligação entre a experiência revolucionária de

¹⁵⁹⁶ **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 4 de março de 1917.

¹⁵⁹⁷ **Correio Paulistano**. São Paulo, 7 de março de 1917 e **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 7 de março de 1917.

¹⁵⁹⁸ O 1º Centenário da Revolução Republicana de Pernambucano em 1817. In: **RIAGP**. Recife. Volume XIX. Números 95 a 98. 1917. p.8-9.

¹⁵⁹⁹ Como foi comemorado em S. Paulo o primeiro centenario do grande facto historico. In: **Correio Paulistano**. São Paulo, 7 de março de 1917.

1817 e os paulistas. Contudo, os membros do IHGSP decidiram destinar uma sessão para comemorar um acontecimento histórico que era alheio à sua memória histórica. É preciso lembrar que boa parte das atividades intelectuais desenvolvidas no âmbito do instituto paulista, pelo menos em suas primeiras décadas de existência, estava associada aos temas regionais.¹⁶⁰⁰ O que justificaria a comemoração de um acontecimento histórico totalmente distante do passado paulista? Aventamos que a resposta estaria no interesse dos sócios do IHGSP em reafirmar e reforçar a tradição republicana no passado da nação como um todo. Desde os primeiros anos de sua fundação, o instituto histórico paulista assumiu sem disfarces a defesa do republicanismo civil e a crítica ao antigo governo monárquico.¹⁶⁰¹ Para isso, a agremiação “intentou revolver as origens republicanas desde o período colonial, reservando aos paulistas o papel de divulgadores e promotores do regime.”¹⁶⁰² É possível que essa postura política do IHGSP tenha contribuído para que a comemoração do centenário de 1817 entrasse na agenda da agremiação. Isso explica também a atitude do presidente do IHGSP, Altino Arantes, em reforçar a ideia geral de que os heróis da *Revolução de 1817* aspiravam um Brasil republicano e democrático.¹⁶⁰³ O que estava em jogo no ato comemorativo promovido pelo IHGSP não era uma solidariedade à glória de Pernambuco, mas sim à memória republicana da nação.

Na conferência de Carneiro Leão, proferida no *Conservatório Dramático e Musical de São Paulo*, ocorrida no mesmo dia da solenidade do IHGSP, a leitura quanto à *Revolução de 1817* não foi diferente. O escritor pernambucano endossou a mesma interpretação recorrente entre os discursos alusivos aos *heróis da Revolução de 1817*: “Para nós, os filhos da Independencia e da Republica, elles foram os grandes precursores. Para que a Republica e a Independencia nos viesse sem sangueira, era preciso elles já tivessem vertido, antecipadamente, como os fiadores amados da nossa pátria.”¹⁶⁰⁴ Nesse sentido, o presente da nação fora um constructo dos seus heróis do passado comprometidos com o futuro do Brasil. Passado, presente e futuro estavam diretamente articulados. A luta dos heróis do passado é descrita como um produto de uma expectativa futura, isto é, o sonho do Brasil republicano e emancipado da metrópole. Enquanto o passado movia-se em direção ao futuro, o presente reconhecia as glórias do passado. Não é por acaso que Carneira Leão tenha caracterizado os

¹⁶⁰⁰ FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p.113.

¹⁶⁰¹ Idem. p.135.

¹⁶⁰² Idem.

¹⁶⁰³ O 1º Centenário da Revolução Republicana de Pernambucano em 1817. In: **RIAGP**. Recife. Volume XIX. Números 95 a 98. 1917. p.8-9.

¹⁶⁰⁴ Como foi commemorado em S. Paulo o primeiro centenario do grande facto historico. In: **Correio Paulistano**. São Paulo, 7 de março de 1917.

heróis de 1817 como os fiadores da *Pátria*. Cabia ao presente reconhecer a luta dos brasileiros do passado, comemorando os seus feitos no presente. Mais uma vez, a comemoração aparece como um imperativo da memória para os cidadãos brasileiros do presente.¹⁶⁰⁵

A celebração do centenário em São Paulo nos mostra como a tradição republicana da *Revolução de 1817* repetiu-se em vários atos comemorativos. Com efeito, isso demonstra certa cristalização do processo de *republicanização* da memória nacional, já no final dos anos 10 do século XX, em diferentes unidades federativas do país, mesmo naquelas que não estiveram envolvidos em acontecimentos históricos diretamente associados à tradição republicana. É razoável considerar, portanto, que o interesse dos sócios IHGSP em comemorar a *Revolução de 1817* estivesse associado ao comprometimento com a divulgação da memória republicana. Mas o que dizer da comemoração promovida pelo IHGB, uma instituição, historicamente, vinculada à tradição monárquica?

Como já discurremos, o movimento de 17 não recebeu tanto a atenção dos membros do IHGB oitocentista. Quando tratado ou citado nas edições da *RIHGB*, as leituras que se faziam do movimento reforçavam as interpretações construídas por Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*, fortemente comprometidas com os interesses políticos e intelectuais do Estado imperial. Todavia, com o processo de *republicanização* da memória nacional, iniciado já nos anos iniciais do novo regime, os sócios do IHGB romperam, paulatinamente, com algumas versões, até então correntes, acerca de alguns acontecimentos históricos considerados, anteriormente, como problemáticos à memória histórica da nação. O IHGB não ficou incólume às mudanças ocorridas no cenário político do país. Apesar da sua ligação histórica com a monarquia, aos poucos, a instituição aproximou-se do novo regime, o que implicou, diretamente, em sua produção historiográfica. Novos sentidos ao passado da nação foram construídos pelo IHGB, durante as décadas iniciais da República. Nesse sentido, a *Revolução de 1817* já não era mais lida pelos membros da agremiação, como um movimento de desonra, alheia a qualquer valor patriótico e de cunho fortemente separatista, como considerava a tradição historiográfica oitocentista forjada no interior do IHGB. Pelo contrário, segundo Lúcia Paschoal Guimarães, o centenário da *Revolução de 1817* rompeu com essa historiografia e com a memória nacional construída no Instituto ao longo do século XIX: “Passado 100 anos, um novo sentido fora dado ao movimento de Pernambuco. A rebeldia do

¹⁶⁰⁵ Idem.

Leão do Norte doravante seria sinônimo de virtude, exemplo de patriotismo e de sentimento nacional.”¹⁶⁰⁶

Na ocasião da sessão solene, realizada no dia 6 de março de 1917, o presidente da instituição, Afonso Celso, destacou a importância da *Revolução de 1817* para a história da nação, sobretudo, devido à aspiração dos seus participantes “de ver o Brasil independente e livre.”¹⁶⁰⁷ O seu destaque não deveria tocar no conteúdo separatista do movimento, pelo contrário, esse era um tema a ser evitado.¹⁶⁰⁸ A ênfase recaía no caráter antecipatório do acontecimento, considerado uma experiência precursora da Independência do país. Não despropositadamente, Afonso Celso salientava que o IHGB celebrava os cem anos da *Revolução de 1817* com duas ações: realização de uma sessão solene e a publicação da obra *História da Independência do Brasil* de Varnhagen, cujos originais foram encontrados no arquivo do Barão Rio Branco, em maio de 1916.¹⁶⁰⁹ Desse modo, o IHGB associava a comemoração do centenário da *Revolução de 1817* à Independência do Brasil. É por esse motivo que Afonso Celso considerava a comemoração centenária como parte integrante do programa cívico da instituição, pois através da referida celebração “augmenta-se a energia nacional quando se dá ao povo orgulho de sua historia.”¹⁶¹⁰ Para o presidente do IHGB, a comemoração da *Revolução de 1817* serviria, ao mesmo tempo, como um exercício de rememoração do passado da nação e uma prática cívica que despertaria no povo o sentimento nacional e o interesse pela sua história.

Para discursar na solenidade promovida pelo IHGB, Afonso Celso convidou o deputado pernambucano e consócio da agremiação, Alexandre José Barbosa Lima.¹⁶¹¹ Consoante o presidente, o orador reuniria as credenciais necessárias para a efetuação da “nobre missão”:

Filho de Pernambuco, de que, em epocha agitado, foi insigne magistrado supremo; alliado por affinidade a um dos proceres de 1817; tribuno consagrado; notavel homem de sciencia e de letras; impertérrito em

¹⁶⁰⁶GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p.121.

¹⁶⁰⁷SESSÃO SOLENNE ESPECIAL COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817, EM 6 DE MARÇO DE 1917. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 82. 1917. 622.

¹⁶⁰⁸Conferir: RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Memórias regionais no IHGB: os centenários das Revolução Pernambucana e Farroupilha – 1917 e 1935. **Revista Memória em rede**. Pelotas, v.4, n.10, Jan/Jun.2014.

¹⁶⁰⁹SESSÃO SOLENNE ESPECIAL COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817, EM 6 DE MARÇO DE 1917. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 82. 1917. p.623

¹⁶¹⁰ Idem.

¹⁶¹¹ LOPES, Raimundo Helio. LIMA, Alexandre Barbosa. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015 (Verbetes)

suas convicções políticas; merecedor de geral estima, acatamento e admiração, por peregrinos predicados mentaes e moraes, s.ex. estava naturalmente indicado para a nobre missão, e em tudo aparelhado para executa-la de modo digno de s.ex., do Instituto e do acontecimento a commemorar.¹⁶¹²

Como podemos perceber, a naturalidade pernambucana, a trajetória política, a notabilidade intelectual e os predicados mentais e morais foram os critérios utilizados pelo presidente para eleger o consócio como orador. Duas credenciais nos chama a atenção: a sua pernambucaneidade e a sua afinidade com o movimento de 1817. O pertencimento à região parece um critério fundamental para o processo de legitimação do discurso da comemoração, uma vez que lhe é conferido o lugar de porta-voz do espaço do qual se fala.¹⁶¹³ O próprio Alexandre José Barbosa Lima parece reforçar a sua condição de pernambucano como um elemento indispensável a sua autolegitimação de orador e a sua fala em nome do movimento: “Pernambucano, profundamente emocionado, tentarei evocar para commover, rememorar para edificar, redizer, nas suas grandes linhas, o que foi o heroico movimento.”¹⁶¹⁴ Ao enfatizar à naturalidade pernambucana, Barbosa Lima intenta não somente construir um discurso legitimador, mas afetar o seu auditório, comovendo-o, e edificá-lo a partir de uma narrativa comemoracionista que toma o acontecimento histórico de sua região como centro da memória republicana do país. É disto que Barbosa Lima tenta convencer o seu público.

Outro elemento legitimador do seu discurso, apontado por si mesmo e por Afonso Celso, é a sua relação com o movimento de 1817. É importante ressaltar que há uma sutileza entre as apresentações de Afonso Celso e de Barbosa Lima. No enunciado do presidente do IHGB não há qualquer preocupação em esclarecer quais seriam as convicções políticas do referido pernambucano ou qual seria a sua afinidade com o movimento de 1817. No entanto, em um outro trecho do discurso de Barbosa Lima fica evidente quais seriam essas posturas políticas:

Quis a fatalidade histórica que a um rebelde e obscuro inconfidente de 15 de Novembro – devoto do heroísmo lendario do incomparavel Pernambuco, houvesse hoje de ser dada a palavra para rememorar os feitos e evocar os martyres, confesores da fé republicana, paladinos da independencia

¹⁶¹²SESSÃO SOLENNE ESPECIAL COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817, EM 6 DE MARÇO DE 1917. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 82. 1917. p.624

¹⁶¹³ A ideia do pertencimento à região como um discurso legitimador, pode ser percebida também nas narrativas comemoracionistas da Revolução Farroupilha publicadas na RIHGB, na ocasião da celebração do seu centenário em 1935. RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Memórias regionais no IHGB: os centenários das Revolução Pernambucana e Farroupilha – 1917 e 1935. **Revista Memória em rede**. Pelotas, v.4, n.10, Jan/Jun.2014. p.5

¹⁶¹⁴SESSÃO SOLENNE ESPECIAL COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817, EM 6 DE MARÇO DE 1917. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 82. 1917.p. 629

brasileira, por igual inconfidentes e rebeldes, que a Legalidade de ha um século declarou infames.¹⁶¹⁵

Diferentemente de Afonso Celso, um homem de letras vinculado à tradição monarquista, Barbosa Lima é, assumidamente, um republicano convicto. Com a proclamação da República, o deputado atuou desde os primeiros dias na consolidação do novo regime e, como corolário dessa campanha, foi eleito deputado constituinte pelo Ceará.¹⁶¹⁶ Ao longo de sua trajetória política, como deputado ou governador de Pernambuco, Barbosa Lima esteve próximo dos governos republicanos. Desse modo, sua simpatia com o movimento de 1817 é clara: o orador identifica-se com a própria rebeldia dos seus patrícios pernambucanos, republicanos e paladinos da independência brasileira.¹⁶¹⁷ Assim como os seus conterrâneos patrícios de 1817, Barbosa Lima identificava-se como um obscuro *inconfidente* de 1889. Monarquista, Afonso Celso silencia qualquer relação entre o movimento de 1817 e a defesa da República. O presidente do IHGB contentou-se em destacar apenas a contribuição da *Revolução de 1817* para a luta da autonomia do Brasil frente a sua metrópole. Distintamente, Barbosa Lima fez questão de evidenciar a vinculação do movimento dos *rebeldes* de 1817 com o novo regime e com a emancipação do país. É como se esses dois elementos estivessem na ordem do dia da revolução, isto é, fossem as principais aspirações dos patriotas de 1817.¹⁶¹⁸ Assim, para Barbosa Lima, a crítica feita, por alguns historiadores do século XIX, aos revolucionários de 17, fora injusta, pois, em vez de colocá-los como patriotas, os declararam infames.¹⁶¹⁹

Os áulicos menos escrupulosos, certos historiographos que floresceram no Imperio, os reaccionarios que vêem o argueiro nos olhos da Republica e não enxergam a trave massiça nos olhos da Realeza. Os utilitarios, que não enxergam creem no ascendente progressivo da virtude, da abnegação e do heroismo têm pretendido tendenciosamente reduzir a proporções de um motim vulgar sem ideaes, de uma sedição de quarteis sem importancia., de um episodio mais que secundario na historia local de uma pequena província turbulenta, a gloriosa insurreição que levantou o pavilhão hoje duas vezes victorioso da Independencia e da Republica.¹⁶²⁰

¹⁶¹⁵ Idem. p.623

¹⁶¹⁶ LOPES, Raimundo Helio. **Op. cit.** p.1

¹⁶¹⁷ RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Op. cit.** p.5

¹⁶¹⁸ SESSÃO SOLENNE ESPECIAL COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817, EM 6 DE MARÇO DE 1917. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 82. 1917.p. 629.

¹⁶¹⁹ Idem. p.623.

¹⁶²⁰ Idem. p.625-626.

Apesar de velada, a crítica de Barbosa Lima é direcionada, sobretudo, à obra *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Como vimos no segundo capítulo, Visconde de Porto Seguro associou o movimento de 1817 ao republicanismo de forte cunho *provincialista* e separatista. Nesse aspecto, a revolução de 17 estaria vinculada apenas as demandas restritas da província pernambucana, sem qualquer amplitude nacional, isto é, o movimento teria sido produto de uma insubordinação local provocada em um *motim de quartel*. Na contramão de Varnhagen, Barbosa Lima considerava que a revolução de 1817 assumiu um caráter verdadeiramente nacional à medida que a aspiração dos seus heróis preparou as condições necessárias para a concretização da Independência e da República.¹⁶²¹ Em vez de desprezar o legado construído pelos *heróis de 1817*, os brasileiros do presente, diferentemente da postura dos historiográficos que floresceram no Império, deveriam venerá-los, pois foi da infâmia deles é que “nós gloriamos hoje.”¹⁶²² Se, para Varnhagen, a *Revolução de 1817* não deveria constar na galeria das glórias da *Pátria*, para Barbosa Lima, ela outorgaria aos brasileiros do presente a “aureola máxima da virtude cívica.”¹⁶²³

O discurso do deputado pernambucano, na sessão solene do IHGB, deixava clara a necessidade do reconhecimento da agremiação, acerca da relevância nacional do referido acontecimento histórico – reivindicação esta assaz recorrente entre os sócios do IAGP.¹⁶²⁴ Com efeito, na Primeira República, os sócios do IHGB esforçaram-se em conformar a *Revolução de 1817* ao conjunto da memória nacional.¹⁶²⁵ A publicação de alguns textos na *RIHGB* sobre o movimento de 1817 como uma experiência histórica precursora da Independência e da República no país¹⁶²⁶ e a comemoração do centenário em 1917 são exemplos do comprometimento do IHGB, em construir um lugar para a revolução na memória histórica da nação.

Assim como o IHGB, IHGSP e o IAGP, o IHGRN fez parte desse grupo de institutos históricos que dedicou atenção especial ao centenário da *Revolução de 1817*.¹⁶²⁷ Foi

¹⁶²¹ Idem. p.623.

¹⁶²² Idem.

¹⁶²³ Idem. p.623.

¹⁶²⁴ RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Op. cit.** p.238.

¹⁶²⁵ Idem.

¹⁶²⁶ Ver o capítulo 2 desse trabalho e a tese da historiadora Mariana dos Santos Ribeiro já bastante citada.

¹⁶²⁷ O IHGACE também dedicou atenção ao centenário da *Revolução de 1817*. É provável que outros institutos históricos do país tenham celebrado a data. No entanto, por uma questão metodológica, decidimos abordar apenas três. Escolhemos o IHGB e o IHGSP, porque gostaríamos de evidenciar como a celebração do centenário de 1817 foi visto por dois institutos históricos fora dos estados que haviam participado do movimento. Já a

reservado um espaço específico na programação geral do festejo cívico do centenário do martírio de Miguelinho, para comemorar os cem anos da *Revolução de 1917*. O dia 6 de março de 1917, alusivo à eclosão do movimento de 1817, foi a data escolhida para o início das festividades cívicas do centenário do martírio de Miguelinho. Para comemorar este dia, o governo do estado decretou feriado, mandando fazer preleções nas escolas, hastear o pavilhão brasileiro e iluminar as fachadas dos edifícios públicos “em sinal de gala pela celebração do 1º centenario da Revolução.”¹⁶²⁸ Por seu turno, os sócios do IHGRN realizaram, no mesmo dia, uma sessão solene no salão nobre do Palácio do governo, em comemoração do centenário da *Revolução de 1817*. Presidiu a sessão, o governador do estado, Ferreira Chaves, acompanhado do presidente do IHGRN, Pedro Soares, dos desembargadores, Vicente de Lemos, Dionysio Filgueira, Hemetério Fernandes, do cônego Estevam Fernandes, dos oradores Eloy de Souza e Henrique Castriciano, dentre outros membros do IHGRN.¹⁶²⁹ No recinto e nas salas adjacentes ao salão nobre estavam as *pessoas mais gradas da cidade*, estando presentes representantes do clero e de todas as associações literárias e artísticas, bem como membro das corporações civis e militares, imprensa, escolas e estabelecimentos de ensino.¹⁶³⁰

O perfil dos participantes da sessão solene promovida pelo IHGRN era, sem sombra de dúvida, elitista. Diferentemente do cortejo cívico do centenário de Miguelinho, ocorrido nos diversos espaços públicos da capital, como ruas e praças, e aberto à população como um todo, a comemoração dos cem anos da *Revolução de 1817* foi realizada em um espaço privado do palácio do governo, reservado, em sua grande maioria, à *finis flor da sociedade* norte-rio-grandense, especialmente, natalense. A configuração da comemoração também foi distinta. Em vez do desfile cívico, a solenidade contou apenas com o pronunciamento dos discursos do orador oficial da sessão, Eloy de Souza, e do sócio Meira e Sá. O elemento central ressaltado por ambos foi o gesto de vincular a experiência da *Revolução de 1817* à tradição autonomista e republicana do país. Isso fica claro no seguinte trecho do discurso de Eloy de Souza:

Esta homenagem aos antepassados significa, igualmente, o applauso do Instituto aos pioneiros da Patria nova, realidade tangível do sonho pelo qual tantos daquelles cortiram as amarguras do exilio, tantos outros passaram do exilio á morte e todos sahiram do martirio para a gloria.¹⁶³¹

escolha do IAGP se deu por causa da relevância desta agremiação na construção da memória histórica da *Revolução de 1817*.

¹⁶²⁸ O Centenário da Revolução de 1817. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.11.

¹⁶²⁹ Idem. p.61.

¹⁶³⁰ Idem.

¹⁶³¹ Idem. p.14-15.

Eloy de Souza reforça a imagem já construída pelos letrados republicanos nos primeiros anos da emergência do novo regime, os quais assinalavam a presença de uma tradição republicana no Brasil, antes mesmo do 15 de novembro. A referência *aos pioneiros da Pátria nova* é uma clara alusão aos patrícios ilustres norte-rio-grandenses, Miguelinho e André de Albuquerque, que haviam lutado em prol a República em tempos de Monarquia. Em outras palavras, a *Pátria nova*, isto é, o novo regime republicano, já teria sido uma demanda dos heróis norte-rio-grandenses do passado. Para Eloy de Souza, a ordem política vigente era uma herança das lutas travadas pelos heróis norte-rio-grandense de 1817, por essa razão cabia ao presente homenagear os pioneiros do passado. Desta forma, o discurso de Eloy de Souza acentuava a relevância da ação dos ilustres norte-rio-grandenses do passado na configuração política do presente. Mais uma vez, a partir da ação dos heróis locais reforçava-se o lugar do Rio Grande do Norte na memória republicana da nação. O discurso de Meira e Sá não foi diferente.

O juiz e fundador do IHGRN corroborou com a asserção feita pelo seu consócio Eloy de Souza: “Tal foi, ainda, o que aconteceu, 72 anos depois, com a proclamação triunfante da Republica federativa aos 15 de novembro de 1889, repercutindo, aos poucos, no paiz inteiro, e quando, Senhores, se integralizou a aspiração dos martyres da revolução pernambucana – da Independencia com a Republica.”¹⁶³² Como podemos perceber, a proclamação da República em 1889 é lida como uma experiência que apenas consolidou uma aspiração já estaria presente nos *mártires* de 1817. Novamente, a *Revolução pernambucana* é colocada como uma predecessora do novo regime político.

Em geral, o ponto mais explorado nos discursos da sessão solene, e também nos festejos cívicos do centenário do martírio do padre, foi a exaltação dos dois heróis norte-rio-grandenses de 1817: Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão. O interesse dos sócios oradores era evidente: assinalar a participação do Rio Grande do Norte no movimento de 1817 a partir dos seus dois personagens históricos e, por conseguinte, demarcar a posição do estado na elaboração da memória republicana nacional. Esse agenciamento atravessou a maior parte das atividades intelectuais engendradas pelos sócios do IHGRN. Com as comemorações não foi diferente. É por essa razão que nos discursos de Eloy de Souza e Meira e Sá, os

¹⁶³² Idem. p.41.

mártires de 1817 aparecem como bravos precursores da Independência da nação e da República.¹⁶³³ Cada um deles, portando a sua especificidade dentro do movimento de 1817.

Apesar de destacar os dois mártires, a atenção maior recaiu sobre Miguelinho. A explicação é simples: o padre era considerado um dos principais líderes do movimento de 1817, ganhando uma notoriedade nacional. Evidenciá-lo e priorizá-lo era uma forma de realçar ainda mais a posição do Rio Grande do Norte no conjunto geral do acontecimento e, por conseguinte, na memória republicana da nação. Nesse sentido, era preciso ressaltar a liderança de Miguelinho no movimento, posicionando-se, contrariamente, aos textos publicados pelo IAGP nos primeiros anos do século XX, que conferiam à direção intelectual da revolução ao padre pernambucano, João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro.¹⁶³⁴ Não restava dúvida de que, ao lado de Felipe Camarão, frei Miguelinho foi um dos principais personagens históricos do Rio Grande do Norte no início da República. André de Albuquerque Maranhão também teve o seu lugar no minifúndio de heróis norte-rio-grandenses. Como já mencionamos em capítulos anteriores, ao referido personagem foi reservado a homenagem ao seu papel de líder do governo provisório republicano no Rio Grande do Norte. Sua amplitude ficou restrita à capitania e, por esse motivo, André de Albuquerque não despontou como herói nacional. Todavia, os sócios do IHGRN exploraram o máximo a divulgação dos seus feitos em prol à causa do movimento de 1817 com o intuito de ampliar o *panteão* de heróis norte-rio-grandenses protagonistas da memória histórica da nação.

Além das figuras masculinas dos heróis norte-rio-grandenses de 1817, ressaltou-se a relevância do papel de uma *heroína* no acontecimento: Clara de Castro, irmã de Miguelinho. Isso fica bem claro no discurso do orador Eloy de Souza:

Clara, minhas senhoras e meus senhores, a docente amiga desse heroe sem jaça é bem o typo representativo da mulher brasileira. Corajosa e consoladora na afflicção, ella sabe disfarçar e esconder os pezares mais profundos, quando esses pezares podem augmentar e aggravar o infortunio daquelles a quem deram no coração o agasalhado do seu amor.¹⁶³⁵

Assim como a figura de Clara Camarão só é mencionada a partir da ação de Felipe Camarão, como veremos no próximo capítulo, a participação de Clara de Castro na *Revolução de 1817* estava associada ao auxílio e ao cuidado do seu irmão revolucionário no momento

¹⁶³³ Idem.

¹⁶³⁴ Os Martyres. In: **RIAGP**. Recife. Volume XIX. Números 95 a 98. 1917. p.145.

¹⁶³⁵ O Centenário da Revolução de 1817. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.27.

em que foi preso e, logo depois, executado pelas tropas da Corte. Desse modo, a evidência da figura da mulher, no caso, Clara de Castro, só é possível a partir de sua relação com um ente masculino, seu irmão. Esse traço era bastante comum as biografias acerca das heroínas do movimento da Independência da América Latina, produzidas na segunda metade do século XIX e começo do XX, as quais, em grande medida, ressaltavam a função de algumas mulheres na assistência aos seus maridos revolucionários.¹⁶³⁶ Nestas biografias reservava-se à figura masculina o papel de protagonista do movimento emancipatório, destinando as mulheres/esposas o lugar de companheiras, “muitas convertidas à causa pelo exemplo masculino, acompanhando-os nas situações mais adversas.”¹⁶³⁷ Embora a relação entre Clara de Castro e frei Miguelinho não fosse da ordem de marido-mulher, o condicionamento dos papéis do masculino e do feminino era semelhante aquela tipologia de biografia.

Apesar de não receber o mesmo destaque dado aos heróis masculinos de 1817, Clara de Castro é mais uma personagem norte-rio-grandense no acontecimento. A irmã de Miguelinho é apresentada como sinônimo de uma mulher do lar, totalmente alheia a esfera pública: “Viveu nobremente devotada ao seu officio de dona de casa, fazendo o encanto e a felicidade do lar, praticando todas as virtudes femininas, recatada no melindre do seu pudôr e na graça de sua delicada sensibilidade.”¹⁶³⁸ Durante o século XIX e início do XX, prevalecia a concepção de que a figura feminina pertencia ao domínio do privado, presa as atividades do lar, inapta, portanto, para a política.¹⁶³⁹ Esse traço era reforçado também pelos biógrafos que tratavam sobre as mulheres que participaram do movimento da Independência da América Latina.¹⁶⁴⁰ Apesar de serem insubordinadas, rebeldes, as mulheres foram tratadas pelos biógrafos como domesticadas, descarnadas e retiradas do espaço público, “onde efetivamente se deu sua atuação política”, recolhendo-as “ao espaço privado, já consagrado como ‘o lugar de mulher’.”¹⁶⁴¹ Eloy de Souza reproduz tal representação social acerca da mulher.

Distintamente dos heróis masculinos da revolução, os quais atuaram no espaço público, isto é, no mundo da política, o cenário de ação de Clara de Castro no movimento é restrito à dimensão privada. Enquanto as virtudes masculinas residiam no governo ou na

¹⁶³⁶ Conferir: PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos**. 2. edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

¹⁶³⁷ Idem. p.48.

¹⁶³⁸ Idem. p.28.

¹⁶³⁹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente** – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.95 (O Brasil republicano; v.1). p.101.

¹⁶⁴⁰ PRADO, Maria Ligia Coelho. **Op. cit.** p.51.

¹⁶⁴¹ Idem.

liderança intelectual do movimento, típicas práticas exercidas no âmbito político, as virtudes femininas restringem-se aos valores morais e a sensibilidade, as quais estavam diretamente associadas à religião, à família e à *Pátria*: “Foi a bondade, a fragilidade, o perdão; foi bem, enfim, a mulher brasileira, amorosa de Deus, da família e da Pátria.”¹⁶⁴² Para Eloy de Souza, Clara de Castro era a representação da típica mulher brasileira, afeita ao lar e contendo uma natureza sensível e frágil:

E por isso que ella foi a fragilidade, esse nada, minhas senhoras, que é tudo no vosso sexo, ella foi, tambem, a heroina que, suspeitada de cumplicidade nos acontecimentos revolucionarios, soube soffrer com animo varonil, a prisão affrontosa e os duros castigos inflingidos, sem que jamais as suas mãos, habituadas á prece, se unissem alguma vez num gesto de supplica pela sua liberdade.¹⁶⁴³

Embora a sensibilidade e a fragilidade expressassem a natureza típica do sexo feminino, segundo Eloy de Souza, o sofrimento de Clara de Castro, oriundo de sua prisão e dos seus duros castigos, a masculiniza, pois reproduz o ânimo do homem e não da mulher. Apesar dos limites da atuação da mulher nos acontecimentos históricos, Clara de Castro é considerada uma heroína que, semelhantemente, aos heróis masculinos, padeceu pela liberdade.

Em linhas gerais, o IHGRN comemora o centenário da *Revolução de 1817*, ressaltando, mais uma vez, as ações dos seus heróis. Diante da versão da centralidade Pernambucana frente ao movimento de 1817, disseminada pelo IAGP, restou aos sócios do IHGRN construir uma outra via para o Rio Grande do Norte na formulação da memória do acontecimento. A solução encontrada foi salientar a importância dos heróis norte-riograndenses, sobretudo, Miguelinho, na *Revolução de 1817*. Com isso, concluindo, o IHGRN tentou sedimentar o Rio Grande do Norte como parte constituinte da memória republicana da nação.

6.5 – Comemorar o centenário da Independência do Brasil

O centenário da Independência foi o acontecimento histórico mais celebrado em todo o Brasil, até aquele momento. A fim de comemorá-lo, autoridades políticas, associações literárias e instituições civis e militares promoveram em várias cidades espalhadas pelo país,

¹⁶⁴² O Centenário da Revolução de 1817. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917. p.28.

¹⁶⁴³ Idem.

desfiles cívicos, missas campais, inauguração de monumentos em homenagem aos heróis da Independência, sessões solenes etc.¹⁶⁴⁴

A comemoração dos cem anos da emancipação política da nação já havia sido cogitada, desde o final do século XIX. Em 1898, o então conselheiro Manuel Francisco Corrêa havia proposto ao IHGB, a elaboração de um projeto para a comemoração do centenário da Independência do Brasil.¹⁶⁴⁵ Entretanto, a ideia começou a ganhar força apenas em 1914, na ocasião da primeira sessão plena do *Congresso de História Nacional*, quando o sócio Afonso Arinos lançou a proposta de realizar-se um simpósio internacional de História da América, como contribuição para a comemoração do centenário do 7 de setembro de 1822.¹⁶⁴⁶ A proposição foi unanimemente aprovada na sessão seguinte pelos sócios da agremiação e, logo em seguida, ficou decidido que o IHGB entraria, imediatamente, em contato com todos os países da América, para que, em cada um deles, fosse estabelecida uma comissão executiva, a qual estaria subordinada a *Comissão central* a ser nomeada pelo presidente do Instituto.¹⁶⁴⁷ Em 15 de janeiro de 1915, o conde de Afonso Celso expediu uma portaria nomeando a *Comissão Executiva do Congresso Internacional de Historia da America*, composta por homens de letras e políticos do Brasil e de vários países vizinhos.¹⁶⁴⁸

Entre 1915 a 1922, a comissão executiva reuniu-se sistematicamente para definir a organização do evento como um todo e os termos do regulamento geral do *Congresso* que deveria ocorrer na semana alusiva ao centenário da Independência do Brasil, isto é, de 7 a 15 de setembro. A realização do certame, durante o festejo nacional, revestia-se de uma gama de significados. A partir da comemoração dos cem anos da emancipação política da nação, ensejava-se evidenciar um destino histórico comum entre o Brasil e os seus vizinhos

¹⁶⁴⁴ Conferir: *Chronica da Exposição*. In: **A Exposição de 1922**. Rio de Janeiro. Número 5. Setembro de 1922. p.39.

¹⁶⁴⁵ SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO EM 21 DE OUTUBRO DE 1838, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 92. Volume 146. Parte II. 1922. p.571

¹⁶⁴⁶ Trabalhos preliminares. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume I. 1922. p.9.

¹⁶⁴⁷ SEGUNDA E ULTIMA SESSÃO PLENA EM 15 DE SETEMBRO DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.p.123.

¹⁶⁴⁸ A comissão foi constituída por: Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Epitácio Pessoa, José Vieira Fazenda, Max Fleiüss, Arthur Índio do Brasil, Oliveira Lima, Sebastião de Vasconcellos Galvão, Pedro Lessa, Martim Francisco Ribeira de Andrada, José Leopoldo Bulhões Jardim, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Pandiá Calogeras, Augusto Olympio Viveiros de Castro, Gastão Ruch Sturzenecker, Augusto Tavares de Lyra, Norival Soares de Freitas, José Felix Alves Pacheco, Antonio Coutinho Pereira, Eurico de Góes, Homero Baptista, Luiz Soares d'Escragnolle Doria, Alberto Rangel, Alfredo Valadão, Roquete Pinto, barão de Studart, Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, Afonso Arinos, Theodoro Sampaio, Manuel de Mello Cardoso Barata, Clovis Bevilacqua, José Carlos Rodrigues, Thaumaturgo de Azevedo, Pedro Souto Maior, Ramon Cárcano, Radler de Aquino, Afonso d'Escragnolle Taunay, Julio Fernandez Enéas Galvão, John Casper Branner, Lucas Ayarragaray, Liberato Bittencourt e Raul Tavares. Trabalhos preliminares. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume I. 1922. p.9-10

americanos. Em seu discurso de instalação do *Congresso*, proferido na sessão solene do IHGB, reunida no dia 8 de setembro de 1922, o conde de Afonso Celso ressaltou o conjunto de similaridades históricas entre os países da América e o Brasil: “povos cuja história, na era precolombiana, na colonização, nas lutas da Independência, na evolução geral, apresenta numerosos lances idênticos aos da história brasileira. Dahi, identidade também de interesses e aspirações.”¹⁶⁴⁹ Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, esta iniciativa representava um marco na trajetória da agremiação, uma vez que se ultrapassava a própria perspectiva da memória nacional forjada no interior do IHGB ao longo do século XIX, “que estabelecia os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira somente enquanto herança européia.”¹⁶⁵⁰ É interessante frisar que no final dos anos 10 e início da década de 20 do século XX, os padrões culturais do *Velho Continente* estavam em crise. A Europa já não oferecia o modelo de civilização para o mundo, como até então procurava-se imitar no século XIX. Tal condição contribuiu para repensar os próprios referenciais identitários até então vigentes no Brasil e na América.¹⁶⁵¹

As repúblicas latino-americanas já não constituíam-se como as grandes inimigas externas da nação brasileira, tampouco eram consideradas detentoras da barbárie, conforme era concebida por parte da historiografia brasileira oitocentista, especialmente, aquela produzida pelos sócios do IHGB.¹⁶⁵² No século XIX, esta historiografia definia a nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização nos trópicos, uma figura oposta aos vizinhos da ex-América espanhola que haviam conduzido a sua experiência histórica emancipatória em conformidade com a forma republicana de governo. A nação civilizada e monárquica, fundada à sombra da tradição iluminista européia, tinha como o *outro* as repúblicas latino-americanas. As concepções que nortearam os trabalhos publicados nos *Anais do Congresso*

¹⁶⁴⁹ SESSÃO SOLEMNE DE INSTALAÇÃO DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA, EM 8 DE SETEMBRO DE 1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume I. 1922. p.44

¹⁶⁵⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n.20, 1998. p.222.

¹⁶⁵¹ Novas interpretações acerca dos elementos constituintes da formação étnica e cultural da nação estiveram no centro do debate de vários grupos de intelectuais brasileiros no início dos anos 20. Não é por acaso que em vários movimentos *modernistas*, emergidos em lugares diferentes do país, buscaram definir os contornos da verdadeira brasilidade a partir de uma multiplicidade de referenciais espaciais e temporais. Longe de ser homogêneo, a percepção do que seria a verdadeira nacionalidade e os elementos de sua tradição suscitaram na década de 20, vários projetos identitários concorrentes que vão desde os movimentos modernistas de São Paulo e do Rio de Janeiro passando pelo regionalismo tradicionalista do Recife. Conferir ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009. p.100-108; VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; - v.1). p.371-372.

¹⁶⁵² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.7

Internacional da História da América e os homens de saber diretamente envolvidos na promoção do certame representaram uma ruptura com esse tipo de leitura. Doravante, a nação brasileira e os seus vizinhos americanos são concebidos como povos que partilham experiências históricas semelhantes e que possuíam um destino comum – não é à toa a ideia surgida no evento de se escrever uma *História Geral da América*.¹⁶⁵³ Essa forma de percepção era uma tentativa de formação de uma consciência comum entre os países da América, como afirmara o secretário do IHGB, Max Fleiüss, em seu relatório anual apresentado ao IHGB em 1922.¹⁶⁵⁴ Isso significa dizer que a comemoração do centenário da emancipação política do Brasil era uma oportunidade interessante de mostrar, simbolicamente, os laços identitários entre o Brasil e os seus pares do *Novo Continente*.

Além da realização do *Congresso Internacional da História da América*, os sócios do IHGB organizaram a publicação do DHGEB como parte integrante da comemoração do centenário do “glorioso anno de 1822”.¹⁶⁵⁵ Na sessão do dia 28 de agosto de 1915, os sócios Edgar Roquette-Pinto e Max Fleiüss apresentaram à mesa diretora uma proposta de se organizar um dicionário, cujo volume primeiro, pudesse ser publicado no dia 7 de setembro de 1922.¹⁶⁵⁶ Conforme Lúcia Maria Paschoal Guimarães, o DHGEB destinava-se ao público leigo, voltando-se para a vulgarização do conhecimento acerca do Brasil, a exemplo do que já havia ocorrido na França, com a publicação do *Le Grand Dictionnaire Universel du Siècle XIX*, editado por Pierre Larrousse.¹⁶⁵⁷ Considerado pelo secretário, Max Fleiüss, como um esforço intelectual e patriótico,¹⁶⁵⁸ o agenciamento do *Dicionário* inseriu-se no contexto da reafirmação do sentimento cívico e do culto a nacionalidade, tão em voga no pós-Guerra.¹⁶⁵⁹ Nesse sentido, a proposta era organizar um conjunto de conhecimentos básicos sobre o Brasil que “os *bons brasileiros* deveriam dominar sobre a Pátria.”¹⁶⁶⁰ Para atingir este objetivo, o IHGB nomeou uma comissão, dirigida por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, composta por

¹⁶⁵³ No entanto, tal obra nunca foi publicada. Trabalhos preliminares. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume I. 1922. p.12.

¹⁶⁵⁴ SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO EM 21 DE OUTUBRO DE 1838, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 92. Volume 146. Parte II. 1922. p.582.

¹⁶⁵⁵ GALVÃO, Ramiz. Apresentação. In: **Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil** – Introdução Geral. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. 1922. p.V.

¹⁶⁵⁶ ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINARIA EM 23 DE AGOSTO DE 1915. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo LXXVIII. Parte II. 1915. p.726.

¹⁶⁵⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p.95.

¹⁶⁵⁸ SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO EM 21 DE OUTUBRO DE 1838, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 92. Volume 146. Parte II. 1922. p.580.

¹⁶⁵⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.95.

¹⁶⁶⁰ Idem. p.96.

Augusto Tavares de Lyra, Antonio F. de S. Pitanga, Aurelino de A. Leal, Antonio Olyntho dos S. Pires, Laudelino Freire, Henrique Morize, Afrânio Peixoto, dentre outros, todos sócios do IHGB.¹⁶⁶¹

Em 23 de Junho de 1917, a comissão começou sua tarefa, tratando de organizar modelos e questionários que servissem de guia para o escrutínio de informações em vários lugares do país.¹⁶⁶² Em linhas gerais, os modelos do questionário deveriam compreender quatro seções: história, geografia, etnografia e biografia, ficando cada uma destas a cargo de um membro da comissão diretora.¹⁶⁶³ Os questionários e os modelos foram largamente distribuídos pelas unidades federativas da República através da remessa feita aos governadores e prefeitos, juízes de direito, promotores públicos, bispos diocesanos, vigários de freguesias, além dos sócios dos institutos históricos estaduais.¹⁶⁶⁴ Nesses questionários eram requeridos “dados seguros e autênticos” sobre os acidentes geográficos, etnográficos e históricos dos estados e dos seus municípios com o intuito de prestar informações e *notas fidedignas* destinadas à confecção dos artigos do *Diccionario*.¹⁶⁶⁵ O IHGB intentava preparar uma grande enciclopédia do Brasil, esquadrinhando cada parte da nação a fim de que se soubesse os conhecimentos básicos sobre o todo. Todavia, para alguns membros da comissão, como o sócio Eurico de Goés, fazia-se necessário divulgar em vários estados da federação, o empreendimento e a metodização das informações requeridas pelos questionários.¹⁶⁶⁶ Para a concretização deste empreendimento, a comissão diretora nomeou o sócio Eurico de Goés como delegado geral em 16 de maio de 1918.¹⁶⁶⁷

No projeto inicial do *Diccionario*, apresentado em 20 de junho de 1919, ao Ministro do interior, Urbano Santos, e a todos os governadores dos estados, via telegrama, planejava-se dividi-lo em duas partes: um primeiro volume, denominado de *Introdução geral*, devendo conter informações sintéticas sobre o Brasil e sobre os estados, constando de capítulos que tratassem acerca da história, da geografia, da etnografia e dos homens notáveis; e um volume dois, dedicado aos *artigos especiaes*, dispostos em ordem alfabética, acerca dos municípios brasileiros.¹⁶⁶⁸ Para isso, a comissão diretora conclamava a presidência da República e os

¹⁶⁶¹ GALVÃO, Ramiz. **Op. cit.** p.V.

¹⁶⁶² Idem. p. VI.

¹⁶⁶³ Instituto Historico. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 7 de agosto de 1919.

¹⁶⁶⁴ Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 24 de setembro de 1917 e Instituto Historico. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 7 de agosto de 1919.

¹⁶⁶⁵ GALVÃO, Ramiz. **Op. cit.** p.VI.

¹⁶⁶⁶ Instituto Historico. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 7 de agosto de 1919.

¹⁶⁶⁷ Eurico de Goés não conseguiu percorrer todos os estados. Viajou para alguns deles, a saber: Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Idem.

¹⁶⁶⁸ Instituto Historico. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 7 de agosto de 1919 e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.96.

governadores dos estados para assistirem à instituição nessa “obra de indiscutível interesse nacional e regional.”¹⁶⁶⁹

No caso do Rio Grande do Norte, não sabemos se o até então governador do estado, Joaquim Ferreira Chaves, conseguiu atender, satisfatoriamente, o pedido da comissão diretora do DHGEB. Sabemos, ao menos, que nas edições de 1919 e de 1920-1921, o IHGRN publicou em sua revista, o modelo do questionário a ser enviado as autoridades públicas das cidades do Rio Grande do Norte e que alguns destes responderam-no.¹⁶⁷⁰ É bem provável que os prefeitos ou intendentes dos municípios do estado não tenham conseguido ou não se interessaram em responder os questionários remetidos pela comissão diretora do *Dicionário*. Essa situação não foi específica do Rio Grande do Norte. Os resultados do inquérito deixaram a desejar em várias outras unidades federativas do país.¹⁶⁷¹ As palavras de Ramiz Galvão refletem o desapontamento quanto a essa situação: “em quasi dois annos de constante trabalho, não corresponderam todavia ás suas esperanças; faltavam-nos de muitos e muitos pontos do vasto territorio brasileiro as minuciosas e completas informações solicitadas e indispensaveis.”¹⁶⁷² A incompletude dos dados e a emergência de organizar e publicar o *Dicionário* a tempo da comemoração do centenário do 7 de setembro, levou a diretoria a dar um outro rumo a estrutura da obra. Em 1922, foram publicados apenas dois volumes do *Dicionário*: o primeiro, dedicado à *Introdução Geral*, contendo monografias completas sobre o Brasil e o segundo, compreendendo os seguintes estados: Amazônia, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.¹⁶⁷³ É importante destacar que até a publicação dos dois volumes do DHGEB em 1922, apenas estes 7 estados contavam com monografias completas, as quais atendiam os requisitos da comissão diretora. É por esse motivo que as demais unidades federativas ficaram de fora da publicação de 1922, devendo ser contemplados em outros volumes do *Dicionário* a serem publicados *a posteriori* – o que nunca ocorreu.¹⁶⁷⁴

¹⁶⁶⁹ Idem.

¹⁶⁷⁰ As edições de 1919 e 1920-192, publicaram apenas as respostas de alguns municípios do estado, tais como: Papari, Santo Antônio, Jardim do Seridó, Luiz Gomes e Touros. Infelizmente, não sabemos a razão pela qual o IHGRN tenha publicado a resposta somente destes municípios. Não tivemos acesso as atas desse período, o que nos impede de tecer qualquer comentário que venha a tentar explicar a ausência de resposta das outras cidades. Conferir as seguintes edições: Dicionario Historico, Geographico e Etnographico do Brazil. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVII. Números 1 e 2. 1919 e Dicionario Historico, Geographico e Etnographico do Brazil. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVIII. Números 1 e 2. 1920-1921.

¹⁶⁷¹ Lúcia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.99.

¹⁶⁷² GALVÃO, Ramiz. **Op. cit.** p.VI.

¹⁶⁷³ Idem, p. VI.

¹⁶⁷⁴ Idem.

O primeiro volume tratou-se das mais variadas informações sobre o Brasil, tais como: população, localização geográfica, clima, fauna, flora, economia, geologia, organização social e política do país etc. Para Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a heterogeneidade de temas acerca da nação cumpria o papel de uma obra informativa, “propiciando ao leitor leigo um panorama geral do país no início dos anos 1920.”¹⁶⁷⁵ O segundo volume, assim como o primeiro, trouxe informações mais gerais, como: população, flora, fauna, limites geográficos, instituições civis e militares, bacias hidrográficas, organização política, administrativa e econômica etc., no entanto, remetendo exclusivamente aos estados. É imperioso mencionar que, adstrito as notícias mais gerais, foi reservado um espaço dedicado à síntese da história das unidades federativas e o perfil biográfico dos seus patrícios ilustres. No caso do Rio Grande do Norte, o capítulo ficou a cargo de Tavares de Lyra, que se utilizou dos seus escritos anteriores sobre a história do seu estado para compor a parte referente à mencionada unidade federativa.

Entre 1903 e 1921, Tavares de Lyra já contava com vários textos publicados nas revistas do IHGRN e do IHGB sobre a história política do Rio Grande do Norte. Além disso, o letrado norte-rio-grandense havia publicado textos mais longos, os quais transformaram-se em livros, a saber: *O Rio Grande do Norte em 1911* (1912); *A Colonização do Rio Grande do Norte* (1914) *Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte* (1918); e *História do Rio Grande do Norte* (1921). Ademais, Tavares de Lyra tinha ao seu dispor uma ampla gama de documentos, colhidos ainda no início do século XX, quando o historiador perscrutou os arquivos públicos do Rio de Janeiro para defender o Rio Grande do Norte na questão de limites com o Ceará. Com uma ampla produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte e contando com um pecúlio documental, Augusto Tavares de Lyra prontificou-se de escrever a síntese da história do estado para o *Dicionário*, além de fornecer informações mais gerais sobre o seu torrão.

No que diz respeito à parte histórica do capítulo desenvolvido por Tavares de Lyra, é perceptível a constituição de uma narrativa cronológica e linear, com forte ênfase na descrição dos eventos da história política do Rio Grande do Norte. Em linhas gerais, Augusto Tavares de Lyra reforçou a memória construída pela historiografia norte-rio-grandense do final do século XIX e início do XX, da qual ele mesmo ajudara a elaborar. Em sua síntese narrativa, os personagens já consagrados pela historiografia norte-rio-grandense, como Mascarenhas Homem, Jerônimo de Albuquerque, Felipe Camarão, Miguelinho, André de Albuquerque

¹⁶⁷⁵ Lúcia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.100.

Maranhão e Pedro Velho, foram novamente destacados como sendo os patrícios ilustres do Rio Grande do Norte, os quais conduzem os acontecimentos memoráveis do estado e da nação. Ademais, reforça-se a narrativa do *massacre de Cunhaú e Uruassú* como uma forma de mostrar a contribuição do Rio Grande [do Norte] na resistência contra o domínio holandês, colocando os mártires norte-rio-grandense como tipologias dos patriotas brasileiros do passado e as suas mortes como evidências do sentimento de nacionalidade do Brasil. Coloca-se em suspeição as possíveis contribuições dos holandeses no Rio Grande do Norte, resumindo a estadia neerlandesa na capitania a rapinagem e a violência.¹⁶⁷⁶ Tavares de Lyra salienta também o papel do Rio Grande do Norte na tradição republicana da nação. O historiador assinala novamente o lugar do estado na memória republicana do país, tanto no passado, com os heróis de 1817, mas também do presente, especialmente, em relação ao papel de Pedro Velho, seu sogro, na proclamação da República no estado.¹⁶⁷⁷ Além dos eventos célebres já tratados em textos anteriores, Augusto Tavares de Lyra debruçou-se sobre pontos obscuros da memória histórica do Rio Grande do Norte como a conquista do interior da capitania e a revolta dos índios do sertão no século XVIII.¹⁶⁷⁸ Escrever uma síntese da história do Rio Grande do Norte no *Dicionário* era uma maneira de evidenciar o estado no conjunto geral da nação. Partindo do pressuposto de que o *Dicionário* tinha como alvo o grande público, narrar os acontecimentos do Rio Grande do Norte dentro dos limites desta obra era uma oportunidade de mostrar a contribuição do estado em várias experiências históricas do país, em outras palavras, assinalar o seu lugar no discurso hegemônico da memória nacional.

A despeito de incompleto e não contando com as monografias de outros estados, o DHGEB cumpriu o objetivo o qual se propôs: levantar o maior número de informações possíveis acerca do Brasil e dos seus estados. Daí a urgência em do IHGB em publicar o *Dicionário*, na ocasião do centenário da Independência política do país. No entanto, o DHGEB não foi o único instrumento desenvolvido pelo IHGB para tratar sobre o Brasil. Decerto, o *Dicionário* tocava em questões mais abrangentes que iam desde os aspectos naturais até os elementos etnográficos do país. Contudo, os sócios do IHGB promoveram um expediente específico para tratar da história do Brasil, ou melhor do acontecimento da emancipação política do país. Para a realização deste empreendimento, o IHGB publicou em

¹⁶⁷⁶ LYRA, Augusto Tavares de. O Estado do Rio Grande do Norte. In: **Dicionário Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil**: Introdução geral. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.p.548.

¹⁶⁷⁷ Idem. p.616.

¹⁶⁷⁸ Idem.

1922, um tomo especial, contendo uma série de conferências alusivas ao evento sob o título *O anno da Independencia*.¹⁶⁷⁹

Alguns sócios do IHGB distribuíram entre si, alguns temas concernentes ao 7 de setembro de 1822. Fixou-se uma cronologia em torno da Independência do país, registrando-se os fatos em seus detalhes, com o escopo de instituir a historicidade ao referido acontecimento histórico.¹⁶⁸⁰ Consoante Noé Freire Sandes, alguns personagens históricos foram reabilitados, como Dom Pedro I e José Bonifácio.¹⁶⁸¹ Em relação ao Imperador, os membros do IHGB “passam ao largo de sua tumultuada vida pessoal, e pouca importância é atribuída ao 7 de abril, momento de sua abdicação.”¹⁶⁸² Quanto a figura de José Bonifácio, houve um empenho em recuperar a sua imagem, “um tanto combatida por críticas provenientes de um historiador do porte de Varnhagen.”¹⁶⁸³ Com efeito, o tom elogioso à contribuição de José Bonifácio para a Independência do Brasil foi disseminado em todo o evento comemorativo ao centenário de 1822.

No artigo de Pedro Calmon intitulado *O papel de José Bonifácio em nossa Independencia*, publicado no volume III dos anais do *Congresso Internacional de História da América*, fica claro a centralidade e o protagonismo do personagem: “José Bonifácio é a única personalidade, cuja figura austera se enquadra completamente na moldura auri-verde de 1822.”¹⁶⁸⁴ Nesse sentido, José Bonifácio é considerado como o credor da alma brasileira, o dirigente do movimento emancipacionista, cuja presença foi decisiva em todos os acontecimentos anteriores e posteriores da Independência.¹⁶⁸⁵

Em seu artigo *Cem anos de Independência, 1822-1922*, Max Fleiüss também reforçava o protagonismo e a direção de José Bonifácio na obra da emancipação do país, o qual personificou historicamente os acontecimentos históricos que levariam, inevitavelmente, a ruptura política com a monarquia lusa: “dirigindo-lhes preventivamente o curso, do leme do governo, e precipitando-os no momento preciso em que foi desferido o grito heroico do

¹⁶⁷⁹Infelizmente, não tivemos acesso as conferências, pois foram publicadas nos anais do *Congresso Internacional de História da América*. Só tivemos acesso aos três primeiros volumes da edição especial de 1922.

¹⁶⁸⁰ SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república**. Goiânia: Ed. da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. 2000. p.87.

¹⁶⁸¹ Idem. p.88.

¹⁶⁸² Idem.

¹⁶⁸³ Idem.

¹⁶⁸⁴ CALMON, Pedro. O papel de José Bonifácio em a nossa Independencia. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume III. 1922. p.150

¹⁶⁸⁵ Idem. p.161.

Ypiranga, esse alguém só se compreende que seja José Bonifácio, justamente cognominado o PATRIARCA da INDEPENDENCIA.”¹⁶⁸⁶

O número especial da revista de 1922 parece ter seguido o mesmo conjunto de interpretações disseminadas nos artigos do *Congresso*. Segundo Noé Freire Sandes, em seu conjunto, os conferencistas analisaram o movimento da Independência do Brasil, retomando as teses tradicionais sobre o evento, até então esboçadas pela própria historiografia produzida pelo IHGB no oitocentos.¹⁶⁸⁷ Isso significa dizer que a tese da Independência como sendo um marco da história do país e sua especificidade no conjunto geral dos países americanos, justamente por ser conduzida pela Monarquia ou pelos personagens históricos a ela associada, como José Bonifácio, o qual garantiu a preservação da unidade territorial, foi retomada pelos textos publicados em comemoração ao centenário da nação independente. Passado cem anos, o Instituto reforçava a velha tradição oitocentista, construindo “a nação a partir da ação dos nossos ‘pais fundadores’, neles procurando os elementos norteadores da história pátria.”¹⁶⁸⁸

Apesar da liderança do IHGB nas comemorações do centenário da Independência, a instituição não orquestrou sozinha o festejo nacional. O projeto comemorativo de 1922 ganhou terreno em outros espaços, sobretudo, na esfera pública. Em 1916, o deputado Nestor Ascoli havia elaborado um projeto de lei, número 278 do mesmo ano, com o intuito de organizar um conjunto de ações a serem desenvolvidas na ocasião da celebração do centenário.¹⁶⁸⁹ Contudo, o projeto de lei não vingou naquele ano. Somente em 1919, através de um novo projeto de lei, que substitui o de 1916, é que foram lançadas as bases para a constituição da comemoração do centenário da Independência do Brasil.¹⁶⁹⁰ Contendo cem artigos, o projeto de lei convocava os governadores dos estados e os chefes municipais para nomearem comissões locais para que fossem assinaladas em todo território nacional “demonstrações de patriotico regosijo a data em que se completa o primeiro seculo de emancipação politica da Nacionalidade Brasileira.”¹⁶⁹¹ Se a realização do *Congresso Internacional de História América*, organizado pelo IHGB, convocava os países da América

¹⁶⁸⁶ FLEIÜSS, Max. Cem anos de Independência, 1822-1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume I. 1922. p.83.

¹⁶⁸⁷ SANDES, Noé Freire. **Op. cit.** p.88.

¹⁶⁸⁸ Idem. p.89.

¹⁶⁸⁹ ASCOLI, Nestor. **Projecto de Commemoração do Primeiro Centenário de Independencia do Brasil**. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa. 1924. p.31.

¹⁶⁹⁰ Idem.

¹⁶⁹¹ Idem. p.39.

para o conagraçamento da data histórica brasileira, o projeto de lei da Câmara dos Deputados fazia um gesto semelhante, invitando as partes para a comemoração do todo.

O projeto de lei de 1919 significou a chancela oficial por parte do Estado nacional em desenvolver as atividades que deveriam compor os festejos da comemoração do centenário da Independência do Brasil. Muitos dos artigos do projeto foram concretizados. Por exemplo, o auxílio financeiro do tesouro nacional para a realização de atividades intelectuais e culturais, tais como: o *Congresso Internacional de História da América*, a produção do DHGEB, bem como a remodelação urbana do Rio de Janeiro e a promoção da *Exposição Internacional*.¹⁶⁹²

As mudanças urbanas na capital foram uma tentativa do poder político de marcar o ingresso do Brasil no mundo moderno.¹⁶⁹³ Isso implicava em modificações no saneamento da cidade e no embelezamento das áreas mais populosas do Rio de Janeiro. O objetivo era preparar a capital para receber as várias comitivas internacionais que viriam ao país na ocasião da comemoração dos cem anos da Independência, numa tentativa de fazer ver um Brasil moderno, como podemos perceber no discurso do presidente Epiácio Pessoa:

Do Rio de Janeiro de 1822 fizemos, durante o Imperio e principalmente na Republica, a cidade moderna que actualmente se honra de hospedar-vos, sem as epidemias dizimadoras, que eram com razão o terror do estrangeiro. A hygiene e o embellezamento dos centros populosos constituem neste momento preocupação generalizada no paiz inteiro.¹⁶⁹⁴

Em nome da modernidade, elemento tão em voga na década de 20, o presidente da República estabeleceu uma série de intervenções nos aparelhos urbanos da capital, local em que se encontrava as principais atividades comemorativas e onde receberia o maior fluxo de pessoas advindas de outras partes do país e de vários lugares do mundo: “o que se impunha no momento em que a nação se preparava para comemorar os cem anos de vida independente era marcar o seu ingresso no mundo moderno, via construção de uma capital moderna - um Rio moderno seria sinônimo de um Brasil moderno.”¹⁶⁹⁵ Uma das principais intervenções do governo federal realizadas no cenário urbano do Rio de Janeiro foi a destruição do morro do Castelo, “berço de fundação da cidade e local de identificação da população carioca.”¹⁶⁹⁶ Além de implicar em uma transformação significativa na paisagem urbana da capital federal, o arrasamento do morro do Castelo representou uma ressignificação simbólica do espaço,

¹⁶⁹² Idem. p.64.

¹⁶⁹³ MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. 1992. p.62.

¹⁶⁹⁴ **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1822.

¹⁶⁹⁵ MOTTA, Marly Silva da. **Op. cit.** p.62.

¹⁶⁹⁶ Idem. p.63.

uma vez que o local estava associado à tradição e ao passado cidade que remontava os tempos coloniais: “Era inconcebível que justamente no ano da comemoração do centenário da libertação da “cruel” dominação portuguesa, ainda estivéssemos presos a esse passado que insistia em impedir a nossa marcha rumo ao futuro.”¹⁶⁹⁷ Em tempos de festa era necessário se livrar das “horríveis manchas que ainda lhe ficaram da deprimente máscara antiga.”¹⁶⁹⁸ Todavia, apesar dos esforços das autoridades públicas, somente uma parte do Castelo foi demolida, dando espaço para a construção dos prédios da *Exposição Internacional*, inaugurada, solenemente, a 7 de setembro de 1922.¹⁶⁹⁹

Assim como as transformações urbanas da capital, a *Exposição* representou uma intervenção do governo federal com o intuito de construir um Brasil moderno. Para as autoridades políticas e a iniciativa privada, a exposição do Rio de Janeiro era uma oportunidade ímpar para divulgar os progressos materiais, intelectuais e científicos da nação, tornando-a conhecida ao mundo.¹⁷⁰⁰ Desde o seu surgimento na Inglaterra, em 1851, as exposições internacionais visavam vulgarizar o progresso econômico das nações, especialmente, as suas atividades industriais, e propagandear a produção científica dos países.¹⁷⁰¹ As exposições internacionais ou universais oportunizavam negócios entre as nações, mas também serviam como instrumento de publicidade das riquezas, da ciência e da modernidade dos países. No caso da *Exposição Internacional* do Brasil, realizada em 1922, no Rio de Janeiro, o intuito era mostrar de forma sumária os resultados que o país alcançou nas esferas da atividade política, social e econômicas ao longo dos seus cem anos a fim de “documentar a nossa perfeita integração ao progresso geral das nações.”¹⁷⁰² Em grande medida, o interesse era o de evidenciar para o mundo as conquistas do Brasil na indústria, nas artes, nas ciências e nas várias *modalidades da inteligência*, apresentando a nação como parte integrante dos *povos polidos*, enriquecidos, civilizados.¹⁷⁰³ O discurso do presidente Epitácio Pessoa, pronunciado no banquete oferecido aos embaixadores e enviados especiais das nações amigas, no dia 6 de setembro de 1922, é um exemplo disto:

Os congressos científicos, históricos, artísticos e econômicos a que ides assistir, do mesmo modo que a Exposição, em que procurá-mos resumir

¹⁶⁹⁷ Idem. p.74.

¹⁶⁹⁸ Idem. p.73.

¹⁶⁹⁹ Idem.

¹⁷⁰⁰ REGO, Costa. Centenario. In: **Correio da manhã**. Rio de Janeiro. 5 de junho de 1920.

¹⁷⁰¹ Origem das Exposições. In: **A Exposição de 1922**. Rio de Janeiro. Número 5. Setembro de 1922.

¹⁷⁰² RESENDA, Pádua. A exposição nacional de 1922. In: **A Exposição de 1922**. Rio de Janeiro. Número 1. Julho de 1922. p.2

¹⁷⁰³ **A Exposição de 1922**. Rio de Janeiro. Número 5. Setembro de 1922. P.8

alguns aspectos da nossa cultura intelectual e da produção das nossas terras e fabricas, naturalmente não poderão dar aos representantes das civilizações mais antigas e adeantadas uma impressão de surpresa; mas, estou certo, bastarão para convencer-vos de que alguma cousa temos feito e muito poderemos ainda realizar para o futuro depois deste passo tão difficil do primeiro centenario de vida emancipada.

(...)

Digo-vos isto, senhores, apenas que vejaes que não temos ficado estacionado; que o Brasil compenetrado da missão que lhe cabe na scena internacional, tem prestado devotadamente o seu concurso á obra da civilização em que viveis empenhado, e é digno da consideração com que o honraes neste momento.¹⁷⁰⁴

Para Epitácio Pessoa, a *Exposição*, assim como os congressos, expunha mediante a apresentação da riqueza material e cultural do país, a contribuição do Brasil para o mundo civilizado. As mais diversas atividades científicas, educacionais, artísticas, industriais, comerciais, agrícolas, institucionais, esportivas, urbanísticas representadas nas 25 seções da *Exposição* era uma maneira de evidenciar o lugar do país no conjunto geral das nações civilizadas, conforme o presidente da República. Era uma forma também de expor o Brasil, desvendá-lo, mostrá-lo, sumariamente, ao mundo. Expô-lo, durante a comemoração dos cem anos da sua Independência, significaria ajustar o Brasil aos ponteiros do progresso e da modernidade. Isso justificou a reforma urbana empreendida no Rio de Janeiro nos anos 20. Em nome da modernidade e do progresso, interferiu-se na natureza, destruiu-se uma área de ocupação antiga associada as tradições de um passado, como o Morro do Castelo, transformando “tudo isso num espaço que visava ser a expressão visual de valores e ideais, garantidores do acesso da nação centenária ao século XX.”¹⁷⁰⁵

Através das ações do IHGB e das autoridades públicas, o Rio de Janeiro foi o principal cenário das comemorações do centenário da Independência do Brasil. No entanto, em outras partes da federação os cem anos da emancipação política foram também objeto de comemoração. Em Belo Horizonte, houve uma grande parada infantil na *Praça da Liberdade* e a inauguração do obelisco em comemoração ao centenário, além da realização do cortejo cívico nas principais ruas da cidade.¹⁷⁰⁶ Em São Paulo, foi realizada uma missa campal pela manhã no *Largo da Sé*, posteriormente, a celebração seguiu para a colina do Ipiranga, onde houve a execução do hino nacional e a declamação de um poema em homenagem à

¹⁷⁰⁴ *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1822.

¹⁷⁰⁵ MOTTA, Marly Silva da. *Op. cit.* p.83.

¹⁷⁰⁶ *Chronica da Exposição*. In: *A Exposição de 1922*. Rio de Janeiro. Número 5. Setembro de 1922. p.39

Independência do Brasil, finalizando com um cortejo cívico.¹⁷⁰⁷ Todavia, assim como no Rio de Janeiro, na capital paulista houve algumas transformações urbanísticas, mais especificamente, o embelezamento das margens do Ipiranga, além da feitura de um monumento inaugurado, na ocasião do festejo nacional.¹⁷⁰⁸ Conforme Marly Silva da Motta, semelhantemente ao que ocorreu na capital federal, em São Paulo procurou-se construir um “cenário perfeito para a grande comemoração de 1922, que revele uma cidade sintonizada com a modernidade, onde passado, presente e futuro convivam em harmonia.”¹⁷⁰⁹ O *Museu Paulista* fora reformado e o seu diretor, Afonso de E. Taunay, organizou várias exposições alusivas aos cem anos da Independência do Brasil.¹⁷¹⁰ O diretor trouxe uma gama de transformações empreendidas no museu para a celebração do centenário da nação. Nesse bojo de reformulações, Afonso de Taunay construiu um conjunto de significações simbólicas que acentuou a hegemonia paulista perante a nação, “com o fortalecimento do mito bandeirante em uma cidade que ganhava ares cosmopolitas.”¹⁷¹¹

O IHGSP também participou dos festejos comemorativos, publicando um número especial dedicado ao movimento da Independência do Brasil. Diferentemente das comemorações ocorridas na capital federal, onde procurou-se dar uma dimensão internacional à celebração, os paulistas reverenciaram o estado como o protagonista da emancipação do país.¹⁷¹² Durante a comemoração do centenário de 1822, buscou-se integrar a *pátria paulista* a memória nacional, “dramatizando o ato fundador da nacionalidade como parte de um grande feito coletivo em que São Paulo desponta como presença nuclear na história brasileira.”¹⁷¹³ Nesse sentido, a celebração do centenário da Independência possibilitou aos paulistas uma oportunidade de construir o lugar para o estado na memória histórica da nação. O interesse em comemorar os cem anos da emancipação era uma busca não somente por uma rememoração do evento, mas, sobretudo, da constituição de um projeto de hegemonia paulista, no cenário intelectual do país e na memória nacional.

¹⁷⁰⁷Idem. p.38-39

¹⁷⁰⁸ FERREIRA, Antonio Celso. **Op. cit.** p.271.

¹⁷⁰⁹ MOTTA, Marly Silva da. **Op. cit.** p.112-113.

¹⁷¹⁰ FERREIRA, Antonio Celso. **Op. cit.** p.271.

¹⁷¹¹ SANDES, Noé Freire. **Op. cit.** p.99.

¹⁷¹² Idem. p.90.

¹⁷¹³ FERREIRA, Antonio Celso. **Op. cit.** p.270

Além de cariocas, paulistas, mineiros, e tantos outros, os norte-rio-grandenses também festejaram o centenário da Independência do Brasil. O Rio Grande do Norte participou ativamente dos festejos comemorativos ocorridos tanto no Rio de Janeiro, aos quais foram enviados vários norte-rio-grandenses para representar o estado nos diversos congressos realizados no Rio de Janeiro.¹⁷¹⁴

Em 1922, o Rio Grande do Norte estava em festa. A maior parte das cidades do estado haviam desenvolvido atividades cívicas em comemoração ao centenário da Independência do país.¹⁷¹⁵ Entretanto, a maior concentração dos festejos comemorativos e a programação oficial do estado ocorreu em sua capital. Para *dar provas do patriotismo* e da *vitalidade* dos cidadãos norte-rio-grandenses, em 1920, o então governador do Rio Grande do Norte, Antônio José de Mello e Souza, dirigia-se ao Congresso legislativo estadual, pedindo uma quantia de dinheiro para subsidiar os festejos alusivos aos cem anos da nação – o que foi concedido mediante a lei n.490, de 1 de dezembro daquele ano.¹⁷¹⁶ Segundo o governador, inicialmente, o recurso serviria para a construção de um monumento em homenagem à *data gloriosa* e as festas populares.¹⁷¹⁷ Contudo, o crédito estendeu-se para a realização de algumas obras urbanísticas em Natal, compra de fogos de artifícios, custeio da iluminação e da ornamentação da *praça Sete de Setembro* e do auxílio a associações, escolas operárias, jornais – todos estes empreendimentos, visando a celebração dos cem anos do 7 de setembro.¹⁷¹⁸ O propósito era preparar a capital para a comemoração do centenário, apresentando-a com aspectos de uma cidade higienizada e bela.¹⁷¹⁹

Assim como o Rio de Janeiro e em São Paulo, Natal deveria figurar-se no *Centenário* como uma cidade ajustada aos sinais da modernidade e do progresso. Às vésperas dos festejos nacionais fazia-se necessário para as autoridades públicas continuar as obras de remodelação,

¹⁷¹⁴MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1922 PELO GOVERNADOR ANTONIO J. DE MELLO E SOUZA. Natal: Typografia Commercial – J. Pinto & C..1922. p.11. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u741/000011.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

¹⁷¹⁵ Os municípios no Centenario. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922.

¹⁷¹⁶ MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1922 PELO GOVERNADOR ANTONIO J. DE MELLO E SOUZA. Natal: Typografia Commercial – J. Pinto & C..1922. p.6. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u741/000011.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

¹⁷¹⁷ Idem.

¹⁷¹⁸ MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1922 PELO GOVERNADOR ANTONIO J. DE MELLO E SOUZA. Natal: Typografia Commercial – J. Pinto & C..1922. p.11. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u741/000011.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

¹⁷¹⁹ Preparativos do centenario. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.59

higienização e embelezamento da cidade, vigentes desde o começo do século XX.¹⁷²⁰ Em 19 de julho de 1922, o governador nomeou uma comissão, composta por José Lagreca, Francisco Cascudo e José Ferreira de Souza, para a concretização do empreendimento.¹⁷²¹ Em questão de meses, a comissão ordenou o asseamento das ruas da capital, a reforma de alguns jardins, o reparo de trechos de calçamentos e construção de outros, além de contar com a colaboração dos habitantes que “renovaram a pintura das suas casas e fizeram outros melhoramentos com o mesmo fim.”¹⁷²² O intento era deixar a capital asseada e bela para receber os ornamentos finais para a celebração.¹⁷²³ Em setembro de 1922, a capital do estado estava preparada para a festa.

O governador, Antônio José de Mello e Souza, responsabilizou-se diretamente pela garantia do apoio financeiro e da estrutura material para que a celebração dos cem anos da Independência do Brasil pudesse ocorrer em Natal. No entanto, a organização geral do evento não ficou a cargo do governo. Mais uma vez, o IHGRN foi convocado e patrocinado pelo poder público do estado para organizar a programação dos festejos.¹⁷²⁴ Desde 1916, os sócios da agremiação já haviam se reunido para discutirem a elaboração de um trabalho que assentasse as bases e as iniciativas a serem desenvolvidas, na ocasião da comemoração do centenário da emancipação política do Brasil.¹⁷²⁵ A proposta lançada pelo consócio, José Augusto, na sessão extraordinária de 10 de setembro de 1916, foi aprovada unanimemente, decidindo o presidente do IHGRN, Pedro Soares, que seria organizado, posteriormente, um plano de trabalho para a realização da celebração do centenário do 7 de setembro.¹⁷²⁶ Todavia, a programação dos festejos só foi concluída quatro meses antes da celebração. Até 1921, o IHGRN ainda não havia sido incumbido, oficialmente, pelo governador e consócio da agremiação, Antônio José de Mello e Souza, para organizar as bases da programação da comemoração dos cem anos da emancipação política do país. A convocação oficial só veio

¹⁷²⁰ Conferir: ARRAIS, Raimundo. O mundo avança! Os caminhos do progresso na cidade de Natal no início do século XX. In: BUENO, Almir de Carvalho (org.). **Revisitando a história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2009.

¹⁷²¹ Preparativos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.59

¹⁷²² MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1922 PELO GOVERNADOR ANTONIO J. DE MELLO E SOUZA. Natal: Typografia Commercial – J. Pinto & C..1922. p.11. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u741/000011.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

¹⁷²³ Idem.

¹⁷²⁴ Idem. p.15-16.

¹⁷²⁵ Preparativos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.15

¹⁷²⁶ Idem. p.15-16.

em janeiro de 1922, restando alguns meses para que o IHGRN definisse o programa dos festejos.¹⁷²⁷

A celebração foi organizada aos moldes das comemorações anteriores. Foram realizadas as mesmas atividades de outros festejos cívicos promovidos pelo IHGRN: alvorada, missa campal, préstito cívico, inauguração de monumento, cinema campal, torneios esportivos, sessão solene etc. Essas atividades foram distribuídas ao longo da *Semana da Pátria*, ocorrida entre os dias 3 a 10 de setembro de 1922. Cada dia recebeu um título próprio, contendo uma programação específica e sendo conduzida por um determinado segmento da sociedade, conforme a tabela abaixo:

Título	Atividades realizadas	Coordenação/patrocínio
Dia da colonização (3 de setembro)	Visita à <i>Fortaleza dos Reis Magos</i> ; Torneios náuticos no estuário do rio Potengi; Natação; Festa veneziana.	Autoridades públicas; IHGRN; Capitania do porto; Comissão fiscal e empresa contratante das obras do porto de Natal; Conselho superior dos esportes náuticos; Centro náutico do Potengi; Sport Club de Natal; Colônia de pescadores; Agentes da companhia de navegação.
Dia da prosperidade (4 de setembro)	Exposição dos produtos regionais.	Associação comercial; Associação dos empregados no comércio; Proprietários e gerentes das fábricas e diretores das estradas de ferro.
Dia da força (5 de setembro)	Concurso de tiro ao alvo.	29º Batalhão de Caçadores; Escola de aprendizes de marinheiro; Batalhão de Segurança; Esquadrão de cavalaria; Tiro de guerra; Reservistas da marinha, escoteiros, etc.
Dia das artes (6 de setembro)	Festival literário e concerto musical.	Centro polimático; Natal Club; Associação de professores; Sociedades literárias e artísticas e imprensa local: <i>A República</i> , <i>A Imprensa</i> , <i>A Opinião</i> , <i>A Notícia</i> , <i>Jornal do Norte</i> .

¹⁷²⁷ Idem. p.18.

Dia da pátria (7 de setembro)	Alvorada, missa campal, préstito cívico, inauguração do monumento da Independência, inauguração do novo palácio da municipalidade de Natal e cinema campal.	Governo do Estado; Intendência municipal de Natal; IHGRN.
Dia do trabalho (8 de setembro)	Festas dos operários e torneios de esportes.	Associações operárias e do “pessoal das fábricas”; Clubes de futebol: América, ABC, Centro esportivo, etc.
Dia do futuro (9 de setembro)	Torneios, formaturas, representações.	Grupos escolares: Atheneu, Escola Normal, Escola Doméstica, Grupo escolar Frei Miguelinho, Escola profissional do Alecrim, Colégio Diocesano Santo Antônio, Escola de artífices, Escola de comércio, etc.
Dia da história (3 de setembro)	Cinema campal e sessão magna do IHGRN	IHGRN.

Tabela 3 – Programação do centenário da Independência do Brasil (1922) – IHGRN

Um primeiro elemento a ser destacado na tabela, diz respeito à pluralidade de instituições dos mais diversos matizes envolvidos na organização e na realização do evento. Diferentemente da comemoração do centenário de nascimento de Duque de Caxias, a qual foi restrita à *finis flor da sociedade* norte-rio-grandense, a celebração dos cem anos da Independência foi planejada a partir da participação ampla dos setores sociais do Rio Grande do Norte. Essa questão fica nítida no seguinte trecho do discurso do governador, Antônio José de Mello e Souza, pronunciado na Assembleia Legislativa estadual em 1922: “De todas as classes, disse, porque realmente, para honra do Rio Grande do Norte, nenhum recusou a sua contribuição moral, ninguém se desinteressou e todos se esforçaram para o brilho da comemoração.”¹⁷²⁸ Como podemos perceber o propósito era celebrar a nação, possibilitando uma espécie de fraternidade entre os grupos constituintes da sociedade. O Brasil, ou um certo Brasil, estava em festa, mas o Rio Grande do Norte estava passando por um momento conturbado em sua vida política e social.

¹⁷²⁸ MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1922 PELO GOVERNADOR ANTONIO J. DE MELLO E SOUZA. Natal: Typografia Commercial – J. Pinto & C..1922. p.7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u741/000011.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

As elites políticas do estado estavam em cisão na passagem dos anos de 1910 para a década de 1920. Em 1919, o governador do Rio Grande do Norte, Joaquim Ferreira Chaves, rompeu formalmente com o grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, especialmente, com Augusto Tavares de Lyra e Alberto Maranhão.¹⁷²⁹ Decerto, desde o primeiro ano do seu governo, em 1914, Ferreira Chaves já havia começado a dismantlar a estrutura política-administrativa organizada por Alberto Maranhão.¹⁷³⁰ No entanto, o estopim da ruptura política deu-se em virtude da não inclusão do nome de Paulo Maranhão, cunhado de Tavares de Lyra e sobrinho de Alberto Maranhão, na chapa para deputados estaduais, orquestrada pelo governador para as eleições de 1918.¹⁷³¹ Em represália à atitude de Ferreira Chaves, o grupo formado por Tavares de Lyra, Amaro Cavalcanti, Alberto Maranhão, João Lyra, Afonso Barata e Georgino Avelino, passaram a fazer uma oposição ferrenha ao governador. Ao se aproximar o pleito eleitoral de 1919, o grupo contra Ferreira Chaves fundou o jornal *A Opinião* em contraposição à imprensa situacionista representada pelos jornais *A República* e *A Imprensa*. Durante o ano eleitoral, os dois grupos protagonizaram uma verdadeira batalha de desconstrução política, atacando, pessoalmente, a biografia dos seus adversários, trocando violentos insultos e “revelando, às vezes, episódios do passado político do Rio Grande do Norte que a maioria da população desconhecia.”¹⁷³²

As disputas políticas ocorridas no cenário político do estado em 1919, permitiram a configuração de um episódio interessante na história da historiografia norte-rio-grandense. Neste mesmo ano, o governador Ferreira Chaves encomendara a Rocha Pombo a escrita de uma obra que tratasse da história do Rio Grande do Norte.¹⁷³³ O historiador paranaense não tinha qualquer relação com o estado ou com o governador, mas gozava de certo prestígio intelectual, afinal de contas havia escrito uma das principais obras sobre a História do Brasil,

¹⁷²⁹SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e Oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos**. Natal: EDUFRRN, 2010. p.50.

¹⁷³⁰ Algumas medidas adotadas entre 1914 e 1916 pelo governador Ferreira Chaves desagradaram à oligarquia dos Albuquerque Maranhão. Itamar de Souza lista algumas delas: a extinção de vários cargos criados por Alberto Maranhão; a rescisão de vários contratos financeiros firmados entre o estado, durante o governo, e os correligionários políticos da família Albuquerque Maranhão, o que prejudicava diretamente o seu reduto eleitoral; a criação da lei nº 398, de 24 de setembro de 1916 que reformava a legislação eleitoral do Estado, inviabilizando as possíveis candidaturas de Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra para o governo do Rio Grande do Norte no pleito de 1919; dentre outras. SOUZA, Itamar de. **A República velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRRN, 2008. p.278-280.

¹⁷³¹ Idem.

¹⁷³² SOUZA, Itamar de. **Op. cit.** p.287.

¹⁷³³ O governador destinou 6:000\$ como remuneração ao historiador Rocha Pombo pelo trabalho que escreveu sobre a história do Rio Grande do Norte. MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA DECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1919 PELO GOVERNADOR DESEMBARGADOR JOAQUIM FERREIRA CHAVES. Natal: Typografia Commercial J. Pinto & C.1919. p.23. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u738/000023.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

publicadas no início do século XX. Até onde pesquisamos, não encontramos qualquer menção de Ferreira Chaves tratando acerca dos motivos que o levaram a escolher Rocha Pombo para escrever a história do Rio Grande do Norte. Talvez, o renome nacional do intelectual paranaense e a sua distância em relação ao cenário político do Rio Grande do Norte tenham determinado a predileção pelo seu nome. Não obstante o nosso desconhecimento acerca dos critérios de escolha do referido historiador, sabemos que a encomenda estava diretamente relacionada às disputas políticas com Augusto Tavares de Lyra.

Descontente com a atitude de Ferreira Chaves em preterir o seu cunhado Paulo Maranhão da chapa de deputados do partido, Augusto Tavares de Lyra escreveu uma carta aberta aos seus amigos e correligionários do Rio Grande do Norte em 20 de dezembro de 1918 – vindo a ser publicada apenas no ano seguinte.¹⁷³⁴ Em um tom assaz crítico à *ditadura partidária* e à *autoridade administrativa* de Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra manifestava seu inconformismo com a postura política do governador e o seu desligamento da vida partidária do estado. Diante da repercussão da carta do seu antigo aliado político, Ferreira Chaves publicou, em 1919, um pequeno texto respondendo os comentários de Augusto Tavares de Lyra.¹⁷³⁵ Neste panfleto, Ferreira Chaves expunha também alguns eventos ocorridos no interior do núcleo político dos Albuquerque Maranhão, ao qual fez parte durante muitos anos. Para todos os efeitos, os bastidores da vida política do Rio Grande do Norte estavam escancarados, instaurando uma verdadeira tensão entre os personagens políticos do estado. Com vistas a atingir o genro de Pedro Velho, Ferreira Chaves encomendara a obra a Rocha Pombo. Segundo Tavares de Lyra, o governador “dominado pelo espírito partidário” resolveu retirar dele o título de primeiro historiador do estado.¹⁷³⁶

Em 1918, Tavares de Lyra já havia publicado o primeiro volume de sua obra *Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte*. Conforme o letrado norte-rio-grandense, depois de publicado o primeiro volume em 1918 – o projeto inicial era escrever cinco volumes – não o animava o propósito de escrever uma história completa do Rio Grande do Norte.¹⁷³⁷ Todavia, o seu plano inicial foi modificado ao saber que Rocha Pombo fora convidado pelo governador Ferreira Chaves para escrever a história do estado. Ao ser informado desta configuração, Augusto Tavares de Lyra reuniu seus trabalhos sobre a história Rio Grande do Norte,

¹⁷³⁴ LYRA, Augusto Tavares de. **Carta aberta aos meus velhos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: s.n.1919.

¹⁷³⁵ CHAVES, Joaquim Ferreira. **Comentários do Desembargador Ferreira Chaves à “Carta Aberta” do Dr. Tavares de Lyra**. Natal: Typ. Comercial J. Pinto, 1919 (Panfleto político).

¹⁷³⁶ LYRA, Augusto Tavares de. Recordando tempos idos. In: **RIHGRN**. Vols XLVIII-XLIX. Anos 1951-1952. Natal. 1952. p.20.

¹⁷³⁷ Idem. p.19.

anteriormente publicados nas revistas do IHGB e do IHGRN, adicionando novos comentários. É válido destacar que nesse ínterim, Tavares de Lyra já havia sido solicitado pela Comissão executiva do DHGEB para escrever a parte referente ao estado do Rio Grande do Norte no *Dicionário*. Com um número significativo de informações, anotações e documentos, Tavares de Lyra acabara de finalizar a sua obra, intitulada *História do Rio Grande do Norte* em 1920, sendo publicada em 1921. Um ano depois, na ocasião do centenário da Independência do Brasil, Rocha Pombo publicara sua *História do Estado do Rio Grande do Norte*, sob os auspícios do governo do estado.

A produção das duas histórias do Rio Grande do Norte no início dos anos 20 foi um reflexo das disputas políticas que estavam ocorrendo no estado desde 1919. Antigos aliados estavam em lados opostos, apoiando candidatos diferentes no pleito daquele ano. Para as eleições de 1919, o grupo de oposição apoiou a candidatura de João Dionísio Filgueira para governador, enquanto Ferreira Chaves sustentava o candidato escolhido pela convenção do PRF, Antônio José de Mello e Souza, antigo aliado político dos Albuquerque Maranhão. Apropriando-se dos mesmos expedientes de captação de votos, empregados pelo grupo familiar dos Albuquerque Maranhão em eleições passadas, Ferreira Chaves impôs uma vitória acachapante em relação aos candidatos da oposição, os quais não conseguiram ganhar em nenhum município.¹⁷³⁸ Eleito por uma margem significativa de votos, Antônio José de Mello e Souza teve a difícil incumbência de recompor o cenário político do estado, esfacelado com a cisão intraoligárquica. Em um trecho do seu discurso de inauguração do monumento à Independência, proferido em 7 de setembro de 1922, o governador eleito conclamava aos cidadãos norte-rio-grandenses para desprezarem a política das competições e dos interesses pessoais, ao qual, segundo ele, caracterizava as nações decadentes.¹⁷³⁹ Em vez de divisões políticas, tão alastradas no meio político nacional e estadual, o recém-governador alertava para a solidariedade entre os grupos e as boas qualidades provenientes dos valores patrióticos.¹⁷⁴⁰ Para ele, a comemoração do centenário era uma oportunidade de desfazer as injúrias políticas e as intrigas mesquinhas em favor do engrandecimento do Brasil.¹⁷⁴¹

Nesse ambiente de divisão dos atores políticos, o IHGRN não se posicionou. A maior parte dos protagonistas políticos envolvidos na crise de 1918-1919 era membro do IHGRN. As duas chapas, situacionista e oposicionista, eram compostas de políticos que haviam fundado o Instituto, tais como: Ferreira Chaves, Alberto Maranhão e Augusto Tavares de

¹⁷³⁸ Idem. p.293.

¹⁷³⁹ Discursos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.142.

¹⁷⁴⁰ Idem.

¹⁷⁴¹ Idem.

Lyra. Inclusive, desde o episódio de 1919, os dois últimos deixaram de participar ativamente das atividades do IHGRN, embora continuassem constando como sócios. Politicamente, o IHGRN estava dividido. A diretoria da agremiação decidiu-se pelo silêncio nessa questão, porque nela também se encontravam personagens que participaram diretamente da crise política de 1919, tais como: os dois vice-presidentes, João Dionísio Filgueira e Luiz Tavares de Lyra. Até mesmo as publicações das duas obras de *História do Rio Grande do Norte*, de Augusto Tavares de Lyra e de Rocha Pombo não receberam qualquer comentário por parte dos sócios do grêmio nas edições da revista. Fazia-se necessário recompor a unidade do grêmio e, por conseguinte, das classes políticas do estado. A comemoração do centenário da Independência do Brasil era uma oportunidade de reforçar os laços de fraternidade e de solidariedade não só entre os grupos políticos, mas dos próprios membros do IHGRN. Não é sem razão que a comemoração do centenário da Independência da nação tenha sido considerada como uma demonstração da harmonia de todos diante da *Pátria*.¹⁷⁴² Todavia, não era somente a classe política norte-rio-grandense que estava cindida.

Na passagem dos anos de 1910 para a década de 1920, eclodiram greves no estado, especialmente em Natal, colocando em tensão os setores produtivos e a classe trabalhadora.¹⁷⁴³ É muito sugestiva a presença desses dois mundos na mesma celebração. É aqui que opera, mais uma vez, o universo simbólico da comemoração. A partir dela se quer promover a comunhão entre os entes mais opostos da sociedade:

Nenhum de nós se lembrará neste momento de que é rico ou pobre, poderoso ou fraco, nem cogitará das pequenas ou das grandes mesquinhas, que enchem a trama do nosso viver quotidiano; mas, pensará somente em que somos filhos de uma grande pátria, para celebrar com entusiasmo o primeiro século da sua independência.

Esqueçamos por ora o egoísmo e os odios, a ambição e os interesses, afim de nos podermos erguer, unidos e solidários, á altura desse puro e nobre sentimento do patriotismo, que é e será sempre o mais poderoso da grandeza das nacionalidades.

Levantemos os corações!¹⁷⁴⁴

Esse excerto do discurso do governador, Antônio J. Mello e Souza, pronunciado por ocasião da inauguração do monumento a Independência, ocorrido no dia 7 de setembro de

¹⁷⁴² MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1922 PELO GOVERNADOR ANTONIO J. DE MELLO E SOUZA. Natal: Typografia Commercial – J. Pinto & C..1922. p.7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u741/000011.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24

¹⁷⁴³ SOUZA, Itamar de. **Op. cit.** p.134-144.

¹⁷⁴⁴ Discursos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.137-138.

1922, demonstra como a comemoração da *grande pátria* é colocada como o elemento agregador e identitário que faz unir as diferenças. Comemorá-la é, portanto, pensado como um ato coletivo, solidário e patriótico. O ritual comemorativo estabelece uma dupla comunhão: entre o passado e o presente e entre os diferentes grupos sociais. Como podemos perceber nesse excerto, a comemoração é considerada como uma forma de lembrar a todos a grandeza da *Pátria*, no caso, a sua Independência, mas também uma maneira de oportunizar o esquecimento os interesses em conflito. Apesar das diferenças, dos ressentimentos e das tensões entre os homens de negócios e as classes trabalhadoras, a comemoração é posta aí como uma experiência que congrega a todos em torno da ideia do pertencimento à *Pátria*, o espírito patriótico e a unidade entre os membros da sociedade norte-rio-grandense. A comemoração torna possível a comunhão entre o dia da *Prosperidade* e o dia do *Trabalho*. É por esse motivo que os sócios do IHGRN inseriram no ritual comemorativo, um espaço para que todos os grupos sociais, até mesmo os mais antagônicos, pudessem orbitar, conjuntamente, como membros de uma comunidade nacional. A organização da comemoração dos cem anos da Independência da nação, dividida em dias, os quais cada representação da sociedade se faz presente, produziu uma rede de significados que articulou um lugar comum para todos os que comemoraram, seja homens de negócios ou operários.

Outro elemento que chama atenção na tabela supracitada é o propósito pedagógico-cívico da organização da *Semana da Pátria*. A disposição do ritual comemorativo em dias, organizados por instituições distintas em que cada uma abordava uma determinada atividade específica, visando a rememoração da Independência do Brasil, demonstra o interesse dos sócios do IHGRN em tornar o ato comemorativo um evento pedagógico no sentido de ensinar aos norte-rio-grandenses do presente acerca do passado comemorado. A celebração dos cem anos da emancipação política da nação é uma forma não apenas de construir e/ou reforçar um dado discurso sobre o passado, mas também de sugerir uma interpretação sobre ele. Dois dias da *Semana da Pátria* demonstram claramente esse intento: o *dia da colonização* e o *dia da pátria*.

O *dia da colonização* inaugurou os festejos do centenário da Independência. O primeiro ato comemorativo iniciou-se com a visita de vários representantes da sociedade natalense à Fortaleza dos Reis Magos, “ponto inicial da conquista portuguesa, de que nos libertámos, ha um século.”¹⁷⁴⁵ Nessa visita, o governador, Antônio J. Mello e Souza inaugurou uma lápide, fixando-a em uma das paredes do Forte, com os seguintes dizeres: “Os

¹⁷⁴⁵ Preparativos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.25.

cidadãos de Natal, no primeiro Centenario da Independencia da Patria, vieram em romaria este velho baluarte de luctas gloriosas render homenagem aos antepassados colonizadores e batalhadores, que contribuíram para a formação do grande Brasil.”¹⁷⁴⁶ A visita ao Forte e a colocação de uma lápide comemorativa nesse edifício, simbolicamente associado à conquista portuguesa, conferiram uma rede de significados à celebração. Nada mais sugestivo e pedagógico do que começar a comemoração da emancipação do país, visitando o marco fundador e colonizador da capitania e fixando uma lápide que constrói o entendimento de que os colonizadores contribuíram para a construção da *Pátria*.

Iniciar a comemoração dos cem anos da Independência do Brasil com o *dia da colonização* já sugere uma leitura da história. Assim como na narrativa da memória histórica nacional inicia-se com o período colonial, o IHGRN propositadamente começa a celebração remontando os primórdios da nação. Ao discursar na sessão solene do Instituto, realizado em 10 de setembro de 1922, no *dia da história*, Manoel Dantas explicava ao seu auditório o propósito do *dia da colonização*: “O Rio Grande do Norte, estava na obrigação de dar uma significação especial á commemoração do Centenario.”¹⁷⁴⁷ Em outras palavras, o *dia da colonização* era uma forma de evidenciar a especificidade do Rio Grande do Norte no conjunto geral da celebração do centenário da Independência da nação. Qual seria a particularidade do Rio Grande do Norte? Manoel Dantas responde: “Ha presumpções bem fundadas que foi o nosso solo o que primeiro pisaram, em terras da America do Sul, os navegadores anteriores a Cabral.”¹⁷⁴⁸

No capítulo anterior, mostramos que a tese de que o Rio Grande do Norte foi o primeiro lugar a ser visitado pelos europeus era bastante aceita entre os sócios do IHGRN. Estes consideravam que a origem do Brasil se encontrava no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o discurso de Manoel Dantas reforçava ainda mais esta tese. O orador oficial não para por aí, ele acrescenta: “Por outro lado, quando as capitanias começaram o seu trabalho de colonização, o Rio Grande do Norte foi, por muito tempo, o extremo limite do territorio do Nordeste aberto á civilização.”¹⁷⁴⁹ Como podemos perceber, há um esforço por parte de Manoel Dantas de mostrar o pioneirismo do Rio Grande do Norte não só na *descoberta* do Brasil, mas também no processo colonizador. Para ele, esses dois elementos assinalavam “uma certa originalidade nas festas do Centenario, nos quaes deveriam commemorar o

¹⁷⁴⁶ Inaugurações do Centenario. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.250-251.

¹⁷⁴⁷ DISCURSO DO DR. MANOEL DANTAS, NA SESSÃO MAGNA DO INSTITUTO HISTORICO, A 10 DE SETEMBRO, DIA DA HISTÓRIA. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.188.

¹⁷⁴⁸ Idem.

¹⁷⁴⁹ Idem.

passado, o presente e o futuro. ”¹⁷⁵⁰ O Rio Grande do Norte seria o berço do Brasil e por essa razão a comemorações do centenário deveria salientar este aspecto. Não podemos esquecer que esse empreendimento não era monopólio dos letrados norte-rio-grandenses. Nos anos 20, os homens do saber de vários lugares do país construíram narrativas que evidenciavam as especificidades de seus respectivos estados na construção da memória histórica da nação. Com efeito, o *dia da colonização* era uma oportunidade dos sócios do IHGRN para reforçar a particularidade do Rio Grande do Norte no conjunto geral do Brasil.

A organização dos festejos associou os primeiros tempos da nação ao 7 de setembro. Ao explicar a razão do *dia da colonização* como parte integrante do ritual comemorativo, Manoel Dantas afirmava que o *espírito de independência* havia se manifestado no Brasil desde os primeiros tempos da conquista.¹⁷⁵¹ Segundo o orador oficial do IHGRN, o *espírito de independência* dos primeiros colonos poderia ser identificado nas lutas pela defesa do território da *Pátria* contra os seus invasores.¹⁷⁵² O Forte dos Reis Magos era um marco dessa luta dos colonizadores em preservar o território brasileiro do domínio de outros povos. Mais uma vez, o Rio Grande do Norte teria contribuído significativamente para a nação: “Em relação, especialmente ao Rio Grande do Norte, o que somos, como parte da nação brasileira, devemos a nós mesmos porque, não fora o esforço da nossa gente, talvez não passássemos hoje de uma colônia francesa.”¹⁷⁵³ O *dia da colonização* era um ensejo oportuno para construir o elo entre os primeiros tempos da nação com o 7 de setembro, o que reforçaria a ideia de que os antepassados já guardavam o interesse em ver a nação liberta. Desse modo, evidenciar a presença do *espírito de independência* antes da emancipação era uma maneira de naturalizá-la, mostrá-la como um anseio da nação que atravessaria o tempo. Além disso, era uma forma de salientar os primórdios do *espírito de independência* entre os primeiros norte-rio-grandenses. Iniciar os festejos nacionais visitando o Forte dos Reis Magos era um claro exercício de rememoração do passado, uma vez que o monumento representava, ao mesmo tempo, o marco inicial da conquista do Rio Grande [do Norte] e a defesa do território da *Pátria*, manifestação do *espírito de independência*, contra as constantes ameaças dos *invasores*. Portanto, o *dia da colonização* evidenciava a especificidade do Rio Grande do Norte no quadro geral da nação, assinalando o seu papel na Independência.

Se o *dia da colonização* marcou o início da celebração do centenário da Independência no Rio Grande do Norte, o *dia da pátria* caracterizou-se como o seu ponto áureo. Realizado

¹⁷⁵⁰ Idem.

¹⁷⁵¹ Idem.

¹⁷⁵² Idem.

¹⁷⁵³ Idem.

em 7 de setembro, o *dia da pátria* compreendeu as atividades principais dos festejos: alvorada, missa campal, préstito cívico, inauguração do monumento da Independência, discurso oficial etc. Neste dia, esteve presente uma parcela significativa da população da capital do estado. A festividade começou às cinco da manhã com alvoradas e salvas em todos os bairros e subúrbios da cidade, terminando às vinte horas com os fogos de artifício na praça *André de Albuquerque*.¹⁷⁵⁴ A maior concentração de homenagens no *dia da pátria* deu-se na ocasião da inauguração do monumento à Independência. A construção do monumento foi encomendada pelo governador, Antônio José de Mello e Souza, ao escultor Bibiano Silva e o pedestal foi montado pelo arquiteto italiano Miguel Micussi.¹⁷⁵⁵ O monumento foi erigido na *Praça 7 de setembro* e inaugurado no dia 7 de setembro de 1922.



Imagem 3 – Monumento da Independência. Acervo do IHGRN.

Medindo cinco metros e cinquenta centímetros, o monumento foi feito de granito e bronze, constando de duas figuras alegóricas sobre pedestal e de quatro medalhões em cada uma de suas faces. A figura principal é de uma mulher, simbolizando a jovem República brasileira, a qual aponta ao povo as datas de 7 de setembro de 1822 e 7 de setembro de 1922, inscritos no livro de História. O braço esquerdo da mulher sustenta o livro sobre um bloco de

¹⁷⁵⁴ Preparativos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.40-42

¹⁷⁵⁵ Inaugurações do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.257

granito, no qual se vê o escudo do estado. Como se pode perceber, os elementos dessa primeira figura alegórica reúnem um universo simbólico que tem como centro a República, colocada acima do monumento, e as datas alusivas à Independência do Brasil e a comemoração do seu centenário. Em uma relação associativa, a memória da emancipação política do país, representada pelas duas datas, é apropriada pela memória republicana, figurada pela mulher. O livro de História é posto como parte integrante dessa construção simbólica, uma vez que a este saber é facultado a rememoração dos dois eventos sob os quais o povo deve lembrar e a República manda guardar, não é por acaso que a jovem mulher aponta para o livro. A *História* aparece aí como uma rememoração do passado, um imperativo do dever da memória, uma história-memória.¹⁷⁵⁶ Fechando esse primeiro elemento alegórico, no livro de História está também o escudo do estado, o que demonstra a participação do Rio Grande do Norte na rememoração dos cem anos da Independência do Brasil e, conseqüentemente, o seu lugar na elaboração da memória nacional.

A outra figura é representada por um homem, em atitude de ascensão que avança até a jovem República e oferece-lhe o ramo de louro, símbolo da vitória, “que conseguiu pela Força, que a espada descansando á sinistra lembra, e pode ser invocada a qualquer instante em defeza própria.”¹⁷⁵⁷ Em torno da figura do homem repousa a ideia da virilidade da conquista, o emprego da força e não da diplomacia, e do esforço dos antigos colonizadores em construir a nação, mantendo-a longe do perigo dos estrangeiros e do separatismo. No discurso de inauguração do monumento, o governador Antônio José de Mello e Souza ressalta esses elementos da força e da luta dos colonizadores e de suas respectivas vitórias em prol da formação de uma *Pátria* “com vasto territorio e com immensos recursos materiaes”, a qual manteve-se “o colossal organismo politico bastante solido para resistir a luctas externas, a tendencia separatistas e a mudanças de forma de governo.”¹⁷⁵⁸ As lutas dos antepassados (representadas pela figura do homem) garantiram a vitória da nação (figurada pela mulher).

Além das duas figuras alegóricas, o monumento contém quatro medalhões de bronze. Em cada um deles, há uma inscrição específica. No medalhão dedicado ao padre Miguelinho havia a seguinte inscrição: “7 de setembro de 1822 – 7 de setembro de 1922. Primeiro Centenario da Independencia da Patria. Aos que trabalharam e a fizeram.”¹⁷⁵⁹ O medalhão de Miguelinho demonstra o interesse em estabelecer uma associação entre a figura do padre,

¹⁷⁵⁶ NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v. 10. p. 7-28, 1993.

¹⁷⁵⁷ Inaugurações do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.255.

¹⁷⁵⁸ Discursos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.138-139.

¹⁷⁵⁹ Inaugurações do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.256.

herói norte-rio-grandense da *Revolução de 1817* com o evento da Independência do Brasil. Como já aludimos anteriormente, em torno do padre Miguelinho e da *Revolução de 1817* foi construído uma série de discursos que os colocavam como expressões da defesa da República e do movimento de Independência nacional. A proposta do medalhão é apresentar o padre Miguelinho como a representação daqueles que haviam lutado pela emancipação política da nação.

Frei Miguelinho não foi o único a dar nome aos medalhões. Dom Pedro I e José Bonifácio foram também escolhidos para nomear outros dois medalhões. A eleição destes personagens fez parte do processo de recomposição da memória nacional nos anos 20, o qual reabilitou alguns vultos do Império até então esmaecidos pela historiografia brasileira do século XIX. Nesse sentido, o monumento coloca em evidência os dois *heróis* da Independência nacional, D. Pedro I e José Bonifácio e o *herói* norte-rio-grandense, frei Miguelinho, reunindo-os em uma espécie de *panteão*. Nos medalhões referentes a D. Pedro I e José Bonifácio haviam inscrições escritas em latim, como no monumento inaugurado em 1917, em homenagem ao centenário do martírio de Miguelinho, contendo, respectivamente, os seguintes dizeres: “O Rio Grande do Norte, fortalecido pela lucta contra a natureza e amparado pelo vigor dos seus filhos, será sempre um pequeno, mas incansavel operario da união e da grandeza da Patria” e “Sejam quaes forem os teus cuidados, quer o infortunio te atormente, quer a felicidade te eléve, terás sempre a Patria ante os olhos; por ella darás a tua intelligencia, as tuas forças e até a vida.”¹⁷⁶⁰ As duas inscrições versam sobre a relação entre o Rio Grande do Norte e o Brasil, tomando como referência os dois principais personagens da Independência do país. Afirmar-se nelas o compromisso do estado com a nação. Cada uma delas traz uma associação com o personagem do seu medalhão. Na inscrição referente a D. Pedro I, destaca-se o empenho do Rio Grande do Norte na união da *Pátria*, um significado vinculado diretamente à memória construída em torno do papel do primeiro Imperador na garantia da preservação da unidade territorial do Brasil. Analogamente, a inscrição do medalhão de José Bonifácio reforçava o compromisso do Rio Grande do Norte em defender a nação, tendo-a sob os olhos, participando de perto do seu destino. As duas inscrições associam, propositadamente, a memória dos dois personagens ao comprometimento do Rio Grande do Norte com a nação.

¹⁷⁶⁰ As respectivas traduções foram publicadas na edição especial da revista do IHGRN, publicada em 1922. Segue as duas versões em latim: “Potyguarensium genus, Duras naturae vices perferendo Fortins factum, Et filiórum robore fultum, Erit semper termis sed indefessus. Patriae unitatis et magnitudinis Factor” e “Curoe sint quocumque, malum seu te prema ullum Seu tollat te fors, Patriam spectare temeris, Pro Patria mentem et vires et tradere vitam.” Idem. p.256-257.

O último medalhão tem uma particularidade. Não se trata de nenhum personagem histórico vinculado à memória da Independência do Brasil, mas de uma inscrição. Demarca-se e explicita-se diretamente o papel do estado na preservação da memória nacional: “Pelo voto do Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte e sendo Governador Antonio José de Mello e Souza foi erigido este monumento.”¹⁷⁶¹ Os personagens do presente contribuem com a rememoração do passado. O estado se coloca como parte integrante do próprio rito de rememoração. A inserção desta inscrição em um dos medalhões do monumento assinala o lugar do estado na promoção da memória histórica no Rio Grande do Norte. A construção do monumento à Independência atende a esse fim. Ademais, lembra aos cidadãos do presente o dever de memória e o dever cívico. Essa compreensão é nítida no discurso do governador, Antônio José de Mello e Souza, proferido na ocasião da inauguração do referido monumento:

Que este modesto monumento seja para nós, não somente a homenagem á gloria da patria e á memoria daquelles que nol-a deram, mas o marco inicial de um novo caminho, a inauguração de uma nova era de esforço, de trabalho e de patriotismo. Que a nós do Rio Grande do Norte esta figura soberana aponta mais ainda o futuro que o passado; lembre-nos o dever de amar a patria e de servir-a por todos os meios, estudando as lettras ou cultivando a terra, empunhando a ferramenta nas officinas, ou as armas si para os combates forem precisas.¹⁷⁶²

O dever de memória e o amor à Pátria, novamente, são colocados como imperativos aos homens do presente. Como podemos perceber no excerto, o monumento não é considerado apenas como uma homenagem à nação. Mais do que isso: ela inaugura um novo caminho para a *Pátria* tomando como referência o passado. O discurso de Antônio José de Mello e Souza é um sintoma do seu tempo presente. Os anos de 1920 foram assaz conturbados e preches de novas possibilidades. As constantes crises no cenário político nacional e estadual no início da década de 1920, as novas sensibilidades no campo da estética, da arte e da ciência e a quebra de alguns paradigmas eurocêtricos, logo depois da Primeira Guerra Mundial, possibilitaram a emergência de uma nova percepção acerca da experiência do tempo. O futuro é aberto e o que se deseja é que a nação e o estado refaçam os seus caminhos. Para o governador, nesse processo de construção do futuro cabe ao Rio Grande do Norte reafirmar o seu comprometimento com o Brasil, servindo-o e devotando o seu sentimento pátrio. A presença do monumento era uma forma de lembrar aos cidadãos norte-

¹⁷⁶¹ Idem. p.256.

¹⁷⁶² Discursos do centenario. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.143

rio-grandenses do papel do Rio Grande do Norte no passado da nação, mas de sua importância para a construção de um novo país.

Em grande medida, a comemoração do centenário da Independência do Brasil no Rio Grande do Norte foi um agenciamento empreendido pelo estado em parceria com o IHGRN. Os discursos proferidos na inauguração do monumento à Independência e na sessão solene do Instituto histórico afirmavam o interesse por parte das autoridades públicas e dos sócios da agremiação em atestar a cultura cívica dos filhos norte-rio-grandenses.¹⁷⁶³ A celebração dos cem anos da Independência da nação era uma oportunidade de evidenciar o dever cívico-patriótico do estado e o seu lugar na memória nacional: “Não podia, pois, o Rio Grande do Norte, como cellula integrante da nobre Patria commum, e como berço nativo de tantos heróes, bravos, martyres e patriotas.”¹⁷⁶⁴ Os heróis ilustres, como Felipe Camarão, Miguelinho, André de Albuquerque, entre outros, assinalavam a contribuição do Rio Grande do Norte em vários acontecimentos importantes da história do Brasil. Em resumo, comemorar o centenário era uma homenagem à nação, mas também uma forma de lembrar aos cidadãos norte-rio-grandenses do lugar do estado na construção da memória nacional.

6.6 – Comemorar a posse de Thomaz de Araújo: a construção de um lugar para o *Seridó* na memória histórica do Rio Grande do Norte

Diferentemente das comemorações em torno das figuras de Duque de Caxias e D. Pedro II a celebração a Thomaz de Araújo não esteve associada ao natalício do personagem, mas sim a uma ação política: a primeira posse da presidência da província do Rio Grande do Norte.

Thomaz de Araújo Pereira nasceu na região do *Seridó*, mais precisamente, no atual município de Acari em 1765 e ali faleceu em 1847.¹⁷⁶⁵ Descendia de um dos primeiros povoadores que – vindos da Borborema, na Paraíba, no começo do século XVIII – povoaram a região de Acari.¹⁷⁶⁶ Seu avô, o português, Thomaz de Araújo Pereira, o primeiro dos três homônimos, fundou a fazenda de *São Pedro* em Acari, formando uma numerosa descendência

¹⁷⁶³ O Rio Grande do Norte e o Centenario. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922. p.5

¹⁷⁶⁴ Idem.

¹⁷⁶⁵ LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger. 1921. p.815.

¹⁷⁶⁶ Discurso pronunciado pelo dr. Manoel Dantas, orador do Instituto Historico, na sessão magna de 11 de maio de 1924. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1925. 1925. p.180.

que, mais tarde, consolidou-se como uma elite agrária do sertão do Rio Grande do Norte.¹⁷⁶⁷ Thomaz de Araújo Pereira, o neto, adveio dessa elite rural do sertão norte-rio-grandense, a qual, via de regra, compôs a própria aristocracia política da região.¹⁷⁶⁸ Como corolário do status econômico e político da sua família, Thomaz de Araújo Pereira foi investido com uma patente militar das milícias, tornando-se, em 1799, tenente, e promovido, posteriormente, a capitão-mor da *Primeira Companhia de Cavalaria de Ordenança da Vila do Príncipe*, hoje município de Caicó, em 1806 – “itinerário social comum à linhagem rica dos fazendeiros seridoenses.”¹⁷⁶⁹ Em 3 de dezembro de 1821, Thomaz de Araújo Pereira foi eleito como um dos membros da primeira Junta governativa da província do Rio Grande do Norte.¹⁷⁷⁰ Com a organização do estado nacional, logo após a Independência do Brasil, Thomaz de Araújo Pereira foi nomeado presidente da província em 25 de novembro de 1823. Todavia, o político seridoense adiou o quanto pôde a cerimônia de sua posse, o qual fora realizada apenas em 5 de maio de 1824.¹⁷⁷¹ Seu governo foi fugaz, durou apenas cinco meses. Tal efemeridade estava diretamente relacionada ao cenário político muito turbulento na província do Rio Grande do Norte desde a *Revolução de 1817*.

As forças políticas da província estavam frequentemente em rota de colisão devido às ferrenhas disputas pelo poder. Apesar do intento do presidente de província em promover a estabilidade da ordem pública, Thomaz de Araújo Pereira não conseguiu amenizar as desavenças entre os grupos políticos da província, levando as próprias tropas de linha ignorarem sua autoridade.¹⁷⁷² Consoante Tavares de Lyra, três meses depois do início do seu governo, o batalhão de linha depunha na sua frente, o seu commandante, João Marques de Carvalho, nomeado a 19 de fevereiro de 1824: “esse acto era o prenuncio de maiores e mais lamentáveis perturbações.”¹⁷⁷³ Não conseguindo dominar a *anarquia*, Thomaz Pereira de Araújo demitia-se da presidência da província em 8 de setembro de 1824, retirando-se para Acari.¹⁷⁷⁴

¹⁷⁶⁷ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012. p.53.

¹⁷⁶⁸ Idem.

¹⁷⁶⁹ Idem. p.54.

¹⁷⁷⁰ LYRA, Augusto Tavares de. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. n.2. Volume 5, 1907. p.224.

¹⁷⁷¹ “Dependeria de um bom inverno a posse do primeiro presidente da Província do Rio Grande do Norte. Para empreender a longa marcha – em torno de 60 léguas – a cavalo até a capital, o projecto fazendeiro da ribeira do Acauã condicionava a viagem a Natal ao volume abundante de capim para suas montarias.” MACÊDO, Muirakytan K. de. **Op. cit.** p.51.

¹⁷⁷² Idem. p.52.

¹⁷⁷³ LYRA, Augusto Tavares de. **Op. cit.** p.240.

¹⁷⁷⁴ Idem.

A despeito da efemeridade do governo de Thomaz Pereira de Araújo e de sua pouca notabilidade política na presidência da província, o IHGRN decidiu comemorar o centenário da sua posse. No dia 13 de abril de 1924, o presidente do IHGRN, Pedro Soares de Araújo, resolvera convocar uma sessão extraordinária para deliberar acerca da comemoração do 1º centenário da posse constitucional do capitão Thomaz de Araújo Pereira, no cargo de primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte.¹⁷⁷⁵ Para justificar a comemoração, Nestor Lima considerava que o Rio Grande do Norte, a exemplo de outros estados, deveria celebrar o início de sua existência constitucional como parte integrante da nação brasileira.¹⁷⁷⁶ Com efeito, o interesse em comemorar a posse constitucional de Thomaz de Araújo possuía um significado simbólico importante para os sócios do IHGRN, uma vez que a celebração era uma forma de rememorar a origem do estado como uma unidade federativa independente, já que antes da emancipação do Brasil, o Rio Grande do Norte era uma capitania submetida a Paraíba, juridicamente, e a Pernambuco, economicamente e politicamente. Para todos os efeitos, comemorar o primeiro governo constitucional do Rio Grande do Norte e a posse do seu primeiro presidente significavam celebrar sua autonomia política.¹⁷⁷⁷ Contudo, a comemoração possuía também um significado político.

Na década de 20, políticos do *Seridó*, especificamente, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine,¹⁷⁷⁸ ascenderam ao governo do estado. Desde o início dos anos 10, os *coronéis* do *Seridó* já despontavam como forças políticas em ascensão no Rio Grande do Norte, representando, inclusive, a principal contraposição à oligarquia Albuquerque

¹⁷⁷⁵ ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925. p.264.

¹⁷⁷⁶ Idem. p.265.

¹⁷⁷⁷ Discurso pronunciado pelo dr. Manoel Dantas, orador do Instituto Historico, na sessão magna de 11 de maio de 1924. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1925. p.176.

¹⁷⁷⁸ José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu em 22 de setembro de 1884 no atual município de Caicó-RN. Em 1903, José Augusto Bezerra de Medeiros bacharelou-se pela FDR, ocupando cargos públicos de Procurador da República, Fiscal de Governo Federal, diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, Juiz de direito da comarca de Caicó, chefe de Política Interino e Secretário de estado no governo de Ferreira Chaves. Exerceu, ainda, mandatos na política estadual, na condição de deputado federal de 1913 a 1923, senador da república de 1928 a 1930 e na governadoria do estado entre 1924 a 1927. Além de político, José Augusto era um intelectual. Escreveu vários livros, tomando como tema central o Seridó. O seu companheiro político, Juvenal Lamartine de Faria nasceu em 9 de agosto de 1874, no município de Serra Negra do Norte. Estudou no Atheneu-Norte-Rio-Grandense e graduou-se em direito pela FDR, em dezembro de 1897. Foi professor de geografia e vice-diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense em 1898. Exerceu vários cargos na magistratura pública e na política do estado. Foi juiz de direito, vice-governador do Rio Grande do Norte (1904-1906), deputado federal (1906), senador da república (1927) e governador do estado (1928-1930). Assim como José Augusto, Juvenal Lamartine escreveu vários livros sobre o Seridó, tornando-se, ao lado de Manoel Dantas, José Augusto, Oswaldo Lamartine, um dos grandes intelectuais que tomaram a referida região como objeto de estudo. MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Ser (Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. 120 f. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em História. (PPGH). Natal.

Maranhão.¹⁷⁷⁹ Esta emergência dos *coronéis do Seridó* no cenário político estadual foi possível graças ao enriquecimento das elites agrárias da região ligadas à produção algodoeira.

A Primeira Guerra Mundial possibilitou um reordenamento na economia do Rio Grande do Norte. Nas décadas de 10 e 20, o maior volume de riqueza do estado provinha do setor da cotonicultura, sendo a região do *Seridó* a principal produtora do algodão do Rio Grande do Norte.¹⁷⁸⁰ O crescimento econômico da cotonicultura implicou diretamente no fortalecimento político dos coronéis da região, doravante, interessados em assumir a liderança do governo estadual. Em 1913, o grupo dos Albuquerque Maranhão articulava-se para, mais uma vez, indicar um candidato que estivesse diretamente ligado aos interesses políticos da oligarquia. Todavia, as lideranças políticas seridoenses, reunidas em torno dos deputados José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, opuseram a articulação orquestrada pela família Albuquerque Maranhão, não mais aceitando incondicionalmente a indicação proposta pelo último governador da oligarquia, Alberto Maranhão.¹⁷⁸¹ José Augusto e Juvenal Lamartine orquestraram um acordo dos *coronéis do Seridó* em torno da candidatura de Joaquim Ferreira Chaves, contrariando a indicação dos Albuquerque Maranhão.¹⁷⁸² Apoiado pela elite econômica e política seridoense, Ferreira Chaves ganhou as eleições de 1913, administrando o estado entre 1914 a 1920, pondo fim a chefia dos Albuquerque Maranhão no governo estadual. Com a vitória de Chaves, o grupo político seridoense dava sinais claros de sua expressão no cenário político estadual.

Terminado o seu governo, Ferreira Chaves conseguiu emplacar a candidatura do seu sucessor, Antônio José de Mello e Souza, vitorioso no pleito de 1920. Todavia, a vitória não representou a consolidação do grupo de Ferreira Chaves no poder político do estado. Em 1923, o ex-governador não conseguiu dar continuidade as suas pretensões políticas no governo executivo. Nesse ano, as lideranças seridoenses articularam-se junto a Arthur Bernardes, o apoio a candidatura de José Augusto para o governo do Rio Grande do Norte, sepultando as pretensões de Ferreira Chaves de mais um mandato.¹⁷⁸³ Apoiado pelo presidente da República e pela coalisão de lideranças políticas do Seridó, José Augusto

¹⁷⁷⁹ MACÊDO, Muirakytan K. de. **Op. cit.** p.209.

¹⁷⁸⁰ SPINELLI, José Antônio. **Op. cit.** p.50.

¹⁷⁸¹ MACÊDO, Muirakytan K. de. **Op. cit.** p.208.

¹⁷⁸² Idem. p.208-209.

¹⁷⁸³ SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935.** Natal: EDUFRN, 1996. p.20

Bezerra de Medeiros fora eleito em 1923, inaugurando, ainda que por um tempo curto, a chefia seridoense no governo do Rio Grande do Norte.¹⁷⁸⁴

Assim como o grupo Albuquerque Maranhão, José Augusto Bezerra de Medeiros utilizou-se do passado como uma forma de legitimação política. A comemoração do centenário da posse de Thomaz de Araújo Pereira é um exemplo disso. Como iremos explicar logo adiante, a celebração da posse do primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte representou um uso político do passado. Por ora, gostaríamos de destacar que a comemoração do centenário teve como principal patrocinador o governo do estado do Rio Grande do Norte que, como em outras ocasiões, delegou ao IHGRN a tarefa de organizá-la.¹⁷⁸⁵ É preciso acrescentar, ainda, que a celebração contou com as expensas da intendência municipal de Natal, a qual era governada pelo letrado e político seridoense, Manoel Dantas. Os poderes executivos do estado e da capital, dirigidos por seridoenses, estavam comprometidos em agenciar a celebração do centenário de posse do ancestral político do Seridó.

A solenidade contou com uma sessão magna, realizada pelo IHGRN, no salão nobre do Palácio do governo, e com a afixação de uma placa de bronze, contendo o nome da *praça Thomaz de Araújo* e as datas de 1824 e 1924.¹⁷⁸⁶ Mais uma vez, as expensas da placa ficaram por conta do poder público estadual e a nomeação do antigo largo fronteiro ao quartel do exército para *praça Thomaz de Araújo Pereira* ficou a cargo da intendência municipal da capital do estado.¹⁷⁸⁷ A inauguração da placa reuniu autoridades políticas do Rio Grande do Norte e de Natal, bem como representantes religiosos, militares e o povo, um ato de “grande romaria cívica”, segundo os sócios do Instituto.¹⁷⁸⁸ Como de praxe, após o desencerramento da bandeira, um membro do IHGRN ficava responsável pelo pronunciamento do discurso em alusão à celebração. O vice-orador da agremiação, Nestor Lima, encarregou-se desta empresa.

De antemão, Nestor Lima explicava aos seus ouvintes qual seria o enfoque do seu discurso: “devo fazer aqui tão somente a justificação do motivo por que é este o local escolhido para guardar o nome e, mais tarde, o monumento do valoroso patriarca

¹⁷⁸⁴ José Augusto Bezerra de Medeiros governou o Rio Grande do Norte entre 1924 a 1927. Posteriormente, conseguiu eleger o seu sucessor político, Juvenal Lamartine que governou o estado entre 1928 a 1930, tendo sido deposto do poder devido à Revolução de 1930. Idem. p.23.

¹⁷⁸⁵ Além do governo do estado, a Intendência do município de Natal também colaborou com o festejo. O 1º Centenário da posse do Thomaz de Araújo Pereira. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925. p.172-173.

¹⁷⁸⁶ Idem.

¹⁷⁸⁷ Idem.

¹⁷⁸⁸ Idem. p.174.

seridoense.”¹⁷⁸⁹ Segundo Nestor Lima, a praça havia sido palco de um levante, ocorrido em setembro de 1824, contra o presidente da província, Thomaz de Araújo Pereira. Não conseguindo dissuadir a tropa de linha, o político seridoense resolveu renunciar o poder em setembro daquele ano, voltando para a terra do seu berço, Acari.¹⁷⁹⁰ É interessante notar que a praça é considerada como um marco não de luta, mas sim de renúncia. O que se destaca é a resignação de Thomaz de Araújo Pereira em defender o seu posto político. Para Nestor Lima, era desta atitude do presidente de província que os norte-rio-grandenses deveriam lembrar: “Foi na recordação desse gesto de desprendimento que a Intendencia de Natal, atendendo ao apelo do Instituto Histórico, deu o nome de << Thomaz de Araújo >> á praça em que nos achamos.”¹⁷⁹¹ Com efeito, o discurso de Nestor Lima tinha como escopo reabilitar a imagem de Thomaz de Araújo Pereira severamente criticada por Augusto Tavares de Lyra.

Em seu artigo *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte*, publicado, em 1907, pela *RIHGRN*, Tavares de Lyra havia afirmado que Thomaz de Araújo Pereira não era o nome mais indicado para governar a província naquela ocasião, em grande medida, por causa da sua idade avançada, da sua cegueira e das “ligações políticas que tinha, fazendo-o partidário intransigente, eram condições que contribuíam para não ser elle o preferido naquella quadra de paixões exaltadas, de odios e de desejos de desforras.”¹⁷⁹² Para Tavares de Lyra, a figura de Thomaz de Araújo Pereira era impotente para promover a estabilidade da ordem pública na província.¹⁷⁹³ Somado a isso, a força armada, as tropas de linha, sobrepunha-se à lei e a autoridade constituída. Nesse sentido, a ação de Thomaz de Araújo de Pereira foi lida por ele não como um ato de desprendimento, mas de anulação do seu próprio poder por uma força que era maior do que a autoridade nele investida.¹⁷⁹⁴ Para Tavares de Lyra, em vez de resignação, Thomaz de Araújo Pereira demitiu-se do cargo por querer fugir das responsabilidades “que lhe adviriam de uma situação que se agravava e que não podia remediar.”¹⁷⁹⁵ A interpretação de Tavares de Lyra parece indicar que o primeiro presidente, além de inapto para o cargo, havia agido por um ato de covardia ou de medo. Esta leitura de Tavares de Lyra foi reforçada em seu livro *História do Rio Grande do Norte*, publicado em 1921. Neste livro, especificamente, no capítulo 7, intitulado *Acontecimentos que precederam e se seguiram á Independencia. Juntas Governativas. – Confederação do*

¹⁷⁸⁹ Idem. p.194.

¹⁷⁹⁰ Idem.

¹⁷⁹¹ Idem. p.195.

¹⁷⁹² LYRA, Augusto Tavares de. *Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte*. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 5. Número 2. 1907. p.240.

¹⁷⁹³ Idem.

¹⁷⁹⁴ Idem.

¹⁷⁹⁵ Idem.

Equador. – Posse e governo do primeiro Presidente, Augusto Tavares de Lyra reproduzia uma *tradição oral* que supostamente afirmava que Thomaz de Araújo havia se ausentado de Natal dentro de um barril que fez transportar à cabeça de um escravo – o qual conduziu-o até um lugar em que estaria a salvo e em condições de utilizar-se de um transporte em direção a Acari – depois de sofrer algumas ameaças de índios de Extremoz ou de uma família chamada *Matta-quiri*: “essa tradição pode e deve ser verdadeira.”¹⁷⁹⁶ A oralidade é convocada para provar o argumento de Tavares de Lyra de que Thomaz de Araújo receava o encontro com aqueles grupos na capital da província, antes mesmo de tomar a decisão de deixar a presidência. Mais uma vez, a narrativa de Tavares de Lyra parece sugerir que Thomaz de Araújo Pereira tinha uma tendência a capitulação em situações que lhe traziam alguma ameaça iminente. É possível que era essa imagem de Thomaz de Araújo construída por Tavares de Lyra que Nestor Lima e Manoel Dantas, como iremos mostrar, intentaram desconstruir. Em contraposição ao possível pusilânime ou medroso, Nestor Lima conferiu ao primeiro presidente da província a imagem de abnegado.

Pela primeira vez, os sócios do IHGRN laureavam não a luta ou a vitória de um personagem norte-rio-grandense, mas a sua abnegação. Com o intento de tornar sagrada essa memória materializada na praça, Nestor Lima comparou-a ao gólgota, onde Jesus Cristo havia padecido, e a estátua de Tiradentes na cidade de Ouro Preto. Desde o início da República era comum construir um imaginário sagrado aos heróis republicanos. Não é por acaso que a imagem de Tiradentes esteve associada à de Cristo. O gesto de Nestor Lima é parecido com os republicanos dos primeiros anos do novo regime. A preocupação era semelhante: sacralizar a memória. Para Nestor Lima, o desprendimento de Thomaz de Araújo era equivalente ao ato do “martírio cruento da cruz” e a exposição da cabeça de Tiradentes em praça pública. A cruz de Cristo e a estátua de Tiradentes seriam a materialização sacra da memória dos dois mártires. Semelhantemente, a praça *Thomaz de Araújo Pereira* rememoraría o ato sacrificial do “brio do tradicional político sertanejo.”¹⁷⁹⁷ O sacrifício do primeiro presidente de província do Rio Grande do Norte não consistia na sua morte em favor do povo norte-rio-grandense ou por um ideal, mas sim no custo do seu brio, de seu gesto de não resistir aos seus opositores. Nesse sentido, a inauguração da praça em decorrência da comemoração da posse do presidente de província era um ato de justiça para com a sua memória, um cumprimento de

¹⁷⁹⁶ LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger. 1921. p.533

¹⁷⁹⁷ Idem.

um dever dos rio-grandenses do norte do presente para com o seu passado.¹⁷⁹⁸ A comemoração estava associada ao dever de memória e ao ato de justiça do presente em relação ao passado. Dessa forma, o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, ao passado, isto é, a um outro que não o si.¹⁷⁹⁹

Além do discurso de Nestor Lima, o IHGRN empreendeu mais uma alocução em homenagem ao centenário de posse de Thomaz de Araújo Pereira. Na sessão magna, o discurso ficou a cargo de Manoel Dantas. Além de ser o orador oficial da agremiação, Manoel Dantas possuía outras credenciais que o encaminhavam para a tarefa. O sócio do IHGRN era um letrado seridoense comprometido com a produção do saber sobre a região do *Seridó* e do homem sertanejo.¹⁸⁰⁰

Thomaz de Araújo Pereira era um personagem importante da memória seridoense, nesse aspecto, falar sobre ele era invocar um tipo representativo da própria memória histórica da região, uma vez que o avô do primeiro presidente da província tinha contribuído para a colonização e povoamento do *Seridó*. Além disso, é preciso citar que Manoel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, enredados por laços de parentescos, descendiam da família de Thomaz de Araújo Pereira.¹⁸⁰¹ Assim, havia todo um interesse por parte desses três sócios do IHGRN de celebrar o centenário da posse do primeiro presidente da província. Comemorar a posse de Thomaz de Araújo era evidenciar o lugar do homem seridoense na construção da memória histórica do Rio Grande do Norte. É por esse motivo que Manoel Dantas, ao dirigir-se ao governador José Augusto Bezerra de Medeiros em seu discurso, fez questão de destacá-lo como “descendente de Thomaz de Araujo, o primeiro filho da zona do Seridó que preside os destinos do estado no regime republicano.”¹⁸⁰² Há uma clara associação entre o primeiro presidente da província e o primeiro governador seridoense a governar o estado. É aqui que percebemos nitidamente o uso político do passado. José Augusto Bezerra de Medeiros é colocado como um laço de continuidade entre o passado e o presente, evidenciando, a contribuição seridoense na própria história política do Rio Grande do Norte. Dessa forma, o poder político do presente era respaldado pela evidência histórica do passado, o qual apontava para a ancestralidade do governador seridoense. Em um momento

¹⁷⁹⁸ Idem.

¹⁷⁹⁹ RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.101

¹⁸⁰⁰ Conferir: MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012 e MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Ser (Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. 120 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em História. (PPGH). Natal

¹⁸⁰¹ MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. **Op. cit.** p.29.

¹⁸⁰² Discurso pronunciado pelo dr. Manoel Dantas, orador do Instituto Historico, na sessão magna de 11 de maio de 1924. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1925. p.177.

de emergência dos políticos seridoenses no cenário político do estado, nada mais legitimador e simbólico do que mostrar a relação do passado no presente. A comemoração ganha uma significação importante, nesse processo de legitimação política.

Antes de tratar propriamente do objeto da celebração, Manoel Dantas esclarece aos convidados e aos seus consócios do IHGRN que o seu discurso não obedecia ao rigor histórico.¹⁸⁰³ O orador do Instituto estabelece, então, a diferença entre o discurso comemoracionista e o texto historiográfico. A distinção estabelecida por ele é simples: o trabalho historiográfico consiste no uso de documentos e do expediente da pesquisa para falar sobre um determinado acontecimento histórico. A comemoração trata do passado, mas, sem necessariamente, estar preso ao rigor do texto historiográfico. Manoel Dantas esclarece ao seu auditório: “fica esta illustre assemblêa privada de ouvir e julgar um estudo rigorosamente histórico.”¹⁸⁰⁴ Portanto, Manoel Dantas deixa claro que apesar da falta de pesquisa e documentos e do rigor do texto historiográfico, o seu texto comemoracionista não pretendia enquadrar-se no domínio da fantasia.¹⁸⁰⁵ Em outros termos, Manoel Dantas evidenciava que seu discurso trataria do passado de maneira superficial, mas não ficcional.

Para Manoel Dantas, a comemoração do centenário da posse de Thomaz de Araújo considerava por um lado, a importância do fato em si e, por outro, a do indivíduo que o personificou.¹⁸⁰⁶ Isso significa dizer que a comemoração tratava da emergência do governo constitucional da antiga província e como esta foi possível a partir da personalidade do seu primeiro presidente. Consoante o orador, as divergências e o acirramento dos grupos políticos do Rio Grande do Norte, logo após a organização do Estado nacional, levou o governo imperial a nomear Thomaz de Araújo como o primeiro presidente da província. Segundo Manoel Dantas, tal nomeação foi devida à personalidade e ao caráter de Thomaz de Araújo, demonstrados na eleição anterior para a junta governativa da província, em meados de 1823. Dessa maneira, a personalidade do político seridoense garantiu que o governo do Império pudesse conferir ao Rio Grande do Norte o seu primeiro presidente de província. É, nesses termos, que o fato em si e o indivíduo estavam diretamente entrelaçados. Contudo, Thomaz de Araújo Pereira não é somente o primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte. Mais do que isso, ele é a evidência da determinação benéfica dos homens do *Seridó* nos negócios públicos do Rio Grande do Norte.¹⁸⁰⁷ Aqui encontra-se o elemento central do

¹⁸⁰³ Idem. p.175.

¹⁸⁰⁴ Idem. p.176.

¹⁸⁰⁵ Idem. p.175.

¹⁸⁰⁶ Idem. p.178.

¹⁸⁰⁷ Idem.

discurso de Manoel Dantas, qual seja, construir o lugar para o *Seridó* na elaboração da memória histórica do estado. Além disso, Thomaz de Araújo Pereira representava a constituição *sui generis* do povo seridoense.

Conforme Manoel Dantas, o núcleo de povoamento do *Seridó* foi um dos últimos a ser formado no Rio Grande do Norte. Como já mencionamos, o avô de Thomaz de Araújo Pereira teria sido um dos seus fundadores.¹⁸⁰⁸ Nesse processo de formação, os habitantes do *Seridó* teriam estabelecido um contato maior com a Paraíba e Pernambuco, o que redundou na adoção de hábitos mais pacíficos, desconhecendo as rivalidades da família que dariam origem ao *cangaceirismo*, segundo Manoel Dantas. O contato com as capitanias vizinhas possibilitou uma também certa cultura intelectual em relação às outras áreas do alto sertão. Manoel Dantas destaca a formação intelectual e liberal de alguns homens do sertão, especialmente, os padres, que se entrincheiraram nas revoluções.¹⁸⁰⁹ Conforme o orador oficial do Instituto, Thomaz de Araújo Pereira formara o seu caráter em contato com estes homens. Apesar de inculto, o primeiro presidente da província era um homem que tinha visão de instrução e de progresso: “Tal era o homem, a quem o Governo do Imperio confiou a primeira presidencia do Rio Grande do Norte.”¹⁸¹⁰

Depois de laurear a personalidade de Thomaz de Araújo Pereira, Manoel Dantas empenha-se em reabilitar a imagem do seu ancestral. A hesitação demonstrada por ele nas questões políticas relativas à província é explicada pela sua personalidade, isto é, pelo emprego do seu bom senso diante de um cenário político totalmente hostil, ao qual o Rio Grande do Norte encontrava-se.¹⁸¹¹ O malogro da administração do primeiro presidente apontado por Augusto Tavares de Lyra é ligeiramente justificado por Manoel Dantas pela própria dificuldade inerente à instabilidade política da província e pelo *modus operandi* com que geria o Rio Grande do Norte.¹⁸¹² Todavia, para o orador, o seu insucesso administrativo na presidência da província não apagara os atos sociais que realizara na zona do *Seridó*.¹⁸¹³ Ao contrário de Tavares de Lyra, Manoel Dantas concluía o seu discurso reforçando que Thomaz de Araújo, a despeito da falta de grandes feitos e importantes melhoramentos para a província, havia estabelecido um governo forte, másculo.¹⁸¹⁴ Ora, a caracterização do governo de Thomas de Araújo Pereira como sendo uma expressão da sua virilidade ou masculinidade

¹⁸⁰⁸ Idem.

¹⁸⁰⁹ Idem. p.182

¹⁸¹⁰ Idem.

¹⁸¹¹ Idem. p.184

¹⁸¹² Idem. p.185

¹⁸¹³ Idem. p.187

¹⁸¹⁴ Idem. p.193

demonstra o diálogo de Manoel Dantas com a produção discursiva em torno da figura do nordestino, tipo regional este que estava sendo gestado na década de 20.¹⁸¹⁵ Assim como os discursos elaborados nesse enredo do nordestino, Manoel Dantas constrói uma imagem da personalidade de Thomaz de Araújo Pereira a partir dos elementos que identificariam este tipo regional, apresentando-o como um homem imerso em uma sociabilidade tradicional e, acima de tudo, marcado pelos atributos masculinos. Thomaz de Araújo seria a encarnação da senilidade e da virilidade do homem público do Rio Grande do Norte, por essa razão que a leitura de sua postura pusilânime ou vacilante deveria ser desconstruída. Afinal de contas, o primeiro presidente da província representava o seridoense, expressão do tipo sertanejo.

Concluindo, a comemoração do centenário da posse de Thomaz de Araújo demonstra o interesse dos seridoenses em construir um lugar para região na memória histórica do Rio Grande do Norte. A ala seridoense do Instituto, formada pelos sócios: José Augusto, Manoel Dantas, Juvenal Lamartine, encamparam tal projeto. Os discursos comemoracionistas mostram o movimento de desconstrução da própria historiografia produzida pelo IHGRN no início do século XX, mais especificamente, ao texto de Tavares de Lyra sobre Thomaz de Araújo Pereira. Nos anos de 1920, ele encontrava-se longe das atividades do IHGRN. Tavares de Lyra nunca se manifestou quanto à reabilitação da imagem de Thomaz de Araújo Pereira. Não houve qualquer debate em torno da figura do primeiro presidente de província. Os políticos seridoenses puderam, sem mais problemas, construir sua versão sobre um dos seus personagens históricos. A comemoração organizada pelo IHGRN foi uma ótima oportunidade para realizar tal empreendimento, afinal, a Instituição possuía um outro *mecenas*, pela primeira vez, oriundo do sertão norte-rio-grandense.

6.7 – Comemorar o Império? a celebração do centenário de nascimento de Pedro II

Desde a sua fundação, como já sabemos, o IHGRN era formado por sócios comprometidos com a República. Havia republicanos de distintas vertentes dentro do Instituto, mas a maioria aproximava-se da ala mais liberal, sobretudo, devido à influência do chefe do PRRN, Pedro Velho, que, inicialmente, confessara seguir Silva Jardim, mas “acabou naturalmente convergindo para os moderados de Quintino Bocaiúva.”¹⁸¹⁶ Em torno do PRRN, formado basicamente pela família Albuquerque Maranhão e pelos correligionários

¹⁸¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª edição. São Paulo: Intermeios. 2013. p.207-209.

¹⁸¹⁶ BUENO, Almir de Carvalho. **Op. cit.** p.85.

pedrovelhistas, agregaram intelectuais e políticos que, entre outras coisas, posicionavam-se, contrariamente, ao regime monárquico. O artigo inicial do jornal *A República*, publicado em 1º de julho de 1889, escrito pelo próprio Pedro Velho refletia o tom assaz crítico à monarquia:

A República, órgão do partido nacional ou anti-monárquico nesta província, tem por missão essencial difundir e propagar as idéias que o seu título sintetiza. Entretanto, a batalha que, com as armas da razão, vamos empenhar contra a realeza corrompida e corruptora, não nos fará esquecer quais as necessidades e os males desta terra infeliz, para dizê-los sinceramente aos nossos comprovincianos. (...)

De todos os privilégios o mais humilhante, o mais pernicioso é a realeza hereditária e irresponsável; contra ela estremece em assomos da mais digna e justificada revolta a opinião cansada e desiludida; e, entre a dinastia e a nação, a escolha não é difícil, nem para hesitações. Pela pátria! Eis o nosso compromisso; para o comprometimento deste encargo temos um só recurso – dizer ao povo a verdade inteira, clara e honradamente. Isto havemos de fazer, custe o que custar.¹⁸¹⁷

O jornal *A República* foi criado por Pedro Velho com o intuito de difundir as ideias republicanas do PRRN. Desse modo, o jornal sintetizava os anseios e as concepções políticas do partido. Como podemos perceber no excerto acima, fica claro que um dos objetivos precípuos do PRRN era combater a *monarquia corrompida e corruptora*. Em grande medida, a insatisfação com relação ao Império dizia respeito ao seu suposto *descaso* em atender as necessidades e os males da terra infeliz. É importante salientar que no final do século XIX, muitas províncias do Norte do Brasil, como o Rio Grande do Norte, encontravam-se diante de uma crise econômica, gerada pela decadência das suas principais atividades econômicas, no caso, a produção do açúcar e do algodão. Esta crise afetava diretamente os negócios da própria família Albuquerque Maranhão. Ademais, o Rio Grande do Norte passava ainda pelos problemas ocasionados pela grande seca de 1877, a qual afligia outras províncias do Norte do Brasil. No final do século XIX, o problema da seca ocuparia a principal pauta reivindicativa dos políticos das províncias do Norte, tornando-se o tema central dos discursos regionais.¹⁸¹⁸ Em torno desse cenário de crise social, associada ao problema da seca, constrói-se uma imagem de uma região abandonada e marginalizada pelos poderes públicos.¹⁸¹⁹ Não é sem

¹⁸¹⁷ Pedro Velho *apud* Luís da Câmara Cascudo. **História da República no Rio Grande do Norte**: da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições da Val Ltda. 1965. p.107-108.

¹⁸¹⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.72.

¹⁸¹⁹ Quando falamos de região estamos nos referindo as províncias do Norte que, progressivamente, vão se unificando em torno do discurso da seca, como esclarece Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes

razão que em seu discurso de fundação do PRRN, pronunciado a 27 de janeiro de 1889, Pedro Velho tenha destacado o abandono da Monarquia em relação à realidade social do Rio Grande do Norte, como uma das justificativas para a defesa da instalação da República: “Tambem que cuidado pode dar aos poderes públicos este canto do Imperio?” Ele acrescenta: “A indiferença, a dobrez de seus representantes não tornam bem conhecidas as suas mais urgentes e palpitantes necessidades e o governo não há de incommodar-se por uma gente pobre e decahida de suas energias, que nem ao mesmo sabe pedir e reclamar.”¹⁸²⁰ Para Pedro Velho, o descaso e a *irresponsabilidade* da *realeza* para com o Rio Grande do Norte era um motivo suficiente para os norte-rio-grandenses lutarem contra o *ancien régime* e apoiarem a República. Obviamente que nessa crítica a pernicioso *realeza hereditária e irresponsável* havia o interesse por parte de Pedro Velho em colocar-se como uma *nova* liderança política no estado. Para ele, a República representaria uma oportunidade *ímpar* para a concretização do seu intento político, o que, de fato, ocorreu com a emergência do novo regime em 1889. Em torno de Pedro Velho e do PRRN, convergiram a maioria dos republicanos do estado, a qual compôs o primeiro quadro de sócios do IHGRN.

A despeito da convicção republicana dos seus membros, nas páginas das edições da revista do Instituto histórico norte-rio-grandense não aparecem, pelo menos nos seus vinte e cinco anos de existência, artigos que atacassem diretamente a Monarquia. No Rio Grande do Norte, o debate Monarquia *versus* República esteve mais presente nos editoriais dos jornais do final do século XIX.¹⁸²¹ Em grande medida, a imprensa foi o palco principal desses embates políticos e ideológicos. Em linhas gerais, a questão estava associada ao choque entre os opositores ao grupo ligado a Pedro Velho, os quais recebiam a alcunha de traidores da República, e aqueles que defendiam o líder do PRRN.¹⁸²² Adstrito a isso, a eclosão das revoltas Federalista e da Armada no final do século XIX, implicou em uma ameaça séria ao novo regime proclamado em 1889, levando muitos políticos e homens de letras a defenderem a República nos periódicos do estado.

Diferentemente da imprensa norte-rio-grandense nos últimos anos do século XIX, a revista do IHGRN não foi utilizada como um espaço para o debate político partidário. Isso não significa dizer que o elemento político estivesse ausente do Instituto. Sabemos que o

deste espaço sofredor. Aproxima os grandes proprietários da Zona da Mata dos comerciantes das cidades, e estes dos grandes produtores de algodão ou criadores de gado” Idem. p.72.

¹⁸²⁰ Pedro Velho *apud* João Lyra. Os republicanos do Rio Grande do Norte – Não discutam os predicados pessoas de Pedro II. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1925.

¹⁸²¹ Conferir: BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFURN, 2002.

¹⁸²² Idem. p.241.

interesse dos sócios por determinados acontecimentos da memória histórica norte-rio-grandense, sobretudo, aqueles ligados à tradição republicana, já demonstra uma escolha política. O que esteve ausente nas publicações da *RIHGRN* foi a disputa partidária e não a cultura política *per se*.

Inicialmente, a preocupação dos sócios do IHGRN voltava-se para questões de ordem interna, especialmente, o problema dos limites territoriais entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. As edições da *RIHGRN*, entre 1903 e 1927, mostram que os membros da agremiação estavam mais interessados na publicação de documentos referentes ao passado do Rio Grande do Norte e em construir a memória histórica norte-rio-grandense. Definitivamente, o embate entre os defensores do regime republicano e da monarquia não ocupou as páginas de sua revista. Isso não significa dizer que os sócios da agremiação estavam totalmente descomprometidos com a tradição republicana. Pelo contrário. Como vimos, as comemorações do centenário da revolução de 1817 e do nascimento de Miguelinho são exemplos de como a memória republicana foi bastante destacada pelos sócios da agremiação. Vimos também que o republicanismo foi colocado como grade de leitura para se pensar alguns acontecimentos históricos ocorridos no Rio Grande do Norte. Para todos os efeitos, o IHGRN era composto por defensores da República e interessados em legitimar a memória republicana *do e no* estado. Contudo, em 1925, a agremiação organizou os festejos comemorativos alusivos ao centenário do natalício de D. Pedro II. O que levou a Instituição formada por republicanos a comemorar a figura mais representativa do Império?

No final dos anos de 1910 e início da década de 1920, a memória imperial já não representava mais uma ameaça ao regime republicano.¹⁸²³ Nesse período, nenhum intelectual e/ou político cogitava a pertinência de uma restauração monárquica: “No Brasil de 1922, o Império era uma nostalgia, jamais um projeto.”¹⁸²⁴ A revogação do banimento da família imperial e a transladação dos restos mortais do imperador D. Pedro II e de Tereza Christina para o Brasil, ocorrido no início dos anos 20, significavam, concomitantemente, que a memória do *ancien régime* não representava mais risco algum e a República poderia, doravante, reintegrar o passado monárquico à memória nacional, “fortalecendo, simbolicamente o próprio ideário republicano.”¹⁸²⁵ Somente nesse período é que a República pôde reverenciar a figura do Imperador.¹⁸²⁶ Em grande medida, foi no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) que essa releitura da memória ocorreu. Isso se deu devido a crise política

¹⁸²³ RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Op. cit.**p.2.

¹⁸²⁴ ENDERS, Armelle. **Op. cit.** p.339.

¹⁸²⁵ SANDES, Noé Freire. **Op. cit.** p.193.

¹⁸²⁶ *Idem.* p.193.

que o país estava vivenciando nos anos de 1920. O uso político do passado, mais especificamente, do passado monárquico, por parte do governo foi uma forma de ressaltar a unidade e a solidariedade nacional. Na década de 1920, o passado esteve a serviço do poder.

Em 1922, a nação estava em festa, mas também em crise política. Desde o início do seu mandato, o presidente Epiácio Pessoa (1919-1922) tivera dificuldades em compor um governo de coalizção, o qual conseguisse articular os interesses políticos da maior parte das grandes oligarquias estaduais, especialmente, daquelas sob os quais havia dado sustentação a sua candidatura, tais como: Minas Gerais e Rio Grande do Sul.¹⁸²⁷ Segundo Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, antes mesmo da tomada de posse do novo presidente, as elites políticas dominantes, oriundas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pleiteavam uma posição hegemônica em relação ao governo que se iniciava, o qual se anunciava frágil e dependente.¹⁸²⁸

Assim como em outros momentos da Primeira República, o jogo de composição política tornou-se uma empresa dificultosa para o presidente eleito. A divisão política nas bases de sustentação do governo Epiácio Pessoa, logo de início, ocorrida pela disputa em torno do nome para o presidente da Câmara, já prenunciavam as dificuldades que o presidente iria ter ao longo da sua administração.¹⁸²⁹ Além disso, a articulação em torno dos ministérios contribuiu também para o desgaste político do neófito governo do presidente Epiácio Pessoa. Dessa vez, a problemática política não pairava sobre o conflito de interesses entre os três estados da federação: São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, uma vez que todos haviam sido contemplados com a escolha para a composição ministerial da presidência, mas sim do choque com os militares.¹⁸³⁰ Epiácio Pessoa havia escolhido civis para comporem as pastas militares, o que acarretou o descontentamento desse setor em relação ao novo presidente.¹⁸³¹ Não é por acaso, a onda de sublevações militares ocorridas em vários estados do país no início dos anos 20, promovidas por alguns setores mais radicalizados das forças armadas, muitos destes, descontentes com o governo de Epiácio Pessoa em particular e com o sistema

¹⁸²⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op. cit.** p.257.

¹⁸²⁸ Idem.

¹⁸²⁹ Com o falecimento do até então presidente da Câmara, Sabino Barroso, em 1919, abriu-se a oportunidade de disputa pelo poder das grandes oligarquias no Congresso. São Paulo e Minas Gerais apoiaram a candidatura do mineiro, Astolfo Dutra, o qual não teve apoio nem dos grupos do Rio Grande do Sul e da Bahia: “Ao tomar conhecimento das disputas em curso, Epiácio Pessoa posicionou-se a favor dos gaúchos, deixando claro ao lado de quais parceiros preferia governar.” A despeito do apoio do presidente eleito, o bloco do Rio Grande do Sul e dos seus aliados não conseguiu conter a vitória de Astolfo Dutra, o que levou ao arrefecimento das dissidências no interior do governo de Epiácio. Idem. p.258-259.

¹⁸³⁰ CARONE, Edgard. **A República Venha II: evolução política (1889-1930)**. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1977. p.335

¹⁸³¹ Idem.

político como um todo.¹⁸³² Ademais, a intervenção do governo federal sobre o mercado financeiro, prejudicando os interesses econômicos ligados aos produtores de café e dos grupos políticos a eles associados e os vetos presidenciais a algumas medidas advindas do legislativo com o intuito de estancar a crise econômica e política, desencadeou uma série de críticas à gestão do presidente, levando a um impasse sem solução.¹⁸³³ Adstrito às manifestações dos militares e de alguns setores políticos dos estados de primeira grandeza, grupos operários organizaram algumas greves nas principais concentrações urbanas do país entre 1919 e 1921, impulsionadas, em grande medida, pela deterioração econômica e social, oriunda da crise de 1920.¹⁸³⁴ A experiência grevista da classe trabalhadora urbana contribuiu também para a desestabilização do governo.

É preciso assinalar ainda outro elemento, talvez, o mais desestabilizador e o mais grave de todas as crises políticas surgidas até então: a sucessão presidencial de 1922.¹⁸³⁵ Conforme Marieta de Moraes Ferreira, a sucessão de Epiácio Pessoa revestiu-se de um caráter peculiar, tendo em vista que, pela primeira vez, o confronto entre os *estados de primeira e segunda grandeza* se colocou nitidamente numa disputa sucessória, “revelando tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro.”¹⁸³⁶ Iniciada no primeiro semestre de 1921, as disputas em torno da sucessão presidencial abriram espaço para a constituição da chamada *Reação Republicana*, um bloco político formado pelos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, cujo intento era construir um eixo alternativo de poder.¹⁸³⁷ Opondo-se a aliança formada por Minas Gerais e São Paulo, que lançara oficialmente as candidaturas de Artur Bernardes e Urbano Santos para presidente e vice-presidente da República, respectivamente, os estados de *segunda grandeza* apoiaram as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra. Inconformados com a imposição do candidato situacionista, os estados de *segunda grandeza* buscavam construir uma alternativa ao eixo político e não uma ruptura com o modelo oligárquico vigente. A rigor, a *Reação Republicana* significou uma tentativa de

¹⁸³² No Rio de Janeiro, por exemplo, ocorreu um levante no forte de Copacabana em julho de 1922, promovido, em sua grande maioria, pela baixa oficialidade do exército. Idem. p. 365.

¹⁸³³ Idem. p.338.

¹⁸³⁴ Idem. p.348.

¹⁸³⁵ Idem.

¹⁸³⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. Um eixo alternativo de poder. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na velha província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. 241.

¹⁸³⁷ Idem.

ampliar a participação das chamadas oligarquias dissidentes no jogo do federalismo brasileiro do período.¹⁸³⁸

Lançada as duas candidaturas, a configuração do cenário político apontava para uma eleição disputada. O certame foi marcado pelo acirramento das tensões de ambos lados que acusavam uma a outra de ter cometido fraudes.¹⁸³⁹ Apesar das reclamações por parte da chapa Nilo-J.J. Seabra, mais uma vez, o grupo situacionista saíra vencedor. Todavia, a vitória de Artur Bernardes não representou uma solução pacífica. Pelo contrário, não conformados com o resultado, os dissidentes sugeriram a criação de um *Tribunal de honra*, o qual transformou-se em projeto de lei apresentado ao Parlamento.¹⁸⁴⁰ Em termos práticos, haveria uma recontagem dos votos, o que, de início, desagradou as forças vitoriosas do pleito: “A ideia era de se criar uma comissão extra-parlamentar para análise de todo o processo eleitoral, o que alarmava os líderes bernardistas.”¹⁸⁴¹ Durante esse processo, o país mergulhava em uma crise política sem um horizonte de solução bem definido.

Em meio ao cenário de tensão política que percorreu o início da década de 1920, especialmente, o ano de 1922, o Brasil passara ainda por uma experiência transformadora no campo intelectual, sobretudo, no que diz respeito à reflexão em torno do nacional. Alguns elementos identitários até então constituídos nas décadas finais do século XIX apresentavam sintomas de crise nos anos de 1920, abalados, sobretudo, pelos novos referenciais de nacionalidade surgidos, em grande medida, logo após a Primeira Guerra Mundial.

No final da década de 1910 e durante os anos de 1920, vários intelectuais procuraram criar um ideário nacional e cívico baseado em um culto a uma tradição passada ou se esforçaram na elaboração de uma nova tradição.¹⁸⁴² Uma tradição voltada cada vez menos para a valorização dos referenciais da cultura europeia, em contrapartida, comprometida em se pensar o Brasil pela via do nacionalismo.¹⁸⁴³ Novas interpretações acerca dos elementos constituintes da formação étnica e cultural da nação estiveram no centro do debate de vários grupos de letrados brasileiros no início dos anos de 1920. Não é por acaso que numerosos

¹⁸³⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; v.1). p.395

¹⁸³⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Op. cit.** p.277.

¹⁸⁴⁰ Idem.

¹⁸⁴¹ Idem.

¹⁸⁴² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p.81; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p.185.

¹⁸⁴³ VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; - v.1). p.371-372

movimentos *modernistas*, emergidos em lugares diferentes do país, buscaram definir os contornos da brasilidade a partir de uma multiplicidade de referenciais espaciais e temporais.¹⁸⁴⁴ Longe de ser homogênea, a percepção do que seria a verdadeira nacionalidade e os elementos de sua tradição suscitaram na década de 1920, vários projetos identitários concorrentes que vão desde os movimentos modernistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, passando pelo regionalismo tradicionalista do Recife.¹⁸⁴⁵ No bojo dos debates dos diferentes projetos de invenção da nação na década de 1920, houve também um processo de recomposição da memória nacional, dessa vez, não mais alheia aos legados da tradição monárquica.

No início do novo regime, alguns homens de letras de vertentes republicanas mais radicais interpretaram a formação da nacionalidade, buscando romper com o passado português corporificado na Monarquia.¹⁸⁴⁶ Logo nos primeiros anos da República, evitava-se o emprego de dados referenciais simbólicos que evocavam o passado monárquico do país. A questão era urgente: fazia-se necessário construir uma nova interpretação da memória nacional associando-a aos valores republicanos, “cuja finalidade era atingir o imaginário popular.”¹⁸⁴⁷ Contudo, no início da década de 1920, quando a República encontrava-se consolidada, mas em crise, distante de uma ameaça real a sua legitimidade política, é que “já se podia avançar em direção ao passado em busca de uma mística capaz de congregar os homens em torno da nacionalidade.”¹⁸⁴⁸ Inclusive, é nesse período que se deu a transladação e o sepultamento em território nacional dos despojos de D. Pedro II e de sua esposa, Teresa Christina, depois de uma ampla campanha capitaneada pelos sócios do IHGB, desde o início do século XX.¹⁸⁴⁹ De acordo Lucia Maria Paschoal Guimarães, a repatriação dos corpos do monarca e de sua esposa em 1921, “abria caminho para conciliar a República com o Império.”¹⁸⁵⁰ A Independência do Brasil e algumas figuras de proa do passado monárquico, especialmente, José Bonifácio e D. Pedro II, foram integralizados à memória nacional.

Na década de 1920, a República apropriou-se da memória monárquica como fórmula necessária ao revigoramento do próprio regime, incorporando-a à formação da

¹⁸⁴⁴ Idem. p.308.

¹⁸⁴⁵ Conferir: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009. p.100-108.

¹⁸⁴⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: editora Brasiliense. 1990. p.191.

¹⁸⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Op. cit.** p.10.

¹⁸⁴⁸ Idem. p.203.

¹⁸⁴⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.164.

¹⁸⁵⁰ Idem. p.168.

nacionalidade.¹⁸⁵¹ Como vimos, no limiar dos anos de 1920 a experiência política da República já dava sinais de desgaste. Durante o governo de Epitácio Pessoa, o país estava fragmentado e cercado por levantes militares que ameaçam a ordem política. Em dias turbulentos, revigorar o passado e reconstruir a memória nacional significava um convite ao desarme político.¹⁸⁵² As imagens associadas ao passado monárquico, como o centralismo e a unidade nacional, passaram a ser fonte de tradição a ser buscada nos mais variados momentos da experiência histórica republicana do país, sobretudo, nos anos de 1920.¹⁸⁵³ A comemoração do centenário da Independência do Brasil em 1922 era uma grande oportunidade para reforçar esse legado da experiência imperial: “foi nesse contexto que os festejos comemorativos alcançaram grande força simbólica, recolocando em cena a herança monárquica.”¹⁸⁵⁴ Destacá-la serviu para revisitar o passado “em nome da concórdia e da pacificação do país.”¹⁸⁵⁵ Não é sem razão que Epitácio Pessoa foi um dos maiores entusiastas da celebração dos cem anos da nação.

O passado monárquico, evocado nas diversas programações promovidas na ocasião da comemoração do centenário da Independência em 1922, foi um agenciamento importante para reforçar a ideia da centralidade política e da unidade nacional, elementos estes tão indispensáveis para a nação naquele momento histórico. A comemoração dos cem anos da Independência figurou-se como um claro exercício do uso político da memória. Todavia, esse processo de apropriação do passado monárquico com fins políticos, não se encerrou com as celebrações em 1922, estendeu-se até o ano de 1925, quando se comemorou o centenário de nascimento de D. Pedro II.¹⁸⁵⁶

Em 1922, a figura do Imperador foi reconduzida oficialmente a condição de herói nacional. Na ocasião do centenário da emancipação do Brasil, D. Pedro II foi muito celebrado, juntamente com várias outras celebridades do Império.¹⁸⁵⁷ Nesse sentido, a comemoração do centenário de 1925 foi compreendida como uma continuidade dos festejos do centenário da Independência do Brasil. A homenagem ao Imperador era parte integrante do processo da integração da memória monárquica. Conforme Lúcia Paschoal Guimarães, a memória de D. Pedro II passou a adquirir uma nova vitalidade, à medida que a mergulhava na

¹⁸⁵¹ SANDES, Noé Freire. **Op. cit.** p.15.

¹⁸⁵² *Idem.* p.193.

¹⁸⁵³ *Idem.* p.215.

¹⁸⁵⁴ *Idem.* p.219.

¹⁸⁵⁵ *Idem.*

¹⁸⁵⁶ *Idem.*

¹⁸⁵⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos** São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p.748.

crise política que desembocou com o golpe de 1930.¹⁸⁵⁸ Vale lembrar que em 1924, o país assistiu, novamente, um manifesto dos líderes da segunda revolta tenentista, ocorrida em São Paulo, o que forneceu um forte indicador de insatisfação para com a República e de reavaliação positiva do Império.¹⁸⁵⁹ Somado a revolta em São Paulo, em outros estados eclodiram outras sedições tanto militares como civis, o que levou ao presidente, Artur Bernardes (1922-1926) a governar, praticamente, sob a declaração de frequentes declarações de estado de sítio.¹⁸⁶⁰

As crises políticas que assolaram o país entre 1919 a 1922, não cessaram com o governo de Arthur Bernardes. Mais uma vez, a República estava sendo implodida em seu próprio interior. Nada mais apropriado de que legitimá-la, revigorá-la, reforçando dadas imagens tão importantes simbolicamente, como a unidade e a solidariedade nacional. Tais imagens estavam associadas ao passado monárquico que foi, novamente, usado como instrumento político. Em face de um cenário totalmente imerso em uma crise política da República, a celebração dos cem anos do natalício do monarca, assim como a comemoração do centenário da Independência do Brasil, fez parte do processo de recomposição da memória nacional a qual esteve diretamente associada ao uso político do passado.

Não faltou esforço político e intelectual para comemorar o centenário do nascimento do Imperador. Em julho de 1925, o deputado Wanderley de Pinho apresentava à Comissão de finanças da Câmara dos deputados um projeto para homenagear os cem anos do nascimento de D. Pedro II.¹⁸⁶¹ Dentre outras requisições, o projeto pleiteava: a realização de uma festa nacional no dia 2 de dezembro de 1925, consagrada à comemoração do centenário natalício do Imperador; o patrocínio do poder executivo para providenciar a construção de um mausoléu em Petrópolis, destinado a recolher os restos mortais de D. Pedro II e sua família, o qual deveria ser inaugurado no dia 2 de dezembro de 1925; a autorização do governo federal para contribuir para a subscrição nacional promovida pelo IHGB, destinada à construção de um monumento ao monarca erguida em uma das praças públicas do Rio de Janeiro.¹⁸⁶² O projeto de Wanderley de Pinho não agradou alguns parlamentares da Câmara. Ranulfo

¹⁸⁵⁸ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.174.

¹⁸⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. 3º ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006. p. X.

¹⁸⁶⁰ Conferir: CARONE, Edgard. **A República Velha II: Evolução política (1889-1930)**. 3ªed. São Paulo: Difel. 1977. p.372-391.

¹⁸⁶¹ Em comemorando o centenario do nascimento de Pedro II. In: **Correio da manhã**. Rio de Janeiro. 18 de julho de 1925.

¹⁸⁶² O projeto incluía ainda: a denominação da Estrada de Ferro Central do Brasil para Dom Pedro II; a emissão de selos postais dos valores de duzentos réis e outros, com a efígie de D. Pedro II; e a concessão do poder executivo nacional liberar créditos para a organização de outras homenagens oficiais a memória de D. Pedro II. Idem.

Bocaiúva Cunha, Simões de Lopes e Joaquim de Mello consideraram o projeto de Wanderley de Pinho uma provocação monarquista.¹⁸⁶³ O debate em torno do projeto foi acirrado. A imagem em torno de D. Pedro II ainda causava desconforto para a ala republicana mais ortodoxa. Não é sem razão que o projeto de Wanderley de Pinho não tenha sido aprovado. Mesmo assim, o presidente Arthur Bernardes decretou feriado nacional no dia 2 de dezembro de 1925 em homenagem aos cem anos do natalício de D. Pedro II.¹⁸⁶⁴

Como de praxe, o IHGB foi a principal instituição promotora do festejo. A razão era óbvia: desde os primeiros anos de sua fundação, a instituição colocava-se debaixo da imediata proteção do Imperador. Homenageá-lo, portanto, era uma forma de reconhecer esse vínculo visceral. Três anos antes do centenário do natalício, mais precisamente, na sessão de 21 de abril de 1922, o secretário da agremiação, Max Fleiüss lembrava aos seus consócios da necessidade do IHGB de homenagear o seu protetor, comemorando os cem anos do seu nascimento.¹⁸⁶⁵ O secretário sugeria a delegação de uma comissão para organizar os festejos do centenário, bem como a elaboração de uma biografia do Imperador.¹⁸⁶⁶ A proposta de Max Fleiüss foi aprovada no mesmo dia, porém, a comissão só foi nomeada em janeiro de 1923.¹⁸⁶⁷ Composta por Ramiz Galvão, Tavares de Lyra, Max Fleiüss, Agenor de Roure, Alfredo Valladão, Augusto Olympio Viveiros de Castro, Aurelino Leal, Laudelino Freire e Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, a comissão lançara as bases do programa comemorativo do IHGB, o qual compreendia uma série de atividades, quais sejam: a realização de uma sessão solene na agremiação com pronunciamento de vários discursos laudatórios em homenagem ao Imperador; a celebração de uma missa campal na Quinta da Boa Vista, local onde seria também inaugurada de uma estátua de D. Pedro II; e a composição de uma série de artigos, visando a produção de uma biografia do Imperador.¹⁸⁶⁸ A comissão planejava, ainda, que o IHGB se dirigisse à presidência da República, pedindo que fosse construído um mausoléu em que deveria ser recolhido os restos mortais dos membros da família imperial, além de apelar aos poderes públicos para que se decretassem homenagens

¹⁸⁶³ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. 3º ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006. p. XI e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.756.

¹⁸⁶⁴ DECRETO Nº17. 125, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1925. In: **Diário oficial – Estados Unidos do Brasil**. Anno LXIV. N.283. 2 de dezembro de 1925. Seção 1. p.1.

¹⁸⁶⁵ PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA A 21 DE ABRIL 1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 92. Volume 146. 1922. p.388

¹⁸⁶⁶ Idem.

¹⁸⁶⁷ SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 97. Volume 151.1925. p.347.

¹⁸⁶⁸ Idem. p.350.

especiais à memória do “venerando e benemérito brasileiro” no centenário do seu natalício e aos governos de todos os estados para darem o seu nome a um dos grupos escolares de suas respectivas capitais.¹⁸⁶⁹

Em relação à biografia, o IHGB já havia planejado escrever um trabalho histórico e biográfico sobre D. Pedro II, desde a ocasião do seu falecimento em 1891, o que não ocorreu.¹⁸⁷⁰ Ironicamente, o relator da comissão, Augusto Tavares de Lyra, que no início de sua vida intelectual era um árduo crítico da Monarquia, ficou responsável pela elaboração do plano da biografia do Imperador. É válido destacar que, nesse período, vários letrados republicanos, como Tavares de Lyra, mantiveram sua postura política contrária ao regime monárquico, sem, no entanto, deixar de reconhecer a contribuição do Império para a manutenção territorial do país e destacar a figura de bom administrador e estadista de D. Pedro II.¹⁸⁷¹

O plano biográfico elaborado por Tavares de Lyra compreendia oito capítulos que tratavam desde o período da infância do Imperador até o seu exílio e morte. Havia, claramente, uma perspectiva cronológica e linear de sua trajetória de vida. Contudo, destacava-se também outros acontecimentos que não estavam, necessariamente, vinculados à biografia do Imperador, como por exemplo, a abdicação do seu pai, ocorrida em 1831. Na verdade, os capítulos da obra que tomou como título *Contribuições à biografia de d. Pedro II*, publicada como tomo especial em 1925,¹⁸⁷² enfocava mais a trajetória política do Estado imperial do que, propriamente, a história de vida do Imperador.¹⁸⁷³ No mesmo, o IHGB lançava a segunda edição de sua revista, dedicada aos cem anos do nascimento de D. Pedro II, revisada e coordenada por João Pandiá Calógeras, o qual congregou vários artigos escritos por *vultos eminentes* da nação, publicados na imprensa da capital e de São Paulo.¹⁸⁷⁴ Em linhas gerais, os artigos dedicavam-se a apresentar vários aspectos da trajetória da vida pública de D. Pedro II, alguns, inclusive, tratando da sua contribuição na preparação do governo republicano no Brasil, além de ressaltar importância do Império para a construção da unidade

¹⁸⁶⁹ Idem.

¹⁸⁷⁰ SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 7 DE DEZEMBRO DE 1891. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 54. Parte II. 1891. p.302.

¹⁸⁷¹ Conferir: LYRA, Augusto Tavares de. A phase inicial do reinado e a acção individual do Imperador. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 97. Vol.152. Rio de Janeiro, 1925. p.244-249.

¹⁸⁷² Infelizmente, não tivemos acesso à obra.

¹⁸⁷³ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. cit.** 175.

¹⁸⁷⁴ **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 98. Vol.152. Rio de Janeiro, 1925.

territorial da nação.¹⁸⁷⁵ É claro que nem todos os artigos da imprensa brasileira eram entusiastas da homenagem ao Imperador.

Em um artigo publicado no jornal *O Paiz*, no dia 1 de dezembro de 1925, intitulado *Glorificações monarchicas*, Lindolfo Collor, jornalista republicano, atacava severamente o regime monárquico e a figura de D. Pedro II. O letrado gaúcho era totalmente contrário o gesto da República de glorificar a Monarquia.¹⁸⁷⁶ Para ele, tal postura era inadmissível, tendo em vista que o regime monárquico não se coadunava com a índole democrática do povo brasileiro. A República e a Monarquia não representariam um elo de continuidade, pelo contrário, representariam momentos distintos da história do país, de um lado um Brasil dinâmico, republicano, e de outro uma nação estagnada sob o reinado de Pedro II.¹⁸⁷⁷ Lindolfo Collor não negava as boas intenções do segundo Imperador para com o país ou a sua boa índole, porém, recusava a defender o seu status de um grande estadista. Nesse sentido, pedir a República para que comemorasse o centenário do seu nascimento era um absurdo, já que Pedro II sintetizava uma forma retrógrada de governo e que, ademais, estava longe de ser um verdadeiro estadista: “esse é, a meu modesto ver um disparate que o Congresso Nacional não poderia sancionar.”¹⁸⁷⁸ Para Lindolfo Collor, comemorar o Imperador era a mesma coisa que homenagear o passado retrógrado e estagnado do Brasil monárquico: “Republicanos, não podemos, não devemos oficialmente tributar homenagens á monarchia.”¹⁸⁷⁹ Apesar de alguns homens de letras se posicionarem contrariamente a comemoração do centenário de nascimento de D. Pedro II, a maior parte dos artigos publicados nos jornais no dia 2 de dezembro de 1925, considerava a celebração uma manifestação de gratidão dos brasileiros para com o suposto estadista do Império.

Em 1925, o IHGB comemorava com entusiasmo o centenário do seu protetor. A instituição foi uma das grandes responsáveis pela reabilitação da imagem do Imperador. A concretização da comemoração dos seus cem anos representou mais uma conquista do IHGB, pois “com as bênçãos da República, Sua Majestade incorporava-se, definitivamente, ao panteão cívico da Nação.”¹⁸⁸⁰ O IHGB foi a principal instituição idealizadora das duas grandes comemorações que integraram a memória monárquica à memória republicana. Com o

¹⁸⁷⁵ Foram publicados mais de cem anos artigos. Entendemos que a análise da relação entre imprensa e a comemoração do centenário do nascimento de D. Pedro II mereça um trabalho mais pormenorizado.

¹⁸⁷⁶ COLLOR, Lindolfo. *Glorificações monarchicas*. **O Paiz**. Rio de Janeiro. 1 de dezembro de 1925.

¹⁸⁷⁷ *Idem*.

¹⁸⁷⁸ *Idem*.

¹⁸⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁸⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Op. cit.** p.179.

processo de recomposição da memória nacional nos anos 20, criava-se um novo *panteão* de heróis, concomitantemente, monárquicos e republicanos.

Definitivamente integrados à memória da nação na década de 20, a Monarquia e Imperador puderam ser comemorados em vários lugares do país. Como vimos em páginas anteriores, no Rio Grande do Norte as celebrações ficaram por conta dos sócios do IHGRN. Apesar de republicanos, os sócios do IHGRN não fizeram nenhuma objeção em comemorar à memória do Imperador. Pelo contrário, os membros deliberaram que a instituição deveria associar-se as homenagens que estavam ocorrendo no restante do país e também no próprio estado.¹⁸⁸¹

Com o escopo de comemorar os cem anos do nascimento de D. Pedro II, o IHGRN organizou o programa festivo, o qual foram promovidas duas atividades: a celebração de uma missa campal e a sessão solene de inauguração do monumento na praça D. Pedro II.¹⁸⁸² Para a realização dessas atividades, os membros da agremiação contaram com o apoio do governo do estado e da intendência municipal de Natal, bem como do bispo da diocese da capital, no que tange à celebração da missa.

Em relação ao monumento, o próprio Instituto desenvolveu a ideia de sua criação. Os membros acordaram que o monumento deveria conter um busto do falecido Imperador, em bronze, colocado em um pedestal na antiga praça *24 de Maio*.¹⁸⁸³ Para isso, os membros do Instituto recorreram aos recursos financeiros advindos do governo do estado, responsável pela construção do monumento, e da intendência do município de Natal que através da Resolução nº267, de 23 de junho de 1925, tratou de mudar o nome da antiga *praça 24 de maio* para *praça Pedro II* em homenagem ao imperador, além de restaurá-la, aformoseando-a.¹⁸⁸⁴ O monumento erigido em consagração a D. Pedro II – composto apenas por um busto e uma insígnia “Que Deus faça feliz o meu Brasil” – e a praça com o seu nome representaram a materialização da memória monárquica no espaço público da capital do estado.

¹⁸⁸¹ACTA DA 353ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925. p.287. Também houve comemoração no Atheneu Norte-rio-grandense, escola criada durante o Império e na Escola Normal. Outras instituições participaram igualmente dos festejos comemorativos, tais como: Congregação Mariana dos moços e a Universidade Popular.

¹⁸⁸² Pedro II. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925. p.200

¹⁸⁸³ ACTA DA 353ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925. p.287

¹⁸⁸⁴ Pedro II. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925. p.201

Na ocasião da inauguração do monumento, realizada no dia 2 de dezembro de 1925, Nestor dos Santos Lima, agora orador oficial do IHGRN, pronunciou um discurso laudatório em favor do *velho monarca*.¹⁸⁸⁵ Diante de um auditório composto por autoridades políticas e religiosas do estado e do município de Natal, Nestor Lima tratou de alertá-los que a comemoração dos cem anos do nascimento do Imperador era uma forma de saldar uma dívida de gratidão.¹⁸⁸⁶ Assim como nas demais celebrações, a comemoração é considerada como uma espécie de justiça para com o passado, o qual o presente devia render um tributo, no caso, o próprio ato de rememoração. Mais uma vez, a comemoração aparece como um dever de memória: “Celebrando, de modo tão brilhante, o centenario de Pedro II, queremos dar o mais solenne testemunho de que elle não morreu, nem será jamais esquecido, para a memoria agradecida dos seus compatriotas.”¹⁸⁸⁷ Com efeito, a rememoração, proporcionada pela comemoração, é pensada como um expediente que torna o passado algo que deve ser, ao mesmo tempo, homenageado e imortalizado pelos compatriotas do presente.

Nestor Lima tratou ainda de alertar os seus ouvintes que o seu discurso é legítimo e coerente, porque é proferido por alguém que se coloca plenamente imparcial, insuspeito de falar do Imperador já que é um republicano convicto: “não temos saudades da Monarchia, somos republicanos por indole e por educação; amamos a regimen essencial das liberdades e vivemos assás felizes e contentes na democracia.”¹⁸⁸⁸ O gesto de Nestor Lima é de distinguir a homenagem à figura de D. Pedro II da defesa do regime monárquico. Imperador e Império são colocados de maneiras separadas. Como já mencionamos, essa distinção era bastante comum entre os letrados republicanos, pelo menos os menos radicais.

Em um pequeno texto, intitulado *Os republicanos do Rio Grande do Norte – Não discutam os predicados pessoas de Pedro II*, publicado pelo *Jornal do Brasil* em 2 de dezembro de 1925, o senador João Lyra, irmão de Tavares de Lyra, lembrava aos seus correligionários norte-rio-grandenses que o ex-líder e fundador do PRRN, Pedro Velho, apesar de criticar, veementemente, a Monarquia, nunca havia atacado os predicados do *ilustre monarca*.¹⁸⁸⁹ A menção à figura de Pedro Velho, considerado pelos republicanos do estado como o maior representante histórico do republicanismo oficial do Rio Grande do Norte, foi utilizada por João Lyra como um argumento de autoridade para convencer os norte-rio-

¹⁸⁸⁵ Idem.

¹⁸⁸⁶ LIMA, Nestor. O perfil do Imperador. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925. 1925. p.213

¹⁸⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸⁸ Idem. p.213-214.

¹⁸⁸⁹ LYRA, João. Os republicanos do Rio Grande do Norte – Não discutam os predicados pessoas de Pedro II. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1925

grandenses da distinção que deveria ser feita entre o monarca e a Monarquia. Assim como muitos outros homens de letras, considerava que a homenagem a D. Pedro II não caracterizaria uma postura desertora ou uma benevolência com relação ao regime monárquico, mas sim um reconhecimento dos predicados do Imperador. Parece que essa postura de distinção entre o monarca e o Império foi seguida pela maior parte dos republicanos norte-rio-grandenses, dentre eles, Nestor Lima.

Diferentemente do artigo de Lindolfo Collor, o qual compreendia ser um paradoxo a República glorificar o Império, para o orador oficial do IHGRN, a comemoração do natalício do *velho monarca* era uma oportunidade do regime republicano de manifestar a sua gratidão não ao *ancien régime*, mas sim ao Imperador.¹⁸⁹⁰ Conforme Nestor Lima, a razão da homenagem e da gratidão nacional era justificada pelos grandes serviços prestados pelo chefe da nação, desde a elevação do Brasil como potência à proteção das letras e as artes do país.¹⁸⁹¹ Segundo Nestor Lima, D. Pedro II, era a encarnação da inteligência do Brasil, um estadista comprometido com todos os aspectos da atividade nacional, seja intelectual, artística ou econômica, impulsionando-as, estimulando-os: “É tão forte sadia e ponderada foi a sua actuação no ambiente moral, politico e mental de sua Patria, que se deve dizer que elle foi a encarnação viva e intelligente do Brasil do seu tempo.”¹⁸⁹² Para Nestor Lima, o repertório dos serviços prestados pelo monarca à nação era bastante vasto. Todavia, a obra do Imperador também incluía o Rio Grande do Norte. Sua grande realização consistia na resolução do problema das secas, uma questão que dizia respeito também aos estados do Nordeste como um todo:

Particularmente, para nós, que vivemos á mercê da inclemencia das estiagens, para nós que habitamos esta nesga deflagrada do sólo do nordeste, avulta, neste dia, a personalidade do Imperador Magnanimo, a quem hoje rendemos os preitos da nossa gratidão.

Era, no triennio maldito de 1877 a 1879, quando uma secca medonha talava os nossos campos, matava as nossa creações e ceifava milhares de existências uteis; a miséria invadia todos os lares e a morte campeava por todos os recantos, do nosso << habitat >>.

A um augustioso appello das victimas da secca, appello que partira do âmago das consciencias e traduzia o mais profundo aneio dos corações lacerados, elle, o nobre Imperador, tangido de piedade e varado de angustias pela sorte dos seus compatriotas, acudiu pressuroso á supplica dos infelizes flagellados, mandando que se << empenhassem até as joias da Corôa, comtanto que se salvassem as victimas da secca >>.¹⁸⁹³

¹⁸⁹⁰ LIMA, Nestor dos Santos. **Op. cit.** p.215.

¹⁸⁹¹ Idem. p.216.

¹⁸⁹² Idem. p.219.

¹⁸⁹³ Idem. p.216-217.

Fica claro, nesse trecho do discurso de Nestor Lima, que o principal objeto de gratidão dos *nordestinos* deu-se pelo gesto do Imperador de dispensar auxílios financeiros para amenizar o problema da seca de 1877-1879. É interessante notar que, diferentemente, do discurso de Pedro Velho, na ocasião da fundação do PRRN, o qual atacava o descaso do governo imperial em relação ao problema geral da seca, ressalta-se aí justamente o oposto. D. Pedro II é colocado como “o grande amigo do Nordeste brasileiro.”¹⁸⁹⁴ Nesse caso, não se menciona o descaso do regime monárquico frente ao problema da seca, como fizera Pedro Velho, mas exalta-se a atitude do Imperador. É por esse motivo e pelos outros serviços prestados à nação que, para Nestor Lima, o *pequenino Rio Grande do Norte* estava rendendo homenagens aos cem anos do *saudoso monarca*.¹⁸⁹⁵ A inauguração do monumento na praça renomeada com o seu nome era uma demonstração da gratidão dos norte-rio-grandenses para com o Imperador e um gesto de recordar “por seculos em fóra, a sua proverbial magnanimidade.”¹⁸⁹⁶

Como já foi sobejamento afirmado, para os sócios do IHGRN, notadamente, republicanos, a celebração dos cem anos do natalício do *velho monarca* não era uma questão de comemorar o Império, mas sim D. Pedro II. A comemoração não representou uma deserção ao regime republicano, mas uma oportunidade de manifestar a gratidão aos serviços prestados pelo Imperador à *Pátria* e, em especial, ao Rio Grande do Norte. Tal empresa só pôde ser possível devido ao processo de recomposição da memória nacional no final 10 e começo dos anos 20. Nesse momento, a figura do Imperador foi reabilitada e só, então, o IHGRN pôde prestar-lhe homenagens, integrando-se ao conjunto geral das celebrações ocorridas em vários estados brasileiros. Gratos ao Imperador, o IHGRN cumpria o seu dever de memória.

A organização e a realização das comemorações reforçaram o papel do IHGRN na promoção e na elaboração de uma memória histórica norte-rio-grandense. O Instituto pôs em prática o interesse das autoridades públicas em formular e consolidar uma memória republicana *no* e *do* estado. O IHGRN esteve diretamente comprometido com esse processo de construção da memória.

¹⁸⁹⁴ Idem. p.220.

¹⁸⁹⁵ Idem. p.216-217.

¹⁸⁹⁶ Idem.

Como vimos, as *datas históricas* do calendário cívico foram comemoradas a partir da intervenção intelectual dos sócios do IHGRN. A organização das comemorações evidencia, ao mesmo tempo, o interesse do sodalício em construir um conjunto de significados e uma rede de símbolos que legitimasse os usos políticos do passado, afinal de contas, fazia-se necessário instituir e assentar uma memória republicana, e fazer do passado comemorado um dever de memória, um imperativo para evitar o esquecimento. É o dever de memória o motivo pelo qual os integrantes do IHGRN conferiram à o papel de agenciadora das consideradas principais datas comemorativas do estado e da nação.

Em linhas gerais, as comemorações organizadas pelos sócios do IHGRN, ao longo dos seus 25 anos, se fizeram a partir do imperativo do dever de memória. Comemorava-se para rememorar os acontecimentos e/ou os personagens históricos que haviam contribuído para o engrandecimento do Brasil e do Rio Grande do Norte. Comemorava-se para saldar uma dívida de gratidão do presente para com passado, fazendo-lhe justiça. A partir desse expediente, os sócios do IHGRN integraram-se aos festejos nacionais, mas também aproveitaram a oportunidade para, mais uma vez, assinalar o lugar do estado na construção memória histórica da nação.

CAPÍTULO 7 – Narrar vidas, homenageando a memória dos vultos beneméritos da nação e do Rio Grande do Norte: sobre a produção biográfica do IHGRN e a construção da memória norte-rio-grandense

A publicação de textos biográficos fez parte das atividades intelectuais do IHGRN, desde o início do seu funcionamento. Diferentemente de alguns historiadores românticos e liberais do século XIX, que repudiavam o gênero biográfico, qualificando-o como menor ou como um subgênero da história,¹⁸⁹⁷ os sócios do Instituto não tiveram qualquer problema em incorporá-la ao seu programa. Nesse ponto, o IHGRN imitou seu congênera: o IHGB. Isso significa dizer, como já foi mencionado alhures, que a produção biográfica do IHGB integrou-se ao próprio projeto de escrita da história do Brasil, auxiliando na criação de uma ordem do tempo, o tempo da nação, fazendo parte, ao lado da história, de um mesmo plano nacional.¹⁸⁹⁸

Em seu discurso inaugural, publicado em 1839, o secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, afirmava que, além de reparar os erros e encher as lacunas da história nacional, uma das tarefas do historiador, comprometido com a glória da nação, seria arrancar do esquecimento “os nomes e feitos de tantos illustres Brasileiros que honram por seus diversos e brilhantes serviços.”¹⁸⁹⁹ Em seu discurso, o secretário perpétuo convocava seus pares para empenharem-se no empreendimento de dar vida aos falecidos beneméritos brasileiros. Reconhecia que o empreendimento biográfico implicava em árduo trabalho, não podendo ser uma tarefa de poucos nomes, mas sim um trabalho coletivo.¹⁹⁰⁰ Em outro texto, publicado no mesmo ano, intitulado *Lembrança*, ao qual fizemos referência no primeiro capítulo da tese, Cunha Barbosa havia inserido na *parte histórica* a coleta de notícias biográficas, como parte do projeto de pesquisa a ser realizada nas províncias da nação. Desse modo, o interesse em colher as notícias biográficas de homens ilustres das províncias, tirando-os do esquecimento, afinava-se com o “ambicioso empenho da agremiação em coligir

¹⁸⁹⁷ SCHIMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 6, p. 165-192, 1996; DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp. 2009.p.172; CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves. As biografias. In: **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2007. p.200-201.

¹⁸⁹⁸ CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: **Métis: história & cultura** – v.2, n.3, p.73-94, jan./jun. 2003. p.74.

¹⁸⁹⁹ BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1838. p.14.

¹⁹⁰⁰ Idem.

documentos para a elaboração da história nacional, tendo em vista as demandas políticas peculiares à consolidação do Estado monárquico no Segundo Reinado.”¹⁹⁰¹

O esforço do cônego, em destacar a importância da biografia para o projeto de construção da história-memória nacional, surtiu efeito: a partir do segundo volume da *RIHGB*, a agremiação adotara uma seção específica na revista para a publicação de biografias, intitulada *Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes etc.*, cujo título modificou-se ao longo dos anos.¹⁹⁰² A partir dessa seção e da publicação de outros gêneros biográficos, como necrológios e elogios históricos, constituiu-se uma espécie de *panteão* nacional, com raízes no período anterior a 1822, isto é, “permitia a criação de uma linhagem de varões ilustres desde os tempos coloniais.”¹⁹⁰³

A revista do IHGB foi um grande depositário de trabalhos biográficos, demonstrando que estes estiveram longe de desempenhar um “papel secundário ou mesmo de ter contestado seu valor historiográfico no Instituto.”¹⁹⁰⁴ Segundo Maria da Glória de Oliveira, entre 1839 até 1899, foram contabilizados mais de 160 trabalhos sob as rubricas *biografia* ou *apontamentos biográficos*, o que mostra a relevância das narrativas de vida como parte da operação historiográfica do IHGB.¹⁹⁰⁵

Assim como o IHGB, o número de biografias publicadas pela revista do IHGRN foi expressivo. Entre 1903 a 1925, os membros do IHGRN publicaram mais de quarenta textos biográficos de personagens históricos do Rio Grande do Norte e de outros estados do Brasil, sendo a maioria composta, evidentemente, de norte-rio-grandenses (Ver *Anexo*).¹⁹⁰⁶ O perfil dos biografados compreendia os membros da elite política e letrada do Rio Grande do Norte e do país, refletindo o próprio quadro de sócios do IHGRN, em sua grande maioria constituída por funcionários do alto escalão do estado e com formação em direito – realidade muito semelhante aos biografados do IHGB do século XIX.¹⁹⁰⁷

Diferentemente do IHGB oitocentista, o IHGRN não teve uma seção específica destinada à publicação de biografias. De maneira geral, as narrativas de vida, publicadas pela

¹⁹⁰¹ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Op. cit.** p.15.

¹⁹⁰² Conferir os seguintes trabalhos: OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.100 e ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p.181.

¹⁹⁰³ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Op. cit.** p.24.

¹⁹⁰⁴ Idem.p.24.

¹⁹⁰⁵ Idem.

¹⁹⁰⁶ Estamos incluindo nessa contagem o quantitativo de notas de falecimento, necrologias, notas biográficas, apontamentos biográficos, traços biográficos e biografias.

¹⁹⁰⁷ ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. “A produção dos vultos nacionais no segundo reinado”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000, p.59.

RIHGRN, entre 1903 a 1927, possuíam diferentes rubricas, notas biográficas, traços biográficos, apontamentos biográficos, biografias, que a rigor eram sinônimas. Havia ainda as notas de pesar e os elogios fúnebres, que a partir de 1905 passaram a enquadrar-se em uma única seção: a necrologia. Apesar de distintas, as rubricas biográficas e as necrologias possuíam elemento comum: narrar vidas. Nesse último capítulo, analisaremos a relação entre a produção biográfica do IHGRN e a constituição da memória norte-rio-grandense. Iniciaremos pelas necrologias.

7.1 – **Necrologias:** elogios fúnebres aos que prestaram relevantes serviços ao Rio Grande do Norte e ao Brasil

Em termos quantitativos, o volume de necrologias publicado na *RIHGRN*, entre 1903 a 1927, é maior do que o número de biografias propriamente ditas.¹⁹⁰⁸ Para compreendermos essa questão, é preciso considerarmos o objetivo precípua do gênero necrológico no interior do IHGRN: render elogios aos sócios falecidos.

O elogio fúnebre era bastante exercitado nas associações acadêmicas do XIX.¹⁹⁰⁹ Durante o Segundo Império francês, por exemplo, a maioria das biografias escritas pertencia ao domínio do elogio.¹⁹¹⁰ No caso brasileiro, tal gênero foi bastante explorado pelos diversos institutos históricos espalhados pelo país.¹⁹¹¹ Conforme os estatutos do IHGRN de 1902, o Instituto deveria produzir um *elogio histórico* aos membros falecidos no ano social.¹⁹¹² Não foram poucos os finados do Instituto, o que redundou em uma produção significativa de textos necrológicos no período de 25 anos. Em média, foi apresentada na revista do IHGRN uma necrologia a cada ano.¹⁹¹³ O mesmo não ocorre com a divulgação de outros textos biográficos, como notas, apontamentos e traços biográficos. Foram poucos os sócios do grêmio que se dedicaram a escrever biografias. Só conseguimos identificar quatro membros que assinaram as biografias publicadas pela *RIHGRN*: Antônio Soares, Manoel Dantas, Luiz

¹⁹⁰⁸ Isto é, o conjunto de notas, traços, apontamentos biográficos.

¹⁹⁰⁹ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil:** introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987. p.205.

¹⁹¹⁰ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996. p.149.

¹⁹¹¹ RODRIGUES, José Honório. **Op. cit.** p.205 e OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Op. cit.** p.74.

¹⁹¹² ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN.** Natal. Volume 1. Número.1 1903. p.15.

¹⁹¹³ Somos cômicos de que essa média não se traduz em uma conclusão plenamente satisfatória, tendo em vista o caráter intermitente da publicação dos textos necrológicos. Mesmo assim, consideramos expressivo o quantitativo de necrologias publicadas em um intervalo de 25 anos de existência do IHGRN.

Fernandes e Felipe Guerra.¹⁹¹⁴ É válido ressaltar que a partir de 1910, algumas biografias passaram a não ser assinadas, levando a crer que os oradores ficaram também incumbidos de produzi-las, juntamente com os necrológicos.¹⁹¹⁵

Inspirado nos estatutos de 1890, do IHGB¹⁹¹⁶, o regimento do IHGRN delegava ao orador da agremiação a competência de escrever o elogio fúnebre.¹⁹¹⁷ Durante os seus 25 anos de existência, o IHGRN contou com 5 oradores titulares, Meira e Sá, Manuel de Carvalho e Souza, Francisco Pinto de Abreu, Manoel Dantas e Nestor do Santos Lima. A maioria destes havia participado da fundação do Instituto, inclusive, compondo o seu núcleo diretivo. Uma parte dos oradores, especificamente Manuel de Carvalho e Souza e Francisco Pinto de Abreu, dedicaram-se apenas à publicação de necrologias. Os demais, Meira e Sá, Manoel Dantas e Nestor Lima publicaram, na revista da agremiação, outros textos para além de necrologias. Meira e Sá debruçou-se sobre o tema da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, enquanto Nestor Lima dedicava-se à publicação de textos concernentes à história de Natal. Deste grupo de oradores, chamamos a atenção para a figura de Manoel Dantas. O sócio foi o único dos oradores do IHGRN a publicar textos biográficos, além das necrologias. Manoel Dantas foi o autor das biografias de frei Miguelinho e de José Bernardo Bezerra de Medeiros.

Com raras exceções, as necrologias caracterizavam-se por serem textos curtos, trazendo pequenas notas biográficas sobre o vulto e uma nota de pesar. Em linhas gerais, informava-se acerca do local do seu nascimento, sua filiação, trajetória profissional e os serviços prestados ao Rio Grande do Norte e/ou ao Brasil. As extensões dos textos variavam. Havia necrologias compostas por uma página com poucos parágrafos, mas também narrativas mais extensas, contendo mais de 20 laudas, como é o caso do texto dedicado ao benemérito fundador e idealizador do IHGRN, Vicente Simões Pereira de Lemos, escrito por Manoel Dantas e publicado em 1919.¹⁹¹⁸

¹⁹¹⁴ O IHGRN republicou duas biografias escritas por intelectuais que não faziam parte do quadro de sócios da instituição: F. C Souza Pinto e Visconde Taunay.

¹⁹¹⁵ Estamos apenas especulando a respeito. Não conseguimos encontrar nas atas das sessões as justificativas para a não assinatura da autoria dos *traços biográficos*.

¹⁹¹⁶ Conforme o parágrafo 2 do artigo 35 do estatuto do IHGB de 1890, o qual incumbia ao orador a responsabilidade de “fazer o elogio histórico dos socios falecidos durante o anno social e assim tambem o discurso funebre sobre a sepultura d’aquelles, a cujo enterro assistir (...)” Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo LIII. Parte II. 1890. p.639.

¹⁹¹⁷ ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número.1 1903. p.15.

¹⁹¹⁸ Necrologia – Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1919. p.316.

Filho de Vicente Herculano de Lemos Duarte e de Bernardina de Senna Lemos, Vicente de Lemos nasceu em Recife, em 28 de outubro de 1850.¹⁹¹⁹ Bacharel em Direito, o fundador do IHGRN trilhou uma extensa carreira na vida pública do Império e da República. Foi advogado, promotor público, desembargador, juiz de direito, situando-se bem próximo às esferas do poder político. Apesar de pernambucano, sua principal atuação profissional deu-se no Rio Grande do Norte. Foi nesta província, depois estado, que Vicente de Lemos consolidou sua vida pública. Os serviços prestados ao Rio Grande do Norte é a razão pela qual os associados do IHGRN homenageiam a sua memória. Nesse sentido, a necrologia funcionava também como um expediente da ordem da gratidão e do dever de memória: “O Instituto não podia deixar de prestar á sua memoria as homenagens do seu mais profundo respeito e gratidão.”¹⁹²⁰ Assim como nas comemorações, a ideia de gratidão estava associada diretamente às noções de dívida e de herança. Isso significa dizer que os norte-rio-grandenses do presente eram devedores ao conjunto de realizações políticas e intelectuais empreendidas por Vicente de Lemos no passado. Dessa forma, o dever de memória é o dever de ser grato para com aquele que precedeu, ao qual legou um inventário de heranças. Mas qual seria esse legado deixado por Vicente de Lemos, aos norte-rio-grandenses do presente?

A estrutura do texto necrológico dedicado a Vicente de Lemos é organizado justamente para responder à questão supracitada. Obviamente que os elementos da filiação, data de nascimento, informações sobre a infância e a juventude, e a nota de pesar, aparecem. No entanto, o elemento mais destacado é a trajetória profissional do falecido sócio, exatamente para associar a narrativa de vida ao serviço prestado ao Rio Grande do Norte.

O orador do Instituto em 1919, Manoel Dantas, dividiu o legado de Vicente de Lemos em duas partes: a que trata da sua atuação na esfera pública e aquela que diz respeito à sua atividade intelectual, dentro do IHGRN. Em relação à primeira, o orador faz um inventário dos cargos públicos ocupados pelo pernambucano, ao longo de sua trajetória profissional no Rio Grande do Norte, evidenciando o seu traquejo com as autoridades políticas da província, depois do estado, a sua habilidade e competência para resolver questões de ordem jurídica e o seu desprendimento em servir à sua *pátria* adotiva: “a vida publica do dr. Vicente de Lemos è uma pagina emocionante de dedicação e de serviços ao Rio Grande do Norte, seu berço nativo pelo coração, que o era dos seus idolatrados filhos.”¹⁹²¹

¹⁹¹⁹ Idem. p.318.

¹⁹²⁰ Idem. p.334.

¹⁹²¹ Idem. p.321.

No entanto, não se exalta apenas a competência ou os elementos técnicos das atividades profissionais desempenhadas por Vicente de Lemos. Manoel Dantas enaltece também os valores do biografado, caracterizando-o como um varão distinto, “um exemplo sugestivo e inimitável de inteligência, de honestidade e de trabalho.”¹⁹²² Nesse aspecto, a vida do biografado poderia ser apreciada como um exemplo a ser seguido. A referência à exemplaridade funciona aí mais como um artifício retórico do que necessariamente uma concepção de história articulada ao princípio da *historia magistra vitae*. Isso não significa dizer que houve uma renúncia plena à pretensão exemplar da narrativa de vida do biografado.¹⁹²³ Na concepção de Manoel Dantas, o personagem histórico continua a servir de exemplo para o presente e para a posteridade: “os feitos immortaes era sua patria de adopção, os feitos immortaes que o ouro não eguala e que servirão a coetaneos e porvindoiros de estímulo e de modelo no cumprimento do dever social e político.”¹⁹²⁴ No entanto, o modelo a ser seguido não era a do varão plutarquiano, imbuído de virtudes morais e destituído de vícios, mas sim a exaltação da excelência do homem público, dotado de virtudes que diziam respeito à sua trajetória como servidor do estado e/ou da nação. É deste modelo de virtudes que o presente e o futuro deveriam tomar como exemplo o biografado. Isso não significa dizer também que não se destaque os seus predicados. Manoel Dantas faz questão de enaltecê-los: “Nessas altas e nobilissimas funções, è que mais se exaltaram os seus predicados de juiz sereno, probó e incorruptível, sempre ao serviço das boas causas do justo, collocando-se acima dos interesses que inevitavelmente assediam a magistratura publica.”¹⁹²⁵ Como podemos perceber, a *persona* pública de Vicente de Lemos é descrita como uma vida coerente, sem rastro de qualquer atribuição negativa ou contradição. Um elogio que toca na questão da moralidade quanto ao trato com a questão pública. Novamente, ressalta-se a vida pública do biografado, qualificando a sua virtude moral a partir da sua relação com o serviço ao estado.

É importante frisar que a relação entre o *biografado* e o serviço prestado ao Rio Grande do Norte e/ou ao Brasil é um traço que esteve presente em todos os textos

¹⁹²² Idem. p.317.

¹⁹²³ Compreendemos essa questão à luz das reflexões realizadas pela historiadora Maria da Glória Oliveira, na ocasião do seu estudo acerca da biografia como um problema historiográfico no IHGB oitocentista. Segundo Maria da Glória, o *topos magistra vitae* era utilizado pelos sócios do IHGB como um argumento incidental, o que demonstrava um certo distanciamento em relação à referida concepção de história, não implicando, necessariamente, a renúncia total à pretensão instrutiva e exemplar das histórias dos personagens heroicos do passado. OLIVEIRA, Maria da. **Op. cit.** p.33.

¹⁹²⁴ Necrologia – Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1919. p.318.

¹⁹²⁵ Idem. p.315.

necrológicos. Por exemplo, na necrologia do capitão de fragata, Arthur José dos Reis Lisbôa, destaca-se que este era um “honesto servidor da Patria e da Republica.”¹⁹²⁶ A rigor, não havia uma hierarquia ou qualificação maior ou menor para as atividades desempenhadas em favor do estado ou da nação. É claro que nem todos os serviços eram dignos de notas. Em grande medida, eram alçados à condição de trabalhos relevantes ao Brasil e ao Rio Grande do Norte realizações que estivessem no campo da política, da economia, do militarismo e da atividade intelectual. Até mesmo colaborações específicas ao IHGRN eram consideradas como uma obra em prol do Rio Grande do Norte. Na necrologia dedicada a Antônio Pereira Simões, publicada em 1909, fazia-se referência não somente ao fato do engenheiro civil ter sido responsável pela coordenação da construção do porto de Natal, mas também pela doação de livros que fizera ao IHGRN – alguns deles, inclusive, foram consultados pelos sócios e utilizados na querela sobre a naturalidade de Felipe Camarão.¹⁹²⁷

É preciso salientar também que não bastava apenas evidenciar-se em alguma atividade relevante, em favor da nação ou do estado. O homenageado deveria pertencer também ao elenco dos confrades do IHGRN, destacando-se não só pelos seus serviços prestados, mas pela sua elevada categoria social.¹⁹²⁸ Não é por acaso que o elenco dos membros do Instituto seja formado, majoritariamente, por nomes ligados à elite política e econômica do estado e da nação.

Além dos trabalhos prestados à vida pública do estado, Manoel Dantas faz questão de destacar o *relevantíssimo* serviço de Vicente de Lemos à causa do Rio Grande do Norte: a fundação do IHGRN.¹⁹²⁹ Manoel Dantas dedicou uma atenção especial a este acontecimento da vida do *Dr. Lemos*, afinal, mencionar suas ações em prol do Instituto é como “folhear um por um todos os fastos da sua gloriosa existencia, é narrar-lhes todos os seus trabalhos e empreendimentos, desde a fundação, nos quaes se encontram os traços inapagaveis e a influencia directa do seu operoso fundador.”¹⁹³⁰ Nesses termos, a narrativa de vida do fundador confunde-se com a própria narrativa de fundação do Instituto. O IHGRN é considerado como um produto do agenciamento individual de Vicente de Lemos, muito

¹⁹²⁶ Necrologia – Capitão de Fragata Arthur José dos Reis Lisbôa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 1. 1905. p.228.

¹⁹²⁷ Antônio Pereira de Simões doou os seguintes títulos para o acervo do IHGRN: *Guerra Hollandeza*, de Gaspar Barloeus; *Castrioto Lusitano* de Rafael de Jesus; *História da America Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pitta, *Viagem ao Brasil* de Henry Koster. Necrologia do dr. Antonio Pereira Simões. In: **RIHGRN**. Natal. Volume II. Números 1 e 2. 1909. p.325.

¹⁹²⁸ Necrologia. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916. p.248.

¹⁹²⁹ Necrologia – Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1919. p.331.

¹⁹³⁰ *Idem*. p.332.

embora, este representasse, segundo Manoel Dantas, uma aspiração coletiva de “todos os espíritos ilustrados do nosso meio.”¹⁹³¹

Como vimos no Capítulo 4, o surgimento do IHGRN esteve ligado à demanda da criação de um arquivo para o Rio Grande do Norte, no qual deveria ser coletada a documentação que servisse à questão de limites com o Ceará e a produção da historiografia norte-rio-grandense. O IHGRN foi idealizado como um lugar em que a memória do estado pudesse ser preservada e produzida. Não há qualquer exagero em afirmar que o IHGRN era o arquivo do Rio Grande do Norte, no início do século XX. É o lugar onde a pesquisa no estado é possível. Não é por acaso que na necrologia dedicada a Vicente de Lemos, tenha-se explorado a figura do homem de arquivo. Novamente, a memória do IHGRN é articulada à narrativa de vida do seu fundador. Vicente de Lemos é descrito como um “erudito cultor da história da especialidade histórica”, um exegeta dos documentos, “incansável nas rebuscas e no exame dos arquivos para esclarecer e resolver dúvidas referentes ao nosso passado.”¹⁹³² Desse modo, a construção da imagem de Vicente de Lemos é urdida a partir da figura do homem dedicado ao arquivo e devotado ao gosto pelos documentos referentes ao Rio Grande do Norte. É desta obra que o IHGRN sinaliza a sua gratidão ao ex-presidente falecido. A dívida dos confrades do presente para com o vulto é o seu esforço pela atividade arquivista e seu apreço aos documentos. Nesse sentido, para os próprios consócios do IHGRN, prestar essa homenagem ao benemérito fundador era um sinal de gratidão coletivo e institucional, expressão do dever de memória.

Em geral, os elementos presentes na necrologia de Vicente de Lemos eram, praticamente, os mesmos dos outros textos necrológicos publicados pelo IHGRN, entre 1903 a 1927. Destacavam-se os valores e os nomes dos biografados. Fazia-se a citação dos serviços prestados por eles à nação ou ao Rio Grande do Norte. Rendia-se homenagem em sinal de gratidão aos feitos realizados por eles, alertando os consócios para o dever de memória. Como podemos perceber, apesar do objetivo precípuo ser o elogio fúnebre, os necrológicos não eram apenas instrumentos de consagração dos vultos ilustres. Ademais, as necrologias ainda reforçavam o interesse do IHGRN em evidenciar, através da biografia dos seus filhos ilustres, o lugar do Rio Grande do Norte na construção memória histórica da nação. A necrologia do general norte-rio-grandense Fonseca e Silva é um exemplo desse expediente.

¹⁹³¹ Idem.

¹⁹³² Idem.

O general havia servido como um voluntário na *Guerra do Paraguai*, distinguindo-se pelos seus supostos atos de bravura, os quais lhe renderam medalhas de mérito militar.¹⁹³³ O empenho de Fonseca e Silva na guerra foi considerado não só como um gesto de bravura individual, mas sim um ato que representou uma coletividade norte-rio-grandense: “defendeu sua pátria honrando o Rio Grande do Norte.”¹⁹³⁴ Segundo o orador, Manoel de Carvalho e Souza, Fonseca e Silva colaborou ainda com a fundação do regime republicano e com a elaboração da constituinte, na condição de deputado federal. Mais uma vez, o patricio ilustre é colocado como o representante do estado em um grande acontecimento da *Pátria*, no caso, a fundação da República. A citação de sua participação na instalação do regime republicano não é desinteressada. Pelo contrário, é uma forma de assinalar a participação do Rio Grande do Norte na construção da memória republicana da nação, a partir da ação do seu filho ilustre.

Além dos norte-rio-grandenses, as necrologias homenageavam também as personalidades oriundas de outras partes do Brasil. Pernambucanos, baianos, cariocas, dentre outros, foram reverenciados pelos textos necrológicos publicados pelos seus consócios do IHGRN. Todos os *varões ilustres* pertenciam ao quadro de membros do IHGRN, sendo a maior parte deles listado na condição de sócios correspondentes falecidos. De acordo com o estatuto da agremiação, poderiam ser membros correspondentes os cidadãos que fossem reconhecidos pelo merecimento nas letras, ciências, indústrias ou artes, maiores de 21 anos, residentes fora da capital.¹⁹³⁵ Geralmente, esse reconhecimento estava atrelado a alguma contribuição que o cidadão havia dado *a causa do Rio Grande do Norte*. São os casos, por exemplo, do sergipano Felisbello Freire e do baiano Manoel Pereira Reis, que foram admitidos como sócios correspondentes devido aos seus envolvimento em prol da defesa do Rio Grande do Norte, na questão de limites territoriais com o Ceará.¹⁹³⁶ Isso não quer dizer que o quadro de associados foi formado apenas por aqueles que haviam contribuído com o Rio Grande do Norte.

Membros de proa de outros institutos históricos foram contemplados na condição de sócios correspondentes, sem, no entanto, terem colaborado com qualquer questão envolvendo o Rio Grande do Norte. É interessante citar o caso do Barão Homem de Mello que, em 1916, tornou-se membro honorário do IHGRN, mas havia se colocado a favor do Ceará na querela territorial com o Rio Grande do Norte. Conforme Saul Estevam Fernandes, ao produzir o

¹⁹³³ Necrologia – General Fonseca e Silva. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 2. 1905. p.464.

¹⁹³⁴ *Idem*.

¹⁹³⁵ ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número.1 1903. p.12.

¹⁹³⁶ Necrologia – Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916 e Necrologia – Dr. Pereira Reis. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1925.

Atlas do Brazil, publicado em 1909, o Barão Homem de Mello, antigo presidente da província do Ceará e sócio do IHGACE, havia se utilizado do saber cartográfico para auxiliar seus colegas cearenses “na tentativa de argumentar e provar os limites do estado.”¹⁹³⁷ Obviamente, esse aspecto da sua biografia foi totalmente omitido na necrologia dedicada a ele.¹⁹³⁸ Infelizmente, não tivemos acesso as atas de 1916 e não sabemos as justificativas usadas pelos membros do IHGRN para admitir o Barão Homem de Mello no rol de membros da agremiação. No entanto, ao verificarmos a necrologia dedicada ao consócio, observamos que o principal elemento destacado em sua biografia dizia respeito a sua notabilidade no campo da política e no mundo das letras brasileiras.¹⁹³⁹ Apesar de não ter prestado nenhum serviço ao Rio Grande do Norte, o Barão Homem de Mello era considerado um ilustre patricio que teria contribuído para a inteligência e a política nacional. É possível que esse ponto tenha sido um dos argumentos para empossá-lo como membro do IHGRN.

Como já foi exposto, em linhas gerais, os sócios falecidos do IHGRN eram apresentados como figuras de notabilidade política, intelectual e militar e que haviam colaborado para o engrandecimento da nação ou do Rio Grande do Norte. A necrologia era um espaço para tornar essa questão evidente, pois a partir dela a instituição legitimava-se a si mesma, apresentando a relevância do quadro ilustre dos seus sócios. Portanto, a necrologia não funcionava apenas como um instrumento de gratidão e veneração da memória dos seus membros falecidos. Era também uma maneira de assinalar a distinção da própria instituição na sociedade por meio do seu quadro de sócios.

Gostaríamos de destacar, ainda, um último ponto: todos os necrológicos publicados pelo IHGRN diziam respeito a figuras masculinas. A razão é óbvia: não havia nenhuma mulher no rol de membro do IHGRN, pelo menos até 1927. Apesar da ausência feminina no Instituto, é importante frisar que a participação da mulher no mundo das letras não era totalmente restrita. Ao contrário das associações historiográficas, os círculos literários apareciam como um espaço aberto para a presença feminina. No Brasil oitocentista, as mulheres letradas passaram a ocupar-se das tarefas de traduzir obras e produzir romances.¹⁹⁴⁰ No espaço beletrista norte-rio-grandense do final do século XIX e começo do XX é possível identificar a inserção de algumas mulheres. Isso não significa dizer que a presença feminina era expressiva nos círculos intelectuais da capital do estado. Pelo contrário, o número era

¹⁹³⁷ FERNANDES, Saul Estevam. **Op. cit.** p.104.

¹⁹³⁸ Necrologia – Barão Homem de Mello. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1918. p.247-248.

¹⁹³⁹ Idem. p.248.

¹⁹⁴⁰ GOMES, Ana Laudelina Ferreira. Auta de Souza e a escrita feminina nos Oitocentos. **Cronos**. Natal (RN), v. 1, n.2, 2000. p.50.

bastante ínfimo. Isabel Gondim, Anna Lima e Auta de Souza eram um dos poucos exemplos de mulheres que faziam parte do quadro de sócios de diversos grêmios literários da capital.¹⁹⁴¹

Quanto à presença de mulheres em associações voltadas à produção do conhecimento histórico havia certa interdição. Os institutos históricos são exemplos disso. No final do século XIX e início do XX, a atividade historiográfica era considerada restrita ao universo masculino. Essa postura era reflexo da própria historiografia do período, centrada na figura masculina enquanto sujeito histórico dos acontecimentos. Dessa forma, a produção historiográfica do IHGRN obedeceu ao próprio *regime de historicidade*, tão característico aos historiadores brasileiros do oitocentos, no qual a ênfase recaía na história dos *grandes homens* e nos heróis em detrimento da participação feminina. É válido acrescentar que a participação da mulher na história é um problema historiográfico recente. No caso da historiografia brasileira, os primeiros estudos aparecem no final da década de 1970.¹⁹⁴² Apesar de centralizar a figura masculina enquanto sujeito histórico, o IHGRN não silenciou totalmente o papel das mulheres nos acontecimentos históricos. Como iremos analisar mais adiante, mulheres como Clara Camarão, mulher de Felipe Camarão, e Clara Castro, irmã de frei Miguelinho, foram elogiadas pelos historiadores do IHGRN por terem auxiliado os *heróis* norte-rio-grandenses. Todavia, mesmo sendo mencionadas, os serviços prestados por elas estavam diretamente associados à biografia daqueles dois personagens.

Entre 1903 a 1927, o único texto publicado pela *RIHGRN* que tratou exclusivamente da trajetória de vida de uma personagem feminina foi o artigo de Oliveira Lima, ministro das relações exteriores e sócio honorário da agremiação, intitulado *Nysia Floresta*. O texto é fruto de uma conferência realizada por ele, no dia 26 de novembro de 1919, no *Teatro Carlos Gomes* em Natal, na ocasião da formatura da primeira turma da *Escola Doméstica* – instituição voltada exclusivamente para a educação feminina. Nesse sentido, o texto não foi enviado diretamente à revista do IHGRN, mas produto de uma conferência, a qual os associados fizeram questão de publicá-lo no mesmo ano.¹⁹⁴³

Como já mencionamos, a conferência tinha um auditório específico: alunas da *Escola Doméstica* de Natal. Os métodos e as concepções que nortearam a educação desta escola direcionavam a instrução feminina para o contato direto com os saberes práticos, ou seja,

¹⁹⁴¹ Conferir: SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. “**Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal**”: a vida intelectual natalense (1889-1930). 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em história). Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

¹⁹⁴² Conferir: RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p.81-91. PRIORE, Mary Del. História das Mulheres as vozes do silêncio. In: CEZAR, Marcos de. **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 6º Ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.217-235.

¹⁹⁴³ LIMA, Oliveira. Nísia Floresta (conferência). In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVIII. Números 1 e 2.1919.

aprender a fazer e cultivar uma horta, organizar uma casa, cuidar de crianças, saber cozinhar, costurar, “dentre outras atividades incorporadas ao currículo que seriam formas de oferecer às alunas oportunidade de manipular, experimentar, expressar seus potenciais e vivenciar situações relacionadas ao cotidiano da mulher.”¹⁹⁴⁴ Uma educação comprometida com os valores morais e com o comportamento da mulher no espaço privado, no cuidado do lar. Para reforçar essa percepção imbuída nas concepções filosóficas e educacionais da *Escola Doméstica*, Oliveira Lima escreve acerca da trajetória intelectual de Dionísia Gonçalves Pinto, cujo pseudônimo mais famoso é *Nísia Floresta*. É possível que a escolha de Oliveira Lima tenha causado espanto para alguns membros da plateia – formada por diretores e professores que defendiam um modelo educacional mais conservador – já que Nísia Floresta foi uma das primeiras brasileiras do século XIX a utilizar-se da imprensa para divulgar ideias vinculadas às demandas do movimento feminista.¹⁹⁴⁵ De que maneira uma escritora considerada feminista, muitas vezes retratada de maneira negativa por alguns letrados brasileiros dos oitocentos, poderia servir de modelo para jovens norte-rio-grandenses preparadas numa educação doméstica?

Primeira filha do casal, Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, advogado português, e Antônia Clara Freire, Nísia Floresta nasceu em 12 de outubro de 1810, no sítio Floresta, em Papari, no interior do Rio Grande do Norte.¹⁹⁴⁶ Com 13 anos de idade, Nísia Floresta casou-se com Manuel Alexandre Seabra de Melo, um rico proprietário de terras, entretanto, seu casamento não demorou muito tempo, vindo a separar-se do marido no mesmo ano, ou no seguinte, voltando a residir com os pais.¹⁹⁴⁷ Devido à eclosão da *Confederação do Equador*, em 1824, sua família transferiu-se para Pernambuco, primeiramente para Goiana e, posteriormente, para Olinda. Talvez tenha sido nesse momento que a jovem norte-rio-grandense recebera as primeiras instruções.¹⁹⁴⁸ Em 1828, seu pai é assassinado quando retornava para casa, logo após ganhar uma causa de um cliente.¹⁹⁴⁹ No mesmo ano, Nísia Floresta passa a residir com o acadêmico da FDR, Manuel Augusto de Faria Rocha, tendo,

¹⁹⁴⁴RODRIGUES, Andréa Gabriel. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)**. 306 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2007. p.111.

¹⁹⁴⁵DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. p.26.

¹⁹⁴⁶Idem. **Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo**. Brasília: Mercado Cultural, 2006.p.11.

¹⁹⁴⁷Idem. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. p.152.

¹⁹⁴⁸Oliveira Lima não descarta a possibilidade da escritora norte-rio-grandense ter tido uma formação autodidata. LIMA, Oliveira. Nísia Floresta (conferência). In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVIII. Números 1 e 2. 1919. p.178

¹⁹⁴⁹DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo**. Brasília: Mercado Cultural, 2006.p.17.

dois anos depois, uma filha com ele, chamada Lívia Augusta de Faria Rocha, a quem dedicou vários livros.¹⁹⁵⁰

Em 1831, Nísia Floresta estreou no mundo das letras, publicando vários artigos que tratavam da condição feminina em diversas culturas, no jornal *Espelho das brasileiras*, periódico dedicado às senhoras pernambucanas, de propriedade do tipógrafo francês Adolphe Emille de Bois Garin.¹⁹⁵¹ O teor dos artigos tocava em questões em torno da situação feminina na sociedade, especificamente, acerca da sua utilidade social e do tratamento injusto dos homens para com as mulheres, tema este que a escritora retomará em seus livros.¹⁹⁵² Textos como: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), *Conselhos a minha família* (1845), *Fany ou o modelo das donzelas* (1847), *Opúsculo humanitário* (1853), dentre outros, expressam a variedade de abordagens da obra de Nísia Floresta, na qual se pode identificar temas diversos dentro do universo feminino do século XIX, desde temas de cunho mais panfletário, relacionado ao feminismo, a outros que “expressam um tom afetuoso de mãe para com a filha, ou o da professora zelosa com as suas alunas.”¹⁹⁵³ Nesse sentido, a obra de Nísia Floresta teria sido marcada ora por uma proposta mais liberal, progressista, uma vez que abordava o problema da injustiça masculina em relação ao tratamento dado às mulheres e à necessidade da educação feminina, ora realçava-se o pensamento conservador da sociedade vigente, uma vez que supervalorizava as figuras da esposa e da mãe, colocando-as na categoria de *santas*, já que a elas cabiam a *divina* missão de serem as guardiãs privilegiadas da família.¹⁹⁵⁴ Nesse ponto, a figura de Nísia Floresta não parecia contrapor-se aos objetivos da educação almejada pelos idealizadores da *Escola Doméstica* de Natal. Talvez tenha sido por essa razão que Oliveira Lima escolhera Nísia Floresta como objeto de sua conferência.

O ministro das relações exteriores é enfático ao afirmar que Nísia Floresta era a “mais notável mulher de letras que o Brasil tem produzido.”¹⁹⁵⁵ Ao longo da sua conferência, Oliveira Lima elogia os dotes intelectuais da escritora norte-rio-grandense, enaltecendo a fluência e a limpidez do seu estilo literário, além de destacá-la pelo seu patriotismo e senso de justiça. Todavia, o aspecto mais enfatizado por ele é a produção intelectual de Nísia Floresta voltada para a instrução moral e cívica das mulheres. Segundo ele, a escritora norte-rio-grandense foi um exemplo vivo “do que ella sempre ensinou e praticou que a mulher deve

¹⁹⁵⁰ Idem. p.17.

¹⁹⁵¹ Idem. p.18.

¹⁹⁵² Idem. p.19.

¹⁹⁵³ Idem. p.15.

¹⁹⁵⁴ Idem. p.20.

¹⁹⁵⁵ LIMA, Oliveira. Nísia Floresta (conferência). In: **RIHGRN**. Natal. 1919. p.177.

possuir e exercer virtudes domesticas e cívicas.”¹⁹⁵⁶ Não é por acaso que o diplomata pernambucano tenha dedicado atenção especial ao livro *Conselho à minha filha*, justamente por ser um escrito em que Nísia Floresta apresenta-se como uma mãe dedicada, um valor de acordo com a imagem idealizada da mulher do século XIX e do início do XX.¹⁹⁵⁷ Para Oliveira Lima, essa concepção da mulher no ambiente do espaço privado era o aspecto mais importante da visão de mundo de Nísia Floresta. É por essa razão que o diplomata terminara sua conferência concluindo que as jovens alunas da *Escola Doméstica* deveriam seguir a escritora norte-rio-grandense. Aqui, no entanto, há um ponto a ser ressaltado. O aspecto a ser seguido pelas alunas deveria ser as ideias da escritora quanto ao papel da mulher no âmbito doméstico e não, necessariamente, a sua vida particular, especialmente em relação à vida amorosa, tendo em vista que Nísia Floresta havia se separado do seu primeiro marido e o seu segundo casamento tinha sido “gerado na liberdade e não imposto pelo código ou pela benção ecclesiastica.”¹⁹⁵⁸ Suas lições é que deveriam nortear as alunas e não a sua vida particular: “Ensinando as virtudes domesticas e cívicas, que nos diz que ella se offerencia como modelo?”¹⁹⁵⁹ Não era a trajetória de vida de Nísia Floresta que serviria de modelo, mas sim a moral contida “na sua pena”.¹⁹⁶⁰

O IHGRN considerou oportuna a publicação do texto de Oliveira Lima em sua revista. Nos primeiros anos do século XX, a imagem de Nísia Floresta já não era tão atacada pelos seus conterrâneos potiguares, como fora no final do século XIX.¹⁹⁶¹ Em 1908, Henrique Castriciano, letrado de prestígio no meio beletista norte-rio-grandense, havia referido-se a Nísia Floresta, no *Almanaque Garnier*, como a maior escritora brasileira.¹⁹⁶² O poeta norte-rio-grandense reconhecia que poucos a conheciam no país, mas a considerava uma das mais fortes mentalidades do Brasil.¹⁹⁶³ Segundo ele, Nísia Floresta havia prestado inestimável serviço às letras nacionais, sobretudo em relação à figura feminina.¹⁹⁶⁴ De certa forma, o pequeno texto de Henrique Castriciano foi importante para o processo de reabilitação da imagem de Nísia Floresta nos círculos beletistas do Rio Grande do Norte. Não é à toa que, em 1909, o *Congresso Literário e o Ateneu Norte-rio-grandense*, sob os auspícios do

¹⁹⁵⁶ Idem. p.191.

¹⁹⁵⁷ DUARTE, Constância Lima. **Op. cit.** p.41.

¹⁹⁵⁸ LIMA, Oliveira. **Op. cit.** p.192.

¹⁹⁵⁹ Idem.

¹⁹⁶⁰ Idem.

¹⁹⁶¹ GOMES, Ana Laudelina Ferreira. **Op. cit.** p.51.

¹⁹⁶² CASTRICIANO, Henrique. Nísia Floresta. In: **Almanaque Brasileiro Garnier**. Rio de Janeiro: editora Garnier. 1908. p.118.

¹⁹⁶³ Idem.

¹⁹⁶⁴ Idem. p.119.

governador do estado, Alberto Maranhão, ergueram, em 12 de outubro, um monumento em Papari, em comemoração ao centenário de nascimento de Nísia Floresta.¹⁹⁶⁵ Dois anos depois, foi inaugurada, na praça *Augusto Severo*, em Natal, um medalhão de bronze, encomendado por Henrique Castriciano, contendo a efígie da escritora norte-rio-grandense, uma estrela de granito, incrustações de bronze e as datas do seu nascimento e de sua morte.¹⁹⁶⁶

Como podemos perceber, a partir dos anos de 1910, os letrados do Rio Grande do Norte passaram a dispensar maior atenção à figura de Nísia Floresta. Afinal de contas, a escritora norte-rio-grandense teria sido uma das primeiras a produzir textos voltados para a reflexão do papel da mulher na sociedade, além de gozar de certo reconhecimento em outros países, sobretudo da Europa. Esse resgate da figura de Nísia Floresta faz parte do projeto dos homens de letras do Rio Grande do Norte, em construir o *panteão* das personalidades ilustres do estado. Obviamente que o vulto feminino ainda não possuía o mesmo prestígio, se comparado com a atenção dedicada aos varões ilustres. Todavia, a reabilitação da imagem de Nísia Floresta servia como um importante instrumento em evidenciar as personalidades do Rio Grande do Norte, na própria construção da memória literária da nação. Dessa forma, a publicação da conferência de Oliveira Lima na revista, do IHGRN, expressava o comprometimento da agremiação em inserir-se nesse movimento de recuperação da imagem de Nísia Floresta, apesar de não ter feito maiores esforços para isso. Como já mencionamos, o Instituto era formado por homens com uma concepção voltada para a valorização da figura masculina, em detrimento da feminina. Seu quadro de sócios, constituído só de homens, era um espelho do monopólio que esse gênero detinha na produção e na direção do grêmio.

Os personagens dos textos necrológicos eram reflexos do perfil dos sócios do Instituto, afinal de contas, todos fizeram parte do seu rol de membros e de sua memória. Eram homens advindos do mundo político, intelectual, militar e religioso do Rio Grande do Norte e de outras partes da nação. Eram considerados dignos de serem lembrados pelos vivos, os quais deveriam honrar as memórias dos primeiros.¹⁹⁶⁷ Aos cidadãos do presente imputava-se o dever de memória para com aqueles que os precederam. Citando Augusto Comte, Manoel Dantas alertava aos leitores da revista do IHGRN, em uma pequena introdução, presente na seção de necrologia, publicada em 1916, que os vivos serão sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos.¹⁹⁶⁸ Este argumento de autoridade respaldava a concepção que norteou a produção das necrologias, a *historia magistra vitae*, isto é, a ideia de que os

¹⁹⁶⁵ DUARTE, Constância Lima. **Op. cit.** p.81.

¹⁹⁶⁶ Idem.

¹⁹⁶⁷ Dr. Júlio de Medeiros. In: **RIHGRN**. Natal. Volume I. Número 2. 1903.

¹⁹⁶⁸ Necrologia. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916. p.248.

consócios desaparecidos continuariam sempre a *iluminar* os homens do presente, com os seus exemplos fecundos e com os feitos que haviam legado.¹⁹⁶⁹ Ao mundo dos vivos e dos sócios do IHGRN restava o imperativo da memória.

7.2 – Notas biográficas, traços biográficos, apontamentos biográficos, biografias: a formação de um *panteão* norte-rio-grandense?

As fronteiras entre as necrologias e os demais textos biográficos não eram tão precisas. Havia biografias em que a estrutura da narrativa era praticamente a mesma de um texto necrológico, isto é, um elogio fúnebre, composto de poucas páginas, nas quais se informava a filiação, a naturalidade, a data de nascimento e a trajetória política ou profissional do biografado, relacionando-a ao serviço prestado ao Brasil e/ou ao Rio Grande do Norte. Não são poucos os casos em que as notas biográficas, os traços biográficos e as necrologias correspondiam à mesma coisa.¹⁹⁷⁰ Por exemplo, as biografias do major José Domingues Codeceira e do senador José Bernardo, publicadas em 1904 e 1907, respectivamente, pela *RIHGRN*, são exemplos de textos biográficos que possuíam uma estrutura textual equivalente ao gênero necrológico. Contudo, havia uma diferença: o nome do autor era subscrito ao final do texto. As duas biografias supracitadas foram escritas por Antônio Soares e Manoel Dantas, respectivamente. A autoria assinada era totalmente ausente nas necrologias. Não queremos dizer com isso que a diferença entre a necrologia e os textos biográficos se dava apenas pela questão da autoria declarada. Já mencionamos alhures que, a partir de 1910, os traços biográficos publicados pelo IHGRN não foram assinados por nenhum autor, sendo supostamente produzidas pelos oradores do instituto, semelhantemente as necrologias. Ambas foram escritas e publicadas no ano do falecimento dos biografados e tratavam de dois membros do IHGRN, e conforme o estatuto, no ano da morte de algum sócio, deveria ser produzido um elogio fúnebre, o que reforça o nosso argumento de que algumas biografias eram, com efeito, necrologias e que os associados do Instituto não estavam preocupados em estabelecer uma rígida distinção desses termos, tomando-os, muitas vezes, como sinônimos. Vejamos separadamente as duas biografias mencionadas.

¹⁹⁶⁹ Idem.

¹⁹⁷⁰ É o exemplo da edição da revista 1913-1914-1915. Os artigos publicados nestes três anos foram publicados em um só número. Nessa edição, em específico, havia uma espécie de seção denominada *traços biográficos* que funcionava do mesmo modo da necrologia. Todavia, não se tratava de uma seção especial, mas sim uma coletânea de pequenas biografias que haviam sido escritas no período entre 1913 a 1915, sendo publicadas em uma mesma edição. Conferir: **RIHGRN**. Natal. Volumes XI-XII-XIII. 1913 a 1915.

Da mesma maneira que os oradores do IHGRN, encarregados de escrever o *elogio histórico*, Antônio Soares começa seu texto enaltecendo a figura do seu biografado, caracterizando-o como honesto, modesto, leal, qualificando a sua vida como fecunda e proveitosa, restando aos consócios recordarem a memória de um grande patriota.¹⁹⁷¹ Semelhantemente aos textos necrológicos, a biografia aparece aí como um rito de recordação, como um dever de memória: “cumpre agora, depois da sua morte, que veneremos a sua memória.”¹⁹⁷²

Além de ressaltar o imperativo da memória, Antônio Soares relata, em seguida, os aspectos mais gerais da biografia de Codeceira, isto é, a data do seu nascimento, filiação, naturalidade etc. Destaca-se aí um detalhe: a mocidade de Codeceira vivida em Natal. O objetivo desse pormenor não é outro, senão, urdir uma relação entre o biografado e o Rio Grande do Norte. Antônio Soares não traz muitas informações acerca desse período de vivência do biografado na capital da província, detendo-se apenas ao fato de que Codeceira trabalhava com seu pai, na condição de caixeiro e dedicava-se, nos tempos vagos de sua vida comercial, ao estudo de línguas e ciências, “valioso contingente que auxiliou-o depois em estudos mais vastos e uteis.”¹⁹⁷³ De certa maneira, a menção à vivência da mocidade de Codeceira em Natal, e conseqüentemente a sua relação afetiva com o Rio Grande do Norte, explica o seu interesse pela história e pelos personagens históricos do estado, em especial, Miguelinho, André de Albuquerque e Felipe Camarão, o qual defendia a tese de que o índio era norte-rio-grandense.¹⁹⁷⁴

Adstrito às informações lacônicas sobre a infância e a mocidade de Codeceira, Antônio Soares descreve a trajetória política e intelectual do seu biografado. A narrativa de sua vida é relatada a partir de uma seqüência ordenada e linear, apresentando os cargos políticos e militares que o biografado ocupou ao longo da sua trajetória profissional. Contudo, o aspecto mais ressaltado por Antônio Soares foi o talento de Codeceira para a atividade intelectual. Segundo o biógrafo, desde a mocidade, o seu biografado apresentava um “espírito inclinado para o plano das letras.”¹⁹⁷⁵ Antônio Soares constrói uma narrativa que postula um sentido orientado para a vida de Codeceira, como se este, desde sempre, apresentasse uma tendência para a atividade intelectual. Nesse aspecto, o talento erudito de Codeceira é considerado por Antônio Soares como parte integrante de sua trajetória de vida, um percurso orientado, um

¹⁹⁷¹ SOARES. Antônio de. Major José Domingues Codeceira – Notas biographicas. In: **RIHGRN**. Natal. Volume II. Número 2. 1904. p.355.

¹⁹⁷² Idem. p.360.

¹⁹⁷³ Idem. p.361.

¹⁹⁷⁴ Idem. p.358.

¹⁹⁷⁵ Idem. p.356.

projeto, o qual poderia ser identificado desde o começo de sua juventude. A vida do biografado, especialmente a sua inclinação para as letras e a ciência, é a expressão de um sentido de vida, de um direcionamento de sua existência, marcadamente caracterizada pelo reconhecimento intelectual. Nesses termos, a biografia escrita por Antônio Soares é uma tentativa de dar sentido, uma coerência, a uma existência narrada.¹⁹⁷⁶

Conforme a biografia escrita por Antônio Soares, a tendência de Codeceira para a atividade intelectual é marcada, especialmente, pelo ofício de historiador. Antônio Soares descreve seu biógrafo como um homem da história, voltado para a pesquisa documental e para a resolução de pontos obscuros dos fatos históricos do país.¹⁹⁷⁷ Segundo o biógrafo, os mais importantes pontos elucidados por Codeceira foram: a reivindicação que fez para Pernambuco, na questão do berço do primeiro mártir da República – uma disputa pela memória republicana construída pelos mineiros, em torno da figura de Tiradentes –, alegando o pioneirismo do pernambucano Bernardo Vieira, e a naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão.¹⁹⁷⁸ É preciso mencionar que, um pouco antes de sua morte, Codeceira estava iniciando a escrita de sua obra sobre Felipe Camarão, trabalho este que o major “demonstraria cabalmente que o Rio Grande do Norte foi o berço glorioso do valente chefe da tribu petiguar.”¹⁹⁷⁹ Como iremos tratar posteriormente neste capítulo, tal posicionamento de Codeceira, pernambucano e sócio do IAGP, foi utilizado como argumento de autoridade em favor da tese da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão. Talvez seja por isso que o IHGRN tenha eleito Codeceira como integrante do rol de membros da instituição. Seu posicionamento em prol à causa do Rio Grande do Norte, na questão da naturalidade de Felipe Camarão foi, sem sombra dúvida, o principal serviço prestado por Codeceira, ao torrão da sua juventude, na avaliação dos sócios do IHGRN. A biografia escrita por Antônio Soares sinaliza a demonstração de gratidão do corpo de membros do Instituto a essa postura do sócio pernambucano. Além disso, era uma forma de homenageá-lo pela sua laureada defesa e engrandecimento da *Pátria*, sobretudo, pelos seus serviços prestados na condição de major e intelectual.¹⁹⁸⁰ É por esse motivo que Antônio Soares fez questão de salientar que a biografia era uma manifestação da veneração à memória do seu biografado.¹⁹⁸¹

¹⁹⁷⁶ BORDIEU. Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁹⁷⁷ SOARES. Antônio de. **Op. cit.** p. 357.

¹⁹⁷⁸ Idem. p.358.

¹⁹⁷⁹ Idem.

¹⁹⁸⁰ Idem. p.359.

¹⁹⁸¹ Idem. p.360.

A estrutura da narrativa da biografia de José Bernardo, escrita por Manoel Dantas, não foi diferente do texto de Antônio Soares. Os dois autores limitaram-se a dar ligeiros traços, pequenas informações, dos seus biografados. Assim como no texto de Antônio Soares, Manoel Dantas escreve um elogio ao seu conterrâneo José Bernardo, enaltecendo-o pela sua individualidade enquanto um preponderante político do Rio Grande do Norte, bem como as suas virtudes morais, tais como: altruísmo, generosidade, bondade, honestidade etc., sendo a maior parte delas associada à dimensão da sua vida pública.¹⁹⁸² Semelhantemente aos textos necrológicos e à biografia escrita por Antônio Soares, Manoel Dantas relata os aspectos mais gerais do seu biografado: a data do seu nascimento, filiação, naturalidade, uma breve informação sobre sua infância e a trajetória política – este último sendo o elemento mais destacado da biografia. Manoel Dantas segue o traço comum da maior parte das biografias e necrologias publicadas pelo IHGRN: a ênfase na dimensão política do indivíduo. O destaque à vida notória é um reflexo da própria concepção de história que norteou os trabalhos divulgados na revista do IHGRN, qual seja, uma história política, a qual evidenciava o papel dos *grandes homens* nos acontecimentos históricos. Nesse sentido, a vida de José Bernardo é narrada a partir da sua trajetória política. Assim como fez Antônio Soares, na biografia sobre Codeceira, Manoel Dantas constrói a ideia de que, desde a infância, o seu biografado manifestava uma tendência para os negócios públicos, dando sentido à existência de José Bernardo, a partir de sua relação com o mundo político.¹⁹⁸³ Seu biografado é descrito como uma das mais fortes representações políticas do estado, comprometido, ao mesmo tempo, com a história e o progresso do Rio Grande do Norte, o que justifica, para Manoel Dantas, não só a sua condição de sócio do IHGRN, mas também a veneração de sua memória pelos seus consócios.¹⁹⁸⁴ Novamente, a biografia é colocada como um dever de memória.

Como podemos perceber, as biografias escritas por Antônio Soares e Manoel Dantas seguiram a mesma estrutura da narrativa das necrologias. Não foram as únicas. As biografias de Manuel Praxedes Benevides Pimenta, Manoel Moreira Dias, Manoel Segundo Wanderley, Olympio Vital, Joaquim Nabuco, Manoel Hemeterio Raposo de Mello, Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo, João Baptista Regueira Costa, José de Moraes Guedes Alcoforado, Pedro Soares de Amorim, seguiram a mesma configuração. Contudo, é preciso salientar, como já foi dito, que nem todas as biografias publicadas pelo IHGRN e escritas pelos seus sócios entre, 1903 a 1927, foram elaboradas nos mesmos moldes dos textos necrológicos. A

¹⁹⁸² DANTAS, Manoel. Senador José Bernardo – Traços biographicos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume V. Número 2. 1907. p.388.

¹⁹⁸³ Idem. p.390.

¹⁹⁸⁴ Idem. p. 389 e 393.

biografia de Luiz Gonzaga de Brito Guerra, o Barão de Assú, publicada em 1919, tem uma formatação um pouco diferente das demais.

Primeiramente, não se configurava como um elogio fúnebre. O biografado, Barão do Assú, falecera em 1896.¹⁹⁸⁵ Segundo, sua biografia não foi escrita por um orador do Instituto, mas pelo seu filho, Felipe Guerra, que mais tarde entrara para o rol de membros do IHGRN, a pedido de Nestor Lima, até então 2º secretário do Instituto.¹⁹⁸⁶ Terceiro, a referida biografia continha mais páginas do que as necrologias e a maior parte dos textos biográficos. Quarto, além dos elementos mais gerais das biografias, tais como: naturalidade, filiação, trajetória política, o elogio às virtudes do biografado e os serviços prestados ao Rio Grande do Norte, o texto escrito por Felipe Guerra dedicou-se, em parte, ao registro genealógico da família Brito Guerra, cujas raízes advinham da região sertaneja da província, mais especificamente do *Seridó*.¹⁹⁸⁷ Pela primeira e única vez, pelo menos em 25 anos de existência do Instituto, a genealogia fez parte da narrativa de vida de um biografado. A ancestralidade anunciada por Felipe Guerra tinha uma razão de ser: evidenciava a genealogia de uma das famílias que habitaram o *Seridó*.¹⁹⁸⁸

Como já anunciamos no capítulo passado, desde os anos de 1910, as elites seridoenses já se configurariam como forças políticas em ascensão no Rio Grande do Norte, o que levou alguns sócios do IHGRN, sobretudo aqueles advindos do *Seridó*, a se interessarem pelos personagens advindos da região sertaneja. Não é sem razão que a formação étnica do homem sertanejo é um dos pontos destacados por Felipe Guerra, na biografia sobre o seu pai. O Barão do Assú era a representação do tipo sertanejo do Norte, formado pela fusão dos elementos indígena e os descendentes portugueses, mais especificamente os bandeirantes.¹⁹⁸⁹ Dialogando com os intérpretes brasileiros do século XIX, sobretudo Euclides da Cunha, Felipe Guerra lançava mão dessa discussão para afirmar o sertanejo como a representação da conformação étnica do povo brasileiro. Nesse sentido, seu pai, assim como os seus ascendentes, advinha dessa formação étnica, genuinamente nacional.¹⁹⁹⁰ Como podemos perceber, a biografia de Felipe Guerra aborda outros aspectos que não aparecem nos textos necrológicos. A genealogia e a menção à formação étnica do biografado são colocadas como parte integrante da narrativa. Nesse ponto, a descrição da vida de Felipe Guerra distanciou-se

¹⁹⁸⁵ GUERRA, Philipe. Apontamentos sobre o Dr. Luiz Gonzaga de Britto Guerra. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVIII. Números 1 e 2. 1919. p.155.

¹⁹⁸⁶ Idem. p.129.

¹⁹⁸⁷ Idem. p.143.

¹⁹⁸⁸ Idem. p.131.

¹⁹⁸⁹ Idem. p.130.

¹⁹⁹⁰ Idem.

das demais produções biográficas do IHGRN. Contudo, não foi a única. As narrativas de vida, dedicadas a Pedro Velho e a Miguelinho, também se distanciam das necrologias e dos demais textos semelhantes, enquadrando-se numa série de biografias à parte. Analisamos as duas separadamente.

7.2.1 – Pedro Velho: o apóstolo da República no Rio Grande do Norte

Na edição de 1908, a revista do IHGRN publicou a sua maior biografia, contendo mais de oitenta páginas, dedicada a um dos seus sócios fundadores: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. O senador havia falecido em dezembro de 1907, e no mês seguinte, logo na primeira sessão ordinária de 1908, a diretoria do IHGRN decidiu que, naquele ano, seria publicada uma edição especial da revista “consagrada a memória do grande brasileiro.”¹⁹⁹¹ É interessante ressaltar que, até então, nenhum outro sócio falecido havia merecido tanta atenção por parte dos sócios do IHGRN. O prestígio e a influência política de Pedro Velho, entre os membros da agremiação, era bastante significativa. Como já foi dito alhures, a maior parte do quadro de sócios do Instituto havia sido apadrinhado político do líder do PRRN e mantinha relações estreitas com a família Albuquerque Maranhão. Isso explica o interesse da mesa diretora do IHGRN em render uma homenagem especial a Pedro Velho. Todavia, apesar de aprovada, a proposta não foi levada a cabo.¹⁹⁹² Luiz Fernandes esclarece o motivo: “bem ardua e difícil era, porém, a nossa empresa e, apenas, encetada, recuamos ante a impossibilidade de levá-la a efeito.”¹⁹⁹³ Em vez de uma edição especial da revista, dedicada ao senador, os sócios do IHGRN acordaram em publicar apenas a sua biografia.¹⁹⁹⁴

O Instituto incumbiu Luiz Fernandes da *missão* de escrever os traços biográficos de Pedro Velho.¹⁹⁹⁵ Conforme o biógrafo, o seu objetivo não era registrar a história de vida do senador, fazendo crítica dos seus atos, mas sim pôr em relevo a figura do “inesquecível organizador da República no Rio Grande do Norte.”¹⁹⁹⁶ Nesse primeiro momento, fica claro que o compromisso de Luiz Fernandes não é o de estabelecer uma visão crítica quanto à trajetória política de Pedro Velho, antes, é torná-lo evidente como a principal personagem do

¹⁹⁹¹ACTA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XI, XII, XIII. 1913 a 1915. p.353.

¹⁹⁹² Não encontramos nas atas do IHGRN qualquer explicação sobre a razão da proposta não ter sido levada adiante.

¹⁹⁹³ FERNANDES SOBRINHO, Luiz. Senador Pedro Velho – Traços biográficos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 2. 1908. p.227-228.

¹⁹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁹⁵ Idem. p.313.

¹⁹⁹⁶ Idem. p.228.

regime republicano no estado. Em outras palavras, o escopo de Luiz Fernandes era colocar Pedro Velho como um dos protagonistas da memória republicana norte-rio-grandense. Por essa razão seu texto não era apresentado como um trabalho crítico, afinal de contas Luiz Fernandes deixava claro que a biografia era também uma expressão de gratidão pessoal ao amigo e uma forma individual de homenagear a sua memória.¹⁹⁹⁷ Neste caso, o imperativo da memória torna-se um dever não somente coletivo, mas igualmente individual.

Até aqui, vimos que nos discursos necrológicos, os oradores expressavam um sentimento de dívida de gratidão, como uma manifestação coletiva dos vivos para com os mortos, e não uma demonstração individual ou pessoal. Luiz Fernandes fala do lugar de sócio do IHGRN, encarregado de elaborar uma biografia, mas também do lugar de amigo pessoal do biografado. Não é sem razão, pois Luiz Fernandes trilhou a sua trajetória política e jurídica sob os auspícios do PRRN, chefiado por Pedro Velho. Definitivamente, não havia qualquer preocupação de sua parte em relação à parcialidade de sua produção biográfica. O rigor da crítica histórica e a imparcialidade do historiador, tão defendidas por alguns historiadores, no oitocentos, passava à distância da escrita biográfica do IHGRN. O Instituto não fazia qualquer restrição à parcialidade dos textos biográficos. Não são raros os casos de membros que escreveram biografias e/ou necrologias dos seus parentes. Podemos citar o exemplo de Manoel Dantas, que escreveu os traços biográficos do seu parente, José Bernardo, em 1907, e de Felipe Guerra, que publicou uma biografia homenageando o seu pai, Luiz Gonzaga de Britto Guerra, em 1919.

Além de considerar o seu texto biográfico como uma forma de homenagear a memória do seu amigo e líder republicano no Rio Grande do Norte, Luiz Fernandes compreendia que sua empresa serviria como auxílio para que os historiadores do futuro pudessem escrever acerca de outras fases da história do “pranteado filho do Rio Grande do Norte.”¹⁹⁹⁸ Conforme o referido sócio, sua biografia limitava-se apenas à primeira fase da vida de Pedro Velho, que compreenderia desde a sua infância até o momento em que o biografado tornaria-se líder do movimento republicano no Rio Grande do Norte. Sua biografia serviria de base para a posteridade, cabendo aos historiadores do futuro continuar a história de vida de Pedro Velho, mais especificamente o que ele chamou de segunda fase, isto é, do período de liderança republicana em diante.¹⁹⁹⁹

¹⁹⁹⁷ Idem. p.313.

¹⁹⁹⁸ FERNANDES, Luiz. **Op. cit.** p.298.

¹⁹⁹⁹ Idem. p.228.

Cada momento da vida de Pedro Velho é relatado como um preparo para a sua trajetória na política. Assim como em outros textos biográficos, a vida do biografado é postulada a partir do sentido de uma existência, como se fosse um caminho a ser percorrido, orientado, com um começo, etapas e um fim. A vida de Pedro Velho é narrada de forma teleológica, isto é, como um devir histórico que caminha em direção à instalação da República no Rio Grande do Norte. As primeiras lições da educação familiar, a formação educacional em Recife e na Bahia, onde cursou medicina, a criação do seu *Ginásio Rio-grandense*, suas aulas de história no *Atheneu Norte-rio-grandense* e o seu envolvimento no movimento abolicionista, já sinalizariam a constituição de uma virtude cívica e patriótica que o orientou em sua trajetória rumo à vida pública.²⁰⁰⁰ Dessa maneira, a biografia de Pedro Velho é construída pela narrativa de Luiz Fernandes como um todo, um conjunto coerente, sem contradições ou erros, e orientado, apreendido “como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto.”²⁰⁰¹ A política, mais especificamente, o seu envolvimento com o movimento republicano no Rio Grande do Norte, era considerado por Luiz Fernandes como um projeto, um destino, o qual se constituiu de forma naturalizada e anunciada, desde sempre no percurso de sua biografia. Todavia, a vida de Pedro Velho não foi associada apenas à sua liderança no movimento republicano no Rio Grande do Norte. Na parte IV da biografia, intitulada *Remindo os cativos*, Luiz Fernandes constrói outra imagem para Pedro Velho: o de líder abolicionista.²⁰⁰²

Os primeiros focos favoráveis à abolição da escravidão no Rio Grande do Norte, não partiram de Natal, mas vieram da região sertaneja, mais especificamente de Mossoró, cidade localizada na parte oeste da província. Em 6 de janeiro de 1883, o norte-rio-grandense Romualdo Lopes Galvão fundara a *Sociedade Libertadora Mossoroense* (SLB), juntamente com o cearense Joaquim Bezerra da Costa Mendes, sob o apoio do movimento abolicionista advindo do Ceará.²⁰⁰³ A partir de 1883, os abolicionistas da SLB passaram a disseminar a ideias libertadoras entre os proprietários de escravos da cidade, bem como nas adjacências, além de dispensar recursos financeiros para a alforria de cativos. Mossoró passou a ser um polo de recepção de escravos fugidos de outras cidades, irradiando o movimento abolicionista na região oeste do Rio Grande do Norte. No dia 30 de setembro de 1883, todos os escravos da

²⁰⁰⁰ FERNANDES, Luiz. **Op. cit.** p.229-240.

²⁰⁰¹ BORDIEU, Pierre. **Op. cit.** p.185.

²⁰⁰² FERNANDES, Luiz. **Op. cit.** p. 237.

²⁰⁰³ Conferir as seguintes obras: CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a história de Mossoró**. 4ª edição. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 2001. (Coleção Mossoroense); ROSADO, Vingt-un. **Mossoró**. Fundação Vingt-un Rosado, 2006. (Coleção Mossoroense); GALVÃO, João Batista. **Subsídios para a história da abolição do cativo no Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 1982. (Coleção Mossoroense).

cidade foram alforriados, o que inspirou outros municípios adjacentes, como Assú (1885), Caraúbas (1887) e Triunfo (1887), a também libertarem seus cativos. Doravante, os letrados mossoroenses passaram a construir para a cidade a imagem de pioneira do movimento abolicionista do Rio Grande do Norte.²⁰⁰⁴ Durante o século XX, a identidade histórica da cidade foi elaborada a partir da imagem associada ao pioneirismo da libertação dos escravos, colocando Mossoró como centro da memória abolicionista do estado.

Na contramão da memória elaborada pelos mossoroenses, Luiz Fernandes destinava à figura de Pedro Velho a centralidade do movimento abolicionista no Rio Grande do Norte. Como já foi dito anteriormente, no início do século XX, a organização familiar dos Albuquerque Maranhão estava comprometida em elaborar uma identidade norte-rio-grandense, tomando a cidade de Natal e os personagens históricos ligados ao grupo, como André de Albuquerque de Maranhão e Augusto Severo, como centro da narrativa histórica do estado, construindo um discurso de unidade espacial, em face da existência de outros projetos identitários locais, capitaneados pelos homens de letras do Seridó e de Mossoró.²⁰⁰⁵ Pelo menos nos primeiros quinze anos de sua existência, o IHGRN fez parte da estratégia do projeto identitário levado a cabo pelo grupo familiar dos Albuquerque Maranhão. Não é por acaso que, nesse período, a memória e a historiografia produzidas *no e pelo* Instituto, não tenham dedicado-se aos aspectos históricos ligados ao Seridó e/ou Mossoró. Em 25 anos, a ênfase da produção intelectual do IHGRN concentrava-se no estado como um todo, como uma especialidade unida, apesar da diversidade, tratando-se muito pouco da história e da geografia dos municípios norte-rio-grandenses.

O esforço de Luiz Fernandes, em afirmar a liderança de Pedro Velho no movimento abolicionista no Rio Grande do Norte, era um reflexo da própria estratégia identitária articulada pelo grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, nas duas primeiras décadas da República. Todavia, diante do pioneirismo de Mossoró na abolição da escravidão no Rio Grande do Norte, como dar sentido à liderança de Pedro Velho no movimento? A estratégia de Luiz Fernandes é simples: desqualificar a atuação dos primeiros abolicionistas, em detrimento da inteligência de Pedro Velho, para dar curso ao movimento. Vejamos:

²⁰⁰⁴ Conferir: BRAZ, Emanuel Pereira. **A abolição da escravidão em Mossoró: pioneirismo ou manipulação do fato.** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 1999 e COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Mossoró não cabe num livro:** Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade. João Pessoa: Ideia. 2012.

²⁰⁰⁵ PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: PEIXOTO, Renato Amado (org.). **Nas trilhas da representação: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços.** Natal: EDUFRRN, 2012. p.13.

Mas os cruzados da liberdade invadiram a provincia desordenadamente, sem chefe e sem um centro estrategico, donde, combinados os planos de ataque, partissem, com probabilidade de bom exito, as vozes de comando.

Compreendeu isso o inteligente professor do Atheneu; e, pondo-se á frente do movimento libertador, no dia 1º de Janeiro de 1888, em reunião por elle convocada, fundou nesta cidade a *Libertadora Norte-Rio Grandense*, que, tomando o nobre generoso compromisso de libertar a provincia até 31 de Dezembro daquelle anno, tornou-se o centro da propaganda abolicionista de toda ella.²⁰⁰⁶

Afirma-se, primeiramente, a ausência de chefe e de um centro estratégico. Nitidamente, a SLB e os personagens históricos ligados à abolição em Mossoró, como: Romualdo Galvão e o cearense Almino Afonso, foram completamente silenciados por Luiz Fernandes. O silenciamento desses personagens, em face da evidência de Pedro Velho, era uma forma de deslegitimar, indiretamente, a liderança mossoroense na memória da abolição, afinal de contas, o evento da libertação dos escravos, juntamente com a proclamação da República, constituía-se como um dos principais acontecimentos da história recente do país. O intento era conferir aos Albuquerque Maranhão um lugar central na memória histórica desse acontecimento no estado. É interesse notar que, ao se referir à fundação da *Libertadora Norte-Rio Grandense* em Natal, por Pedro Velho, Luiz Fernandes coloca-a como centro da propaganda abolicionista de *toda* a província. O emprego do advérbio *toda* não foi desinteressado, pelo contrário, constrói um sentido abrangente, completo. A ideia era mostrar a província como um todo e não como uma parte, relegando um sentido mais geral em detrimento ao local. Em outras palavras, enquanto o movimento abolicionista encabeçado por Pedro Velho atingiria o todo, ou seja, em *toda a província*, o outro foco de abolição da escravidão, o de Mossoró, representaria apenas um acontecimento local, disperso, sem abrangência e influência em todo o Rio Grande do Norte. Nesse sentido, Pedro Velho, e não Romualdo Galvão ou Almino Afonso, era o verdadeiro “verbo irresistível da liberdade” que doutrinava e convencia os norte-rio-grandenses a aderirem à abolição.²⁰⁰⁷ Segundo Luiz Fernandes, os seus atos registrados no *Boletim da Libertadora Norte-Rio-Grandense* atestariam o seu empenho em propagandear a abolição, “propondo acções de liberdade e requerendo *habeas corpus* em favor dos captivos, indo pessoalmente aos municipios mais proximos installar e movimentar as sociedades locaes, fallando ao povo.”²⁰⁰⁸ Por meio da biografia escrita por Luiz Fernandes, Pedro Velho teve seu assento na memória da abolição no Rio Grande do Norte.

²⁰⁰⁶ FERNANDES, Luiz. **Op. cit.** p. 237

²⁰⁰⁷ Idem. p.239

²⁰⁰⁸ Idem.

A figura de Pedro Velho esteve associada também a outro acontecimento importante da história recente do país: a instalação da República. Assim como no evento da abolição na província, Pedro Velho é apresentado como protagonista, líder do movimento e propagandista. Sem sombra de dúvida, a associação de Pedro Velho ao novo regime político é o aspecto mais explorado por Luiz Fernandes na biografia. O motivo é evidente: Pedro Velho representava a principal força política do estado, nos primeiros momentos do novo regime no Rio Grande do Norte, havendo um claro interesse em torná-lo como um dos personagens centrais da memória republicana norte-rio-grandense. É por esse motivo que Luiz Fernandes vincula Pedro Velho à tradição republicana, colocando-o como aquele que realizara o sonho de Miguelinho.²⁰⁰⁹ Dessa forma, Luiz Fernandes urdia uma narrativa que situava, num mesmo plano, a emergência da República no estado com o movimento de Pedro Velho no cenário político do Rio Grande do Norte. Mais do que isso, a memória republicana do estado confundia-se com a própria história de vida de Pedro Velho. O relato do acontecimento e a narrativa de vida estavam fundidas. Por meio da escrita biográfica de Luiz Fernandes, Pedro Velho entra para o *panteão* de norte-rio-grandenses republicanos, ao lado de Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão.

Para dar significado simbólico e legitimidade à figura de Pedro Velho, Luiz Fernandes utilizou-se de um expediente bastante comum entre os letrados brasileiros do final do século XIX e início do XX: conferir um aspecto sagrado, evangélico, ao personagem histórico associado à tradição republicana. O título do capítulo V da biografia, *Pregando a Republica*, sugeria uma leitura sacra para a trajetória bastante laica de Pedro Velho, como propagandista do republicanismo. Luiz Fernandes mobilizou algumas imagens do repertório sagrado do mundo cristão para caracterizá-lo: *batista do novo evangelho, apóstolo da república, evangelizador, pregador*. Esses conceitos revestiam simbolicamente a sua figura, enquanto propagandista e idealizador do movimento republicano no Rio Grande do Norte.²⁰¹⁰ Apesar da laicidade da República, a difusão das ideias do regime era concebida como uma atividade sagrada. Esse tom venerável da narrativa implicava em uma leitura sacralizada da memória republicana. É por essa razão que Luiz Fernandes apresenta Pedro Velho como o *evangelizador* das grandes ideias republicanas no estado.²⁰¹¹

Ao colocá-lo na condição de propagandista e idealizador do movimento republicano no Rio Grande do Norte, Luiz Fernandes contrapunha-se ao pioneirismo dos seridoenses. A

²⁰⁰⁹ Idem. p.266

²⁰¹⁰ Idem. p.284

²⁰¹¹ Idem.

cidade de Caicó, localizada no *Seridó*, havia sido o berço do republicanismo do Rio Grande do Norte, em meados dos anos 80, e não a capital da província.²⁰¹² Segundo Almir Bueno de Carvalho, Pedro Velho tornou-se um republicano tardiamente, por insistência de seu primo João Avelino – que já defendia a criação de um partido republicano na província, em fins da década de oitenta – “mas, a partir do momento em que resolveu aderir, convencido da fatalidade da implantação da República no Brasil, tornou-se figura de proa, fundando o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, do qual foi o único líder.”²⁰¹³ Luiz Fernandes tratou apenas do movimento encabeçado por Pedro Velho, silenciando a atuação dos núcleos republicanos norte-rio-grandenses que atuavam dentro e fora da província, antes mesmo da adesão do seu biografado. Semelhantemente ao caso do movimento abolicionista, a razão para o silenciamento de Luiz Fernandes, em relação a outros personagens do republicanismo no Rio Grande do Norte, deve-se ao seu interesse em assinalar a centralidade de Pedro Velho e de Natal na memória republicana do estado. Em síntese, enfatizar a liderança de Pedro Velho nos movimentos abolicionistas e republicanos era uma estratégia identitária que conferia à organização familiar dos Albuquerque Maranhão e à cidade de Natal o protagonismo nas narrativas históricas do Rio Grande do Norte. Interditava-se, portanto, a leitura regionalista do Seridó e de Mossoró, no que tange aos recentes acontecimentos históricos do país.

Além de propagandista, Luiz Fernandes descreve o seu biografado como o organizador da República no estado: “Cabendo ao dr. Pedro Velho a gloria de iniciar o governo republicano no Rio Grande do Norte, fel-o condignamente, observando a risca o seu programma de governo forte e justo.”²⁰¹⁴ Para Luiz Fernandes, a grande obra da vida do seu biografado residia na organização republicana no Rio Grande Norte, acontecimento este que o imortalizaria.²⁰¹⁵ Esta obra não era produto do acaso. De acordo com o biógrafo, a condição de propagandista e chefe do partido republicano da província, possibilitou naturalmente a indicação de Pedro Velho para assumir o comando do provisório governo republicano no estado.²⁰¹⁶ Na percepção de Luiz Fernandes, o biografado reuniria as condições necessárias para preparar o estado e os norte-rio-grandenses para o início da vida republicana.²⁰¹⁷ Este encargo o colocava não só como um servidor do Rio Grande do Norte, mas também da

²⁰¹² BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFURN, 2002. P. 62-63.

²⁰¹³ Idem. p.83.

²⁰¹⁴ FERNANDES, Luiz. **Op. cit.** p.292

²⁰¹⁵ Idem p.293

²⁰¹⁶ Idem. p.287

²⁰¹⁷ Idem. p.292

Pátria.²⁰¹⁸ Assim como nas necrologias e em outros textos biográficos, os serviços do biografado, prestados ao estado e à nação, justificariam por si mesmos as homenagens do IHGRN à memória do venerando republicano.

Como acabamos de mostrar, a narrativa de vida de Pedro Velho esteve associada à memória abolicionista e republicana no Rio Grande do Norte. A biografia do líder da família Albuquerque Maranhão era um esforço por parte de Luiz Fernandes em alocá-lo no *panteão* dos norte-rio-grandenses ilustres. Nesse sentido, Pedro Velho juntara-se a André de Albuquerque e Miguelinho na galeria de republicanos norte-rio-grandenses.

7.2.2 – Miguelinho: o mártir norte-rio-grandense de 1817

Sem sombra de dúvida, Miguelinho tornou-se o principal personagem da memória republicana norte-rio-grandense. Foi o único filho do Rio Grande do Norte a ser homenageado no centenário de sua morte. As comemorações organizadas pelo IHGRN, alusivas ao seu *martírio*, não foram as únicas atividades dedicadas à sua memória. Além de desfiles cívicos, discursos, missa campal, monumentos etc., o Instituto publicou duas biografias do herói norte-rio-grandense de 1817. Na verdade, as biografias foram republicadas.

Ao longo dos seus 25 anos de existência, o IHGRN republicou três biografias: a de Antônio Florêncio Pereira do Lago, escrita por Visconde de Taunay, em 1893, e duas sobre Miguelinho. O interesse do Instituto nessas republicações era arquivar tudo que dizia respeito aos ilustres norte-rio-grandenses que haviam participado de acontecimentos importantes da história do Brasil, o que reforçava o seu escopo de construir, a partir deles, o lugar do Rio Grande do Norte na memória histórica da nação. Miguelinho e Antônio Florêncio Pereira do Lago eram personagens interessantes para a concretização dessa empresa. O primeiro estava associado à *Revolução de 1817*, e o segundo à Guerra do Paraguai.²⁰¹⁹ Por ora, dedicaremos apenas a analisar as biografias sobre Miguelinho, escritas por Francisco de Souza Pinto e Manoel Dantas.

Publicado pelo *Almanak do Rio Grande do Norte*, em 1897, o artigo intitulado *Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho)*, de Manoel Dantas, foi um dos primeiros textos biográficos a respeito de Miguelinho, no movimento de 1817. Manoel

²⁰¹⁸ Idem.

²⁰¹⁹ TAUNAY, Visconde. Biographia do Coronel Antonio Florencio P. do Lago. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927.

Dantas escreveu o que ele chamou de *Traços Biográficos do herói norte-rio-grandense de 1817*, divulgando-os aos seus patrícios por meio de um destacado gênero impresso, muito em voga no século XIX e que estimulava a curiosidade, o desejo e o gosto pela verdade: o almanaque.²⁰²⁰

O *Almanak do Rio Grande do Norte* era propriedade da *Empreza Graphica de Renaud & C*, sociedade industrial e comercial pertencente aos seridoenses: Diógenes da Nóbrega, José Renaud e Manoel Dantas.²⁰²¹ Este último foi o responsável pela organização do *Almanak*, contando com o auxílio de outros homens de letras do estado: Luiz Fernandes Sobrinho e Pedro Soares de Araújo.²⁰²² No Capítulo 3, vimos que esses letrados estavam inseridos no grupo de beletistas do estado, diretamente comprometidos com o agenciamento da cultura e com a produção da identidade histórica norte-rio-grandense. Somado a isso, havia também o interesse financeiro da própria empresa *Renaud & C*, que custeou sozinha, todos os 100 exemplares da primeira edição do almanaque. Desse modo, a emergência do *Almanak* esteve vinculada tanto aos interesses econômicos dos donos da gráfica patrocinadora, já que os almanaques em geral possuíam um mercado em profusão no Brasil oitocentista,²⁰²³ bem como dos letrados norte-rio-grandenses dispostos a promover um conjunto de saberes *no e sobre* o Rio Grande do Norte, como podemos observar no prólogo do almanaque:

Para muitos passa quasi um axioma que o Rio Grande do Norte viverá sempre fadado ao regresso e condemnado a acompanhar á distancia o progresso que tem desenvolvido nos Estados da Republica Brasileira. Essa idéa pouco lisongeira que se tem formado a nosso respeito é em parte devida ao pouco conhecimento que se tem geralmente deste Estado. E', porém, um facto incontestavel que todos os que aqui vêm, por mais que tragam o espirito prevenido, reconhecem a injustiça do desfavor com que somos julgados fóra, e não poupam encomios ao generoso povo norte-rio-grandense e ao desenvolvimento e prosperidade da nossa terra. Fazer propaganda de tudo que é rio-grandense, tornando conhecidos a sua riqueza, o seu progresso, a sua historia, o seu territorio, as suas cousas, os seus homens, é um dos maiores serviços que se póde prestar ao Estado. Foi obedecendo a esses sentimentos que nos resolvemos a publicar um Almanak do Estado, vasto repositorio de informações e meio de propaganda para chamar a attenção geral sobre esta terra injustamente julgada.²⁰²⁴

²⁰²⁰ DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte: Editora Humanitas, 2005. p.17

²⁰²¹ DANTAS, Manoel. **Homens de Outr'ora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941

²⁰²² CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **O ensaio de uma identidade: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898)**. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008. p.11

²⁰²³ DUTRA, Eliana de Freitas. **Op. cit.** p.23.

²⁰²⁴ Porque publicanos um Almanak. In: **Almanak do Rio Grande do Norte**. Ano 1. Natal: Renand & Cia. 1897.p.4.

Nesse trecho, os editores deixam claro aos seus leitores qual o objetivo do *Almanak*: “fazer propaganda de tudo que é rio-grandense”. O escopo é conferir uma dada visibilidade ao estado, evidenciando aos leitores suas riquezas materiais, sua história, sua geografia e a biografia dos seus heróis. Desta forma, os editores do *Almanak* construíram para si a ideia de que estavam prestando um serviço útil ao estado, *fazendo-lhe justiça*, isto é, retirando-o da obscuridade e do desconhecimento. Conforme Eliana de Freitas Dutra, desde o seu surgimento, por volta do final do século XV, na Europa, os almanaques caracterizaram-se como um tipo de impresso colocado a serviço da utilidade, do entretenimento, da formação, “aliando moral e ensinamento prático, saber e diversão”.²⁰²⁵ Sua estruturação e seus conteúdos possibilitaram uma ampla circulação, transformando-se em um instrumento pedagógico útil e eficaz na instrução do povo.²⁰²⁶ Assim como os primeiros almanaques publicados, os editores do *Almanak do Rio Grande do Norte*, almejavam que seu empreendimento pudesse *servir de utilidade* e agradar aos seus leitores.²⁰²⁷ Já aludimos alhures que entre os séculos XIX e XX, os homens de letras colocavam-se como agentes sociais responsáveis pela instrução pedagógica da sociedade. A partir dos conhecimentos disseminados pelo *Almanak*, os leitores norte-rio-grandenses e de outros estados teriam acesso às informações principais acerca do estado. Em outras palavras, os editores do *Almanak* comprometiam-se em retirar o Rio Grande do Norte da obscuridade, produzindo conhecimentos acerca da sua história, geografia e de seus patrícios ilustres.

A rigor, o *Almanak do Rio Grande do Norte* seguia a mesma estruturação temática dos almanaques europeus do século XIX. Desde os séculos XVI e XVII, as primeiras edições dos almanaques continham calendários, medidas do tempo, jornadas do céu e da lua, festas religiosas, horóscopo etc.²⁰²⁸ No século XIX, a estrutura da organização temática dos almanaques permaneceu praticamente a mesma daquela dos séculos anteriores, fazendo-se presente, além dos calendários e das cronologias que o acompanham e do horóscopo “os preceitos morais, as biografias, as narrativas de eventos históricos, as ciências, seguidos de curiosidades, ditados, poemas, charadas, jogos, medicina doméstica”.²⁰²⁹ Em sua primeira e

²⁰²⁵ DUTRA, Eliana de Freitas. **Op. cit.** p.16.

²⁰²⁶ *Idem.*

²⁰²⁷ Aos nossos leitores. In: **Almanak do Rio Grande do Norte**. Ano 1. Natal: Renand & Cia. 1897.p.3.

²⁰²⁸ Entre os séculos XVII e XIX, os almanaques passaram a ter vários modelos e formas: almanaques agrícolas, de saúde, literários, históricos, de recreação, de cidades, administrativos etc: “sempre com espaço reservado aos calendários, via de regra com os santos do dia, e ao horóscopo, sobrevivência dos grandes prognósticos astrológicos”. DUTRA, Eliana de Freitas. **Op. cit.** p.17.

²⁰²⁹ *Idem.*

única edição, publicada em 1897,²⁰³⁰ o *Almanak do Rio Grande do Norte* trazia os elementos gerais que configurariam historicamente a estrutura e os conteúdos dos almanaques. Em seu único exemplar, os editores publicaram: a) informações gerais sobre a estrutura orgânica do estado – dados sobre o funcionalismo público, repartições públicas e instituições jurídicas e administrativas etc. – e da capital – números sobre a economia do município, informativo sobre a imprensa local, dados da tesouraria municipal e da instrução pública etc.; b) receitas medicinais e de culinária; c) literatura recreativa; d) movimento astrológicos, tais como: as classificações das nuvens, as fases das luas e das marés em Natal e os dias de eclipses; e) informações acerca dos feriados nacionais, estaduais e municipais; f) calendário anual, o qual noticiava algum acontecimento histórico, ocorrido no Brasil e no Rio Grande do Norte, em uma dado dia e mês, bem como a datas ligadas à morte de algum personagem histórico do panteão nacional e estadual;²⁰³¹ e por fim, g) a biografia do frei Miguelinho. Como podemos perceber, havia uma significativa diversidade temática na estrutura de organização do *Almanack do Rio Grande do Norte*, o que era bastante comum aos almanaques de maneira geral. O caldeamento temático reforçava a própria perspectiva, didático-pedagógica, inscrita no interior dos almanaques. Tratava-se de tudo, desde a literatura recreativa à divulgação de conteúdos científicos. A razão disso se deu pelo próprio momento da vida cultural do ocidente, na passagem do século XVIII ao XIX, caracterizado pela defesa dos valores da civilização e do progresso. Nesse sentido, os almanaques, assim como outros veículos de difusão do saber, colocaram-se a serviço do progresso, da ciência e da difusão de valores da modernidade.²⁰³² Os editores compreendiam a publicação do *Almanak do Rio Grande do Norte* como uma expressão do progresso e da civilização no estado. O escopo era agradar e instruir os seus leitores.

Dentre o conjunto geral das informações difundidas pelo *Almanak do Rio Grande do Norte*, gostaríamos de destacar apenas uma: a biografia do Frei Miguelinho. Diante disso, uma questão coloca-se: por que um texto biográfico faria parte de um almanaque? Um primeiro aspecto a ser destacado diz respeito à relevância que muitos homens de letras do século XIX atribuíram à biografia. Como já discutimos alhures, a biografia se impôs como um gênero requisitado por alguns historiadores oitocentistas. A maioria dos almanaques oitocentistas do Brasil reservava um espaço específico para biografias. Os principais

²⁰³⁰ Segundo Mônica Vitória de Carvalho, a falta de recursos da editora Renaud e Cia. limitou a publicação deste anuário a apenas o primeiro número. CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **Op. cit.** p.30.

²⁰³¹ Por exemplo, no dia 15 de novembro de 1897, os leitores são informados acerca do dia da proclamação da República no Brasil. A mesma coisa ocorre no dia da independência do Brasil. **Almanak do Rio Grande do Norte**. Ano 1. Natal: Renand & Cia. 1897. p.283.

²⁰³² DUTRA, Eliana de Freitas. **Op. cit.** p.18.

intelectuais pernambucanos do século XIX, Joaquim de Mello e Pereira da Costa, dedicaram atenção especial à escrita biográfica, tornando seus conterrâneos ilustres objetos de exaltação de suas narrativas. Vários membros do IHGB fizeram um percurso semelhante. Os sócios da instituição integraram a biografia à escrita da história do país, enaltecendo-a tanto por sua capacidade de tornar vivos os personagens e as experiências históricas “quanto pela força persuasiva de suas lições”.²⁰³³

A possibilidade de fornecer exemplos ao presente é outro aspecto a ser considerado em relação à questão que levantamos. Maria da Glória de Oliveira chama a atenção para o fato de que nos anos oitocentos, a biografia atendia aos imperativos mais imediatos da *historia magistra vitae*, qual seja: “fixar os nomes e exemplos do passado, oferecendo-se à imitação dos leitores no presente”.²⁰³⁴ Não é por acaso que Manoel Dantas tenha destacado o caráter exemplar de Miguelinho quanto à defesa da República, em 1817: “O seu exemplo foi fecundo e a liberdade republicana, sonhada pelo herói em 1817, fructificou e corporificou-se na Republica de 15 de Novembro de 1889”.²⁰³⁵ Para Manoel Dantas, o novo regime republicano, emergido em 15 de novembro de 1889, nada mais foi do que uma consumação/corporificação de algo já tinha sido semeado no passado, graças ao martírio dos *heróis de 1817*. Nesse sentido, a morte de Miguelinho pela causa republicana seria um exemplo de ensinamento profícuo para “os obreiros da Patria Brasileira nesse trabalho de reconstrução, que ainda não está terminado.”²⁰³⁶ É imperioso destacar que o artigo de Manoel Dantas foi publicado em um período de grandes turbulências políticas, que ameaçaram seriamente a ordem do neófito regime republicano brasileiro.²⁰³⁷ Muitos jornais, letrados e políticos brasileiros interpretaram esse momento de instabilidade política do país como uma verdadeira ameaça ao novo regime. Isso explica a referência de Manoel Dantas “ao trabalho de reconstrução” e ao caráter não acabado da República no Brasil. Para ele, a biografia de Miguelinho tinha uma importância ímpar nesse contexto de crise política do país e de ameaça ao novo regime, pois a partir do exemplo do passado, os brasileiros do presente seriam instruídos a defender os ideais da República. A biografia guiaria os patrícios brasileiros do presente a reconstruírem e finalizarem a obra dos republicanos do passado.

²⁰³³ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história:** a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.59.

²⁰³⁴ Idem.

²⁰³⁵ DANTAS, Manoel. Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho) – Traços biographicos. In: **Almanak do Rio Grande do Norte.** Ano 1. Natal: Renand & Cia. 1897. p.21.

²⁰³⁶ Idem.

²⁰³⁷ Conferir: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República.** São Paulo: Brasiliense. 1986.

Dessa forma, a biografia de Miguelinho, republicano de outrora, foi posta a serviço da legitimação da ordem política vigente.

O terceiro e último aspecto que explicaria a publicação da biografia de Frei Miguelinho no *Almanak* diz respeito à sua contribuição para a formação da identidade histórica do Rio Grande do Norte. Os letrados norte-rio-grandenses do final do século XIX consideravam a narrativa das ações dos indivíduos célebres, como uma estratégia relevante no processo de construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória histórica da nação. Os traços biográficos de André de Albuquerque e Felipe Camarão já haviam sido realçados pela historiografia local e nacional. Os editores do *Almanak*, em particular Manoel Dantas, estavam interessados em aumentar o *panteão de heróis* do estado. Apenas Felipe Camarão possuía certa visibilidade no conjunto geral da narrativa histórica da nação. Fazia-se necessário para a historiografia norte-rio-grandense, do final do século XIX e início do XX, evidenciar outros personagens que se destacaram em algum acontecimento importante da memória histórica do Brasil. Destacar a participação de um norte-rio-grandense na liderança de um dos eventos históricos, considerado um dos principais na vanguarda da tradição republicana do país, era assaz importante para os homens de letras do Rio Grande do Norte, do final do século XIX e início do XX, engajados na construção da identidade histórica do estado. A biografia de Miguelinho atendia à expectativa dos letrados norte-rio-grandenses. Não é por acaso que o artigo de Manoel Dantas tenha sido escolhido para abrir a primeira e única edição do *Almanak do Rio Grande do Norte*. Longe de ser desinteressada, a escolha foi proposital: os leitores norte-rio-grandenses deparariam-se com a trajetória de um dos seus *heróis de 1817*. Dito de outro modo, os editores do *Almanak* começaram a sua propaganda do Rio Grande do Norte, tornando conhecido um dos seus patrícios ilustres.

Em 1907, os sócios do IHGRN republicaram a biografia escrita por Manoel Dantas. Todavia, o texto do *Almanak* foi reeditado, apresentando algumas alterações de datas que estavam incorretas, para atender “ao desejo manifestado pela *Revista do Instituto Histórico* de archivar tudo quanto se tem publicado sobre o grande martyr rio-grandense.”²⁰³⁸ Manoel Dantas dividiu seu texto em 2 partes: na primeira, tratou de relatar a *origem* do movimento em Pernambuco, o que ele chamou de *cenário*,²⁰³⁹ e, em seguida, voltou-se exclusivamente a biografia de Miguelinho e sua participação na revolução de 1817.

²⁰³⁸DANTAS, Manoel. Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho) – Traços biográficos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 5. Número 2. 1907. p.171. Doravante, usaremos este texto como fonte e não a versão publicada pela edição do *Almanak*.

²⁰³⁹ Idem. p.179.

No que tange à primeira parte do artigo, gostaríamos de destacar, inicialmente, o uso do conceito de *cenário*. Esta noção indica a própria forma com que Manoel Dantas representa o passado. Decerto, o *cenário* sugere uma imagem teatral da história. Manoel Dantas o considera, ao mesmo tempo, como um espaço onde desenrolam-se as cenas, isto é, os fatos históricos, nas quais decorrem as ações que vêm a ser objeto da trama historiográfica,²⁰⁴⁰ como também a disposição das forças que levaram à irrupção da *Revolução de 1817*. Em outras palavras, o *cenário* remete, concomitantemente, ao espaço onde as coisas aconteceram e ao *plano de fundo* que explica por que as coisas assim se sucederam. No que tange à explicação das causas da *Revolução de 1817*, a chave hermenêutica de Manoel Dantas estava diretamente atrelada às versões urdidas pela historiografia pernambucana do século XIX. Assim como Manoel Ferreira Nobre, Manoel Dantas relegou as interpretações produzidas por Varnhagen e Pereira da Silva. As notas de rodapé do seu artigo estavam repletas de citações de autores pernambucanos, especialmente os textos de Muniz Tavares e de Oliveira Lima. Além de mencionar os textos dos autores de referência, Manoel Dantas utilizou-se de documentos advindos dos arquivos do IAGP. O IHGRN ainda não havia sido fundado em 1897, o que levou o seridoense a compilar alguns manuscritos publicados pela *RIAGP*, para tecer sua narrativa. Isso implicou diretamente na sua forma de conceber a *Revolução de 1817*. Por exemplo, no que concerne à causa do movimento de 1817, Manoel Dantas endossou a interpretação de Muniz Tavares, o que significa dizer que, para ele, a animosidade entre brasileiros e portugueses foi fundamental para a irrupção do levante em Pernambuco: “Lavrava a intenso, como um fogo subterrâneo, esse espírito de discordia e de rivalidade entre brasileiros e portugueses que trazia uns e outros inquietos”.²⁰⁴¹ Os portugueses, aos quais Manoel Dantas refere-se, eram aqueles advindos com a Corte, uma fidalguia, segundo ele, “ociosa e faminta que acompanhara D. João VI e assenhoreara com exclusão acintosa dos nacionais.”²⁰⁴² Os portugueses seriam os representantes da tirania e do despotismo realista que caracterizava a política dos países europeus, do século XVIII e XIX. Em contraposição, os nacionais representariam as forças dotadas do sentimento de autonomia política, tão característico dos povos da América.

Assim como Muniz Tavares e Oliveira Lima,²⁰⁴³ a narrativa de Manoel Dantas sobre a *Revolução de 1817* foi construída a partir do binômio portugueses/brasileiros, o qual

²⁰⁴⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. O teatro da História: os espaços entre cenas e cenário. In: **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço. 2008. p. 80.

²⁰⁴¹ DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.177.

²⁰⁴² Idem. p.176.

²⁰⁴³ LIMA, Oliveira. **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico**. Leipzig: F. A Brockhaus. 1895. p.250.

corresponde à disputa de projetos políticos em rota de colisão, figurado por outros binômios: tirania/liberdade, antigo/novo regime e Europa/América. Desse modo, a maneira como Manoel Dantas organizou a primeira parte do seu texto, isto é, o *cenário* da revolução, se deu a partir da tensão desses pares antitéticos, semelhante às narrativas produzidas pela historiografia pernambucana do século XIX.²⁰⁴⁴ No entanto, o autor ressalta ainda outro aspecto que não deixa de realçar esta interpretação: a predisposição natural do Brasil para a emancipação.

Em última análise, parte da intelectualidade brasileira, das últimas décadas do século XIX, considerava a Independência como algo inscrito na natureza do país.²⁰⁴⁵ Como vimos, para muitos homens de letras sectários do pensamento regime republicano, dentre eles Manoel Dantas, alguns acontecimentos históricos, ocorridos no início do período colonial, como a expulsão dos holandeses em 1654, confirmavam a tendência autonomista brasileira.²⁰⁴⁶ Segundo ele, a vitória na guerra contra os batavos era uma expressão da conscientização das forças dos pernambucanos/brasileiros, em prol ao desenvolvimento do sentimento de liberdade perante a metrópole.²⁰⁴⁷ Dito de outro modo, assim como os brasileiros/pernambucanos lutaram contra os holandeses, a favor da liberdade e contra a tirania, os *nacionais* tomaram a mesma atitude frente ao domínio da corte lusitana. Nesse sentido, o *espírito de autonomia*, uma clara referência a uma espécie de manifestação metafísica, presente nas *Batalhas dos Guararapes*, era o mesmo que teria afirmado a Independência nacional no grito do Ipiranga, em 1822.²⁰⁴⁸ Iniciado na ocasião da expulsão flamenga, o *espírito de autonomia* teria atravessado a *história pátria*, figurando em vários acontecimentos históricos, sendo concretizado, de fato, em 1710, na guerra dos mascates, na sublevação de Vila Rica, em 1729, na Inconfidência de Minas de 1789, no projeto republicano de Pernambuco em 1800, na *Revolução de 1817* e no grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822.²⁰⁴⁹ Em síntese: “a patria livre tornara-se muito a aspiração geral dos brasileiros”.²⁰⁵⁰ Como podemos observar, para Manoel Dantas, a Independência estava atrelada ao passado por uma teleologia que já se encontrava inscrita na memória histórica da nação. Os eventos, distantes no tempo e no espaço, eram lidos como se fizessem parte de um mesmo movimento histórico, isto é, partilhavam de uma experiência contínua, linear e

²⁰⁴⁴ Nos referimos, especialmente, aos textos de Muniz Tavares e Oliveira Lima já mencionados nesse trabalho.

²⁰⁴⁵ SOUSA, Francisco Gouvêa de. **Op. cit.** p.151.

²⁰⁴⁶ *Idem.*

²⁰⁴⁷ DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.171-172.

²⁰⁴⁸ *Idem.*

²⁰⁴⁹ *Idem.* p.175.

²⁰⁵⁰ *Idem.* p.173.

teleológica, a qual dirigia-se à concretização de um futuro já posto. Conforme o historiador Francisco Gouvêa de Sousa, os republicanos brasileiros utilizaram-se dessa leitura como uma necessidade de encontrar a confirmação da Independência no passado, o que contribuiria também para a recepção da própria República, vista igualmente como um elemento presente na natureza da nação.²⁰⁵¹ Portanto, a narrativa sobre a *Revolução de 1817* era considerado um relato histórico relevante para as pretensões políticas dos letrados republicanos do final do século XIX, uma vez que realçava na memória nacional a naturalização da defesa da Independência e da luta pela República. Em se tratando, especialmente, da intelectualidade norte-rio-grandense do período, fazia-se necessário evidenciar o lugar do Rio Grande do Norte nessa memória republicana do país. Daí o interesse em escrever a biografia sobre um dos principais líderes da revolução.

Dentre a narrativa geral do *cenário da Revolução de 1817*, Manoel Dantas destacou o papel dos padres no movimento. Os sacerdotes foram alçados à condição de doutrinadores do movimento emancipacionista. Eram eles, segundo ele, que formaram a classe mais ilustrada da sociedade e que tomaram parte principal e ativa nas sublevações, “pagando alguns com a vida o seu amor á liberdade”.²⁰⁵² Apesar da liderança no movimento, os padres não foram os únicos a serem mencionados como defensores da Independência. A imprensa teve um papel salutar no processo emancipacionista, especificamente o *Correio Braziliense*, revista publicada em Londres, pertencente ao redator José Hipólito Pereira da Costa, tendo em vista que se dedicava à publicação de editoriais comprometidos em advogar a causa da liberdade das instituições em Portugal e da Independência do Brasil.²⁰⁵³ A citação à imprensa não era mero acaso. Boa parte da atuação de Manoel Dantas como homem de saber deu-se nas redações dos jornais de Caicó e de Natal. De certa forma, evidenciar a contribuição da imprensa no processo emancipacionista brasileiro era uma maneira de assinalar o lugar da instituição na memória histórica da nação, bem como uma forma de legitimá-la como um importante veículo de vanguarda política da sociedade. Dessa maneira, Manoel Dantas estava igualmente validando sua função social, enquanto agente da própria imprensa. Não é por acaso que apenas a imprensa e os padres foram realçados como promulgadores da emancipação política do país.

Além de serem caracterizados como doutrinadores do movimento, os padres foram descritos como *mártires*. A utilização desse conceito não é uma exclusividade de Manoel

²⁰⁵¹ SOUSA, Francisco Gouvêa de. **Op. cit.** p.150.

²⁰⁵² DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.177

²⁰⁵³ Idem.

Dantas. Manoel Ferreira Nobre e Alberto Maranhão já haviam feito uso do conceito para nomear os rio-grandenses do Norte envolvidos na *Revolução de 1817*. Todavia, não foi a historiografia norte-rio-grandense do século XIX que conferiu aos participantes da revolução a alcunha de *mártires*. Nem mesmo no relato de Muniz Tavares tal conceito aparece. Ao referir-se aos agentes da revolução, o historiador pernambucano descrevia-os como *patriotas* e não como *mártires*.

O padre lusitano Joaquim Dias Martins foi o primeiro estudioso a utilizar-se do conceito de *mártires* para referir-se aos envolvidos com a revolução de 1817. Em seu livro intitulado *Os Martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*, publicado em 1853, o padre Joaquim Dias Martins organizou a primeira lista dos participantes pernambucanos que morreram, segundo ele, em prol à *causa da liberdade*, na ocasião dos episódios dos mascates e da revolução de 1817. O padre destinou apenas algumas notas biográficas sobre os *mártires pernambucanos*, contendo em geral, o local e o ano de seus nascimentos, bem como suas filiações e atuações junto ao movimento.²⁰⁵⁴

As condições de possibilidade da obra são desconhecidas para nós. Contudo, sabemos que o padre Joaquim Dias Martins era lusitano e pertencia à *Congregação do Oratório* – ordem católica fundada em 1668, por Bartolomeu de Quental.²⁰⁵⁵ Na segunda metade do século XVIII, boa parte do clero pertencente à *Congregação* estabeleceu contato com as principais ideias do pensamento ilustrado europeu.²⁰⁵⁶ Tudo indica que a formação intelectual do padre Joaquim Dias Martins foi fortemente forjada, a partir do diálogo com a tradição ilustrada, o que explica a sua contrariedade à monarquia portuguesa. Não é por acaso que o padre tenha referido-se à reação da Coroa lusitana, aos movimentos pernambucanos, como sendo uma ação de tirania. A *Liberdade*, uma entidade em si mesma, por isso que o padre escreve com “L” maiúsculo, é colocada como o anteposto da tirania. O binômio tirania/liberdade aparece em seu escrito, denotando o mesmo sentido tratado por Muniz Tavares, na *História da Revolução de Pernambuco em 1817* (1840). Nesse sentido, a *Liberdade* dizia respeito à luta dos pernambucanos pela autonomia política em relação à monarquia lusitana. Do conflito de interesses gerados pelo binômio antitético surge um terceiro conceito: o *mártir*. A referência a este diz respeito não ao seu sentido religioso, mas

²⁰⁵⁴ MARTINS, Joaquim Dias. **Os Martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Tipografia de F. C. de Lemos e Silva. 1853.

²⁰⁵⁵BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Editora Hucitec; Recife: UFPE, 2006. p.154; SILVA, Iverson Geraldo da. O projeto anti-jesuítico: Verney, os oratorianos e a aliança com o estado português. **Sacrilegens**, v. 10, p. 1-167, 2014.

²⁰⁵⁶ Conferir: GOVASKI, Patrícia. Teodoro de Almeida e a Filosofia Natural em Portugal, na segunda metade do século XVIII. **Cantareira (UFF)**, v. 1, p. 34-44, 2013.

sim à luta pela *causa da liberdade*, isto é, a emancipação política. O *mártir* é o pernambucano ilustre que morreu defendendo a causa da *Pátria*. É por esse emotivo que Manoel Dantas considera tal evento como um *holocausto à liberdade* e os seus heróis como *mártires*.²⁰⁵⁷

Os letrados norte-rio-grandenses dos oitocentos, como Manoel Dantas, utilizaram-se do conceito empregado pelo padre Joaquim Dias Martins para caracterizar também as ações dos patrícios do Rio Grande do Norte, mortos por ocasião da revolução de 1817. A obra do padre oratoriano era uma referência para os estudiosos sobre o assunto.²⁰⁵⁸ Não é sem razão que o texto do padre Joaquim Dias Martins tenha sido citado por Manoel Dantas.²⁰⁵⁹

É como *mártir* que Manoel Dantas apresenta Miguelinho aos seus leitores do *Almanak do Rio Grande do Norte*. De início, como em toda biografia moderna, o seridoense cita a filiação, o local e o ano de nascimento do padre norte-rio-grandense. A narrativa sobre sua infância em Natal não é registrada, porque, segundo ele, não havia nenhum dado ou documento que retratasse sobre essa etapa da vida de Miguelinho.²⁰⁶⁰ É registrada apenas a mudança do biografado para o Recife, quando tinha 16 anos de idade, e sua entrada na ordem *Carmelita*. O restante da narrativa de vida de Miguelinho aponta para o seu ápice, o desígnio, a sua finalidade ulterior: a luta pela liberdade. Desse modo, a sua preparação para o sacerdócio e sua ida a Lisboa, a qual rendeu a amizade de Azeredo Coutinho, são colocadas como etapas que conferem uma trajetória de vida coerente e orientada para a concretização do desígnio do biografado. Apesar de não conter muitas informações biográficas e cronológicas sobre as fases iniciais da vida de Miguelinho, a narrativa de Manoel Dantas define um percurso, marcado por um deslocamento linear que tem um começo, etapas e um fim, “no duplo sentido, de término e de finalidade”.²⁰⁶¹

Para Manoel Dantas, a *vocação* de Miguelinho não estava relacionada à sua ordenação sacerdotal na ordem *Carmelita*, mas sim ao seu direcionamento para a vida secularizada. Conforme o biógrafo, o contato do padre carmelita com as instituições científicas e literárias em Lisboa, imergidas no pensamento ilustrado e no liberalismo político, e a aproximação com Azeredo Coutinho, foram determinantes para o seu processo de secularização: “fosse o resultado dessas relações mundanas, fosse a pouca vocação para o estado monacal ou o instinto de independência que o tornava avesso á disciplina do convento”.²⁰⁶² Ao utilizar-se da ideia de *vocação*, Manoel Dantas está sugerindo uma intenção imanente, *subjetiva* e

²⁰⁵⁷ DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.179.

²⁰⁵⁸ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **Op. cit.** p.154.

²⁰⁵⁹ DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.184.

²⁰⁶⁰ Idem. p.179.

²⁰⁶¹ BORDIEU. Pierre. **Op. cit.**183.

²⁰⁶² DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.184.

objetiva ao mesmo tempo, contida no projeto de vida de Miguelinho: o seu *instinto de independência*. É como se esta *vocação* estivesse sempre presente como uma tendência, uma latência, um instinto, pronto para ser desnudado em um dado momento de sua vida. Em vez de conduzi-lo à vida piedosa da fé católica, a *vocação* o direcionou para a vida secularizada.²⁰⁶³

A despeito de uma *vocação* secularizada voltada para o *instinto da independência*, o papel de Miguelinho na revolução é descrito por Manoel Dantas com um sentido religioso: “Homens que, como Miguelinho, faziam da liberdade um novo evangelho, (...)”.²⁰⁶⁴ Como podemos perceber nesse trecho, o *evangelho* de Miguelinho não se refere aos propósitos da fé cristã, mas à *causa da liberdade*. Manoel Dantas constrói uma narrativa da ação de Miguelinho sob o signo da linguagem simbólica, alegórica. O que é destacado na biografia do Miguelinho, de Manoel Dantas, não é o exercício do seu ofício religioso, mas sua ação religiosa em prol de uma causa secularizada: “Sectario ardente das doutrinas democraticas, impoz-se aos adeptos das ideias liberaes em Pernambuco que o escutavam como um oraculo, (...)”.²⁰⁶⁵ Miguelinho é considerado, concomitantemente, como um *doutrinador* não da fé, mas das ideias liberais e democráticas, e um oráculo, uma referência à religiosidade antiga, que revelava a importância da *causa da liberdade* aos seus alunos do *Seminário de Olinda*.²⁰⁶⁶ Para Manoel Dantas, a figura do doutrinador/oráculo era suficiente para explicar o motivo pelo qual *Miguelinho* foi colocado como um dos principais chefes da *Revolução de 1817*. Ademais, seu talento, sua prudência e sua compreensão do funcionamento dos governos democráticos levaram-no ao posto de secretário do governo provisório, o que “bem mostra a consideração em que era tido.”²⁰⁶⁷ Esse ponto é assaz importante para Manoel Dantas.

Além do papel de doutrinador e secretário do governo provisório, Manoel Dantas confere a Miguelinho um lugar proeminente na liderança da *Revolução de 1817*. Seu biografado é alçado à condição de diretor mental do movimento.²⁰⁶⁸ Segundo ele, a liderança intelectual de Miguelinho no levante era quase uma unanimidade entre os estudiosos da *Revolução de 1817*.²⁰⁶⁹ A rigor, os letrados oitocentistas que se debruçaram sobre o referido acontecimento tratavam os seus *heróis* de uma maneira muito mais coletiva do que individual. Pelos menos a princípio, a historiografia oitocentista não definiu quais seriam os principais

²⁰⁶³ Idem.

²⁰⁶⁴ Idem. p.188.

²⁰⁶⁵ Idem. p.185.

²⁰⁶⁶ Idem.p.184.

²⁰⁶⁷ Idem. p.185.

²⁰⁶⁸ Idem. p.195

²⁰⁶⁹ Idem.p.195

líderes da revolução. É a partir da emergência da República que nomes vinculados ao movimento de 1817, como o padre Roma e frei Miguelinho, passaram a ser alçados como heróis nacionais, defensores da *Pátria*, da liberdade e da soberania do país.²⁰⁷⁰ Nesse momento de instituição do *panteão dos heróis nacionais*, o texto de Manoel Dantas reforçava a proeminência de Miguelinho no movimento. Como foi mencionado, destacar a liderança de Miguelinho na *Revolução de 1817* tinha uma implicação prática para a construção da identidade histórica norte-rio-grandense, uma vez que assinalava a relevância do Rio Grande do Norte na construção da memória republicana da nação. Assim como Alberto Maranhão, Manoel Dantas compreendia que a biografia dos indivíduos célebres era um passaporte importante para a instituição de um lugar para o estado na memória histórica nacional. Diferentemente da argumentação em torno da naturalidade de Felipe Camarão, desenvolvida pelos seus patrícios, Alberto Maranhão e Luiz Fernandes, Manoel Dantas reivindicava a centralidade de Miguelinho na *Revolução de 1817* como uma estratégia para assinalar a importância do Rio Grande do Norte para a memória histórica do Brasil. É por essa razão que a historiografia norte-rio-grandense do final do século XVIII e início do XIX investiu na definição dos seus ilustres patrícios. Felipe Camarão e Miguelinho evidenciariam o papel do Rio Grande do Norte em diferentes momentos da memória nacional. Por essa razão fazia-se necessário provar a naturalidade do primeiro e a liderança do segundo.

Manoel Dantas finaliza sua biografia sobre Miguelinho, narrando o seu *martírio*. De nenhum modo é adstrito à figura do padre a violência ou uma ação belicosa. Pelo contrário, de modo geral a *Revolução de 1817* é tratada como sendo um movimento pacífico, destituído de qualquer espírito beligerante, embora possuísse reivindicações austeras e radicalmente contrárias à monarquia portuguesa, uma vez que “assumira um carácter francamente republicano e autonomista”.²⁰⁷¹ Como vimos, em vários textos de letrados adeptos do republicanismo, publicados nos primeiros anos do novo regime, havia uma preocupação em associar a *Revolução de 1817* ao projeto de manutenção da unidade nacional, desvinculando-a do caráter subversivo e separatista.²⁰⁷² É por essa razão que Manoel Dantas tratou de caracterizar a atuação de Miguelinho como sendo pacífica. Como já aludimos anteriormente, a ação do sacerdote natalense é descrita como sendo restrita ao comando e à doutrinação, e não à defesa bélica do movimento. Na ocasião da contrarrevolução, Manoel Dantas narra que a morte do padre foi um ato voluntarioso, uma vez que não quis acompanhar os seus amigos

²⁰⁷⁰ RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Op. cit.** p.18.

²⁰⁷¹ DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.187.

²⁰⁷² RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Op. cit.** p.72-73.

para o engenho *Paulista*, um reduto da resistência, preferindo, antes de morrer, “salvar o maior numero possível dos seus concidadãos, implicados no movimento revolucionario”.²⁰⁷³ Conforme Manoel Dantas, o martírio de Miguelinho foi fruto da sua *abnegação patriótica* que, antes de ser aprisionado pelas forças da contrarrevolução, queimou em sua residência, com o auxílio de sua irmã, Clara Castro, os documentos e os papéis sobre a revolução “que podiam complicar a sorte dos seus companheiros”.²⁰⁷⁴ Consoante à narrativa de Manoel Dantas, Miguelinho preferiu salvar seus amigos revolucionários, queimando documentos comprometedores, do que salvar a si mesmo. Para o seridoense, tal ato de abnegação era digno de conduzi-lo ao *panteão* dos heróis da revolução, assim como também a sua irmã.²⁰⁷⁵ Todavia, o clímax da biografia ainda não seria a sua *abnegação patriótica*, mas sim o seu *martírio*. Manoel Dantas descreve-o assim:

Encerrado nos carceres daquela cidade, foi conduzido á presença da comissão militar a 10 de Junho para ser interrogado. *Miguelinho* espantou os juizes com a doçura evangelica da sua physionomia, onde transluzia a calma tranquilla da sua consciencia. O martyr, qual outro Christo, conservou-se mudo e quêdo diante dos juizes impiedosos.²⁰⁷⁶

Novamente, o seridoense utiliza-se do expediente simbólico-religioso para dotar a biografia de Miguelinho de sacralidade. Ademais, ao narrar que os juízes se espantaram com a *doçura evangélica* da fisionomia do padre, podemos perceber o uso da ficção para reforçar a construção de um discurso *martiriológico* e sacro. Para corroborar com esse agenciamento discursivo, Manoel Dantas compara o comportamento de Miguelinho ao de Cristo perante Pilatos. A associação de um herói republicano a Cristo não era novidade.

Como foi mencionado no capítulo anterior, logo após a proclamação da República, alguns homens de letras passaram a associar a figura de Tiradentes à de Cristo.²⁰⁷⁷ Interessados em eleger Tiradentes como herói nacional, alguns republicanos conferiram uma imagem idealizada e sacra com a tentativa de criar um mito e um culto ao herói.²⁰⁷⁸ De acordo com José Murilo de Carvalho, a figura de Tiradentes não deveria ser vista como herói republicano radical, mas sim “como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador

²⁰⁷³ DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.196.

²⁰⁷⁴ Idem. p.197.

²⁰⁷⁵ Idem. p.196.

²⁰⁷⁶ Idem. p.197-198.

²⁰⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.64.

²⁰⁷⁸ Idem. p.71.

da imagem do povo inteiro”.²⁰⁷⁹ Em um movimento semelhante, Manoel Dantas vinculava a postura de Miguelinho à de Cristo, o que conferia certa sacralização à memória do biografado. Atrelar a imagem de Miguelinho à de Cristo era uma forma de endossá-lo como um *mártir* e como um *herói* não radical, não beligerante. Assim como o martírio de Cristo na cruz, o episódio do enforcamento do frei norte-rio-grandense, ocorrido no dia 12 de junho de 1817, na Bahia, é descrito por Manoel Dantas como uma consumação do seu martírio em favor da liberdade.²⁰⁸⁰ Conforme ele, diante do exemplo do *mártir* norte-rio-grandense, cabia ao presente render culto à sua memória.²⁰⁸¹ De certa forma, os cidadãos norte-rio-grandenses do presente teriam uma dívida com o seu patricio ilustre do passado, que lutou em prol da liberdade da *Pátria*. Consoante Manoel Dantas, o estado já havia dado o exemplo, uma vez que homenageou a memória de Miguelinho por meio do decreto n.47, de 27 de agosto de 1890, que instituía a data de 12 de junho, consagrada à comemoração da morte do padre norte-rio-grandense, como um dos feriados cívicos do Rio Grande do Norte.²⁰⁸² Contudo, ainda restava muito a fazer “no culto do Grande Homem”, segundo Manoel Dantas.²⁰⁸³ Para ele, era imperioso honrar a sua memória.²⁰⁸⁴

Além do texto de Manoel Dantas, o IHGRN republicou, em 1918, a biografia escrita pelo norte-rio-grandense Francisco de Souza Pinto. Como já mencionamos anteriormente, tudo o que dizia respeito a Miguelinho, ou a qualquer ilustre norte-rio-grandense reconhecido nacionalmente, era publicado na revista do Instituto.

Francisco de Souza Pinto nasceu em 7 de março de 1848, em Mossoró, Rio Grande do Norte.²⁰⁸⁵ Após a morte dos seus pais, Francisco de Souza mudou-se para o Ceará, tornando-se escriturário do tesouro provincial e da tesouraria geral da fazenda.²⁰⁸⁶ Posteriormente, conseguiu transferência para a alfândega de Recife, matriculando-se na FDR, obtendo o título de bacharel em direito, em novembro de 1881.²⁰⁸⁷ Formado, Francisco de Souza regressou ao Ceará, sendo nomeado secretário do Tribunal de Relação de Fortaleza, cargo que ficou até em 1888, quando mudou-se para Manaus, abrindo seu escritório de advocacia. Foi deputado provincial entre 1892 e 1894, além de jornalista, escrevendo vários trabalhos, uns publicados

²⁰⁷⁹ Idem. p.70.

²⁰⁸⁰ DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.200.

²⁰⁸¹ Idem.p.202.

²⁰⁸² DECRETO N.47 DE 27 DE AGOSTO DE 1890. In: **A República**. Natal, 5 de setembro de 1890.

²⁰⁸³ Idem.

²⁰⁸⁴ DANTAS, Manoel. **Op. cit.** p.202.

²⁰⁸⁵ STUDART. Barão. Nota. In: **RIHGCE**. Fortaleza. Tomo XXXI. 1917. p.229.

²⁰⁸⁶ Não sabemos em que ano, Francisco de Souza foi transferido para o Ceará.

²⁰⁸⁷ Idem. p.229.

e outros inéditos.²⁰⁸⁸ Sua atividade intelectual foi encerrada com a sua morte, em julho de 1895, vitimado por *congestão cerebral*.²⁰⁸⁹ Entre os seus textos inéditos esteve a *Biographia do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro ou uma pagina da revolução de 1817*, publicado, postumamente, em 1917, pela revista do *Instituto do Ceará*, na ocasião da comemoração do centenário da *Revolução de 1817*.²⁰⁹⁰ Infelizmente, não sabemos as condições de possibilidade da produção desse texto, apenas tivemos acesso ao seu conteúdo. É provável que o arquivo de Francisco de Souza Pinto tenha sido doado por algum particular ou associação ao *Instituto do Ceará*, o que explicaria a sua publicação inédita na revista da agremiação.

O texto de Francisco de Souza Pinto foi a primeira biografia, sobre o padre Miguelinho, escrita por um rio-grandense do Norte. Até 1917, os norte-rio-grandenses só conheciam a biografia escrita por Manoel Dantas. Ao tomarem conhecimento do texto de Francisco de Souza Pinto, via revista do *Instituto do Ceará*, os sócios do IHGRN republicaram-no na *RIHGRN*, em 1918.

Antes de tratar, especificamente, acerca da narrativa de vida do padre Miguelinho, Francisco de Souza Pinto inicia seu texto fazendo algumas considerações sobre a biografia. Apropriando-se do pensamento de Guizot, especialmente, em seu livro *Washington: fondation de la république des États-Unis d'Amérique* (1842), Souza Pinto compreendia que a biografia era parte integrante da história.²⁰⁹¹ Ora, não podemos esquecer que no século XIX, havia a compreensão de que, assim como o historiador, o biógrafo era considerado como um escritor de história.²⁰⁹² Como já mencionamos alhures, a despeito das particularidades dos dois gêneros, os historiadores e outros letrados não deixaram de produzir biografias, pelo contrário, estas foram integradas à própria história, como no caso do programa do IHGB oitocentista.²⁰⁹³ A percepção de Souza Pinto acerca da relação entre história e biografia, portanto, aproximava-se bastante de alguns historiógrafos do século XIX. Contudo, Souza Pinto não só compreendia que a biografia fazia parte da própria história, à luz das considerações do filósofo Ralph Waldo Emerson, mas o letrado norte-rio-grandense concebia que a história se reduz a si mesma, à narrativa de vida de alguns indivíduos apaixonados e

²⁰⁸⁸ Idem. p.230.

²⁰⁸⁹ Idem.

²⁰⁹⁰ PINTO, Francisco de Souza. *Biographia do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro ou uma pagina da revolução de 1817*. In: **RIHGCE**. Fortaleza. Tomo XXXI. 1917.

²⁰⁹¹ Idem. *Biographia do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro ou uma pagina da revolução de 1817*. In: **RIHGRN**, Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1918. p.46

²⁰⁹² REVEL, Jacques. **História e Historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Ed.UFPR, 2010. p.240

²⁰⁹³ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Op. cit.** p.14.

fortes, ou seja, os *grandes homens*.²⁰⁹⁴ Portanto, para Souza Pinto, a biografia seria a narrativa dos *grandes homens*. Estes representariam os interesses, os sentimentos, as opiniões, as aspirações da coletividade de uma determinada época.²⁰⁹⁵ Essa forma de pensar de Souza Pinto demonstra o seu diálogo com as filosofias da história do século XVIII e XIX, as quais entendiam que os *grandes homens* se limitavam a dar voz a uma existência coletiva, não passando de emanções subjetivas da consciência de um determinado povo, de uma nação, de uma classe, da humanidade, do espírito universal.²⁰⁹⁶ É por esse motivo que, para Souza Pinto, as ações dos *grandes homens* explicariam o condicionalismo em que se desenvolveu, não só a natureza de sua particularidade, enquanto sujeito, mas também a complexidade dos fenômenos sociais que exigiam a intervenção de determinados indivíduos na história.²⁰⁹⁷ Desse modo, o *grande homem* aparece aí como uma espécie de *médium* da ideia geral de história, a despeito de ser cada vez mais particularizado como uma figura que evidencia o caráter específico do seu povo e do seu tempo.²⁰⁹⁸

O Miguelinho retratado por Souza Pinto era uma expressão de um povo e de uma época. Diferentemente do Miguelinho de Manoel Dantas, o de Souza Pinto era uma figuração do povo brasileiro como um todo, e não dos norte-rio-grandenses. Ele é apresentado como um grande personagem da história nacional, não aos moldes de um norte-rio-grandense que representa a sua província em um grande acontecimento da nação. Conforme Souza Pinto, Miguelinho expressaria o anseio coletivo dos brasileiros desejosos pela Independência do país. É por essa razão que Souza Pinto retrata-o como um personagem inteiramente ligado a “fase de comoção político-social da história do Brasil”, isto é, a época em que os sentimentos de independência e de patriotismo estavam presentes nas almas dos brasileiros.²⁰⁹⁹

Para narrar a vida do patriota brasileiro, Souza Pinto dividiu a biografia de Miguelinho em duas partes: a primeira, intitulada *Genealogia e cultura do padre Miguelinho*, e a segunda, *Vida política do padre Miguel Castro até a revolução pelo qual morreu*. A primeira parte trata, como o próprio título sugere, dos aspectos mais gerais da biografia de Miguelinho, a saber: nascimento, filiação naturalidade e formação intelectual. Em especial, destaca-se o meio social diferenciado em que o padre esteve inserido, sobretudo quando esteve em Portugal. Como vimos anteriormente, foi naquele ambiente que Miguelinho entrou em

²⁰⁹⁴ PINTO, Francisco de Souza. **Op. cit.** p.48.

²⁰⁹⁵ Idem.

²⁰⁹⁶ CATROGA, Fernando. O magistério da história e a exemplaridade do ‘grande homem’: a biografia em Oliveira Martins. In: JIMÉNEZ, Aurélio Pérez; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu (orgs.). **O retrato e a biografia como estratégia de teorização da política**. Coimbra: Málaga, 2004. p.258.

²⁰⁹⁷ PINTO, Francisco de Souza. **Op. cit.** p.48.

²⁰⁹⁸ CATROGA, Fernando. **Op. cit.** p.48.

²⁰⁹⁹ PINTO, Francisco Souza. **Op. cit.** p. 48-49.

contato com as ideias liberais disseminadas em alguns círculos belestritas portugueses. O convívio do padre com *grandes celebridades lusitanas*, por acasião do seu trânsito nas sociedades científicas e literárias de Portugal, explicaria, para Souza Pinto, o desenvolvimento do seu sentimento vivo em favor da independência da *Pátria* “idéa que desde os fins do seculo penultimo esteve sempre em ebulição, mesmo em Portugal, e já por vezes explodira no Brazil.”²¹⁰⁰ De certa maneira, a parte I da biografia era uma forma de tornar evidente não só algumas informações acerca do início de sua vida, mas, sobretudo, o seu interesse pela Independência do Brasil, principal elemento destacado da narrativa de vida de Miguelinho.

Assim como na maior parte das biografias publicadas no século XIX, o que se explora é a dimensão política da vida do biografado. A parte II do texto de Souza Pinto é dedicada a esse aspecto, mais especificamente, ao envolvimento do padre com a *Revolução de 1817*. Para o biógrafo, seu trabalho não se configuraria apenas como um elogio a um homem, mas “uma pagina tragicamente brilhante da revolução de 1817.”²¹⁰¹ Isso significa dizer que, para Souza Pinto, o indivíduo deveria ser considerado a partir de um conjunto maior, ou seja, seu movimento, trajetória, em um determinado acontecimento histórico.

Em relação à revolução de 1817 propriamente dita, Souza Pinto apropria-se das interpretações construídas por Muniz Tavares, criticando as versões de Varnhagen e Pereira da Silva.²¹⁰² A principal crítica ao trabalho dos dois historiadores era concernente à nulidade que ambos conferiram à *Revolução de 1817*, enquanto um movimento precursor da Independência do Brasil. Nesse sentido, Souza Pinto afirmava: “1817 foi o precursor de 1822, não há negal-o; sem aquelle, este talvez não tivesse existido!”²¹⁰³ Essa afirmação demonstra o diálogo de Souza Pinto com a historiografia pernambucana do final do século XIX que, como esboçamos alhures, defendia o pioneirismo da *Revolução de 1817* na questão da defesa da emancipação da *Pátria* e da luta pelo regime republicano. Tudo indica que a formação na FDR tenha proporcionado o contato de Souza Pinto com a produção historiográfica dos pernambucanos. Todavia, este diálogo não para por aí. Da mesma forma que os historiadores ligados ao nativismo pernambucano, Souza Pinto considerava também que a ideia da Independência do Brasil já estava presente nos brasileiros desde a expulsão dos holandeses, atestada pela união das três raças que haviam combatido lado a lado contra o invasor batavo.²¹⁰⁴ Como podemos perceber, a Independência da nação é o acontecimento histórico

²¹⁰⁰ Idem. p.54.

²¹⁰¹ Idem. p.46.

²¹⁰² Idem. p.49.

²¹⁰³ Idem.

²¹⁰⁴ Idem. p.59

central explorado no texto de Souza Pinto. Diferentemente da biografia de Manoel Dantas, o principal elemento explorado por Souza Pinto foi a contribuição do padre Miguelinho à Independência do Brasil, via *Revolução de 1817*, e não na instalação da República, afinal, o biógrafo é destacado como um “sectário ardente da emancipação do país.”²¹⁰⁵ Não sabemos qual era a concepção política de Souza Pinto, ou seja, se era um monarquista ou um republicano. Devido à sua trajetória política nos cargos da burocracia imperial é possível que o biógrafo fosse um monarquista, o que explicaria, talvez, e muito limitadamente, a não menção ao caráter republicano da *Revolução de 1817* em seu texto.

Quanto à participação de Miguelinho no movimento de 1817, percebemos algumas semelhanças entre o texto de Souza Pinto e o de Manoel Dantas. Ambos consideram o padre natalense como o grande doutrinador e propagador das ideias da revolução de 1817.²¹⁰⁶ Ademais, destacam o ato de Miguelinho destruir os documentos que poderiam comprometer os envolvidos no movimento, como um ato de benemerência e humanitarismo “com que elle mais ainda realçou a sua gloria de martyr da patria.”²¹⁰⁷ A figura de *mártir* também é um ponto em comum às duas biografias. Em ambas, o desfecho da trajetória de Miguelinho na revolução é lido como um ato de sacrifício em prol de um sentimento coletivo. Apesar de não comparar Miguelinho com Cristo, como fez Manoel Dantas, Souza Pinto considera a morte do padre como um holocausto, um sacrifício, conceitos estes presentes no universo religioso.²¹⁰⁸ Assim como Manoel Dantas, Souza Pinto considerava que o martírio de Miguelinho pela *Pátria* deveria ser reverenciado pela posteridade, um dever de memória tanto do presente como do futuro.²¹⁰⁹

7.3 – A naturalidade de Felipe Camarão: um capítulo à parte

Deixamos a questão da naturalidade de Felipe Camarão para o fim. A razão é simples: os artigos publicados pela *RIHGRN* sobre o índio não diziam respeito, necessariamente, à biografia propriamente dita, apesar de destacarem-se dois aspectos presentes em outros textos biográficos: a naturalidade e a trajetória do biografado em um dado acontecimento histórico. Os artigos sobre Felipe Camarão não foram intitulados de traços biográficos ou com alguma rubrica semelhante. Contudo, consideramos o debate em torno da naturalidade do índio como

²¹⁰⁵ Idem. p.50.

²¹⁰⁶ Idem.

²¹⁰⁷ Idem. p.89.

²¹⁰⁸ Idem.

²¹⁰⁹ Idem. p.50.

parte integrante de um problema biográfico. É válido lembrar que os textos de Varnhagen sobre Felipe Camarão aparecem na seção destinada à biografia na *RIHGB*, e que esta mesma seção se dedicava a esclarecer alguns pontos controversos acerca da naturalidade dos seus biografados.²¹¹⁰ No IHGRN, a polêmica em torno da naturalidade de Felipe Camarão foi um capítulo à parte.

Como demonstramos no Capítulo 3, a naturalidade de Felipe Camarão foi objeto de polêmica entre os letrados brasileiros da segunda metade do século XIX. Longe de ser um debate meramente pautado pelo excesso de preciosismo intelectual, o que estava em jogo era a luta pela *verdade histórica* sobre a questão, implicando em uma construção discursiva cujo interesse era a tessitura de uma determinada identidade regional. A afirmação da naturalidade do índio Felipe Camarão era importante para os projetos identitários das províncias/estados em construção. Reclamar a naturalidade de um dos *heróis* da guerra flamenga, o índio Felipe Camarão, era uma estratégia intelectual, tendo em vista que demonstraria a centralidade de uma determinada província/estado em certa memória histórica da nação. É por esse motivo que alguns homens de letras escreveram vários textos, envolvendo-se em polêmicas com outros, arrolando diversos argumentos para provarem a *verdade histórica* da naturalidade do índio *herói*. A esta empresa intelectual denominamos de *retórica da naturalidade*.

O debate teve início no final dos anos cinquenta, com o pernambucano Joaquim de Mello, que se posicionou contrário à afirmação de Varnhagen de que o índio *poty* era cearense. Como vimos, diante de uma gama de argumentos a favor da *pernambucaneidade* de Felipe Camarão, Joaquim de Mello exigiu de Varnhagen uma retratação, uma correção do seu equívoco, o que ocorreu parcialmente nove anos depois. Visconde de Porto Seguro não respondeu diretamente às críticas levantadas por Joaquim de Mello. Todavia, utilizou-se do espaço da *RIHGB* para publicar uma biografia do índio *poty*, reafirmando que este não era pernambucano, nem cearense, mas norte-rio-grandense. A tese de Varnhagen foi fundamental para que o Rio Grande do Norte fosse introduzido no debate, colocando-se, ao lado do Ceará e de Pernambuco, como a *pátria* de Camarão.

A polêmica em torno da naturalidade de Felipe Camarão não foi finalizada com os escritos de Joaquim de Mello e de Varnhagen. Ainda na segunda metade do século XIX, outros letrados inseriram-se na polêmica: Cândido Mendes de Almeida, José de Alencar,

²¹¹⁰ Conferir: OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história:** a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação:** fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014 e SANTOS, Evandro. Tempos de pesquisa, tempos de escrita. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873). 2009. 137f. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Pedro Théberge, Basílio Quaresma Torreão, João Brigido, Luiz Lamartine Nogueira, Alberto Maranhão, Pereira da Costa, dentre outros. Contudo, desde que Varnhagen reformulou seu juízo acerca da *pátria* de Felipe Camarão, em 1867, com a publicação dos seus dois artigos pela *RIHGB*, sendo reforçado, posteriormente, pelos argumentos desenvolvidos por Cândido Mendes de Almeida, em sua introdução ao segundo volume das *Memórias para a historia do extinto estado do Maranhão*, publicado em 1874, alguns sócios do *Instituto do Ceará* e do IAGP, como Paulino Nogueira e o major José Domingues Codeceira, começaram a decidir-se pela tese da naturalidade norte-rio-grandense do índio *poty*.²¹¹¹

Em sua introdução, Cândido Mendes tomou como referência o manuscrito do padre José de Moraes, intitulado *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*, publicado em 1759, no qual o sacerdote teria afirmado que Felipe Camarão “se fazia mais respeitado no Rio Grande, onde tinha uma populosa aldêa.”²¹¹² Conforme o político maranhense, a obra do padre José de Moraes só veio confirmar as conjecturas de Varnhagen, “indicando com segurança o dia em que foi baptizado, e a epoca do seu casamento christão.”²¹¹³ Desse modo, os arrazoados de Varnhagen e, por conseguinte, de Cândido Mendes foram decisivos para que alguns homens de letras mudassem de opinião quanto à naturalidade de Felipe Camarão. Entretanto, nem todos os sócios do IAGP dispuseram-se a aceitar as teses advogadas por Varnhagen e Cândido Mendes.

Em reação ao avanço da tese da naturalidade norte-rio-grandense do índio Camarão, Francisco Augusto Pereira da Costa publicou o artigo *D. Antonio Felipe Camarão* no *Jornal do Recife*, em 1903. Primeiramente lido na sessão do IAGP do dia 27 de outubro de 1903, o texto do 3º vice-presidente da agremiação foi dividido em seis partes, essas publicadas no mencionado jornal, nos dias 4, 5, 6, 7, 11 e 13 de novembro do mesmo ano.

Nascido em dezembro de 1851, na cidade do Recife, Francisco Augusto Pereira da Costa foi um dos mais ativos e combativos sócios do IAGP do final do século XIX e começo do XX. Antes mesmo de formar-se em Direito pela FDR, em 1891, Pereira da Costa já gozava

²¹¹¹ NOGUEIRA, Paulino. Naturalidade do Dr. José Cardozo de Moura Brasil. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Tomo XV. 1901. p.307 e FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. Índios Celebres do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 2. Número 2. 1904. p.144-145.

²¹¹² ALMEIDA, Cândido Mendes de. Ao leitor. In: **Memórias para a historia do extinto estado do Maranhão cujo territorio comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Nova typographia de J. Paulo Hildebrandt. 1874. p. XVI.

²¹¹³ Idem. **Op. cit.** p. XIV.

de certo prestígio intelectual nos meios letrados do Recife, desde os anos de 1870.²¹¹⁴ Além de bacharel, foi funcionário público e deputado em várias legislaturas.²¹¹⁵ Tornou-se sócio do IAGP em 1876, ocupando cargos importantes dentro do instituto pernambucano, como o de amanuense e vice-presidente.²¹¹⁶ Contudo, a maior contribuição de Pereira da Costa junto ao IAGP foi a sua produção intelectual, sobretudo aquela dedicada à história de Pernambuco.

Além de publicar diversos estudos sobre os considerados principais acontecimentos históricos de Pernambuco, Pereira da Costa dedicou-se igualmente à tarefa de escrever biografias dos *pernambucanos célebres*. Em 1882, publicou o *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres*, um trabalho cujo objetivo primordial era homenagear “à memória dos nossos ilustres antepassados, pelos seus feitos e empreendimentos, pelas suas conquistas e victorias, e por suas virtudes e patriotismo.”²¹¹⁷ O livro de Pereira da Costa é um trabalho de construção da memória histórica de Pernambuco, por meio da elaboração de um *panteão* de indivíduos tidos como célebres. O intento era evidenciar a presença dos pernambucanos na conquista e na colonização de outras capitanias, nos principais movimentos liberais do século XVIII e XIX do Brasil, no campo da produção da literatura nacional e no campo das ciências e artes, e na administração política do país etc., atuando na própria província, no Brasil, na América e em outros continentes.²¹¹⁸ As pequenas notícias biográficas urdidas por Pereira da Costa serviam para instituírem o lugar dos pernambucanos na construção da memória nacional e *universal*.

Felipe Camarão foi um dos pernambucanos célebres que constou na imensa lista de biografados de Pereira da Costa. Diferentemente dos arzoados de Varnhagen e Cândido Mendes, o sócio do IAGP afirmava que *Dom Antonio Felipe Camarão* tinha nascido na *Taba dos Pytiguares*, nos sertões de Pernambuco.²¹¹⁹ O autor não desenvolveu exaustivamente a sua *retórica da naturalidade*, no livro de 1882. Contentou-se em mostrar que a argumentação de Joaquim de Mello teria sido suficiente para restituir a naturalidade pernambucana do índio, destruindo as *ambiciosas* pretensões dos cearenses e dos norte-riograndenses.²¹²⁰ Pereira da Costa é ainda mais contundente com os historiadores que atribuem

²¹¹⁴ **Diário de Pernambuco**. Recife. 22 de novembro de 1923.

²¹¹⁵ **Jornal do Recife**. Recife. 22 de novembro de 1923.

²¹¹⁶ Pereira da Costa foi fundador da *Academia Pernambucana de Letras*, sócio do IHGB e de outros institutos históricos e geográficos do país e membro das Sociedades de Geografia do Rio de Janeiro e de Lisboa. **Diário de Pernambuco**. Recife. 22 de novembro de 1923.

²¹¹⁷ COSTA, Francisco Pereira da. Duas palavras. In: **Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal. 1882. p. 3.

²¹¹⁸ Idem. p.6.

²¹¹⁹ Idem. p.78.

²¹²⁰ Idem.

ao índio *poty* outra naturalidade, que não a pernambucana, como fizeram Francisco Adolfo de Varnhagen, Basilio Quaresma Torreão e Pedro Theberge. Para Pereira da Costa, os textos produzidos pelos referidos homens de letras tentaram usurpar de Pernambuco a honra de ser a *pátria* de Camarão.²¹²¹ Para Pereira da Costa, era uma condição *sine qua non* reforçar a tese que Joaquim de Mello tinha construído na segunda metade do século XIX. Em outras palavras, era necessário assentar a primazia de Pernambuco no principal acontecimento histórico do Brasil colonial. Dessa forma, era através das ações de Felipe Camarão na guerra contra os holandeses que Pernambuco entraria na memória *Pátria*: “D’ahi marca a serie não interrompida dos feitos do Camarão, feitos tão grandiosos, que immortalizando o seu nome, immortalisarão tambem o de Pernambuco, sua patria.”²¹²²

No espaço reservado a Felipe Camarão, no *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres* (1882), Pereira da Costa tratou ainda de apresentar, laconicamente, outros elementos relacionados à vida do índio, como por exemplo, o lugar do seu batismo e o fato de não ter tido filhos.²¹²³ Contudo, esses traços da biografia de Felipe Camarão não renderam maior atenção do biógrafo pernambucano. A narrativa em torno da participação de Felipe Camarão na guerra contra os holandeses foi o foco mais ressaltado, justamente por ser este aspecto o responsável por evidenciar os grandes feitos e as virtudes do índio, como também apontar a presença pernambucana na alçada da memória histórica nacional.

Diferentemente do *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres* (1882), o artigo publicado pelo *Jornal do Recife* tinha como escopo arrolar uma série de argumentos que provassem a *verdade histórica* da naturalidade pernambucana de Felipe Camarão.²¹²⁴ O motivo inicial que o levou a escrevê-lo foi a contradita a outro texto publicado, em 16 de outubro de 1903, no *Correio do Recife*, cujo autor afirmava ser o Rio Grande do Norte o berço e o lugar em que Felipe Camarão casou-se e batizou-se.²¹²⁵ Não tivemos acesso ao artigo publicado no *Correio do Recife*, nem sabemos a sua autoria, contudo, conseguimos identificar os principais argumentos presentes no mencionado texto, uma vez que Pereira da Costa apresentou-os e, conseqüentemente, refutou-os em seu escrito de 1903.

A estratégia inicial de Pereira da Costa foi desqualificar a principal fonte utilizada pelo autor do artigo do *Correio do Recife*, qual seja: a *Jornada do Maranhão*, um relato de autoria não assinalada, mas atribuída a Diogo de Campos Moreno, escrito em 1614. Os relatos de

²¹²¹ Idem.

²¹²² Idem. p.79-80.

²¹²³ Idem. p.85.

²¹²⁴ Idem. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 4 de novembro de 1903.

²¹²⁵ Idem.

cronistas, capitães-mores, padres etc., eram importantes para alguns letrados do século XIX, que se enveredavam na investigação do passado remoto do Brasil, sobretudo aquele concernente aos índios. Para eles, o valor dos relatos quinhentistas e seiscentistas consistia na autoridade que a testemunha ocular possuía, uma vez que *estavam lá*, participando diretamente dos acontecimentos históricos. Homens de letras dos oitocentos, como José de Alencar e Joaquim de Mello, compreendiam que a experiência vivida dos cronistas e viajantes, transformada em narrativa, convertia o relato em documento a ser utilizado por historiadores ou literatos do presente, desde que repousassem sobre eles a certeza de que aquilo que é narrado fosse realmente visto, presenciado.²¹²⁶ Não é sem razão que o autor do artigo do *Correio do Recife* tenha citado o suposto relato de Diogo de Campos Moreno, um dos conquistadores do Maranhão, ao lado de Jerônimo de Albuquerque, como fonte indelével de comprovação da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão. O suposto relato de Diogo de Campos Moreno asseverava que o *chefe Camarão*, que *havia vindo por terra desde o Rio Grande Grande do Norte* com sua gente, teria se deslocado para auxiliar na conquista do Maranhão.²¹²⁷ Conforme Pereira da Costa, esta informação deu sustentação à tese da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão, defendida pelo autor do artigo do *Correio do Recife*.

No entanto, nem todo testemunho era considerado verdadeiro ou digno de ser levado em conta. É por essa razão que Pereira da Costa pôs sob suspeição a principal fonte utilizada pelo autor do artigo do *Correio do Recife*. Conforme Pereira da Costa, haviam duas objeções quanto à autoridade do manuscrito *Jornada do Maranhão*: a autoria e a originalidade. Em relação à primeira questão, o sócio do IAGP afirmava: “Começa o autor dizendo, que a *Jornada do Maranhão* foi escripta por Diogo de Campos Moreno, quando aliás, a sua autoria lhe é attribuida, porque não ha disso provas materiaes.”²¹²⁸ Pereira da Costa considera que a impossibilidade de provar peremptoriamente o autor do manuscrito, inviabilizava a autoridade do relato, em outras palavras, põe em xeque a possibilidade da testemunha como prova. Este argumento interdita qualquer manifestação favorável ao conteúdo do relato de 1614, já que

²¹²⁶ O historiador Temístocles Cezar faz uma análise interessante de como o manuscrito quinhentista de Gabriel Soares de Sousa foi transformado em documento histórico por historiadores e literatos do século XIX. Conferir: CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas da verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. **História em Revista**. Pelotas, v.6, dezembro/2000. p.37-58.

²¹²⁷ MARANHÃO, Jerônimo de Albuquerque. Memórias para a Historia da capitania do Maranhão. Jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feito o anno de 1614. In: REDONDO, Conde do. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarina**. Volume I. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1812. p.24.

²¹²⁸ Idem. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 4 de novembro de 1903.

sua autoria não era definida, o que demonstraria a fragilidade ou nulidade de suas informações.

A não originalidade do manuscrito também poria em dúvida a confiabilidade da fonte utilizada pelo autor do artigo do *Correio do Recife*. Consoante Pereira da Costa, este autor teria afirmado que consultou o original da *Jornada do Maranhão*, diretamente dos arquivos da *Academia Real de Sciencias de Lisboa*. Segundo o sócio do IAGP, essa informação seria equivocada, tendo em vista que a mencionada academia portuguesa não possuía o original do manuscrito, mas sim uma cópia transcrita, publicada em 1812, no volume 1, parte 3, do livro *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*. O mencionado livro foi organizado pelo Conde do Redondo, vice-presidente da referida *Academia de Lisboa*, e oferecido a D. João VI, em 1812. No opúsculo foi reunida uma série de manuscritos referentes aos domínios portugueses nos diversos continentes, dentre eles, *Jornada do Maranhão*.²¹²⁹ Este manuscrito foi achado pelo correspondente da *Academia*, Joaquim José da Costa e Sá, na ocasião das suas pesquisas na biblioteca da Corte, realizada num domingo, dia 22 de maio de 1798.²¹³⁰ Ao encontrá-lo, Joaquim José da Costa e Sá escreveu uma memória à referida *Academia*, em julho de 1798, alertando-a acerca da ausência de autoria e do conteúdo do manuscrito. No momento da publicação da *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*, Joaquim José da Costa e Sá julgou ser importante a inserção da *Jornada do Maranhão* no volume.²¹³¹ Ao ser anexado à *Coleção*, foi escrito um prefácio, o qual informava que o autor do manuscrito teria sido Diogo Soares Moreno.²¹³² No entanto, essa informação foi desconsiderada por Pereira da Costa, justamente por contradizer sua argumentação no que tange à autoria do manuscrito. O foco da argumentação do sócio do IAGP era a desconstrução da certeza da autoria da *Jornada do Maranhão*, por esse motivo não entrou no mérito das afirmações contidas no prefácio da *Coleção*. Nesse sentido, Pereira da Costa mencionava que a *Academia* só possuía a cópia do manuscrito, publicado na *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*, e não o original, como foi citado pelo autor do artigo do *Correio do Recife*.

²¹²⁹ REDONDO, Conde do. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarina**. Volume I. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1812.

²¹³⁰ SÁ, Joaquim José da Costa e. **Memória apresentada na Academia Real das Ciências sobre o manuscrito “Jornada do Maranhão” por ordem de S.M feita no ano de 1614**. Lisboa, 25/07/1798. Este documento foi consultado no dia 19 de janeiro de 2017 às 17:28 p.m no seguinte site: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1457366/mss1457366.pdf

²¹³¹ MÜLLER, João Guilherme Christiano. Artigo extrahido das actas da Academia Real de Sciencias. In: REDONDO, Conde do. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarina**. Volume I. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1812. p.183.

²¹³² Prefácio. REDONDO, Conde do. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarina**. Volume I. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1812.

Num primeiro momento, a argumentação de Pereira da Costa estava alicerçada nos elementos exteriores do principal documento apresentado pelo autor do *Correio*, como podemos averiguar:

Vê-se, portanto, que Diogo de Campos Moreno não é comprovadamente, o autor da *Jornada*, uma vez que não se menciona no manuscrito comunicado por Costa e Sá o nome de que o escreveu, e nem existe documento algum que elucide a questão; que a referida Academia não possui em seus arquivos o original desse codice, e nem tão pouco publicou o escripto em *obra* alguma especial.²¹³³

A menção à autoria indefinida e a não originalidade do manuscrito tocavam em questões caras à crítica externa, referidas pelos historiadores franceses, Langlois e Seignobos, em 1898.²¹³⁴ Possível leitor dos manuais destes historiadores, Pereira da Costa depurou o alicerce do seu opositor a partir do crivo da crítica externa. Porém, o sócio do IAGP não ficou apenas no exame da exterioridade do documento. Pereira da Costa voltou-se para a argumentação propriamente dita do autor do artigo do *Correio*.

O primeiro arrazoado submetido à crítica diz respeito à afirmação de que o *chefe Camarão* do Rio Grande do Norte teria participado, em 1614, da conquista do Maranhão e depois ido a Pernambuco. Conforme Pereira da Costa, esta asserção era falsa. Tomando como referência o próprio manuscrito da *Jornada do Maranhão* e os *Annaes do Maranhão* (1749), de Bernardo Pereira de Berredo, Pereira da Costa afirmava que o *Chefe Camarão* teria ficado no Ceará com seu irmão Jacaúna e não teria ido a Pernambuco, logo após a conquista do Maranhão.²¹³⁵ Dessa vez, a estratégia de Pereira da Costa foi diferente. O expediente agora não era deslegitimar a autoridade dos relatos, mas criticar a argumentação do autor do artigo *Correio do Recife* em seu próprio terreno, mencionando os mesmos manuscritos para provar que o arrazoado era falso: “Esse Camarão ficou no Ceará com seu irmão Jacaúna, como diz positivamente o autor da *Jornada*, bem como o historiador Pereira de Berredo nos seus *Annaes do Maranhão*.”²¹³⁶ No juízo de Pereira da Costa, este não seria o único erro do autor do artigo *Correio do Recife*. Sua narrativa estava repleta de afirmações incorretas como, por exemplo, a asserção de que o padre Francisco Pinto teria celebrado o seu casamento em 1612, no Rio Grande [do Norte], e que os jesuítas Gaspar de S. Peres e Diogo Nunes teriam sido

²¹³³ COSTA, Pereira da. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 4 de novembro de 1903.

²¹³⁴ Utilizamos a versão publicada pela editora argentina, *Editorial La Pleyade*, de 1972. LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS; C. **Introducción a los estudios históricos**. Buenos Aires: *Editorial La Pleyade*, 1972.

²¹³⁵ COSTA, Pereira da. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 4 de novembro de 1903.

²¹³⁶ *Idem*.

seus padrinhos.²¹³⁷ Esta assertiva foi o segundo principal arrazoado desconstruído por Pereira da Costa.

Conforme o sócio do IAGP, o autor do artigo do *Correio do Recife* teria tirado a informação, a respeito do casamento de Camarão, do livro *Corographia do Brazil*, de Alfredo Moreira Pinto. Segundo Pereira da Costa, ao consultar a referida obra de Moreira Pinto, ele teria constatado que o autor foi *desapiedadamente calumniado!*²¹³⁸ Consoante o historiador pernambucano, Moreira Pinto não teria tratado nada acerca do casamento de Camarão e, por essa razão, o autor do artigo do *Correio* teria cometido uma calúnia. Aqui, a crítica de Pereira da Costa não entra no mérito da autoridade do texto de Moreira Pinto. A crítica passa a ser de ordem ética. Na percepção do historiador pernambucano, o autor do artigo do *Correio* teria ido além dos seus erros de informação, isto é, teria urdido um dado falso, manipulando uma informação não observada na obra de Moreira Pinto. A questão colocada por Pereira da Costa não foi de uma possível má interpretação do texto, mas sim de uma *traição* ao texto e ao seu autor, Moreira Pinto. Para corroborar ainda mais com o seu argumento, Pereira da Costa citou o relato do padre José de Moraes, de 1759, o qual afirmava que o casamento de Camarão teria sido celebrado não pelo padre José Pinto, mas sim pelos jesuítas Gaspar de S. Peres e Diogo Nunes, em sua aldeia no Rio Grande [do Norte].²¹³⁹ A despeito do relato do padre José de Moraes corroborar com a tese de que o *chefe Camarão* teria casado-se no Rio Grande [do Norte], para Pereira da Costa, o que estava em jogo, nesse caso, era denunciar o suposto erro cometido pelo autor do artigo do *Correio*, ao informar que padre Pinto teria celebrado o casamento do índio. Enfrentar os erros do autor era mais relevante do que entrar no mérito da questão do lugar onde se deu o casamento.

A última crítica que Pereira da Costa fez ao autor do artigo publicado no *Correio do Recife*, em 1903, refere-se à declaração de que o frei Vicente Salvador esteve no Rio Grande [do Norte], no momento em que Mascarenhas Homem entregou o Forte dos Reis Magos aos cuidados de Jerônimo de Albuquerque, em 1598. O autor do artigo do *Correio* citou um excerto do livro *História do Brazil* (1627), de Vicente Salvador, o qual afirmava que ao acabar a construção do Forte do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque e sua gente teria ido dormir na “aldeia do Camarão, onde Feliciano Coelho estava com o seu arraial aposentado.”²¹⁴⁰ O autor do artigo do *Correio* utilizou-se desse relato do frei para atestar que

²¹³⁷ Idem.

²¹³⁸ Idem.

²¹³⁹ Idem.

²¹⁴⁰ SALVADOR, Vicente. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos. 1889. p.155.

Felipe Camarão não só residia no Rio Grande [do Norte], em 1598, mas que lá teria nascido. Para o autor do *Correio*, o manuscrito do frei Vicente Salvador, assim como a *Jornada do Maranhão*, teria uma autoridade incontestada, uma vez que o sacerdote teria falado de “sciencia própria, e que sabia e conta com simplicidade o facto que conhecia de *visu*.”²¹⁴¹ Em outras palavras, Vicente de Salvador *estava lá*, era uma testemunha ocular do fato, seu relato é verdadeiro, posto que o autor se achava no Rio Grande [do Norte] no tempo da conquista da capitania: “é, portanto, testemunha insuspeita”. Consoante Pereira da Costa, essa declaração era totalmente absurda, tendo em vista que estava baseada em um caso de *telepathia historica*, qual seja, “uma lei ou faculdade nova do retroactividade, ou de bi-locação espiritual ou corporea, com que a sciencia muito terá que lucrar para o alargamento dos conhecimentos humanos!...”²¹⁴² Em um tom extremamente irônico, Pereira da Costa critica a afirmação do autor do *Correio* que, segundo ele, teria feito uma afirmação baseada meramente em uma especulação própria, produto exclusivamente da imaginação do autor, portanto, um relato falacioso.

De acordo Pereira da Costa, na ocasião do término da construção do Forte dos Reis Magos e da conquista do Rio Grande, no final do século XVI, Vicente Salvador estava bem longe da capitania, mais precisamente, encontrava-se na Bahia, em sua terra Natal, onde ocupava uma cadeira de cônego na catedral.²¹⁴³ Segundo Pereira da Costa, Vicente Salvador nunca esteve no Rio Grande [do Norte], esteve apenas na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro: “Eis ahi o homem que o autor apresenta já religioso franciscano em 1598, e escrevendo de *visu* um facto ocorrido no Rio Grande do Norte naquelle anno, onde nunca foi, e em cuja epocha, era noviço ainda!”²¹⁴⁴ Mais uma vez, Pereira da Costa não entrou no mérito do conteúdo do relato, isto é, de que Jerônimo de Albuquerque, logo após a criação do forte do Rio Grande, descansou na aldeia de Camarão, em 1598, conforme Vicente Salvador, mas sim no suposto erro de informação fornecido pelo autor do artigo do *Correio*.

Listados todos os argumentos de sua contradita ao autor do artigo do *Correio do Recife*, Pereira da Costa concluiu a primeira parte do seu texto da seguinte maneira: “Parece incrível esse accumulo de disparates em um artigo que não chega a duas columnas de um jornal, que apenas comprehende de composição typographica 51 centimetros de aultura sobre

²¹⁴¹ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 5 de novembro de 1903.

²¹⁴² Idem.

²¹⁴³ Idem.

²¹⁴⁴ Idem.

38 de largura.”²¹⁴⁵ Nesta primeira parte da discussão, Pereira da Costa voltou-se, apenas, em apresentar e refutar os argumentos do autor do artigo do *Correio*.

A partir da edição do dia 6 de novembro de 1903, do *Jornal do Recife*, Pereira da Costa passou a desenvolver sua argumentação em favor da tese da naturalidade de Felipe Camarão. Sua exposição foi elaborada a partir de dois argumentos centrais: a) o *chefe Camarão*, descrito pelos defensores da tese da naturalidade norte-rio-grandense, já era velho quando eclodiu a guerra contra os holandeses e b) haveriam duas individualidades distintas com o mesmo nome, isto é, dois personagens históricos que teriam trajetórias diferentes: *Camarão do Rio Grande do Norte* e o *Camarão de Pernambuco*.

O primeiro argumento de Pereira da Costa tomava como referência os relatos de Vicente Salvador e do padre José de Moraes. Articulando ambos, Pereira da Costa conclui que o *Camarão do Rio Grande do Norte* teria 30 anos, em 1598, quando Jerônimo de Albuquerque e Feliciano Coelho estiveram em sua aldeia, na ocasião do término da construção do Forte dos Reis Magos, como teria afirmado Vicente Salvador, e que essa assertiva corroborava com o relato do padre José de Moraes, citado por Cândido de Mendes, de que havia uma populosa aldeia que era do principal *Camarão*, chefe “que se fazia mais respeitado no Rio Grande.”²¹⁴⁶ Conforme Pereira da Costa, a investidura de chefe de alguma aldeia indígena era somente conferida àqueles que tinham dado provas e valor de heroísmo nas guerras e nobilitado por outros feitos e ações honrosas: “o que só se conquistava depois de sobejas provas, em largo tirocinio, e quando o individuo attingia a uma idade mais ou menos mediana, como é obvio.”²¹⁴⁷ Nesse caso, para o historiador pernambucano, não seria errôneo afirmar que, em 1598, o *chefe Camarão*, aos trinta anos de idade, já exercia liderança em sua aldeia, quando Jerônimo de Albuquerque e Feliciano Coelho lá descansaram.

Para fundamentar mais o argumento da idade, Pereira da Costa utiliza-se de uma informação contida no manuscrito *Jornada do Maranhão* – que ele mesmo afirmava que não possuía autoridade – o qual constava que o irmão de Camarão, Jacaúna, já tinha um filho de 18 anos, em 1614. A partir desse relato do autor da *Jornada do Maranhão*, Pereira da Costa argumentava que seria razoável afirmar que a idade de Jacaúna, quando seu filho nascera, era de 25 anos, desse modo, sua idade em 1614, seria de 43 anos, “nascendo por conseguinte em 1571.”²¹⁴⁸ Gostaríamos de pontuar que o raciocínio de Pereira da Costa é extramamente

²¹⁴⁵ Idem.

²¹⁴⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Op. cit.** p.XVI.

²¹⁴⁷ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 6 de novembro de 1903.

²¹⁴⁸ Idem.

arbitrário. Ao fechar a idade de 25 anos, o autor extrapola os limites das informações contidas na documentação, tecendo um argumento assentado na intuição. Esse procedimento de Pereira da Costa não era totalmente reprovável para alguns historiadores do século XIX, como Wilhelm von Humboldt. Em sua reflexão *Sobre a tarefa do historiador* (1821), Humboldt expunha dois caminhos os quais precisariam ser simultaneamente percorridos pelos historiadores em busca da aproximação da *verdade histórica*: o primeiro, o estabelecimento de uma crítica, exata e imparcial dos acontecimentos, e o segundo, a articulação dos resultados da pesquisa e intuir, quando não fosse possível ser alcançado pelo primeiro meio.²¹⁴⁹ É razoável supor que Pereira da Costa, a despeito de uma análise crítica e imparcial dos acontecimentos, tenha enveredado-se pelo segundo caminho exposto por Humboldt, uma vez que o próprio historiador pernambucano mencionava que seu interesse no artigo de 1903 era o estabelecimento da *verdade histórica*.

Apesar do autor da *Jornada do Maranhão* não ter afirmado categoricamente a idade de Jacaúna e de Camarão, Pereira da Costa apropriou-se da sua faculdade intuitiva, indo além das informações contidas no relato. Isto posto, a questão que se coloca é: por que partir da idade do irmão de Camarão? Dessa vez, a resposta se dá por meio da dedução. Sendo Camarão mais velho do que o seu irmão Jacaúna, “uma vez que empunhava o bastão principal ou maior de uma das aldeias da sua tribo dos Potiguares”²¹⁵⁰, o *Camarão do Rio Grande do Norte* teria cerca de 46 anos, em 1614 – em contraposição aos 43 anos do seu irmão – já que em 1598 possuía a idade de 30 anos. Portanto, a partir da análise intuitiva da idade de Jacaúna, Pereira da Costa concluiu que o *chefe* Camarão, mais velho do que seu irmão, já era de idade avançada em 1614. Consoante o sócio do IAGP, este argumento explicaria o motivo pelo qual Camarão não teria acompanhado a expedição de Jerônimo de Albuquerque na conquista do Maranhão, preferindo ficar com o seu irmão Jacaúna no Ceará, como citou o autor da *Jornada do Maranhão*.²¹⁵¹ De acordo com Pereira da Costa, o *Camarão do Rio Grande do Norte* não quis prosseguir ao Maranhão, deixando-se ficar no Ceará, porque não era homem moço, forte e robusto, pelo contrário, com idade avançada, não poderia suportar a longa viagem por terra, por isso “prostrara-o tanto, que não sentiu-se com forças bastantes para tomar parte em uma campanha arriscada e trabalhosa, e deixou-se ficar com seu irmão,

²¹⁴⁹ HUMBOLDT, Wilhelm von. **Op. cit.** p.84.

²¹⁵⁰ Idem.

²¹⁵¹ MARANHÃO, Jerônimo de Albuquerque. Memórias para a Historia da capitania do Maranhão. Jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feito o anno de 1614. In: REDONDO, Conde do. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarina**. Volume I. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1812. p.24.

seguindo então seu sobrinho com alguma gente.”²¹⁵² Doravante, conforme o historiador pernambucano, o *Camarão do Rio Grande do Norte* desaparecia completamente do cenário da história.²¹⁵³ Nesse caso, este *Camarão*, com idade avançada e claudicante, não poderia ser confundido com o jovem *Camarão*, natural de Pernambuco, que lutou na guerra contra os holandeses.

Para Pereira da Costa, a confusão em torno da problemática da naturalidade de Felipe Camarão teria nascido da confusão de dois personagens históricos distintos. O *argumento das individualidades distintas* possibilitou a construção de uma *retórica da diferença*. Por este conceito queremos dizer a elaboração de uma estratégia discursiva empregada por Pereira da Costa, a qual reúne um conjunto de argumentos que visam convencer, persuadir, provar, que há diferença entre dois personagens. Desse modo, a *retórica da diferença* está contida na *retórica da naturalidade*.

A primeira diferença diz respeito à *pátria* de nascimento dos índios homônimos. Um é norte-rio-grandense, o outro é pernambucano. Conforme Pereira da Costa, o *Camarão de Pernambuco* seria o valente guerreiro da guerra contra os holandeses, cujos feitos já tinham sido devidamente narrados pelo seu ilustre conterrâneo Antônio Joaquim de Mello, no final da década de cinquenta e início dos anos sessenta do século XIX.²¹⁵⁴ Para evidenciar que havia dois índios homônimos, nascidos em *pátrias* distintas, Pereira da Costa trilhou um caminho parecido com o de Joaquim de Mello. O sócio do IAGP citou o mesmo documento do seu conterrâneo pernambucano: o relato de Manoel Calado, *Valoroso Lucideno*. Assim como Joaquim de Mello, Pereira da Costa considerava o manuscrito do sacerdote, um documento de autoridade inquestionável, tendo em vista que Manoel Calado era uma testemunha presencial dos fatos em que narra, além de ter sido pessoalmente e intimamente conhecido de Felipe Camarão.²¹⁵⁵ Investido de autoridade e de verdade, a despeito das críticas de Varnhagen ao *Valoroso Lucideno*, posto ser testemunha e autor contemporâneo dos acontecimentos, o relato de Manoel Calado é alçado como prova de que haveria dois personagens históricos distintos. Desse modo, Pereira da Costa selecionou quatro trechos do *Valoroso Lucideno*, para provar seu argumento:

Tambem se veio a offerecer ao general *um indio* da terra, chamado Antonio Camarão (que era o principal e o capitão de uma aldeia) com toda a sua

²¹⁵²COSTA, Francisco Augusto Pereira da. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 6 de novembro de 1903.

²¹⁵³ Idem.

²¹⁵⁴ Idem.

²¹⁵⁵ Idem.

gente mui destra na flecha e arco, e com todos os seus parentes e amigos, que se congregaram e elegeram por maioral, por esforçado e animoso.

Tambem João Fernandes Vieira escreveu com um proprio por terra a D. Antonio Felipe Camarão, que estava alojado em Sergipe del Rei, com todos os seus brasilianos, pedindo-lhe com muitos rogos e encarecidas palavras, que pois *havia nascido na provincia de Pernambuco*, e havia feito tantas proesas na defensão della no tempo de Mathias de Albuquerque e do conde de Bagnuolo, que não faltasse agora na miséria em que os seus morados estavam...

Quando a nossa gente de guerra se retirou para a Bahia com o conde de Bagnuolo, tambem o Camarão se retirou comnosco, separando que el-rei nos mandasse socorro para elle se tornar *para a sua patria* em sua restauração.

Meus senhores hollandeses, meu camarada o Camarão não está aqui, porem eu respondo por ambos. Vossas mercês saibam que *Pernambuco é sua patria* e minha, e que já não podemos soffrer tanta ausencia della...²¹⁵⁶

Como podemos perceber, o trecho do *Valoroso Lucideno* narra momentos distintos da ação de Camarão na guerra contra os holandeses. É válido frisar que o último trecho, é um excerto de uma suposta carta escrita por Henrique Dias dirigida aos holandeses, a qual Manoel Calado transcreveu em seu relato. Varnhagen teria posto em dúvida muitos dos discursos e das cartas citados pelo autor de *Valoroso Lucideno*, sobretudo, aqueles que diziam respeito a Henrique Dias: “conforme aos quaes e de fé identica nos pareceu o que põe na boa do heróe negro.”²¹⁵⁷ Desconsiderando completamente a crítica de Varnhagen, Pereira da Costa toma como verdade o relato e os documentos citados por Manoel Calado. Não é sem razão que o sócio do IAGP tenha selecionado determinados trechos da obra *Valoroso Lucideno*, destacando algumas expressões, tais como: *um indio da terra, havia nascido na provincia de Pernambuco, para a sua patria e Pernambuco é sua patria*. O realçamento conferido, propositalmente, por Pereira da Costa, visava justamente evidenciar o argumento de que Camarão havia nascido em Pernambuco. Desse modo, conceitos como *terra, provincia e pátria* foram interpretados como sendo correspondentes a Pernambuco, o que levou ao sócio do IHGRN, Luiz Fernandes, criticar asperamente a compreensão de Pereira da Costa, como veremos posteriormente.

Consoante o sócio do IAGP, o relato e os documentos contidos no livro de Manoel Calado falavam por si mesmos, “nada mais restaria acrescentar”, constituindo provas

²¹⁵⁶ CALADO *Apud* COSTA. In: D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 6 de novembro de 1903.

²¹⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Biographia dos brasileiros distinctos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Filippe Camarão. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira). p.501.

suficientes da existência diferenciada do *Camarão Pernambucano*.²¹⁵⁸ Segundo ele, apesar da prova incontestada da naturalidade do *valente guerreiro*, contida no relato de Manoel Calado, Pereira da Costa asseverava ser oportuno tecer mais considerações acerca do *Camarão Pernambucano*. É por esse motivo que o sócio do IAGP fez questão de instituir um inventário de diferenças entre os índios homônimos.

Conforme Pereira da Costa, o *velho Camarão*, nascido no Rio Grande [do Norte], teria filhos, enquanto “o nosso Camarão porem, não teve filhos e morreu sem sucção.”²¹⁵⁹ Os parentes do *Camarão do Rio Grande do Norte* eram conhecidos, tais como: Sorobabé e Jacaúna, da mesma forma, os parentes do *Camarão Pernambucano*: D. Diogo Pinheiro Camarão, Sebastião Pinheiro Camarão e D. Antonio João Camarão: “todos instruídos e nobilitados por seus feitos guerreiros, e não selvagens como aquelles.”²¹⁶⁰ De acordo com o sócio do IAGP, se estivesse vivo em 1630, o *Camarão do Rio Grande do Norte*alaria que tinha a dilatada convivência de 32 anos com os colonizadores, diferentemente do *Camarão de Pernambuco* que, ao aparecer na cena histórica de Pernambuco em 1630, “não sabia falar o portuguez, uma vez que, descendo da sua aldéa par apresentar-se em defesa da patria veio acompanhado de dois interpretes.”²¹⁶¹ O *Camarão do Rio Grande do Rio Grande do Norte* teria fraquejado perante a perspectiva de uma guerra contra os franceses, que ocupavam o Maranhão, preferindo ficar no Ceará, enquanto o *Camarão de Pernambuco* incorporou-se na luta contra os holandeses, como um herói, perdendo a própria vida em favor da *pátria*, uma vez que sua personalidade era caracterizada pela audácia e pelo destemor.²¹⁶² Desse modo, o *Camarão do Rio Grande do Norte* seria um claudicante diante da conquista, enquanto o *Camarão de Pernambuco* um herói da guerra. O *velho Camarão* teria nascido na *aldeia de Guajerú*, em Extremoz, como afirmava o historiador norte-rio-grandense, Manoel Ferreira Nobre, o qual o próprio Pereira da Costa citou, ao passo que o *Camarão Pernambucano* teria como local do seu nascimento a *aldeia do Siry* em Pernambuco.²¹⁶³ O *Camarão do Rio Grande do Norte* era um octogenário, diferente do *Camarão de Pernambuco*, que morreu jovem na guerra contra os holandeses. Em relação a esta última diferença, Pereira da Costa argumentava que a morte do *Camarão de Pernambucano*, teria ocorrido quatro meses depois da primeira batalha dos Guararapes, em 19 de abril de 1648, desse modo, se porventura fosse ele o mesmo *Camarão do Rio Grande do Norte* – que, em 1598 era chefe ou principal de

²¹⁵⁸ COSTA, Pereira da. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 7 de novembro de 1903.

²¹⁵⁹ Idem.

²¹⁶⁰ Idem.

²¹⁶¹ Idem.

²¹⁶² Idem.

²¹⁶³ Idem. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 13 de novembro de 1903.

uma aldeia, conforme os relatos do padre José Moraes e do frei Vicente Salvador – nesse momento, já era um homem idoso, um octogenário: “alquebrado de forças, e ainda mesmo que servisse no exercito por circunstancias superiores, certamente não seria esse guerreiro fogoso, ágil, indômito e cheio de arrojo e audácia que muitas vezes chegavam á temeridade!”²¹⁶⁴ Se o *Camarão do Rio Grande do Norte* fosse o mesmo *Camarão de Pernambuco*, seria um herói idoso, um feito digno de admiração dos seus contemporâneos, um prodígio da natureza, o qual os cronistas coevos, “tão prolixos em detalhes particulares de sua vida”, teriam relatado em seus escritos.²¹⁶⁵ Todavia, Pereira da Costa argumentava que não havia qualquer manuscrito mencionando essa façanha, isto é, nenhum dos cronistas contemporâneos do índio Camarão “ao narrar as suas proezas, pelo menos as praticadas de 1645 a 1648, diz com admiração que o seu heróe – *era um octogenário!!!*”²¹⁶⁶ Portanto, na memória histórica da *Pátria* haveriam dois índios com o mesmo nome, *Camarão*, mas possuindo individualidades distintas. Essas distinções iam desde o local de nascimento até a idade, passando pelos diferentes modos de comportar-se diante a eminência da guerra contra os não portugueses. Um era o herói, o outro vacilante.

Adstrito aos argumentos da idade e da diferença, Pereira da Costa finalizou seu artigo apresentando, ainda, mais duas considerações. A primeira: se o *Camarão do Rio Grande do Norte* tivesse lutado na guerra contra os holandeses, os cronistas coevos, Duarte de Albuquerque, Manoel Calado, Diogo Lopes Santiago e Rafael de Jesus, teriam relatado episódios da primeira fase da sua vida, isto é, o seu auxílio no processo de conquista da capitania do Rio Grande, em 1598, e sua jornada em direção ao Maranhão, em 1614.²¹⁶⁷ Conforme Pereira da Costa, os cronistas contemporâneos não deixariam de relatar os precedentes históricos da vida do índio Camarão, antes de 1630, tendo em vista que a participação na conquista da capitania do Rio Grande e a jornada do Maranhão evidenciariam à posteridade, as suas proezas e as suas façanhas guerreiras “em todo o periodo que se desenrola desde aquella epocha até o seu prematuro fallecimento em 1648!”²¹⁶⁸ Assim, os feitos de *Camarão*, antes de 1630, seriam considerados pelos cronistas contemporâneos, uma vez que contribuiriam para a sagração da sua própria figura de herói. Pereira da Costa conclui o argumento afirmando que a ausência de relatos a respeito da primeira fase da vida do índio *Camarão*, isto é, aqueles anteriores a 1630, pelos cronistas mencionados, só provaria que

²¹⁶⁴ Idem.

²¹⁶⁵ Idem.

²¹⁶⁶ Idem.

²¹⁶⁷ Idem.

²¹⁶⁸ Idem.

estes estariam tratando do jovem *Camarão*, nascido em Pernambuco, que teria iniciado a sua vida militar não em 1598, mas sim, em 1614, com a guerra contra os holandeses. É importante destacar que este argumento de Pereira da Costa desconsidera completamente os relatos de Diogo Soares Moreno, do frei Vicente Salvador e do padre José de Moraes, justamente por trazerem referências à participação de Camarão na conquista da capitania do Rio Grande e na *Jornada do Maranhão*. Estes cronistas só são citados pelo sócio do IAGP quando lhe convém, ou seja, quando fornecem alguma informação importante para a comprovação do seu argumento. Dessa forma, Pereira da Costa manipula o uso dos referidos relatos, em conformidade com a construção do seu argumento, ora silenciando-os, ora citando-os.

A última consideração de Pereira da Costa, em seu artigo publicado pelo *Jornal do Recife*, em 1903, diz respeito à extensão dos índios potiguares em alguns territórios da colônia. Pereira da Costa reconhece que o *Camarão de Pernambuco* pertencia ao grupo dos índios potiguares, porém, argumenta que a abrangência da tribo não se restringia ao território da capitania do Rio Grande.²¹⁶⁹ Conforme o sócio do IAGP, os índios potiguares fixaram-se em vários pontos da colônia, constituindo aldeias, não voltando necessariamente aos seus lares iniciais, o que os possibilitou ocupar áreas pertencentes ao domínio de outras capitanias como Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco.²¹⁷⁰ Consoante Pereira da Costa, havia em Pernambuco, em 1630, um número significativo de potiguares. Para provar este argumento, o autor citou alguns trechos do relato de Manoel Calado, o qual registrava a presença de índios potiguares e tapuios, nascidos e criados em Pernambuco.²¹⁷¹ Desse modo, a *aldeia do Siry*, local de nascimento do *jovem Camarão*, segundo Pereira da Costa, seria um dos redutos da presença dos índios potiguares na capitania.

Os argumentos apresentados por Pereira da Costa, em seu artigo de 1903, convergiam para a tese central da existência de duas individualidades distintas, isto é, o Camarão, que no ano de 1598 ocupava no Rio Grande [do Norte] o lugar de chefe da *aldeia do Guajerú*, localizada na extinta vila de Extremoz, e D. Antonio Felipe Camarão, cuja naturalidade era pernambucana. O sócio do IAGP era cômico de que essa afirmação reacenderia a polêmica em torno da *pátria* de nascimento de Felipe Camarão: “Aqui ficamos, porque é bem provável que ainda tenhamos de voltar ao assumpto.”²¹⁷² Sua previsão estava correta. Na edição de 1904 da revista do IAGP, Pereira da Costa republicou seu artigo de 1903, acrescentando

²¹⁶⁹ Idem.

²¹⁷⁰ Idem.

²¹⁷¹ Idem. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 13 de novembro de 1903.

²¹⁷² Idem.

novos argumentos, fruto de novas investigações sobre o assunto, e aprofundando os que já haviam sido mencionados no *Jornal do Recife*.²¹⁷³ No mesmo ano em que Pereira da Costa republicou seu artigo sobre Felipe Camarão na *RIAGP*, o sócio do IHGRN, Luiz Fernandes, publicou seu texto *Índios Celebres do Rio Grande do Norte* na revista do instituto.

Bacharel em Direito pela FDR, em 1885,²¹⁷⁴ político e juiz em várias cidades do Rio Grande do Norte, Luiz Manoel Fernandes Sobrinho foi um dos sócios fundadores do IHGRN. Compunha o grupo dos *doutores* da agremiação, vindo a assumir o cargo de 2º secretário, redigindo a primeira ata do IHGRN. Luiz Fernandes Sobrinho foi um dos mais atuantes membros do Instituto, sobretudo no que tange à publicação de artigos na revista.²¹⁷⁵ Sem dúvida, o tema mais caro ao autor foi a problemática em torno da naturalidade de Felipe Camarão. Seu artigo de estreia no IHGRN foi *Índios Celebres do Rio Grande do Norte*, dividido em várias partes e publicado, ininterruptamente, nas edições de 1904, 1905 e 1906 da *RIHGRN*. Como já adiantamos, o artigo de Luiz Fernandes é uma contradição ao texto de Pereira da Costa, publicado em 1903, no *Jornal do Recife*.²¹⁷⁶ O intuito do sócio do IHGRN era tratar “somente dos chefes dos *Petiguares* do Rio Grande do Norte”, porém sua escrita ocupou-se, majoritariamente, do *valoroso Poty*, isto é, Felipe Camarão, o qual, segundo ele, era superior entre os demais índios, exercendo sobre estes uma liderança, além de ter assimilado as ideias da civilização europeia “que incutiam os colonizadores, e posição saliente que, em favor destes, assumiu nas lutas contra os Holandeses.”²¹⁷⁷

Como vimos no Capítulo 3, a biografia de Felipe Camarão era um passaporte importante para a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória histórica do Brasil. O índio era tido como um dos principais personagens da história do país no século

²¹⁷³ Idem. A verdadeira naturalidade de D. Antonio Felipe Camarão. In: **RIAGP**. Recife. Tomo XI. 1904. p.119-120.

²¹⁷⁴ BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. (Coleção Nordestina). p.274.

²¹⁷⁵ Em 1907, o secretário perpétuo do IHGB, Max Fleiüss, enviou um convite a Luiz Fernandes, convidando-o a organizar um catálogo contendo todos os jornais do Rio Grande do Norte existentes, desde 1808, como parte da exposição jornalística nacional, que seria inaugurado no dia 15 de junho de 1808, na ocasião da comemoração do *Centenário da imprensa no Brasil*. Em 26 de maio de 1808, Luiz Fernandes enviou alguns exemplares dos jornais locais, por ele coletados, bem como escreveu um trabalho, dividido em duas partes: *Notícia Histórica e Catalogo* dos periódicos publicados desde 1832, data da primeira publicação de jornais na província, até 1908. A partir deste ano, o IHGRN em várias edições o referido trabalho de Luiz Fernandes. FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. Porque desta edição. In: **A imprensa periodica do Rio Grande do Norte de 1832-1908: dados historicos e bibliographicos**. **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 1. 1908.p.5-6

²¹⁷⁶ Idem. Índios Celebres do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 2. Número 2. 1904. p. 141.

²¹⁷⁷ Idem. p.140-141.

XIX, daí o interesse, por parte de Luiz Fernandes, em provar sua naturalidade, assim como o fez Alberto Maranhão em seu *Ensaio*. Além de ser um dos principais nomes da memória histórica da nação, Felipe Camarão era célebre porque foi tido como civilizado, ao ser integrado, por meio da catequese e do batismo da religião cristã, aos valores da cultura europeia vigente. É importante ressaltar que, para alguns letrados brasileiros do século XIX, sobretudo aqueles vinculados ao IHGB, era possível trazer os *selvagens brasileiros* para os moldes da civilização, infundindo-lhes as noções de religiosidade, propriedade e liberdade, conceitos estes que formavam a própria tradição da sociedade europeia.²¹⁷⁸ Nesse sentido, haveria excepcionalidade na figura de Felipe Camarão, justamente por ter sido um índio civilizado e herói da guerra contra os holandeses. Assim como Alberto Maranhão em seu *Ensaio*, Luiz Fernandes compreendia que a disputa pela naturalidade do índio civilizado e herói da guerra era de extrema importância para a construção da identidade histórica do Rio Grande do Norte. A sua escrita era uma forma de impedir as investidas de outros homens de letras, como Pereira da Costa, de roubar do seu estado “a gloria de ser a terra de seu berço.”²¹⁷⁹

Luiz Fernandes começa seu artigo de forma semelhante ao de Pereira da Costa, isto é, assegura ao seu leitor que seu texto busca a *verdade histórica* dos fatos.²¹⁸⁰ A *verdade* aparece em seu texto como o interesse-fim, como algo a ser desvelado apenas pelas investigações do pesquisador junto as “fontes brumosas dos primitivos tempos de nossa historia.”²¹⁸¹ Assim como o artigo de Pereira da Costa, o texto de Luiz Fernandes é marcado por várias citações de documentos históricos, sobretudo, relatos de cronistas coevos relativos a Felipe Camarão, já mencionados por outros estudiosos, como: Cândido Mendes e Varnhagen. Luiz Fernandes, como outros historiadores do século XIX e início do XX, compreendia que a investigação a partir dos documentos possibilitaria ao estudioso um acesso direto ao passado. Era através dos documentos que a *verdade histórica* seria possível.²¹⁸² No entanto, caberia ao historiador adotar uma postura imparcial e desapaixonada ao estudar os fatos históricos do passado.²¹⁸³ Dessa maneira, para Luiz Fernandes, era imperioso ao historiador o uso das fontes, mas também a conservação de sua neutralidade diante dos fatos, critérios estes tão caros para a grande maioria dos historiadores oitocentistas. O autor cita vários estudiosos da questão da

²¹⁷⁸ TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados:** escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 2009. 242f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p.46.

²¹⁷⁹ FERNANDES SOBRINHO. Luiz Manoel. **Op. cit.** p.141.

²¹⁸⁰ Idem.

²¹⁸¹ Idem.

²¹⁸² Idem.

²¹⁸³ Idem.

naturalidade de Felipe Camarão, que teriam adotado uma pretensa postura imparcial em seus textos. São eles: Varnhagen, Cândido Mendes, José Domingues Codeceira e João Brigido dos Santos. Propositalmente citados, todos estes afirmavam a tese da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão. A imparcialidade destes autores residiria no fato de alguns não pertencerem aos estados envolvidos na querela, como Varnhagen e Cândido Mendes de Almeida, e de outros terem posicionado-se a favor da tese da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão, apesar de terem nascidos nos estados que disputavam com o Rio Grande do Norte a *pátria* do referido índio, tais como: o major José Domingues Codeceira e João Brigido dos Santos, pernambucano e cearense, respectivamente.²¹⁸⁴ Estes autores teriam autoridade, justamente por manterem-se distante das paixões telúricas. Fica claro que, para Luiz Fernandes, a imparcialidade dos autores acima mencionados estaria associada, em grande medida, ao lugar de nascimento. O fato de não pertencerem aos estados em disputa e/ou de posicionaram-se contrários aos seus estados como possíveis candidatos a *pátria* do índio *poty*, evidenciaria uma neutralidade, uma imparcialidade no exame da questão. É por esse motivo que, Luiz Fernandes estrategicamente cita-os.

Na concepção de Luiz Fernandes, os argumentos desenvolvidos por Pereira da Costa, em seu artigo de 1903, não poderiam ser considerados plausíveis, uma vez que o sócio do IAGP teria a intenção de tirar a *glória* do Rio Grande do Norte de ser a *pátria* de Camarão, em favor de Pernambuco. Nesse aspecto, os argumentos de Pereira da Costa seriam eivados pela sua paixão e pelo seu interesse em favorecer seu estado na questão. Em contraposição à postura parcial de Pereira da Costa, Luiz Fernandes tenta construir para si o lugar de parcialidade, justificando que seu texto foi urdido a partir da *boa intenção* e do seu *ânimo desprevenido*.²¹⁸⁵ Luiz Fernandes utiliza-se do jogo da imparcialidade e da parcialidade para legitimar a credibilidade do seu próprio texto. Assim como Pereira da Costa, Luiz Fernandes escreve a partir de um lugar, cujos interesses são bem claros. Apesar de sua pretensa neutralidade, a escrita de Luiz Fernandes não é desinteressada, tampouco imparcial.

Luiz Fernandes dividiu seu artigo em três seções que correspondem às fases da vida de Felipe Camarão: o selvagem, o catecúmeno e o herói. A primeira corresponde ao momento em que o índio era um jovem chefe da sua tribo, quando os colonos conquistaram a capitania do Rio Grande, no final do século XVI. A segunda refere-se à ocasião da sua catequese e do seu batismo, o que lhe permitiu integrar-se à cultura civilizada europeia. E, por fim, a última fase, o apogeu de sua vida, o instante em que participa da guerra contra os holandeses,

²¹⁸⁴ Idem. p.144-145.

²¹⁸⁵ Idem. p.141.

tornando-se um dos principais heróis do período colonial. Esta divisão serviu para fazer frente ao argumento central de Pereira da Costa, isto é, de que havia dois índios homônimos que possuíam trajetórias históricas distintas. Em contraposição ao arrazoado do pernambucano, o escopo de Luiz Fernandes era provar que os manuscritos do período colonial estavam tratando do mesmo personagem, Felipe Camarão, em fases distintas de sua vida. Desse modo, não haveria o *Camarão do Rio Grande do Norte* e nem o *Camarão de Pernambuco*. Consoante Luiz Fernandes, este arrazoado estava baseado apenas em conjecturas, nesse sentido, não poderia ser provado.²¹⁸⁶

Para mostrar a falibilidade do argumento de Pereira da Costa, Luiz Fernandes concentra-se, primeiramente, em contra-argumentar a questão da suposta idade avançada de Felipe Camarão. Segundo o sócio do IHGRN, a afirmação de Pereira da Costa de que o *Camarão do Rio Grande do Norte* teria 30 anos em 1598, e 46 em 1614, seria um produto da sua mera arbitrariedade.²¹⁸⁷ Como explicitamos anteriormente, Pereira da Costa chegou à conclusão da idade avançada de Camarão, a partir de duas deduções principais: a primeira, relacionada à questão do papel que o índio exercia como chefe da aldeia, mencionada pelos relatos dos cronistas, e a segunda, concernente à comparação da idade do irmão, Jacaúna, supostamente mais novo. Para Luiz Fernandes, esta argumentação não teria validade alguma, porque não haveria qualquer documento que provasse diretamente e expressamente a data de nascimento do índio *Camarão* e nem do seu irmão Jacaúna. Nesse caso, o arrazoado do historiador pernambucano deveria ser desacreditado, uma vez que era meramente especulativo e arbitrário.²¹⁸⁸ Todavia, para Luiz Fernandes, mesmo que o arrazoado de Pereira da Costa estivesse correto, o índio Camarão não poderia ser considerado como um homem velho aos 46 anos de idade.²¹⁸⁹

Segundo o sócio do IHGRN, entre os indígenas, a idade nunca foi condição especial para a investidura da chefia de uma determinada aldeia, uma vez que para ser cacique, o critério dava-se pela dignidade, isto é, “aquelle que reunia em si mais aptidões phisicas para a lucta e conquistava pela coragem maior somma de trophéos, embora antecipadamente obtidos.”²¹⁹⁰ Contrariamente à conclusão de Pereira da Costa, o autor do artigo *Índios Celebres do Rio Grande do Norte* considerava que o próprio Jacaúna era mais velho do que o

²¹⁸⁶ Idem. p.148.

²¹⁸⁷ Idem. p.149.

²¹⁸⁸ Idem. p.150.

²¹⁸⁹ Idem. p.149.

²¹⁹⁰ Idem. p.150

seu irmão Camarão, apesar deste ser chefe da tribo.²¹⁹¹ Luiz Fernandes não descartava a possibilidade do índio Camarão já ter exercido uma posição de liderança na tribo, com idade entre 18 ou 20 anos: “é um facto que prova simplesmente precocidade no desenvolvimento das suas faculdades phisicas e grande superioridade de espirito entre os seus.”²¹⁹² Dessa forma, o índio Camarão, apesar da sua fase selvagem, teria naturalmente habilidades psíquicas que explicariam o fato de ter sido escolhido prematuramente como chefe da tribo.

Para evidenciar que seu enunciado era verdadeiro, Luiz Fernandes argumenta a partir do relato de Vicente Salvador e do texto de Cândido Mendes, os quais afirmavam que o índio *poty*, no final do século XVI, já era chefe da sua aldeia e que sua reputação é posterior à época da conquista da capitania do Rio Grande por Mascarenhas Homem.²¹⁹³ Nem o relato de Vicente Salvador e nem o texto de Cândido Mendes afirmavam categoricamente que Camarão era jovem. Assim como Pereira da Costa, Luiz Fernandes vai além do que suas fontes informam, concluindo, conjecturando, que nesse momento, o índio era ainda muito jovem. Apesar da sua crítica a conclusão conjectural de Pereira da Costa, Luiz Fernandes parece estabelecer uma contraprova a partir de sua própria especulação. Dito de outro modo, o sócio do IHGRN enquadra-se em sua própria crítica feita ao historiador pernambucano.

Além de contra-argumentar a respeito da idade avançada do índio *poty*, Luiz Fernandes contrapõe-se à afirmação de Pereira da Costa, de que o *Camarão do Rio Grande do Norte* teria nascido na aldeia de Extremoz. Opor-se a esta argumentação era estrategicamente importante, porque Pereira da Costa utilizou-se da afirmação de um historiador norte-rio-grandense, Manoel Ferreira Nobre, para provar que o lugar de nascimento de Felipe Camarão era o *Guajerú*, na vila de Extremoz. O intuito de Pereira da Costa era mostrar que a sua afirmação era corroborada por um historiador do Rio Grande do Norte. A citação do texto de Manoel Ferreira Nobre era uma forma de conferir autoridade ao enunciado de Pereira da Costa, uma vez que o historiador pernambucano teria citado um autor do próprio estado que disputava a naturalidade de Felipe Camarão. Todavia, é importante frisar que, conforme o texto de Manoel Ferreira Nobre, o índio *poty* teria nascido em Extremoz, na vila do Ceará-Mirim.²¹⁹⁴ Segundo ele, os índios potiguares fundaram um estabelecimento junto à lagoa *Guajeru*, a qual pertencia à cidade do Natal até 1755, quando passou a ser denominada vila de

²¹⁹¹ Idem.

²¹⁹² Idem.

²¹⁹³ Idem. p.151.

²¹⁹⁴ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971, p.189.

Extremoz e, posteriormente, em 1855, como vila do Ceará-Mirim.²¹⁹⁵ Foi dessa informação que Pereira da Costa utilizou-se para construir o seu argumento de que o *Camarão do Rio Grande do Norte* teria nascido na aldeia de *Guajeru*, em Extremoz.

Em direção oposta ao arrazoado de Pereira da Costa, Luiz Fernandes argumentava que a aldeia de Camarão não era estaria localizada em Extremoz. Apropriando-se dos relatos de Vicente Salvador e do livro *Historia das luctas com Hollandeses no Brazil* (1872), de Varnhagen, Luiz Fernandes afirmava que a aldeia em que Camarão havia nascido era a mesma que Feliciano Coelho teria aposentado seu arraial, a qual depois Manoel Mascarenhas teria pernoitado.²¹⁹⁶ Nesse ponto, Luiz Fernandes discordava de Cândido Mendes, quanto à localidade da aldeia em que Felipe Camarão teria nascido.²¹⁹⁷ O letrado maranhense considerava que a aldeia estaria localizada na povoação de Extremoz.²¹⁹⁸ Tomando como referência o relato de Vicente Salvador, em sua *Historia do Brazil* (1627), Luiz Fernandes alegava não ser exata a conclusão de Cândido Mendes, uma vez que a aldeia de *Camarão* ficava apenas a uma légua da Fortaleza dos Reis Magos, o que favorecia a hospedagem dos colonos liderados por Feliciano Coelho, os quais trabalhavam diariamente na construção do forte.²¹⁹⁹ Nesse sentido, esta aldeia não poderia estar localizada em Extremoz, tendo em vista que a distância em relação ao Forte dos Reis Magos era de três léguas.²²⁰⁰ Consoante Luiz Fernandes, a informação dada por Vicente Salvador estaria em consonância com o mapa do livro *Razão do Estado do Brasil*, obra de Diogo de Campos Moreno, escrito em 1612, o qual afirmava que a aldeia de Camarão ficava a margem esquerda do rio *Puttigi* (hoje denominado de Potengi).²²⁰¹ Desta forma, a partir de dois relatos dos cronistas contemporâneos, Luiz Fernandes colocava em suspeição a afirmação de Cândido Mendes e de Pereira da Costa, que acreditavam que a aldeia de Camarão estava localizada em Extremoz: “Si, pois, a aldeia do Camarão ficava a’ margem do *Puttigi*, actual *Potengy*, como collocal-a a’ margem occidental da lagôa de Extremoz ou *Guajerú*, distante, pelo menos, duas leguas daquelle rio?”²²⁰²

Para encerrar a sua argumentação sobre a verdadeira localidade do nascimento de Felipe Camarão, Luiz Fernandes utilizou-se do mesmo expediente metodológico usado por

²¹⁹⁵ Idem. p.188-189.

²¹⁹⁶ FERNANDES SOBRINHO. Luiz Manoel. **Op. cit.** p.153.

²¹⁹⁷ Idem. p.152.

²¹⁹⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de. Ao leitor. In: **Memórias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo territorio comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas.** Tomo II. Rio de Janeiro: Nova typographia de J. Paulo Hildebrandt. 1874. p. XXIX.

²¹⁹⁹ FERNANDES SOBRINHO. Luiz Manoel. **Op. cit.** p.154.

²²⁰⁰ Idem.

²²⁰¹ Idem.

²²⁰² Idem. p.155.

Varnhagen, em sua biografia sobre Felipe Camarão: o método filológico. Como vimos no Capítulo 3, Varnhagen fez uso da filologia como instrumento de pesquisa e de construção da sua retórica. Luiz Fernandes não fez diferente, de certa maneira, imitou a estratégia de argumentação de Porto Seguro. Assim como Varnhagen, o sócio do IHGRN salientava que *Camarão* era uma tradução literal da palavra indígena *Puty*. Segundo Luiz Fernandes, os índios chamavam desta forma o chefe da grande aldeia de *Ygapó*, localizada em Natal e não em Extremoz, como considerava Cândido Mendes. Como o índio *Puty* ganhara uma notabilidade significativa entre os seus pares, devido a sua participação na guerra contra os holandeses, os naturais daquela região teriam intitulado o rio, “em cujas margens nasceu um nome derivado do seu nome, e chamaram-no *Puty-gy*, que quer dizer – Rio de *Puty*.”²²⁰³ Conforme Luiz Fernandes, com o passar dos anos, o nome do chefe da tribo modificou-se em *Poty* e com ele o do rio *Potygy*, ganhando, posteriormente, sua grafia final, *Potengy*.²²⁰⁴ Nesse sentido, a etimologia do rio era uma prova exata da localização da aldeia. Para Luiz Fernandes, a partir da filologia, dos documentos e dos autores que se debruçaram sobre o tema, ficaria provado que a aldeia de Camarão ficava à margem esquerda do rio *Potengy*: “no que mais uma prova encontramos da naturalidade do nosso heroe.”²²⁰⁵

Em linhas gerais, poderíamos elencar as principais afirmações do autor na primeira seção do seu artigo de 1904: a) mesmo sendo jovem, em torno de 34 anos de idade, o índio *Poty* era chefe da tribo; b) os colonos que construíram o Forte dos Reis Magos e conquistaram a capitania no final do século XVI, conheciam Felipe Camarão e teriam se hospedado em sua aldeia em 1598; c) esta não estaria localizada em Extremoz, mas sim à margem esquerda do rio *Potengi*; e d) o nome deste rio era uma prova de que o índio *poty* era o principal chefe da tribo dos potiguares que habitavam o litoral do Rio Grande.

Na primeira seção do seu artigo, Luiz Fernandes dedicou-se a relatar questões concernentes aos aspectos mais gerais da vida de Felipe Camarão, como a sua posição de chefe da tribo, sua possível idade, o local do seu nascimento e os seus primeiros contatos com os colonizadores no final do século XVI. Estes seriam os componentes de sua história no período anterior a 1630, isto é, a sua fase *selvagem*, como considerava Luiz Fernandes. Todos esses elementos da vida de Felipe Camarão, anteriores à participação na guerra contra os holandeses, serviam como uma contraprova à afirmação de Pereira de Costa de que os escritores contemporâneos, como Duarte de Albuquerque, Manuel Calado, Diogo Lopes

²²⁰³ Idem. p.159.

²²⁰⁴ Idem. p.159.

²²⁰⁵ Idem.

Santiago e Rafael de Jesus, não teriam feito nenhum comentário acerca da primeira fase da vida de Felipe Camarão.

Segundo Luiz Fernandes, no processo da conquista da capitania do Rio Grande, no final do século XVI, *Camarão* era inteiramente desconhecido dos conquistadores, aos quais tinha recebido hostilmente, logo no primeiro momento, mas firmando pazes com aqueles, logo em seguida.²²⁰⁶ Segundo o sócio do IHGRN, durante a sua fase *selvagem*, Felipe Camarão não teria prestado aos portugueses nenhum serviço notável na colonização da capitania, vindo a enclausurar-se em sua aldeia, hospedando nela alguns colonizadores, como Feliciano Coelho e os seus subordinados.²²⁰⁷ Nesse sentido, até 1630, Felipe Camarão foi simplesmente chefe de sua aldeia, famoso entre os de sua tribo, por essa razão muitos dos escritores contemporâneos, listados por Pereira da Costa, não teriam relatado aspectos de sua biografia anterior a batalha dos *Guararapes*.²²⁰⁸ Contrariamente ao argumento de Luiz Fernandes, Pereira da Costa considerava o silenciamento de alguns cronistas coevos, acerca da fase *selvagem* do índio Camarão, como uma prova da existência de dois índios homônimos. Desse modo, o *Camarão do Rio Grande do Norte* já teria desaparecido da *cena histórica* antes de 1630, por essa razão nenhum cronista teria tratado acerca da sua vida anterior à batalha dos *Guararapes*. Para Luiz Fernandes, o silêncio da crônica setecentista era explicado pelo interesse destes em focar apenas o envolvimento de *Camarão* na luta contra os holandeses: “Era um índio de valor que se oferecia em defesa da pátria ameaçada, e isto bastava saber aos cronistas do tempo, que deixaram aos do futuro o encargo de syndicar dos seus precedentes.”²²⁰⁹ Em outras palavras, a atenção dos cronistas estava voltada apenas para um aspecto específico da vida de *Camarão*, levando-os ao esquecimento da primeira fase de sua existência: “tomam-no no início de sua vida militar, sem uma palavra sequer sobre o seu passado.”²²¹⁰ Para Luiz Fernandes, esta explicação colocava em suspeição à argumentação das duas individualidades distintas de Pereira da Costa. Foi com o argumento supracitado que o sócio do IHGRN encerrou sua narrativa acerca do silêncio dos cronistas contemporâneos, sobre a fase *selvagem* de Felipe Camarão.

A segunda seção do artigo de 1904, intitulada *Antonio Camarão – O Catechumeno*, abordou dois aspectos da vida de Felipe Camarão: a participação na conquista do Maranhão e

²²⁰⁶ Idem. p.187.

²²⁰⁷ Idem.

²²⁰⁸ Idem.

²²⁰⁹ Idem. p.187-188.

²²¹⁰ Idem. p.189.

o seu batismo. Como de praxe, em se tratando do índio *poty*, um destes aspectos, mais especificamente, o primeiro, foi objeto de polêmica com o sócio do IAGP, Pereira da Costa.

Um dos argumentos levantados por Luiz Fernandes contrapunha-se a afirmação que Pereira da Costa teria feito, com base no manuscrito da *Jornada do Maranhão*, acerca do motivo da desistência do *Camarão do Rio Grande do Norte* na expedição de Jerônimo de Albuquerque, em direção à reconquista do Maranhão, em 1614. Como vimos, Pereira da Costa defendia que o *velho Camarão* preferiu ficar com o seu irmão no Ceará, devido à sua idade já avançada, não podendo suportar uma longa viagem por terra. Em reação à argumentação do sócio do IAGP, Luiz Fernandes sustentava que o índio Camarão não teria ido à conquista do Maranhão, por causa da sua compreensão em relação “as maliciosas intenções dos chefes portugueses” e não por fraqueza, como defendia Pereira da Costa.²²¹¹ Conforme o sócio fundador do IHGRN, o procedimento desleal adotado pelos colonos para com os índios aliados em outros momentos, gerou certa desconfiança por parte do índio *Camarão* “que dahi em diante se nota em todos os seus actos e que, só, determinou o supposto enfraquecimento do Camarão, procurando pretextos para não seguir com Jeronymo de Albuquerque a’ conquista do Maranhão, (...)”²²¹² De acordo com Luiz Fernandes, ao chegar no Ceará, Camarão teria conversado com o seu irmão *Jacaúna*, a respeito da jornada, a qual teria sido avaliada por ambos. Camarão e Jacaúna teriam se lembrando das ações cometidas pelo capitão-mor, Pero Coelho, quando este procurava conquistar os territórios adjacentes ao Ceará, em 1603, vendendo como escravos índios que haviam sido aprisionados na guerra, embora tivessem servido como aliados dos colonos, como esclarece o autor:

Ora, o Camarão, que fazia parte desse corpo de valentes *Petiguares*, sendo um dos que mais se distinguiram, devia conservar ainda na mente a lembrança dessas deslealdades de seus falsos inimigos, e, ouvido agora seu irmão *Jacaúna* sobre o procedimento não menos perfido e desleal de Pero Coelho, é natural que descreesse completamente da sinceridade desses homens e procurasse pretextos para não tomar parte na expedição para a qual era de novo convidado. Eis a verdadeira causa do pedido de excusa do Camarão, causa natural, attento o genio desconfiado e ressentido dos indigenas; logia, porque resulta da analyse dos proprios factos a’luz da razão, e, portanto, muito mais acceitavel do que a aparente e evidentemente absurda que se lhe dá.²²¹³

²²¹¹ Idem. p.161.

²²¹² Idem.

²²¹³ Idem. p.167

Em nenhum dos manuscritos dos séculos XVI e XVII, havia menção à desconfiança de *Camarão*, por parte dos colonos. Claramente, essa explicação adveio unicamente da própria interpretação de Luiz Fernandes. O sócio do IHGRN foi além do que foi fornecido pelas suas fontes. O objetivo era tecer uma argumentação que contrapusesse à interpretação de Pereira da Costa. Para Luiz Fernandes, *Camarão* teria agido em solidariedade para com os índios vendidos como escravos pelo capitão-mor Pero Coelho, procurando vários pretextos para esquivar-se da jornada com o conquistador do Maranhão.²²¹⁴ Para comprovar seu argumento, Luiz Fernandes citou Southey, Gama e Cândido Mendes, além de cronistas contemporâneos, os quais consideravam a desistência de *Camarão* não como fruto do seu cansaço de viagem, mas sim do seu próprio interesse em ficar com o seu irmão *Jacaúna*: “É o caso: *Camarão* procurou o pretexto da prostração para encobrir o verdadeiro motivo de seu procedimento – a desconfiança.”²²¹⁵ Sendo assim, *Camarão* desistiu não por medo ou fraqueza, mas por “profundo sentimento dos repetidos actos de deslealdade e ingratidão daquelles aos quaes com tão boa fé se tinha aliado, foi a causa eficiente do seu pedido de excusa.”²²¹⁶

Explicada a recusa de *Camarão*, Luiz Fernandes voltou-se para o momento da inserção do índio no mundo da civilização. Segundo o sócio do IHGRN, depois de ter ajudado os colonos a destruírem os quilombos do rio Itapicurú, na Bahia, em 1603, *Camarão* teria voltado para sua aldeia, onde teria começado a receber a educação católica ministrada pelos padres da Companhia de Jesus, sendo catequizado pelo padre Francisco Pinto, o qual se tornou seu *grande amigo*, e, posteriormente, batizado em 1612, pelos padres Diogo Nunes e Gaspar de S. Peres.²²¹⁷ A narrativa destes acontecimentos não é desprezível. O interesse de Luiz Fernandes é mostrar a evidência singular da existência de Felipe *Camarão*, em relação aos seus pares indígenas. A particularidade do chefe *Camarão* residiria na inclinação do *célebre índio* ao mundo civilizado, não é sem razão a afirmação de que *Camarão* era a alma mais abalizada dos sertões.²²¹⁸ Desse modo, a inserção no mundo civilizado seria comprovada pelos ritos de iniciação, tão caros ao cristianismo católico: o batismo e o casamento. Conforme está posto na narrativa de Luiz Fernandes, o pioneirismo de *Camarão* em batizar-se e casar-se, solenemente com *Clara Camarão*, demonstraria sua singularidade frente aos

²²¹⁴ Idem. p.168.

²²¹⁵ Idem. p.169.

²²¹⁶ Idem.

²²¹⁷ Idem. p.170.

²²¹⁸ Idem. p.172.

demais índios, o que possibilitou, inclusive, a expansão da doutrina católica entre os membros da sua tribo.²²¹⁹

O batismo e o casamento de Camarão compunham mais uma demonstração dos grandes feitos da vida do referido índio, pois revelariam a sua disposição para a civilização. Nesse aspecto, a narrativa de Luiz Fernandes em torno do catecúmeno *Camarão* segue uma sequência cronológica e linear. A fase *selvagem* mostraria o préstimo do índio em auxílio da conquista e da colonização, no final do século XVI, enquanto o período de sua iniciação católica evidenciaria a sua inserção no mundo civilizado.

Em linhas gerais, os acontecimentos principais da narrativa de vida de Camarão foram ordenadamente dispostos da seguinte maneira: depois da conquista do litoral da capitania do Rio Grande, em 1598, Felipe Camarão teria tomado parte no ataque e destruição dos mocambos de Itapicurú, em 1603, voltando a sua aldeia, em 1604, começando com os padres da Companhia de Jesus a sua catequese, batizando e casando-se em 1612, e, finalmente, seguindo com Jerônimo de Albuquerque na conquista do Maranhão, em 1614.²²²⁰ Esta ordem dos acontecimentos da vida do *célebre índio*, culminaria no principal elemento da sua biografia: a participação na guerra contra os holandeses. A construção de uma narrativa linear e cronológica da vida de Felipe Camarão era uma forma de responder ao principal argumento de Pereira da Costa: a distinção de dois personagens históricos que partilhavam de um mesmo nome, *Camarão*. A estratégia de Luiz Fernandes era mostrar que o *Camarão* da conquista da capitania do Rio Grande, batizado e casado em 1612, e relatado nos manuscritos da reconquista do Maranhão de 1614 era o mesmo da guerra contra os holandeses.²²²¹ Em contraposição, Pereira da Costa afirmava em seu artigo, de 1903, que o *Camarão do Rio Grande do Norte* teria desaparecido da *cena histórica* depois de 1614, comprovando a tese de dois índios que partilhavam apenas o mesmo nome.

Na terceira e última parte do seu artigo de 1904, intitulada *D. Antonio Philippe Camarão – o heroe* – Luiz Fernandes concentrou-se em urdir uma narrativa que pudesse conectar as outras fases da vida de Camarão, *selvagem* e *catecúmeno*, com a sua participação na guerra contra os holandeses. É interessante que notar que nesta seção, o historiador norte-rio-grandense apresenta o índio *Camarão* não mais como *poty*, preso a sua fase selvagem, mas sim como *D. Antonio Filippe Camarão*, nome de batismo na fé cristã, referindo-se, doravante, ao homem civilizado, introduzido nos valores da cultura europeia. É curioso notar

²²¹⁹ Idem. p.173-174.

²²²⁰ Idem. p.175.

²²²¹ Idem.

que o próprio Varnhagen no segundo volume da sua *História Geral do Brasil* (1857) teria atribuído a *D. Antonio Filippe Camarão* o distintivo de homem civilizado. A despeito do seu ceticismo quanto à possibilidade de qualquer selvagem brasileiro ascender ao estado de civilização,²²²² Porto Seguro fez questão de salientar a diferenciação do índio *poty*, em sua fase selvagem, do *D. Antonio Filippe Camarão*, já não mais preso ao que havia sido no mato, mas sim o homem moldado pela *magia da educação*, que opera uma verdadeira mudança em um “bárbaro prejudicial á sociedade” transformado em um cidadão útil a si e a *Pátria*.²²²³ Para Varnhagen, *D. Antonio Filippe Camarão* era a única exceção entre os indígenas que poderia ser corrigido pela catequese e, portanto, unido à causa da civilização.²²²⁴

Evidenciar *D. Antonio Filippe Camarão*, no frontispício da última seção do artigo, era uma forma de afirmar, concomitantemente, a civilidade do indígena e o outro aspecto da sua biografia: o herói da batalha dos *Guararapes*. Luiz Fernandes urdia, na mesma seção, uma narrativa que demonstrasse que o índio *selvagem* de 1598 e 1614 era o mesmo da guerra contra os holandeses. Não é sem razão que o historiador norte-rio-grandense tenha começado a escrita da última seção do artigo, mostrando que o próprio Pereira da Costa teria afirmado, em seu *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres* (1882), que *Camarão*, “o principal da aldeia do Igapó no Rio Grande do Norte”, e o seu *pequeno exército*, teriam se apresentado ao general Mathias de Albuquerque para se incorporarem as forças de resistência contra o *inimigo* holandês.²²²⁵ A estratégia de Luiz Fernandes era mostrar que havia uma contradição nos textos de Pereira da Costa, ou seja, no *Diccionario* de 1882, o historiador pernambucano afirmou que o *Camarão*, *principal da aldeia de Igapó*, marchou em direção a Pernambuco para participar da guerra contra os holandeses, enquanto no artigo de 1903, o mesmo autor declarou que o referido *Camarão* teria morrido no Ceará e desaparecido completamente da *cena histórica* em 1614.²²²⁶ Luiz Fernandes utilizou-se desta contradição de Pereira da Costa para provar que este tratava do mesmo indivíduo em seu *Diccionario* de 1882 e não de duas personalidades distintas, como afirmava no artigo publicado em 1903: “Ahi temos o Dr. Pereira da Costa pilhado em flagrante contradicção e refutando-se a si mesmo.”²²²⁷

²²²² TURIN, Rodrigo. **Op. cit.** p.44.

²²²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil**. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. p.22.

²²²⁴ ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p.147 e VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Op. cit.** p.22.

²²²⁵ COSTA, Francisco Pereira da. Duas palavras. In: **Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal. 1882, p.78-79.

²²²⁶ FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. **Op. cit.** p.177.

²²²⁷ Idem.

Demonstrada a contradição de Pereira da Costa, Luiz Fernandes dedicou-se a explicar o intervalo temporal compreendido entre a *Jornada do Maranhão*, em 1614, e a apresentação de Camarão ao exército de Mathias de Albuquerque, em 1630. Segundo Luiz Fernandes, depois de ter voltado do Maranhão ou do Ceará, Felipe Camarão não ficou desaparecido na *cena histórica*, como considerava Pereira da Costa, mas dedicava-se, exclusivamente, “a disciplina de seu povo e a ouvir a palavra ungida dos missionários”, os quais instruam na doutrina da religião católica, ensinando-lhes os princípios elementares da humanidade em um verdadeiro processo civilizatório: “apresentando elle em tudo tão notavel aproveitamento que, a par de uma certa polidez e gravidade nos seus tratos e relações sociaes, chegou a ler e escrever correctamente e não ser de todo extranho ao latim.”²²²⁸ Como podemos perceber na narrativa de Luiz Fernandes, no ínterim entre 1614 e 1630, Felipe Camarão teria se apoderado, ao mesmo tempo, dos preceitos da fé católica e do mundo civilizado, apropriando-se da língua portuguesa. Diferentemente do sócio do IHGRN, Pereira da Costa teria afirmado no artigo de 1903, com base no relato de Duarte de Albuquerque Coelho, em suas *Memorias diarias de la guerra del Brasil* (1654), que o *Camarão de Pernambuco* não falava português, tendo em vista que ao descer de sua aldeia, para apresentar-se a Mathias de Albuquerque, veio acompanhado de dois intérpretes: João Mendes Flores e Antônio Pereira.²²²⁹ Pereira da Costa utilizou-se desse argumento para comprovar a sua tese da distinção das duas personalidades. Luiz Fernandes fez uma crítica contundente a alegação do sócio do IAGP: “em tudo vê uma prova da supposta dualidade do Camarão, a’ similhaça dos enfermos de certa lesão do organ visual que veem dous em cada objeto para que olham, mais uma descobriu nessa rudimentar instrucção do nosso indio.”²²³⁰ Utilizando-se da mesma fonte de Pereira da Costa, isto é, o relato de Duarte Coelho, Luiz Fernandes considera que João Mendes Flores e Antônio Pereira não eram intérpretes de Felipe Camarão, mas sim dos índios em geral que o acompanhavam.²²³¹ Supostamente provado que Felipe Camarão já era douto na língua portuguesa, quando se apresentou a Mathias de Albuquerque em 1630, Luiz Fernandes voltou-se à problemática da idade do índio no momento da guerra.

Pereira da Costa argumentava, em seu artigo de 1903, que o *Camarão do Rio Grande do Norte* teria, se estivesse vivo em 1630, oitenta anos de idade. Consoante Luiz Fernandes este arrazoado do sócio do IAGP era fraco, baseado em “uma simples conjectura que nem

²²²⁸ Idem. p.178.

²²²⁹ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 7 de novembro de 1903.

²²³⁰ FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. **Op. cit.** p.178.

²²³¹ Idem. p.179.

força tem quando aceita, por hypothese.”²²³² A despeito da crítica à conjectura feita por Pereira da Costa, o sócio do IHGRN apropriou-se do mesmo expediente do historiador pernambucano para aventar a idade de *Camarão* em 1630. Diferentemente do membro do IAGP, Luiz Fernandes afirmou, tomando como referência o artigo de Varnhagen de 1867,²²³³ que a idade do *célebre índio* era de 68 anos e não 80.²²³⁴ Se Pereira da Costa entendia ser extremamente difícil um índio com 80 anos de idade participar de uma guerra, para Luiz Fernandes, a senilidade entre os indígenas não era um empecilho para o envolvimento em uma batalha: “Filho de uma raça que produzia homens desta tempera, não é para admirar que, com quase um terço de sua idade, Camarão fosse o heroe da batalha dos *Guararapes*.”²²³⁵ O letrado norte-rio-grandense cita o exemplo do índio *Piragiba*, chefe *tabajara*, que com 82 anos de idade, assistiu alguns colonos a conquistarem algumas capitânicas como a Paraíba e o Rio Grande.²²³⁶ O exemplo do índio *Piragiba* servia como prova da possibilidade do índio *Camarão* ter participado da batalha dos *Guararapes*, apesar da idade de 68 anos. Provar a possibilidade de envolvimento de um índio de idade avançada em uma guerra era uma forma de responder ao argumento central das duas individualidades distintas desenvolvido por Pereira da Costa. Em grande medida, a maior parte da *retórica da naturalidade* de Luiz Fernandes dedicou-se a responder ao argumento central dos índios homônimos. O sócio do IHGRN fez o caminho inverso de Pereira da Costa. Enquanto o historiador pernambucano, em seu artigo de 1903, construiu uma *retórica da diferença*, opondo o *Camarão do Rio Grande do Norte* ao *Camarão de Pernambuco*, Luiz Fernandes teceu uma *retórica do mesmo*, evidenciando as distintas fases da vida do índio, como parte integrante de uma história do mesmo indivíduo.

O último argumento da contradita de Luiz Fernandes ao texto de Pereira da Costa de 1903, diz respeito à estadia de Felipe Camarão em Pernambuco, durante a irrupção da guerra contra os holandeses. Pereira da Costa argumentava que Felipe Camarão teria nascido na aldeia pernambucana de São Miguel e foi desta que ele teria partido em direção a Mathias de Albuquerque, apresentando-se para a guerra. Contrariamente ao raciocínio de Pereira da Costa, Luiz Fernandes argumentava que Felipe Camarão não teria nascido na aldeia pernambucana de São Miguel, mas sim que teria migrado para lá, convencido pelos

²²³² Idem. p.181.

²²³³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Biographia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Filippe Camarão*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira). p.506.

²²³⁴ FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. **Op. cit.** p.181.

²²³⁵ Idem. p.183.

²²³⁶ Idem. p.182.

jesuítas.²²³⁷ Os padres da *Companhia de Jesus* teriam persuadido o catecúmeno índio a migrar para Pernambuco, com vistas ao desenvolvimento da sua educação, uma vez que na capitania do Rio Grande não havia colégio da ordem.²²³⁸ Esta conjectura levantada por Luiz Fernandes tinha como base o postulado do senador Cândido Mendes de Almeida, sobre o motivo que supostamente teria levado ao deslocamento de Felipe Camarão para Pernambuco. A despeito da sua crítica às conjecturas de Pereira da Costa, Luiz Fernandes, mais uma vez, utilizou-se do mesmo expediente. Era um ponto comum entre Pereira da Costa e Luiz Fernandes de que Felipe Camarão já se encontrava em Pernambuco, no momento da irrupção da guerra. Todavia, ambos conjecturavam de modo distinto em relação ao assunto. Para o historiador norte-rio-grandense, a migração devido à questão religiosa, e não o fato de ter nascido em Pernambuco, como considerava Pereira da Costa, era a conjectura mais plausível para a compreensão da presença do índio na referida capitania, no início da guerra contra os holandeses.

A conjectura em torno da migração para Pernambuco contrapunha o argumento de Pereira da Costa, de que os índios potiguares não ocupavam exclusivamente o Rio Grande. Conforme o historiador pernambucano, a menção dos manuscritos a aldeia de São Miguel, como local em que Felipe Camarão encontrava-se no momento da guerra, evidenciava que a territorialidade dos potiguares abrangia outras capitanias do Norte da colônia. Nesse ponto, o pressuposto em torno da aldeia de São Miguel, como local de nascimento de Felipe Camarão, estaria assentado na alegação de que os potiguares também habitavam em Pernambuco, conforme os manuscritos citados por Pereira da Costa. Em contraposição aos documentos apresentados pelo historiador pernambucano, Luiz Fernandes afirmava, a partir de Varnhagen, que não havia nenhum escritor de nota “que nos dê índios *petiguares* senhorando terras ao sul do Parahyba, até cujas margens chegavam os *Cahetés*.”²²³⁹ Novamente Varnhagen é convocado como uma figura de autoridade por Luiz Fernandes, o qual considera as afirmações do referido historiador mais plausíveis do que os próprios documentos históricos apresentados por Pereira da Costa. Isso não quer dizer que Luiz Fernandes tenha consultado apenas Varnhagen. Assim como Pereira da Costa, o autor citou vários relatos de cronistas, como Gabriel Soares de Sousa, João de Laet, Macgrav, Luiz Figueira, Abbeville e Evreux e o sargento Diogo de Campos, para provar que até princípios do século 17, os

²²³⁷ Idem. p.185.

²²³⁸ Idem.

²²³⁹ Idem. p.192.

Potiguares mantiveram-se dentro dos limites que compunham a capitania do Rio Grande.²²⁴⁰ O que estava em jogo era também uma disputa no campo documental. Tanto Pereira da Costa, como Luiz Fernandes apoiavam seus argumentos a partir de um mesmo tipo de documento: os relatos de cronistas. As referências documentais de ambos não eram as mesmas, o que prevalecia a escolha por determinados cronistas em detrimento de outros. Nesse sentido, o documento fazia parte do próprio tecido argumentativo dos dois historiadores.

Na disputa em torno da *verdade histórica*, Luiz Fernandes estabeleceu outra estratégia. Dessa vez, o escopo era por em suspeição a argumentação de Pereira da Costa, a partir do principal documento utilizado por ele, em seu texto de 1903: o relato do frei Manoel Calado, intitulado *Valeroso Lucideno*.

Primeiramente, o letrado norte-rio-grandense pôs em questão a própria autoridade do relato do frei. À luz das considerações de Varnhagen, Luiz Fernandes colocava sob suspeita a credibilidade do texto de Manoel Calado, conferindo-lhe uma posição inferior, em mérito aos outros cronistas do seu tempo: “Não é muito exacto na aquilatação dos factos e entre os conhecidos defeitos do seu livro o *Valeroso Lucideno* destaca-se o que diz respeito a’ falta de correção da linguagem.”²²⁴¹ Além disso, o relato de Calado, para Luiz Fernandes, não possuiria a parcialidade esperada de uma fonte histórica, uma vez que o próprio sacerdote se posicionava partidariamente em seu texto.²²⁴² Esses elementos seriam suficientes para desconsiderar a validade das afirmações de Calado, segundo Luiz Fernandes. Contudo, a intenção do historiador norte-rio-grandense era mostrar a fragilidade do argumento de Pereira da Costa, no interior do seu texto. Para isso, o sócio do IHGRN analisou os próprios trechos do relato de Calado, citados pelo historiador pernambucano.

Com o intento de provar que os *potiguares* habitavam também a capitania de Pernambuco, Pereira da Costa citou um trecho do relato de Manoel Calado, o qual afirmava que tantos os índios *potiguares* como os *tapuyas* eram *índios da terra*. Para Luiz Fernandes, o trecho do relato de Calado não provaria a inserção dos referidos grupos indígenas na capitania de Pernambuco, tendo em vista que as crônicas setecentistas eram povoadas de frases que expressavam ideias gerais e não particulares. Em outros termos, quando Manoel Calado mencionava *índios da terra* estava utilizando-se de uma expressão geral e não restrita a Pernambuco.²²⁴³ Desse modo, consoante Luiz Fernandes, o trecho *índios da terra* dizia respeito ao conjunto da colônia como um todo e não à capitania de Pernambuco. Igualmente a

²²⁴⁰ Idem. p.193.

²²⁴¹ Idem. p.198.

²²⁴² Idem.p.198-199.

²²⁴³ Idem. p.204.

este trecho, Pereira da Costa utilizou-se de três excertos do relato de Manoel Calado, semelhantes ao primeiro que mencionamos, para afirmar a *pernambucaneidade* de Felipe Camarão. São eles: a) “Tambem se veiu offerecer ao general *um indio da terra*, chamado Antonio Camarão (...)”; b) “que pois havia nascido na provincia de Pernambuco” e c) *Pernambuco é sua patria*.²²⁴⁴ Em relação aos dois primeiros excertos, a contra-argumentação de Luiz Fernandes é a mesma que assinalamos acima, isto é, a expressão usada por Calado indicava um sentido genérico, isto é, “quiz dar a entender que elle era *brasiliano*, indio propriamente dito” e não necessariamente pernambucano, como acreditava Pereira da Costa.²²⁴⁵

Conforme o argumento de Luiz Fernandes, Manoel Calado não estava referindo-se à província em si de Pernambuco, mas à capitania geral de Pernambuco, uma vez que a Paraíba e o Rio Grande estavam sob sua jurisdição. Além disso, o autor argumenta que naquele período a circunscrição territorial de Pernambuco não era nomeada como *província*, mas sim tratada como *capitania*, como todas as outras do Brasil: “(...) Si, pois, Camarão fosse filho propriamente de Pernambuco, Calado teria dito: que havia nascido na *capitania* de Pernambuco.”²²⁴⁶ Em relação ao último trecho, Luiz Fernandes colocou em dúvida não o erro de interpretação de Pereira da Costa, mas sim a própria autenticidade da informação. Para o sócio do IHGRN, o trecho *Pernambuco é sua patria*, supostamente tirado de uma carta de Henrique Dias, a qual Calado citou, teria autoridade discutível. A partir da crítica de Varnhagen às supostas cartas citadas por Manoel Calado, Luiz Fernandes desconfiava da autenticidade da referida missiva citada pelo frade: “parece-nos pura invenção de Calado.”²²⁴⁷ O último trecho do relato de Calado citado por Pereira da Costa era a afirmação mais contundente e a mais direta, acerca da afirmação da naturalidade pernambucana de Felipe Camarão. Não é por acaso que Luiz Fernandes tenha concentrado sua crítica na autoridade do documento citado pelo historiador de Pernambuco, alegando ser uma invenção a afirmação de Calado.

Luiz Fernandes respondeu a cada trecho do livro de Calado citado por Pereira da Costa em seu artigo de 1903.²²⁴⁸ A conclusão que o autor chegou de cada uma delas é que o historiador pernambucano não interpretou corretamente os trechos do *Valeroso Lucideno*. Ao citar o relato de Manoel Calado, Pereira da Costa tinha como estratégia evidenciar que o

²²⁴⁴ CALADO *Apud* COSTA. In: D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife**. Recife, 6 de novembro de 1903.

²²⁴⁵ *Idem*. p.206.

²²⁴⁶ *Idem*. p.210.

²²⁴⁷ *Idem*. p.214.

²²⁴⁸ Por uma questão de escolha metodológica, citamos citar apenas alguns trechos.

manuscrito era a prova mais contundente da existência de dois índios homônimos. Nesse caso, as narrativas de Manoel Calado atestavam a existência de um Camarão nascido em Pernambuco, e não no Rio Grande do Norte. Em contraposição, Luiz Fernandes argumentava que o manuscrito do *Valeroso Lucideno* não possuía autoridade enquanto documento histórico, pois seu autor era parcial e sua narrativa era dotada de erros e invencionices. Por conseguinte, as conclusões retiradas do referido relato deveriam ser colocadas sob questão, em outras palavras, não poderiam provar a naturalidade pernambucana de Felipe Camarão.

No geral, todos os argumentos de Luiz Fernandes convergiam para a desconstrução da tese em torno da existência de dois índios com o mesmo nome *Camarão*. Para o historiador norte-rio-grandense, os documentos citados por ele e os textos de alguns historiadores que se debruçaram sobre a temática, eram provas irrefutáveis de que havia um único Felipe Camarão, e não dois como supunha Pereira da Costa.

Em linhas gerais, a argumentação de Luiz Fernandes, na terceira seção do seu artigo de 1904, pode ser arrolada da seguinte forma: a) Camarão nasceu na aldeia de *Ygapó* no Rio Grande [do Norte] e, posteriormente, deslocou-se para a aldeia de São Miguel em Pernambuco por motivações religiosas; b) Apesar da senilidade, Camarão apresentou-se ao capitão Mathias de Albuquerque para fazer parte do seu exército na guerra contra os holandeses; e c) Camarão já se encontrava em Pernambuco quando o conflito iniciou, contudo, isso não implica em dizer que teria nascido na referida capitania. Para Luiz Fernandes, essa linha de argumentação responderia os principais arrazoados elencados por Pereira da Costa e, conseqüentemente, atestava que o Rio Grande do Norte era a *pátria* de nascimento de Felipe Camarão: “Sim, tragam-nos a certidão de idade do Camarão, devidamente autenticada e provando com evidencia ter elle nascido em outro qualquer lugar que não o Rio Grande do Norte, e seremos nós os primeiros a retractar-nos com maior satisfação.”²²⁴⁹

Concluído o seu texto de 1904, Luiz Fernandes enviou no mesmo ano, o número da revista do IHGRN, o qual havia sido publicado seu artigo, para o primeiro secretário do IAGP, Alfredo de Carvalho, e para o próprio Pereira da Costa.²²⁵⁰ Este não fez nenhuma referência direta ao trabalho de Luiz Fernandes em seu artigo *A verdadeira naturalidade de D. Antonio Felipe Camarão*, publicado pela RIAGP em 1904.

²²⁴⁹ Idem. p.220.

²²⁵⁰ Idem. Ainda a naturalidade de D. Philippe Camarão. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 1. 1905. p.168.

A proposta do artigo de 1904 de Pereira da Costa era evidenciar novas informações obtidas em suas investigações junto a outras fontes consultadas por ele, bem como reafirmar seu principal argumento presente o texto de 1903, qual seja: a existência de dois índios distintos que partilhavam apenas o mesmo nome.²²⁵¹ Embora declare que o artigo de 1904 apresenta novos argumentos em relação ao texto de 1903, Pereira da Costa repetiu, praticamente, toda sua argumentação anterior, trazendo pouquíssimas novidades. Uma delas diz respeito a duas correções concernentes à afirmação de que o *Camarão de Pernambuco* não teria filhos e que teria morrido quatro meses depois da primeira *Batalha dos Guararapes*. Ao consultar novos documentos oficiais, Pereira da Costa chegou a outras conclusões a respeito desses dois fatos em seu artigo de 1904. Segundo ele, suas novas investigações atestariam que o *Camarão de Pernambuco* teve um filho e que teria morrido cerca de dois meses depois do início da guerra contra os holandeses.²²⁵² Além de corrigir pequenos erros cometidos no artigo de 1903, Pereira da Costa apresentou um novo argumento alicerçado em um relato do padre Simão de Vasconcelos, provincial da ordem dos jesuítas no Brasil, intitulado *Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil*, publicado em 1668.

Nascido na cidade do Porto em 1597, Simão de Vasconcelos veio muito jovem para o Brasil, fixando-se na cidade da Bahia, onde entrou na ordem dos jesuítas em 1616, ocupando vários cargos de proa na instituição religiosa.²²⁵³ O padre escreveu e publicou várias obras concernentes à história dos jesuítas no Brasil, em grande medida, urdidas a partir das suas observações colhidas em sua estadia na colônia. Dentre as obras consideradas de maior relevância estão: *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, publicada em 1663, em Lisboa e *Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil* (1668). Especialmente, esta última obra Pereira da Costa destacou três elementos que justificavam a autoridade do relato do padre para a questão da naturalidade de Camarão: primeiro, o fato do padre ter permanecido por quatro anos na companhia de Felipe Camarão, quando este estava na Bahia, no mesmo local em que o padre Simão de Vasconcelos fixou-se; segundo, a questão de ser um sacerdote; e, terceiro, por ser contemporâneo dos fatos que narra.²²⁵⁴ Em outras palavras, a legitimidade do discurso do padre residia na sua condição de testemunho e de ser um

²²⁵¹ COSTA, Francisco Pereira da. A verdadeira naturalidade de D. Antonio Felipe Camarão. In: **RIAGP**. Recife. Tomo XI. 1904. p.119-120

²²⁵² Idem. p.145.

²²⁵³ Idem.

²²⁵⁴ Idem.

religioso. No Capítulo 3, mostramos como essas duas figurações eram consideradas seminais para a autoridade e legitimidade documental de um determinado relato. É clara a manifestação de Pereira da Costa em conferir ao seu recém-descoberto manuscrito o mesmo nível de aceitação que os relatos de Manoel Calado, Rafael de Jesus, José de Moraes, Diogo de Campos Moreno etc., tiveram entre os estudiosos que se debruçaram sobre a questão da naturalidade de Felipe Camarão. Antes de citá-lo, Pereira da Costa tratou de defender a credibilidade de sua fonte.

O interesse pelo manuscrito do padre Simão Vasconcelos é evidente: seu relato provaria o argumento da existência de dois índios com o nome *Camarão*. É por esse motivo que Pereira da Costa considerava o referido documento como um edifício importante para a construção do seu *argumento tranchant*.²²⁵⁵ Para urdi-lo, o historiador pernambucano utilizou-se do seguinte trecho do relato do padre Simão de Vasconcelos:

Da mesma maneira dos Potigoares, hum antiguo Potigoaçú, Guiràopina, Aràrúna, Cerobabé, Meirúgaçú, Ibátatá, Abaiquija, todos famosos, & Principaes de grandes Povos; dos quaes se affirma punha em campo cada qual delles de vinte até trinta mil arcos, que foraó grande presidio nosso nas Capitancias de Itamaracá, Paraíba, & Rio Grande. Não fallo aqui douto Potiguaçù, maior que todos elles, assombro que foi de Olandeses em novos tempos, nas guerras do Brasil, porque para suas faças hum Tomo inteiro era pouco volume.²²⁵⁶

Ao ler esse manuscrito, Pereira da Costa chegava a conclusão de que o padre Simão de Vasconcelos teria afirmado a existência de dois índios distintos com a alcunha de *Potiguassú*. Para ele, este relato era uma “prova irrecusavel dessa dualidade de individuos que se apresentam no scenario histórico, quasi na mesma epocha e com o mesmo nome proprio e igual apellido.”²²⁵⁷ Segundo Pereira da Costa, a existência de dois índios homônimos e o fato de serem quase contemporâneos permitiu que houvesse uma confusão a respeito dos dois personagens de trajetórias históricas distintas entre os cronistas coevos. Para o historiador pernambucano, o relato do padre José de Moraes foi o grande responsável pela união das narrativas dos dois índios *Camarão* em uma mesma personalidade, possibilitando que alguns historiadores, como Cândido Mendes de Almeida, reproduzissem tal erro.²²⁵⁸ À luz do relato do padre Vasconcelos, Pereira da Costa compreendia que o antigo *Potiguassú*, ou Antônio Camarão, era o chefe índio da aldeia de *Ygapó*, no Rio Grande [do Norte], a qual o padre José

²²⁵⁵ Idem.

²²⁵⁶ VASCONCELOS. Simão de. **Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil**. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa. 1668. p.161-162.

²²⁵⁷ COSTA, Pereira. **Op. cit.** p.158.

²²⁵⁸ Idem. p.119-120.

de Moraes teria se referido em seu manuscrito, enquanto o *Potiguassú*, o que supostamente teria *assombrando* os holandeses, era, claramente, D. Antônio Felipe Camarão, nascido em Pernambuco.²²⁵⁹ Consoante ao sócio do IAGP, o testemunho do padre Simão de Vasconcelos bastaria por si mesmo para provar a existência de dois índios com o mesmo nome Camarão. Não é por acaso que o historiador pernambucano tenha encerrado seu artigo de 1904, apenas evidenciando a irrefutabilidade de tal testemunho.²²⁶⁰

Um ano depois da publicação do artigo de Pereira da Costa, na *RIAGP*, Luiz Fernandes, novamente, voltava ao assunto em torno da problemática da naturalidade de Felipe Camarão. Com o título *Ainda a naturalidade de D. Philippe Camarão*, este artigo teve como meta primordial refutar a conclusão de Pereira da Costa acerca do relato do padre Simão de Vasconcelos. De início, o historiador norte-rio-grandense lamenta o silêncio de Pereira da Costa, quanto ao seu texto publicado pela *RIHGRN* em 1904. De acordo com Luiz Fernandes, a recusa à menção ao seu artigo, por parte do sócio do IAGP, não o incomodava, pois, segundo ele, o futuro encarregaria de fazer justiça aos seus argumentos.²²⁶¹

Ao analisar o manuscrito apresentado por Pereira da Costa, Luiz Fernandes não negava a evidência de duas entidades distintas, isto é, dois *Potyguassús* no relato do padre Simão de Vasconcelos. Entretanto, o letrado norte-rio-grandense propõe uma interpretação diferente daquela apresentada pelo historiador pernambucano.

Conforme o sócio do IHGRN, a evidência de dois *Potiguassús* refere-se a dois indivíduos que pertenciam à mesma família e, conseqüentemente, possuíam o mesmo berço de origem.²²⁶² Nesse sentido, Luiz Fernandes constrói outra lógica de argumentação: o antigo *Potiguassú* corresponderia o pai de Felipe Camarão, enquanto este seria o herói da guerra holandesa.²²⁶³ Luiz Fernandes concordava com a afirmação de Pereira da Costa, de que Simão de Vasconcelos estava tratando de duas entidades distintas, porém o norte-rio-grandense argumentou de outra maneira, sugerindo outra via interpretativa.

Contudo, é válido ressaltar que a afirmação do sócio do IHGRN estava assentada na argumentação que Cândido Mendes de Almeida fizera em seu comentário sobre o relato do

²²⁵⁹ Idem. p.120.

²²⁶⁰ Idem. p. 159.

²²⁶¹ FERNANDES, Luiz. Ainda a naturalidade de D. Philippe Camarão. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 3. Número 1. 1905. p.168.

²²⁶² Idem. p.173.

²²⁶³ Idem. p.174

padre José de Moraes. Consoante o letrado maranhense, Simão de Vasconcelos em sua *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (1663) teria declarado que Antônio *Potiguassú* era o índio catecúmeno dos jesuítas, o qual Cândido Mendes considerava ser o mesmo indígena herói da guerra contra os holandeses.²²⁶⁴ Para o senador do Maranhão, Antônio *Potiguassú* foi intitulado de distintas maneiras pelos cronistas seiscentistas, mas todos se referiam ao mesmo indivíduo: “Fr. Manoel Calado no *Valeroso Lucideno* denomina-o *Puty*, no que foi seguido por Southey. Os outros escritores tratão-o simplesmente de *Camarão*. Apenas Berrêdo nos *Annaes* n.223 chama-ou *Grande Camarão*.”²²⁶⁵

Em relação ao antigo *Potiguassú*, Cândido Mendes conjecturava que este fosse o pai de Felipe Camarão.²²⁶⁶ Luiz Fernandes concordava inteiramente com a conjectura de Cândido Mendes. Todavia, o historiador norte-rio-grandense foi além do maranhense. Luiz Fernandes argumentou que o antigo *Potyguassú*, só por este nome, era conhecido e tratado pelos cronistas antigos, diferentemente do seu suposto filho que, prontamente, perdeu o nome indígena e passou a ser referido com a alcunha em português, Camarão.²²⁶⁷ Para Luiz Fernandes, o mapa presente no livro *Razão do Estado do Brazil*, de Diogo de Campos Moreno, no qual vinha pintada, à margem esquerda do rio Potengi, a *aldeia do Camarão*, era uma prova contundente de que este nome já era bastante usual no século XVI.²²⁶⁸ Logo, conforme o raciocínio do sócio do IHGRN, se o antigo *Potiguassú* fosse o *Camarão do Rio Grande do Norte*, como acreditava Pereira da Costa, a aldeia pintada no mapa de Diogo de Campos Moreno não se chamaria *aldeia do Camarão*, mas sim *aldeia de Potiguassú*.²²⁶⁹ Luiz Fernandes menciona que outros manuscritos, como a *Jornada do Maranhão*, também referiam-se ao índio como *Camarão*, o que levaria a crer, segundo ele, que este seria o mesmo herói da guerra holandesa, que teve no Rio Grande [do Norte] a sua aldeia e o seu local de nascimento.²²⁷⁰ De acordo com ele, para distinguir os dois *Potiguassús*, Simão dos Vasconcelos teria usado uma terminologia específica para cada um, isto é, o primeiro, o *antigo Potyguassú*, foi identificado como um dos *principais dos grandes povos*, enquanto, o segundo, foi apresentado como o *assombro dos holandeses*.²²⁷¹

²²⁶⁴ ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Op. cit.** p. XVIII.

²²⁶⁵ Idem.

²²⁶⁶ Idem. p. XXIII.

²²⁶⁷ FERNANDES SOBRINHO. Luiz Manoel. **Op. cit.** p.173.

²²⁶⁸ Idem.

²²⁶⁹ Idem. p.174.

²²⁷⁰ Idem.

²²⁷¹ Idem. Ainda a naturalidade de D. Philippe Camarão. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 3. Número 2. 1905. p.409. Neste artigo, Luiz Fernandes dedicou-se a trazer alguns esclarecimentos acerca do antigo *Potiguassú*. As informações sobre este eram bastante imprecisas, segundo o sócio do IHGRN. Em síntese, Luiz Fernandes resumiu da seguinte maneira alguns aspectos relacionados a vida do antigo *Potiguassú*: “Não podemos

Em grande medida, assentado nas conjecturas de Cândido Mendes, Luiz Fernandes concluía que o relato de Vasconcelos não provava a existência de um *Camarão do Rio Grande do Norte* e outro de Pernambuco. Para o sócio do IHGRN, o uso do manuscrito do padre por parte de Pereira da Costa, com o intuito de provar seu argumento das duas individualidades distintas, era por si só uma presunção em favor da identidade pernambucana do índio Felipe Camarão.²²⁷²

Provada a inviabilidade do mencionado argumento de Pereira da Costa, Luiz Fernandes dedicou-se a responder uma nota publicada pelo *Jornal do Recife*, no dia 18 de dezembro de 1904, a qual informava que Capistrano de Abreu noticiava a descoberta de um documento que indicaria a possível data do nascimento de Felipe Camarão. Segue a nota:

Ilustre confrade e amigo, affectuosos cumprimentos. – Em additamento á carta que vos escrevi a proposição do Estudo Historico sobre o Camarão, trabalho que tanto vos honra, tenho o prazer de dizer-vos que da minha correspondencia do ultimo vapor fez parte uma Carta de Capistrano de Abreu da qual destaco o seguinte e interessante trecho, que muito vos alegrará:

“Na bibliotheca de Eduardo Prado existe um depoimento de Camarão de que se infere que nasceu em 1601. Acertou portanto Pereira da Costa; eu já tinha aliás publicado o facto em qualquer artigo de imprensa. Adeus, do confrade e amigo obrigado *Barão de Studart*.”²²⁷³

Pereira da Costa enviou ao *Jornal de Pernambuco* a carta que recebera do sócio do *Instituto do Ceará*, *Barão de Studart*, para ser publicada e conhecida pelos seus conterrâneos leitores. Até 1907, os norte-rio-grandenses não sabiam que tipo de documento Capistrano de Abreu teria achado na biblioteca de Eduardo Prado. Apenas teriam tomado nota de que, a partir do documento, inferia-se que Felipe Camarão teria nascido em 1601, colocando em xeque a argumentação desenvolvida por Luiz Fernandes e de outros homens de letras, que defendiam a naturalidade norte-rio-grandense do índio. Alheio ao restante do conteúdo do documento coube a Luiz Fernandes apenas conjecturar em relação a ele e tecer alguns questionamentos.

A despeito da informação de que Felipe Camarão teria nascido em 1601, trazida pelo documento descoberto por Capistrano de Abreu, Luiz Fernandes continuava considerando que

determinar com precisão o logar em que nasceu. Mas, si era petiguar, como affirmarm os chronistas que delle se occuparam, e 1º ascendente do grande Camarão, segundo conjectura fundada nos mais solidos indicios, podemos naturalmente concluir que o berço do filho foi tambem o do pae: a famosa aldeia de Ygapó, a’ margem esquerda do Potengy, onde aquelle vivia e pela primeira vez foi encontrado.” Idem. p.405.

²²⁷² Idem. Ainda a naturalidade de D. Philippe Camarão. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 3. Número 1. 1905.p.171

²²⁷³ COSTA, Francisco Pereira da. A naturalidade de Camarão. In: **Jornal do Recife**. Recife, 18 de dezembro de 1904.

Pereira da Costa não tinha acertado a idade do índio.²²⁷⁴ O sócio do IHGRN lamenta não ver com os próprios olhos o documento de que trata a carta.²²⁷⁵ A questão, segundo ele, não era a desconfiança quanto à afirmação de Capistrano de Abreu e do Barão de Studart, cuja autoridade o historiador norte-rio-grandense reconhecia, mas sim a *luta pela verdade*.²²⁷⁶ Isso demonstra como os discursos construídos em torno da naturalidade de Felipe Camarão refletem a própria dinâmica entre verdade e poder, isto é, de como estas estão diretamente imbricadas nos textos dos historiadores.²²⁷⁷

A *luta pela verdade*, levou Luiz Fernandes a estabelecer uma espécie de exegese da carta de Capistrano de Abreu. Embora tenha mencionado o desconhecimento do documento citado por ele, o sócio do IHGRN ressalta os perigos da inferência: “Depois, diz Capistrano de Abreu: *infere-se*. Mas é possível que nós, e conosco muita gente, não infiramos; porque as inferências não se impoem, dependem do modo de encarar o trecho submettido a’ nossa apreciação.”²²⁷⁸ A argumentação de Luiz Fernandes toca na questão da subjetividade do intérprete. Nesse caso, o documento deixa de ser um dado meramente objetivo, passando a depender também da inferência do historiador. Essa forma de tratar a questão diz respeito mais a um artifício retórico do letrado norte-rio-grandense do que, necessariamente, uma defesa de uma concepção mais subjetivista da história. A estratégia de Luiz Fernandes é mostrar aos seus pares do IHGRN e aos leitores de sua revista, que a data de 1601 é apenas uma inferência, uma interpretação feita a partir do próprio documento e não uma constatação objetiva, fechada, infalível. Luiz Fernandes quis demonstrar aos seus leitores que o suposto documento, encontrado por Capistrano de Abreu, poderia levar a outras conclusões: “Depois, diz Capistrano de Abreu: *infere-se*. Mas é possível que nós, e conosco muita gente, não infiramos; porque as inferências não se impoem, depende do modo de encarar o trecho submettido a’ nossa apreciação.”²²⁷⁹

Além de mostrar a possibilidade de se ter outra leitura do documento, Luiz Fernandes contrapôs à suposta inferência com um documento citado por Varnhagen no primeiro volume da sua *História Geral do Brazil*, o qual trazia a informação de que Felipe Camarão, ainda jovem, fizera parte do ajuntamento de cerca de oitocentos guerreiros potiguares que, por ordem do governador, Diogo Botelho, e do chefe principal Sorobebê, seguiu do Rio Grande

²²⁷⁴ FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. **Op. cit.** p.176.

²²⁷⁵ Idem.

²²⁷⁶ Idem.

²²⁷⁷ Conferir: FOCAULT, Michel. ‘Verdade e Poder’ e ‘Os Intelectuais e o poder’. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.1-14 e p.69-78.

²²⁷⁸ FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. **Op. cit.** p.177

²²⁷⁹ Idem. p.176-177

[do Norte] para a Bahia para lutar contra os negros do rio Itapicurú, em 1607. Diante disso, Luiz Fernandes faz uma pergunta retórica: “como admittir-se que tivesse nascido em 1601?”²²⁸⁰ Dessa vez, a estratégia de Luiz Fernandes é contrapor a informação trazida pelo documento, descoberto por Capistrano de Abreu, com outro, citado por Varnhagen. A disputa pela *verdade histórica* da naturalidade de Felipe Camarão voltava-se, agora, para a antiga estratégia de comparação da credibilidade das fontes, pairando sobre qual relato seria mais verdadeiro, mais crível. É por essa razão que, apesar do documento citado por Capistrano de Abreu ter supostamente afirmado que o ano de nascimento de Felipe Camarão tenha sido 1601, Luiz Fernandes certificava que tal alegação era improcedente: “mais uma vez podermos assegurar aos leitores que, com as provas existentes, Camarão é e será rio-grandense do norte, queiram, ou não queiram os invejosos de nossas poucas glórias.”²²⁸¹

A resposta de Pereira da Costa, ao texto de Luiz Fernandes, de 1905, só ocorreu dois anos depois. Na edição do dia 3 de outubro, de 1907, o jornal *Diário de Pernambuco*, publicou um artigo do historiador pernambucano, intitulado, *D. Antonio Felipe Camarão – ultima verba*. Como o próprio título sugere, o artigo foi escrito com o intuito de encerrar a questão, provando, a partir do documento citado por Capistrano de Abreu, que Felipe Camarão era pernambucano.²²⁸²

Na *última verba*, Pereira da Costa frisou a leitura que fez do artigo de Luiz Fernandes, publicado em 1905. Inclusive, citou o trecho referente à questão em que o sócio do IHGRN chamava a atenção para o problema da inferência. Em um tom jactancioso, Pereira da Costa menosprezou os argumentos arrolados pelo historiador norte-rio-grandense: “Deixemos, porém, de lado este incidente, e continuemos no nosso caminho sem nos importar com as saraivadas que pretendem obstal-o.”²²⁸³ Seu intuito não era responder ponto por ponto, cada argumentação de Luiz Fernandes presente em seu artigo de 1905, pelo contrário, o historiador pernambucano ocupou-se em evidenciar, apenas, que o documento descoberto era uma prova irredutível da tese da *pernambucaneidade* do índio Camarão. Toda a argumentação de Pereira da Costa é decorrente do exame da sua nova fonte.

O documento citado por Capistrano de Abreu, ao qual Pereira da Costa utilizou-se, é um processo inquisitorial. Este documento diz respeito ao padre Manoel Moraes que foi preso e remetido para Portugal para ser julgado pelo tribunal do *Santo Ofício de Lisboa*. Desde

²²⁸⁰ Idem. p.178.

²²⁸¹ Idem. p.178.

²²⁸² COSTA, Francisco Augusto Pereira da. D. Antonio Felipe Camarão – ultima verba. In: **Diário de Pernambuco**. Recife. 3 de outubro de 1907.

²²⁸³ Idem.

1630, o padre jesuíta Manuel de Moraes, natural de São Paulo, já achava-se catequizando os índios no Brasil. Em 1635, achando-se na Paraíba, quando foi tomada pelos holandeses, o padre Manoel Moraes foi tornado prisioneiro de guerra. Todavia, nesse momento do domínio holandês, o padre abandonou a doutrina católica, convertendo-se ao calvinismo, inclusive, vindo a casar-se, posteriormente, em Amsterdã.²²⁸⁴ No entanto, perdendo cedo a esposa, Manoel Moraes voltou para Pernambuco, mais precisamente para as imediações do monte das Tabocas. Irrompendo a guerra da restauração em 1645, o ex-padre jesuíta fora achado pelo exército restaurador e preso. Constatada a sua conversão ao calvinismo e o seu desposamento, Manoel Moraes foi levado para ser julgado pelo *Santo Ofício de Lisboa*, onde o processo foi instaurado em 1647. Segundo o documento, Felipe Camarão foi um dos depoentes no processo do ex-padre.²²⁸⁵

Ao requerer o processo no arquivo do IHGB, o secretário do IAGP, Alfredo de Carvalho, tirou uma cópia textual do depoimento e enviou, prontamente, ao seu consócio, Pereira da Costa. Na carta enviada ao amigo, no dia 8 de agosto de 1907, Alfredo de Carvalho aventava a possibilidade de Felipe Camarão ter nascido em 1601, na aldeia de Meritibi em Pernambuco, mas, segundo ele, apenas Pereira da Costa saberia melhor interpretar o documento.²²⁸⁶

Recebido a cópia do documento, Pereira da Costa demorou um pouco mais de um mês para publicá-lo integralmente no *Diário de Pernambuco*. De acordo com o próprio testemunho de Camarão, relato pelo referido documento, o índio declarava ter quarenta e seis anos de idade e que havia conhecido o padre Manoel de Moraes, quando tinha um pouco mais ou um pouco menos de dezoito anos de idade, no momento em que o jesuíta ensinava a doutrina cristã na aldeia de Meritibi, onde ele residia.²²⁸⁷ Para Pereira da Costa, o documento já era suficiente para provar efetivamente a data precisa do nascimento de Felipe Camarão, desse modo, não necessitaria mais recorrer a nenhuma interpretação do historiador, dado que o testemunho era em si mesmo claro, preciso.²²⁸⁸ A declaração de Pereira da Costa era uma forma de responder à objeção que Luiz Fernandes teria feito ao mencionar que havia apenas uma inferência com base no documento e não uma comprovação contundente.²²⁸⁹

Conforme Pereira da Costa, o depoimento do próprio Camarão era uma prova de que este índio não era Antônio Camarão, ou o *Potyguassú* do Rio Grande do Norte, surgido no

²²⁸⁴ Idem.

²²⁸⁵ Idem.

²²⁸⁶ Idem.

²²⁸⁷ Idem.

²²⁸⁸ Idem.

²²⁸⁹ Idem.

cenário histórico em 1598, mas sim o *Camarão de Pernambuco*.²²⁹⁰ Nesse sentido, o *Camarão* depoente do processo criminal de Manoel Moraes seria o herói da luta contra os holandeses, e não “o homem feito, pae de numerosa prole, e principal de uma grande aldeia”, como acreditavam os cronistas coevos, e tampouco o *jovem Camarão*, “que a phantasia do Visconde de Porto Seguro descobriu fazendo parte de uma leva de Potyguares á Bahia em 1602 ou 1603, já tão vantajosamente batida por Candido Mendes.”²²⁹¹ Destarte, para Pereira da Costa, a partir do depoimento do próprio *Camarão*, comprovava-se o seu argumento da existência de duas personalidades distintas, tão sobejamente defendido por ele no início do século XX.

Supostamente comprovada a idade de Felipe *Camarão*, Pereira da Costa direciona-se para a arguição em torno do local do seu nascimento. Em seus estudos anteriores, o historiador de pernambucano era enfático, ao alegar a falta de precisão com respeito a aldeia em que Felipe *Camarão* nascera. Sua única certeza, nos artigos passados era que o índio célebre teria nascido em Pernambuco. Contudo, com o depoimento de *Camarão* no processo inquisitorial de Manoel de Moraes, Pereira da Costa considerava a questão de uma outra maneira, uma vez que havia a menção a aldeia de *Meritibi* no discurso do depoente. Para o sócio do IAGP, uma verdade era incontornável: “se trata de uma localidade situada no territorio pernambucano.”²²⁹² Com relação a esse dado não restava a maior dúvida, pois ao ser perguntando pelos inquisidores, onde teria conhecido o padre Manoel de Moraes, Felipe *Camarão* respondeu *em Pernambuco*.²²⁹³ Partindo desse raciocínio, Pereira da Costa argumentava que se o *Camarão* fosse do Rio Grande [do Norte], onde residiu Moraes por muito tempo, seria evidente que teria dito aos inquisidores que o conheceu naquela capitania e não em Pernambuco. Todavia, o depoimento de *Camarão* mostrava o contrário, isto é, que este teria conhecido o padre em Pernambuco, o que provaria a sua naturalidade pernambucana.²²⁹⁴

É verdade que a menção à aldeia de *Meritibi* no documento não resolvia de vez a questão do local exato do seu nascimento, na avaliação do historiador pernambucano. Em seus artigos, Pereira da Costa aventou algumas possíveis aldeias, como Pau d’Alho, São Miguel, Siri, porém, não havia afirmado, com certeza, qual seria o local do nascedouro do índio. Com o depoimento, Pereira da Costa abria outra possibilidade com a menção da aldeia

²²⁹⁰ Idem.

²²⁹¹ Idem.

²²⁹² Idem.

²²⁹³ Idem.

²²⁹⁴ Idem.

de *Meritibi*. Contudo, para ele, essa questão era menor. O importante era evidenciar a comprovação documental de que “foi em Pernambuco que nasceu, em 1601, esse chefe índio de tão grande renome histórico.”²²⁹⁵ Com esta afirmação, Pereira da Costa concluiu a argumentação do seu último texto sobre a querela na naturalidade de Felipe Camarão. As possíveis contraditas ao seu texto, seriam apenas pura expressão de ufanía e não resistiriam aos argumentos e as provas indeléveis apresentadas por ele. Claramente, Pereira da Costa estava referindo-se ao artigo de Luiz Fernandes de 1905, como podemos observar no último parágrafo do seu texto:

Concluindo assim este nosso estudo sobre tão debatida contenda, aguardemos, pacientemente, o que a chicana literária, talvez, possa engendrar agora, ainda mesmo, com iguaes desastres, como nas suas anteriores contraditas aos nossos argumentos, para tentar pôr em duvida estas novas provas em favor da nossa causa, repartindo com ufanía o conhecido mote: – “<<Camarão é e será rio-grandense do Norte, queiram ou não queiram os invejosos de nossas poucas glórias”.”²²⁹⁶

A resposta de Luiz Fernandes à crítica de Pereira da Costa veio no ano seguinte. Na primeira edição da *RIHGRN* de 1908, Luiz Fernandes publicou seu último artigo sobre a questão, cujo título era o mesmo do texto de 1907 do sócio do IAGP. De início, o sócio do IHGRN tratou de esclarecer que a sua advertência ao caráter aberto da inferência não foi uma tentativa de colocar a autoridade de Capistrano de Abreu em suspeição. Para Luiz Fernandes, Pereira da Costa interpretou de maneira leviana a sua afirmação a respeito da inferência, o que o colocava em posição desagradável com o historiador cearense.²²⁹⁷ O historiador norte-riograndense compreendia que tal atitude era intransigente, cruel e desleal em um debate. Nesse sentido, o sócio do IHGRN justifica-se, argumentando que a sua suspeição quanto à inferência, referia-se ao fato de não conhecer o depoimento de Camarão, lastimando por não poder vê-lo com seus próprios olhos, “porque, tratando-se de simples inferência, não era de extranhar que, na minha obscuridade de provinciano atrasado, pudesse tirar dele inferência diversa.”²²⁹⁸ Para ele, essa advertência não se configuraria como uma crítica severa a alguma afirmação categórica de Capistrano de Abreu.²²⁹⁹

Esclarecido um possível mal-entendido com respeito a algo dito pelo historiador cearense, Luiz Fernandes debruça-se na questão em torno do depoimento de Camarão no

²²⁹⁵ Idem.

²²⁹⁶ Idem.

²²⁹⁷ FERNANDES, Luiz. D. Antonio Philippe Camarão ultima verba. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 1. 1908. p.145

²²⁹⁸ Idem.

²²⁹⁹ Idem.

processo criminal. Tudo indica que o próprio Pereira da Costa tenha enviado uma cópia deste documento para Luiz Fernandes: “E, não me sendo licito, nem por pensamento, duvidar da autenticidade da copia de seu depoimento que tenho diante dos olhos.”²³⁰⁰ Diante de um documento verdadeiro considerado autêntico, Luiz Fernandes concorda com Pereira da Costa: “Sim, a prova que se exhibe agora é concludente e não deixa a menor duvida sobre o ponto a que se refere; é o proprio Camarão quem fala.”²³⁰¹ O sócio do IHGRN reconhece que Felipe Camarão teria nascido em 1601 e congratula Capistrano de Abreu por ter *dado o tiro da morte* neste ponto da controvérsia dos norte-rio-grandenses com os pernambucanos.²³⁰² Para ele, nesse particular, foi realmente proferida a última palavra: “Não falemos, pois mais nisto; está assente e documentadamente provado que Camarão nasceu em 1601, e, portanto, desfeitas umas tantas conclusões minhas, decorrentes do falso pressuposto de ter elle nascido em 1580, como conjecturava Porto Seguro.”²³⁰³ Todavia, Luiz Fernandes considera que o referido documento não era suficiente para provar o local de nascimento de Felipe Camarão. Nesse caso, a querela permanecia aberta.

Para o letrado norte-rio-grandense, extrair do depoimento qualquer informação além da data de nascimento de Felipe Camarão seria levar o documento aos limites do que o depoente lhe traçou.²³⁰⁴ Novamente, Luiz Fernandes assinalava que um dos erros cometidos por Pereira da Costa, em sua análise, era o de conduzir uma argumentação que iria para além do que poderia ser encontrado nos documentos. É por esse motivo que o sócio do IHGRN decidiu argumentar a partir de uma exegese do texto depoimental.

A primeira questão levada em conta por Luiz Fernandes, no depoimento de Camarão, foi a própria organização gramatical da pergunta feita pelo inquisidor. Nesse ponto, o historiador norte-rio-grandense está referindo-se ao questionamento feito a Camarão se este conhecia “o padre Manoel de Moraes, Religioso da Companhia em Pernambuco.”²³⁰⁵ Pereira da Costa interpretou essa questão como uma afirmação de que Felipe Camarão teria conhecido Manoel de Moraes em Pernambuco. Ao estabelecer um análise exegética do texto, Luiz Fernandes argumentava que o complemento *em Pernambuco* não estava se referindo ao verbo *conhecia*, mas sim a expressão *Religioso da Companhia*.²³⁰⁶ Considerando a economia gramatical da própria pergunta, na avaliação do sócio do IHGRN, não havia nenhuma

²³⁰⁰ Idem. p.146.

²³⁰¹ Idem.

²³⁰² Idem.

²³⁰³ Idem.

²³⁰⁴ Idem.

²³⁰⁵ Idem. p.147

²³⁰⁶ Idem.

declaração do depoente afirmando que estava em Pernambuco quando conheceu o mencionado padre.

A segunda consideração de Luiz Fernandes, ao depoimento de Camarão, diz respeito à afirmação de que o índio residia na aldeia de *Meritibi*, no momento em que conheceu o padre Manoel de Moraes. Ao utilizar-se desse depoimento, Pereira da Costa afirmava que Camarão o conheceu em Pernambuco e não no Rio Grande [do Norte], uma vez que o depoente teria afirmado que o padre Manoel de Moraes teria enviado para ensinar a doutrina católica na aldeia de *Meritibi*, onde o índio residia. Para Luiz Fernandes, este argumento não contribuiria em nada para a comprovação de que Felipe Camarão teria nascido em Pernambuco. Tomando como referência o resumo que Oliveira Lima estava fazendo do processo criminal de Manoel de Moraes,²³⁰⁷ o sócio do IHGRN teve conhecimento que o padre só teria chegado no Rio Grande [do Norte] em 1633, vindo transferido de Itamaracá.²³⁰⁸ Considerando que Camarão já estava em Pernambuco no início da guerra contra os holandeses, em 1630, para Luiz Fernandes era óbvio que o encontro entre os dois tenha se dado na referida capitania.²³⁰⁹ Isso explicaria o motivo pelo qual Camarão teria dito, em seu depoimento, que o encontro ocorrera na aldeia pernambucana de *Meritibi*. A estratégia do sócio do IHGRN era desqualificar o argumento de Pereira da Costa, evidenciando que o encontro entre o padre e o índio em *Meritibi*, não provaria a naturalidade pernambucana de Felipe Camarão.²³¹⁰

Na avaliação de Luiz Fernandes, “o precioso códice que encerra o processo do padre Manuel de Moraes” não encerrou a questão em torno do lugar de nascimento de Felipe Camarão.²³¹¹ A narrativa da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão continuava a fazer sentido para o sócio do IHGRN. Os relatos dos cronistas e as arguições de alguns historiadores contemporâneos eram provas claras de que “Camarão é e será rio-grandense do Norte, queiram, ou não queiram os invejosos de nossas glórias.”²³¹²

O debate entre Luiz Fernandes e Pereira da Costa, em torno da *verdade histórica* da naturalidade de Felipe Camarão, encerrara-se em 1908, com o artigo do norte-rio-grandense. Doravante, os historiadores envolvidos na questão, desde a virada do século XIX e início do XX, já não se debruçaram mais sobre o problema da naturalidade do índio herói da guerra contra os holandeses. Sem qualquer resolução para a questão, pernambucanos e norte-rio-

²³⁰⁷ Infelizmente, não tivemos acesso a este resumo, tampouco sabemos a data de sua publicação. Aventamos que Oliveira Lima tenha começado o seu resumo entre 1907 e 1908.

²³⁰⁸ Idem. p.150.

²³⁰⁹ Idem.

²³¹⁰ Idem. p. 151.

²³¹¹ Idem. p.151.

²³¹² Idem. p.151-12.

grandenses, reivindicavam para si a *pátria* de Camarão. Ambos se utilizaram da biografia do índio, como uma forma de construir as suas próprias identidades históricas, tão latentes na virada do século XIX para o XX.

A *retórica da naturalidade* evidencia o quanto as representações do passado foram alvo de disputas entre homens de letras e as instituições, as quais estavam vinculados. Não é por acaso que a temática indígena no IHGRN tenha se dedicado, quase que exclusivamente, para o problema em torno da naturalidade de Felipe Camarão. É claro que outros índios foram objetos de comentários na *RIHGRN*. Todavia, o espaço concedido para outros indígenas foi mínimo.

Depois de Felipe Camarão, apenas dois índios foram objetos de estudo na *RIHGRN*, no período entre 1903 a 1921. São eles: o antigo *Potiguassú* e D. Clara Camarão. Os dois estavam atrelados à figura de Felipe Camarão. As narrativas conferidas aos mencionados personagens foram urdidas em função do índio *poty*. Não é por acaso que Luiz Fernandes tenha sido o mesmo autor dos artigos concernentes aos três índios.

As narrativas de vida dos índios *Potiguassú* e Clara Camarão não tiveram o mesmo volume se comparadas aos textos que tinham como objeto de estudo Felipe Camarão. Em relação ao *Potiguassú, o antigo*, o relato concentrou-se em diferenciá-lo da figura do herói *Camarão*, justamente para responder ao argumento da existência de dois índios *Potiguassús*, defendido por Pereira da Costa. Sua narrativa de vida resumiu-se ao fato de ter sido o pai de Felipe Camarão e, assim como seu filho, ter como berço de nascimento a aldeia de *Ygapó*, à margem esquerda do Potengi, no Rio Grande [do Norte].²³¹³

Ao lado de *Potiguassú, o antigo* e Felipe Camarão, Clara Camarão fez parte da galeria dos *índios célebres* do Rio Grande do Norte. O artigo de Luiz Fernandes, publicado, em 1906, pela *RIHGRN*, não foi o primeiro a dedicar-se sobre a personagem. Em 1848, Joaquim Norberto Silva e Sousa tinha publicado, na *RIHGB*, uma breve notícia biográfica de Clarão Camarão.²³¹⁴ De acordo com Maria da Glória de Oliveira, a galeria dos ilustres do IHGB também acolhia personagens femininas consideradas dignas de figurar no *panteão brasileiro*.²³¹⁵ Para Joaquim Norberto Silva e Sousa, a dignidade de Clara Camarão residia na sua participação direta na marcha contra os holandeses.²³¹⁶ Contudo, na narrativa do sócio do IHGB, fica evidente que sua trajetória na guerra estava diretamente atrelada aos feitos de

²³¹³ Idem. Ainda a naturalidade de D. Philippe Camarão. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 2. 1905. p.405.

²³¹⁴ SOUSA, Joaquim Norberto Silva. Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, &. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo X. 1848. p.387-389.

²³¹⁵ OLIVEIRA, Maria da. **Op. cit.** p.151.

²³¹⁶ SOUSA, Joaquim Norberto Silva. **Op. cit.** p.388.

Felipe Camarão, seu esposo.²³¹⁷ No texto de Luiz Fernandes não foi diferente. A biografia de Clara Camarão só faz sentido em função da sua participação na luta contra os batavos, ao lado do seu consórcio.²³¹⁸ Como analisamos anteriormente, nas biografias do século XIX, dedicadas as mulheres, a figura feminina esteve associada à trajetória dos heróis da nação, em grande medida, cumprindo o papel de auxiliadoras dos homens.

Contudo, diferente de Joaquim Norberto Silva e Sousa, Luiz Fernandes considerava que a índia Clara Camarão, assim como Felipe Camarão, teve como *pátria* de seu nascimento o Rio Grande [do Norte].²³¹⁹ Não é sem razão à crítica do sócio do IHGRN, feita a Joaquim Norberto de Souza e Silva em sua biografia sobre Clara Camarão, quanto este teria afirmado que Clara Camarão era descendente dos Carijós e nascida em Villa Viçosa, no Ceará, como seu Felipe Camarão.²³²⁰ Para Luiz Fernandes, a afirmação de Joaquim Norberto era um erro, tendo em vista que os principais acontecimentos da vida de Clara Camarão, com exceção de sua participação na guerra, teriam ocorridos no Rio Grande [do Norte], como o seu nascimento, batismo e casamento.²³²¹ De certa forma, a crítica ao sócio do IHGRN fazia parte da própria economia da *retórica da naturalidade*, a qual também estendia a figura de Clara Camarão, afinal de contas, esta, assim como Felipe Camarão, teve o seu nome imortalizado por certa memória histórica nacional.²³²²

Como vimos, os membros do IHGRN dedicaram-se, assim como à produção de textos de historiográficos e à organização das comemorações cívicas, à escrita biográfica. Isso demonstra que os sócios da agremiação consideravam a biografia como parte integrante da elaboração da memória histórica norte-rio-grandense.

Como deixamos claro, compreendemos a produção biográfica do IHGRN em seu sentido *lato*, isto é, formado pelo conjunto dos chamados *elogios fúnebres* e/ou necrologias e as notas biográficas ou notícias biográficas. O elemento comum entre estes dois *gêneros*, digamos assim, era a justificativa de salvar do esquecimento os nomes daqueles que serviram ao Brasil e ao Rio Grande do Norte. Instaurava-se aí um dever de memória para com os

²³¹⁷ Idem. p.389.

²³¹⁸ FERNANDES SOBRINHO. Luiz Manoel. Índios Celebres do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume IV. Número 6. 1906. p.92.

²³¹⁹ Idem. p.92.

²³²⁰ SOUSA, Joaquim Norberto Silva. **Op. cit.** p.387.

²³²¹ FERNANDES SOBRINHO. Luiz Manoel. **Op. cit.** p.92.

²³²² Idem. p.103

próprios biografados. Todavia, é preciso salientar também que entre os referidos *gêneros* havia diferenças, mais especificamente, quanto à estrutura da narrativa e ao objetivo.

Em grande medida, as necrologias foram caracterizadas por serem textos mais curtos, contendo pequenas notas biográficas sobre o homenageado. De maneira geral, informava-se o local do seu nascimento, sua filiação, além da sua trajetória profissional e os serviços prestados ao Rio Grande do Norte e/ou ao Brasil. Tais serviços justificariam a homenagem a sua memória, possibilitando, dessa forma, que os sócios do presente estivessem comprometidos com o dever de memória. Isso implicava na compreensão de que os norte-rio-grandenses do presente estariam em dívida com os patrícios ilustres, justamente por estes terem feito no passado ou no presente imediato várias realizações políticas e intelectuais em prol do Rio Grande do Norte e/ou do Brasil.

Não despropositadamente, os vultos desaparecidos faziam parte do quadro de sócios do IHGRN, o que assinalaria a agremiação como um lugar em que os patrícios ilustres estariam inseridos. Por meio das realizações dos seus sócios falecidos e vivos, o IHGRN se auto credenciaria como uma instituição relevante, socialmente e intelectualmente, para a sociedade potiguar. Além disso, o próprio IHGRN encarregava-se, por meio das necrologias, de reforçar a importância dos filhos ilustres norte-rio-grandenses no cenário político e intelectual do estado e da nação. Em outras palavras, as necrologias assistiram ao empreendimento do IHGRN em construir o lugar do Rio Grande do Norte na memória histórica da nação. Nesse processo de elaboração da memória pelo Instituto, convergiram a publicação das notas e/ou notícias biográficas.

As duas principais biografias publicadas pela *RIHGRN*, entre 1903 e 1927, referiram-se aos personagens associados à memória republicana. Pedro Velho e Frei Miguelinho representavam o Rio Grande do Norte no conjunto geral da memória republicana estadual e nacional. Os textos de Manoel Dantas e Luiz Fernandes definiram quais seriam os patrícios norte-rio-grandenses que representariam o Rio Grande do Norte no *panteão* dos heróis nacionais da República. O destaque maior recaiu sobre Frei Miguelinho, afinal, ele teria sido um dos principais líderes da *Revolução de 1817*, enquanto Pedro Velho e André de Albuquerque representariam a luta pela República numa dimensão mais local. De todo modo, para os sócios do IHGRN a biografia dos indivíduos célebres do Rio Grande do Norte era um passaporte importante para a construção de um lugar para o estado na memória republicana nacional. Contudo, o *panteão* norte-rio-grandense não se restringiu apenas à memória republicana.

A polêmica biográfica em torno da naturalidade de Felipe Camarão foi crucial para os sócios do IHGRN. Para estes, estava em jogo a luta pela *verdade histórica* sobre a naturalidade norte-rio-grandense, de um dos principais personagens da memória histórica nacional. Comprovar que Felipe Camarão era norte-rio-grandense era uma maneira do Rio Grande do Norte entrar no conjunto geral da memória da nação. É por essa razão que Luiz Fernandes dedicou-se a debater com Pereira da Costa acerca da questão. O IHGRN e o IAGP estavam em posições diferentes no debate. A polêmica em torno da naturalidade mostra como os institutos históricos estaduais mobilizaram-se para defender os projetos identitários dos seus respectivos estados. Argumentos e documentos foram colocados sob suspeição e em torno deles um profícuo debate foi estabelecido, entre o IHGRN e o IAGP. A disputa pela verdade da naturalidade produziu um problema biográfico e historiográfico. Em torno dela questionou-se a autoridade e a legitimidade de documentos e de argumentos. Uma *retórica da naturalidade* foi estabelecida, em grande medida porque tanto no IAGP quanto no IHGRN, a biografia de um indivíduo ilustre como Felipe Camarão era um importante passaporte para a entrada dos referidos estados na construção da memória histórica do país. Coube ao sócio do Luiz Fernandes debater e provar que o Rio Grande do Norte era a *pátria* de Felipe Camarão. Sua *retórica da naturalidade* foi demasiadamente importante para os interesses identitários do IHGRN e do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um momento de emoção, de júbilo, de conagração. Evocativo e histórico. Uma tarde que realça a todos nós, parlamentares, sócios de nosso Instituto e convidados, a importância da Casa da Memória Norte-rio-grandense, no contexto cultural do Estado e do país.

Enélio Lima Petrovich²³²³

Em 29 de março de 2002, o IHGRN preparava-se para a comemoração do seu centenário. A celebração não foi pomposa como nas festividades do jubileu de prata e de ouro.²³²⁴ Não teve missa campal e nem desfile cívico. Em seu centenário, a agremiação já não contava com o mesmo fôlego de produção de outrora, pelo menos, se compararmos aos seus primeiros 25 anos de existência. As publicações de suas revistas e a promoção de outras atividades intelectuais passaram a ter um ritmo cada vez mais intermitente, nas últimas décadas que antecederam seu centenário. Mesmo em meio a dificuldades financeiras e à redução do ritmo de publicações de sua revista, o IHGRN seguia como uma instituição prestigiada por alguns setores da sociedade norte-rio-grandense, especialmente por aqueles associados à comunidade intelectual e política da cidade de Natal e adjacências. Não é por acaso que a *Assembleia Legislativa Estadual* realizou uma sessão solene no dia 23 de abril de 2002, para comemorar os cem anos de existência do IHGRN. Na ocasião, o então presidente do Instituto, Enélio Lima Petrovich foi convidado para proferir um discurso em homenagem à agremiação.

Em sua exposição oral, Enélio Lima Petrovich reforçou a principal imagem construída e veiculada pelos membros do sodalício, ao longo dos cem anos de sua existência, qual seja: a *Casa da Memória Norte-rio-grandense*.²³²⁵ Por um lado, essa imagem da *Casa da Memória* diz respeito ao seu comprometimento em preservar os milhares de livros, periódicos, manuscritos, documentos raros alusivos ao passado remoto e imediato do Rio Grande do Norte, por outro, a alcunha justifica-se pelo seu interesse em não deixar olvidar a memória histórica do estado, “fixando para o presente e o porvir os fundamentos básicos da História e

²³²³ PETROVICH, Enélio Lima. Discurso na Assembleia Legislativa do Estado – Centenário do IHGRN. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 88. 2011. (Edição Comemorativa do centenário de Fundação do IHGRN, 1902-2002). p.33.

²³²⁴ Conferir: Nosso primeiro jubileu. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927. 1927. p.191-218; 1º cinquentenário do Instituto Histórico. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XLVIII-XLIX. 1951-1952. 1952. p.3-10.

²³²⁵ PETROVICH, Enélio Lima. **Op. cit.** p.33.

da Geografia, no tempo e no espaço.”²³²⁶ Nesse sentido, a imagem da *Casa da Memória* tem um duplo sentido: o da *memória arquivada* e o da *memória histórica*.

O IHGRN organizou uma *memória arquivada*, por meio do ato de coligir e metodizar documentos referentes ao Rio Grande do Norte, mas também produziu uma memória histórica para o estado, elaborando a partir dela uma articulação com a memória nacional. Estes dois elementos são imprescindíveis para a compreensão da produção intelectual do IHGRN, ao longo de sua história. Arriscamos a afirmar que esses dois aspectos ainda se fazem demasiadamente presentes no Instituto. Em termos atuais, a agremiação continua priorizando a preservação da memória documental e reforça a memória histórica produzida pelos seus associados, desde os primeiros anos de sua existência. Apesar de alguns sócios contemporâneos estarem voltados à produção acadêmica, o que sobressai é a história-memória. É preciso salientar que o lugar do *revisionismo* da historiografia norte-rio-grandense é por excelência os departamentos de história das universidades do estado e não o IHGRN. O Instituto orgulha-se da herança memorial e tentam preservar a imagem de que a agremiação é a *Casa da Memória norte-rio-grandense*. É no âmbito da *Casa* em que há o refúgio tranquilo contra os perigos e as ameaças dos que estão fora. É nela também que se produz uma memória comprometida com os valores e os interesses dos que estão dentro dela, daqueles que orbitam no espaço privado do Instituto. É no domínio privado da *Casa* que os silêncios e os esquecimentos da memória são devidamente costurados. É a *Casa da Memória*, porque efetivamente produziu-se e guardou-se certa memória norte-rio-grandense do perigo do esquecimento, embora, durante esse processo houvesse também a conveniência em silenciar e esquecer. Foi na dialética entre o lembrar e o esquecer que a *Casa da Memória* formulou as bases da memória histórica do estado, disseminadas, por muito tempo, pela historiografia norte-rio-grandense do século XX. Compreender como essa memória histórica foi elaborada pelo IHGRN, entre 1903 a 1927, foi o caminho que trilhamos nessa tese. Como os capítulos desta tese são conclusivos, cabe nestas considerações finais tecer algumas questões.

Primeiramente, não se pode declarar a emergência do IHGRN em março de 1902, como o primeiro movimento da história da historiografia norte-rio-grandense. Como vimos na primeira parte da tese, a publicação dos textos de Gonçalves Dias, Manoel Ferreira Nobre e Alberto Maranhão, na segunda metade do século XIX, demonstra o interesse em tornar o Rio Grande do Norte um objeto de saber. Estes textos foram os primeiros a situar a província/estado no tempo e a definir os seus principais personagens históricos e a instituir

²³²⁶ Idem. p.34.

quais eram os seus acontecimentos históricos mais importantes. De modo geral, eram textos que não se dedicaram a apresentar o Rio Grande do Norte no conjunto integral de certa memória histórica da nação. Definitivamente, este não era o objetivo dos seus autores. Chamou-nos a atenção a ausência de referências feitas pela historiografia norte-rio-grandense do início do século XX aos mencionados trabalhos. Não sabemos ao certo a razão disso. É possível que essa historiografia do século XIX não atendesse, satisfatoriamente, às novas demandas políticas e culturais surgidas na virada dos anos oitocentos para os novecentos. Questões relevantes como: a formação étnica do povo norte-rio-grandense, a *origem histórica* do Rio Grande do Norte, a delimitação de suas fronteiras territoriais, a naturalidade do célebre índio Felipe Camarão, o papel do Rio Grande do Norte nos principais acontecimentos históricos do Brasil etc., não haviam sido tratadas pelos textos de Gonçalves Dias e de Manoel Ferreira Nobre. Talvez isso explique o porquê dos sócios do IHGRN não terem recuperado essa historiografia oitocentista.

A primeira tentativa de esboçar uma narrativa que respondesse às questões tão caras à intelectualidade norte-rio-grandense do final do século XIX fora lançada por Alberto Maranhão em seu *Ensaio histórico*. Embora não tenha citado nenhum documento histórico, o texto de Alberto Maranhão tratou de responder, mesmo que laconicamente, o problema da formação étnica do povo norte-rio-grandense, a polêmica em torno da naturalidade de Felipe Camarão e o papel do Rio Grande do Norte na construção da memória republicana do país. Contudo, o ensaio de Alberto Maranhão não pretendeu ser exaustivo ou, até mesmo, aprofundar-se em algumas destas questões. O próprio Alberto Maranhão deixava claro aos leitores da revista que seu trabalho era inconcluso.

A despeito do caráter lacunar e embrionário da historiografia norte-rio-grandense do século XIX, os primeiros textos a refletir sobre aspectos do passado do Rio Grande do Norte, advieram desse período. Dessa maneira, certa memória histórica norte-rio-grandense já estava em seu processo de formação inicial, antes mesmo da emergência do IHGRN.

Segundo, o IHGRN surgiu da necessidade de organização de um pecúlio documental para que novos textos sobre o passado do Rio Grande do Norte fossem possíveis. Como analisamos no Capítulo 4, a emergência do IHGRN se deu, em grande medida, pelo interesse dos letrados e dos políticos do Rio Grande do Norte em organizar uma documentação que pudessem subsidiar a defesa jurídica do estado, na questão de limites com o Ceará. O *Instituto do Ceará* já havia publicado diversos documentos e artigos acerca da questão de limites em sua revista, auxiliando os seus advogados no processo litigioso. Diferente da realidade do Ceará, o Rio Grande do Norte não tinha uma instituição, como o *Instituto do Ceará*, que

pudesse, concomitantemente, reunir uma documentação e a partir dela produzir e publicar um conjunto de textos acerca da questão de limites com o Ceará. Somado a isso, a grande maioria dos documentos referentes ao passado remoto do Rio Grande do Norte não se encontrava em seus limites territoriais, o que dificultava ainda mais a empresa. Foi da necessidade de fornecer documentos para o advogado Coelho Rodrigues, que começou a veicular, entre os círculos letrados e políticos do estado, a ideia de criação de um instituto, aos moldes do IHGB. Com efeito, o IHGRN tornou-se uma espécie de arquivo do estado, copiando e reunindo um conjunto de fontes concernentes ao passado do Rio Grande do Norte.

Terceiro, o fato do IHGRN haver sido criado em virtude de uma necessidade urgente, em ordenar um pecúlio documental para subsidiar a defesa do estado, na questão de limites com o Ceará, não implica em afirmar que o interesse pela construção de uma memória histórica norte-rio-grandense, articulando-a à memória nacional, foi secundário. O esforço pela organização da *memória arquivada* foi sendo constituído, ao mesmo tempo, da elaboração da memória histórica estadual. Ambas tiveram o mesmo espaço na revista do Instituto. Desse modo, o IHGRN deu continuidade ao processo de formação da memória histórica norte-rio-grandense, já esboçada por alguns letrados potiguares no século XIX. Contudo, os sócios do Instituto foram muito além da produção historiográfica oitocentista.

Como vimos ao longo da segunda parte desta tese, a criação do IHGRN coincidiu com a emergência de uma nova configuração política, na organização do Estado nacional. O sistema republicano federalista brasileiro possibilitou que as diferentes unidades da nação disputassem não apenas uma maior participação no cenário político e econômico do país, mas também na construção de uma memória nacional. Letrados e políticos, de diversos estados do Brasil, engajaram-se em projetos identitários, almejando assinalar o lugar dos seus estados na elaboração da memória histórica do país. Acontecimentos e certos personagens históricos eram considerados importantíssimos para a concretização desses projetos de identidade regionais, afinal de contas, evidenciavam a singularidade e a preeminência histórica de um dado estado na memória nacional.

Na presente tese, identificamos a preocupação dos primeiros sócios do IHGRN em se contraporem a determinadas produções intelectuais presentes em institutos históricos congêneres, para sermos mais específicos, o IHGCE e o IAGP. A discórdia territorial com o Ceará e a disputa em torno da naturalidade de Felipe Camarão com os pernambucanos evidenciam o caráter litigioso da formação identitária, espacial e histórica do Rio Grande do Norte. Demonstram também que os discursos construídos acerca de determinados temas da geografia e da história dos estados em questão, não podem ser considerados como fruto de

uma produção intelectual fechada, endógena, encerrada nos próprios limites dos institutos históricos locais. Pelo contrário, os temas de interesse comum permitiam a elaboração de textos que extrapolavam as fronteiras dos estados, fazendo-se conhecidos em outras agremiações que, por sua vez, fabricavam uma espécie de *contratextos*. Por conseguinte, as querelas interestaduais faziam circular uma série de argumentos e documentos a serem, peremptoriamente, refutados por alguns dos seus receptores. A disputa entre os sócios dos institutos interestaduais mostra a rota de colisão dos diferentes projetos identitários dos grêmios locais. Dito de outro modo, a elaboração das identidades histórica e geográfica dos institutos estaduais deve ser considerada sob o signo da disputa pelo poder e pela verdade.²³²⁷

O IHGRN foi a instituição que representou os interesses do Rio Grande do Norte nas disputas identitárias com outros estados. No jogo complexo de diatribes pela naturalidade dos personagens históricos, como Felipe Camarão, e/ou pela liderança de um patricio ilustre em acontecimentos históricos considerados importantes para a memória republicana nacional, como no caso do papel preeminente de Miguelinho na *Revolução de 1817*, os sócios do IHGRN mobilizaram-se para debater, provar e argumentar em favor do Rio Grande do Norte. Fazia-se necessário evidenciar a singularidade do estado no conjunto geral da nação. Era preciso assinalar o seu lugar na construção da memória nacional. Desta tarefa encarregou-se o IHGRN.

Quarto, o Instituto produziu história e memória. A história produzida pelo IHGRN é uma história-memória, uma narrativa comprometida não em revisitar o passado criticamente, mas construí-lo em consonância com o projeto de elaboração da identidade sociocultural encabeçada pelo Estado. Isso não quer dizer que os textos historiográficos produzidos pelos sócios da agremiação foram alheios ao método e à economia das regras historiográficas do seu tempo. Antes, a história-memória produzida no interior do IHGRN empregou métodos e regras do discurso historiográfico, fazendo uso de documentos para, a partir deles, construir narrativas, as quais faziam crer que representavam em verdade o passado do Rio Grande do Norte. A historiografia elaborada no Instituto definiu quais seriam os acontecimentos considerados fundantes e os mais importantes da memória norte-rio-grandense. Nesse processo de construção da memória pela historiografia do IHGRN, foi sendo instituídas datas, acontecimentos e personagens fundadores e, por conseguinte, estes passaram a fazer parte dos elementos formadores da identidade histórica do estado.

²³²⁷ Conferir: FOCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.1-14.

Quinto, assim como a escrita da história, as comemorações organizadas pelo IHGRN serviram à memória. Ao realizar celebrações, o IHGRN não estava apenas obedecendo ao calendário cívico nacional e estadual ou cumprindo sua missão patriótica, mas, igualmente, estava assinalando o lugar do Rio Grande do Norte na construção da memória da nação. Os discursos, os desfiles cívicos, os monumentos erguidos etc., eram sinais visíveis do dever de memória, isto é, o compromisso institucional e social de não permitir que o passado do estado caísse no esquecimento.

Sexto, ao lado da historiografia e das comemorações, a produção biográfica dos sócios do IHGRN foi integrada ao projeto de construção da memória histórica norte-rio-grandense. As necrologias e as notícias biográficas estavam voltadas, principalmente, para enaltecer os serviços prestados pelos ilustres patrícios, ao Brasil e ao Rio Grande do Norte. As ações praticadas justificavam a homenagem à memória do célebre patrício, instalando uma espécie de dever de memória. Para os biógrafos do IHGRN, os norte-rio-grandenses do presente estariam em dívida com os renomados homens do passado, uma vez que estes teriam feito diversas realizações políticas e intelectuais em prol do Rio Grande do Norte e/ou do Brasil. Por meio desse expediente, os sócios do IHGRN construíram o *panteão* de norte-rio-grandenses ilustres, aqueles que haviam contribuído no cenário político e intelectual do estado e da nação.

Sétimo, o IHGRN utilizou-se, principalmente, da historiografia, da comemoração e da produção biográfica como meios de construção da memória histórica norte-rio-grandense. Cada um dos três expedientes supracitados elaborou, de maneira específica e com regras próprias de produção, narrativas sobre o passado do Rio Grande do Norte.

Percorrer o caminho da invenção do passado do estado, pelo IHGRN, foi o itinerário que tentamos atravessar e averiguar. Sabemos o limite dessa travessia, afinal de contas, somos cômicos que todo trabalho historiográfico é inconcluso e aberto. Somos conscientes de que esse trabalho deixou várias lacunas, preciosas e importantes. No entanto, o seu caráter lacunar, incompleto, aberto, contribui para que mais pesquisadores possam, a partir do limite dessa tese, visitar a história da historiografia norte-rio-grandense.

FONTES

Artigos, livros, relatórios e documentos em geral:

ABREU, Capistrano. Antecedentes indígenas. In: **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

A Exposição de 1922. Rio de Janeiro. Número 5. Setembro de 1922.

ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. Rio de Janeiro : Typ. de Viana & Filhos, 1865.

_____. **O guarani**. 4ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2012 (Coleção a obra-prima de cada autor; 17).

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Memórias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo territorio comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas**. Tomo II. Rio de Janeiro: Nova typographia de J. Paulo Hildebrandt. 1874.

ARANHA, Graça. **Canaã**. São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza: ABC Editora, 2004.

ASCOLI, Nestor. **Projecto de Commemoração do Primeiro Centenário de Independencia do Brasil**. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1924.

ASSIS, Machado de. A nova geração. In: **Revista Brasileira**. Ano 1. Tomo II. Outubro a Dezembro. 1879.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

BEVILÁQUA, Clóvis. A filosofia positiva no Brasil. In: **Obra filosófica 1**: filosofia geral. Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

_____. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012 (Coleção Nordestina).

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso realizado em 21/12/2016.

BRIGIDO, João. Camarão e o Ceará I. In: **A República**. Fortaleza, 14 de dezembro de 1897.

_____. Camarão e o Ceará I. In: **A República**. Fortaleza, 15 de dezembro de 1897.

_____. Camarão e o Ceará III. In: **A República**. Fortaleza, 17 de dezembro de 1897.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Zahar: Rio de Janeiro. 1961.

_____. Sobre a história da arte como objeto de uma cátedra acadêmica (1874). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nosso amigo Castriciano (1874-1947)**. Reminiscências e notas. Recife: Imprensa universitária. 1965.

_____. **Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.** Natal: Fundação José Augusto, 1972.

_____. **História da cidade do Natal.** 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

_____. **Alma Patrícia:** crítica literária. Edição fac-similar. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 1991. (Coleção Mossoroense, série C, n.743).

_____. **Joio:** páginas de literatura e crítica. Edição fac-similar. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 1991. (Coleção Mossoroense, série C, n.743).

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a história de Mossoró.** 4ª edição. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 2001. (Coleção Mossoroense).

CASTRICIANO, Henrique. Nísia Floresta. In: **Almanaque Brasileiro Garnier.** Rio de Janeiro: editora Garnier. 1908.

CHAVES, Joaquim Ferreira. **Comentários do Desembargador Ferreira Chaves à “Carta Aberta” do Dr. Tavares de Lyra.** Natal: Typ. Comercial J. Pinto, 1919 (Panfleto político).

Chronica da Exposição. In: **A Exposição de 1922.** Rio de Janeiro. Número 5. Setembro de 1922.

COLLOR, Lindolfo. Glorificações monarchicas. **O Paiz.** Rio de Janeiro. 1 de dezembro de 1925

COSTA, Francisco Pereira da. Duas palavras. In: **Diccionario Biographico de Pernambucanos Cebres.** Recife: Typographia Universal. 1882

_____. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife.** Recife, 4 de novembro de 1903.

_____. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife.** Recife, 5 de novembro de 1903.

_____. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife.** Recife, 6 de novembro de 1903.

_____. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife.** Recife, 7 de novembro de 1903.

_____. D. Antonio Felipe Camarão. **Jornal do Recife.** Recife, 13 de novembro de 1903.

_____. A naturalidade de Camarão. In: **Jornal do Recife.** Recife, 18 de dezembro de 1904.

_____. D. Antonio Felipe Camarão – ultima verba. In: **Diário de Pernambuco.** Recife. 3 de outubro de 1907.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

DANTAS, Manoel. Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho). Traços biographicos. In: **Almanak do Rio Grande do Norte.** 1º anno. Natal: Renand & Cia. 1897.

_____. **Homens de Outr’ora.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

DECRETO N.155-B DE 14 DE JANEIRO DE 1890. In: **Decretos do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brazil.** Primeiro fascículo de 1 a 31 de janeiro de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1890.

DECRETO N.47 DE 27 DE AGOSTO DE 1890. In: **A República.** Natal, 5 de setembro de 1890.

DECRETO Nº17. 125, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1925. In: **Diário oficial – Estados Unidos do Brasil**. Anno LXIV. N.283. 2 de dezembro de 1925.

DIAS, Antonio Gonçalves. **I-Juca Pirama**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/jucapirama.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016

DIAS, Moreira. O Morto por Coelho Netto. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano I. Número VII. 1898.

FEITOSA, Polycarpo. Vida Potyguar. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Número 8. 1898. Tipografia d' A República.

FREIRE, Felisbello. Limites do Sergipe com a Bahia. In: **O Larangeirense**. Larangeiras, 23 de setembro de 1888.

GALVÃO, João Batista. **Subsídios para a história da abolição do cativo no Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 1982. (Coleção Mossoroense).

GALVÃO, Ramiz. Apresentação. In: **Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil – Introdução Geral**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. 1922.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memorias historicas da provincia de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Tipografia de M. F. de Faria. 1844.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.) **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

LAMARTINE, Juvenal. O Paraiso por Coelho Netto. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano I. Número VII. 1898.

LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS; C. **Introducción a los estudios históricos**. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1972.

LEÃO, José. Limites entre as provincias do Rio Grande do Norte e Ceará. In: **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo IV. 4º Boletim. Anno de 1888.

LEMOS. Vicente de. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. 1912.

LIMA, José Ignacio de Abreu e. **Compêndio da história do Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert. 1843.

_____. Prefácio. In: **Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil** Pernambuco:Typografia de M. F. de Faria, 1845.

LIMA, Oliveira. **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico**. Leipzig: F.A Brochhaus. 1895.

LYRA, Augusto Tavares de. A Política. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume. 1. Ano 1. 1898.

_____. O Estado de sítio. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume 1. Ano 1. Natal 1898.

_____. Política Internacional Americana. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Número 10. 1898.

LYRA, Augusto Tavares de. **Carta aberta aos meus velhos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: s.n.,1919

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1921.

_____. O Estado do Rio Grande do Norte. In: **Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**: Introdução geral. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Volume I. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artistico. 1876

MACHADO, Maximiano Lopes. Proemio. In: TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

MAGALHÃES, Valentim. Prefácio. In: **Flor de sangue**. São Paulo: Poeteiro editor digital. 2014. p.3. Disponível em: <http://www.projetolivrolivre.com/Flor%20de%20Sangue%20%20%20Valentim%20Magalhaes%20%20Iba%20Mendes.pdf>. Consultado no dia 13 de julho de 2016 às 14:40.

MARANHÃO, Alberto. America por Coelho Netto. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano I. Número I. 1898

_____. Chico Bumba – episodios da vida da bohemia fluminense por Brito Mendes. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano I. Número I. 1898.

_____. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Número I. Natal: Empresa d'A República. 1898.

_____. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Número II. Natal: Empresa d'A República. 1898

_____. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Volume III. Natal: Empresa d'A República. 1898.

_____. O Rio Grande do Norte – ensaio histórico. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Volume IV. Natal: Empresa d'A República. 1898.

_____. Um Escandalo romance por Arthur Lobo. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano I. Número I. 1898.

_____. Machado de Assis por Sylvio Romero. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano 1. Número II. 1898

_____. Inferno em Flor – romance por Coelho Netto. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano I. Número III. 1898.

_____. A descoberta da India por Coelho Netto. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano I. Número VII. 1898.

_____. O livro de Alda por Abel Botelho. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Número VII. 1898.

MARANHÃO, Jerônimo de Albuquerque. Memórias para a Historia da capitania do Maranhão. Jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feito o anno de 1614. In:

REDONDO, Conde do. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarina**. Volume I. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1812.

MARTINS, Joaquim Dias. **Os Martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Recife: Tipografia de F. C. de Lemos e Silva. 1853.

MELO, Manoel Rodrigues de. Prefácio. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

MELLO, Antonio Joaquim de. Advertencia do autor. In: **Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco**. Tomo I. Recife: Typographia Universal, 1856.

_____. **Biografias de alguns poetas, e homens illustres da provincia de Pernambuco**. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1856.

MELO, Manoel Rodrigues de. A Fundação do Instituto Histórico. In: LIMA, Nestor dos Santos; MELO, Manoel Rodrigues de. **As cinco sedes do Instituto**. A fundação do Instituto Histórico. Edição Comemorativa do 80º aniversário de fundação do IHGRN. (1902-1982). Natal: FJA, 1982.

MENSAGEM APRESENTADA PELO GOVERNADOR ALBERTO MARANHÃO AO PASSAR O GOVERNO DO ESTADO AO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA NO DIA 25 DE MARÇO DE 1904. Natal: Typografia d' A República. 1904. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA PRIMEIRA SESSÃO DA QUINTA LEGISLATURA A 14 DE JULHO DE 1904 PELO GOVERNADOR AUGUSTO TAVARES DE LYRA. Natal: Typografia d' A República. 1905. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA TERCEIRA SESSÃO DA QUINTA LEGISLATURA A 14 DE JULHO DE 1906 PELO GOVERNADOR AUGUSTO TAVARES DE LYRA. Natal: Typografia d' A República. 1907. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA SEXTA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1908 PELO GOVERNADOR ALBERTO MARANHÃO. Natal:

Typografia d' A República. 1908. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA TERCEIRA SESSÃO DA SEXTA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1909 PELO GOVERNADOR ALBERTO MARANHÃO. Natal: Typografia d' A República. 1909. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA SETIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1911 PELO GOVERNADOR ALBERTO MARANHÃO. Natal: Typografia d' A República. 1911. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA DECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1919 PELO GOVERNADOR DESEMBARGADOR JOAQUIM FERREIRA CHAVES. Natal: Typografia Commercial J. Pinto & C.1919. p.23. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u738/000023.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

MENSAGEM LIDA PERANTE O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1922 PELO GOVERNADOR ANTONIO J. DE MELLO E SOUZA. Natal: Typografia Commercial – J. Pinto &C..1922. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u741/000011.html>. Acesso em 08/12/2016 às 18:24.

MÜLLER, João Guilherme Christiano. Artigo extrahido das actas da Academia Real de Sciencias. In: REDONDO, Conde do. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarina**. Volume I. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias de Lisboa. 1812.

NONATO, Raimundo. **Bacharéis de Olinda e Recife** (Norte-riograndenses formados de 1832 a 1932). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti. 1960

_____. [Orelha do livro]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. 1971.

NORONHA, Joaquim José Carlos de. Dr. Moura Brasil. In: **A República**. Natal. 28 de junho de 1898.

NESTOR, Odilon. O papel cultural da Academia do Recife. In: **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife**. Ano XXXV, Recife, 1927.

Origem das Exposições. In: **A Exposição de 1922**. Rio de Janeiro. Número 5. Setembro de 1922.

PETROVICH, Enélio Lima. Apresentação. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Volume I. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W. M. Jackson INC. 1959.

Porque publicamos um Almanak. In: **Almanak do Rio Grande do Norte**. Ano 1. Natal: Renand & Cia. 1897.

RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

RESENDA, Pádua. A exposição nacional de 1922. In: **A Exposição de 1922**. Rio de Janeiro. Número 1. Julho de 1922.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, p.40. Retirado do seguinte site: <http://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>. às 17:31 do dia 08/09/2016.

ROMERO, Silvio. A poesia hoje (Prefácio). In: **Cantos do fim do século**. Typographia fluminense: Rio de Janeiro. 1878.

_____. **Historia da Litteratura Brasileira**. Tomo Primeiro (1500-1830). Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1888.

_____. **Machado de Assis** – um estudo comparativo de litteratura brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1897.

_____. **História da Literatura Brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1960 (Tomo I).

ROSADO, Vingt-un. **Mossoró**. Fundação Vingt-un Rosado, 2006. (Coleção Mossoroense).

SÁ, Joaquim José da Costa e. **Memória apresentada na Academia Real das Ciências sobre o manuscrito “Jornada do Maranhão” por ordem de S.M feita no ano de 1614**. Lisboa, 25/07/1798. Este documento foi consultado no dia 19 de janeiro de 2017 às 17:28 p.m no seguinte site: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1457366/mss1457366.pdf

SALVADOR, Vicente. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos. 1889.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Tomo Segundo. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789. p.72

SILVA, João Manuel Pereira da. **Os varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniães**. Tomo I. Paris: Livria de A. Franck; Livraria de Guillaumi, 1858.

_____. **Historia da fundação do Imperio Brasileiro**. Tomo IV. Paris: B. L. Garnier, 1865.

SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971

SOUZA, Antônio José de Mello e. Tres séculos (de 25 de dezembro de 1597 a 25 de dezembro de 1897). In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Ano I. Volume I. Natal: Empresa d'A República. 1898.

_____. *Evolução phychica dos Bahianos* pelo Dr. J.B Sà Oliveira. Bibliographia. In: **Revista do Rio Grande do Norte**. Natal. Ano I. Número IX. 1898.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

THEBERGE, Pedro. Esboço histórico sobre a província do Ceará. In: **Diario de Pernambuco**. Recife. 28 de fevereiro de 1860.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

_____. **História Geral do Brazil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.

_____. Prefácio. In: **História das lutas contra os holandeses no Brazil – desde 1624 a 1654**. Vienna d'Austria. 1871.

_____. Como se deve entender a nacionalidade na historia do Brasil. In: **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis. Número 9. 1948.

VASCONCELOS. Simão de. **Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil**. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa. 1668.

VELLOSO, Pedro Leão. Relatório apresentado á Assembléa legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do anno de 1862. In: **Falas e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte (1860 a 1873)**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque / Coleção Mossoroense. 2001. (Série G)

VERÍSSIMO, José. A Revista Brasileira. In: **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro. Tomo primeiro. 1895.

_____. Bibliographia. In: **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro. Tomo IV. Outubro a Dezembro de 1895.

_____. Miragem por Coelho Netto. Bibliographia. In: **Revista Brasileira**. Tomo IV. Outubro a Dezembro de 1895.

_____. A literatura apressada. In: **Revista Brasileira**. Tomo X. Rio de Janeiro. 1897

_____. Um historiador político – o Sr. Joaquim Nabuco. In: **Revista Brasileira**. Tomo XIV. Abril-junho. 1898.

_____. **História da literatura brasileira**. p.182. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000116.pdf>. Acessado no dia 13/08/2016 às 11:48

Periódicos e revistas:

A República. Natal, 1 de julho de 1889

A República. Natal, 22 de abril de 1890

A República. Natal, 6 de junho de 1890.

A República. Natal, 5 de setembro de 1890.

A República. Natal, 30 de abril de 1892.

A República. Natal, 9 de julho de 1892.

A República. Natal, 9 de abril de 1892.

A República. Natal, 3 de dezembro de 1892.

A República. Natal, 24 de dezembro de 1892.

A República. Natal, 17 de dezembro de 1892.

A República. Natal, 01 de janeiro de 1893.

A República. Natal, 28 de janeiro de 1893.

A República. Natal, 18 de março de 1893.

A República. Natal, 8 de setembro de 1897.

A República. Natal, 11 de setembro de 1897.

A República. Natal, 13 de novembro de 1897.

A República. Natal, 30 de novembro de 1897.

A República. Natal, 11 de janeiro de 1898.

A República. Natal, 08 de março de 1898.

A República. Natal, 13 de junho de 1901.

A República. Natal, 05 de fevereiro de 1902.

A República. Natal, 21 de março de 1902.

A República. Natal, 24 de março de 1902.

A República. Natal, 31 de março de 1902.

A República. Natal, 12 de abril de 1902.

- A República.** Natal. 14 de junho de 1902.
- A República.** Natal, 26 de julho de 1902.
- A República.** Natal, 4 de agosto de 1902.
- A República.** Natal, 03 de setembro de 1902.
- A República.** Natal, 16 de setembro de 1902.
- A República.** Natal, 11 de dezembro de 1902.
- A República.** Natal, 1 de setembro de 1903.
- A República.** Natal, 16 de junho de 1906.
- A República.** Natal, 18 de junho de 1906.
- Brado conservador.** Assú, 1 de junho de 1877.
- Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.
- Correio da manhã.** Rio de Janeiro, 18 de julho de 1925.
- Correio Paulistano.** São Paulo, 7 de março de 1917.
- Diário de Pernambuco.** Recife, 28 de janeiro de 1890.
- Diário de Pernambuco.** Recife, 24 de junho de 1916.
- Diário de Pernambuco.** Recife, 6 de março de 1917.
- Diário de Pernambuco.** Recife, 22 de novembro de 1923.
- Diário do Natal.** Natal, 1 de janeiro de 1906.
- Folha do Acre.** Cidade da Empreza, 25 de dezembro de 1910.
- Folha do Acre.** Cidade da Empreza, 17 de março de 1912.
- Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1900.
- Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.
- Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 21 de julho de 1921.
- Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.
- Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1925.
- Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1899
- Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 9 de junho de 1903.
- Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1903.
- Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1903.
- Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.
- Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 4 de março de 1917.
- Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 7 de março de 1917.
- Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1919.
- Jornal do Recife.** Recife, 17 de julho de 1876.

- Jornal de Recife.** Recife, 22 de julho de 1876.
- Jornal do Recife.** Recife, 24 de junho de 1916.
- Jornal do Recife.** Recife, 23 de junho de 1917.
- Jornal do Recife.** Recife. 22 de novembro de 1923.
- O Caixeiro.** Natal, 31 de janeiro de 1894.
- O Caixeiro.** Natal, 24 de agosto de 1892.
- O Caixeiro.** Natal, 20 de novembro de 1893.
- O Rio Grandense do Norte.** Natal, 16 de julho de 1861.
- Revista da Semana.** Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1822.
- AVELINO, Pedro. Intra-muros. In: **O Caixeiro.** Natal, 17 de agosto de 1892.
- _____. Aspectos Sertanejos. In: **Revista do Rio Grande do Norte.** Natal. Número 2. 1898. Tipografia d' A República.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte. In: A Imprensa. Natal. 7 de maio de 1924.
- _____. Doutor Antunes. In: **A República.** Natal, 6 de dezembro de 1928.
- _____. Alberto Maranhão. In: **Acta Diurna. A República.** Natal, 09 de fevereiro de 1943.
- CASTRO, Nascimento; NÓBREGA, Diógenes. Solicitadas. In: **Nortista,** Natal, 19 de agosto de 1892.
- DUTRA, Caetano. Ensaíos. In: **A República.** Natal, 21 de novembro de 1897.
- _____. Ensaíos. In: **A República.** Natal, 26 de dezembro de 1897.
- LYRA, João. Os republicanos do Rio Grande do Norte – Não discutam os predicados pessoases de Pedro II. In: **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1925.
- OURIQUE, Jacques. O Marechal Duque de Caxias. In: **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903
- REGO, Costa. Centenario. In: **Correio da manhã.** Rio de Janeiro. 5 de junho de 1920.
- SOUZA, Antonio. Chronica industrial. In: **Revista do Rio Grande do Norte.** Ano 1. N.1. Natal: Tipografia d' A República. 1898.

Revistas dos Institutos Históricos:

Revistas do IAGP:

- CODECEIRA, Major José Domingues. Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional. In: **RIAGP.** Recife. Número. 37. 1890.

COSTA, Francisco Pereira da. A verdadeira naturalidade de D. Antonio Felipe Camarão. In: **RIAGP**. Recife. Tomo XI. 1904

INDICE ALPHABETICO POR AUTORES, DOS NS. 1 A 100, DA REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO. In: **RIAGP**. Recife. Volume XX. Números 99 e 100. 1918.

O 1º Centenário da Revolução Republicana de Pernambuco em 1817. In: **RIAGP**. Recife. Volume XIX. Números 95 a 98. 1917.

Os Martyres. In: **RIAGP**. Recife. Volume XIX. Números 95 a 98. 1917.

PORTELLA, Joaquim Pires Machado. DISCURSO. In: **RIAGP**. Recife. Número I. 1863.

ROURE, Agenor de. Dominio Hollandez no Brasil. Impressoes de leitura. In: **RIAGP**. Recife. Volume XVII. Números 87 a 90. 1915.

Revistas do IHGACE:

ACTA DA SESSÃO INAUGURAL. In: **RIHGACE**. Tomo 1. Fortaleza. 1887

BORGES, Frederico A. *Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte – razões finais*. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XVIII. Tomo XVIII. 1904

BRANDÃO, Matheus. Explanção relativa aos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XIX. Tomo XIX. 1905.

Documentos. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano VII. Tomo VII. 1893.

NOGUEIRA, Paulino. Naturalidade do Dr. José Cardozo de Moura Brasil. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Tomo XV. 1901.

PINTO, Francisco de Souza. Biographia do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro ou uma pagina da revolução de 1817. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Tomo XXXI. 1917.

Provisao regia demarcando o terreno que se deve dar a Villa do Aracaty. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano VI. Tomo VI. 1892.

Questão de Grossos. Laudo do arbitro desempatador Sr. Consº Lafayette R. Pereira. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XVI. 1902.

Questão de Grossos. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Ano XVI. 1902.

RIHGACE. Fortaleza. Ano XVI. 1902.

STUDART, Barão de. Nota. In: **RIHGACE**. Fortaleza. Tomo XXXI. 1917.

Revistas do IHGB:

a) *Atas e Estatutos*

ACTA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA DO IHGRN. 18 DE MARÇO DE 1906. In: Atas e estatutos de 1906 do IHGRN. In: **RIHGRN**. Volume IX. Números 1 e 2. 1911.

ACTA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA DO IHGRN. 1º DE ABRIL DE 1906. In: **RIHGRN**. Volume IX. Números 1 e 2. 1911.

ACTA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IHGRN. 8 DE ABRIL DE 1906. In: **RIHGRN**. Volume IX. Números 1 e 2. 1911.

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE MAIO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte II. Tomo LXXVI. 1913.

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO PREPARATORIA DA COMMISSÃO EXECUTIVA, EM 5 DE JUNHO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO PREPARATORIA DA COMMISSÃO EXECUTIVA, EM 27 DE JUNHO DE 1913. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

ACTA DA SESSÃO PREPARATÓRIA DA COMMISSÃO EXECUTIVA, EM 24 DE JANEIRO DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

ACTA DA SESSÃO PREPARATÓRIA DA COMMISSÃO EXECUTIVA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

ACTA DA DECIMA TERCEIRA SESSÃO PREPARATÓRIA, EM 4 DE ABRIL DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

ACTA DA DECIMA QUARTA SESSÃO PREPARATORIA, EM 11 DE ABRIL DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

ACTA DA DECIMA SEXTA SESSÃO PREPARATORIA DA COMMISSÃO EXECUTIVA, EM 24 DE ABRIL DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINARIA EM 23 DE AGOSTO DE 1915. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo LXXVIII. Parte II. 1915.

Extracto dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1838.

PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA A 21 DE ABRIL 1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 92. Volume 146. 1922.

Relatorio annual do Primeiro Secretario Commendador Henrique Rafard. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo LXVI. Parte II. 1903.

1ª SESSÃO EM 1 DE DEZEMBRO DE 1838. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 1. 1838.

4º SESSÃO EM 4 DE FEVEREIRO DE 1839. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1839.

13º SESSÃO EM 1º DE JUNHO DE 1839. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1839.

227ª sessão da Assembleia Geral no dia 23 de maio de 1851. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XIV. 1851

235º SESSÃO DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1851. In: **RIHGB**. Tomo XIV. Volume 14. 1851.

SEGUNDA E ULTIMA SESSÃO PLENA EM 15 DE SETEMBRO DE 1914. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 97. Volume 151.1925.

SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 7 DE DEZEMBRO DE 1891. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 54. Parte II. 1891.

SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1894. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo LVII. Parte II. 1894.

SESSÃO SOLENNE ESPECIAL COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817, EM 6 DE MARÇO DE 1917. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 82. 1917. 622

SESSÃO SOLEMNE DE INSTALAÇÃO DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA DA AMERICA, EM 8 DE SETEMBRO DE 1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume I. 1922.

SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO EM 21 DE OUTUBRO DE 1838, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 92. Volume 146. Parte II. 1922.

Trabalhos preliminares. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume I. 1922.

b) Artigos e fontes

ARARIPE, Tristão de Alencar. Movimento colonial da America. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 56. Parte 2. 1893.

_____. Patriarcas da Independencia Nacional. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 57, parte 1. 1894.

AZEVEDO, Moreira de. A independencia do Brazil. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 60. Parte 2. 1897.

BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1838.

_____. Lembrança. In: **RIHGB**. Tomo I, Rio de Janeiro, 1839.

CALMON, Pedro. O papel de José Bonifácio em a nossa Independencia. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume III. 1922.

COMISSÃO DE HISTÓRIA. Juízo sobre a obra intitulada Compendio das Eras da Província do Pará. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo II. 1840

DIAS, Antonio Gonçalves. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições publicas para a collecção de documentos historicos relativos ao Maranhão. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVI. 1853.

_____. Catálogo dos capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XVII. Volume 17. 1854.

FLEIÜSS, Max. Cem anos de Independência, 1822-1922. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo especial. Volume I. 1922.

LIMA, Nestor. Tavares de Lyra (Governador e político). In: **RIHGB**. Rio de Janeiro, Volume 228, julho-setembro, 1955.

LYRA, Augusto Tavares de. Dominio Hollandez no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Parte I. Tomo especial. 1915.

_____. A phase inicial do reinado e a acção individual do Imperador. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo 97. Rio de Janeiro. Volume 152.1925.

_____. Cisão do partido republicano federal em 1897. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Volume 184. 1944.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a historia do Brazil. In: **RIHGB**. Tomo 6, Rio de Janeiro, 1844

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Breve notícia sobre a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo I. n.1. 1838.

_____. Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil. In: **RIHGB**. Tomo XXVI. Rio de Janeiro. 1863

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possivel de documentos relativos á Historia e a Geografia do Brasil?. In: **RIHGB**. Tomo III. 1841. Rio de Janeiro.

RIHGB. Rio de Janeiro. Tomo 98. Vol.152. Rio de Janeiro, 1925.

SOUSA, Joaquim Norberto Silva. Biographia dos brasileiros distinctos por letras, armas, virtudes, &. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo X. 1848.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. O Caramuru perante a história. In: **RIHGB**. Tomo X. Rio de Janeiro, 1848.

_____. Biographia dos brasileiros distinctos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Filippe Camarão. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira)

_____. Biographia dos brasileiros distinctos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Filippe Camarão. **RIHGB**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte segunda).

Revistas do IHGRN:

a) Atas e Estatutos

ACTA DA INSTALAÇÃO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903

ACTA DA 4ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número. 2. 1903.

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE REALIZADA A 9 DE AGOSTO DE 1903. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 2. 1905.

ACTA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 2. 1905.

ACTA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DO IHGRN. 21 de agosto de 1904. In: **RIHGRN**. Natal. Volume V. Número 2. 1907

ACTA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DO IHGRN. 21 de agosto de 1904. In: **RIHGRN**. Natal. Volume V. Número 2. 1907

ACTAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO – 1904. Setembro a Dezembro. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 2. 1908

ACTA DA 108ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XI, XII, XIII. 1913 a 1915.

ACTA DA 134ª SESSÃO DO IHGRN. 02 de maio de 1909. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916

ACTA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IHGRN. 4 de junho de 1909. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916.

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925.

ACTA DA 353ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925.

ACTAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927. 1927.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927.

b) Artigos e fontes

1º cinquentenario do Instituto Historico. In: **RIHGRN**. Natal.Volumes XLVIII-XLIX.1951-1952. 1952.

Archivo. In: **RIHGRN**. Natal.Volume VI.Número 1. 1908.

COBRANÇA DE DÍZIMOS EM 1812 QUE INTERESSA AOS LIMITES DO RIO GRANDE DO NORTE COM A PARAHYBA. In: **RIHGRN**. Natal. Volume IX. Números 1 e 2. 1911.

Dia 12 de junho de 1917. In: **RIHGRN**.Natal.Volume XV.Números 1 e 2. 1917.

Diccionario Historico, Geographico e Etnographico do Brazil. In: **RIHGRN**. Natal.Volume XVII. Números 1 e 2. 1919.

Diccionario Historico, Geographico e Etnographico do Brazil. In: **RIHGRN**. Natal.Volume XVIII. Números 1 e 2. 1920-1921.

DISCURSO DO DR. MANOEL DANTAS, NA SESSÃO MAGNA DO INSTITUTO HISTORICO, A 10 DE SETEMBRO, DIA DA HISTÓRIA. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922.

Discurso pronunciado pelo dr. Manoel Dantas, orador do Instituto Historico, na sessão magna de 11 de maio de 1924. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1925.

Discursos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922.

Dr. Júlio de Medeiros. In: **RIHGRN**. Natal.Volume I. Número 2. 1903.

Dr. Olympio Vital. In: **RIHGRN**. Natal. Volume IX. Números 1 e 2. 1911.

Frei Miguelinho (Festa Cívica). In: **RIHGRN**. Volume IV. Número 2. 1906.

Inaugurações do Centenario. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2.1922.

Nosso primeiro jubileu. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927. 1927.

O centenário de Miguelinho. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917

O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 1. 1903.

O Rio Grande do Norte e o Centenario. In: **RIHGRN**. Natal.Volume XIX.Números 1 e 2.1922.

Pedro II. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925.

Resoluções e preparativos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XV. Números 1 e 2. 1917.

Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número1. 1903.

RIHGRN. Natal. Volume II. Números 1 e 2. 1909.

RIHGRN. Natal. Volumes XI-XII-XIII. 1913 a 1915.

RIHGRN. Edição comemorativa do centenário de Fundação do IHGRN, 1902-2002. V.88, 1997-1999. Natal: Fundação José Augusto, 2011.

CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Minas de ouro e prata no Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número.1. 1905.

_____. Os holandeses no Rio Grande do Norte (1625-1654). In: **RIHGRN**. Natal. Volume IV. Número 1. 1906.

_____. *Segunda jornada de Pieter Persijn em busca das minas de Itabayana – 1650*. In: **RIHGRN**. Natal. Volume V. Número.1. 1907.

CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LV, 1962-1963.

DANTAS, Manoel. Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho) – Traços biográficos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 5. Número 2. 1907.

_____. Senador José Bernardo – Traços biográficos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 5. Número 2. 1907.

FERNANDES SOBRINHO, Luiz Manoel. Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Número 1. Volume 2. 1904.

_____. Índios Celebres do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 2. Número 2. 1904.

_____. Ainda a naturalidade de D. Philippe Camarão. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 3. Número 1. 1905.

_____. Ainda a naturalidade de D. Philippe Camarão. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 3. Número 2. 1905.

_____. Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 3. Número 1. 1905.

_____. Índios Celebres do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume IV. Número 6. 1906.

_____. D. Antonio Philippe Camarão ultima verba. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 1. 1908.

_____. Porque desta edição. In: **A imprensa periodica do Rio Grande do Norte de 1832-1908: dados historicos e bibliographicos**. **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 1. 1908.

_____. Senador Pedro Velho – Traços biográficos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VI. Número 2. 1908.

FREIRE, Felisbello. Limites do Rio Grande do Norte e do Ceará – syntese historica. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 2. 1903.

_____. Rio Grande do Norte e do Ceará, seus limites com o Ceará. In: **RIHGRN**. Natal. Volume IV. Número. 1. 1906.

GUERRA, Philipe. Apontamentos sobre o Dr. Luiz Gonzaga de Britto Guerra. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVIII. Números 1 e 2. 1919.

LIMA, Nestor. O perfil do Imperador. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925. 1925.

_____. Nosso primeiro jubileu. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927. 1927.

_____. As cinco sedes do Instituto. In: **RIHGRN**. Volumes XXXV a XXXVIII. 1938-1940.

LIMA, Oliveira. Nísia Floresta (conferência). In: **RIHGRN**. Volume XVIII. Números 1 e 2. Natal. 1919.

LYRA, Augusto Tavares de. A questão de limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte – memória apresentada a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara dos Deputados. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 2. Número 1. 1904.

_____. Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e o Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 2. Número 1. 1905.

_____. Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e o Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Volume 3. Número 2, 1905.

_____. A colonização da capitania do Rio Grande. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1918.

_____. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 5. Número 1. 1907.

_____. Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 5. Número 2. 1907.

_____. Recordando dias idos. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XLVIII-XLIX. Anos 1951-1952. 1952.

MEDEIROS, Tarcísio. Augusto Tavares de Lyra, o amigo do meu avô. In: **RIHGRN**. Natal. Volume LII. 1959.

MEIRA E SÁ, Francisco Salles de. Questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará – simples notas ao laudo do Conselheiro Lafayette. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 1. Número 2. 1904.

Memória resumida dos acontecimentos políticos que sofreu a Capitania do Rio Grande do Norte no presente anno de 1817, offerecida pelo actual Governador José Ignacio Borges. In: **RIHGRN**. Natal. Volume VIII. Números 1 e 2. 1910.

Necrologia. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916.

Necrologia – Capitão de Fragata Arthur José dos Reis Lisboa. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 1. 1905.

Necrologia – General Fonseca e Silva. In: **RIHGRN**. Natal. Volume III. Número 2. 1905.

Necrologia – Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1919.

Necrologia – Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIV. Números 1 e 2. 1916

Necrologia – Dr. Pereira Reis. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1925

O 1º Centenario da posse do Thomaz de Araujo Pereira. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XX, XXI, XXII. 1923-1924-1925.

Os municípios no Centenario. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2. 1922.

PETROVICH, Enélio Lima. Discurso na Assembleia Legislativa do Estado – Centenário do IHGRN. In: **RIHGRN**. Natal. Volume 88. 2011. (Edição Comemorativa do centenário de Fundação do IHGRN, 1902-2002).

PINHEIRO, José Calazans. Discurso. Duque de Caxias – Noticia da sessão commemorativa do centenario de independencia deste grande brasileiro. In: **RIHGRN**. Natal. Volume II. Número 1. 1904.

PINTO, Francisco de Souza. Biographia do Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro ou uma pagina da revolução de 1817. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XVI. Números 1 e 2. 1918.

Preparativos do centenário. In: **RIHGRN**. Natal. Volume XIX. Números 1 e 2. 1922.

SOARES. Antônio de. Major José Domingues Codeceira – Notas biographicas. In: **RIHGRN**. Natal. Volume II. Número 2. 1904.

TAUNAY, Visconde. Biographia do Coronel Antonio Florencio P. do Lago. In: **RIHGRN**. Natal. Volumes XXIII e XXIV. 1926-1927.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- AGULHON, Maurice. La Statuomanie et l'Historie. In: **Ethnologie Française**. Nouvelle serie, Tomo. 8. Números. 2-3. 1978.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De amadores à desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. In: **Trajetos**, Fortaleza, v. 03, n.06, p. 43-66, 2005.
- _____. As Sombras do Tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: Marina Haizenreder Ertzogue e Temis Gomes Parente. (Org.). **História e Sensibilidade**. 1ed. Brasília: Paralelo 15, 2006
- _____. O historiador naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- _____. Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. O espaço em cinco sentidos: sobre cultura, poder e representações espaciais. In: **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- _____. O teatro da História: os espaços entre cenas e cenário. In: **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço. 2008.
- _____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **Nordestino: uma invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2ª edição. São Paulo: Intermeios. 2013.
- _____. Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.33, nº65, 2013.
- _____. O sertão é um punhado de saudades: literatura e história de um espaço, de um sentimento. In: **II CLISERTÃO. Congresso Internacional do Livro, Leitura e Literatura no Sertão: caderno de resumos, artigos e programa**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 2014.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANKERSMIT, Frank. Commemoration and National Identity. In: **Textos de História**, vol.10, nº1/2, 2002
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. O uso da linguagem na escrita da História. In: **A escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como a história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. v. XLIII, 2007.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. O conceito de História – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. O mundo avança! Os caminhos do progresso na cidade de Natal no início do século XX. In: BUENO, Almir de Carvalho (org.) **Revisitando a história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2009.

_____. O nascimento do cronista e o nascimento da cidade de Natal. In: CASCUDO, Luís da Câmara; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). **Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20**. 2ª. ed. Natal: EDUFRN, 2011.

_____. Do alto da torre da matriz, acompanhando a procissão dos mortos: Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade do Natal. **Revista Especialidades [online]**. v. 4, n. 3. 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Wadna Lira de. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: uma visão historiográfica entre 1914 e 1947**. (Trabalho de conclusão do curso de História) – UFRN, Natal, 2005.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. **A historiografia da Revolução Pernambucana de 1817: uma perspectiva comparada**. In: 3º Seminário Nacional de História da Historiografia, 2009, Ouro Preto. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia - Aprender com a História?, 2009. v. 1.

BENTIVOGLIO, Julio Cesar. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, v. 3, p. 20-58, 2010.

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Editora Hucitec; Recife: UFPE, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial**. 2013.315f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BORDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRAZ, Emanuel Pereira. **A abolição da escravidão em Mossoró**: pioneirismo ou manipulação do fato. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 1999.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFURN, 2002.

CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves. As biografias. In: **Como se faz a história**: historiografia, método e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2007.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.21, n°40, p.59-83. 2001.

CARONE, Edgard. **A República Velha II**: evolução política (1889-1930). 3ª edição. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

_____. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. Introdução. In: VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. 3º ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. **O ensaio de uma identidade**: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898). Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**: da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições da Val Ltda. 1965.

_____. **Vida de Pedro Velho**. Natal: EDUFRN, 2008.

CATROGA, Fernando. O magistério da história e a exemplaridade do ‘grande homem’: a biografia em Oliveira Martins. In: JIMÉNEZ, Aurélio Pérez; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu (orgs.). **O retrato e a biografia como estratégia de teorização da política**. Coimbra: Málaga, 2004.

_____. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França, Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC-UFC; Museu do Ceará; Secretária de Cultura do Ceará. 2005.

_____. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. Ates de fazer. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. **História em Revista**. Pelotas, v. 6, p. 37-58, 2000.

_____. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle**. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 2002.

_____. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: **Métis**: história & cultura – v.2, n.3, p.73-94, jan./jun. 2003.

_____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Escrita, linguagem, objetos**: leituras de história cultural. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, Maringá - Paraná, v. 8, 2004

_____. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**. Santa Cruz do Sul. Volume 11, Número 1. 2005.

_____. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. **História**. São Paulo, v.24, n.2, p.207-240, 2005.

_____. **A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo**: o caso da origem dos tupis. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. **Almanack Braziliense**, v. 11, p. 26-33, 2010.

_____. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (orga.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma sociologia da memória**: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

COSTA, Bruno Balbino Aires da; BARRETO, Sonni Lemos. A história em cena: os espaços nas tramas dos historiadores. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino Varella. (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Mossoró não cabe num livro**: Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense. João Pessoa: Ideia. 2012. p.107-108.

_____. A formação bacharelesca dos norte-rio-grandenses na Faculdade de Direito de Olinda. In: NICOLAU, Magno (org.) **Leituras diversas: crônicas, ensaios e contos**. Vol.2. João Pessoa: Ideia, 2014.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DIAS, Margarida Maria Santos. Paraíba: "Heróica desde os primórdios". In: **Patrimônio e Memória**. (UNESP), v. 7, p. 38-53, 2011.

DIAS, Sônia. Agenor de Roure. In: BARRETO, Sérgio. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015 (Verbetes).

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo**. Brasília: Mercado Cultural, 2006.

_____. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte: Editora Humanitas, 2005.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro". A produção dos vultos nacionais no segundo reinado". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000.

_____. Como se poderia escrever a história do Brasil. Variações acerca do romance nacional do Império à República. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.) **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FARGE, Arlette. **O sabor de arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República**. 154f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal.

_____. **O Brasil em pedaços ou a História dos meios de resolução das questões de limites interestaduais (1889-1930)**. 151f. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Um eixo alternativo de poder. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na velha província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; v.1).

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; - v.1).

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004.

FOUCAULT, Michel. 'Verdade e Poder' e 'Os Intelectuais e o poder'. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Itamar. **A "Casa de Sergipe": historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913/1929)**. 306f. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREITAS, Renata Dal Sasso. **Páginas do novo mundo: um estudo comparativo entre a ficção de José de Alencar e James Fenimore Cooper na formação dos estados nacionais brasileiro e norte-americano no século XIX**. 152f. 2008 – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira. **Auta de Souza e a escrita feminina nos Oitocentos**. **Cronos**. Natal (RN), v. 1, n.2, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GOMES NETO, João Maurício. **Entre a ausência declarada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão**. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GOVASKI, Patrícia. Teodoro de Almeida e a Filosofia Natural em Portugal, na segunda metade do século XVIII. **Cantareira (UFF)**, v. 1, p. 34-44, 2013.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**. Campinas: Papyrus, 1998.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese de Doutorado em História. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2005.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Primeiro Congresso Internacional de Historia da America (1922). **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n.20, 1998.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói (RJ), v. 9, n.18, 2005.

_____. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

_____. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1848-1889). 2ª edição. São Paulo: Annblume. 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Vol. VII. Número 2. p. 389-410. 2000.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1. p. 39, jan./jun.2005.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMOS, Laura do (Org.). **História social da língua nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

_____. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

_____. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011.

GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Ed. do Autor, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. **Evidência da história:** o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. **O espelho de Heródoto:** ensaio sobre a representação do outro. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

_____. **A Era das revoluções:** Europa 1789-1848. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra:** a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). 2007. 233 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre.

_____. **O século XIX e a escrita da História do Brasil:** diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 2012. 371f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República.** São Paulo: Brasiliense. 1986.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Organizador). **Viagem incompleta. A experiência brasileira. Formação: histórias.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KNAUSS, Paulo. O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. In: **Projeto História** (PUCSP), São Paulo, v. 20, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

LOPES, Raimundo Helio. LIMA, Alexandre Barbosa. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015 (Verbete)

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

- LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Histórias indígenas no sertão do Seridó (séculos XVI-XX). In: BUENO, Almir de Carvalho (org.) **Revisitando a história do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 2009.
- MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense.** Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012
- MARIZ, Marlene da Silva. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN. 1. 2004. Natal. **Anais do I Encontro Regional da ANPUH-RN.** Natal: EDUFRN. 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema.** São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana.** 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715.** São Paulo: Ed.34, 2003.
- _____. **Nassau.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. **O Brasil holandês (1630-1654).** São Paulo : Penguin Classics, 2010.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império.** Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.
- MENEZES, Karla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte entre 1902 e 1907.** (Trabalho de conclusão do curso de História) – UFRN, Monografia, Natal, 1997.
- MEYER, Michel. **A Retórica.** São Paulo: Ática, 2007.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: Edusc, 2004.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – história e acervo.** Natal: DEI, 2005.
- MOREIRA, Keila Cruz. **Padre Miguelinho: o intelectual, o professor, o revolucionário – vozes que se fazem ouvir.** 171 f. Natal. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. 1992.
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto de História,** São Paulo. Volume 10. 1993.
- NUNES, José Horta; SELIGMAN, Kátia. Discurso lexicográfico: as reedições do Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes. **Alfa,** v. 47, 2003.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. 280 f. 2001. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, PUC-São Paulo. São Paulo.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2. n. 4, 1989.

_____. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Ser (Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. 120 f. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em História. (PPGH). Natal.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIVA, Diego Souza de. **(Por) Entre pedra e tela: a construção de uma memória republicana (Natal – 1906-1919)**. 286 f. 2011. Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História e Espaços da UFRN. Natal.

PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia do século XIX**. 2005.427f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

_____. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: PEIXOTO, Renato Amado (org.). **Nas trilhas da representação: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços**. Natal: EDUFRN, 2012.

_____. Duas Palavras: Os Holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, p. 35-57, 2014.

_____. SOUSA, Antônio de. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015 (Verbetes).

_____. Por Deus, pela Pátria e pelo Rei - Os Holandeses no Rio Grande e a fabricação dos conceitos acerca do espaço na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 20, p. 398-414, 2016.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos**. 2. edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres as vozes do silêncio. In: CEZAR, Marcos de. **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 6º Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo história e memória: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento republicano de 1817.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RIO, 2011.

RICCEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. **Annales HSS.** Paris. juillet-août, n° 4, p.731-748, 2000.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa.** A intriga e a narrativa histórica. Volume 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Andréa Gabriel. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945).** 306 f. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1982.

_____. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1949.

_____. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica.** 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

RODRIGUES, Mara Cristina de Mattos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. In: **Revista Tempo.** Volume. 19. n. 35. 2013.

_____. Memórias regionais no IHGB: os centenários das Revolução Pernambucana e Farroupilha – 1917 e 1935. **Revista Memória em rede.** Pelotas, v.4, n.10, Jan/Jun. 2014.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REVEL, Jacques. **História e Historiografia: exercícios críticos.** Curitiba: Ed.UFPR, 2010.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria.** 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SANCHES, Rafaela Mendes Mano. **O indianismo sob a ótica de Gonçalves Dias e José de Alencar: tradição ou ruptura?** 2009. 191f. Dissertação (Mestrado em Literatura brasileira) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república.** Goiânia: Editora da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. 2000.

SANTOS, Evandro. **Tempos de pesquisa, tempos de escrita.** A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873). 2009. 137f. Dissertação (Mestrado em História). –

Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANHUEZA, Carlos. Um saber geográfico em acción. Hans Steffen y el litigio patagónico 1892-1902. **MAGALLANIA** (Chile). Volume 40 (1). 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos** São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 3).

SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise de dois discursos étnicos irredutíveis. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.10, n. 18/19, 1989.

SCHIMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 6, p. 165-192, 1996.

SOUSA, Francisco Gouvêa de. **Proclamação e Revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1890)**. 2012. 233 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RIO. Rio de Janeiro.

SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, 2001.

_____. O duque-monumento: memória e história na trajetória do duque de Caxias. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro. Volume 431. 2006.

SOUZA, Itamar de. **A República velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRN, 2008.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999.

SILVA, Iverson Geraldo da. O projeto anti-jesuítico: Verney, os oratorianos e a aliança com o estado português. **Sacrilegens**, v. 10, p. 1-167, 2014.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **“Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal”**: a vida intelectual natalense (1889-1930). 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em história). Programa de Pós-graduação em História e espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935**. Natal: EDUFRN, 1996.

_____. **Coronéis e Oligarquias no Rio Grande do Norte:** (Primeira República) e outros estudos. Natal: EDUFRN, 2010.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui:** o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro:** Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **Tempos cruzados:** escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 242f. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; - v.1).

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical:** história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **José Veríssimo:** teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias:** uma revisão da “política do café com leite”. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VOGT, Olgario Paulo. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo.** Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007.

WASSERMAN, Cláudia. Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão nacional e Identitária da América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. In: **Revista Anos 90,** Porto Alegre, n.18, dezembro de 2003.

WHELING, Arno. **Estado, história, memória:** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. **Meta-história:** a imaginação histórica do século XIX. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ANEXO

Tabela –Lista de biógrafos e biografados do IHGRN (1903-1927)

Nome do biografado	Local de nascimento	Profissão	Tipo de Biografia	Autoria	Ano de publicação
Veríssimo Toledo	MG	Contador da tesouraria do Estado do Rio Grande do Norte	Necrologia	Não	1903
Júlio de Medeiros	RN	Engenheiro. Trabalhou na comissão de melhoramentos de Natal	Necrologia	Não	1903
José Domingues Codeceira	PE	Major	Notas biográficas	Antônio Soares	1904
Arthur José dos Reis Lisbôa	RJ	Capitão de Fragata	Necrologia	Não	1905
Fonseca e Silva	RN	General	Necrologia	Não	1905
Manuel Praxedes Benevides Pimenta	RN	Advogado/Deputado	Notas biográficas	Luiz Fernandes	1906
José Bernardo	RN	Tenente-coronel/Senador	Traços biográficos	Manoel Dantas	1907
Frei Miguelinho	RN	Frei	Traços biográficos	Manoel Dantas e F. C. Sousa Pinto	1907 e 1918
José Paulino de Andrade	RN	Monsenhor	Necrologia	Não	1908
Pedro Velho	RN	Médico/Político	Traços biográficos	Luiz Fernandes	1908
Antonio Pereira Simões	PE	Engenheiro civil	Necrologia	Não	1909
Angelo Cousseiro	PE	Juiz de direito	Necrologia	Não	1909
Manoel Moreira Dias	PE	Desembargador/Político	Traços biográficos	Não	1910
Manoel Segundo	RN	Poeta/Médico/Político	Traços	Não	1910

Wanderley			biográficos		
Olympio Vital	BA	Promotor Público/Juiz de direito/Chefe de política/Presidente de província	Traços biográficos	Não	1911
Joaquim Nabuco	PE	Político/Diplomata	Traços biográficos	Não	1911
Manoel Hemeterio Raposo de Mello	PE	Promotor de justiça/Deputado provincial/Juiz de direito/Diretor de instrução pública/Advogado	Traços biográficos	Não	1913-1915
Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo	PE	Advogado	Traços biográficos	Não	1913-1915
João Baptista Rgueira Costa	PE	Inspetor geral de instrução pública/Professor/Senador	Traços biográficos	Não	1913-1915
José de Moraes Guedes Alcoforado	PE	Chefe de polícia/Inspetor de alfândega	Traços biográficos	Não	1913-1915
Pedro Soares de Amorim	RN	Diretor do hospital de caridade de Natal/Deputado Estadual/Intendente municipal	Traços biográficos	Não	1913-1915
Luiz Emígidio Pinheiro da Câmara	RN	Tesoureiro da Fazenda da província do Rio Grande do Norte/Secretário de governo/Inspetor de alfândega/Delegado fiscal do tesouro federal	Necrologia	Não	1916
Júlio Maria	RJ	Padre	Necrologia	Não	1916
Francisco Carlos Pinheiro da Câmara	RN	Promotor público/Juiz de direito/Chefe de polícia	Necrologia	Não	1916
Felisbello Firmo de Oliveira Freire	SE	Governador de Sergipe/Deputado federal/ Ministro das relações exteriores e da Fazenda	Necrologia	Não	1916

Alfredo Ferreira de Carvalho	PE	Publicista/Engenheiro	Necrologia	Não	1916
José Vieira Fazenda	RJ	Médico/Bibliotecário do IHGB	Necrologia	Não	1918
Barão Homem de Mello	SP	Presidente da câmara municipal de Pindamonhangaba /Presidente de província/ Diretor de instrução pública/Diretor do Banco do Brasil/Deputado/ Senador	Necrologia	Não	1918
Irineu Ferreira Pinto	PB	Amanuense dos correios	Necrologia	Não	1918
Pedro de Queiroz	CE	Desembargador	Necrologia	Não	1918
Luiz Gonzaga de Britto Guerra	RN	Advogado/Juiz de direito/Deputado provincial/Delegado de polícia/ Vice-presidente de província/ Desembargador/ Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.	Apontamentos	Felipe Guerra	1919
Vicente Simões Pereira de Lemos	PE	Advogado/Promotor/ Desembargador/Juiz de direito	Necrologia	Não	1919
Antonio Ferreira de Souza Pitanga	BA	Promotor/Desembargador/Juiz de direito/Chefe de polícia	Necrologia	Não	1919
João Batista de Siqueira Cavalcanti	PE	Juiz de direito/ Chefe de Polícia/Desembargador	Necrologia	Não	1919
Jerônimo Américo Raposo da Câmara	RN	Promotor público/Desembargador/Juiz de direito/Chefe de polícia/Deputado estadual	Necrologia	Não	1920-1921
Francisco de Salles Meira e Sá	PB	Advogado/Promotor público/Juiz de direito/ Chefe de polícia/ Vice-governador/ Senador/Professor	Necrologia	Não	1920-1921

Manoel Lins Caldas	RN	Tenente coronel	Necrologia	Não	1920-1921
Manoel Pereira Reis	BA	Engenheiro/Deputado federal	Necrologia	Não	1923-1925
Manoel Dantas	RN	Advogado/Jornalista/ Promotor público/Juiz seccional/ Procurador Geral do Rio Grande do Norte/Diretor geral da instrução público do Rio Grande do Norte/ Intendente municipal de Natal/Deputado estadual	Necrologia	Não	1923-1925
Antonio Florencio Pereira do Lago	RN	Engenheiro Civil/Coronel	Biografia	Visconde de Taunay	1926-1927
José Corrêa de Araújo Furtado	RN	Advogado/ Promotor público/ Desembargador/Juiz de direito	Necrologia	Não	1926-1927
Joaquim Lourival Soares da Câmara	RN	Professor/Tenente da Guarda Nacional/Pastor Batista	Necrologia	Não	1926-1927
Augusto Bezerra Cavalcanti	RN	Deputado/Promotor público/Juiz de direito	Necrologia	Não	1926-1927
Pedro Soares de Araújo	RN	Tenente coronel/Deputado provincial e estadual /Vereador/Contador do Tesouro do Rio Grande do Norte	Necrologia	Não	1926-1927
João Tibúrcio da Cunha Pereiro	RN	Professor/Deputado provincial/Juiz distrital	Necrologia	Não	1926-1927